



Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará

# GUIA PARLAMENTAR

EDIÇÕES  
**INESP**





**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

# **GUIA PARLAMENTAR**

## **INSTRUMENTOS DE NORMATIZAÇÃO E CONDUTA**



# **GUIA PARLAMENTAR**

## **INSTRUMENTOS DE NORMATIZAÇÃO E CONDUTA**

### **Constituição da República Federativa do Brasil**

Atualizada até a Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017. Retirado de: [Legislação do Senado Federal](#) acesso em 11.12.2018

### **Constituição do Estado do Ceará 1989**

Atualizada até a Emenda Constitucional nº 94 de 17 de dezembro de 2018

### **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**

Atualizado com as alterações dadas pelas Resoluções nºs. 413/1999, 416/1999, 473/2002, 500/2003, 533/2006, 534/2006, 545/2006, 550/2007, 580/2008, 614/2010, 616/2011, 617/2011, 639/2012 e 648/2013.

### **Código de Ética e Decoro Parlamentar**



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o  
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza  
Janeiro 2019

Copyright © 2019 by INESP

Coordenação Editorial  
**Thiago Campêlo Nogueira**

Assistente Editorial  
**Andrea Melo**

Diagramação e Capa  
**Mário Giffoni**

Atualização  
**José Mário Giffoni Barros**  
**Ruth Rodrigues de Lima**

Revisão Técnica  
**Édipo Henrique Pessoa de Oliveira**  
**Denilson de Oliveira Adriano**

Coordenação de Impressão  
**Ernandes do Carmo**

Impressão e Acabamento INESP  
**Cleomácio Alves**  
**Francisco de Moura**  
**Hadson Barros**  
**João Alfredo**  
**Aureni Lopes**  
**Tiago Casal**

Nota: A ortografia dos Instrumentos de Normatização e Conduta, constantes neste Guia, mantém-se na forma da publicação original.

**Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**  
**VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS**

Catalogado por: Daniele Sousa do Nascimento

---

C387g Ceará. Assembleia Legislativa.

Guia parlamentar: instrumentos de normalização e conduta. – Fortaleza:  
INESP, 2019.

196p. ; 27 cm.

Conteúdo: Constituição da Republica Federativa do Brasil ... – Constituição do  
Estado do Ceará 1989 ... - Regimento Interno da Assembleia ... – Código de Ética e  
Decoro Parlamentar.

1. Constituição, Brasil (1988). 2. Constituição, Ceará (1989). 3. Ceará, Assembleia  
Legislativa, regimento interno. 4. Ceará. Assembleia Legislativa. Código de Ética e  
Decoro Parlamentar. I. Título.

CDD 341.2531

---

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,  
desde que citados autores e fontes.

INESP  
Av. Desembargador Moreira, 2807  
Ed. Senador César Cals de Oliveira, 1º andar  
Dionísio Torres  
CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil  
Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707  
al.ce.gov.br/inesp  
inesp@al.ce.gov.br

## APRESENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará constitui um dos importantes poderes constituídos na administração do Estado, estando sob sua responsabilidade a elaboração e proposição dos instrumentos legais que embasam e norteiam todo o movimento social, econômico e cultural da sociedade cearense.

A cada legislatura a população cearense, em um regime de plena democracia, referenda, por meio do voto, a sua representatividade parlamentar, para a busca da solução das dificuldades e a consecução dos anseios coletivos que são próprios de uma sociedade que se moderniza e evolui.

Nessa convivência sadia e frutífera, o conhecimento dos instrumentos legais básicos que dão sustentação à dinâmica operacional desta Casa Legislativa, por parte de todos os segmentos da sociedade, é de capital importância, na medida em que contribui para o aperfeiçoamento do exercício democrático, essencial ao crescimento equânime de qualquer estrutura social.

Para uma maior visibilidade dos dispositivos legais fundamentais que direcionam e viabilizam todas as funções dos poderes estaduais constituídos, a Assembleia Legislativa coloca à disposição de todas as pessoas interessadas, em especial os parlamentares desta Casa, o presente Guia Parlamentar - Instrumentos de Normatização e Conduta.

Reunidos em um só volume, o Guia contém a Constituição Federal e Estadual, consolidadas pelas posteriores Emendas Constitucionais que as alteram, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Código de Ética e Decoro Parlamentar, que, sem dúvida, muito contribuirão para o conhecimento e esclarecimentos sobre a função parlamentar e o funcionamento da Assembleia Legislativa.

Deputado José Albuquerque  
Presidente da ALEC





# **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**

## **Diretor Geral**

*Sávia Maria de Queiroz Cunha*

## **Procurador em Exercício**

*Rodrigo Martiniano Ayres Lins*

## **Diretor Adjunto-Administrativo e Financeiro**

*Marcus Vinícius Melo Cruz*

## **Diretor do Departamento de Recursos Humanos**

*Maria Elenice Ferreira Lima Bento Pinheiro*

## **Coordenação**

*Ruth Rodrigues de Lima*

## **Atualização**

*José Mário Giffoni Barros*

*Ruth Rodrigues de Lima*

## **Colaboradores**

*José Mário Giffoni Barros*

*Luiz Ernandes dos Santos do Carmo*

*Valdemice Costa de Sousa*

## **Colaboração Especial**

*Theresa Christina Cordeiro Benevides de Magalhães*

*Wanda Câmara Ferreira de Medeiros*



## SUMÁRIO

<b>1 – Constituição da República Federativa do Brasil .....</b>	<b>11</b>
Atualizada até a Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017. Retirado de: <b>Legislação do Senado Federal</b> acesso em 11.12.2018	
<b>2 – Constituição do Estado do Ceará 1989 .....</b>	<b>71</b>
Atualizada até a Emenda Constitucional nº 93 de 29 de novembro de 2018	
<b>3 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará .....</b>	<b>147</b>
Atualizado com as alterações dadas pelas Resoluções nºs. 413/1999, 416/1999, 473/2002, 500/2003, 533/2006, 534/2006, 545/2006, 550/2007, 580/2008, 614/2010, 616/2011, 617/2011, 639/2012 e 648/2013.	
<b>4 – Código de Ética e Decoro Parlamentar .....</b>	<b>189</b>



# 1 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

## PREÂMBULO



ós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

# SUMÁRIO

PREÂMBULO .....	11	SEÇÃO VI - DOS TRIBUNAIS E JUÍZES ELEITORAIS .....	36
TÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS .....	13	SEÇÃO VII - DOS TRIBUNAIS E JUÍZES MILITARES.....	37
TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS .....	13	SEÇÃO VIII - DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS .....	37
CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS .....	13	CAPÍTULO IV - DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	37
CAPÍTULO II - DOS DIREITOS SOCIAIS .....	15	SEÇÃO I - DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	37
CAPÍTULO III - DA NACIONALIDADE .....	16	SEÇÃO II - DA ADVOCACIA PÚBLICA .....	38
CAPÍTULO IV - DOS DIREITOS POLÍTICOS .....	16	SEÇÃO III - DA ADVOCACIA .....	38
CAPÍTULO V - DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	17	SEÇÃO IV - DA DEFENSORIA PÚBLICA .....	39
TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO .....	17	TÍTULO V - DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS....	39
CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA .....	17	CAPÍTULO I - DO ESTADO DE DEFESA E DO ESTADO DE SÍTIO .....	39
CAPÍTULO II - DA UNIÃO.....	17	SEÇÃO I - DO ESTADO DE DEFESA .....	39
CAPÍTULO III - DOS ESTADOS FEDERADOS .....	19	SEÇÃO II - DO ESTADO DE SÍTIO .....	39
CAPÍTULO IV - DOS MUNICÍPIOS .....	19	SEÇÃO III - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	39
CAPÍTULO V - DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS .....	20	CAPÍTULO II - DAS FORÇAS ARMADAS .....	39
SEÇÃO I - DO DISTRITO FEDERAL .....	20	CAPÍTULO III - DA SEGURANÇA PÚBLICA .....	40
SEÇÃO II - DOS TERRITÓRIOS .....	21	TÍTULO VI - DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO .....	40
CAPÍTULO VI - DA INTERVENÇÃO.....	21	CAPÍTULO I - DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL .....	40
CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	21	SEÇÃO I - DOS PRINCÍPIOS GERAIS.....	40
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21	SEÇÃO II - DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR .....	41
SEÇÃO II - DOS SERVIDORES PÚBLICOS .....	22	SEÇÃO III - DOS IMPOSTOS DA UNIÃO .....	42
SEÇÃO III - DOS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS .....	24	SEÇÃO IV - DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL .....	42
SEÇÃO IV - DAS REGIÕES .....	24	SEÇÃO V - DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS .....	43
TÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES .....	24	SEÇÃO VI - DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS .....	43
CAPÍTULO I - DO PODER LEGISLATIVO .....	24	CAPÍTULO II - DAS FINANÇAS PÚBLICAS .....	44
SEÇÃO I - DO CONGRESSO NACIONAL .....	24	SEÇÃO I - NORMAS GERAIS .....	44
SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL .....	24	SEÇÃO II - DOS ORÇAMENTOS .....	44
SEÇÃO III - DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	25	TÍTULO VII - DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	46
SEÇÃO IV - DO SENADO FEDERAL .....	25	CAPÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA .....	46
SEÇÃO V - DOS DEPUTADOS E DOS SENADORES.....	25	CAPÍTULO II - DA POLÍTICA URBANA.....	47
SEÇÃO VI - DAS REUNIÕES .....	26	CAPÍTULO III - DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA.....	47
SEÇÃO VII - DAS COMISSÕES .....	26	CAPÍTULO IV - DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL .....	48
SEÇÃO VIII - DO PROCESSO LEGISLATIVO .....	26	TÍTULO VIII - DA ORDEM SOCIAL .....	48
SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÃO GERAL .....	26	CAPÍTULO I - DISPOSIÇÃO GERAL .....	48
SUBSEÇÃO II - DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO .....	27	CAPÍTULO II - DA SEGURIDADE SOCIAL .....	48
SUBSEÇÃO III - DAS LEIS .....	27	SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	48
SEÇÃO IX - DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	28	SEÇÃO II - DA SAÚDE .....	49
CAPÍTULO II - DO PODER EXECUTIVO.....	29	SEÇÃO III - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL .....	49
SEÇÃO I - DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	29	SEÇÃO IV - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	50
SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA .....	29	CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO .....	50
SEÇÃO III - DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA .....	30	SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO.....	50
SEÇÃO IV - DOS MINISTROS DE ESTADO .....	30	SEÇÃO II - DA CULTURA .....	51
SEÇÃO V - DO CONSELHO DA REPÚBLICA E DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL.....	30	SEÇÃO III - DO DESPORTO.....	52
SUBSEÇÃO I - DO CONSELHO DA REPÚBLICA .....	30	CAPÍTULO IV - DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA .....	52
SUBSEÇÃO II - DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL .....	30	CAPÍTULO V - DA COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	53
CAPÍTULO III - DO PODER JUDICIÁRIO .....	30	CAPÍTULO VI - DO MEIO AMBIENTE .....	53
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	30	CAPÍTULO VII - DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO .....	54
SEÇÃO II - DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	33	CAPÍTULO VIII - DOS ÍNDIOS.....	54
SEÇÃO III - DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	34	TÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS .....	55
SEÇÃO IV - DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E DOS JUÍZES FEDERAIS	35	<b>ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS .....</b>	<b>56</b>
SEÇÃO V - DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DO TRABALHO .....	35		

## TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I** - a soberania;
- II** - a cidadania;
- III** - a dignidade da pessoa humana;
- IV** - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V** - o pluralismo político.

**Parágrafo único.** Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

**Art. 2º** São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

**Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I** - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II** - garantir o desenvolvimento nacional;
- III** - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV** - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**Art. 4º** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I** - independência nacional;
- II** - prevalência dos direitos humanos;
- III** - autodeterminação dos povos;
- IV** - não-intervenção;
- V** - igualdade entre os Estados;
- VI** - defesa da paz;
- VII** - solução pacífica dos conflitos;
- VIII** - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX** - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X** - concessão de asilo político.

**Parágrafo único.** A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

## TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

### CAPÍTULO I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I** - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II** - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III** - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV** - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V** - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- VI** - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- VII** - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

**VIII** - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

**IX** - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

**X** - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

**XI** - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

**XII** - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

**XIII** - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

**XIV** - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

**XV** - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

**XVI** - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

**XVII** - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

**XVIII** - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

**XIX** - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

**XX** - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

**XXI** - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

**XXII** - é garantido o direito de propriedade;

**XXIII** - a propriedade atenderá a sua função social;

**XXIV** - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

**XXV** - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

**XXVI** - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

**XXVII** - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

**XXVIII** - são assegurados, nos termos da lei:

**a)** a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

**b)** o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

**XXIX** - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

**XXX** - é garantido o direito de herança;

**XXXI** - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus;

**XXXII** - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

**XXXIII** - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

**XXXIV** - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

**a)** o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

**b)** a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

**XXXV** - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

**XXXVI** - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

**XXXVII** - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

**XXXVIII** - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

**a)** a plenitude de defesa;

**b)** o sigilo das votações;

**c)** a soberania dos veredictos;

**d)** a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

**XXXIX** - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

**XL** - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

**XLI** - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

**XLII** - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

**XLIII** - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

**XLIV** - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

**XLV** - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

**XLVI** - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

**a)** privação ou restrição da liberdade;

**b)** perda de bens;

**c)** multa;

**d)** prestação social alternativa;

**e)** suspensão ou interdição de direitos;

**XLVII** - não haverá penas:

**a)** de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

**b)** de caráter perpétuo;

**c)** de trabalhos forçados;

**d)** de banimento;

**e)** cruéis;

**XLVIII** - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

**XLIX** - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

**L** - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

**LI** - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

**LII** - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

**LIII** - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

**LIV** - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

**LV** - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

**LVI** - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

**LVII** - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

**LVIII** - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

**LIX** - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

**LX** - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

**LXI** - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

**LXII** - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

**LXIII** - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

**LXIV** - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

**LXV** - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

**LXVI** - ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

**LXVII** - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

**LXVIII** - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

**LXIX** - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

**LXX** - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

**a)** partido político com representação no Congresso Nacional;

**b)** organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

**LXXI** - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

**LXXII** - conceder-se-á habeas data:

**a)** para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

**b)** para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

**LXXIII** - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural,



ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

**LXXIV** - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

**LXXV** - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

**LXXVI** - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

**LXXVII** - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

**LXXVIII** - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

**§ 1º** As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

**§ 2º** Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

**§ 3º** Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

**§ 4º** O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

## **CAPÍTULO II Dos Direitos Sociais**

**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

**Art. 7º** São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

**I** - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

**II** - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

**III** - fundo de garantia do tempo de serviço;

**IV** - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

**V** - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

**VI** - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

**VII** - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

**VIII** - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

**IX** - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

**X** - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

**XI** - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

**XII** - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

**XIII** - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

**XIV** - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

**XV** - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

**XVI** - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

**XVII** - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

**XVIII** - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

**XIX** - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

**XX** - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

**XXI** - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

**XXII** - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

**XXIII** - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

**XXIV** - aposentadoria;

**XXV** - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

**XXVI** - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

**XXVII** - proteção em face da automação, na forma da lei;

**XXVIII** - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

**XXIX** - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

a) (Revogada).

b) (Revogada).

**XXX** - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

**XXXI** - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

**XXXII** - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

**XXXIII** - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

**XXXIV** - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

**Parágrafo único.** São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

**Art. 8º** É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

**I** - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

**II** - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

**III** - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

**IV** - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

**V** - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

**VI** - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

**VII** - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

**VIII** - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**Parágrafo único.** As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

**Art. 9º** É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

**§ 1º** A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

**§ 2º** Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

**Art. 10.** É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

**Art. 11.** Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

### **CAPÍTULO III Da Nacionalidade**

**Art. 12.** São brasileiros:

**I** - natos:

**a)** os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

**b)** os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

**c)** os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

**II** - naturalizados:

**a)** os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

**b)** os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

**§ 1º** Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

**§ 2º** A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

**§ 3º** São privativos de brasileiro nato os cargos:

**I** - de Presidente e Vice-Presidente da República;

**II** - de Presidente da Câmara dos Deputados;

**III** - de Presidente do Senado Federal;

**IV** - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

**V** - da carreira diplomática;

**VI** - de oficial das Forças Armadas;

**VII** - de Ministro de Estado da Defesa.

**§ 4º** Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

**I** - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

**II** - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:

**a)** de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;

**b)** de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

**Art. 13.** A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

**§ 1º** São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

**§ 2º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

### **CAPÍTULO IV Dos Direitos Políticos**

**Art. 14.** A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

**I** - plebiscito;

**II** - referendo;

**III** - iniciativa popular.

**§ 1º** O alistamento eleitoral e o voto são:

**I** - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

**II** - facultativos para:

**a)** os analfabetos;

**b)** os maiores de setenta anos;

**c)** os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

**§ 2º** Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

**§ 3º** São condições de elegibilidade, na forma da lei:

**I** - a nacionalidade brasileira;

**II** - o pleno exercício dos direitos políticos;

**III** - o alistamento eleitoral;

**IV** - o domicílio eleitoral na circunscrição;

**V** - a filiação partidária;

**VI** - a idade mínima de:

**a)** trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

**b)** trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

**c)** vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

**d)** dezoito anos para Vereador.

**§ 4º** São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

**§ 5º** O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

**§ 6º** Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

**§ 7º** São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

**§ 8º** O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

**I** - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

**II** - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

**§ 9º** Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

**§ 10.** O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

**§ 11.** A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

**Art. 15.** É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- I** - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- II** - incapacidade civil absoluta;
- III** - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- IV** - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
- V** - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

**Art. 16.** A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

#### **CAPÍTULO V Dos Partidos Políticos**

**Art. 17.** É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

- I** - caráter nacional;
- II** - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;
- III** - prestação de contas à Justiça Eleitoral;
- IV** - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

**§ 1º** É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

**§ 2º** Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

**§ 3º** Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

- I** - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou
- II** - tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

**§ 4º** É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

**§ 5º** Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

### **TÍTULO III Da Organização do Estado**

#### **CAPÍTULO I Da Organização Político-Administrativa**

**Art. 18.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

**§ 1º** Brasília é a Capital Federal.

**§ 2º** Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

**§ 3º** Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

**§ 4º** A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

**Art. 19.** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

**I** - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

**II** - recusar fé aos documentos públicos;

**III** - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

#### **CAPÍTULO II Da União**

**Art. 20.** São bens da União:

**I** - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

**II** - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

**III** - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

**IV** - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

**V** - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

**VI** - o mar territorial;

**VII** - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

**VIII** - os potenciais de energia hidráulica;

**IX** - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

**X** - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

**XI** - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

**§ 1º** É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

**§ 2º** A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

**Art. 21.** Compete à União:

**I** - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

**II** - declarar a guerra e celebrar a paz;

**III** - assegurar a defesa nacional;

**IV** - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

**V** - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

**VI** - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

**VII** - emitir moeda;

**VIII** - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

**IX** - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

**X** - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

**XI** - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

**XII** - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

**a)** os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

**b)** os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

- c)** a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;
- d)** os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;
- e)** os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
- f)** os portos marítimos, fluviais e lacustres;
- XIII** - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios;
- XIV** - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;
- XV** - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;
- XVI** - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;
- XVII** - conceder anistia;
- XVIII** - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;
- XIX** - instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;
- XX** - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
- XXI** - estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;
- XXII** - executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- XXIII** - explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:
- a)** toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;
- b)** sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;
- c)** sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;
- d)** a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;
- XXIV** - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;
- XXV** - estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.
- Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:
- I** - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- II** - desapropriação;
- III** - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;
- IV** - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
- V** - serviço postal;
- VI** - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;
- VII** - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;
- VIII** - comércio exterior e interestadual;
- IX** - diretrizes da política nacional de transportes;
- X** - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
- XI** - trânsito e transporte;
- XII** - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;
- XIII** - nacionalidade, cidadania e naturalização;
- XIV** - populações indígenas;
- XV** - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- XVI** - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

- XVII** - organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes;
- XVIII** - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;
- XIX** - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;
- XX** - sistemas de consórcios e sorteios;
- XXI** - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;
- XXII** - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;
- XXIII** - seguridade social;
- XXIV** - diretrizes e bases da educação nacional;
- XXV** - registros públicos;
- XXVI** - atividades nucleares de qualquer natureza;
- XXVII** - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;
- XXVIII** - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;
- XXIX** - propaganda comercial.
- Parágrafo único.** Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.
- Art. 23.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- I** - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II** - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III** - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV** - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V** - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;
- VI** - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII** - preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII** - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX** - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X** - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI** - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII** - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- Parágrafo único.** Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
- I** - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II** - orçamento;
- III** - juntas comerciais;
- IV** - custas dos serviços forenses;
- V** - produção e consumo;
- VI** - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- VII** - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

**VIII** - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

**IX** - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

**X** - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

**XI** - procedimentos em matéria processual;

**XII** - previdência social, proteção e defesa da saúde;

**XIII** - assistência jurídica e defensoria pública;

**XIV** - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

**XV** - proteção à infância e à juventude;

**XVI** - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

**§ 1º** No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

**§ 2º** A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

**§ 3º** Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

**§ 4º** A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

### **CAPÍTULO III** **Dos Estados Federados**

**Art. 25.** Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

**§ 1º** São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

**§ 2º** Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

**§ 3º** Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

**Art. 26.** Incluem-se entre os bens dos Estados:

**I** - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

**II** - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

**III** - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

**IV** - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

**Art. 27.** O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

**§ 1º** Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

**§ 2º** O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

**§ 3º** Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

**§ 4º** A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

**Art. 28.** A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

**§ 1º** Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.

**§ 2º** Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

### **CAPÍTULO IV** **Dos Municípios**

**Art. 29.** O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

**I** - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

**II** - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

**III** - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

**IV** - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

**a)** 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes;

**b)** 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes;

**c)** 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

**d)** 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes;

**e)** 17 (dezessete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes;

**f)** 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes;

**g)** 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes;

**h)** 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes;

**i)** 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes;

**j)** 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes;

**k)** 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes;

**l)** 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes;

**m)** 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes;

**n)** 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes;

**o)** 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes;

**p)** 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes;

**q)** 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes;

**r)** 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

**s)** 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes;

**t)** 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes;

**u)** 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes;

**v)** 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes;

**w)** 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e

**x)** 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

**V** - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

**VI** - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

**a)** em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

**b)** em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

**c)** em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

**d)** em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

**e)** em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

**f)** em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

**VII** - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município;

**VIII** - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

**IX** - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa;

**X** - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

**XI** - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;

**XII** - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

**XIII** - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

**XIV** - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único.

**Art. 29-A.** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

**I** - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

**II** - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

**III** - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

**IV** - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

**V** - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

**VI** - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

**§ 1º** A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

**§ 2º** Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

**I** - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;

**II** - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

**III** - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

**§ 3º** Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo.

**Art. 30.** Compete aos Municípios:

**I** - legislar sobre assuntos de interesse local;

**II** - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

**III** - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

**IV** - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;

**V** - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

**VI** - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

**VII** - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

**VIII** - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

**IX** - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

**Art. 31.** A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal, na forma da lei.

**§ 1º** O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

**§ 2º** O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

**§ 3º** As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questioná-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

**§ 4º** É vedada a criação de tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais.

## **CAPÍTULO V** **Do Distrito Federal e dos Territórios** **Seção I** **Do Distrito Federal**

**Art. 32.** O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

**§ 1º** Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

**§ 2º** A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77, e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.

**§ 3º** Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27.

**§ 4º** Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.

### **Seção II Dos Territórios**

**Art. 33.** A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios.

**§ 1º** Os Territórios poderão ser divididos em Municípios, aos quais se aplicará, no que couber, o disposto no Capítulo IV deste Título.

**§ 2º** As contas do Governo do Território serão submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

**§ 3º** Nos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, além do Governador, nomeado na forma desta Constituição, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instâncias, membros do Ministério Público e defensores públicos federais; a lei disporá sobre as eleições para a Câmara Territorial e sua competência deliberativa.

### **CAPÍTULO VI Da Intervenção**

**Art. 34.** A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

- I** - manter a integridade nacional;
- II** - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
- III** - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
- IV** - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- V** - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:
  - a)** suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;
  - b)** deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição dentro dos prazos estabelecidos em lei;
- VI** - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;
- VII** - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
  - a)** forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
  - b)** direitos da pessoa humana;
  - c)** autonomia municipal;
  - d)** prestação de contas da administração pública, direta e indireta;
  - e)** aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

**Art. 35.** O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

- I** - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;
- II** - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- III** - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
- IV** - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

**Art. 36.** A decretação da intervenção dependerá:

- I** - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;
- II** - no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;
- III** - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.
- IV** - (Revogado).

**§ 1º** O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

**§ 2º** Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

**§ 3º** Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

**§ 4º** Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

### **CAPÍTULO VII Da Administração Pública Seção I Disposições Gerais**

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- I** - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
- II** - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- III** - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- IV** - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;
- V** - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- VI** - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- VII** - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;
- VIII** - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;
- IX** - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- X** - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- XI** - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;
- XII** - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- XIII** - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- XIV** - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

**XV** - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

**XVI** - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

**a)** a de dois cargos de professor;

**b)** a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

**c)** a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

**XVII** - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

**XVIII** - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

**XIX** - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

**XX** - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

**XXI** - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**XXII** - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

**§ 1º** A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**§ 2º** A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

**§ 3º** A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

**I** - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

**II** - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

**III** - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

**§ 4º** Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

**§ 5º** A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

**§ 6º** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**§ 7º** A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

**§ 8º** A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firma-

do entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

**I** - o prazo de duração do contrato;

**II** - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

**III** - a remuneração do pessoal.

**§ 9º** O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

**§ 10.** É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

**§ 11.** Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

**§ 12.** Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

**Art. 38.** Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

**I** - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

**II** - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

**III** - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

**IV** - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

**V** - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

## Seção II Dos Servidores Públicos

**Art. 39.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

**§ 1º** A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

**I** - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

**II** - os requisitos para a investidura;

**III** - as peculiaridades dos cargos.

**§ 2º** A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

**§ 3º** Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

**§ 4º** O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.



**§ 5º** Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

**§ 6º** Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

**§ 7º** Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinar a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

**§ 8º** A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.

**Art. 40.** Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

**§ 1º** Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

**I** - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

**II** - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;

**III** - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

**a)** sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

**b)** sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

**§ 2º** Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

**§ 3º** Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

**§ 4º** É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

**I** - portadores de deficiência;

**II** - que exerçam atividades de risco;

**III** - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

**§ 5º** Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

**§ 6º** Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

**§ 7º** Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

**I** - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

**II** - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime

geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

**§ 8º** É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

**§ 9º** O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

**§ 10.** A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

**§ 11.** Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

**§ 12.** Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

**§ 13.** Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

**§ 14.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

**§ 15.** O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

**§ 16.** Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

**§ 17.** Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.

**§ 18.** Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

**§ 19.** O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

**§ 20.** Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.

**§ 21.** A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

**Art. 41.** São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

**§ 1º** O servidor público estável só perderá o cargo:

**I** - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

**II** - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

**III** - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

**§ 2º** Invalidadada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem,

sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

### Seção III

#### Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios

**Art. 42.** Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.

### Seção IV Das Regiões

**Art. 43.** Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do poder público;

II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

## TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

### CAPÍTULO I

#### Do Poder Legislativo

### Seção I

#### Do Congresso Nacional

**Art. 44.** O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

**Parágrafo único.** Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

**Art. 45.** A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

**Art. 46.** O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

**Art. 47.** Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

### Seção II

#### Das Atribuições do Congresso Nacional

**Art. 48.** Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, II I; e 153, § 2º, I.

**Art. 49.** É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

**XII** - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**XIII** - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

**XIV** - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

**XV** - autorizar referendo e convocar plebiscito;

**XVI** - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

**XVII** - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

**Art. 50.** A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

**§ 1º** Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

**§ 2º** As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

### Seção III Da Câmara dos Deputados

**Art. 51.** Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

**I** - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

**II** - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

**III** - elaborar seu regimento interno;

**IV** - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

**V** - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

### Seção IV Do Senado Federal

**Art. 52.** Compete privativamente ao Senado Federal:

**I** - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

**II** - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

**III** - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

**a)** magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

**b)** Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

**c)** Governador de Território;

**d)** presidente e diretores do Banco Central;

**e)** Procurador-Geral da República;

**f)** titulares de outros cargos que a lei determinar;

**IV** - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

**V** - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

**VI** - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**VII** - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal;

**VIII** - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

**IX** - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**X** - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

**XI** - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

**XII** - elaborar seu regimento interno;

**XIII** - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

**XIV** - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

**XV** - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

**Parágrafo único.** Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

### Seção V Dos Deputados e dos Senadores

**Art. 53.** Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

**§ 1º** Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

**§ 2º** Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

**§ 3º** Recebida a denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

**§ 4º** O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

**§ 5º** A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

**§ 6º** Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

**§ 7º** A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

**§ 8º** As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

**Art. 54.** Os Deputados e Senadores não poderão:

**I** - desde a expedição do diploma:

**a)** firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

**b)** aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior;

**II** - desde a posse:

**a)** ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

**b)** ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas no inciso I, a;

**c)** patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

**d)** ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

**Art. 55.** Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

**I** - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

**II** - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

**III** - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

**IV** - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

**V** - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;

**VI** - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

**§ 1º** É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

**§ 2º** Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

**§ 3º** Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

**§ 4º** A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.

**Art. 56.** Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

**I** - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária;

**II** - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

**§ 1º** O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

**§ 2º** Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

**§ 3º** Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.

#### Seção VI Das Reuniões

**Art. 57.** O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

**§ 1º** As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

**§ 2º** A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

**§ 3º** Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

**I** - inaugurar a sessão legislativa;

**II** - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

**III** - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

**IV** - conhecer do veto e sobre ele deliberar.

**§ 4º** Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

**§ 5º** A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

**§ 6º** A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

**I** - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

**II** - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

**§ 7º** Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

**§ 8º** Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.

#### Seção VII Das Comissões

**Art. 58.** O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

**§ 1º** Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

**§ 2º** As comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

**I** - discutir e votar projeto de lei que dispense, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

**II** - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

**III** - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

**IV** - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

**V** - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

**VI** - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

**§ 3º** As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**§ 4º** Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

#### Seção VIII Do Processo Legislativo Subseção I Disposição geral

**Art. 59.** O processo legislativo compreende a elaboração de:

**I** - emendas à Constituição;

**II** - leis complementares;

**III** - leis ordinárias;

**IV** - leis delegadas;

**V** - medidas provisórias;

**VI** - decretos legislativos;

**VII** - resoluções.

**Parágrafo único.** Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

## Subseção II Da Emenda à Constituição

**Art. 60.** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

**I** - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

**II** - do Presidente da República;

**III** - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

**§ 1º** A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

**§ 2º** A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

**§ 3º** A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

**§ 4º** Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

**I** - a forma federativa de Estado;

**II** - o voto direto, secreto, universal e periódico;

**III** - a separação dos Poderes;

**IV** - os direitos e garantias individuais.

**§ 5º** A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

## Subseção III Das Leis

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**§ 1º** São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

**I** - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

**II** - disponham sobre:

**a)** criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

**b)** organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

**c)** servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

**d)** organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

**e)** criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

**f)** militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

**§ 2º** A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**Art. 62.** Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

**§ 1º** É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

**I** - relativa a:

**a)** nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

**b)** direito penal, processual penal e processual civil;

**c)** organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

**d)** planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

**II** - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

**III** - reservada a lei complementar;

**IV** - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

**§ 2º** Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

**§ 3º** As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

**§ 4º** O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

**§ 5º** A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

**§ 6º** Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

**§ 7º** Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

**§ 8º** As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

**§ 9º** Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

**§ 10.** É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

**§ 11.** Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

**§ 12.** Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

**Art. 63.** Não será admitido aumento da despesa prevista:

**I** - nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, §§ 3º e 4º;

**II** - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos tribunais federais e do Ministério Público.

**Art. 64.** A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

**§ 1º** O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

**§ 2º** Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

**§ 3º** A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

**§ 4º** Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

**Art. 65.** O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

**Parágrafo único.** Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

**Art. 66.** A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

**§ 1º** Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

**§ 2º** O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

**§ 3º** Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

**§ 4º** O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.

**§ 5º** Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

**§ 6º** Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

**§ 7º** Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

**Art. 67.** A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

**Art. 68.** As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

**§ 1º** Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre:

**I** - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

**II** - nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;

**III** - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

**§ 2º** A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

**§ 3º** Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

**Art. 69.** As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

#### Seção IX

#### Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

**Art. 70.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

**Parágrafo único.** Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária.

**Art. 71.** O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

**I** - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

**II** - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

**III** - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações para cargo de pro-

vimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

**IV** - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

**V** - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

**VI** - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

**VII** - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

**VIII** - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

**IX** - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

**X** - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

**XI** - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

**§ 1º** No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

**§ 2º** Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

**§ 3º** As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

**§ 4º** O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

**Art. 72.** A comissão mista permanente a que se refere o art. 166, § 1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

**§ 1º** Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

**§ 2º** Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.

**Art. 73.** O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

**§ 1º** Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

**I** - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

**II** - idoneidade moral e reputação ilibada;

**III** - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

**IV** - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

**§ 2º** Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

**I** - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

**II** - dois terços pelo Congresso Nacional.

**§ 3º** Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tri-

bunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40.

**§ 4º** O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

**Art. 74.** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

**I** - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

**II** - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

**III** - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

**IV** - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

**§ 1º** Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

**§ 2º** Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

**Art. 75.** As normas estabelecidas nesta Seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

**Parágrafo único.** As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete conselheiros.

## **CAPÍTULO II Do Poder Executivo**

### **Seção I**

#### **Do Presidente e do Vice-Presidente da República**

**Art. 76.** O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

**Art. 77.** A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

**§ 1º** A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

**§ 2º** Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

**§ 3º** Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

**§ 4º** Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

**§ 5º** Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

**Art. 78.** O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

**Parágrafo único.** Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

**Art. 79.** Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

**Parágrafo único.** O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

**Art. 80.** Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

**Art. 81.** Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

**§ 1º** Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

**§ 2º** Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

**Art. 82.** O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

**Art. 83.** O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

### **Seção II**

#### **Das Atribuições do Presidente da República**

**Art. 84.** Compete privativamente ao Presidente da República:

**I** - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

**II** - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

**III** - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

**IV** - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

**V** - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

**VI** - dispor, mediante decreto, sobre:

**a)** organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

**b)** extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

**VII** - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

**VIII** - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

**IX** - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

**X** - decretar e executar a intervenção federal;

**XI** - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

**XII** - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

**XIII** - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

**XIV** - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

**XV** - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

**XVI** - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

**XVII** - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

**XVIII** - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

**XIX** - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

**XX** - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

**XXI** - conferir condecorações e distinções honoríficas;

**XXII** - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

**XXIII** - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Constituição;

**XXIV** - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

**XXV** - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

**XXVI** - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

**XXVII** - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

**Parágrafo único.** O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

### Seção III

#### Da Responsabilidade do Presidente da República

**Art. 85.** São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

**I** - a existência da União;

**II** - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

**III** - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

**IV** - a segurança interna do País;

**V** - a probidade na administração;

**VI** - a lei orçamentária;

**VII** - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

**Parágrafo único.** Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

**Art. 86.** Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

**§ 1º** O Presidente ficará suspenso de suas funções:

**I** - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

**II** - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

**§ 2º** Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

**§ 3º** Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

**§ 4º** O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

### Seção IV

#### Dos Ministros de Estado

**Art. 87.** Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

**Parágrafo único.** Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

**I** - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República;

**II** - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;

**III** - apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério;

**IV** - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República.

**Art. 88.** A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

### Seção V

#### Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional

##### Subseção I

#### Do Conselho da República

**Art. 89.** O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam:

**I** - o Vice-Presidente da República;

**II** - o Presidente da Câmara dos Deputados;

**III** - o Presidente do Senado Federal;

**IV** - os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;

**V** - os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;

**VI** - o Ministro da Justiça;

**VII** - seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

**Art. 90.** Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre:

**I** - intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio;

**II** - as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

**§ 1º** O Presidente da República poderá convocar Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério.

**§ 2º** A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho da República.

##### Subseção II

#### Do Conselho de Defesa Nacional

**Art. 91.** O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos:

**I** - o Vice-Presidente da República;

**II** - o Presidente da Câmara dos Deputados;

**III** - o Presidente do Senado Federal;

**IV** - o Ministro da Justiça;

**V** - o Ministro de Estado da Defesa;

**VI** - o Ministro das Relações Exteriores;

**VII** - o Ministro do Planejamento;

**VIII** - os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

**§ 1º** Compete ao Conselho de Defesa Nacional:

**I** - opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos desta Constituição;

**II** - opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal;

**III** - propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;

**IV** - estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

**§ 2º** A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.

### CAPÍTULO III

#### Do Poder Judiciário

##### Seção I

#### Disposições Gerais

**Art. 92.** São órgãos do Poder Judiciário:

**I** - o Supremo Tribunal Federal;

**I-A** - o Conselho Nacional de Justiça;

**II** - o Superior Tribunal de Justiça;

**II-A** - o Tribunal Superior do Trabalho;



**III** - os Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais;

**IV** - os Tribunais e Juizes do Trabalho;

**V** - os Tribunais e Juizes Eleitorais;

**VI** - os Tribunais e Juizes Militares;

**VII** - os Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

**§ 1º** O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

**§ 2º** O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

**Art. 93.** Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

**I** - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

**II** - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

**a)** é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

**b)** a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

**c)** aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento;

**d)** na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

**e)** não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão;

**III** - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância;

**IV** - previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

**V** - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º;

**VI** - a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40;

**VII** - o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal;

**VIII** - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;

**VIII-A** - a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas a, b, c e do inciso II;

**IX** - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

**X** - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

**XI** - nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da

competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno;

**XII** - a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juizes e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juizes em plantão permanente;

**XIII** - o número de juizes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

**XIV** - os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório;

**XV** - a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição.

**Art. 94.** Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

**Parágrafo único.** Recebidas as indicações, o tribunal formará lista triplíce, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

**Art. 95.** Os juizes gozam das seguintes garantias:

**I** - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

**II** - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

**III** - irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

**Parágrafo único.** Aos juizes é vedado:

**I** - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

**II** - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

**III** - dedicar-se a atividade político-partidária;

**IV** - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

**V** - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

**Art. 96.** Compete privativamente:

**I** - aos tribunais:

**a)** eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

**b)** organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juizes e dos lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

**c)** prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

**d)** propor a criação de novas varas judiciárias;

**e)** prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

**f)** conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juizes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

**II** - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169 :

**a)** a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

**b)** a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juizes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

**c)** a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

**d)** a alteração da organização e da divisão judiciárias;

**III** - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

**Art. 97.** Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

**Art. 98.** A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

**I** - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

**II** - justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

**§ 1º** Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal.

**§ 2º** As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

**Art. 99.** Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

**§ 1º** Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

**§ 2º** O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

**I** - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

**II** - no âmbito dos Estados e no do Distrito Federal e Territórios, aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais.

**§ 3º** Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

**§ 4º** Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

**§ 5º** Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

**Art. 100.** Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

**§ 1º** Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

**§ 2º** Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

**§ 3º** O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

**§ 4º** Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

**§ 5º** É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

**§ 6º** As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.

**§ 7º** O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

**§ 8º** É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo.

**§ 9º** No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

**§ 10.** Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas no § 9º, para os fins nele previstos.

**§ 11.** É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado.

**§ 12.** A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitos, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

**§ 13.** O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º.

**§ 14.** A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

**§ 15.** Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar a esta Constituição Federal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação.

**§ 16.** A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.

**§ 17.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.

**§ 18.** Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata o § 17, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas:

**I** - na União, as parcelas entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios por determinação constitucional;

**II** - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

**III** - na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

**§ 19.** Caso o montante total de débitos decorrentes de condenações judiciais em precatórios e obrigações de pequeno valor, em período de 12 (doze) meses, ultrapasse a média do comprometimento percentual da receita corrente líquida nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores, a parcela que exceder esse percentual poderá ser financiada, excetuada dos limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal e de quaisquer outros limites de endividamento previstos, não se aplicando a esse financiamento a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

**§ 20.** Caso haja precatório com valor superior a 15% (quinze por cento) do montante dos precatórios apresentados nos termos do § 5º deste artigo, 15% (quinze por cento) do valor deste precatório serão pagos até o final do exercício seguinte e o restante em parcelas iguais nos cinco exercícios subsequentes, acrescidas de juros de mora e correção monetária, ou mediante acordos diretos, perante Juízes Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado.

## **Seção II** **Do Supremo Tribunal Federal**

**Art. 101.** O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

**Parágrafo único.** Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

**Art. 102.** Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

**I** - processar e julgar, originariamente:

**a)** a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;

**b)** nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

**c)** nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

**d)** o habeas corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

**e)** o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;

**f)** as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;

**g)** a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

**h)** (Revogada).

**i)** o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

**j)** a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

**l)** a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

**m)** a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

**n)** a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

**o)** os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

**p)** o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

**q)** o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

**r)** as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

**II** - julgar, em recurso ordinário:

**a)** o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

**b)** o crime político;

**III** - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

**a)** contrariar dispositivo desta Constituição;

**b)** declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

**c)** julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição;

**d)** julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

**§ 1º** A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

**§ 2º** As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

**§ 3º** No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

**Art. 103.** Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

**I** - o Presidente da República;

**II** - a Mesa do Senado Federal;

**III** - a Mesa da Câmara dos Deputados;

**IV** - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

**V** - o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

**VI** - o Procurador-Geral da República;

**VII** - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

**VIII** - partido político com representação no Congresso Nacional;

**IX** - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

**§ 1º** O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

**§ 2º** Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

**§ 3º** Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

**§ 4º** (Revogado).

**Art. 103-A.** O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

**§ 1º** A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

**§ 2º** Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

**§ 3º** Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

**Art. 103-B.** O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

**I** - o Presidente do Supremo Tribunal Federal;

**II** - um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

**III** - um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

**IV** - um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

**V** - um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

**VI** - um juiz federal de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

**VII** - um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

**VIII** - um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

**IX** - um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

**X** - um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

**XI** - um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

**XII** - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

**XIII** - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

**§ 1º** O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

**§ 2º** Os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

**§ 3º** Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

**§ 4º** Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

**I** - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

**II** - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

**III** - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

**IV** - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

**V** - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juizes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

**VI** - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

**VII** - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

**§ 5º** O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

**I** - receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

**II** - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

**III** - requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

**§ 6º** Junto ao Conselho oficialarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

**§ 7º** A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

### Seção III Do Superior Tribunal de Justiça

**Art. 104.** O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.

**Parágrafo único.** Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

**I** - um terço dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tripla elaborada pelo próprio Tribunal;

**II** - um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.

**Art. 105.** Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

**I** - processar e julgar, originariamente:

**a)** nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

**b)** os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;

**c)** os habeas corpus, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea a, ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

**d)** os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, o, bem como entre tribunal e juizes a ele não vinculados e entre juizes vinculados a tribunais diversos;

**e)** as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

**f)** a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

**g)** os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

**h)** o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos

órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

**i)** a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;

**II** - julgar, em recurso ordinário:

**a)** os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

**b)** os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

**c)** as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

**III** - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

**a)** contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

**b)** julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;

**c)** der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

**Parágrafo único.** Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça:

**I** - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

**II** - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

#### Seção IV

##### Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais

**Art. 106.** São órgãos da Justiça Federal:

**I** - os Tribunais Regionais Federais;

**II** - os Juizes Federais.

**Art. 107.** Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

**I** - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira;

**II** - os demais, mediante promoção de juizes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.

**§ 1º** A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juizes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.

**§ 2º** Os Tribunais Regionais Federais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

**§ 3º** Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

**Art. 108.** Compete aos Tribunais Regionais Federais:

**I** - processar e julgar, originariamente:

**a)** os juizes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

**b)** as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juizes federais da região;

**c)** os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;

**d)** os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal;

**e)** os conflitos de competência entre juizes federais vinculados ao Tribunal;

**II** - julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juizes federais e pelos juizes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

**Art. 109.** Aos juizes federais compete processar e julgar:

**I** - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

**II** - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

**III** - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

**IV** - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

**V** - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

**V-A** - as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;

**VI** - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

**VII** - os habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

**VIII** - os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

**IX** - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

**X** - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

**XI** - a disputa sobre direitos indígenas.

**§ 1º** As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

**§ 2º** As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

**§ 3º** Serão processadas e julgadas na Justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela Justiça estadual.

**§ 4º** Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

**§ 5º** Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

**Art. 110.** Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária, que terá por sede a respectiva capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

**Parágrafo único.** Nos Territórios Federais, a jurisdição e as atribuições cometidas aos juizes federais caberão aos juizes da Justiça local, na forma da lei.

#### Seção V

##### Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juizes do Trabalho

**Art. 111.** São órgãos da Justiça do Trabalho:

**I** - o Tribunal Superior do Trabalho;

**II** - os Tribunais Regionais do Trabalho;

**III** - Juizes do Trabalho.

**§ 1º** (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

**Art. 111-A.** O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

**I** - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

**II** - os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

§ 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

**I** - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

**II** - o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

§ 3º Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões

**Art. 112.** A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

**Art. 113.** A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho.

**Art. 114.** Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

**I** - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**II** - as ações que envolvam exercício do direito de greve;

**III** - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

**IV** - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

**V** - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;

**VI** - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

**VII** - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

**VIII** - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

**IX** - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

§ 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convenionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

**Art. 115.** Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

**I** - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

**II** - os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente.

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

**Art. 116.** Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular.

**Parágrafo único.** (Revogado).

**Art. 117.** (Revogado).

## Seção VI

### Dos Tribunais e Juízes Eleitorais

**Art. 118.** São órgãos da Justiça Eleitoral:

**I** - o Tribunal Superior Eleitoral;

**II** - os Tribunais Regionais Eleitorais;

**III** - os Juízes Eleitorais;

**IV** - as Juntas Eleitorais.

**Art. 119.** O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

**I** - mediante eleição, pelo voto secreto:

**a)** três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

**b)** dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;

**II** - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

**Parágrafo único.** O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o corregedor eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

**Art. 120.** Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

§ 1º Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

**I** - mediante eleição, pelo voto secreto:

**a)** de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;

**b)** de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;

**II** - de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;

**III** - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

§ 2º O Tribunal Regional Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os desembargadores.

**Art. 121.** Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos Tribunais, dos juízes de direito e das Juntas Eleitorais.

§ 1º Os membros dos Tribunais, os juízes de direito e os integrantes das Juntas Eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

§ 2º Os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

§ 3º São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.

§ 4º Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando:

**I** - forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;

**II** - ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais Tribunais Eleitorais;

**III** - versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais;

**IV** - anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;

**V** - denegarem habeas corpus, mandado de segurança, habeas data ou mandado de injunção.

### Seção VII Dos Tribunais e Juizes Militares

**Art. 122.** São órgãos da Justiça Militar:

**I** - o Superior Tribunal Militar;

**II** - os Tribunais e Juizes Militares instituídos por lei.

**Art. 123.** O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

**Parágrafo único.** Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo:

**I** - três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;

**II** - dois, por escolha paritária, dentre juizes-audidores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

**Art. 124.** A Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

**Parágrafo único.** A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.

### Seção VIII Dos Tribunais e Juizes dos Estados

**Art. 125.** Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

**§ 1º** A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.

**§ 2º** Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

**§ 3º** A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

**§ 4º** Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

**§ 5º** Compete aos juizes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.

**§ 6º** O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

**§ 7º** O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

**Art. 126.** Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

**Parágrafo único.** Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

## CAPÍTULO IV Das Funções Essenciais à Justiça

### Seção I Do Ministério Público

**Art. 127.** O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

**§ 1º** São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

**§ 2º** Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

**§ 3º** O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

**§ 4º** Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º.

**§ 5º** Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

**§ 6º** Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

**Art. 128.** O Ministério Público abrange:

**I** - o Ministério Público da União, que compreende:

- a)** o Ministério Público Federal;
- b)** o Ministério Público do Trabalho;
- c)** o Ministério Público Militar;
- d)** o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

**II** - os Ministérios Públicos dos Estados.

**§ 1º** O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

**§ 2º** A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

**§ 3º** Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista triplíce dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

**§ 4º** Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

**§ 5º** Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

**I** - as seguintes garantias:

**a)** vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

**b)** inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

**c)** irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;

**II** - as seguintes vedações:

- a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia;
- c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;
- e) exercer atividade político-partidária;

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V.

**Art. 129.** São funções institucionais do Ministério Público:

- I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- II - zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;
- V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
- VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;
- VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93.

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.

**Art. 130.** Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta Seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

**Art. 130-A.** O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

- I - o Procurador-Geral da República, que o preside;
- II - quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;
- III - três membros do Ministério Público dos Estados;
- IV - dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;
- V - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VI - dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I - zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

- I - receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;
- II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;
- III - requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

## Seção II Da Advocacia Pública

**Art. 131.** A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

**Art. 132.** Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

**Parágrafo único.** Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

## Seção III Da Advocacia

**Art. 133.** O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.



## Seção IV Da Defensoria Pública

**Art. 134.** A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

**§ 1º** Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

**§ 2º** Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.

**§ 3º** Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

**§ 4º** São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

**Art. 135.** Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º.

## TÍTULO V Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas CAPÍTULO I Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio

### Seção I Do Estado de Defesa

**Art. 136.** O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

**§ 1º** O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

I - restrições aos direitos de:

- a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;
- b) sigilo de correspondência;
- c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

II - ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

**§ 2º** O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

**§ 3º** Na vigência do estado de defesa:

I - a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial;

II - a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;

III - a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;

IV - é vedada a incomunicabilidade do preso.

**§ 4º** Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

**§ 5º** Se o Congresso Nacional estiver em recesso, será convocado, extraordinariamente, no prazo de cinco dias.

**§ 6º** O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa.

**§ 7º** Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o estado de defesa.

## Seção II Do Estado de Sítio

**Art. 137.** O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

II - declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

**Parágrafo único.** O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

**Art. 138.** O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.

**§ 1º** O estado de sítio, no caso do art. 137, I, não poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior; no do inciso II, poderá ser decretado por todo o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira.

**§ 2º** Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

**§ 3º** O Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

**Art. 139.** Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

I - obrigação de permanência em localidade determinada;

II - detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;

III - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei;

IV - suspensão da liberdade de reunião;

V - busca e apreensão em domicílio;

VI - intervenção nas empresas de serviços públicos;

VII - requisição de bens.

**Parágrafo único.** Não se inclui nas restrições do inciso III a difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, desde que liberada pela respectiva Mesa.

## Seção III Disposições Gerais

**Art. 140.** A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

**Art. 141.** Cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes.

**Parágrafo único.** Logo que cesse o estado de defesa ou o estado de sítio, as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.

## CAPÍTULO II Das Forças Armadas

**Art. 142.** As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

**§ 1º** Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

**§ 2º** Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.

**§ 3º** Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

**I** - as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas;

**II** - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea c, será transferido para a reserva, nos termos da lei;

**III** - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea c, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;

**IV** - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;

**V** - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos;

**VI** - o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra;

**VII** - o oficial condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior;

**VIII** - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea c;

**IX** - (Revogado).

**X** - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

**Art. 143.** O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

**§ 1º** As Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

**§ 2º** As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

### **CAPÍTULO III Da Segurança Pública**

**Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

**I** - polícia federal;

**II** - polícia rodoviária federal;

**III** - polícia ferroviária federal;

**IV** - polícias civis;

**V** - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

**§ 1º** A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

**I** - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

**II** - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

**III** - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

**IV** - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

**§ 2º** A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

**§ 3º** A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

**§ 4º** Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

**§ 5º** Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbem a execução de atividades de defesa civil.

**§ 6º** As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

**§ 7º** A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

**§ 8º** Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

**§ 9º** A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

**§ 10.** A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:

**I** - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e

**II** - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

## **TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento CAPÍTULO I Do Sistema Tributário Nacional Seção I Dos Princípios Gerais**

**Art. 145.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

**I** - impostos;

**II** - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

**III** - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

**§ 1º** Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

**§ 2º** As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

**Art. 146.** Cabe à lei complementar:

**I** - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

**II** - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

**III** - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

**a)** definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

**b)** obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

**c)** adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

**d)** definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso

do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

**Parágrafo único.** A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

**I** - será opcional para o contribuinte;

**II** - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;

**III** - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;

**IV** - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.

**Art. 146-A.** Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

**Art. 147.** Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

**Art. 148.** A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

**I** - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;

**II** - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, b.

**Parágrafo único.** A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

**Art. 149.** Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

**§ 1º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

**§ 2º** As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo:

**I** - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;

**II** - incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;

**III** - poderão ter alíquotas:

**a)** ad valorem, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro;

**b)** específica, tendo por base a unidade de medida adotada.

**§ 3º** A pessoa natural destinatária das operações de importação poderá ser equiparada a pessoa jurídica, na forma da lei.

**§ 4º** A lei definirá as hipóteses em que as contribuições incidirão uma única vez.

**Art. 149-A.** Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

**Parágrafo único.** É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.

## **Seção II** **Das Limitações do Poder de Tributar**

**Art. 150.** Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

**I** - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

**II** - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

**III** - cobrar tributos:

**a)** em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

**b)** no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

**c)** antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

**IV** - utilizar tributo com efeito de confisco;

**V** - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

**VI** - instituir impostos sobre:

**a)** patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

**b)** templos de qualquer culto;

**c)** patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

**d)** livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

**e)** fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

**§ 1º** A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

**§ 2º** A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

**§ 3º** As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

**§ 4º** As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

**§ 5º** A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

**§ 6º** Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g.

**§ 7º** A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

**Art. 151.** É vedado à União:

**I** - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País;

**II** - tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;

**III** - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

**Art. 152.** É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

### Seção III Dos Impostos da União

**Art. 153.** Compete à União instituir impostos sobre:

- I** - importação de produtos estrangeiros;
- II** - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III** - renda e proventos de qualquer natureza;
- IV** - produtos industrializados;
- V** - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- VI** - propriedade territorial rural;
- VII** - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

**§ 1º** É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

**§ 2º** O imposto previsto no inciso III :

**I** - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

**II** - (Revogado).

**§ 3º** O imposto previsto no inciso IV :

**I** - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

**II** - será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

**III** - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

**IV** - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

**§ 4º** O imposto previsto no inciso VI do caput :

**I** - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;

**II** - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;

**III** - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

**§ 5º** O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do caput deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

**I** - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

**II** - setenta por cento para o Município de origem.

**Art. 154.** A União poderá instituir:

**I** - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

**II** - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

### Seção IV Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

**Art. 155.** Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- I** - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- II** - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- III** - propriedade de veículos automotores.

**§ 1º** O imposto previsto no inciso I :

**I** - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;

**II** - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

**III** - terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar:

**a)** se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

**b)** se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

**IV** - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

**§ 2º** O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

**I** - será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

**II** - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

**a)** não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

**b)** acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

**III** - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

**IV** - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

**V** - é facultado ao Senado Federal:

**a)** estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

**b)** fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

**VI** - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

**VII** - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual;

**a)** (revogado).

**b)** (revogado).

**VIII** - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída:

**a)** ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;

**b)** ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto;

**IX** - incidirá também:

**a)** sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;

**b)** sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

**X** - não incidirá:

**a)** sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

**b)** sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

**c)** sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

**d)** nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

**XI** - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

**XII** - cabe à lei complementar:

**a)** definir seus contribuintes;

**b)** dispor sobre substituição tributária;

**c)** disciplinar o regime de compensação do imposto;

**d)** fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

**e)** excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, a;

**f)** prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

**g)** regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

**h)** definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b;

**i)** fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.

**§ 3º** À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

**§ 4º** Na hipótese do inciso XII, h, observar-se-á o seguinte:

**I** - nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo;

**II** - nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;

**III** - nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem;

**IV** - as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g, observando-se o seguinte:

**a)** serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto;

**b)** poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência;

**c)** poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

**§ 5º** As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, g.

**§ 6º** O imposto previsto no inciso III :

**I** - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal;

**II** - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.

#### **Seção V Dos Impostos dos Municípios**

**Art. 156.** Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

**I** - propriedade predial e territorial urbana;

**II** - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

**III** - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

**IV** - (Revogado).

**§ 1º** Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

**I** - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

**II** - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

**§ 2º** O imposto previsto no inciso II :

**I** - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

**II** - compete ao Município da situação do bem.

**§ 3º** Em relação ao imposto previsto no inciso III do caput deste artigo, cabe à lei complementar:

**I** - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

**II** - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior;

**III** - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

**§ 4º** (Revogado).

#### **Seção VI Da Repartição das Receitas Tributárias**

**Art. 157.** Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

**I** - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

**II** - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

**Art. 158.** Pertencem aos Municípios:

**I** - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

**II** - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;

**III** - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

**IV** - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

**Parágrafo único.** As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

**I** - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

**II** - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

**Art. 159.** A União entregará:

**I** - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma:

**a)** vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

**b)** vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

**c)** três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

**d)** um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;

**e)** 1% (um por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano;

**II** - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

**III** - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

**§ 1º** Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, exclui-se à parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

**§ 2º** A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

**§ 3º** Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

**§ 4º** Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

**Art. 160.** É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

**Parágrafo único.** A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:

**I** - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;

**II** - ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.

**Art. 161.** Cabe à lei complementar:

**I** - definir valor adicionado para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;

**II** - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, especialmente sobre os critérios de rateio dos fundos previstos em seu inciso I, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e entre Municípios;

**III** - dispor sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações previstas nos arts. 157, 158 e 159.

**Parágrafo único.** O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos de participação a que alude o inciso II.

**Art. 162.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

**Parágrafo único.** Os dados divulgados pela União serão discriminados por Estado e por Município; os dos Estados, por Município.

## **CAPÍTULO II** **Das Finanças Públicas**

### **Seção I** **Normas Gerais**

**Art. 163.** Lei complementar disporá sobre:

**I** - finanças públicas;

**II** - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público;

**III** - concessão de garantias pelas entidades públicas;

**IV** - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

**V** - fiscalização financeira da administração pública direta e indireta;

**VI** - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**VII** - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

**Art. 164.** A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.

**§ 1º** É vedado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

**§ 2º** O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

**§ 3º** As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do poder público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, res-salvados os casos previstos em lei.

### **Seção II** **Dos Orçamentos**

**Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

**I** - o plano plurianual;

**II** - as diretrizes orçamentárias;

**III** - os orçamentos anuais.

**§ 1º** A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

**§ 2º** A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

**§ 3º** O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

**§ 4º** Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

**§ 5º** A lei orçamentária anual compreenderá:

**I** - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

**II** - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

**III** - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

**§ 6º** O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

**§ 7º** Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

**§ 8º** A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

**§ 9º** Cabe à lei complementar:

**I** - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

**II** - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

**III** - dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório, para a realização do disposto no § 11 do art. 166.

**Art. 166.** Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

**§ 1º** Caberá a uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

**I** - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

**II** - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

**§ 2º** As emendas serão apresentadas na comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

**§ 3º** As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

**I** - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

**II** - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

**a)** dotações para pessoal e seus encargos;

**b)** serviço da dívida;

**c)** transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e o Distrito Federal; ou

**III** - sejam relacionadas:

**a)** com a correção de erros ou omissões; ou

**b)** com os dispositivos do texto do projeto de lei.

**§ 4º** As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

**§ 5º** O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

**§ 6º** Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

**§ 7º** Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

**§ 8º** Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

**§ 9º** As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

**§ 10.** A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

**§ 11.** É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 9º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165.

**§ 12.** As programações orçamentárias previstas no § 9º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

**§ 13.** Quando a transferência obrigatória da União, para a execução da programação prevista no § 11 deste artigo, for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independêr da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o caput do art. 169.

**§ 14.** No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma do § 11 deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas:

**I** - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública enviarão ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento;

**II** - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

**III** - até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

**IV** - se, até 20 de novembro ou até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso III, o Congresso Nacional não deliberar sobre o projeto, o remanejamento será implementado por ato do Poder Executivo, nos termos previstos na lei orçamentária.

**§ 15.** Após o prazo previsto no inciso IV do § 14, as programações orçamentárias previstas no § 11 não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do § 14.

**§ 16.** Os restos a pagar poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no § 11 deste artigo, até o limite de 0,6% (seis décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

**§ 17.** Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, o montante previsto no § 11 deste artigo poderá ser reduzido em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias.

**§ 18.** Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

**Art. 167.** São vedados:

**I** - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

**II** - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

**III** - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

**IV** - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

**V** - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

**VI** - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

**VII** - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

**VIII** - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

**IX** - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

**X** - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**XI** - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

**§ 1º** Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

**§ 2º** Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos

quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

**§ 3º** A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

**§ 4º** É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.

**§ 5º** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade de prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo.

**Art. 168.** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

**Art. 169.** A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

**§ 1º** A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

**I** - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

**II** - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

**§ 2º** Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.

**§ 3º** Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

**I** - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

**II** - exoneração dos servidores não estáveis.

**§ 4º** Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

**§ 5º** O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

**§ 6º** O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de quatro anos.

**§ 7º** Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º.

## TÍTULO VII Da Ordem Econômica e Financeira

### CAPÍTULO I

#### Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

**Art. 170.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

**I** - soberania nacional;

**II** - propriedade privada;

**III** - função social da propriedade;

**IV** - livre concorrência;

**V** - defesa do consumidor;

**VI** - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

**VII** - redução das desigualdades regionais e sociais;

**VIII** - busca do pleno emprego;

**IX** - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

**Parágrafo único.** É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

**Art. 171.** (Revogado).

**Art. 172.** A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.

**Art. 173.** Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

**§ 1º** A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

**I** - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

**II** - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

**III** - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;

**IV** - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;

**V** - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores.

**§ 2º** As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

**§ 3º** A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.

**§ 4º** A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

**§ 5º** A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

**Art. 174.** Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

**§ 1º** A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

**§ 2º** A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

**§ 3º** O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

**§ 4º** As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei.

**Art. 175.** Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

**Parágrafo único.** A lei disporá sobre:

**I** - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;



**II** - os direitos dos usuários;

**III** - política tarifária;

**IV** - a obrigação de manter serviço adequado.

**Art. 176.** As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

**§ 1º** A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

**§ 2º** É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.

**§ 3º** A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do Poder concedente.

**§ 4º** Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

**Art. 177.** Constituem monopólio da União:

**I** - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

**II** - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

**III** - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

**IV** - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;

**V** - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal.

**§ 1º** A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições estabelecidas em lei.

**§ 2º** A lei a que se refere o § 1º disporá sobre:

**I** - a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional;

**II** - as condições de contratação;

**III** - a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União.

**§ 3º** A lei disporá sobre o transporte e a utilização de materiais radioativos no território nacional.

**§ 4º** A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos:

**I** - a alíquota da contribuição poderá ser:

**a)** diferenciada por produto ou uso;

**b)** reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150, III, b;

**II** - os recursos arrecadados serão destinados:

**a)** ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo;

**b)** ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás;

**c)** ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.

**Art. 178.** A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

**Parágrafo único.** Na ordenação do transporte aquático, a lei estabelecerá as condições em que o transporte de mercadorias na cabotagem e a navegação interior poderão ser feitos por embarcações estrangeiras.

**Art. 179.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

**Art. 180.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

**Art. 181.** O atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País dependerá de autorização do Poder competente.

## **CAPÍTULO II** **Da Política Urbana**

**Art. 182.** A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

**§ 1º** O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

**§ 2º** A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

**§ 3º** As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

**§ 4º** É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

**I** - parcelamento ou edificação compulsórios;

**II** - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

**III** - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

**Art. 183.** Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

**§ 1º** O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

**§ 2º** Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

**§ 3º** Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

## **CAPÍTULO III** **Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária**

**Art. 184.** Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

**§ 1º** As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

**§ 2º** O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

**§ 3º** Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

**§ 4º** O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

**§ 5º** São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

**Art. 185.** São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

**I** - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

**II** - a propriedade produtiva.

**Parágrafo único.** A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

**Art. 186.** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

**I** - aproveitamento racional e adequado;

**II** - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

**III** - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

**IV** - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

**Art. 187.** A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

**I** - os instrumentos creditícios e fiscais;

**II** - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;

**III** - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;

**IV** - a assistência técnica e extensão rural;

**V** - o seguro agrícola;

**VI** - o cooperativismo;

**VII** - a eletrificação rural e irrigação;

**VIII** - a habitação para o trabalhador rural.

**§ 1º** Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

**§ 2º** Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

**Art. 188.** A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

**§ 1º** A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

**§ 2º** Excetua-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

**Art. 189.** Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

**Parágrafo único.** O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

**Art. 190.** A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

**Art. 191.** Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

**Parágrafo único.** Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

#### **CAPÍTULO IV** **Do Sistema Financeiro Nacional**

**Art. 192.** O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

**I** - (Revogado).

**II** - (Revogado).

**III** - (Revogado).

**a)** (Revogado).

**b)** (Revogado).

**IV** - (Revogado).

**V** - (Revogado).

**VI** - (Revogado).

**VII** - (Revogado).

**VIII** - (Revogado).

**§ 1º** (Revogado).

**§ 2º** (Revogado).

**§ 3º** (Revogado).

#### **TÍTULO VIII** **Da Ordem Social** **CAPÍTULO I** **Disposição Geral**

**Art. 193.** A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

#### **CAPÍTULO II** **Da Seguridade Social** **Seção I** **Disposições Gerais**

**Art. 194.** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

**Parágrafo único.** Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

**I** - universalidade da cobertura e do atendimento;

**II** - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

**III** - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

**IV** - irredutibilidade do valor dos benefícios;

**V** - equidade na forma de participação no custeio;

**VI** - diversidade da base de financiamento;

**VII** - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

**Art. 195.** A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

**I** - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

**a)** a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

**b)** a receita ou o faturamento;

**c)** o lucro;

**II** - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

**III** - sobre a receita de concursos de prognósticos.

**IV** - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

**§ 1º** As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

**§ 2º** A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

**§ 3º** A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

**§ 4º** A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.

**§ 5º** Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

**§ 6º** As contribuições sociais de que trata este artigo só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b.

**§ 7º** São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

**§ 8º** O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

**§ 9º** As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

**§ 10.** A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

**§ 11.** É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.

**§ 12.** A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não-cumulativas.

**§ 13.** Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.

## Seção II Da Saúde

**Art. 196.** A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

**Art. 197.** São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

**Art. 198.** As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

**I** - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

**II** - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

**III** - participação da comunidade.

**§ 1º** O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

**§ 2º** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

**I** - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento);

**II** - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

**III** - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

**§ 3º** Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

**I** - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º;

**II** - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

**III** - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;

**IV** - (revogado);

**§ 4º** Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

**§ 5º** Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

**§ 6º** Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.

**Art. 199.** A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

**§ 1º** As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

**§ 2º** É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

**§ 3º** É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

**§ 4º** A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

**Art. 200.** Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

**I** - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

**II** - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

**III** - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

**IV** - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

**V** - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

**VI** - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

**VII** - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

**VIII** - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

## Seção III Da Previdência Social

**Art. 201.** A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

**I** - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

**II** - proteção à maternidade, especialmente à gestante;

**III** - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

**IV** - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

**V** - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

**§ 1º** É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

**§ 2º** Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

**§ 3º** Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

**§ 4º** É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

**§ 5º** É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

**§ 6º** A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

**§ 7º** É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

**I** - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

**II** - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

**§ 8º** Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

**§ 9º** Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

**§ 10.** Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

**§ 11.** Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

**§ 12.** Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.

**§ 13.** O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.

**Art. 202.** O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

**§ 1º** A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

**§ 2º** As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

**§ 3º** É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade

de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

**§ 4º** Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada.

**§ 5º** A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

**§ 6º** A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

#### Seção IV

#### Da Assistência Social

**Art. 203.** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

**I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

**II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

**III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

**IV** - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

**V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

**Art. 204.** As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

**I** - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

**II** - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

**Parágrafo único.** É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

**I** - despesas com pessoal e encargos sociais;

**II** - serviço da dívida;

**III** - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

#### CAPÍTULO III

#### Da Educação, da Cultura e do Desporto

#### Seção I

#### Da Educação

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

**I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

**II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

**III** - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

**IV** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

**V** - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

**VI** - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

**VII** - garantia de padrão de qualidade;

**VIII** - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

**Parágrafo único.** A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Art. 207.** As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

**§ 1º** É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

**§ 2º** O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

**Art. 208.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

**I** - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

**II** - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

**III** - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

**IV** - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

**V** - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

**VI** - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

**VII** - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

**§ 1º** O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

**§ 2º** O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

**§ 3º** Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

**Art. 209.** O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

**I** - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

**II** - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

**Art. 210.** Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

**§ 1º** O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

**§ 2º** O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

**Art. 211.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

**§ 1º** A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

**§ 2º** Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

**§ 3º** Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

**§ 4º** Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

**§ 5º** A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

**Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**§ 1º** A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

**§ 2º** Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

**§ 3º** A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

**§ 4º** Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

**§ 5º** A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

**§ 6º** As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

**Art. 213.** Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

**I** - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

**II** - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

**§ 1º** Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

**§ 2º** As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

**Art. 214.** A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

**I** - erradicação do analfabetismo;

**II** - universalização do atendimento escolar;

**III** - melhoria da qualidade do ensino;

**IV** - formação para o trabalho;

**V** - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

**VI** - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

## Seção II Da Cultura

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

**§ 1º** O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

**§ 2º** A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

**§ 3º** A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I** - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II** - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III** - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV** - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V** - valorização da diversidade étnica e regional.

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I** - as formas de expressão;
- II** - os modos de criar, fazer e viver;
- III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

**§ 1º** O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

**§ 2º** Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

**§ 3º** A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

**§ 4º** Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

**§ 5º** Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

**§ 6º** É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

- I** - despesas com pessoal e encargos sociais;
- II** - serviço da dívida;
- III** - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

**Art. 216-A.** O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

**§ 1º** O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

- I** - diversidade das expressões culturais;
- II** - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III** - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV** - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V** - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI** - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII** - transversalidade das políticas culturais;
- VIII** - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX** - transparência e compartilhamento das informações;
- X** - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI** - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII** - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

**§ 2º** Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

- I** - órgãos gestores da cultura;
- II** - conselhos de política cultural;
- III** - conferências de cultura;
- IV** - comissões intergestores;
- V** - planos de cultura;
- VI** - sistemas de financiamento à cultura;
- VII** - sistemas de informações e indicadores culturais;
- VIII** - programas de formação na área da cultura; e
- IX** - sistemas setoriais de cultura.

**§ 3º** Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

**§ 4º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

### Seção III Do Desporto

**Art. 217.** É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

- I** - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II** - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- III** - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;
- IV** - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

**§ 1º** O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

**§ 2º** A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

**§ 3º** O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

### CAPÍTULO IV Da Ciência, Tecnologia e Inovação

**Art. 218.** O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

**§ 1º** A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

**§ 2º** A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

**§ 3º** O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

**§ 4º** A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

**§ 5º** É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

**§ 6º** O Estado, na execução das atividades previstas no caput, estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo.

**§ 7º** O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput.

**Art. 219.** O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

**Parágrafo único.** O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia.

**Art. 219-A.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.

**Art. 219-B.** O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

**§ 1º** Lei federal disporá sobre as normas gerais do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

**§ 2º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades.

#### **CAPÍTULO V Da Comunicação Social**

**Art. 220.** A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

**§ 1º** Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

**§ 2º** É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

**§ 3º** Compete à lei federal:

**I** - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

**II** - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

**§ 4º** A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

**§ 5º** Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

**§ 6º** A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

**Art. 221.** A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

**I** - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

**II** - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

**III** - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

**IV** - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

**Art. 222.** A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

**§ 1º** Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**§ 2º** A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

**§ 3º** Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

**§ 4º** Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

**§ 5º** As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.

**Art. 223.** Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

**§ 1º** O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

**§ 2º** A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

**§ 3º** O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

**§ 4º** O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

**§ 5º** O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**Art. 224.** Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

#### **CAPÍTULO VI Do Meio Ambiente**

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**§ 1º** Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

**I** - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

**II** - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

**III** - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

**IV** - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

**V** - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

**VI** - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

**VII** - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

**§ 2º** Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

**§ 3º** As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

**§ 4º** A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

**§ 5º** São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

**§ 6º** As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

**§ 7º** Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

## CAPÍTULO VII

### Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso

**Art. 226.** A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

**§ 1º** O casamento é civil e gratuita a celebração.

**§ 2º** O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

**§ 3º** Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

**§ 4º** Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

**§ 5º** Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

**§ 6º** O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

**§ 7º** Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

**§ 8º** O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

**Art. 227** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

**§ 1º** O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

**I** - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

**II** - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

**§ 2º** A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

**§ 3º** O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

**I** - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

**II** - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

**III** - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

**IV** - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

**V** - obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

**VI** - estímulo do poder público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

**VII** - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

**§ 4º** A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

**§ 5º** A adoção será assistida pelo poder público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

**§ 6º** Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

**§ 7º** No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

**§ 8º** A lei estabelecerá:

**I** - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

**II** - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

**Art. 228.** São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

**Art. 229.** Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

**Art. 230.** A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

**§ 1º** Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

**§ 2º** Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

## CAPÍTULO VIII

### Dos Índios

**Art. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

**§ 1º** São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

**§ 2º** As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

**§ 3º** O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

**§ 4º** As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

**§ 5º** É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

**§ 6º** São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

**§ 7º** Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.

**Art. 232.** Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.



## TÍTULO IX Das Disposições Constitucionais Gerais

**Art. 233.** (Revogado).

**Art. 234.** É vedado à União, direta ou indiretamente, assumir, em decorrência da criação de Estado, encargos referentes a despesas com pessoal inativo e com encargos e amortizações da dívida interna ou externa da administração pública, inclusive da indireta.

**Art. 235.** Nos dez primeiros anos da criação de Estado, serão observadas as seguintes normas básicas:

**I** - a Assembléia Legislativa será composta de dezessete Deputados se a população do Estado for inferior a seiscentos mil habitantes, e de vinte e quatro se igual ou superior a esse número, até um milhão e quinhentos mil;

**II** - o Governo terá no máximo dez Secretarias;

**III** - o Tribunal de Contas terá três membros, nomeados, pelo Governador eleito, dentre brasileiros de comprovada idoneidade e notório saber;

**IV** - o Tribunal de Justiça terá sete desembargadores;

**V** - os primeiros desembargadores serão nomeados pelo Governador eleito, escolhidos da seguinte forma:

**a)** cinco dentre os magistrados com mais de trinta e cinco anos de idade, em exercício na área do novo Estado ou do Estado originário;

**b)** dois dentre promotores, nas mesmas condições, e advogados de comprovada idoneidade e saber jurídico, com dez anos, no mínimo, de exercício profissional, obedecido o procedimento fixado na Constituição;

**VI** - no caso de Estado proveniente de Território Federal, os cinco primeiros desembargadores poderão ser escolhidos dentre juizes de direito de qualquer parte do País;

**VII** - em cada comarca, o primeiro juiz de direito, o primeiro promotor de justiça e o primeiro defensor público serão nomeados pelo Governador eleito após concurso público de provas e títulos;

**VIII** - até a promulgação da Constituição estadual, responderão pela Procuradoria-Geral, pela Advocacia-Geral e pela Defensoria-Geral do Estado advogados de notório saber, com trinta e cinco anos de idade, no mínimo, nomeados pelo Governador eleito e demissíveis ad nutum;

**IX** - se o novo Estado for resultado de transformação de Território Federal, a transferência de encargos financeiros da União para pagamento dos servidores optantes que pertenciam à administração federal ocorrerá da seguinte forma:

**a)** no sexto ano de instalação, o Estado assumirá vinte por cento dos encargos financeiros para fazer face ao pagamento dos servidores públicos, ficando ainda o restante sob a responsabilidade da União;

**b)** no sétimo ano, os encargos do Estado serão acrescidos de trinta por cento e, no oitavo, dos restantes cinquenta por cento;

**X** - as nomeações que se seguirem às primeiras, para os cargos mencionados neste artigo, serão disciplinadas na Constituição estadual;

**XI** - as despesas orçamentárias com pessoal não poderão ultrapassar cinquenta por cento da receita do Estado.

**Art. 236.** Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.

**§ 1º** Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

**§ 2º** Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

**§ 3º** O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

**Art. 237.** A fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, serão exercidos pelo Ministério da Fazenda.

**Art. 238.** A lei ordenará a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis, respeitados os princípios desta Constituição.

**Art. 239.** A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Com-

plementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.

**§ 1º** Dos recursos mencionados no caput deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.

**§ 2º** Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o caput deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

**§ 3º** Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.

**§ 4º** O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

**Art. 240.** Ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

**Art. 241.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

**Art. 242.** O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

**§ 1º** O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

**§ 2º** O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal.

**Art. 243.** As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

**Parágrafo único.** Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.

**Art. 244.** A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.

**Art. 245.** A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o poder público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vítimas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.

**Art. 246.** É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda, inclusive.

**Art. 247.** As leis previstas no inciso III do § 1º do art. 41 e no § 7º do art. 169 estabelecerão critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado.

**Parágrafo único.** Na hipótese de insuficiência de desempenho, a perda do cargo somente ocorrerá mediante processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 248.** Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que à conta do Tesouro Nacional, e os não

sujeitos ao limite máximo de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37, XI.

**Art. 249.** Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos.

**Art. 250.** Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desse fundo.

Brasília, 5 de outubro de 1988.

Ulysses Guimarães - Presidente

Luiz Soyer - 2º Suplente de Secretário

Mauro Benevides - 1º Vice-Presidente

Sotero Cunha - 3º Suplente de Secretário

Jorge Arbage - 2º Vice-Presidente

Bernardo Cabral - Relator Geral

Marcelo Cordeiro - 1º Secretário

Adolfo Oliveira - Relator Adjunto

Mário Maia - 2º Secretário

Antônio Carlos Konder Reis - Relator Adjunto

Arnaldo Faria de Sá - 3º Secretário

José Fogaça - Relator Adjunto

Benedita da Silva - 1º Suplente de Secretário

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.10.1988

## ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

**Art. 1º** O Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e os membros do Congresso Nacional prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, no ato e na data de sua promulgação.

**Art. 2º** No dia 21 de abril de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma e o sistema de governo que devem vigorar no País.

**§ 1º** Será assegurada gratuidade na livre divulgação dessas formas e sistemas, através dos meios de comunicação de massa cessionários de serviço público.

**§ 2º** O Tribunal Superior Eleitoral, promulgada a Constituição, expedirá as normas regulamentadoras deste artigo.

**Art. 3º** A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

**Art. 4º** O mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1990.

**§ 1º** A primeira eleição para Presidente da República após a promulgação da Constituição será realizada no dia 15 de novembro de 1989, não se lhe aplicando o disposto no art. 16 da Constituição.

**§ 2º** É assegurada a irredutibilidade da atual representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados.

**§ 3º** Os mandatos dos Governadores e dos Vice-Governadores eleitos em 15 de novembro de 1986 terminarão em 15 de março de 1991.

**§ 4º** Os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores terminarão no dia 1º de janeiro de 1989, com a posse dos eleitos.

**Art. 5º** Não se aplicam às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no art. 16 e as regras do art. 77 da Constituição.

**§ 1º** Para as eleições de 15 de novembro de 1988 será exigido domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos durante os quatro meses anteriores ao pleito, podendo os candidatos que preencham este requisito, atendidas as demais exigências da lei, ter seu registro efetivado pela Justiça Eleitoral após a promulgação da Constituição.

**§ 2º** Na ausência de norma legal específica, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral editar as normas necessárias à realização das eleições de 1988, respeitada a legislação vigente.

**§ 3º** Os atuais parlamentares federais e estaduais eleitos Vice-Prefeitos, se convocados a exercer a função de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar.

**§ 4º** O número de Vereadores por Município será fixado, para a representação a ser eleita em 1988, pelo respectivo Tribunal Regional Eleitoral, respeitados os limites estipulados no art. 29, IV, da Constituição.

**§ 5º** Para as eleições de 15 de novembro de 1988, ressalvados os que já exercem mandato eletivo, são inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consangüinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, do Governador de Estado, do Governador do Distrito Federal e do Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato.

**Art. 6º** Nos seis meses posteriores à promulgação da Constituição, parlamentares federais, reunidos em número não inferior a trinta, poderão requerer ao Tribunal Superior Eleitoral o registro de novo partido político, juntando ao requerimento o manifesto, o estatuto e o programa devidamente assinados pelos requerentes.

**§ 1º** O registro provisório, que será concedido de plano pelo Tribunal Superior Eleitoral, nos termos deste artigo, defere ao novo partido todos os direitos, deveres e prerrogativas dos atuais, entre eles o de participar, sob legenda própria, das eleições que vierem a ser realizadas nos doze meses seguintes a sua formação.

**§ 2º** O novo partido perderá automaticamente seu registro provisório se, no prazo de vinte e quatro meses, contados de sua formação, não obtiver registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral, na forma que a lei dispuser.

**Art. 7º** O Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos.

**Art. 8º** É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam

direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

**§ 1º** O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo.

**§ 2º** Ficam assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos.

**§ 3º** Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5, será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

**§ 4º** Aos que, por força de atos institucionais, tenham exercido gratuitamente mandato eletivo de Vereador serão computados, para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social, os respectivos períodos.

**§ 5º** A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos Ministérios militares, que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, ou por motivos exclusivamente políticos, assegurada a readmissão dos que foram atingidos a partir de 1979, observado o disposto no § 1º.

**Art. 9º** Os que, por motivos exclusivamente políticos, foram cassados ou tiveram seus direitos políticos suspensos no período de 15 de julho a 31 de dezembro de 1969, por ato do então Presidente da República, poderão requerer ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que comprovem terem sido estes eivados de vício grave.

**Parágrafo único.** O Supremo Tribunal Federal proferirá a decisão no prazo de cento e vinte dias, a contar do pedido do interessado.

**Art. 10.** Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

**I** - fica limitada a proteção nele referida ao aumento, para quatro vezes, da porcentagem prevista no art. 6º, **caput** e § 1º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966;

**II** - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

**a)** do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

**b)** da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

**§ 1º** Até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.

**§ 2º** Até ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para o custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do imposto territorial rural, pelo mesmo órgão arrecadador.

**§ 3º** Na primeira comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas pelo empregador rural, na forma do art. 233, após a promulgação da Constituição, será certificada perante a Justiça do Trabalho a regularidade do contrato e das atualizações das obrigações trabalhistas de todo o período.

**Art. 11.** Cada Assembléia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta.

**Parágrafo único.** Promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a lei orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição estadual.

**Art. 12.** Será criada, dentro de noventa dias da promulgação da Constituição, comissão de estudos territoriais, com dez membros indicados pelo Congresso Nacional e cinco pelo Poder Executivo, com a finalidade de apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais, notadamente na Amazônia Legal e em áreas pendentes de solução.

**§ 1º** No prazo de um ano, a comissão submeterá ao Congresso Nacional os resultados de seus estudos para, nos termos da Constituição, serem apreciados nos doze meses subsequentes, extinguindo-se logo após.

**§ 2º** Os Estados e os Municípios deverão, no prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, promover, mediante acordo ou arbitramento, a demarcação de suas linhas divisórias atualmente litigiosas, podendo para isso fazer alterações e compensações de área que atendam aos acidentes naturais, critérios históricos, conveniências administrativas e comodidade das populações limítrofes.

**§ 3º** Havendo solicitação dos Estados e Municípios interessados, a União poderá encarregar-se dos trabalhos demarcatórios.

**§ 4º** Se, decorrido o prazo de três anos, a contar da promulgação da Constituição, os trabalhos demarcatórios não tiverem sido concluídos, caberá à União determinar os limites das áreas litigiosas.

**§ 5º** Ficam reconhecidos e homologados os atuais limites do Estado do Acre com os Estados do Amazonas e de Rondônia, conforme levantamentos cartográficos e geodésicos realizados pela comissão tripartite integrada por representantes dos Estados e dos serviços técnico-especializados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Art. 13.** É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

**§ 1º** O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

**§ 2º** O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembléia Constituinte.

**§ 3º** O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral, obedecidas, entre outras, as seguintes normas:

**I** - o prazo de filiação partidária dos candidatos será encerrado setenta e cinco dias antes da data das eleições;

**II** - as datas das convenções regionais partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolha de candidatos, de apresentação de requerimento de registro dos candidatos escolhidos e dos demais procedimentos legais serão fixadas, em calendário especial, pela Justiça Eleitoral;

**III** - são inelegíveis os ocupantes de cargos estaduais ou municipais que não se tenham deles afastado, em caráter definitivo, setenta e cinco dias antes da data das eleições previstas neste parágrafo;

**IV** - ficam mantidos os atuais diretórios regionais dos partidos políticos do Estado de Goiás, cabendo às comissões executivas nacionais designar comissões provisórias no Estado do Tocantins, nos termos e para os fins previstos na lei.

**§ 4º** Os mandatos do Governador, do Vice-Governador, dos Deputados Federais e Estaduais eleitos na forma do parágrafo anterior extinguir-se-ão concomitantemente aos das demais unidades da Federação; o mandato do Senador eleito menos votado extinguir-se-á nessa mesma oportunidade, e os dos outros dois, juntamente com os dos Senadores eleitos em 1986 nos demais Estados.

**§ 5º** A Assembléia Estadual Constituinte será instalada no quadragésimo sexto dia da eleição de seus integrantes, mas não antes de 1º de janeiro de 1989, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e dará posse, na mesma data, ao Governador e ao Vice-Governador eleitos.

**§ 6º** Aplicam-se à criação e instalação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso, observado o disposto no art. 234 da Constituição.

**§ 7º** Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos.

**Art. 14.** Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

**§ 1º** A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos Governadores eleitos em 1990.

**§ 2º** Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e os critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste Ato.

**§ 3º** O Presidente da República, até quarenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, encaminhará à apreciação do Senado Federal os nomes dos Governadores dos Estados de Roraima e do Amapá que exercerão o Poder Executivo até a instalação dos novos Estados com a posse dos Governadores eleitos.

**§ 4º** Enquanto não concretizada a transformação em Estados, nos termos deste artigo, os Territórios Federais de Roraima e do Amapá serão beneficiados pela transferência de recursos prevista nos arts. 159, I, a, da Constituição, e 34, § 2º, II, deste Ato.

**Art. 15.** Fica extinto o Território Federal de Fernando de Noronha, sendo sua área reincorporada ao Estado de Pernambuco.

**Art. 16.** Até que se efetive o disposto no art. 32, § 2º, da Constituição, caberá ao Presidente da República, com a aprovação do Senado Federal, indicar o Governador e o Vice-Governador do Distrito Federal.

**§ 1º** A competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal, até que se instale, será exercida pelo Senado Federal.

**§ 2º** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal, enquanto não for instalada a Câmara Legislativa, será exercida pelo Senado Federal, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, observado o disposto no art. 72 da Constituição.

**§ 3º** Incluem-se entre os bens do Distrito Federal aqueles que lhe vierem a ser atribuídos pela União na forma da lei.

**Art. 17.** Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

**§ 1º** É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de médico que estejam sendo exercidos por médico militar na administração pública direta ou indireta.

**§ 2º** É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde que estejam sendo exercidos na administração pública direta ou indireta.

**Art. 18.** Ficam extintos os efeitos jurídicos de qualquer ato legislativo ou administrativo, lavrado a partir da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, que tenha por objeto a concessão de estabilidade a servidor admitido sem concurso público, da administração direta ou indireta, inclusive das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

**Art. 19.** Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

**§ 1º** O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título quando se submeterem a concurso para fins de efetivação, na forma da lei.

**§ 2º** O disposto neste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins do **caput** deste artigo, exceto se se tratar de servidor.

**§ 3º** O disposto neste artigo não se aplica aos professores de nível superior, nos termos da lei.

**Art. 20.** Dentro de cento e oitenta dias, proceder-se-á à revisão dos direitos dos servidores públicos inativos e pensionistas e à atualização dos proventos e pensões a eles devidos, a fim de ajustá-los ao disposto na Constituição.

**Art. 21.** Os juizes togados de investidura limitada no tempo, admitidos mediante concurso público de provas e títulos e que estejam em exercício na data da promulgação da Constituição, adquirem estabilidade, observado o estágio probatório, e passam a compor quadro em extinção, mantidas as competências, prerrogativas e

restrições da legislação a que se achavam submetidos, salvo as inerentes à transitividade da investidura.

**Parágrafo único.** A aposentadoria dos juizes de que trata este artigo regular-se-á pelas normas fixadas para os demais juizes estaduais.

**Art. 22.** É assegurado aos defensores públicos investidos na função até a data de instalação da Assembléia Nacional Constituinte o direito de opção pela carreira, com a observância das garantias e vedações previstas no art. 134, parágrafo único, da Constituição.

**Art. 23.** Até que se edite a regulamentação do art. 21, XVI, da Constituição, os atuais ocupantes do cargo de censor federal continuarão exercendo funções com este compatíveis, no Departamento de Polícia Federal, observadas as disposições constitucionais.

**Parágrafo único.** A lei referida disporá sobre o aproveitamento dos censores federais, nos termos deste artigo.

**Art. 24.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios editarão leis que estabeleçam critérios para a compatibilização de seus quadros de pessoal ao disposto no art. 39 da Constituição e à reforma administrativa dela decorrente, no prazo de dezoito meses, contados da sua promulgação.

**Art. 25.** Ficam revogados, a partir de cento e oitenta dias da promulgação da Constituição, sujeito este prazo a prorrogação por lei, todos os dispositivos legais que atribuam ou deleguem a órgão do Poder Executivo competência assinalada pela Constituição ao Congresso Nacional, especialmente no que tange a:

I - ação normativa;

II - alocação ou transferência de recursos de qualquer espécie.

**§ 1º** Os decretos-leis em tramitação no Congresso Nacional e por este não apreciados até a promulgação da Constituição terão seus efeitos regulados da seguinte forma:

I - se editados até 2 de setembro de 1988, serão apreciados pelo Congresso Nacional no prazo de até cento e oitenta dias a contar da promulgação da Constituição, não computado o recesso parlamentar;

II - decorrido o prazo definido no inciso anterior, e não havendo apreciação, os decretos-leis ali mencionados serão considerados rejeitados;

III - nas hipóteses definidas nos incisos I e II, terão plena validade os atos praticados na vigência dos respectivos decretos-leis, podendo o Congresso Nacional, se necessário, legislar sobre os efeitos deles remanescentes.

**§ 2º** Os decretos-leis editados entre 3 de setembro de 1988 e a promulgação da Constituição serão convertidos, nesta data, em medidas provisórias, aplicando-se-lhes as regras estabelecidas no art. 62, parágrafo único.

**Art. 26.** No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

**§ 1º** A comissão terá a força legal de comissão parlamentar de inquérito para os fins de requisição e convocação, e atuará com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

**§ 2º** Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível.

**Art. 27.** O Superior Tribunal de Justiça será instalado sob a presidência do Supremo Tribunal Federal.

**§ 1º** Até que se instale o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal exercerá as atribuições e competências definidas na ordem constitucional precedente.

**§ 2º** A composição inicial do Superior Tribunal de Justiça far-se-á:

I - pelo aproveitamento dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos;

II - pela nomeação dos Ministros que sejam necessários para completar o número estabelecido na Constituição.

**§ 3º** Para os efeitos do disposto na Constituição, os atuais Ministros do Tribunal Federal de Recursos serão considerados pertencentes à classe de que provieram, quando de sua nomeação.

**§ 4º** Instalado o Tribunal, os Ministros aposentados do Tribunal Federal de Recursos tornar-se-ão, automaticamente, Ministros aposentados do Superior Tribunal de Justiça.

**§ 5º** Os Ministros a que se refere o § 2º, II, serão indicados em lista tríplice pelo Tribunal Federal de Recursos, observado o disposto no art. 104, parágrafo único, da Constituição.

**§ 6º** Ficam criados cinco Tribunais Regionais Federais, a serem instalados no prazo de seis meses a contar da promulgação da Constituição, com a jurisdição e sede que lhes fixar o Tribunal Federal de Recursos, tendo em conta o número de processos e sua localização geográfica.

**§ 7º** Até que se instalem os Tribunais Regionais Federais, o Tribunal Federal de Recursos exercerá a competência a eles atribuída em todo o território nacional, cabendo-lhe promover sua instalação e indicar os candidatos a todos os cargos da composição inicial, mediante lista tríplice, podendo desta constar juizes federais de qualquer região, observado o disposto no § 9º.

**§ 8º** É vedado, a partir da promulgação da Constituição, o provimento de vagas de Ministros do Tribunal Federal de Recursos.

**§ 9º** Quando não houver juiz federal que conte o tempo mínimo previsto no art. 107, II, da Constituição, a promoção poderá contemplar juiz com menos de cinco anos no exercício do cargo.

**§ 10.** Compete à Justiça Federal julgar as ações nela propostas até a data da promulgação da Constituição, e aos Tribunais Regionais Federais, bem como ao Superior Tribunal de Justiça, julgar as ações rescisórias das decisões até então proferidas pela Justiça Federal, inclusive daquelas cuja matéria tenha passado à competência de outro ramo do Judiciário.

**§ 11.** São criados, ainda, os seguintes Tribunais Regionais Federais: o da 6ª Região, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, e jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; o da 7ª Região, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e jurisdição no Estado de Minas Gerais; o da 8ª Região, com sede em Salvador, Estado da Bahia, e jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe; e o da 9ª Região, com sede em Manaus, Estado do Amazonas, e jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

**Art. 28.** Os juizes federais de que trata o art. 123, § 2º, da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 7, de 1977, ficam investidos na titularidade de varas na seção judiciária para a qual tenham sido nomeados ou designados; na inexistência de vagas, proceder-se-á ao desdobramento das varas existentes.

**Parágrafo único.** Para efeito de promoção por antiguidade, o tempo de serviço desses juizes será computado a partir do dia de sua posse.

**Art. 29.** Enquanto não aprovadas as leis complementares relativas ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias federais com representação própria e os membros das Procuradorias das universidades fundacionais públicas continuarão a exercer suas atividades na área das respectivas atribuições.

**§ 1º** O Presidente da República, no prazo de cento e vinte dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar dispondo sobre a organização e o funcionamento da Advocacia-Geral da União.

**§ 2º** Aos atuais Procuradores da República, nos termos da lei complementar, será facultada a opção, de forma irrevogável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União.

**§ 3º** Poderá optar pelo regime anterior, no que respeita às garantias e vantagens, o membro do Ministério Público admitido antes da promulgação da Constituição, observando-se, quanto às vedações, a situação jurídica na data desta.

**§ 4º** Os atuais integrantes do quadro suplementar dos Ministérios Públicos do Trabalho e Militar que tenham adquirido estabilidade nessas funções passam a integrar o quadro da respectiva carreira.

**§ 5º** Cabe à atual Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, diretamente ou por delegação, que pode ser ao Ministério Público estadual, representar judicialmente a União nas causas de natureza fiscal, na área da respectiva competência, até a promulgação das leis complementares previstas neste artigo.

**Art. 30.** A legislação que criar a justiça de paz manterá os atuais juizes de paz até a posse dos novos titulares, assegurando-lhes os direitos e atribuições conferidos a estes, e designará o dia para a eleição prevista no art. 98, II, da Constituição.

**Art. 31.** Serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares.

**Art. 32.** O disposto no art. 236 não se aplica aos serviços notariais e de registro que já tenham sido oficializados pelo poder público, respeitando-se o direito de seus servidores.

**Art. 33.** Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição, incluído

o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.

**Parágrafo único.** Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento do disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.

**Art. 34.** O sistema tributário nacional entrará em vigor a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da Constituição, mantido, até então, o da Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda nº 1, de 1969, e pelas posteriores.

**§ 1º** Entrarão em vigor com a promulgação da Constituição os arts. 148, 149, 150, 154, I, 156, III, e 159, I, C, revogadas as disposições em contrário da Constituição de 1967 e das emendas que a modificaram, especialmente de seu art. 25, III.

**§ 2º** O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios obedecerão às seguintes determinações:

**I** - a partir da promulgação da Constituição, os percentuais serão, respectivamente, de dezoito por cento e de vinte por cento, calculados sobre o produto da arrecadação dos impostos referidos no art. 153, III e IV, mantidos os atuais critérios de rateio até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 161, II;

**II** - o percentual relativo ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal será acrescido de um ponto percentual no exercício financeiro de 1989 e, a partir de 1990, inclusive, à razão de meio ponto por exercício, até 1992, inclusive, atingindo em 1993 o percentual estabelecido no art. 159, I, a ;

**III** - o percentual relativo ao Fundo de Participação dos Municípios, a partir de 1989, inclusive, será elevado à razão de meio ponto percentual por exercício financeiro, até atingir o estabelecido no art. 159, I, b.

**§ 3º** Promulgada a Constituição, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão editar as leis necessárias à aplicação do sistema tributário nacional nela previsto.

**§ 4º** As leis editadas nos termos do parágrafo anterior produzirão efeitos a partir da entrada em vigor do sistema tributário nacional previsto na Constituição.

**§ 5º** Vigente o novo sistema tributário nacional, fica assegurada a aplicação da legislação anterior, no que não seja incompatível com ele e com a legislação referida nos §§ 3º e 4º.

**§ 6º** Até 31 de dezembro de 1989, o disposto no art. 150, III, b, não se aplica aos impostos de que tratam os arts. 155, I, a e b, e 156, II e III, que podem ser cobrados trinta dias após a publicação da lei que os tenha instituído ou aumentado.

**§ 7º** Até que sejam fixadas em lei complementar, as alíquotas máximas do imposto municipal sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos não excederão a três por cento.

**§ 8º** Se, no prazo de sessenta dias contados da promulgação da Constituição, não for editada a lei complementar necessária à instituição do imposto de que trata o art. 155, I, b, os Estados e o Distrito Federal, mediante convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, fixarão normas para regular provisoriamente a matéria.

**§ 9º** Até que lei complementar disponha sobre a matéria, as empresas distribuidoras de energia elétrica, na condição de contribuintes ou de substitutos tributários, serão as responsáveis, por ocasião da saída do produto de seus estabelecimentos, ainda que destinado a outra unidade da Federação, pelo pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias incidente sobre energia elétrica, desde a produção ou importação até a última operação, calculado o imposto sobre o preço então praticado na operação final e assegurado seu recolhimento ao Estado ou ao Distrito Federal, conforme o local onde deva ocorrer essa operação.

**§ 10.** Enquanto não entrar em vigor a lei prevista no art. 159, I, c, cuja promulgação se fará até 31 de dezembro de 1989, é assegurada a aplicação dos recursos previstos naquele dispositivo da seguinte maneira:

**I** - seis décimos por cento na Região Norte, através do Banco da Amazônia S.A.;

**II** - um inteiro e oito décimos por cento na Região Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A.;

**III** - seis décimos por cento na Região Centro-Oeste, através do Banco do Brasil S.A.

**§ 11.** Fica criado, nos termos da lei, o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, para dar cumprimento, na referida região, ao que determinam os arts. 159, I, c, e 192, § 2º, da Constituição.

**§ 12.** A urgência prevista no art. 148, II, não prejudica a cobrança do empréstimo compulsório instituído, em benefício das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., pela Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, com as alterações posteriores.

**Art. 35.** O disposto no art. 165, § 7º, será cumprido de forma progressiva, no prazo de até dez anos, distribuindo-se os recursos entre as regiões macroeconômicas em razão proporcional à população, a partir da situação verificada no biênio 1986-87.

**§ 1º** Para aplicação dos critérios de que trata este artigo, excluem-se das despesas totais as relativas:

**I** - aos projetos considerados prioritários no plano plurianual;

**II** - à segurança e defesa nacional;

**III** - à manutenção dos órgãos federais no Distrito Federal;

**IV** - ao Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União e ao Poder Judiciário;

**V** - ao serviço da dívida da administração direta e indireta da União, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal.

**§ 2º** Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas:

**I** - o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

**II** - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

**III** - o projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

**Art. 36.** Os fundos existentes na data da promulgação da Constituição, excetuados os resultantes de isenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os que interessem à defesa nacional, extinguir-se-ão se não forem ratificados pelo Congresso Nacional no prazo de dois anos.

**Art. 37.** A adaptação ao que estabelece o art. 167, III, deverá processar-se no prazo de cinco anos, reduzindo-se o excesso à base de, pelo menos, um quinto por ano.

**Art. 38.** Até a promulgação da lei complementar referida no art. 169, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão despende com pessoal mais do que sessenta e cinco por cento do valor das respectivas receitas correntes.

**Parágrafo único.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando a respectiva despesa de pessoal exceder o limite previsto neste artigo, deverão retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente à razão de um quinto por ano.

**Art. 39.** Para efeito do cumprimento das disposições constitucionais que impliquem variações de despesas e receitas da União, após a promulgação da Constituição, o Poder Executivo deverá elaborar e o Poder Legislativo apreciar projeto de revisão da lei orçamentária referente ao exercício financeiro de 1989.

**Parágrafo único.** O Congresso Nacional deverá votar no prazo de doze meses a lei complementar prevista no art. 161, II.

**Art. 40.** É mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição.

**Parágrafo único.** Somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos na Zona Franca de Manaus.

**Art. 41.** Os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios reavaliarão todos os incentivos fiscais de natureza setorial ora em vigor, propondo aos Poderes Legislativos respectivos as medidas cabíveis.

**§ 1º** Considerar-se-ão revogados após dois anos, a partir da data da promulgação da Constituição, os incentivos que não forem confirmados por lei.

**§ 2º** A revogação não prejudicará os direitos que já tiverem sido adquiridos, àquela data, em relação a incentivos concedidos sob condição e com prazo certo.

**§ 3º** Os incentivos concedidos por convênio entre Estados, celebrados nos termos do art. 23, § 6º, da Constituição de 1967, com a redação da Emenda nº 1, de 17 de outubro de 1969, também deverão ser reavaliados e reconfirmados nos prazos deste artigo.

**Art. 42.** Durante 40 (quarenta) anos, a União aplicará dos recursos destinados à irrigação:

**I** - 20% (vinte por cento) na Região Centro-Oeste;

**II** - 50% (cinquenta por cento) na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido.

**Parágrafo único.** Dos percentuais previstos nos incisos I e II do **caput**, no mínimo 50% (cinquenta por cento) serão destinados a projetos de irrigação que beneficiem agricultores familiares que atendam aos requisitos previstos em legislação específica.

**Art. 43.** Na data da promulgação da lei que disciplinar a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais, ou no prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição, tornar-se-ão sem efeito as autorizações, concessões e demais títulos atributivos de direitos minerários, caso os trabalhos de pesquisa ou de lavra não tenham sido comprovadamente iniciados nos prazos legais ou estejam inativos.

**Art. 44.** As atuais empresas brasileiras titulares de autorização de pesquisa, concessão de lavra de recursos minerais e de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica em vigor terão quatro anos, a partir da promulgação da Constituição, para cumprir os requisitos do art. 176, § 1º.

**§ 1º** Ressalvadas as disposições de interesse nacional previstas no texto constitucional, as empresas brasileiras ficarão dispensadas do cumprimento do disposto no art. 176, § 1º, desde que, no prazo de até quatro anos da data da promulgação da Constituição, tenham o produto de sua lavra e beneficiamento destinado a industrialização no território nacional, em seus próprios estabelecimentos ou em empresa industrial controladora ou controlada.

**§ 2º** Ficarão também dispensadas do cumprimento do disposto no art. 176, § 1º, as empresas brasileiras titulares de concessão de energia hidráulica para uso em seu processo de industrialização.

**§ 3º** As empresas brasileiras referidas no § 1º somente poderão ter autorizações de pesquisa e concessões de lavra ou potenciais de energia hidráulica, desde que a energia e o produto da lavra sejam utilizados nos respectivos processos industriais.

**Art. 45.** Ficam excluídas do monopólio estabelecido pelo art. 177, II, da Constituição as refinarias em funcionamento no País amparadas pelo art. 43 e nas condições do art. 45 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

**Parágrafo único.** Ficam ressalvados da vedação do art. 177, § 1º, os contratos de risco feitos com a Petróleo Brasileiro S.A., para pesquisa de petróleo, que estejam em vigor na data da promulgação da Constituição.

**Art. 46.** São sujeitos à correção monetária desde o vencimento, até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, os créditos junto a entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial, mesmo quando esses regimes sejam convertidos em falência.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo aplica-se também:

**I** - às operações realizadas posteriormente à decretação dos regimes referidos no **caput** deste artigo;

**II** - às operações de empréstimo, financiamento, refinanciamento, assistência financeira de liquidez, cessão ou sub-rogação de créditos ou cédulas hipotecárias, efetivação de garantia de depósitos do público ou de compra de obrigações passivas, inclusive as realizadas com recursos de fundos que tenham essas destinações;

**III** - aos créditos anteriores à promulgação da Constituição;

**IV** - aos créditos das entidades da administração pública anteriores à promulgação da Constituição, não liquidados até 1º de janeiro de 1988.

**Art. 47.** Na liquidação dos débitos, inclusive suas renegociações e composições posteriores, ainda que ajuizados, decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por bancos e por instituições financeiras, não existirá correção monetária desde que o empréstimo tenha sido concedido:

**I** - aos micro e pequenos empresários ou seus estabelecimentos no período de 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987;

**II** - aos mini, pequenos e médios produtores rurais no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987, desde que relativos a crédito rural.

**§ 1º** Consideram-se, para efeito deste artigo, microempresas as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receitas anuais de até dez mil obrigações do Tesouro Nacional, e pequenas empresas as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receita anual de até vinte e cinco mil obrigações do Tesouro Nacional.

**§ 2º** A classificação de mini, pequeno e médio produtor rural será feita obedecendo-se às normas de crédito rural vigentes à época do contrato.

**§ 3º** A isenção da correção monetária a que se refere este artigo só será concedida nos seguintes casos:

**I** - se a liquidação do débito inicial, acrescido de juros legais e taxas judiciais, vier a ser efetivada no prazo de noventa dias, a contar da data da promulgação da Constituição;

**II** - se a aplicação dos recursos não contrariar a finalidade do financiamento, cabendo o ônus da prova à instituição credora;

**III** - se não for demonstrado pela instituição credora que o mutuário dispõe de meios para o pagamento de seu débito, excluído desta demonstração seu estabelecimento, a casa de moradia e os instrumentos de trabalho e produção;

**IV** - se o financiamento inicial não ultrapassar o limite de cinco mil obrigações do Tesouro Nacional;

**V** - se o beneficiário não for proprietário de mais de cinco módulos rurais.

**§ 4º** Os benefícios de que trata este artigo não se estendem aos débitos já quitados e aos devedores que sejam constituintes.

**§ 5º** No caso de operações com prazos de vencimento posteriores à data-limite de liquidação da dívida, havendo interesse do mutuário, os bancos e as instituições financeiras promoverão, por instrumento próprio, alteração nas condições contratuais originais de forma a ajustá-las ao presente benefício.

**§ 6º** A concessão do presente benefício por bancos comerciais privados em nenhuma hipótese acarretará ônus para o poder público, ainda que através de refinanciamento e repasse de recursos pelo Banco Central.

**§ 7º** No caso de repasse a agentes financeiros oficiais ou cooperativas de crédito, o ônus recairá sobre a fonte de recursos originária.

**Art. 48.** O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.

**Art. 49.** A lei disporá sobre o instituto da enfiteuse em imóveis urbanos, sendo facultada aos foreiros, no caso de sua extinção, a remição dos aforamentos mediante aquisição do domínio direto, na conformidade do que dispuserem os respectivos contratos.

**§ 1º** Quando não existir cláusula contratual, serão adotados os critérios e bases hoje vigentes na legislação especial dos imóveis da União.

**§ 2º** Os direitos dos atuais ocupantes inscritos ficam assegurados pela aplicação de outra modalidade de contrato.

**§ 3º** A enfiteuse continuará sendo aplicada aos terrenos de marinha e seus acrescidos, situados na faixa de segurança, a partir da orla marítima.

**§ 4º** Remido o foro, o antigo titular do domínio direto deverá, no prazo de noventa dias, sob pena de responsabilidade, confiar à guarda do registro de imóveis competente toda a documentação a ele relativa.

**Art. 50.** Lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário.

**Art. 51.** Serão revistos pelo Congresso Nacional, através de comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

**§ 1º** No tocante às vendas, a revisão será feita com base exclusivamente no critério de legalidade da operação.

**§ 2º** No caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

**§ 3º** Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, comprovada a ilegalidade, ou havendo interesse público, as terras reverterão ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

**Art. 52.** Até que sejam fixadas as condições do art. 192, são vedados:

**I** - a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior;

**II** - o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

**Parágrafo único.** A vedação a que se refere este artigo não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade, ou de interesse do Governo brasileiro.

**Art. 53.** Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, serão assegurados os seguintes direitos:

**I** - aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade;

**II** - pensão especial correspondente à deixada por segundo-tenente das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvado o direito de opção;

**III** - em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente, de forma proporcional, de valor igual à do inciso anterior;

**IV** - assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes;

**V** - aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico;

**VI** - prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuam ou para suas viúvas ou companheiras.

**Parágrafo único.** A concessão da pensão especial do inciso II substitui, para todos os efeitos legais, qualquer outra pensão já concedida ao ex-combatente.

**Art. 54.** Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos.

**§ 1º** O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo a apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial.

**§ 2º** Os benefícios estabelecidos neste artigo são transferíveis aos dependentes reconhecidamente carentes.

**§ 3º** A concessão do benefício far-se-á conforme lei a ser proposta pelo Poder Executivo dentro de cento e cinquenta dias da promulgação da Constituição.

**Art. 54-A.** Os seringueiros de que trata o art. 54 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias receberão indenização, em parcela única, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

**Art. 55.** Até que seja aprovada a lei de diretrizes orçamentárias, trinta por cento, no mínimo, do orçamento da seguridade social, excluído o seguro-desemprego, serão destinados ao setor de saúde.

**Art. 56.** Até que a lei disponha sobre o art. 195, I, a arrecadação decorrente de, no mínimo, cinco dos seis décimos percentuais correspondentes à alíquota da contribuição de que trata o Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, alterada pelo Decreto-Lei nº 2.049, de 1º de agosto de 1983, pelo Decreto nº 91.236, de 8 de maio de 1985, e pela Lei nº 7.611, de 8 de julho de 1987, passa a integrar a receita da seguridade social, ressalvados, exclusivamente no exercício de 1988, os compromissos assumidos com programas e projetos em andamento.

**Art. 57.** Os débitos dos Estados e dos Municípios relativos às contribuições previdenciárias até 30 de junho de 1988 serão liquidados, com correção monetária, em cento e vinte parcelas mensais, dispensados os juros e multas sobre eles incidentes, desde que os devedores requeiram o parcelamento e iniciem seu pagamento no prazo de cento e oitenta dias a contar da promulgação da Constituição.

**§ 1º** O montante a ser pago em cada um dos dois primeiros anos não será inferior a cinco por cento do total do débito consolidado e atualizado, sendo o restante dividido em parcelas mensais de igual valor.

**§ 2º** A liquidação poderá incluir pagamentos na forma de cessão de bens e prestação de serviços, nos termos da Lei nº 7.578, de 23 de dezembro de 1986.

**§ 3º** Em garantia do cumprimento do parcelamento, os Estados e os Municípios consignarão, anualmente, nos respectivos orçamentos as dotações necessárias ao pagamento de seus débitos.

**§ 4º** Descumprida qualquer das condições estabelecidas para concessão do parcelamento, o débito será considerado vencido em sua totalidade, sobre ele incidindo juros de mora; nesta hipótese, parcela dos recursos correspondentes aos fundos de participação, destinada aos Estados e Municípios devedores, será bloqueada e repassada à previdência social para pagamento de seus débitos.

**Art. 58.** Os benefícios de prestação continuada, mantidos pela previdência social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que

tenham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte.

**Parágrafo único.** As prestações mensais dos benefícios atualizadas de acordo com este artigo serão devidas e pagas a partir do sétimo mês a contar da promulgação da Constituição.

**Art. 59.** Os projetos de lei relativos à organização da seguridade social e aos planos de custeio e de benefício serão apresentados no prazo máximo de seis meses da promulgação da Constituição ao Congresso Nacional, que terá seis meses para apreciá-los.

**Parágrafo único.** Aprovados pelo Congresso Nacional, os planos serão implantados progressivamente nos dezoito meses seguintes.

**Art. 60.** Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o **caput** do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições:

**I** - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil;

**II** - os Fundos referidos no inciso I do **caput** deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do **caput** do art. 157; os incisos II, III e IV do **caput** do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do **caput** do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal;

**III** - observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do **caput** do art. 208 da Constituição Federal e as metas de universalização da educação básica estabelecidas no Plano Nacional de Educação, a lei disporá sobre:

**a)** a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas e modalidades da educação básica e tipos de estabelecimento de ensino;

**b)** a forma de cálculo do valor anual mínimo por aluno;

**c)** os percentuais máximos de apropriação dos recursos dos Fundos pelas diversas etapas e modalidades da educação básica, observados os arts. 208 e 214 da Constituição Federal, bem como as metas do Plano Nacional de Educação;

**d)** a fiscalização e o controle dos Fundos;

**e)** prazo para fixar, em lei específica, piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

**IV** - os recursos recebidos à conta dos Fundos instituídos nos termos do inciso I do **caput** deste artigo serão aplicados pelos Estados e Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal;

**V** - a União complementará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado em observância ao disposto no inciso VII do **caput** deste artigo, vedada a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal;

**VI** - até 10% (dez por cento) da complementação da União prevista no inciso V do **caput** deste artigo poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação, na forma da lei a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo;

**VII** - a complementação da União de que trata o inciso V do **caput** deste artigo será de, no mínimo:

**a)** R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), no primeiro ano de vigência dos Fundos;

**b)** R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no segundo ano de vigência dos Fundos;

**c)** R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), no terceiro ano de vigência dos Fundos;

**d)** 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo, a partir do quarto ano de vigência dos Fundos;

**VIII** - a vinculação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 da Constituição Federal suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerando-se para os fins deste inciso os valores previstos no inciso VII do **caput** deste artigo;

**IX** - os valores a que se referem as alíneas a, b, e c do inciso VII do **caput** deste artigo serão atualizados, anualmente, a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União;

**X** - aplica-se à complementação da União o disposto no art. 160 da Constituição Federal;

**XI** - o não-cumprimento do disposto nos incisos V e VII do **caput** deste artigo importará crime de responsabilidade da autoridade competente;

**XII** - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do **caput** deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

**§ 1º** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente.

**§ 2º** O valor por aluno do ensino fundamental, no Fundo de cada Estado e do Distrito Federal, não poderá ser inferior ao praticado no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no ano anterior à vigência desta Emenda Constitucional.

**§ 3º** O valor anual mínimo por aluno do ensino fundamental, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado nacionalmente no ano anterior ao da vigência desta Emenda Constitucional.

**§ 4º** Para efeito de distribuição de recursos dos Fundos a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo, levar-se-á em conta a totalidade das matrículas no ensino fundamental e considerar-se-á para a educação infantil, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos 1/3 (um terço) das matrículas no primeiro ano, 2/3 (dois terços) no segundo ano e sua totalidade a partir do terceiro ano.

**§ 5º** A porcentagem dos recursos de constituição dos Fundos, conforme o inciso II do **caput** deste artigo, será alcançada gradativamente nos primeiros 3 (três) anos de vigência dos Fundos, da seguinte forma:

**I** - no caso dos impostos e transferências constantes do inciso II do **caput** do art. 155; do inciso IV do **caput** do art. 158; e das alíneas a e b do inciso I e do inciso II do **caput** do art. 159 da Constituição Federal:

**a)** 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano;

**b)** 18,33% (dezoito inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano;

**c)** 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano;

**II** - no caso dos impostos e transferências constantes dos incisos I e III do **caput** do art. 155; do inciso II do **caput** do art. 157; e dos incisos II e III do **caput** do art. 158 da Constituição Federal:

**a)** 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano;

**b)** 13,33% (treze inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano;

**c)** 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano.

**§ 6º** (Revogado).

**§ 7º** (Revogado).

**Art. 61.** As entidades educacionais a que se refere o art. 213, bem como as fundações de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei, que preencham os requisitos dos incisos I e II do referido artigo e que, nos últimos três anos, tenham recebido recursos públicos, poderão continuar a recebê-los, salvo disposição legal em contrário.

**Art. 62.** A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio, sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área.

**Art. 63.** É criada uma comissão composta de nove membros, sendo três do Poder Legislativo, três do Poder Judiciário e três do Poder Executivo, para promover as comemorações do centenário da proclamação da República e da promulgação da



primeira Constituição republicana do País, podendo, a seu critério, desdobrar-se em tantas subcomissões quantas forem necessárias.

**Parágrafo único.** No desenvolvimento de suas atribuições, a comissão promoverá estudos, debates e avaliações sobre a evolução política, social, econômica e cultural do País, podendo articular-se com os governos estaduais e municipais e com instituições públicas e privadas que desejem participar dos eventos.

**Art. 64.** A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, promoverão edição popular do texto integral da Constituição, que será posta à disposição das escolas e dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que cada cidadão brasileiro possa receber do Estado um exemplar da Constituição do Brasil.

**Art. 65.** O Poder Legislativo regulamentará, no prazo de doze meses, o art. 220, § 4º.

**Art. 66.** São mantidas as concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor, nos termos da lei.

**Art. 67.** A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

**Art. 68.** Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

**Art. 69.** Será permitido aos Estados manter Consultorias Jurídicas separadas de suas Procuradorias-Gerais ou Advocacias-Gerais, desde que, na data da promulgação da Constituição, tenham órgãos distintos para as respectivas funções.

**Art. 70.** Fica mantida a atual competência dos tribunais estaduais até que a mesma seja definida na Constituição do Estado, nos termos do art. 125, § 1º, da Constituição.

**Art. 71.** É instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim nos períodos de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados prioritariamente no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, incluindo a complementação de recursos de que trata o § 3º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico social.

**§ 1º** Ao Fundo criado por este artigo não se aplica o disposto na parte final do inciso II do § 9º do art. 165 da Constituição.

**§ 2º** O Fundo criado por este artigo passa a ser denominado Fundo de Estabilização Fiscal a partir do início do exercício financeiro de 1996.

**§ 3º** O Poder Executivo publicará demonstrativo da execução orçamentária, de periodicidade bimestral, no qual se discriminarão as fontes e usos do Fundo criado por este artigo.

**Art. 72.** Integram o Fundo Social de Emergência:

**I** - o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre pagamentos efetuados, a qualquer título, pela União, inclusive suas autarquias e fundações;

**II** - a parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários, decorrente das alterações produzidas pela Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e pelas Leis nºs 8.849 e 8.848, ambas de 28 de janeiro de 1994, e modificações posteriores;

**III** - a parcela do produto da arrecadação resultante da elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro dos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a qual, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim no período de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997, passa a ser de trinta por cento, sujeita a alteração por lei ordinária, mantidas as demais normas da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

**IV** - vinte por cento do produto da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União, já instituídos ou a serem criados, excetuado o previsto nos incisos I, II e III, observado o disposto nos §§ 3º e 4º;

**V** - a parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, devida pelas pessoas jurídicas a que se

refere o inciso III deste artigo, a qual será calculada, nos exercícios financeiros de 1994 a 1995, bem assim nos períodos de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e de 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento, sujeita a alteração por lei ordinária posterior, sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;

**VI** - outras receitas previstas em lei específica.

**§ 1º** As alíquotas e a base de cálculo previstas nos incisos III e V aplicar-se-ão a partir do primeiro dia do mês seguinte aos noventa dias posteriores à promulgação desta emenda.

**§ 2º** As parcelas de que tratam os incisos I, II, III e V serão previamente deduzidas da base de cálculo de qualquer vinculação ou participação constitucional ou legal, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 159, 212 e 239 da Constituição.

**§ 3º** A parcela de que trata o inciso IV será previamente deduzida da base de cálculo das vinculações ou participações constitucionais previstas nos arts. 153, § 5º, 157, II, 212 e 239 da Constituição.

**§ 4º** O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos recursos previstos nos arts. 158, II, e 159 da Constituição.

**§ 5º** A parcela dos recursos provenientes do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, destinada ao Fundo Social de Emergência, nos termos do inciso II deste artigo, não poderá exceder a cinco inteiros e seis décimos por cento do total do produto da sua arrecadação.

**Art. 73.** Na regulação do Fundo Social de Emergência não poderá ser utilizado instrumento previsto no inciso V do art. 59 da Constituição.

**Art. 74.** A União poderá instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

**§ 1º** A alíquota da contribuição de que trata este artigo não excederá a vinte e cinco centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou restabelecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei.

**§ 2º** À contribuição de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.

**§ 3º** O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde.

**§ 4º** A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao disposto no art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada por prazo superior a dois anos.

**Art. 75.** É prorrogada, por trinta e seis meses, a cobrança da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira de que trata o art. 74, instituída pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997, cuja vigência é também prorrogada por idêntico prazo.

**§ 1º** Observado o disposto no § 6º do art. 195 da Constituição Federal, a alíquota da contribuição será de trinta e oito centésimos por cento, nos primeiros doze meses, e de trinta centésimos, nos meses subsequentes, facultado ao Poder Executivo reduzi-la total ou parcialmente, nos limites aqui definidos.

**§ 2º** O resultado do aumento da arrecadação, decorrente da alteração da alíquota, nos exercícios financeiros de 1999, 2000 e 2001, será destinado ao custeio da previdência social.

**§ 3º** É a União autorizada a emitir títulos da dívida pública interna, cujos recursos serão destinados ao custeio da saúde e da previdência social, em montante equivalente ao produto da arrecadação da contribuição, prevista e não realizada em 1999.

**Art. 76.** São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

**§ 1º** (Revogado).

**§ 2º** Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput** a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal.

**§ 3º** (Revogado).

**Art. 76-A.** São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

**Parágrafo único.** Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput**:

**I** - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e do art. 212 da Constituição Federal;

**II** - receitas que pertencem aos Municípios decorrentes de transferências previstas na Constituição Federal;

**III** - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

**IV** - demais transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei;

**V** - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

**Art. 76-B.** São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

**Parágrafo único.** Excetua-se da desvinculação de que trata o **caput**:

**I** - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e do art. 212 da Constituição Federal;

**II** - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

**III** - transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei;

**IV** - fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

**Art. 77.** Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

**I** - no caso da União:

**a)** no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento;

**b)** do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto - PIB;

**II** - no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e

**III** - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

**§ 1º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento.

**§ 2º** Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei.

**§ 3º** Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal.

**§ 4º** Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.

**Art. 78.** Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acres-

cido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.

**§ 1º** É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor.

**§ 2º** As prestações anuais a que se refere o **caput** deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.

**§ 3º** O prazo referido no **caput** deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.

**§ 4º** O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação.

**Art. 79.** É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida. (Vide Emenda Constitucional nº 67 de 22 de dezembro de 2010)

**Parágrafo único.** O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei.

**Art. 80.** Compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza:

**I** - a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de oito centésimos por cento, aplicável de 18 de junho de 2000 a 17 de junho de 2002, na alíquota da contribuição social de que trata o art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

**II** - a parcela do produto da arrecadação correspondente a um adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre produtos superfluos e aplicável até a extinção do Fundo;

**III** - o produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, inciso VII, da Constituição;

**IV** - dotações orçamentárias;

**V** - doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

**VI** - outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido Fundo.

**§ 1º** Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

**§ 2º** A arrecadação decorrente do disposto no inciso I deste artigo, no período compreendido entre 18 de junho de 2000 e o início da vigência da lei complementar a que se refere o art. 79, será integralmente repassada ao Fundo, preservado o seu valor real, em títulos públicos federais, progressivamente resgatáveis após 18 de junho de 2002, na forma da lei.

**Art. 81.** É instituído Fundo constituído pelos recursos recebidos pela União em decorrência da desestatização de sociedades de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, direta ou indiretamente, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário a pessoa ou entidade não integrante da Administração Pública, ou de participação societária remanescente após a alienação, cujos rendimentos, gerados a partir de 18 de junho de 2002, reverterão ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

**§ 1º** Caso o montante anual previsto nos rendimentos transferidos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma deste artigo, não alcance o valor de quatro bilhões de reais, far-se-á complementação na forma do art. 80, inciso IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**§ 2º** Sem prejuízo do disposto no § 1º, o Poder Executivo poderá destinar ao Fundo a que se refere este artigo outras receitas decorrentes da alienação de bens da União.

**§ 3º** A constituição do Fundo a que se refere o **caput**, a transferência de recursos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e as demais disposições referentes ao § 1º deste artigo serão disciplinadas em lei, não se aplicando o disposto no art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição.

**Art. 82.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil.

**§ 1º** Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição.

**§ 2º** Para o financiamento dos Fundos Municipais, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto sobre Serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos.

**Art. 83.** Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, II, e 82, § 2º.

**Art. 84.** A contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, prevista nos arts. 74, 75 e 80, I, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será cobrada até 31 de dezembro de 2004.

**§ 1º** Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

**§ 2º** Do produto da arrecadação da contribuição social de que trata este artigo será destinada a parcela correspondente à alíquota de:

**I** - vinte centésimos por cento ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde;

**II** - dez centésimos por cento ao custeio da previdência social;

**III** - oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de que tratam os arts. 80 e 81 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**§ 3º** A alíquota da contribuição de que trata este artigo será de:

**I** - trinta e oito centésimos por cento, nos exercícios financeiros de 2002 e 2003;

**II** - (Revogado).

**Art. 85.** A contribuição a que se refere o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não incidirá, a partir do trigésimo dia da data de publicação desta Emenda Constitucional, nos lançamentos:

**I** - em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de:

**a)** câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001;

**b)** companhias securitizadoras de que trata a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997;

**c)** sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro;

**II** - em contas correntes de depósito, relativos a:

**a)** operações de compra e venda de ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado;

**b)** contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros;

**III** - em contas de investidores estrangeiros, relativos a entradas no País e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados, exclusivamente, em operações e contratos referidos no inciso II deste artigo.

**§ 1º** O Poder Executivo disciplinará o disposto neste artigo no prazo de trinta dias da data de publicação desta Emenda Constitucional.

**§ 2º** O disposto no inciso I deste artigo aplica-se somente às operações relacionadas em ato do Poder Executivo, dentre aquelas que constituam o objeto social das referidas entidades.

**§ 3º** O disposto no inciso II deste artigo aplica-se somente a operações e contratos efetuados por intermédio de instituições financeiras, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de mercadorias.

**Art. 86.** Serão pagos conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal, não se lhes aplicando a regra de parcelamento estabelecida no **caput** do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos da Fazenda Federal,

Estadual, Distrital ou Municipal oriundos de sentenças transitadas em julgado, que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:

**I** - ter sido objeto de emissão de precatórios judiciais;

**II** - ter sido definidos como de pequeno valor pela lei de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal ou pelo art. 87 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

**III** - estar, total ou parcialmente, pendentes de pagamento na data da publicação desta Emenda Constitucional.

**§ 1º** Os débitos a que se refere o **caput** deste artigo, ou os respectivos saldos, serão pagos na ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios, com precedência sobre os de maior valor.

**§ 2º** Os débitos a que se refere o **caput** deste artigo, se ainda não tiverem sido objeto de pagamento parcial, nos termos do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão ser pagos em duas parcelas anuais, se assim dispuser a lei.

**§ 3º** Observada a ordem cronológica de sua apresentação, os débitos de natureza alimentícia previstos neste artigo terão precedência para pagamento sobre todos os demais.

**Art. 87.** Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judicial, que tenham valor igual ou inferior a:

**I** - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;

**II** - trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.

**Parágrafo único.** Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100.

**Art. 88.** Enquanto lei complementar não disciplinar o disposto nos incisos I e III do § 3º do art. 156 da Constituição Federal, o imposto a que se refere o inciso III do **caput** do mesmo artigo:

**I** - terá alíquota mínima de dois por cento, exceto para os serviços a que se referem os itens 32, 33 e 34 da Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968;

**II** - não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resulte, direta ou indiretamente, na redução da alíquota mínima estabelecida no inciso I.

**Art. 89.** Os integrantes da carreira policial militar e os servidores municipais do ex-Território Federal de Rondônia que, comprovadamente, se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviço àquele ex-Território na data em que foi transformado em Estado, bem como os servidores e os policiais militares alcançados pelo disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, e aqueles admitidos regularmente nos quadros do Estado de Rondônia até a data de posse do primeiro Governador eleito, em 15 de março de 1987, constituirão, mediante opção, quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e as vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias.

**§ 1º** Os membros da Polícia Militar continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia, na condição de cedidos, submetidos às corporações da Polícia Militar, observadas as atribuições de função compatíveis com o grau hierárquico.

**§ 2º** Os servidores a que se refere o **caput** continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia na condição de cedidos, até seu aproveitamento em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional.

**Art. 90.** O prazo previsto no **caput** do art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até 31 de dezembro de 2007.

**§ 1º** Fica prorrogada, até a data referida no **caput** deste artigo, a vigência da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, e suas alterações.

**§ 2º** Até a data referida no **caput** deste artigo, a alíquota da contribuição de que trata o art. 84 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será de trinta e oito centésimos por cento.

**Art. 91** A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal o montante definido em lei complementar, de acordo com critérios, prazos e condições nela determinados,

podendo considerar as exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155, § 2º, X, a. (Vide acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25, publicado no DOU em 31.08.2017)

**§ 1º** Do montante de recursos que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento pertencem ao próprio Estado, e vinte e cinco por cento, aos seus Municípios, distribuídos segundo os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único, da Constituição.

**§ 2º** A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará, conforme definido em lei complementar, até que o imposto a que se refere o art. 155, II, tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.

**§ 3º** Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o **caput**, em substituição ao sistema de entrega de recursos nele previsto, permanecerá vigente o sistema de entrega de recursos previsto no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002.

**§ 4º** Os Estados e o Distrito Federal deverão apresentar à União, nos termos das instruções baixadas pelo Ministério da Fazenda, as informações relativas ao imposto de que trata o art. 155, II, declaradas pelos contribuintes que realizarem operações ou prestações com destino ao exterior.

**Art. 92** São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 92-A** São acrescidos 50 (cinquenta) anos ao prazo fixado pelo art. 92 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 93.** A vigência do disposto no art. 159, III, e § 4º, iniciará somente após a edição da lei de que trata o referido inciso III.

**Art. 94.** Os regimes especiais de tributação para microempresas e empresas de pequeno porte próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cessarão a partir da entrada em vigor do regime previsto no art. 146, III, d, da Constituição.

**Art. 95.** Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em escritório de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil.

**Art. 96.** Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação.

**Art. 97.** Até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação desta Emenda Constitucional, estejam em mora na quitação de precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas a seguir estabelecidas, sendo inaplicável o disposto no art. 100 desta Constituição Federal, exceto em seus §§ 2º, 3º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, e sem prejuízo dos acordos de juízos conciliatórios já formalizados na data de promulgação desta Emenda Constitucional.

**§ 1º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao regime especial de que trata este artigo optarão, por meio de ato do Poder Executivo:

**I** - pelo depósito em conta especial do valor referido pelo § 2º deste artigo; ou

**II** - pela adoção do regime especial pelo prazo de até 15 (quinze) anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o § 2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento.

**§ 2º** Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, pelo regime especial, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial criada para tal fim, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no

segundo mês anterior ao mês de pagamento, sendo que esse percentual, calculado no momento de opção pelo regime e mantido fixo até o final do prazo a que se refere o § 14 deste artigo, será:

**I** - para os Estados e para o Distrito Federal:

**a)** de, no mínimo, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Distrito Federal, ou cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a até 35% (trinta e cinco por cento) do total da receita corrente líquida;

**b)** de, no mínimo, 2% (dois por cento), para os Estados das regiões Sul e Sudeste, cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a mais de 35% (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida;

**II** - para Municípios:

**a)** de, no mínimo, 1% (um por cento), para Municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ou cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a até 35% (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida;

**b)** de, no mínimo, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para Municípios das regiões Sul e Sudeste, cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a mais de 35% (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida.

**§ 3º** Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo mês de referência e os 11 (onze) meses anteriores, excluídas as duplicidades, e deduzidas:

**I** - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

**II** - nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

**§ 4º** As contas especiais de que tratam os §§ 1º e 2º serão administradas pelo Tribunal de Justiça local, para pagamento de precatórios expedidos pelos tribunais.

**§ 5º** Os recursos depositados nas contas especiais de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo não poderão retornar para Estados, Distrito Federal e Municípios devedores.

**§ 6º** Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo serão utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências definidas no § 1º, para os requisitórios do mesmo ano e no § 2º do art. 100, para requisitórios de todos os anos.

**§ 7º** Nos casos em que não se possa estabelecer a precedência cronológica entre 2 (dois) precatórios, pagar-se-á primeiramente o precatório de menor valor.

**§ 8º** A aplicação dos recursos restantes dependerá de opção a ser exercida por Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, por ato do Poder Executivo, obedecendo à seguinte forma, que poderá ser aplicada isoladamente ou simultaneamente:

**I** - destinados ao pagamento dos precatórios por meio do leilão;

**II** - destinados a pagamento a vista de precatórios não quitados na forma do § 6º e do inciso I, em ordem única e crescente de valor por precatório;

**III** - destinados a pagamento por acordo direto com os credores, na forma estabelecida por lei própria da entidade devedora, que poderá prever criação e forma de funcionamento de câmara de conciliação.

**§ 9º** Os leilões de que trata o inciso I do § 8º deste artigo:

**I** - serão realizados por meio de sistema eletrônico administrado por entidade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Banco Central do Brasil;

**II** - admitirão a habilitação de precatórios, ou parcela de cada precatório indicada pelo seu detentor, em relação aos quais não esteja pendente, no âmbito do Poder Judiciário, recurso ou impugnação de qualquer natureza, permitida por iniciativa do Poder Executivo a compensação com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra devedor originário pela Fazenda Pública devedora até a data da expedição do precatório, ressalvados aqueles cuja exigibilidade esteja suspensa nos termos da legislação, ou que já tenham sido objeto de abatimento nos termos do § 9º do art. 100 da Constituição Federal;

**III** - ocorrerão por meio de oferta pública a todos os credores habilitados pelo respectivo ente federativo devedor;

**IV** - considerarão automaticamente habilitado o credor que satisfaça o que consta no inciso II;

**V** - serão realizados tantas vezes quanto necessário em função do valor disponível;

**VI** - a competição por parcela do valor total ocorrerá a critério do credor, com deságio sobre o valor desta;

**VII** - ocorrerão na modalidade deságio, associado ao maior volume ofertado acumulado ou não com o maior percentual de deságio, pelo maior percentual de deságio, podendo ser fixado valor máximo por credor, ou por outro critério a ser definido em edital;

**VIII** - o mecanismo de formação de preço constará nos editais publicados para cada leilão;

**IX** - a quitação parcial dos precatórios será homologada pelo respectivo Tribunal que o expediu.

**§ 10.** No caso de não liberação tempestiva dos recursos de que tratam o inciso II do § 1º e os §§ 2º e 6º deste artigo:

**I** - haverá o sequestro de quantia nas contas de Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, por ordem do Presidente do Tribunal referido no § 4º, até o limite do valor não liberado;

**II** - constituir-se-á, alternativamente, por ordem do Presidente do Tribunal requerido, em favor dos credores de precatórios, contra Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, direito líquido e certo, autoaplicável e independentemente de regulamentação, à compensação automática com débitos líquidos lançados por esta contra aqueles, e, havendo saldo em favor do credor, o valor terá automaticamente poder liberatório do pagamento de tributos de Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, até onde se compensarem;

**III** - o chefe do Poder Executivo responderá na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa;

**IV** - enquanto perdurar a omissão, a entidade devedora:

**a)** não poderá contrair empréstimo externo ou interno;

**b)** ficará impedida de receber transferências voluntárias;

**V** - a União reterá os repasses relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, e os depositará nas contas especiais referidas no § 1º, devendo sua utilização obedecer ao que prescreve o § 5º, ambos deste artigo.

**§ 11.** No caso de precatórios relativos a diversos credores, em litisconsórcio, admitese o desmembramento do valor, realizado pelo Tribunal de origem do precatório, por credor, e, por este, a habilitação do valor total a que tem direito, não se aplicando, neste caso, a regra do § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

**§ 12.** Se a lei a que se refere o § 4º do art. 100 não estiver publicada em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Emenda Constitucional, será considerado, para os fins referidos, em relação a Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, omissos na regulamentação, o valor de:

**I** - 40 (quarenta) salários mínimos para Estados e para o Distrito Federal;

**II** - 30 (trinta) salários mínimos para Municípios.

**§ 13.** Enquanto Estados, Distrito Federal e Municípios devedores estiverem realizando pagamentos de precatórios pelo regime especial, não poderão sofrer sequestro de valores, exceto no caso de não liberação tempestiva dos recursos de que tratam o inciso II do § 1º e o § 2º deste artigo.

**§ 14.** O regime especial de pagamento de precatório previsto no inciso I do § 1º vigorará enquanto o valor dos precatórios devidos for superior ao valor dos recursos vinculados, nos termos do § 2º, ambos deste artigo, ou pelo prazo fixo de até 15 (quinze) anos, no caso da opção prevista no inciso II do § 1º.

**§ 15.** Os precatórios parcelados na forma do art. 33 ou do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e ainda pendentes de pagamento ingressarão no regime especial com o valor atualizado das parcelas não pagas relativas a cada precatório, bem como o saldo dos acordos judiciais e extrajudiciais.

**§ 16.** A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo

percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

**§ 17.** O valor que exceder o limite previsto no § 2º do art. 100 da Constituição Federal será pago, durante a vigência do regime especial, na forma prevista nos §§ 6º e 7º ou nos incisos I, II e III do § 8º deste artigo, devendo os valores dispendidos para o atendimento do disposto no § 2º do art. 100 da Constituição Federal serem computados para efeito do § 6º deste artigo.

**§ 18.** Durante a vigência do regime especial a que se refere este artigo, gozarão também da preferência a que se refere o § 6º os titulares originais de precatórios que tenham completado 60 (sessenta) anos de idade até a data da promulgação desta Emenda Constitucional.

**Art. 98.** O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.

**§ 1º** No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no **caput** deste artigo.

**§ 2º** Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

**Art. 99.** Para efeito do disposto no inciso VII do § 2º do art. 155, no caso de operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte localizado em outro Estado, o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual será partilhado entre os Estados de origem e de destino, na seguinte proporção:

**I** - para o ano de 2015: 20% (vinte por cento) para o Estado de destino e 80% (oitenta por cento) para o Estado de origem;

**II** - para o ano de 2016: 40% (quarenta por cento) para o Estado de destino e 60% (sessenta por cento) para o Estado de origem;

**III** - para o ano de 2017: 60% (sessenta por cento) para o Estado de destino e 40% (quarenta por cento) para o Estado de origem;

**IV** - para o ano de 2018: 80% (oitenta por cento) para o Estado de destino e 20% (vinte por cento) para o Estado de origem;

**V** - a partir do ano de 2019: 100% (cem por cento) para o Estado de destino.

**Art. 100.** Até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão, compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, nas condições do art. 52 da Constituição Federal.

**Art. 101.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

**§ 1º** Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas:

**I** - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

**II** - nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

**§ 2º** O débito de precatórios será pago com recursos orçamentários próprios provenientes das fontes de receita corrente líquida referidas no § 1º deste artigo e, adicionalmente, poderão ser utilizados recursos dos seguintes instrumentos:

**I** - até 75% (setenta e cinco por cento) dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais sejam parte os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, e as respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente a 1/3 (um terço) dos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados;

**II** - até 30% (trinta por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente aos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados, destinando-se:

**a)** no caso do Distrito Federal, 100% (cem por cento) desses recursos ao próprio Distrito Federal;

**b)** no caso dos Estados, 50% (cinquenta por cento) desses recursos ao próprio Estado e 50% (cinquenta por cento) aos respectivos Municípios, conforme a circunscrição judiciária onde estão depositados os recursos, e, se houver mais de um Município na mesma circunscrição judiciária, os recursos serão rateados entre os Municípios concorrentes, proporcionalmente às respectivas populações, utilizado como referência o último levantamento censitário ou a mais recente estimativa populacional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

**III** - empréstimos, excetuados para esse fim os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei, não se aplicando a esses empréstimos a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do caput do art. 167 da Constituição Federal;

**IV** - a totalidade dos depósitos em precatórios e requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor efetuados até 31 de dezembro de 2009 e ainda não levantados, com o cancelamento dos respectivos requisitórios e a baixa das obrigações, assegurada a revalidação dos requisitórios pelos juízos dos processos perante os Tribunais, a requerimento dos credores e após a oitiva da entidade devedora, mantidas a posição de ordem cronológica original e a remuneração de todo o período.

**§ 3º** Os recursos adicionais previstos nos incisos I, II e IV do § 2º deste artigo serão transferidos diretamente pela instituição financeira depositária para a conta especial referida no caput deste artigo, sob única e exclusiva administração do Tribunal de Justiça local, e essa transferência deverá ser realizada em até sessenta dias contados a partir da entrada em vigor deste parágrafo, sob pena de responsabilização pessoal do dirigente da instituição financeira por improbidade.

**§ 4º** No prazo de até seis meses contados da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, a União, diretamente, ou por intermédio das instituições financeiras oficiais sob seu controle, disponibilizará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como às respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, linha de crédito especial para pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata este artigo, observadas as seguintes condições:

**I** - no financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo serão adotados os índices e critérios de atualização que incidem sobre o pagamento de precatórios, nos termos do § 12 do art. 100 da Constituição Federal;

**II** - o financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo será feito em parcelas mensais suficientes à satisfação da dívida assim constituída;

**III** - o valor de cada parcela a que se refere o inciso II deste parágrafo será calculado percentualmente sobre a receita corrente líquida, respectivamente, do Estado, do Distrito Federal e do Município, no segundo mês anterior ao pagamento, em percentual equivalente à média do comprometimento percentual mensal de 2012 até o final do período referido no caput deste artigo, considerados para esse fim somente os recursos próprios de cada ente da Federação aplicados no pagamento de precatórios;

**IV** - nos empréstimos a que se refere este parágrafo não se aplicam os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei.

**Art. 102.** Enquanto vigor o regime especial previsto nesta Emenda Constitucional, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos que, nos termos do art. 101

deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, forem destinados ao pagamento dos precatórios em mora serão utilizados no pagamento segundo a ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências dos créditos alimentares, e, nessas, as relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência, nos termos do § 2º do art. 100 da Constituição Federal, sobre todos os demais créditos de todos os anos.

**§ 1º** A aplicação dos recursos remanescentes, por opção a ser exercida por Estados, Distrito Federal e Municípios, por ato do respectivo Poder Executivo, observada a ordem de preferência dos credores, poderá ser destinada ao pagamento mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado.

**§ 2º** Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quintuplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório.

**Art. 103.** Enquanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estiverem efetuando o pagamento da parcela mensal devida como previsto no **caput** do art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nem eles, nem as respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes poderão sofrer sequestro de valores, exceto no caso de não liberação tempestiva dos recursos.

**Parágrafo único.** Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam vedadas desapropriações pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, cujos estoques de precatórios ainda pendentes de pagamento, incluídos os precatórios a pagar de suas entidades da administração indireta, sejam superiores a 70% (setenta por cento) das respectivas receitas correntes líquidas, excetuadas as desapropriações para fins de necessidade pública nas áreas de saúde, educação, segurança pública, transporte público, saneamento básico e habitação de interesse social.

**Art. 104.** Se os recursos referidos no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para o pagamento de precatórios não forem tempestivamente liberados, no todo ou em parte:

**I** - o Presidente do Tribunal de Justiça local determinará o sequestro, até o limite do valor não liberado, das contas do ente federado inadimplente;

**II** - o chefe do Poder Executivo do ente federado inadimplente responderá, na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa;

**III** - a União reterá os recursos referentes aos repasses ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios e os depositará na conta especial referida no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para utilização como nele previsto;

**IV** - os Estados reterão os repasses previstos no parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e os depositarão na conta especial referida no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para utilização como nele previsto.

**Parágrafo único.** Enquanto perdurar a omissão, o ente federado não poderá contrair empréstimo externo ou interno, exceto para os fins previstos no § 2º do art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e ficará impedido de receber transferências voluntárias.

**Art. 105.** Enquanto vigor o regime de pagamento de precatórios previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é facultada aos credores de precatórios, próprios ou de terceiros, a compensação com débitos de natureza tributária ou de outra natureza que até 25 de março de 2015 tenham sido inscritos na dívida ativa dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observados os requisitos definidos em lei própria do ente federado.

**§ 1º** Não se aplica às compensações referidas no caput deste artigo qualquer tipo de vinculação, como as transferências a outros entes e as destinadas à educação, à saúde e a outras finalidades.

**§ 2º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão nas respectivas leis o disposto no caput deste artigo em até cento e vinte dias a partir de 1º de janeiro de 2018.

**§ 3º** Decorrido o prazo estabelecido no § 2º deste artigo sem a regulamentação nele prevista, ficam os credores de precatórios autorizados a exercer a faculdade a que se refere o caput deste artigo.

**Art. 106.** Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos arts. 107 a 114 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 107.** Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias:

**I** - do Poder Executivo;

**II** - do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário;

**III** - do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo;

**IV** - do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; e

**V** - da Defensoria Pública da União.

**§ 1º** Cada um dos limites a que se refere o **caput** deste artigo equivalerá:

**I** - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e

**II** - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

**§ 2º** Os limites estabelecidos na forma do inciso IV do **caput** do art. 51, do inciso XIII do **caput** do art. 52, do § 1º do art. 99, do § 3º do art. 127 e do § 3º do art. 134 da Constituição Federal não poderão ser superiores aos estabelecidos nos termos deste artigo.

**§ 3º** A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária demonstrará os valores máximos de programação compatíveis com os limites individualizados calculados na forma do § 1º deste artigo, observados os §§ 7º a 9º deste artigo.

**§ 4º** As despesas primárias autorizadas na lei orçamentária anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do § 3º deste artigo.

**§ 5º** É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado de despesa primária sujeita aos limites de que trata este artigo.

**§ 6º** Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

**I** - transferências constitucionais estabelecidas no § 1º do art. 20, no inciso III do parágrafo único do art. 146, no § 5º do art. 153, no art. 157, nos incisos I e II do art. 158, no art. 159 e no § 6º do art. 212, as despesas referentes ao inciso XIV do **caput** do art. 21, todos da Constituição Federal, e as complementações de que tratam os incisos V e VII do **caput** do art. 60, deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

**II** - créditos extraordinários a que se refere o § 3º do art. 167 da Constituição Federal;

**III** - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e

**IV** - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

**§ 7º** Nos três primeiros exercícios financeiros da vigência do Novo Regime Fiscal, o Poder Executivo poderá compensar com redução equivalente na sua despesa primária, consoante os valores estabelecidos no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo no respectivo exercício, o excesso de despesas primárias em relação aos limites de que tratam os incisos II a V do **caput** deste artigo.

**§ 8º** A compensação de que trata o § 7º deste artigo não excederá a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do limite do Poder Executivo.

**§ 9º** Respeitado o somatório em cada um dos incisos de II a IV do **caput** deste artigo, a lei de diretrizes orçamentárias poderá dispor sobre a compensação entre os limites individualizados dos órgãos elencados em cada inciso.

**§ 10.** Para fins de verificação do cumprimento dos limites de que trata este artigo, serão consideradas as despesas primárias pagas, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário no exercício.

**§ 11.** O pagamento de restos a pagar inscritos até 31 de dezembro de 2015 poderá ser excluído da verificação do cumprimento dos limites de que trata este artigo, até o excesso de resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do exercício em relação à meta fixada na lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 108.** O Presidente da República poderá propor, a partir do décimo exercício da vigência do Novo Regime Fiscal, projeto de lei complementar para alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Parágrafo único.** Será admitida apenas uma alteração do método de correção dos limites por mandato presidencial.

**Art. 109.** No caso de descumprimento de limite individualizado, aplicam-se, até o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites, ao Poder Executivo ou a órgão elencado nos incisos II a V do **caput** do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que o descumpriu, sem prejuízo de outras medidas, as seguintes vedações:

**I** - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à entrada em vigor desta Emenda Constitucional;

**II** - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

**III** - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

**IV** - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

**V** - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

**VI** - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares;

**VII** - criação de despesa obrigatória; e

**VIII** - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do **caput** do art. 7º da Constituição Federal.

**§ 1º** As vedações previstas nos incisos I, III e VI do **caput**, quando descumprido qualquer dos limites individualizados dos órgãos elencados nos incisos II, III e IV do **caput** do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aplicam-se ao conjunto dos órgãos referidos em cada inciso.

**§ 2º** Adicionalmente ao disposto no **caput**, no caso de descumprimento do limite de que trata o inciso I do **caput** do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam vedadas:

**I** - a criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como a remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções; e

**II** - a concessão ou a ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

**§ 3º** No caso de descumprimento de qualquer dos limites individualizados de que trata o **caput** do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica vedada a concessão da revisão geral prevista no inciso X do **caput** do art. 37 da Constituição Federal.

**§ 4º** As vedações previstas neste artigo aplicam-se também a proposições legislativas.

**Art. 110.** Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão:

**I** - no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do **caput** do art. 12, da Constituição Federal; e

**II** - nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 111.** A partir do exercício financeiro de 2018, até o último exercício de vigência do Novo Regime Fiscal, a aprovação e a execução previstas nos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2017, corrigido na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 112.** As disposições introduzidas pelo Novo Regime Fiscal:

**I** - não constituirão obrigação de pagamento futuro pela União ou direitos de outrem sobre o erário; e

**II** - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

**Art. 113.** A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

**Art. 114.** A tramitação de proposição elencada no **caput** do art. 59 da Constituição Federal, ressalvada a referida no seu inciso V, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, será suspensa por até vinte dias, a requerimento de um quinto dos membros da Casa, nos termos regimentais, para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal.

Brasília, 5 de outubro de 1988.

Ulysses Guimarães - Presidente

Mauro Benevides - 1º Vice-Presidente

Jorge Arbage - 2º Vice-Presidente

Marcelo Cordeiro - 1º Secretário

Mário Maia - 2º Secretário

Arnaldo Faria de Sá - 3º Secretário

Benedita da Silva - 1º Suplente de Secretário

. Luiz Soyer - 2º Suplente de Secretário

Sotero Cunha - 3º Suplente de Secretário

Bernardo Cabral - Relator Geral

Adolfo Oliveira - Relator Adjunto


Antônio Carlos Konder Reis - Relator Adjunto

José Fogaça - Relator Adjunto



## 2 - CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ 1989

### PREÂMBULO

 m nome do povo cearense, no exercício da atividade constituinte, derivada da expressa reserva de poder da representação soberana da Nação Brasileira, a Assembleia Estadual Constituinte, invocando a proteção de Deus, adota e promulga a presente Constituição, ajustada ao Estado Democrático de Direito, implantado na República Federativa do Brasil.

# SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	71	TÍTULO VI - DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DOS PODERES ESTADUAIS .....	100
TÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	73	CAPÍTULO I - DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	100
TÍTULO II - DA PARTICIPAÇÃO POPULAR .....	73	CAPÍTULO II - DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	102
TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO ESTADUAL .....	74	CAPÍTULO III - DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO .....	103
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	74	CAPÍTULO III - A - DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA.....	104
CAPÍTULO II - DOS BENS.....	76	CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	104
TÍTULO IV - DO MUNICÍPIO.....	76	SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	104
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	76	SEÇÃO II - DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS.....	108
CAPÍTULO II - DA CÂMARA MUNICIPAL.....	77	SEÇÃO III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES .....	110
CAPÍTULO III - DO EXECUTIVO MUNICIPAL.....	78	CAPÍTULO V - DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA CIVIL .....	111
CAPÍTULO IV - DA INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO .....	79	SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	111
CAPÍTULO V - DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA .....	79	SEÇÃO II - DA POLÍCIA CIVIL .....	111
CAPÍTULO VI - A INTEGRAÇÃO REGIONAL .....	81	SEÇÃO III - DA POLÍCIA MILITAR .....	112
TÍTULO V - DOS PODERES ESTADUAIS .....	82	SEÇÃO IV - DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.....	112
CAPÍTULO I - DO PODER LEGISLATIVO.....	82	CAPÍTULO VI - DO CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL .....	112
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	82	TÍTULO VII - DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO .....	113
SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA .....	83	CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	113
SEÇÃO III - DOS DEPUTADOS.....	84	CAPÍTULO II - DOS IMPOSTOS ESTADUAIS .....	113
SEÇÃO IV - DAS COMISSÕES.....	85	CAPÍTULO III - DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS .....	114
SEÇÃO V - DO PROCESSO LEGISLATIVO .....	85	CAPÍTULO IV - DOS ORÇAMENTOS.....	114
SUBSEÇÃO I - DA EMENDA CONSTITUCIONAL .....	85	TÍTULO VIII - DAS RESPONSABILIDADES CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS .....	117
SUBSEÇÃO II - DAS LEIS.....	86	CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	117
SEÇÃO VI - DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	87	CAPÍTULO II - DA EDUCAÇÃO.....	117
SUBSEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	87	CAPÍTULO III - DA CULTURA .....	119
SUBSEÇÃO II - DO TRIBUNAL DE CONTAS.....	87	CAPÍTULO IV - DO DESPORTO E DO TURISMO .....	120
SUBSEÇÃO III - DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS.....	89	CAPÍTULO V - DA COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	121
CAPÍTULO II - DO PODER EXECUTIVO.....	91	CAPÍTULO VI - DA SAÚDE.....	121
SEÇÃO I - DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO.....	91	CAPÍTULO VII - DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA .....	122
SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO GOVERNADOR DO ESTADO .....	93	CAPÍTULO VIII - DO MEIO AMBIENTE.....	123
SEÇÃO III - DAS RESPONSABILIDADES DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO .....	93	CAPÍTULO IX - DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DA MULHER .....	124
SEÇÃO IV - DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO .....	93	CAPÍTULO X - DA POLÍTICA URBANA .....	126
CAPÍTULO III - PODER JUDICIÁRIO.....	94	CAPÍTULO XI - DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA .....	127
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	94	CAPÍTULO XII - DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAIS .....	129
SEÇÃO II - DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	97	ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	132
SEÇÃO III - DOS TRIBUNAIS DE ALÇADA .....	98	ÍNDICE ALFABÉTICO – REMISSIVO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ .....	138
SEÇÃO IV - DO TRIBUNAL DO JÚRI .....	99	ÍNDICE ALFABÉTICO – REMISSIVO DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS .....	146
SEÇÃO V - DOS JUÍZES DE DIREITO.....	99		
SEÇÃO VI - DOS JUÍZES SUBSTITUTOS .....	99		
SEÇÃO VII - DA JUSTIÇA MILITAR.....	99		
SEÇÃO VIII - DOS JUÍZES ESPECIAIS .....	99		
SEÇÃO IX - DOS JUIZADOS DE PEQUENAS CAUSAS .....	99		
SEÇÃO X - DOS JUIZADOS DE PAZ .....	99		
SEÇÃO XI - DO CONTROLE DIRETO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	100		

## TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

**\*Art. 1º** O Estado do Ceará, unidade integrante da República Federativa do Brasil, exerce a sua autonomia política no âmbito das competências que lhe são conferidas pela Constituição da República, regendo-se por esta Constituição e as leis que adotar.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **Art. 1º** O Estado do Ceará, unidade integrante da República Federativa do Brasil, com os seus Municípios, exprime a sua autonomia política na esfera de competências remanescentes, mediante esta Constituição e as leis que adotar.

**\*Art. 2º** O povo é a fonte única de legitimidade do poder, que o exerce diretamente ou por seus representantes eleitos, na forma estabelecida na Constituição da República e nesta Constituição.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **Art. 2º** O povo é a fonte de legitimidade dos poderes constituídos, exercendo-os diretamente ou por seus representantes, investidos na forma estabelecida por esta Constituição.

**Art. 3º** São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

**\*§1º** O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **§1º** O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa e através do povo, na forma estabelecida por esta Constituição.

**\*§2º** O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos Secretários de Estado.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **§2º** O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos secretários e órgãos que lhe são subordinados na forma prevista por esta Constituição e legislação infraconstitucional.

**\*§3º** O Poder Judiciário é exercido pelo Tribunal de Justiça e pelos juizes estaduais.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **§3º** O Poder Judiciário é exercido por juizes e tribunais.

**\*§4º** (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **§4º** É vedada a delegação de atribuições de um Poder ao outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição.

**\*Art. 4º** O território cearense, para os fins das políticas governamentais de estímulo e desenvolvimento, será constituído por conformações regionais resultantes da aglutinação de municípios limítrofes, com base nas suas peculiaridades fisiográficas, socioambientais, socioespaciais, socioeconômicas e socioculturais para fins de planejamento e gestão das ações do governo.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial nº 27.04.09.

Redação anterior: **Art. 4º** O espaço territorial cearense é constituído por conformações regionais – microrregiões e região metropolitana – por aglutinação de municípios limítrofes, atendendo as suas peculiaridades fisiográficas, socioeconômicas e culturais, para fins de planejamento, alocação de recursos e cumprimento da ação governamental, em todas as atividades essenciais, objetivando o desenvolvimento integrado, a erradicação da miséria e da marginalidade, com generalizada partilha dos benefícios civilizatórios pelos diferentes núcleos populacionais.

\* Ver Lei Complementar nº 3, de 26 de junho de 1995 – D. O. de 27.6.1995, Lei Complementar nº 18, de 29 de dezembro de 1999 – D. O. de 29.12.1999, e Lei Complementar nº 34, de 21 de maio de 2003 – D. O. 23.5.2003.

**\*§1º** (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **§1º** A articulação regional destina-se ao fortalecimento dos Municípios, com a participação comunitária de maior alcance no equacionamento dos problemas básicos, corrigindo as disparidades, diminuindo os custos operativos nos empreendimentos governamentais, eliminando os desperdícios e ampliando os mecanismos de controle, visando à eficiência, à lisura e à celeridade.

**\*§2º** (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **§2º** O sistema de integração regional será observado em toda a operacionalização das atividades dos órgãos e das entidades estaduais, respeitando as peculiaridades dos poderes do Estado com aplicação dos disciplinamentos seguintes:

**\*I** – (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **\*I** - elaboração por lei dos planos globais de desenvolvimento, contemplando os espaços regionais, firmando as diretrizes, objetivando metas na destinação de despesas de capital e outras delas decorrentes e relativas a programas de duração continuada;

**\*II** – (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **\*II** - as leis de diretrizes orçamentárias compreenderão as metas e prioridades estaduais, de forma regionalizada, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da lei orçamentária anual, dispondo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de ampliação das agências oficiais de financiamento, objetivando eliminar os desníveis e promover a integração de todo o espaço cearense;

**\*III** – (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **\*III** - o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativos regionalizados do efeito sobre a receita e a despesa, tendo entre suas finalidades reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional.

**\*§3º** (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **§3º** Promover-se-á a descentralização física dos órgãos judiciários, sempre no propósito de estimular integração com as respectivas comunidades, para maior comodidade e presteza no atendimento ao jurisdicionado, com o estabelecimento de:

**\*I** – (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **\*I** - tribunais de alçada em maiores núcleos populacionais;

**\*II** – (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **\*II** - varas cíveis e criminais, distribuídas por distritos, bairros e aglomerados urbanos, sempre em contexto de áreas residenciais;

**\*III** - (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **\*III** - implantação de juizados de pequenas causas em aglomerados urbanos mais populosos;

**\*Os juizados de pequenas causas, atualmente, têm sua nomenclatura como juizados cíveis e criminais.**

**\*IV** – (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **\*IV** - vara especializada, de entrância especial, em cada microrregião, localizada em uma das comarcas que a integram, com jurisdição em todos os seus Municípios, com competência exclusiva para questões fundiárias;

**\*V** – (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

Redação anterior: **\*V** - juizado de paz, com atribuições específicas para conciliar ou dirimir conflitos.

**\*Parágrafo único.** Com o objetivo de buscar o desenvolvimento e integração regional sustentável, o crescimento econômico com distribuição de renda e riqueza e a conquista de uma sociedade justa e solidária, as conformações de que trata este artigo são assim classificadas:

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

**\*a)** regiões metropolitanas;

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

**\*b)** microrregiões; e

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

**\*c)** aglomerações urbanas.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – D.O. 27.04.09.

## TÍTULO II DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

**Art. 5º** O povo é titular do poder de sufrágio, que o exerce em caráter universal, por voto direto e secreto, com igual valor, na localidade do domicílio eleitoral, nos termos da lei, mediante:

**\*I** – eleição dos representantes políticos federais, estaduais e municipais;

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **I** – eleição para provimento de cargos representativos;

**\*II** – plebiscito;

\* Ver Lei Federal nº 9.709, de 18.11.1998 – D. O. de 19.11.1998, que regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II, e III do art. 14 da Constituição Federal.

\* Ver Lei Complementar Estadual nº 29, de 21.2.2002 – D. O. de 25.2.2002, que regulamenta a realização de plebiscito e referendo no âmbito do Estado do Ceará.

**\*III** – referendo.

\* Ver Lei Federal nº 9.709, de 18.11.1998 – D. O. de 19.11.1998, que regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II, e III do art. 14 da Constituição Federal.

\* Ver Lei Complementar Estadual nº 29, de 21.2.2002 – D. O. de 25.2.2002, que regulamenta a realização de plebiscito e referendo no âmbito do Estado do Ceará.

**\*IV** – iniciativa popular;

\* Acrescentado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**\*V** – iniciativa compartilhada.

\* Acrescentado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**\*Art. 6º** A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Assembleia Legislativa, de projeto de lei e de emenda à Constituição, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado cearense, distribuído pelo menos por cinco municípios, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **Art. 6º** A iniciativa popular será exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa Estadual de projeto de lei, subscrito por eleitor, respeitadas as hipóteses de iniciativa privativa, previstas nesta Constituição.

**\*§1º** Os projetos de iniciativa popular tramitarão no prazo de quarenta e cinco dias, em regime de prioridade, turno único de votação e discussão, para suprir omissão legislativa, constituindo causa prejudicial à aplicabilidade de mandado de injunção.

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN nº 143-4 no Anexo I.**

**\*§2º** O regimento interno da Assembleia aplicar-se-á nas demais hipóteses de iniciativa popular, observado o disposto no art. 62 e no seu parágrafo único.

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN nº 143-4 no Anexo I.**

**Art. 7º** Todos os órgãos e instituições dos poderes estadual e municipal são acessíveis ao indivíduo, por petição ou representação, em defesa do direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo e do meio ambiente.

**§1º** A autoridade, a quem for dirigida a petição ou representação, deverá oficializar o seu ingresso, assegurando-lhe tramitação rápida, dando-lhe fundamento legal, ao exarar a decisão.

**§2º** O interessado deverá ser informado da solução aprovada, por correspondência oficial, no prazo de sessenta dias, a contar do protocolo, sendo-lhe fornecida certidão, se a requerer.

**§3º** É facultado a todos o acesso gratuito às informações do que constar a seu respeito nos registros em bancos de dados estaduais e municipais, públicos ou privados, bem como do fim a que se destinam essas informações, podendo exigir, a qualquer tempo, sua retificação e atualização.

**\*§4º** Pode o cidadão, diante de lesão ao patrimônio público estadual e nas demais hipóteses previstas no art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição da República, promover ação popular.

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **§4º** Pode o cidadão, diante da lesão ao patrimônio público, promover ação popular contra abuso de poder, para defesa do meio ambiente, ficando o infrator ou autoridade omissa responsável pelos danos causados e custas processuais.

**\*Art. 8º Revogado.**

**\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **\*Art. 8º** Os órgãos do Poder Judiciário do Estado, em qualquer grau de jurisdição em suas respectivas esferas de competência, podem ser provocados por quem tiver legítimo interesse a defender, particular ou público, obedecido o processo legal.

**\*§1º (revogado).**

**\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **§1º** Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, far-se-á presente o juiz no local do litígio.

**\*§2º (revogado).**

**\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **§2º** Aos necessitados será assegurada assistência integral e gratuita perante a jurisdição estadual.

**\*§3º (revogado).**

**\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **\*§3º** Serão gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

**\*Regulamentado pela Lei nº 12.223, de 26 de novembro de 1993 – D. O. de 20.11.1993.**

**\*a) (revogado).**

**\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **a)** o registro civil de nascimento;

**\*b) (revogado).**

**\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **b)** a certidão de óbito.

**\*§4º (revogado).**

**\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **§4º** Nenhum serventuário da Justiça, sob pena de responsabilidade, poderá receber custas, emolumentos ou qualquer tipo de remuneração nos procedimentos intentados por pessoas beneficiadas com assistência gratuita.

**Art. 9º** A Assembleia Legislativa, através de comissão específica, de caráter permanente, de ofício ou à vista de representação de paciente, de abuso de poder co-

metido por autoridade policial, instaurará procedimento de controle político, para fazer aplicável a sanção do art. 37, § 4º, da Constituição da República.

**Parágrafo único.** No exercício dessa atividade de controle podem ser adotadas as seguintes medidas, tendentes à elucidação dos fatos:

**I** – convocar o Secretário de Estado responsável pelo assunto em pendência ou o Comandante-Geral da Polícia Militar;

**II** – solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

**III** – examinar o funcionamento de setor público sobre problema específico ou para avaliação de distorções que o estejam afetando, verificando a ocorrência de falhas e ministrando indicações conclusivas;

**IV** – submeter a plenário, conforme a gravidade do problema ou em face da natureza das medidas, a matéria em causa, podendo ser constituída comissão parlamentar de inquérito, caso não estejam configurados, de logo, os elementos elucidativos ao encaminhamento do assunto para os fins contemplados no *caput* deste artigo;

**V** – cientificar o Tribunal de Justiça ou o Procurador-Geral da Justiça, em caso, respectivamente, de conduta omissiva de magistrado ou de membro do Ministério Público.

**Art. 10.** É direito de todos o ensino de 1º e 2º graus, devendo o Estado e os Municípios dar condições ao setor educacional para o alcance desse objetivo.

**\*Art. 11.** Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de classe é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado, exigir-lhes completa apuração e devida aplicação das sanções legais aos responsáveis, ficando a autoridade que receber a denúncia ou requerimento de providências, obrigada a manifestar-se sobre a matéria.

**\*Suprimida a expressão “ou Tribunal de Contas dos Municípios” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.**

**Redação anterior:** **\*Art. 11.** Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de classe é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado ou Tribunal de Contas dos Municípios, exigir-lhes completa apuração e devida aplicação das sanções legais aos responsáveis, ficando a autoridade que receber a denúncia ou requerimento de providências, obrigada a manifestar-se sobre a matéria.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.**

**Redação anterior:** **Art. 11.** Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato de classe é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado ou do Conselho de Contas dos Municípios, exigir-lhes completa apuração e devida aplicação das sanções legais aos responsáveis, ficando a autoridade que receber a denúncia ou requerimento de providências, obrigada a manifestar-se sobre a matéria.

**§1º** A denúncia deverá ser instruída com documentos que revelem indícios suficientes à apuração dos fatos.

**§2º** Assiste ao cidadão legitimidade para postular, perante os órgãos públicos estaduais ou municipais, a apuração de responsabilidade, em caso de danos ao meio ambiente, conforme o disposto em lei.

**\*Art. 12. (revogado).**

**\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **Art. 12.** É assegurada aos portadores de deficiência, através dos movimentos representativos, a participação na elaboração dos planos estaduais, bem como o acompanhamento de sua execução.

**\*§1º (revogado).**

**\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **§1º** Assegura-se o direito à representatividade, opinião e parecer sobre assuntos pertinentes às deficiências múltiplas.

**\*§2º (revogado).**

**\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **§2º** Todos os assuntos sobre deficientes serão objeto de discussão e parecer dos movimentos representativos da categoria.

**Art. 13.** A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independentemente de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

**Parágrafo único.** As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

### TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ESTADUAL

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 14.** O Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, exerce seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, observados os seguintes princípios:

**I** – respeito à Constituição Federal e à unidade da Federação;

**II** – promoção da justiça social e extinção de todas as formas de exploração e opressão, procurando assegurar a todos uma vida digna, livre e saudável;

**\*III** – defesa da igualdade e combate a qualquer forma de discriminação em razão de nacionalidade, condição e local de nascimento, raça, cor, religião, origem étnica, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, doença, idade, atividade profissional, estado civil, classe social, sexo e orientação sexual;

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **III** – defesa da igualdade e combate a qualquer forma de discriminação em razão de nacionalidade, condição e local de nascimento, raça, cor, religião, origem étnica, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, doença, idade, atividade profissional, estado civil, classe social e sexo;

**\*IV** – respeito à legalidade, impessoalidade, à moralidade, à publicidade, à eficiência e à probidade administrativa;

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **IV** – respeito à legalidade, à moralidade e à probidade administrativa;

**V** – colaboração e cooperação com os demais entes que integram a Federação, visando ao desenvolvimento econômico e social de todas as regiões do país e de toda a sociedade brasileira;

**VI** – defesa do patrimônio histórico, cultural e artístico;

**VII** – defesa do meio ambiente;

**VIII** – eficiência na prestação dos serviços públicos, garantida a modicidade das tarifas;

**\*IX** – desenvolvimento dos serviços sociais e programas destinados à garantia de habitação digna, com adequada infraestrutura, de educação gratuita em todos os níveis, bem como compatível atendimento na área de saúde pública;

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **IX** – desenvolvimento dos serviços sociais e programas para garantir habitação, educação gratuita em todos os níveis e compatível atendimento na área de saúde pública de toda a população, sempre em projeções regionais;

**X** – prestação de assistência social aos necessitados e à defesa dos direitos humanos;

**XI** – promoção do livre acesso a fontes culturais e o incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológica;

**XII** – incentivo ao lazer e ao desporto, prioritariamente, através de programas e atividades voltadas à população carente;

**XIII** – remuneração condigna e valorização profissional dos servidores públicos;

**XIV** – respeito à autonomia dos Municípios;

**XV** – contribuição para a política de integração nacional e de redução das desigualdades socioeconômicas regionais do Brasil e internamente em seu próprio território;

**\*XVI** – elaboração e execução de planos estaduais de ordenação do território e desenvolvimento socioeconômico, socioambiental e socioespacial, ajustando os delineamentos nacionais às peculiaridades do ambiente estadual;

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **XVI** – elaboração e execução de planos estaduais de ordenação do território e desenvolvimento econômico e social, ajustando os delineamentos nacionais às peculiaridades do ambiente estadual;

**XVII** – promoção de medidas de caráter preventivo sobre o fenômeno das secas, utilizando estudos e pesquisas desenvolvidos pelos órgãos competentes, nos níveis federal, regional e estadual, repassando os dados aos Municípios, prestando-lhes apoio técnico e financeiro;

**XVIII** – exploração, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão através de concorrência pública, dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros que não transponham os limites do Estado;

**XIX** – prestação de assessoria e apoio financeiro, quando solicitado, aos Municípios que apresentarem carência de recursos técnicos para a elaboração e implantação dos serviços públicos básicos.

**\*XX** – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

**\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*Art. 15.** São competências do Estado, exercidas em comum com a União, o Distrito Federal e os Municípios:

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **Art. 15.** É competência comum do Estado, da União e dos Municípios:

**I** – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

**II** – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia aos portadores de deficiência;

**III** – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

**IV** – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obra de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

**V** – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

**VI** – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

**VII** – preservar as florestas, a fauna e a flora;

**VIII** – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

**IX** – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

**X** – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

**XI** – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

**XII** – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

**Parágrafo único.** O sistema de cooperação entre as entidades políticas para aplicação das normas previstas neste artigo far-se-á em conformidade com lei complementar federal.

**\*Art. 16.** O Estado legislará concorrentemente, nos termos do art. 24 da Constituição da República, sobre:

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **Art. 16.** O Estado participará, em caráter concorrente, da legislação sobre:

**I** – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

**II** – orçamento;

**III** – juntas comerciais;

**IV** – custas dos serviços forenses;

**V** – produção e consumo;

**VI** – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

**VII** – proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

**VIII** – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

**IX** – educação, cultura, ensino e desporto;

**\*X** – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

**\*Os juzizados de pequenas causas, atualmente, têm sua nomenclatura como juzizados cíveis e criminais.**

**XI** – procedimentos em matérias processuais;

**XII** – previdência social, proteção e defesa da saúde;

**XIII** – assistência jurídica e defensoria pública;

**XIV** – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

**XV** – proteção à infância, à juventude e à velhice;

**XVI** – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

**§1º** A competência da União, em caráter concorrente, limitar-se-á a estabelecer as normas gerais e, à sua falta, não ficará o Estado impedido de exercer atividade legislativa plena.

**\*§2º** A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** **§2º** A superveniência de lei federal contrária à legislação estadual importará na revogação desta.

**\*§3º** A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da Lei Estadual, no que lhe for contrário.

**\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Art. 17.** A cidade de Fortaleza é a capital do Estado do Ceará e a sede do Governo.

**\*Parágrafo único.** Em caso de eventual mudança do Executivo ou Judiciário, deverá esta ser precedida de comunicação à Assembleia Legislativa e consequente publicação no Diário Oficial.

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

Redação anterior: **Parágrafo único.** Os Poderes Estaduais têm sede na capital do Estado e em caso de eventual mudança do Executivo ou Judiciário, deverá esta ser precedida de comunicação à Assembleia Legislativa e consequente publicação no Diário Oficial.

**Art. 18.** São símbolos estaduais a bandeira, o hino e as armas do Ceará.

\***Parágrafo único.** O dia 25 de março fica estabelecido como data magna do Estado do Ceará.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 73, de 1 de dezembro de 2011 – D.O. 06.12.2011.

## CAPÍTULO II DOS BENS

**Art. 19.** Incluem-se entre os bens do Estado:

**I** – os que atualmente lhe pertencem;

**II** – os lagos e os rios em terrenos de seu domínio e os que têm nascente e foz em seu território;

**III** – as ilhas fluviais, lacustres e as terras devolutas não compreendidas entre os bens da União;

**IV** – a dívida ativa proveniente de receita não arrecadada;

**V** – os que tenham sido ou venham a ser, a qualquer título, incorporados ao seu patrimônio.

\***§1º** Exceto nas hipóteses previstas nas letras b e c, do inciso V do art. 316, a alienação de bens imóveis do Estado dependerá, em cada caso, de prévia autorização legislativa; nas alienações onerosas, salvo os casos especialmente previstos em lei, observar-se-á o princípio da licitação, desde que o adquirente não seja pessoa jurídica de direito público interno, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação pública; a lei disporá sobre as concessões e permissões de uso de bens móveis e imóveis do Estado.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 6 de agosto de 1996 – D. O. de 19.8.1996.  
Redação anterior: § 1º – A alienação de bens imóveis do Estado dependerá, em cada caso, de prévia autorização legislativa; nas alienações onerosas, salvo os casos especialmente previstos em lei, observar-se-á o princípio da licitação, desde que o adquirente não seja pessoa jurídica de direito público interno, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação pública; a lei disporá sobre as concessões e permissões de uso de bens móveis e imóveis do Estado.

**§2º** Os bens públicos estaduais são impenhoráveis, não podendo, ainda, ser objeto de arresto ou qualquer medida de apreensão judicial, ressalvada a hipótese de que trata o § 2º, do art. 100 da Constituição da República.

\***Art. 20.** É vedado ao Estado:

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **Art. 20.** É vedado ao Estado e aos Municípios:

**I** – recusar fé aos documentos públicos;

**II** – estabelecer qualquer tipo de discriminação ou privilégios entre cidadãos brasileiros;

**III** – fazer concessões de isenções fiscais, bem como prescindir de receitas, sem que haja notório interesse público;

**IV** – subvencionar cultos religiosos ou igrejas, ou dificultar-lhes seu funcionamento;

\***V** – atribuir nome de pessoa viva à avenida, praça, rua, logradouro, ponte, reservatório de água, viaduto, praça de esporte, biblioteca, hospital, maternidade, edifício público, auditórios, cidades e salas de aula.

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN 307-1 no Anexo I.

Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, julgada improcedente. DJE 01/07/2009.

\***Parágrafo único.** Entende-se por dificultar o funcionamento previsto no inciso IV deste artigo, quaisquer atos de agentes públicos que venham impedir, ameaçar ou embarçar o livre funcionamento dos templos e espaços de comunidades religiosas, inclusive com a exigência de documentos ou outros meios, sob o pretexto de condição necessária para seu regular funcionamento, devendo ser punidos os autores, especialmente se ocorrer prática de ato, fiscalizatório ou não, que venha a interferir de forma a impedir ou perturbar a realização de momentos de oração, celebração, cultos e liturgias. (NR)

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 83, de 2 de julho de 2015 - D.O. 14.07.2015

\*Suspensão por medida cautelar do Tribunal de Justiça, até o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade.

\***Art. 21.** Ao Estado do Ceará cabe explorar diretamente, ou mediante concessão, na forma da lei, os serviços de gás canalizado em seu território, incluído o fornecimento direto a partir de gasodutos de transporte, de maneira a atender às necessidades dos setores industrial, domiciliar, comercial, automotivo e outros.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 14 de outubro de 1997 – D.O. de 22.10.1997.  
Redação anterior: **Art. 21.** Ao Estado do Ceará cabe explorar diretamente, mediante empresa estadual, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.

**Parágrafo único.** Os serviços de transporte coletivo devem utilizar, preferencialmente, o gás canalizado, referido no *caput* deste artigo.

**Art. 22.** É assegurada, nos termos da lei, ao Estado e aos Municípios, a participação do resultado da exploração de petróleo e gás natural, de recursos hídricos, para fins de geração de energia e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

**Art. 23.** As praias são bens públicos de uso comum, inalienáveis e destinadas perenemente à utilidade geral dos seus habitantes, cabendo ao Estado e a seus Municípios costeiros compartilharem das responsabilidades de promover a sua defesa e impedir, na forma da lei estadual, toda obra humana que as possam desnaturar, prejudicando as suas finalidades essenciais, na expressão de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, incluindo, nas áreas de praias:

**I** – recursos naturais, renováveis ou não renováveis;

**II** – recifes, parcéis e bancos de algas;

**III** – restingas e dunas;

**IV** – florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;

**V** – sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades de preservação permanente;

**VI** – promontórios, costões e grutas marinhas;

**VII** – sistemas fluviais, estuários e lagunas, baías e enseadas;

**VIII** – monumentos que integram o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, étnico, cultural e paisagístico.

**Parágrafo único.** Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas marítimas, fluviais e lacustres, acrescidas da faixa de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural ou outro ecossistema, ficando garantida uma faixa livre, com largura mínima de trinta e três metros, entre a linha da maré máxima local e o primeiro logradouro público ou imóvel particular decorrente de loteamento aprovado pelo Poder Executivo Municipal e registrado no Registro de Imóveis do respectivo Município, nos termos da lei.

\***Art. 24.** O Estado, respeitada a Lei Federal, e seus Municípios costeiros, respeitadas as Leis Federal e Estadual, deverão elaborar planos, convertidos em leis, que definirão as diretrizes de gerenciamento costeiro e de meio ambiente, velando por sua execução.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **Art. 24.** Incumbe ao Estado e aos seus Municípios costeiros manter, cada um em sua esfera organizacional, órgão especializado, sintonizado com as diretrizes federais, promovendo a elaboração de plano, a ser convertido em lei, e velar por sua execução.

\***§1º** Os planos compreenderão as seguintes matérias:

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **§1º** O plano definirá as diretrizes de gerenciamento costeiro e defesa do ambiente, compreendendo:

**I** – urbanização;

**II** – ocupação, uso do solo, do subsolo e das águas;

**III** – restingas e dunas;

**IV** – atividades produtivas;

**V** – habitação e saneamento básico;

**VI** – turismo, recreação e lazer.

**§2º** Os processos concernentes aos incisos precedentes devem tramitar pelos órgãos estaduais e municipais indicados, sem prejuízo da audiência obrigatória dos órgãos públicos federais que compartilham das responsabilidades da área costeira.

**§3º** Qualquer infração determinará imediata medida de embargo, com lavratura dos autos correspondentes, para aplicação das sanções legais cabíveis nas esferas administrativas, civil e penal.

## TÍTULO IV DO MUNICÍPIO CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

\***Art. 25.** O Estado do Ceará se constitui de Municípios, politicamente autônomos, nos termos previstos na Constituição da República.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **Art. 25.** A estrutura organizacional do Estado do Ceará é constituída por Municípios, politicamente autônomos, nas latitudes previstas na Constituição da República e nesta Constituição.

\***Art. 26.** O Município rege-se-á por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição Federal.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **Art. 26.** O Município rege-se-á por sua própria Lei Orgânica e leis ordinárias que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição Federal.

**Art. 27.** A Lei Orgânica é elaborada e promulgada pela Câmara Municipal, após aprovação em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, por maioria de dois terços de seus membros.

**Parágrafo único.** As alterações na Lei Orgânica estão sujeitas às mesmas formalidades previstas no *caput* deste artigo, sendo incorporadas mediante emendas em ordem numérica crescente.

**Art. 28.** Compete aos Municípios:

**I** – legislar sobre assuntos de interesse local;

**II** – suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

**III** – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

**IV** – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão e ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

**V** – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;

**VI** – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

**VII** – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

**VIII** – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

**IX** – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

**X** – dar ampla publicidade a leis, decretos, editais e demais atos administrativos, através dos meios de que dispuser.

\***XI** – o direito de liberdade de decisão quanto à associação ou não à Associação de Municípios, em nível estadual e em nível federal, inclusive com pagamento de contribuição, prevista em lei.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 79 de 5 de dezembro de 2013 – D. O. de 11.12.2013.

\***XII** – garantir a liberação de crença, não dificultando o funcionamento de cultos religiosos ou igrejas.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 83, de 2 de julho de 2015 - D.O. 14.07.2015

1\***§1º** Entende-se por dificultar o funcionamento previsto no inciso XII deste artigo, quaisquer atos de agentes públicos que venham impedir, ameaçar ou embaraçar o livre funcionamento dos templos e espaços de comunidades religiosas, inclusive com a exigência de documentos ou outros meios, sob o pretexto de condição necessária para seu regular funcionamento, devendo ser punidos os autores, especialmente se ocorrer prática de ato, fiscalizatório ou não, que venha a interferir de forma a impedir ou perturbar a realização de momentos de oração, celebração, cultos e liturgias.(NR)

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 83, de 2 de julho de 2015 - D.O. 14.07.2015

\***§2º.** Os preços dos serviços, de que trata o inciso IV, do art. 28, serão fixados por uma comissão municipal, encarregada da política de tarifas e qualidades dos serviços prestados pelo transporte coletivo urbano, que será composta por representantes:

– Concessionários ou Permissionários;

– Trabalhadores;

– Estudantes;

– Câmara Municipal;

– Secretário de Transporte Coletivo.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 13, de 7 de abril de 1994 – D. O. de 13.4.1994.

\* Renumerado pela Emenda Constitucional nº 83, de 28 de maio de 2015 - D.O. 14.07.2015

\***Art. 29.** As divulgações oficiais, pelos Municípios, para conhecimento coletivo, devem ficar circunscritas a matérias de caráter educativo, informativo ou de orientação social, vedada a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

1 Ver decisão Judicial no Parágrafo Único do Art. 20.

Redação anterior: **Art. 29.** As divulgações oficiais devem ficar circunscritas a matérias de significação relevante para conhecimento coletivo, com caráter educativo, informativo ou de orientação social, vedada a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

\***Art. 30.** Constitui encargo das administrações municipais transportar da zona rural para a sede do Município, ou para o Distrito mais próximo, alunos carentes, matriculados a partir da 5ª série do 1º grau.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 307-1, aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN 307-1 no Anexo I.

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, reconhecida a inconstitucionalidade. DJE 01/07/2009.

\***Art. 31.** A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \***Art. 31.** Nenhum Município será criado sem a verificação da existência na respectiva área territorial dos requisitos relacionados com a população, densidade eleitoral, infraestrutura, renda, ou potencial econômico e demais critérios estabelecidos em Lei Complementar.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 15 de agosto de 1991 – D. O. de 21.8.1991.

\*Ver Lei Complementar nº 1, de 5 de novembro de 1991 – D. O. de 12.11.1991.

Redação anterior: **Art. 31.** Nenhum Município será criado sem a verificação da existência na respectiva área territorial dos seguintes requisitos: I – população superior a cinco mil habitantes; II – eleitorado não inferior a vinte por cento de sua população; III – centro urbano já constituído, com número de prédios superior a cento e cinquenta, possuindo infraestrutura mínima, como seja, eletrificação na sede, grupo escolar e condições para instalação da Prefeitura e Câmara Municipal; IV – distrito devidamente constituído perante a lei.

\***Art. 32.** O Estado e os Municípios atuarão conjuntamente nas microrregiões, nas aglomerações urbanas e nas regiões metropolitanas visando integrar, articular e compatibilizar as ações governamentais, com base:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial nº 27.04.09.

Redação anterior: **Art. 32.** O Estado e os Municípios atuarão conjuntamente, nas microrregiões, na região metropolitana e nas aglomerações urbanas, para ordenar as ações governamentais, assim configuradas:

\*I – no planejamento e na gestão do desenvolvimento urbano, local e regional sustentável e participativo;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial nº 27.04.09.

Redação anterior: I – planejamento e disciplinamento urbano físico e social;

II – compatibilização de planos, programas e projetos;

III – articulação do sistema viário em que se inserem os Municípios.

\***Art. 33.** O número de Vereadores será proporcional à população do Município, observados os limites estabelecidos na Constituição Federal.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \***Art. 33.** A remuneração de Vereador às Câmaras Municipais do Interior do Estado do Ceará, será fixada pelas próprias Câmaras Municipais, em cada Legislação, para a subsequente, podendo ser com base na remuneração do Prefeito ou na receita orçamentária efetivamente arrecadada, não podendo exceder, para cada Vereador, 30% (trinta por cento) do que perceber o Prefeito Municipal, e/ou ultrapassar para todos os Vereadores do Município a 4% (quatro por cento) de sua receita orçamentária, em nenhum dos casos ultrapassará a 25% (vinte e cinco por cento) do que perceber a qualquer título o Deputado Estadual.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 13 de dezembro de 1991 – D. O. de 19.12.1991;

\*Revogados os parágrafos 1º e 2º pela Emenda Constitucional nº 16/94, de 13 de abril de 1994 – D. O. de 22.12.1994.

Redação anterior: **Art. 33.** Os subsídios dos Vereadores às Câmaras Municipais do interior do Estado, abrangendo a representação parlamentar não podem exceder a trinta por cento da remuneração dos respectivos Prefeitos municipais. § 1º. Aos Vereadores fica assegurada a faculdade de contribuírem para o órgão de previdência estadual, na mesma base percentual dos seus servidores públicos; § 2º. Lei complementar estadual regulamentará a concessão de aposentadoria ou pensão aos Vereadores. (Nesta redação há a ADIN nº 307-1 que suspende a sua vigência, vide ADIN 307-1 no Anexo I).

## CAPÍTULO II DA CÂMARA MUNICIPAL

**Art. 34.** Compete à Câmara Municipal:

**I** – legislar sobre matérias do peculiar interesse do Município;

**II** – deliberar sobre a realização de referendo, destinado a todo o seu território ou limitado a distritos, bairros ou aglomerados urbanos;

**III** – fixar os seus tributos;

**IV** – elaborar o seu sistema orçamentário, compreendendo:

- a)** plano plurianual;
- b)** lei de diretrizes orçamentárias;
- c)** orçamento anual.

**V** – representar contra irregularidades administrativas;

**VI** – exercer controle político da administração;

**VII** – dar curso à iniciativa popular que seja regularmente formulada, relativa às cidades e aos aglomerados urbanos e rurais;

**VIII** – celebrar reuniões com comunidades locais;

**IX** – convocar autoridades municipais para prestarem esclarecimentos;

**X** – requisitar dos órgãos executivos informações pertinentes aos negócios administrativos;

**XI** – apreciar o veto a projeto de lei emanado do Executivo, podendo rejeitá-lo por maioria absoluta de votos;

**XII** – fazer-se representar, singularmente, por Vereadores das respectivas forças políticas majoritárias e minoritárias, nos conselhos das microrregiões ou região metropolitana;

**XIII** – compartilhar com outras Câmaras Municipais de proposta de emenda à Constituição Estadual;

**XIV** – emendar a Lei Orgânica do Município, com observância do requisito da maioria de dois terços, com aprovação em dois turnos;

**XV** – ingressar perante os órgãos judiciários competentes com procedimentos para a preservação ou reivindicação dos interesses que lhe são afetos;

**XVI** – deliberar sobre a adoção do plano diretor, com audiência, sempre que necessário, de entidades comunitárias;

**XVII** – exercer atividade de fiscalização administrativa e financeira.

**Art. 35.** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, destinados às Câmaras Municipais, serão entregues até o dia vinte de cada mês.

**§1º** As Câmaras Municipais terão organização contábil própria, devendo prestar contas ao Plenário dos recursos que lhes forem consignados, respondendo os seus membros por qualquer ilícito em sua aplicação.

**§2º** Aplicam-se aos balancetes mensais e às prestações de contas anuais das Câmaras Municipais todos os procedimentos e dispositivos previstos para matérias correspondentes relacionadas com o Poder Executivo Municipal.

**\*§3º** As Câmaras Municipais funcionarão em prédio próprio ou público, independente da sede do Poder Executivo.

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN 307-1 no Anexo I.*

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, reconhecida a inconstitucionalidade. DJE 01/07/2009.*

**\*§4º** Os Vereadores deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Tribunal de Contas do Estado, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

*\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.*

*Redação anterior: \*§4º Os Vereadores deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Tribunal de Contas dos Municípios que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.*

*\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.*

**\*§5º** As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

*\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.*

**Art. 36.** Os Vereadores, na circunscrição de seus Municípios, gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato.

### CAPÍTULO III DO EXECUTIVO MUNICIPAL

**Art. 37.** O Prefeito é o chefe do Executivo Municipal.

**§1º** O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos mediante sufrágio direto, secreto e universal, em pleito simultaneamente realizado, em todo o País, até noventa dias antes do término dos mandatos daqueles a que devam suceder.

**§2º** Em caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores, aplicar-se-ão as regras do art. 77 da Constituição Federal.

**§3º** Os mandatos de Prefeito e Vice-Prefeito serão de quatro anos e a posse verificar-se-á em 1º de janeiro do ano subsequente à eleição.

**§4º** Perderá o mandato o Prefeito que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a investidura decorrente de concurso público, observado o disposto no art. 38, I, IV e V da Constituição da República.

**§5º** O Prefeito será julgado perante o Tribunal de Justiça.

**\*§6º** A remuneração do Prefeito é composta de subsídio e representação, fixada pela Câmara Municipal, cujo total não poderá exceder a um quinto, um terço, dois quintos, metade e quatro quintos da remuneração do Governador para Municípios com população, respectivamente, igual ou inferior a quinze mil, quarenta mil, setenta mil, quinhentos mil e acima de quinhentos mil habitantes, observados os dados populacionais mais recentes fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 307-1 no Anexo I.*

*\*Ver artigo 2º da Emenda Constitucional Federal nº 19, de 4.6.1998 – D. O. U. de 5.6.1998.*

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, reconhecida a inconstitucionalidade. DJE 01/07/2009.*

**\*§7º** Os valores dos subsídios e da representação do Prefeito, a serem fixados pela Câmara Municipal, serão reajustados na data e na razão dos aumentos concedidos ao Governador do Estado.

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 307-1 no Anexo I.*

*\*Ver artigo 2º da Emenda Constitucional Federal nº 19, de 4.6.1998 – D. O. U. de 5.6.1998.*

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, reconhecida a inconstitucionalidade. DJE 01/07/2009.*

**\*§8º** Se a Câmara Municipal não fixar os valores do subsídio e representação do Prefeito, prevalecerão os limites previstos no parágrafo anterior.

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN 307-1 no Anexo I.*

*\*Ver artigo 2º da Emenda Constitucional Federal nº 19, de 4.6.1998 – D. O. U. de 5.6.1998.*

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, reconhecida a inconstitucionalidade. DJE 01/07/2009.*

**\*§9º** O Prefeito não pode ausentar-se do Município, por tempo superior a dez dias, sem prévia licença da Câmara Municipal, sujeito à perda do cargo.

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 307-1 no Anexo I.*

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 307-1, reconhecida a inconstitucionalidade. DJE 01/07/2009.*

**\*§10** Os prefeitos e vice-prefeitos deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Tribunal de Contas do Estado, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

*\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.*

*Redação anterior: \*§10 Os Prefeitos e Vice-Prefeitos deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Tribunal de Contas dos Municípios que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.*

*\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.*

**\*§11.** As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

*\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.*

**Art. 38.** As competências dos Prefeitos devem constar da Lei Orgânica do Município, incluídas, dentre outras, as seguintes:

**I** – representar o Município;

**II** – apresentar projetos de lei à Câmara Municipal;

**III** – sancionar e promulgar as leis aprovadas pela Câmara Municipal;

**IV** – apor veto, total ou parcial, a projetos de lei, por razões de conveniência, oportunidade ou inconstitucionalidade;

**V** – prover os cargos públicos na forma da lei;

**VI** – elaborar os projetos:

**a)** do plano plurianual;

**b)** da lei de diretrizes orçamentárias;

**c)** do orçamento anual.



**\*VII** – participar, com direito a voto, dos órgãos colegiados que compõem o sistema de gestão da região metropolitana, das aglomerações urbanas e microrregiões a que estiver vinculado o Município.

**\*Ver Lei Complementar n° 18 de 29 de dezembro de 1999 – D. O. 29.12.1999, alterada pela Lei Complementar n° 34, de 21 de maio de 2003 – D. O. 23.5.2003.**

**§1º** Ao Vice-Prefeito compete substituir o titular nas ausências e suceder-lhe em caso de vaga, representar o Município e exercer outras atividades por delegação do Prefeito, auxiliando-o em diferentes misteres político-administrativos.

**\*§2º** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional n° 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009..**  
Redação anterior: **\*§2º** O Vice-Prefeito, ocupante de cargo ou emprego no Estado ou Município, ficará, automaticamente, à disposição da respectiva municipalidade, enquanto perdurar a condição de Vice-Prefeito, sem prejuízo dos salários e demais vantagens junto à sua instituição de origem.

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN n° 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN n° 143-4 no Anexo I.**

**\*§3º** Ao Vice-Prefeito será assegurado representação equivalente a dois terços da remuneração atribuída ao Prefeito, cabendo-lhe, quando no exercício deste cargo, por mais de quinze dias, a remuneração integral assegurada ao titular efetivo do cargo.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 14, de 7 de abril de 1994 – D. O. de 13.4.1994.**  
Redação anterior: **§ 3º.** Ao Vice-Prefeito será assegurado vencimento não superior a dois terços do atribuído ao Prefeito, cabendo-lhe quando no exercício deste cargo, por mais de quinze dias, o vencimento integral assegurado ao titular efetivo do cargo.

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN n° 307-1, reconhecida a inconstitucionalidade. DJE 01/07/2009.**

## CAPÍTULO IV

### DA INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO

**Art. 39.** O Estado não intervirá no Município, exceto quando:

**I** – deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

**II** – não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

**III** – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;

**IV** – o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover a execução de lei, ordem ou decisão judicial.

**Art. 40.** A intervenção far-se-á mediante decreto do Governador, submetido ao referendo da Assembleia Legislativa, por maioria absoluta de votos em escrutínio secreto.

**\*§1º** O pedido de intervenção encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado ou mediante solicitação da Câmara Municipal, aprovada pelo voto da maioria absoluta de seus membros, será feito conforme representação fundamentada ao Governador do Estado.

**\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.**

Redação anterior: **\*§1º** O pedido de intervenção encaminhado pelo Tribunal de Contas dos Municípios ou mediante solicitação da Câmara Municipal, aprovada pelo voto da maioria absoluta de seus membros, será feito conforme representação fundamentada ao Governador do Estado.

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN n° 1000-0 a qual, no mérito, o STF desconheceu da ação e suspendeu a liminar anteriormente deferida. Ver ADIN 1000-0 no Anexo I.**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.**

Redação anterior: **§ 1º** O pedido de intervenção encaminhado pelo Conselho de Contas dos Municípios ou mediante solicitação da Câmara Municipal, aprovada pelo voto da maioria absoluta de seus membros será feito conforme representação fundamentada, ao Governador do Estado.

**§2º** O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, designará o interventor, será submetido à apreciação da Assembleia Legislativa no prazo de vinte e quatro horas.

**\*§3º** Em caso de rejeição do nome indicado, o Executivo disporá de vinte e quatro horas para indicar outro nome.

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN n° 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN n° 143-4 no Anexo I.**

**§4º** Se não estiver funcionando a Assembleia Legislativa, far-se-á a convocação extraordinária no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

**§5º** Na hipótese do art. 39, IV, dispensada a apreciação pela Assembleia Legislativa, limitar-se-á o decreto a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida for suficiente ao restabelecimento da normalidade.

**§6º** Em caso de solicitação pelo Poder Judiciário, nos termos da Constituição, a intervenção deverá limitar-se a dar garantia à ação dos órgãos judiciários.

**§7º** Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a esses retornarão, no prazo máximo de trinta dias, salvo impedimento legal.

## CAPÍTULO V

### DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

**\*Art. 41.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos Municípios far-se-á na forma disciplinada por suas respectivas Leis Orgânicas e os princípios desta Constituição.

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional n° 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

Redação anterior: **\*Art. 41.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legitimidade, legalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, na forma da Lei, e pelo sistema de controle interno de poder.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 36, de 30 de junho de 1998 – D. O. 13.7.1998.**

Redação anterior: **Art. 41.** A fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios será exercida pela Câmara e pelos sistemas de controle interno do Executivo Municipal, na forma da lei.

**\*§1º** O controle externo da Câmara de Vereadores será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

**\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.**

Redação anterior: **\*§1º** O controle externo da Câmara de Vereadores será exercido com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios.

**\*Renumerado pela Emenda Constitucional n° 36, de 30 de junho de 1998 – D. O. 13.7.1998**

**\*§2º** A fiscalização, de que trata o parágrafo anterior, será realizada mediante tomada ou prestação de contas de governo, de responsabilidade do Chefe do Executivo e de gestão, a cargo dos ordenadores de despesa.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional n° 36, de 30 de junho de 1998 – D. O. 13.7.1998**

**\*§ 3º** O controle interno relativo aos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, será regulamentada por lei municipal. (NR)

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.**

Redação anterior: **(EC n° 36) § 3º** O controle interno relativo aos atos e fatos administrativos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e a formalização do processo de prestação de contas de governo e de gestão será regulamentado por lei municipal.

**\*§4º** Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, inclusive fundos e instituições civis sem fins lucrativos, que utilize, arrecade, guarde, gereencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais os Municípios respondam, ou que, em nome destes, assuma obrigações de natureza pecuniária.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional n° 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*Art. 42.** Os Prefeitos Municipais são obrigados a enviar às respectivas Câmaras e ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 30 do mês subsequente, as prestações de contas mensais relativas à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados por todas as Unidades Gestoras da administração municipal, mediante Sistema Informatizado, e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios, e composta, ainda, dos balancetes demonstrativos e da respectiva documentação comprobatória das receitas e despesas e dos créditos adicionais. (NR)

**\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.**

Redação anterior: **\*Art. 42.** Os Prefeitos Municipais são obrigados a enviar às respectivas Câmaras e ao Tribunal de Contas dos Municípios, até o dia 30 do mês subsequente, as prestações de contas mensais relativas à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados por todas as Unidades Gestoras da administração municipal, mediante Sistema Informatizado, e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios, e composta, ainda, dos balancetes demonstrativos e da respectiva documentação comprobatória das receitas e despesas e dos créditos adicionais. (NR)

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.**

Redação anterior: **(EC n° 9) Art. 42.** Os Prefeitos municipais são obrigados a enviar às respectivas Câmaras Municipais e ao Tribunal de Contas dos Municípios, até o dia 30 do mês subsequente, os balancetes mensais relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados por todas as Unidades Gestoras da Administração Municipal, acompanhadas da documentação comprobatória das receitas e das despesas e dos créditos adicionais. Nesta redação havia uma arguição de Inconstitucionalidade através da ADIN n° 1780-0 a qual foi julgada extinta sem apreciação do mérito – Ver decisão na ADIN n° 1780-0 no Anexo I.

**\*§1º** A inobservância do disposto neste artigo, implicará a proibição para realizar novos convênios e contratos com o Governo Estadual e na suspensão das transferências de recei-

tas voluntárias do Estado para os municípios infratores, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente, ressalvada a hipótese do § 1º H deste artigo.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 15 de julho de 2009 – D.O. de 22.07.09.

Redação anterior: \*§1º A inobservância do disposto neste artigo, implicará a proibição para realizar novos convênios e contratos com o Governo Estadual e na suspensão das transferências de receitas voluntárias do Estado para os municípios infratores, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente. (NR)

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47 de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.

Redação anterior: § 1º A não observância do disposto neste artigo constitui crime de responsabilidade. (Esta redação havia sido suspensa por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 307-1, aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 307-1, Anexo I).

\*§1º A Os agentes responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da Administração Municipal Indireta, incluídas as Fundações e Sociedades instituídas pelo poder público, bem como os Presidentes das Câmaras Municipais, deverão, também no prazo definido no caput deste artigo, remeter prestações de contas mensais, de acordo com os critérios estabelecidos no mesmo dispositivo.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.

\*§1º B As prestações de Contas mensais relativas à aplicação dos recursos destinados aos Fundos Especiais bem como as suas respectivas Prestações de Contas anuais, deverão ser enviadas, separadamente, das demais Unidades Gestoras, respeitadas as disposições do Inciso II do art. 71 da Constituição Federal e inciso II, do art. 78, da Constituição Estadual.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.

\*§1º C As Prestações de Contas referentes ao FUNDEB, deverão ser enviadas, também, dentro do mesmo prazo, ao respectivo Conselho Municipal de acompanhamento da aplicação dos recursos do FUNDEB.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*§1º C As Prestações de Contas referidas no parágrafo anterior, no que diz respeito ao FUNDEF, deverão ser enviadas, também, dentro do mesmo prazo, ao respectivo Conselho Municipal de Acompanhamento Social.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.

\*§1º D O Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEB, ao detectar irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo, deverá comunicar o fato ao Tribunal de Contas do Estado e este adotar as providências cabíveis.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*§1º D O Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEB, ao detectar irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo, deverá comunicar o fato ao Tribunal de Contas dos Municípios e este adotar as providências cabíveis.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*§1º D O Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEF, ao detectar irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo, deverá comunicar o fato ao Tribunal de Contas dos Municípios e este adotar as providências cabíveis.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.

\*§1º E O Tribunal de Contas do Estado poderá, a qualquer tempo, requisitar das prefeituras, das câmaras, suas unidades gestoras e aos demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, quaisquer documentos e demonstrativos contábeis relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*§1º E O Tribunal de Contas dos Municípios poderá, a qualquer tempo, requisitar das Prefeituras, das Câmaras, suas unidades gestoras e aos demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público municipal, quaisquer documentos e demonstrativos contábeis relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*§1º-E O Tribunal de Contas dos Municípios poderá, a qualquer tempo, solicitar às Prefeituras e Câmaras Municipais, suas Unidades Gestoras e aos demais Órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público municipal, quaisquer documentos e demonstrativos contábeis relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.

\*§1º F. (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*§1º F As Prefeituras, Câmaras Municipais e demais Órgãos e Entidades da Administração Direta, Indireta incluídas as Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público municipal, bem como os Fundos Especiais, terão o prazo de 3 (três) meses para se adequarem aos critérios estabelecidos no caput deste Artigo.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.

\*§1º G Recebida a prestação de contas de que trata o caput deste artigo, o TCM emitirá relatórios trimestrais, os quais serão enviados para os respectivos Gestores e disponibilizados para qualquer contribuinte quando solicitados.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.

\*§1º H A inadimplência de que trata o §1º do art.42 será suspensa, sem qualquer ressalva, e certificada pelo Tribunal de Contas do Estado expressamente, caso a nova gestão municipal mantiver-se adimplente com todas as suas obrigações de prestações de contas, relativas às competências de seu mandato, e tiver comprovado perante o Tribunal de Contas do Estado, o ajuizamento de ação para apurar as responsabilidades pelo descumprimento daquelas obrigações de prestação de contas devidas por seus antecessores, ressalvando-se os casos em que o gestor municipal seja reeleito.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*§1º H A inadimplência de que trata o §1º do art. 42, será suspensa, sem qualquer ressalva, e certificada pelo Tribunal de Contas dos Municípios expressamente, caso a nova gestão municipal mantiver-se adimplente com todas as suas obrigações de prestações de contas, relativas às competências de seu mandato, e tiver comprovado perante o Tribunal de Contas dos Municípios, o ajuizamento de ação para apurar as responsabilidades pelo descumprimento daquelas obrigações de prestação de contas devidas por seus antecessores, ressalvando-se os casos em que o gestor municipal seja reeleito.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 64, de 15 de julho de 2009 – D.O. 22.07.09.

\*§2º O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, a qual, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o julgamento, comunicará o resultado ao TCE.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*§2º O parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, a qual, no prazo máximo de dez dias após o julgamento, comunicará o resultado ao TCM.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. de 26.12.2001.

Redação anterior: (EC nº 29) § 2º O parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, a qual, no prazo máximo de dez dias após o julgamento, comunicará o resultado ao TCM. (Nesta redação havia a ADIN nº 1780 a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito pelo STF. Ver ADIN nº 1780 no Anexo I).

\*§2º A A Câmara Municipal disciplinará sobre os prazos para apresentação de defesa quanto ao julgamento das prestações de contas do Executivo Municipal.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.

\*§3º O controle interno relativo aos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, será regulamentada por lei municipal.(NR)

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47 de 13 de dezembro de 2001 – D. O. 26.12.2001.

Redação anterior: (EC nº 29) §3º A apreciação das contas do Prefeito se dará no prazo de trinta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas ou, estando a câmara em recesso, durante o primeiro mês da sessão legislativa imediata. (Nesta redação havia a ADIN nº 1780 a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito pelo STF. Ver ADIN 1780 no Anexo I).

\*I – desaprovadas as contas anuais pela Câmara, o Presidente desta, no prazo de dez dias, sob pena de responsabilidade, remeterá cópia autêntica dos autos ao Ministério Público, para os fins legais

\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. de 26.12.2001.

Redação anterior: (EC nº 29) I – desaprovadas as contas anuais pela Câmara, o Presidente desta, no prazo de dez dias, sob pena de responsabilidade, remeterá cópia autêntica dos autos ao Ministério Público para os fins legais.

\*II – no caso de omissão do Presidente da Câmara na remessa da cópia prevista no inciso anterior, caberá ao Tribunal de Contas do Estado comunicar a desaprovação das contas ao Ministério Público.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*II – no caso de omissão do Presidente da Câmara na remessa da cópia prevista no inciso anterior, caberá ao Tribunal de Contas dos Municípios comunicar a desaprovação das contas ao Ministério Público.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. de 26.12.2001.

Redação anterior: (EC nº 29) II – No caso de omissão do Presidente da Câmara na remessa da cópia prevista no inciso anterior, caberá ao Tribunal de Contas dos Municípios comunicar a desaprovação das contas ao Ministério Público

\*§4º As contas anuais do Município, Poderes Executivo e Legislativo, serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, ficando,

durante 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as contas serão, até o dia 10 de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas do Estado para que este emita o competente parecer.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*§4º As contas anuais do Município, Poderes Executivo e Legislativo, serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia trinta e um de janeiro do ano subsequente, ficando, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as contas serão, até o dia dez de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas dos Municípios para que este emita o competente parecer.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. de 26.12.2001.

Redação anterior: (EC n 9) § 4º As contas anuais do Município, Poderes Executivo e Legislativo, serão apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, ficando, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei e, decorrido este prazo, as contas serão, até o dia dez de abril de cada ano, enviadas pela Presidência da Câmara Municipal ao Tribunal de Contas dos Municípios para que este emita o competente parecer prévio.

\*§5º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado pelo Poder Executivo, até o dia 1º de outubro de cada ano, à Câmara Municipal, que apreciará a matéria no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, e a Lei Orçamentária deverá ser encaminhada pelo Prefeito ao Tribunal de Contas do Estado até o dia 30 de dezembro.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*§5º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado pelo Poder Executivo, até o dia primeiro de outubro de cada ano, à Câmara Municipal, que apreciará a matéria no prazo improrrogável de trinta dias, e a Lei Orçamentária deverá ser encaminhada pelo Prefeito ao Tribunal de Contas dos Municípios até o dia trinta de dezembro.(NR)

\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. de 26.12.2001.

Redação anterior: (EC n 9) § 5º O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado pelo Poder Executivo, até o dia primeiro de novembro de cada ano, à Câmara Municipal que apreciará a matéria no prazo improrrogável de trinta dias e a lei orçamentária deverá ser encaminhada pelo Prefeito ao Tribunal de Contas dos Municípios até o dia trinta de dezembro.

\*§6º As disponibilidades provenientes de receitas de qualquer natureza terão, de acordo com o §3º do art. 164, da Constituição Federal, que ser depositadas em bancos oficiais no próprio Município, ou em Municípios vizinhos quando não existirem, e os pagamentos deverão ser realizados mediante ordem bancária nominal ao credor.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional n 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*§6º As disponibilidades provenientes de receitas de qualquer natureza terão, de acordo com o § 3º do art. 164, da Constituição Federal, que ser depositadas em bancos oficiais no próprio Município ou em Municípios vizinhos quando não existirem, e os pagamentos deverão ser realizados mediante cheque nominal ao credor.(NR)

\* Acrescido pela Emenda Constitucional n 47, de 13 de dezembro de 2001 – D. O. de 26.12.2001.

Redação anterior: (EC n 8) § 6º As disponibilidades provenientes de receitas de qualquer natureza terão, de acordo com o parágrafo 3º do Artigo 164 da Constituição Federal, que ser depositadas em bancos oficiais no próprio Município ou em Municípios vizinhos quando não existirem, e a retirada coincidente com o documento de despesa para controle e fiscalização do Conselho de Contas dos Municípios.

\*§7º Entende-se por unidade gestora todo órgão ou entidade da administração municipal autorizado a ordenar despesas públicas, incluindo-se neste conceito os fundos especiais e a Câmara Municipal.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional n 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*§7º Entende-se por Unidade Gestoras para fins deste artigo todo órgão ou entidade da Administração Municipal autorizado a ordenar despesas públicas, incluindo-se neste conceito os Fundos Especiais.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional n 40, de 29 de junho de 1999 – D. O. de 2.7.1999.

\*§8º Os balancetes mensais e a documentação comprobatória correspondente relativos à aplicação de Contas anuais deverão ser enviados separadamente das demais Unidades Gestoras, respeitados os dispostos no Inciso II do art. 71 da Constituição Federal e Inciso II do art. 78 da Constituição Estadual.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional n 40, de 29 de junho de 1999 – D. O. de 2.7.1999.

\*§9º Os documentos referidos no parágrafo anterior, no que diz respeito ao FUNDEB, deverão ser enviados, também, dentro do mesmo prazo, ao Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEB.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional n 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*§9º Os documentos referidos no parágrafo anterior, no que diz respeito ao FUNDEF, deverão ser enviados, também, dentro do mesmo prazo, ao Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEF.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional n 40, de 29 de junho de 1999 – D. O. de 2.7.1999.

\*§10. Equipara-se aos ordenadores de despesas, na obrigação de prestar contas ao Tribunal, qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, inclusive fundos e instituições civis sem fins lucrativos, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional n 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*§10 O Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEF ao detectar irregularidades na aplicação dos recursos, deverá comunicar o fato ao Tribunal de Contas dos Municípios e este deverá adotar as providências cabíveis.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional n 40, de 29 de junho de 1999 – D. O. de 2.7.1999.

\*§11. Todos os documentos e demonstrativos contábeis relativos à aplicação dos recursos recebidos e arrecadados deverão permanecer na sede do Município, à disposição irrestrita dos cidadãos e dos controles interno e externo.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional n 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§12. As Câmaras Municipais podem se valer do disposto no §3º, relativamente às respectivas Prefeituras, suas unidades gestoras e aos demais órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público municipal.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional n 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

## CAPÍTULO VI

### A INTEGRAÇÃO REGIONAL

\*Art. 43. O desenvolvimento regional se realiza por meio dos processos de descentralização, afirmando-se a individualidade política do Município, compreendendo a auto-organização, o autogoverno e a integração, aglutinando municípios limítrofes que se identifiquem por suas afinidades geoambientais, socioespaciais, socioeconômicas e socioculturais, visando a utilização dos potenciais locais e das regiões, sem prejuízo de ações exógenas, para buscar inibir os fatores que provocam desequilíbrios e desigualdades inter e intrarregionais.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial n 27.04.09.

Redação anterior: Art. 43. A conformação municipalista exprime-se pela convergência de dois processos articulados – descentralização e integração:

\*I – (revogado).

\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial n 27.04.09.

Redação anterior: I – pela descentralização, afirma-se a individualidade política do Município, compreendendo a auto-organização e autogoverno;

\*II – (revogado).

\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial n 27.04.09.

Redação anterior: II – pela integração regional, realiza-se a aglutinação de Municípios limítrofes, identificados por afinidades geoeconômicas, socioeconômicas e socioculturais, para superar os desequilíbrios internos e os efeitos inibitórios do desenvolvimento harmônico em todo o espaço territorial cearense, com as discriminações seguintes:

\*a) – (revogado).

\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial n 27.04.09.

Redação anterior: \*a) região metropolitana, formada pelos Municípios adjacentes a Fortaleza atingidos pelos efeitos da conurbação;

\*Ver Lei Complementar n 3, de 26 de junho de 1995 – D. O. de 27.6.1995, Lei Complementar n 18, de 29 de dezembro de 1999 – D. O. de 29.12.1999, e Lei Complementar n 34 de 21 de maio de 2003 – D. O. 23.5.2003.

\*b) – (revogado).

\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial n 27.04.09.

Redação anterior: \*b) microrregiões, integrando os Municípios em comuns peculiaridades fisiográficas e sócio-culturais;

\*Ver Lei Complementar n 3, de 26 de junho de 1995 – D. O. de 27.6.1995, Lei Complementar n 18, de 29 de dezembro de 1999 – D. O. de 29.12.1999, e Lei Complementar n 34, de 21 de maio de 2003 – D. O. 23.5.2003.

\*c) – (revogado).

\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial n 27.04.09.

Redação anterior: c) aglomerados urbanos definidos por agrupamentos de Municípios limítrofes que possuam função pública de interesse comum.

**§1º** Para a realização do desenvolvimento e integração regional, os Municípios poderão aglutinar-se nas seguintes conformações:

**\*I** – regiões metropolitanas, formada por Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;

*\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 - Diário Oficial nº 27.04.09..*

**II** – microrregiões, formadas pelos Municípios com peculiaridades fisiográficas, socioeconômicas e socioculturais comuns;

**\*III** – aglomerados urbanos, definidos por agrupamentos de Municípios limítrofes que possuam função pública de interesse comum.

*\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial nº 27.04.09.*

**\*§2º** Lei Complementar disporá sobre a composição e alterações da Região Metropolitana, aglomerados urbanos e das microrregiões.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial nº 27.04.09.*

Redação anterior: **\*§1º** Lei complementar disporá sobre a composição e alterações da Região Metropolitana e das microrregiões.

*\*Ver Lei Complementar nº 3, de 26 de junho de 1995 – D. O. de 27.6.1995, Lei Complementar nº 18, de 29 de dezembro de 1999 – D. O. de 29.12.1999 e Lei Complementar nº 34, de 21 de maio de 2003 – D. O. 23.5.2003.*

**\*§3º** Cada Município integrante da Região Metropolitana, das aglomerações urbanas e das microrregiões participará, igualmente, do órgão regional denominado Conselho Deliberativo, com composição e funções definidas em Lei Complementar.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22 de abril de 2009 – Diário Oficial nº 27.04.09.*

Redação anterior: **\*§2º** Cada Município integrante da Região Metropolitana e das Microrregiões, participará, igualmente, do órgão regional denominado Conselho Deliberativo, com composição e funções definidas em Lei Complementar.

*\*Ver Lei Complementar nº 3, de 26 de junho de 1995 – D. O. de 27.6.1995, Lei Complementar nº 18, de 29 de dezembro de 1999 – D. O. de 29.12.1999 e Lei Complementar nº 34, de 21 de maio de 2003 – D. O. 23.5.2003.*

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998 – D. O. de 13.7.1998.*

Redação anterior: **§ 2º.** Cada Município participará, igualmente, na composição dos seguintes órgãos regionais: Conselho Deliberativo e Conselho Diretor. I – funções do Conselho Deliberativo: a) manifestar-se nos assuntos de interesse dos Municípios integrantes do complexo microrregional ou metropolitano; b) formular proposições sobre os planejamentos, programas e definições de prioridades nos escalões intermunicipais e estaduais; c) transmitir indicações à Assembleia Legislativa sobre os planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais; d) indicar medidas que abstem o comprometimento da integridade de espaços territoriais que exijam proteção especial do Estado; e) formular representações sobre os atentados perpetrados aos ecossistemas naturais; f) decidir a realização de empreendimentos comuns sobre questões educacionais, saúde, defesa ecológica, utilização de recursos hídricos, abastecimento, transportes, saneamento básico, observadas as formalizações compatíveis. II – composição do Conselho Deliberativo: a) presidentes das Câmaras Municipais e de dois vereadores, sendo um representante das correntes majoritárias e o outro, das minoritárias de cada unidade municipal; b) representante de sindicato dos trabalhadores rurais ou urbanos, respectivamente para as microrregiões ou região metropolitana; c) representante de associação dos proprietários rurais e urbanos, nas mesmas circunstâncias da alínea precedente; d) representante da área médica, por equivalente critério; e) arquiteto, preferencialmente urbanista; f) professor do magistério público ou particular, eleito entre os profissionais da região; g) representante da área discente, de preferência da área universitária, quando existente no complexo regional; h) representante escolhido pelos advogados em reunião conjunta de sua categoria profissional; i) deputados que tiverem os mais elevados índices de votação no contexto regional. III – função do Conselho Diretor: acompanhar a execução das medidas de interesse comum dos Municípios regionalmente interligados. IV – composição do Conselho Diretor: integrado dos respectivos Prefeitos sendo substituídos, em seus impedimentos, pelos Vice-Prefeitos ou por quem, eventualmente, estiver no exercício da chefia do Executivo Municipal. **§ 3º.** As medidas que acarretarem compromissos das microrregiões ou regiões metropolitanas demandam manifestação de assentimento ou rejeição pelo Conselho Diretor, somente podendo ser sobrepujado seu ato por manifestação plebiscitária por maioria absoluta.

*\*Incisos I a IV e § 3º revogados pela Emenda Constitucional nº 34, de 30 de junho de 1998 – D. O. de 13.7.1998.*

**Art. 44.** Os Municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza deverão, também, ser contemplados em todos os programas específicos de desenvolvimento rural, oriundos dos Governos Federal e Estadual.

## TÍTULO V DOS PODERES ESTADUAIS

### CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

#### Seção I Disposições Gerais

**Art. 45.** O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída por representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional e investidos na forma da lei, para uma legislatura de quatro anos.

**§1º** O número de Deputados corresponde ao triplo dos representantes eleitos à Câmara dos Deputados, e, após atingir o número de trinta e seis, o acréscimo será de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

**§2º** A elevação da representação somente vigorará para a legislatura subsequente.

**\*Art. 46.** Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa, cabendo-lhe, pelo menos, três por cento da receita estadual.

*\*Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016. D. O. 21.12.2016.*

**Parágrafo único.** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, serão repassados, obrigatoriamente, até o dia vinte de cada mês, com as atualizações decorrentes do excesso na arrecadação, em face da previsão orçamentária.

**\*Art. 47.** A Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 57, de 7 de março de 2006, D.O. de 08.03.06.*

Redação anterior: **Art. 47.** A Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, de quinze de fevereiro a trinta de junho e de primeiro de agosto a quinze de dezembro.

**§1º** As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

**\*§ 2º** No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias, no dia 1.º de fevereiro, para a posse dos Deputados diplomados e eleição da Mesa Diretora, com mandato de dois anos, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura e na seguinte.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 57, de 7 de março de 2006, D.O. de 08.03.06.*

Redação anterior: **\*§2º** No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias, a partir de primeiro de fevereiro, para a posse dos Deputados diplomados e eleição da Mesa Diretora, com mandato de dois anos, admitida a recondução ao mesmo cargo para o período imediato, vedada a reeleição, para mais de um mandato, mesmo que na legislatura imediatamente subsequente.

*\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 43, de 14 de outubro de 1999 – D. O. de 20.10.1999.*

Redação anterior: **§ 2º** No primeiro ano da legislatura serão realizadas sessões preparatórias, a partir de primeiro de fevereiro, para posse dos Deputados diplomados e eleição de seu órgão colegiado dirigente, com mandato de dois anos, vedada a recondução ao mesmo cargo no período imediato.

**§3º** A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

**§4º** Durante o recesso, haverá comissão representativa da Assembleia Legislativa, respeitado o critério da proporcionalidade das representações partidárias, observados os condicionamentos seguintes:

**\*a)** seus membros serão eleitos na última reunião de cada Sessão Legislativa ordinária, admitida a recondução para o posterior período de recesso; e

*\*Modificado pela Emenda Constitucional nº 43, de 14 de outubro de 1999 – D. O. de 20.10.1999.*

Redação anterior: **a)** seus membros serão eleitos na última reunião de cada período da sessão legislativa ordinária, vedada a recondução para o posterior período de recesso;

**b)** suas atribuições serão definidas no regimento interno.

**\*§ 5º** A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa far-se-á:

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 57, de 7 de março de 2006, D.O. de 08.03.06.*

Redação anterior: **§5º** A convocação extraordinária far-se-á por dois terços de seus membros, pelo Presidente, em caso de intervenção em Município, pelo Chefe do Poder Executivo, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente.

**\*I** – pelo Presidente em caso de intervenção em Município e para compromisso e posse do Governador e Vice-Governador do Estado;

*\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 57, de 7 de março de 2006, D.O. de 08.03.06.*

**\*II** – pelo Governador, pelo seu Presidente, ou a requerimento da maioria dos seus membros, em caso de urgência ou de interesse público relevante e urgente, em todas as hipóteses deste inciso com aprovação da maioria absoluta da Assembleia.

*\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 57, de 7 de março de 2006, D.O. de 08.03.06.*

**\*§ 6º** No período extraordinário, restringir-se-á a Assembleia a deliberar sobre a matéria para a qual tenha sido convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 57, de 7 de março de 2006, D.O. de 08.03.06.*

Redação anterior: **§6º** No período extraordinário, restringir-se-á a Assembleia a deliberar sobre a matéria para a qual tenha sido convocada.

**\*Art. 48.** Salvo disposição constitucional em contrário, a Assembleia Legislativa funcionará em sessões públicas, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.*

Redação anterior: **Art. 48.** Salvo disposição constitucional em contrário, a Assembleia Legislativa funcionará em sessões públicas, com a presença da maioria absoluta de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria de voto.

**Parágrafo único.** A sessão somente poderá ser secreta por deliberação da maioria absoluta de seus membros, no interesse da segurança ou do decoro parlamentar, com voto a descoberto.

## Seção II Das Atribuições da Assembleia Legislativa

**Art. 49.** É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

**I** – autorizar referendo e convocar plebiscito de amplitude estadual;

**II** – aprovar a intervenção estadual em Município;

**III** – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

**\*a)** três sétimos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Ceará;

**\*Suprimida a expressão “e dos Municípios” pela Emenda constitucional n° 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.**

**Redação anterior: \*a) três sétimos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios;**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 54, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.**

**Redação anterior: a) dois sétimos dos membros do Tribunal de Contas do Estado e um terço do Tribunal de Contas dos Municípios;**

**\*Ver redação do art. 79.**

**\*b)** interventores do Estado, em Municípios;

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN n° 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN n° 143-4 no Anexo I.**

**\*c)** (revogado).

**\*Revogada pela Emenda Constitucional n° 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Redação anterior: \*c) presidente e diretores de estabelecimentos de crédito, cujo controle acionário pertença ao Estado;**

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN n° 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN n° 143-4 no Anexo I.**

**d)** titulares de outros cargos que a lei determinar.

**\*IV** – escolher quatro sétimos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Ceará;

**\*Suprimida a expressão “e dos Municípios” pela Emenda constitucional n° 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.**

**Redação anterior: \*IV – escolher quatro sétimos dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios;**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 54, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.**

**Redação anterior: (EC n° 9) IV – escolher cinco sétimos dos membros do Tribunal de Contas do Estado e dois terços do Tribunal de Contas dos Municípios;**

**V** – autorizar, previamente, o afastamento do Governador e do Vice-Governador, para fora do País;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Redação anterior: V – autorizar, previamente, a ausência do Governador e do Vice, quando o afastamento for para o Exterior;**

**VI** – sustar os atos normativos emanados do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;

**VII** – mudar temporariamente a sua sede;

**\*VIII** – fixar por lei a remuneração de seus membros, observadas as limitações constitucionais;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Redação anterior: VIII – fixar a remuneração de seus membros para vigorar na legislatura subsequente, observadas as limitações constitucionais;**

**IX** – fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador e do Vice-Governador, observados os disciplinamentos constitucionais;

**X** – julgar as contas apresentadas, anualmente, pelo Governador do Estado, a prestação de contas dos Interventores, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos governamentais e suas correlações aos planos plurianuais;

**XI** – fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

**XII** – velar pela preservação de sua competência legislativa, em face da competência normativa dos outros Poderes;

**\*XIII** – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, exceto nas hipóteses previstas nas letras b e c do inciso V do art. 316;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 26/95, de 6 de agosto de 1996 – D. O. de 19.8.1996.**

**Redação anterior: XIII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas;**

**\*XIV** – convocar, por sua iniciativa ou de qualquer de suas comissões, os Secretários de Estado, dirigentes de autarquias, empresa pública, sociedade de economia mista e de fundações, para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto específico, com atendimento no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade;

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN n° 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN n° 143-4 no Anexo I.**

**XV** – encaminhar, por seus Deputados, Comissões ou Mesa, pedidos escritos de informação aos Secretários de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas;

**XVI** – proceder à tomada de contas do Governador do Estado, quando não apresentadas à Assembleia Legislativa dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

**XVII** – eleger a Mesa Diretora;

**XVIII** – elaborar o regimento interno;

**\*XIX** – dispor sobre sua organização, funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação, por lei, da respectiva remuneração de seu pessoal, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Redação anterior: \*XIX – dispor sobre sua organização, funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargos, encargos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração de seu pessoal, por resolução, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;**

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN n° 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN n° 143-4 no Anexo I.**

**\*Ver Emenda Constitucional Federal n° 19, de 4.6.1998 – D. O. U. 5.6.1998.**

**XX** – processar e julgar, na forma da lei, o Governador e Secretários de Estado nos crimes de responsabilidade;

**XXI** – exercer poder de polícia em seus recintos e para assegurar o cumprimento de requisições e diligências emanadas de suas comissões parlamentares de inquérito;

**XXII** – aprovar, por maioria absoluta e voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da Justiça, antes do término de seu mandato;

**\*XXIII** – suspender a execução, no todo ou em parte, na medida em que se der a declaração judicial de lei ou ato normativo estadual ou municipal declarado inconstitucional por decisão definitiva do Tribunal de Justiça, na hipótese de controle incidental;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Redação anterior: XXIII – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou ato normativo estadual ou municipal declarado inconstitucional por decisão definitiva do Tribunal de Justiça;**

**\*XXIV** – processar o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Redação anterior: XXIV – processar o Procurador-Geral da Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor-Geral da Defensoria Pública nos crimes de responsabilidade;**

**\*XXV** – autorizar o Governador a efetuar ou a contrair empréstimos;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n° 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Redação anterior: XXV – autorizar o Governador a efetuar ou a contrair empréstimos e a referendar convênios e acordos celebrados com entidades públicas ou particulares dos quais resultem encargos não previstos no orçamento;**

**XXVI** – ordenar a sustação de contrato impugnado pelo Tribunal de Contas;

**XXVII** – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantias pelo Estado, em operações de crédito, bem como sobre condições para os empréstimos realizados pelo Estado;

**XXVIII** – solicitar a intervenção federal no Estado para garantir o livre exercício de suas funções e prerrogativas;

**XXIX** – dar posse aos Deputados, receber a renúncia e declarar a perda de mandato;

**\*XXX** – (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional n° 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Redação anterior: XXX – conceder licença para processar Deputados;**

**XXXI** – propor, em conjunto com outras Assembleias Legislativas, emenda à Constituição Federal;

**\*XXXII** – (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional n° 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Redação anterior: \*XXXII – aprovar previamente, por voto secreto, a escolha do Superintendente da Fundação de Teleducação do Estado do Ceará.**

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN n° 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN n° 143-4 no Anexo I.**

**\*Parágrafo único. (revogado).**

**\*Revogado pela Emenda Constitucional n° 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Redação anterior: Parágrafo único. A Assembleia Legislativa mantém, para apoio cultural a seus desempenhos, o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, com programas de participação popular e fortalecimento da representação política, fornecendo subsídios, sempre que solicitado, sobre elaboração e discussão dos planos plurianuais.**

**\*§ 1º** A Assembleia Legislativa manterá, como instituição de apoio a seu desempenho, o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, com programas de participação popular e fortalecimento da representação política, fornecendo subsídios, sempre que solicitado, sobre elaboração e discussão dos planos plurianuais.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**\*§ 2º** A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará manterá a Universidade do Parlamento Cearense, com o objetivo de aperfeiçoar o serviço público, de promover e de manter atividades voltadas para formação, qualificação profissional dos servidores públicos em geral e dos cidadãos e notadamente voltada às reivindicações profissionais dos parlamentares e agentes políticos vinculados às Assembleias Legislativas e às Câmaras Municipais conveniadas.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**\*§ 3º** À Procuradoria da Assembleia Legislativa cabe exercer a assessoria e a consultoria jurídica do Poder Legislativo, na forma da lei, observadas as competências da Procuradoria Geral do Estado.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. 15.01.09.**

**Art. 50.** Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor acerca de todas as matérias de competência do Estado do Ceará, especialmente sobre:

- I** – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II** – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;
- III** – fixação e modificação do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros;
- IV** – planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento;
- V** – limites dos territórios estaduais e municipais;
- VI** – criação, incorporação, subdivisão ou desmembramento de Municípios, ouvidas em plebiscito as populações interessadas;
- VII** – transferência temporária da sede do Governo Estadual;
- VIII** – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;
- IX** – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública estadual;
- X** – atividades financeiras em geral;
- XI** – fixação das custas judiciais;
- XII** – planos e programas regionais e setoriais de investimento e de desenvolvimento;
- XIII** – bens de domínio do Estado e proteção do patrimônio público;
- XIV** – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Procuradoria-Geral do Estado;
- XV** – fiscalização das tarifas do serviço público.

### Seção III Dos Deputados

**\*Art. 51.** Os Deputados Estaduais são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**  
**Redação anterior: Art. 51.** Os Deputados são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos.

**\*§ 1º** Os Deputados Estaduais serão, desde a expedição do diploma, processados e julgados pelo Tribunal de Justiça.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**  
**Redação anterior: § 1º** Desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembleia Legislativa.

**\*§ 2º** Desde a expedição do diploma, os Deputados Estaduais não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, devendo os autos dessa prisão ser remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**  
**Redação anterior: § 2º** No caso de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

**\*§ 3º** Recebida a denúncia, por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal dará ciência à Assembleia Legislativa, que, por iniciativa de partido político nela repre-

sentado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**

**Redação anterior: § 3º** Os Deputados serão processados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado.

**\*§ 4º** O pedido de sustação será apreciado pela Assembleia Legislativa no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**

**Redação anterior: § 4º** Os Deputados não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

**\*§ 5º** A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 48, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**

**Redação anterior: § 5º** A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõe os Arts. 150, II, 153, III e 153 § 2º, I, na razão de, no máximo 75% daquela estabelecida em espécie para os Deputados Federais. (Redação da Emenda Constitucional nº 7, de 26 de junho de 1992 – D. O. 30.6.92)

**\*Ver artigo 2º da Emenda Constitucional Federal nº 19, de 4.6.1998 – D. O. U. de 5.6.1998.**

**\*§ 6º** Os Deputados Estaduais não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 48, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**

**\*§ 7º** A incorporação às Forças Armadas de Deputados Estaduais, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembleia Legislativa.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 48, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**

**\*§ 8º** As imunidades dos Deputados Estaduais subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, nos casos de atos, praticados fora do recinto da Assembleia, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 48, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**

**Art. 52.** Os Deputados não poderão:

**I** – desde a expedição do diploma:

**a)** firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

**b)** aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior.

**II** – desde a posse:

**a)** ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

**b)** ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades a que se refere o inciso I, *a*;

**c)** patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, *a*;

**d)** ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

**\*§ 1º** Os Deputados Estaduais deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**

**\*§ 2º** As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**

**Art. 53.** Perderá o mandato o Deputado:

**I** – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

**II** – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

**III** – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a terça parte das sessões ordinárias da Assembleia, salvo licença ou missão, por esta autorizada;

**IV** – que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos;

**V** – que, por decisão da Justiça Eleitoral, for condenado por abuso do poder econômico ou do poder político;

**VI** – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

**§1º** É incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Deputados ou a percepção de vantagens indevidas, além dos casos definidos no regimento da Assembleia Legislativa.

**§2º** No caso do inciso III, a perda de mandato será decidida pela Assembleia Legislativa, mediante provocação de qualquer de seus membros, da respectiva Mesa ou de partido político, assegurada ampla defesa.

**§3º** Nos casos previstos nos incisos IV a VI, a perda ou suspensão de mandato será automática e declarada pela Mesa da Assembleia Legislativa.

**Art. 54.** Não perderá o mandato o Deputado:

**\*I** – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, da Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática Temporário, ou a eles equiparados.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 51, de 16 de dezembro de 2002 – D. O. de 27.12.2002.**

**Redação anterior: I** – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, da Prefeitura da Capital ou Chefe de missão diplomática temporária;

**\*II** – licenciado por motivo de doença, licença-maternidade, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, nessa hipótese, o afastamento não transponha 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

**\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 82, de 28 de maio de 2015 - D.O. de 29.05.2015**

**\* Redação anterior II** – licenciado por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, nessa hipótese, o afastamento não transponha cento e vinte dias por sessão legislativa.

**§1º** Far-se-á a convocação do suplente, respeitada a ordem da diplomação na respectiva legenda partidária, nos casos de vaga, de investidura nas funções previstas neste artigo ou de licença por prazo igual ou superior a cento e vinte dias.

**§2º** Ocorrendo vaga, sem que haja suplente, deverá realizar-se eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

**§3º** Na hipótese do inciso I, poderá o Deputado optar pela remuneração parlamentar.

**\*§4º** Será de 120 (cento e vinte) dias o afastamento por licença-maternidade, prorrogável por 60 (sessenta) dias. (NR)

**\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 82, de 28 de maio de 2015 - D.O. de 29.05.2015**

#### Seção IV Das Comissões

**Art. 55.** Na Assembleia Legislativa funcionarão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Constituição, no regimento interno ou no ato legislativo de que resultar sua criação.

**§1º** Na constituição da Mesa e na de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos políticos ou dos blocos parlamentares com representação na Assembleia Legislativa.

**§2º** Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

**I** – discutir e votar o projeto de lei que dispensar, na forma do regimento interno, a competência do plenário, salvo se houver, para decisão deste, recurso de um décimo dos membros da Assembleia;

**II** – realizar audiências públicas com entidades organizadas da sociedade civil, na forma do regimento interno;

**III** – realizar audiências públicas em regiões do Estado para subsidiar o processo legislativo;

**IV** – convocar Secretários de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

**\*V** – convocar dirigentes de órgãos públicos estaduais, civis e militares, de autarquia, de empresa pública e sociedade de economia mista e de fundações, instituídas ou mantidas pelo poder público, dentre outras autoridades, ficando estes com prazo de trinta dias para cumprimento;

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN nº 143-4 no Anexo I.**

**VI** – receber petições, reclamações, representações ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade pública, de concessionário ou de permissionário de serviço público;

**VII** – acompanhar, junto ao Poder Executivo, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

**VIII** – apreciar e acompanhar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

**IX** – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

**Art. 56.** A Assembleia Legislativa criará comissões parlamentares de inquérito para apuração de fato determinado, sempre que o requerer a quarta parte dos seus membros, observada na sua composição a proporcionalidade de representação partidária, ficando obrigatório, sob pena de sanção definida em lei complementar, o comparecimento de autoridades, servidores e quaisquer pessoas convocadas.

**\*§ 1º** As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, cumulativamente com os de natureza parlamentar, podendo inclusive decretar, motivadamente, a quebra de sigilo bancário dos investigados.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.**

**Redação anterior: §1º** As comissões parlamentares de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, cumulativamente com os de natureza parlamentar.

**§2º** As conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**Art. 57.** A Assembleia Legislativa e suas comissões, pelo voto de um terço dos seus membros, podem convocar Secretário de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

#### Seção V

##### Do Processo Legislativo

**Art. 58.** O processo legislativo compreende a elaboração de:

**I** – emendas à Constituição;

**II** – leis complementares;

**III** – leis ordinárias;

**IV** – leis delegadas;

**V** – decretos legislativos; e

**VI** – resoluções.

**\*§1º** Não cabendo no Processo Legislativo proposição de interesse Público, o Deputado poderá sugerir ao Poder Executivo a adoção do competente Projeto de Lei, na forma de Indicação.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 18/94, de 13 de dezembro de 1994 – D. O. de 22.12.1994.**

**\*§2º** Uma vez recebida a Indicação, aprovada em Plenário, o Governador do Estado, no prazo de 90 (noventa) dias, dará ciência à Assembleia Legislativa de sua conveniência ou não.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 18/94, de 13 de dezembro de 1994 – D. O. de 22.12.1994.**

**\*§ 3º** As entidades da sociedade civil, legalmente constituídas, poderão, nos termos do disposto em Resolução da Assembleia Legislativa, apresentar projetos de iniciativa compartilhada, os quais tramitarão, se acolhidos, como proposição da Mesa Diretora.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.**

#### Subseção I

##### Da Emenda Constitucional

**Art. 59.** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

**I** – de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

**II** – do Governador do Estado;

**III** – de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros; e

**\*IV** – de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento dos eleitores.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.**

**§1º** A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

**\*§ 2º** A proposta será discutida e votada pela Assembleia Legislativa, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos seus membros.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.**

**Redação anterior: §2º** A proposta será discutida e votada pela Assembleia Legislativa, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

**§3º** A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia, com respectivo número de ordem.

**§4º** Não será objeto de deliberação a proposta que vise modificar as regras atinentes à alteração constitucional nem aquela tendente a abolir:

**I** – a autonomia dos Municípios;

**II** – o voto direto, secreto, universal, igual e periódico; e

**III** – a independência e a harmonia dos Poderes.

**§ 5º** A matéria constante de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

## Subseção II

### Das Leis

**Art. 60.** Cabe a iniciativa de leis:

**I** – aos Deputados Estaduais;

**II** – ao Governador do Estado;

**\*III** – ao Presidente do Tribunal de Justiça, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*Redação anterior:* **III** – ao Presidente do Tribunal de Justiça, em matérias de privatividade judiciária, indicadas nesta Constituição;

**\*IV** – aos cidadãos, mediante proposta de projeto de lei à Assembleia Legislativa, subscrito por no mínimo um por cento do eleitorado estadual;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*\*Redação anterior:* **\*IV** – ao cidadão, nos casos e nas formas previstas nesta Constituição.

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN nº 143-4 no Anexo I.*

**\*V** – ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição;

*\*Substituída a expressão “aos Tribunais de Contas” por “ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.*

*Redação anterior:* **\*V** – ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos Tribunais de Contas, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014 – D.O. de 16.04.2014.*

*\*Redação anterior:* **V** – ao Ministério Público e aos Tribunais de Contas, em matérias de sua competência privativa, previstas nesta Constituição; e

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

**\*VI** – a entidades da sociedade civil, por meio dos projetos de lei de iniciativa compartilhada, nos termos do § 3º do art. 58 desta Constituição.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

**\*§1º** Não será admitido aumento da despesa, prevista:

*\*Renumerado pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994 – D.O. de 30.3.1994.*

**I** – nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado;

**\*II** – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual e do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

*\*Substituída a expressão “dos Tribunais de Contas” por “do Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.*

*Redação anterior:* **\*II** – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública Estadual e dos Tribunais de Contas.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014 – D.O. de 16.04.2014.*

*\*Redação anterior:* **\*II** – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e dos Tribunais de Contas.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*Redação anterior:* **II** – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, dos Tribunais Estaduais e do Ministério Público Estadual.

**\*§2º** São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994 – D.O. de 30.3.1994.*

**\*a)** criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, e de empregos nas empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, ou aumento de sua remuneração;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*Redação anterior:* **\*a)** criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional ou aumento de sua remuneração;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994 – D.O. de 30.3.1994.*

**\*b)** servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis e militares, seu regime jurídico, ingresso, limites de idade, estabilidade, direitos e deveres, reforma e transferência de policiais militares e de bombeiros militares para a inatividade;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*Redação anterior:* **\*b)** organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal, da administração direta, autárquica e fundacional;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994 – D.O. de 30.3.1994.*

**\*c)** criação, organização, estruturação e competências das Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, concessão, permissão, autorização, delegação e outorga de serviços públicos;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*Redação anterior:* **\*c)** servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de policiais militares e de bombeiros para a inatividade;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994 – D.O. de 30.3.1994.*

**\*d)** concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas e contribuições;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*Redação anterior:* **\*d)** criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 10, de 29 de março de 1994 – D.O. de 30.3.1994.*

**\*e)** matéria orçamentária.

*\*Acrescida pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

**§ 3º** Ressalvadas as hipóteses previstas no § 2º deste artigo, a iniciativa de leis que disponham sobre as matérias da competência comum e concorrente da União e Estados, previstas na Constituição Federal, poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Governador do Estado e Deputados Estaduais.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

**Art. 61.** As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos votos dos membros da Assembleia Legislativa, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

**\*Art. 62.** As propostas de iniciativa popular serão inicialmente submetidas à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa, que deverá manifestar-se sobre sua admissibilidade e constitucionalidade.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*Redação anterior:* **Art. 62.** As propostas de cidadãos serão, inicialmente, submetidas à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, que deverá manifestar-se sobre sua admissibilidade e constitucionalidade.

**Parágrafo único.** A proposta, se aprovada pela Comissão, seguirá o rito do processo legislativo ordinário.

**\*Art. 63.** O Governador do Estado poderá solicitar que os projetos de lei e de lei complementar de sua iniciativa sejam apreciados dentro de quarenta e cinco dias pela Assembleia Legislativa, em regime de urgência.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*Redação anterior:* **Art. 63.** O Governador do Estado poderá solicitar que os projetos de lei de sua iniciativa sejam apreciados dentro de quarenta e cinco dias pela Assembleia Legislativa.

**\*§ 1º** O pedido de apreciação de projeto de lei e de projeto de lei complementar dentro do prazo estabelecido neste artigo, deverá ser solicitado na mensagem de seu encaminhamento à Assembleia Legislativa.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*Redação anterior:* **§1º** O pedido de apreciação de projeto de lei, dentro do prazo estabelecido neste artigo, deverá ser enviado com a mensagem de seu encaminhamento à Assembleia Legislativa.

**\*§ 2º** Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo, o projeto será automaticamente incluído na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões consecutivas; se ao final dessas não for apreciado, considerar-se-á rejeitado.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.*

*Redação anterior:* **\*§2º** Na falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo, o projeto será automaticamente incluído na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões consecutivas; se ao final dessas não for apreciado, considerar-se-á definitivamente rejeitado.

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN nº 143-4 no Anexo I.*



**§3º** O prazo estabelecido neste artigo não correrá nos períodos de recesso da Assembleia Legislativa.

**Art. 64.** As leis delegadas serão elaboradas pelo Governador do Estado ou por comissão da Assembleia Legislativa.

**\*§1º** Não poderão ser objeto de delegação a matéria reservada à Lei Complementar, as matérias de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, nem as de iniciativa do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

**\*Substituída a expressão “dos Tribunais de Contas” por “do Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda Constitucional n 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.**

**Redação anterior: \*§1º** Não poderão ser objeto de delegação a matéria reservada à Lei Complementar, as matérias de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, nem as de iniciativa do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 80, de 10 de abril de 2014 – D.O. de 16.04.2014.**

**\*Redação anterior: \*§1º** Não poderão ser objeto de delegação a matéria reservada à Lei Complementar, as matérias de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, nem as de iniciativa do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.**

**Redação anterior: §1º** Não poderão ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, nem as de iniciativa do Poder Judiciário.

**§2º** No caso de delegação à comissão da Assembleia, que será constituída nos termos do regimento interno da Casa, será o projeto aprovado remetido à sanção do Governador do Estado.

**§3º** A delegação ao Governador, que dependerá de solicitação deste, terá a forma de resolução da Assembleia, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

**§4º** Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Assembleia, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

**Art. 65.** Concluída a votação de um projeto, será este remetido ao Governador do Estado que, aquiescendo, sancionar-lo-á.

**§1º** Se o Governador considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia, os motivos do veto.

**§2º** O veto parcial só poderá incidir sobre texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

**§3º** Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Governador importará sanção.

**§4º** O veto será apreciado dentro de trinta dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em escrutínio secreto.

**§5º** Se o veto não for mantido, será o projeto enviado ao Governador, para promulgação.

**§6º** Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas todas as demais proposições, até sua votação final.

**§7º** Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Governador, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente da Assembleia a promulgará, e se não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

**Art. 66.** A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa.

## Seção VI

### Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

#### Subseção I Disposições Gerais

**\*Art. 67.** (revogado)

**\*Revogado pelo art 3º da Emenda Constitucional n 75, de 20 de dezembro de 2012. – D.O. de 27.12.2012.**

**Redação Anterior: \*Art. 67.** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Estado; e

**IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.**

**Parágrafo único.** Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

**\*Art. 68.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

**\*Ver Lei Complementar n 26, de 15 de janeiro de 2001 – D. O. de 12.2.2001.**

**\*Parágrafo único.** Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou de direito privado que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.**

**Redação anterior: Parágrafo único.** Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

**\*Art. 69.** O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

**\*Ver Lei Complementar n 26, de 15 de janeiro de 2001 – D. O. 12.2.2001.**

**Art. 70.** A comissão permanente da Assembleia Legislativa, incumbida de emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

**§1º** Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a comissão solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

**§2º** Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Assembleia Legislativa sua sustação.

## Subseção II

### Do Tribunal de Contas

**\*Art. 71.** O Tribunal de Contas do Estado, integrado por sete Conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 54, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.**

**\*§1º** Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados pelo Governador do Estado dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 54, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.**

**Redação Anterior: § 1º** Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de idoneidade moral, reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública, com mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados.

I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II – idoneidade moral e reputação ilibada;

III – notórios conhecimentos jurídicos, contábeis econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV – mais de dez anos no exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

**\*§2º** Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão escolhidos:

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 54, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.**

**Regulamentado pela Lei n 12.509, de 6.12.1995 – D. O. de 6.12.1995.**

**\*I** – três pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, observando-se os critérios de antiguidade e merecimento;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional n 54, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.**

Redação anterior: (EC nº 10) I – dois pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo que a primeira vaga a ocorrer será de sua livre escolha, e a segunda dentre auditores ou membros do Ministério Público, alternadamente, e nessa ordem, indicados em lista triplíce, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

\*Na redação anterior há duas arguições de inconstitucionalidade de nº 3076-1 e 3078-7 que aguardam julgamento de mérito. Ver ADINs nº 3076-1 e 3078-7 no Anexo I.

\*As ADINs de nº 3076-1 e 3078-7 foram julgadas prejudicadas em Decisão Monocrática.

\*II – quatro pela Assembleia Legislativa.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.

Redação anterior: II – cinco pela Assembleia Legislativa.

\*Na redação anterior há duas arguições de inconstitucionalidade de nº 3076-1 e 3078-7 que aguardam julgamento de mérito. Ver ADINs nº 3076-1 e 3078-7 no Anexo I.

\*As ADINs de nº 3076-1 e 3078-7 foram julgadas prejudicadas em Decisão Monocrática.

**§3º** O processo de escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, em caso de vaga ocorrida na vigência desta Constituição, atendidos os requisitos previstos no § 1º deste artigo, obedecerá aos seguintes critérios:

I – na primeira, na quarta e na sétima vaga, a escolha caberá ao Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo que:

a) a primeira vaga será de sua livre escolha; e

\*b) a quarta vaga recairá em auditor e a sétima vaga recairá em membro do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 67, de 2 de dezembro de 2009 – D.O. de 8.12.2009.

Redação anterior: b) a quarta e a sétima vaga deverão recair em auditor ou membro do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, alternadamente, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II – na segunda, terceira, quinta e sexta vaga, a escolha caberá à Assembleia Legislativa do Estado.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.

Redação anterior: II – Os Conselheiros terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos, direitos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.

\*§4º Os cargos preenchidos na vigência desta Constituição serão providos, quando vagarem, por indicação de quem escolheu originalmente os seus ocupantes, sempre com aprovação da Assembleia Legislativa.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.

Redação anterior: §4º É vedado aos Conselheiros, sob pena de perda do cargo, ainda que em disponibilidade, o exercício de outra função pública, salvo uma de magistério, bem como receber, a qualquer título, custas ou participação nos processos ou ainda dedicar-se à atividade político-partidária.

\*§ 5º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, subsídios, direitos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça Estadual, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40 da Constituição Federal.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: \*§5º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos, direitos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido por mais de cinco anos.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.

Redação anterior: (EC nº 49). § 5º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

\*§ 6º Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: §6º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.

\*§ 7º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

\*Art. 72. Os Auditores, em número de 6 (seis), serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que preencham as qualificações exigidas para o cargo de Conselheiro, mediante concurso de provas e títulos, promovido pelo Tribunal de Contas, observada a ordem de classificação.”(NR)

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*Art. 72. Os Auditores, em número de três, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que preencham as qualificações exigidas para o cargo de Conselheiro, mediante concurso de provas e títulos, promovido pelo Tribunal de Contas, observada a ordem de classificação.

\*§ 1º O Auditor, quando em substituição a Conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de direito da mais elevada entrância.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

\*§ 2º As atribuições do Auditor, quando não estiver substituindo Conselheiro, serão definidas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

\*Art.73. Haverá uma Procuradoria de Contas, em número igual de Auditores, junto ao Tribunal de Contas do Estado, integrada por Procuradores de Contas, organizados em carreira, nomeados pelo Governador do Estado, escolhidos mediante concurso público de provas e títulos, dentre brasileiros e bacharéis em Direito, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 3 de outubro de 2013. – D. O. de 07.10.2013.

Redação anterior: \*Art. 73. Haverá uma Procuradoria de Contas, junto ao Tribunal de Contas do Estado, integrada por Procuradores de Contas, organizados em carreira, nomeados pelo Governador do Estado, escolhidos mediante concurso público de provas e títulos, dentre brasileiros e bacharéis em Direito, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: Art. 73. O Auditor, quando em substituição a Conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de direito da mais elevada entrância.

\*§ 1º A Procuradoria de Contas será dirigida pelo Procurador-Geral de Contas, nomeado dentre os Procuradores de Contas, pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

\*§ 2º Aos Procuradores de Contas aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado, pertinentes a direitos, subsídios, garantias, vedações, regime disciplinar e forma de investidura; aplicando-se ainda, quanto à carreira, à competência e às atribuições, o disposto na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e na Lei Federal nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Art. 74. Ao Tribunal de Contas do Estado, garantida a sua autonomia administrativa e financeira, serão asseguradas as seguintes atribuições:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seu regimento interno;

b) organizar sua secretaria e serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecidas as regras estabelecidas nesta Constituição;

c) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros, auditores e servidores;

d) propor à Assembleia Legislativa, respeitados os limites estabelecidos em lei, a criação de cargos; e

\*e) elaborar sua proposta de orçamento, dentro dos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias.

\*Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016. D. O. 21.12.2016.

\*Parágrafo único. A assessoria e a consultoria jurídica do Tribunal de Contas do Estado serão exercidas por sua Procuradoria Jurídica, observada as competências da Procuradoria Geral do Estado.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Art. 75. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados ao Tribunal de Contas, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês, na forma da respectiva lei complementar.

Art. 76. Compete ao Tribunal de Contas:

**I** – apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento;

**II** – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual;

**III** – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões das aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

**IV** – realizar, de ofício, ou por iniciativa da Assembleia Legislativa, de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

**V** – fiscalizar as contas estaduais de empresas ou consórcios interestaduais, de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo;

**VI** – fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

**VII** – prestar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa, ou por qualquer das suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

**VIII** – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, irregularidade de contas ou descumprimento de suas decisões, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

**IX** – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

**X** – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa;

**XI** – homologar os cálculos das cotas do ICMS devidas aos Municípios; e

**XII** – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

**§1º** No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Assembleia Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

**§2º** Se a Assembleia Legislativa ou Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a esse respeito.

**§3º** As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

**\*§4º** O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa, bem como remeterá, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 27/96, de 4 de dezembro de 1996 – D. O. de 11.12.1996.**

**\*§5º** O Tribunal de Contas do Estado, no exercício de suas competências, observará os institutos da prescrição e da decadência, no prazo de cinco anos, nos termos da legislação em vigor.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 76, de 21 de dezembro de 2012. – D. O. de 05.02.2013.**

### Subseção III

#### **\*Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária do Município.**

**\*Redação dada pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.**

**Redação anterior: \*Do Tribunal de Contas dos Municípios**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.**

**Redação anterior: Do Conselho de Contas dos Municípios**

**\*Art. 77.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelas respectivas Câmaras Municipais, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno dos Poderes Municipais.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.**

**Redação anterior: Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto à le-**

**galidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno dos Poderes Municipais.**

**Parágrafo único.** Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais os Municípios respondam, ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária.

**\*Art. 78.** Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará:

**\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.**

**Redação anterior: \*Art. 78. Compete ao Tribunal de Contas dos Municípios:**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.**

**Redação anterior: \*Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, ao qual compete:**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.**

**Redação anterior: Art. 78. O Controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Conselho de Contas dos Municípios, ao qual compete: (Nesta redação havia a ADIN nº 1780 a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito pelo STF. Ver ADIN 1780 no Anexo I).**

**\*I** – apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de doze meses, a contar do seu recebimento;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29/97, de 30 de abril de 1997 – D. O. de 14.5.1997.**

**Redação anterior: (EC nº 8) I – apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado no prazo de doze (12) meses, a contar do seu recebimento. (Nesta redação havia a ADIN nº 1780 a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito pelo STF. Ver ADIN nº 1780 no Anexo I).**

**\*II** – julgar as contas dos administradores, das Mesas das Câmaras Municipais e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.**

**Redação anterior: \*II – julgar as contas dos Administradores, inclusive as das Mesas das Câmaras Municipais e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29/97, de 30 de abril de 1997 – D. O. de 14.5.1997.**

**Redação anterior: julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.**

**\*III** – apreciar, para fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelos municípios, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, e as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.**

**Redação anterior: III – apreciar, para fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, e as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;**

**IV** – realizar, por iniciativa própria, ou da Câmara Municipal, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Poder Legislativo e Executivo Municipal, e demais entidades referidas no inciso II;

**V** – prestar as informações solicitadas pela Câmara Municipal sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

**VI** – aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

**VII** – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade;

**VIII** – propor à Câmara Municipal a sustação de execução de ato impugnado por irregularidade;

**IX** – representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;

**\*X** – comunicar à Câmara Municipal, para fins de direito, a falta de remessa, dentro do prazo, das contas anuais;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: **X** – comunicar à Câmara Municipal, para fins de direito, a falta de remessa, dentro do prazo, das contas anuais e balancetes mensais;

**XI** – examinar as demonstrações contábeis e financeiras constantes de balancetes mensais, determinando as regularizações necessárias na forma que a lei estabelecer;

**XII** – editar atos, instruções normativas e resoluções, no âmbito de suas atribuições, para o completo desempenho do controle externo, os quais deverão ser observados pelas administrações municipais.

**\*§ 1º** No caso de contrato, o ato de sustação será expedido pela Câmara Municipal, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: **§ 1º** No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

**\*§ 2º** Se a Câmara Municipal ou o Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas do Estado adotará as medidas legais cabíveis.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: **\*§ 2º** Se a Câmara Municipal ou o Poder Executivo, no prazo de trinta dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal de Contas dos Municípios adotará as medidas legais cabíveis.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: **§ 2º** Se a Câmara Municipal ou o Poder Executivo, no prazo de trinta dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Conselho de Contas dos Municípios adotará as medidas legais cabíveis.

**\*§ 3º** As decisões do Tribunal de Contas do Estado, de que resulte imputação de delito ou multa, terão eficácia de título executivo, cabendo ao próprio Tribunal de Contas exigir a devolução do processo dentro do prazo improrrogável de 40 (quarenta) dias para a adoção de medidas cabíveis junto à Procuradoria-Geral de Justiça, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Eleitoral.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: **\*§ 3º** As decisões do Tribunal de Contas dos Municípios, de que resulte imputação de delito ou multa, terão eficácia de título executivo, cabendo ao próprio Tribunal de Contas dos Municípios exigir a devolução do processo dentro do prazo improrrogável de 40 (quarenta) dias para a adoção de medidas cabíveis junto à Procuradoria Geral de Justiça, Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Eleitoral.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 7 de abril de 1994 – D. O. de 13.4.1994.

Redação anterior: **§ 3º** As decisões do Conselho de Contas dos Municípios de que resulte imputação de delito ou multa, terão eficácia de título executivo.

**\*§ 4º** O Tribunal de Contas do Estado encaminhará à Assembleia Legislativa Estadual, anualmente, até 120 (cento e vinte) dias após o início do exercício financeiro, relatório das atividades desenvolvidas no âmbito das competências descritas no art.78 desta Constituição, prestando informações, sempre que lhe forem requisitadas, sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Constituição ou em lei.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: **\*§ 4º** O Tribunal de Contas dos Municípios encaminhará à Assembleia Legislativa Estadual, anualmente, até cento e vinte dias após o início do exercício financeiro, relatório de suas atividades, prestando informações, sempre que lhe forem requisitadas.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: **§ 4º** O Conselho de Contas dos Municípios encaminhará à Assembleia Legislativa Estadual, anualmente, até cento e vinte dias após o início do exercício financeiro, relatório de suas atividades, prestando informações sempre que lhe forem requisitadas.

**\*§ 5º** Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: **\*§ 5º** Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas dos Municípios.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

**\*§ 6º** A assessoria e a consultoria jurídica do Tribunal de Contas do Estado serão exercidas por sua Procuradoria Jurídica, observada as competências da Procuradoria-Geral do Estado.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: **\*§ 6º** A assessoria e a consultoria jurídica do Tribunal de Contas dos Municípios serão exercidas por sua Procuradoria Jurídica, observada as competências da Procuradoria Geral do Estado.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

**\*§ 7º** O Tribunal de Contas do Estado, no exercício de suas competências, observará os institutos da prescrição e da decadência, no prazo de 5 (cinco) anos, nos termos da legislação em vigor.

\*Substituída a expressão “Tribunal de Contas dos Municípios” por “Tribunal de Contas do Estado” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: **\*§ 7º** O Tribunal de Contas dos Municípios, no exercício de suas competências, observará os institutos da prescrição e da decadência, no prazo de cinco anos, nos termos da legislação em vigor. (NR).

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 76, de 21 de dezembro de 2012. – D. O. de 05.02.2013.

#### **\*Art. 79. Revogado**

\*Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: **\*Art. 79.** O Tribunal de Contas dos Municípios, integrado por sete Conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o Território Estadual.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994 – D. O. de 30.3.1994.

Redação anterior: **Art. 79.** O Conselho de Contas dos Municípios, integrado por nove Conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual.

**\*§ 1º** Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios serão nomeados pelo Governador do Estado dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: **1º** Os Conselheiros do Conselho de Contas dos Municípios serão nomeados pelo Governador do Estado dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I – mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, e mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade que exija os conhecimentos referidos no inciso III, deste artigo; e

II – idoneidade moral e reputação ilibada;

III – notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros e de administração pública.

**\*§ 2º** Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios serão escolhidos:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 31/97, de 12 de agosto de 1997 – D. O. de 13.8.1997.

Redação anterior: **§ 2º** Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios serão escolhidos:

**\*I** – quatro sétimos pela Assembleia Legislativa, para provimento da primeira, terceira, quinta e sexta vaga ocorrida, ou que venha a ocorrer, na vigência da atual Constituição do Estado do Ceará;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 31/97, de 12 de agosto de 1997 – D. O. de 13.8.1997.

Redação anterior: (EC nº 12) **I** – dois sétimos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa Estadual;

**\*II** – três sétimos pelo Governador do Estado, com aprovação da Assembleia Legislativa, para provimento da segunda, quarta e sétima vaga ocorrida, ou que venha a ocorrer, na vigência da atual Constituição do Estado do Ceará, observados os seguintes critérios:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 31/97, de 12 de agosto de 1997 – D. O. de 13.8.1997.

Redação anterior: (EC nº 12) **II** – Cinco sétimos pela Assembleia Legislativa Estadual.

**\*a)** na segunda e na sétima vaga a indicação deverá recair, respectivamente, em Procurador de Contas do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e em auditor deste Tribunal, indicados em lista triplíce pelo Tribunal, observando-se a alternância dos critérios de antiguidade e merecimento;

\*Acrescida pela Emenda Constitucional nº 31/97, de 12 de agosto de 1997 – D. O. de 13.8.1997.

**\*b)** na quarta vaga, a indicação será de livre escolha do Governo do Estado;

\*Acrescida pela Emenda Constitucional nº 31/97, de 12 de agosto de 1997 – D. O. de 13.8.1997.

**\*c)** (revogado).

\*Revogada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: **\*c)** na falta de Procurador de Contas do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas dos Municípios ou de auditor do tribunal, pela inexistência de cargo ou do provimento, o Governador do Estado indicará, também em livre escolha, para o provimento da vaga correspondente, quem atenda os requisitos estabelecidos no § 1º deste artigo.

\*Acrescida pela Emenda Constitucional nº 31/97, de 12 de agosto de 1997 – D. O. de 13.8.1997.

**\*§ 3º** Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, subsídios, direitos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40 da Constituição Federal.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: **\*§ 3º** Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: § 3º Os Conselheiros do Conselho de Contas dos Municípios terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiver exercido efetivamente por mais de cinco anos.

§ 4º O Auditor, quando em substituição a Conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de entrância especial.

\*§ 5º Os Auditores, em número de três, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que preencham as qualificações exigidas para o cargo de Conselheiro, mediante concurso de provas e títulos, promovido pelo Tribunal de Contas, observada a ordem de classificação.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: \*§5º Os Auditores, em número de três, serão nomeados mediante concurso de provas e títulos, promovido pelo Tribunal de Contas dos Municípios, sobre assuntos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros e de administração pública.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: § 5º Os Auditores, em número de três, serão nomeados mediante concurso de provas e títulos, promovido pelo Conselho de Contas dos Municípios, sobre assuntos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros e de administração pública.

\*§6º Haverá uma Procuradoria de Contas, em número igual de Auditores, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, integrada por Procuradores de Contas, organizados em carreira, nomeados pelo Governador do Estado, escolhidos mediante concurso público de provas e títulos, dentre brasileiros e bacharéis em Direito, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil. (NR)

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 3 de outubro de 2013. – D. O. de 07.10.2013.

\*Redação anterior: \*§ 6º Haverá uma Procuradoria de Contas, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, integrada por Procuradores de Contas, organizados em carreira, nomeados pelo Governador do Estado, escolhidos mediante concurso público de provas e títulos, dentre brasileiros e bacharéis em Direito, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: \*§6º Haverá uma Procuradoria de Contas, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, integrada por um Procurador Geral e dois Procuradores, nomeados, pelo Governador do Estado, dentre brasileiros, bacharéis em Direito, mediante concurso público de provas e títulos.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994 – D. O. de 30.3.1994.

\*§ 7º A Procuradoria de Contas será dirigida pelo Procurador-Geral de Contas, nomeado, dentre os Procuradores de Contas, pelo Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: \*§7º O Procurador Geral, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser nomeado, em comissão, dentre os Procuradores de Contas, pelo Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994 – D.O. de 30.3.1994.

\*§ 8º Aos Procuradores de Contas aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado, pertinente a direitos, subsídios, garantias, vedações, regime disciplinar e forma de investidura; aplicando-se ainda, quanto à carreira, à competência e às atribuições, o disposto na Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios e na Lei Federal nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: \*§8º Aos Procuradores de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado, pertinente a direitos, garantias, vedações, regime disciplinar e forma de investidura. A competência e atribuições do Procurador Geral e dos Procuradores serão definidas em Lei Ordinária, nos moldes preconizados pela Lei Federal nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994 – D. O. de 30.3.1994.

\*§ 9º Os cargos de Procurador junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, de que trata o art. 16 do Ato das Disposições Transitórias desta Constituição, serão extintos quando vagarem, permanecendo seus atuais ocupantes a funcionar junto à Procuradoria de Contas, de que trata este artigo.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: \*§9º Os atuais cargos de Procurador junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, de que trata o art. 16 das disposições transitórias desta Constituição, serão extintos quando vagarem, permanecendo seus atuais ocupantes a funcionar junto à Procuradoria de Contas, de que trata este artigo.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994 – D. O. de 30.3.1994.

\*§10 Os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.

\*§ 11. As declarações de bens a que se refere o §10 deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

Redação anterior: \*§11 As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.

\*§ 12. O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa, bem como remeterá, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09

\*§ 13. Lei disporá sobre um Fundo de Controle Externo Municipal do Estado do Ceará, vinculado e administrado pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 61, de 19 de dezembro de 2008 – D.O. de 15.01.09.

**Art. 80.** Os Poderes Públicos Municipais manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

**I** – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano de Governo e do orçamento do Município;

**II** – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

**III** – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Município;

**IV** – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

\*§1º Os responsáveis pelo controle interno, para tal fim designados pelo Prefeito Municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas dos Municípios, sob pena de responsabilidade solidária.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: § 1º Os responsáveis pelo controle interno, para tal fim designados pelo Prefeito Municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Conselho de Contas dos Municípios, sob pena de responsabilidade solidária.

\*§2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas dos Municípios.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: § 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Conselho de Contas dos Municípios.

**\*Art. 81. Revogado**

\*Revogado pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*Art. 81. A lei disporá sobre a organização do Tribunal de Contas dos Municípios, podendo dividi-lo em câmaras e criar delegações para auxiliá-lo no exercício de suas funções e na descentralização de seus serviços.

\*Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016. D. O. 21.12.2016.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: Art. 81. A lei disporá sobre a organização do Conselho de Contas dos Municípios, podendo dividi-lo em câmaras e criar delegações para auxiliá-lo no exercício de suas funções e na descentralização de seus serviços.

\*Parágrafo único. O Tribunal de Contas dos Municípios terá quadro próprio de pessoal e autonomia administrativa e financeira.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: Parágrafo único. O Conselho de Contas dos Municípios terá quadro próprio de pessoal e autonomia administrativa e financeira.

## CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

### Seção I

#### Do Governador e do Vice-Governador do Estado

**Art. 82.** O Governador do Estado, eleito para um mandato de quatro anos, por sufrágio direto e secreto, exerce a Chefia do Poder Executivo.

2 Ver Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

3 Ver Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

**\*§1º** A eleição do Governador e do Vice-Governador realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.  
Redação anterior: §1º A eleição do Governador importará na do Vice-Governador do Estado, com ele conjuntamente registrado.

**\*§2º** A eleição do Governador importará na do Vice-Governador do Estado, com ele conjuntamente registrado.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**\*§3º** São condições de elegibilidade para Governador e Vice-Governador:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: §2º São condições de elegibilidade para Governador e Vice-Governador.

**I** – a nacionalidade brasileira;

**II** – o pleno exercício dos direitos políticos;

**III** – o alistamento eleitoral;

**IV** – o domicílio eleitoral na circunscrição;

**V** – a filiação partidária; e

**VI** – a idade mínima de trinta anos.

**\*§4º** Será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: §3º Será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

**\*§5º** No segundo turno, se houver, concorrerão os dois candidatos mais votados, declarando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: §4º Proceder-se-á a um segundo turno de votação até vinte dias após a proclamação dos resultados, concorrendo apenas os dois candidatos mais votados, declarando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

**\*§6º** Se, antes de efetivado o segundo turno, ocorrer morte, renúncia ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: §5º Se, antes de efetivado o segundo turno, ocorrer morte, renúncia ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

**\*§7º** Havendo em segundo lugar mais de um candidato com equivalente votação, qualificar-se-á para a disputa, em segundo turno, o mais idoso.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: §6º Havendo em segundo lugar mais de um candidato com equivalente votação, qualificar-se-á para a disputa em segundo turno o mais idoso.

**Art. 83.** O Governador e o Vice-Governador do Estado tomam posse em sessão da Assembleia Legislativa, prestando compromisso de manter e defender a Constituição Federal, a Constituição Estadual, observar as leis, promover o bem geral do povo cearense, respeitar e sustentar a autonomia dos Municípios, sujeitar-se ao Estado Democrático de Direito e à ordem federativa.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: Art. 83. O Governador e o Vice-Governador do Estado tomam posse em sessão da Assembleia Legislativa, prestando compromisso de manter e defender a Constituição Estadual, observar as leis, promover o bem geral do povo cearense, sustentar a autonomia, o respeito aos Municípios, ao Estado de Direito e à ordem federativa.

**§1º** Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Governador ou o Vice-Governador, salvo comprovado motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, será este declarado vago.

**\*§2º** O Governador e o Vice-Governador deverão, no ato da posse e anualmente, fazer declaração pública de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, a ser publicada no Diário Oficial do Estado e posta à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49 de 4 de abril de 2002 – D.O. de 11.4.2002.

Redação anterior: § 2º O Governador e o Vice-Governador deverão, no ato de posse e no término do mandato, fazer declaração pública de bens.

**\*Art. 84.** O Vice-Governador substituirá o Governador do Estado em suas ausências do território estadual superiores a sete dias, do País por qualquer tempo e em caso de impedimentos, sucedendo-lhe no caso de vacância.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*Art. 84. O Vice-Governador substituirá o Governador do Estado em suas ausências do território estadual superiores a sete dias, do País por qualquer tempo e em caso de impedimentos, suceder-lhe-á por vacância.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/95, de 23 de novembro de 1995 – D. O. de 4.12.1995.

Redação anterior: Art. 84. O Vice-Governador substituirá, automaticamente, o Governador do Estado em suas ausências do território estadual e em caso de impedimentos, e suceder-lhe-á por vacância.

**\*§1º** O Vice-Governador, além das atribuições definidas nesta Constituição, colaborará com o Chefe do Poder Executivo em missões e atividades especiais que lhe sejam por este conferidas.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: §1º O Vice-Governador, além das atribuições definidas nesta Constituição, colaborará com o Chefe do Poder Executivo em missões e atividades especiais que lhe sejam por este conferidas.

**\*§2º** O Vice-Governador perceberá representação equivalente a dois terços da remuneração atribuída ao Governador.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: §2º O Vice-Governador perceberá representação equivalente a dois terços da remuneração atribuída ao Governador.

\*Ver artigo 2º da Emenda Constitucional Federal nº 19, de 4.6.1998 – D. O. U. de 5.6.1998.

**\*§3º** Aplica-se aos substitutos, referidos no art. 86 desta Constituição, o prazo estabelecido no caput deste artigo.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*§3º Aplica-se aos substitutos, chamados no art. 86 da Carta Estadual, o prazo estabelecido no caput deste Artigo.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 20/95, de 23 de novembro de 1995 – D. O. de 4.12.1995.

**\*Art. 85.** Aplicam-se ao Governador, desde a diplomação, as proibições e impedimentos estabelecidos para os Deputados Estaduais.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 9 de abril de 1991 – D. O. de 12.4.1991.

Redação anterior: Art. 85. Aplicam-se ao Governador e ao Vice-Governador, desde a diplomação, as proibições e impedimentos estabelecidos para os Deputados Estaduais.

**Art. 86.** Em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, ou vacância conjunta dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Governadoria, pela ordem, o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça.

**\*§1º** O Governador e o Vice-Governador do Estado não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do Estado e do País, por período superior a quinze dias, implicando a infração em crime de responsabilidade.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: §1º O Governador e o Vice-Governador, para se ausentarem do Estado por prazo superior a quinze dias, ou do País, por qualquer tempo, devem obter licença prévia da Assembleia Legislativa, implicando a infração em crime de responsabilidade.

**\*§2º** Não pode o Governador, a partir da posse, sob pena de perda do cargo:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 9 de abril de 1991 – D. O. de 12.4.1991.

Redação anterior: § 2º Não podem o Governador e o Vice-Governador, a partir da posse, sob pena de perda do cargo:

**a)** aceitar mandato ou emprego da União, dos Estados ou dos Municípios;

**b)** ser proprietário ou sócio de empresa concessionária de serviço público ou que goze de favores decorrentes de contrato com pessoas jurídicas de direito público, ou nela exercer função remunerada de qualquer natureza;

**c)** ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum* de pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

**d)** patrocinar causas contra a União, Estados ou Municípios ou favorecer interesses privados na administração pública em geral.

**\*§3º** Aplicam-se ao Vice-Governador as vedações contidas nas alíneas “a”, “b” e “d”, do parágrafo anterior.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 1, de 9 de abril de 1991 – D. O. de 12.4.1991.

**Art. 87.** Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado, proceder-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

**§1º** Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei, devendo, em qualquer dos casos, os eleitos completarem o período de seus antecessores.

**\*§2º** (revogado).

Revogado pela Emenda Constitucional nº 59, de dezembro de 2006 – D.O. 08.03.09.

Redação anterior: \*§2º O Governador e o Vice-Governador eleitos farão jus, desde que tenham exercido o cargo de Governador do Estado em caráter permanente e por período igual ou supe-

rior a seis meses, após cessada a investidura no cargo, a título de representação, a um subsídio mensal e vitalício igual à remuneração que for atribuída ao cargo de Governador do Estado do Ceará.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 50, de 16 de dezembro de 2002 – D. O. de 27.12.2002.

\*O § 2º havia sido revogado pela Emenda Constitucional nº 20/95, de 23 de novembro de 1995 – D.O. de 4.12.1995.

Redação anterior: § 2º – cessada a investidura no cargo de Governador do Estado, o liver exercido em caráter permanente, fará jus, a título de representação, a um subsídio mensal e vitalício igual a remuneração do cargo do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, percebida em espécie a qualquer título.

## Seção II

### Das Atribuições do Governador do Estado

**Art. 88.** Compete privativamente ao Governador do Estado:

**I** – nomear e exonerar os Secretários de Estado;

**II** – exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado e dos Comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, a direção superior da administração estadual;

**III** – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

**IV** – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

**V** – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

**VI** – dispor sobre a organização e o funcionamento do Poder Executivo e da administração estadual, na forma da lei;

**VII** – decretar e executar a intervenção estadual em Municípios;

**VIII** – remeter mensagem acompanhada de plano de governo à Assembleia Legislativa para leitura na abertura da sessão legislativa, expondo a situação estadual e solicitando as medidas que reconhecer consentâneas;

**IX** – exercer o comando supremo das organizações militares estaduais – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros – promover seus oficiais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

\***X** – nomear, após aprovação da Assembleia Legislativa, o Defensor-Geral da Defensoria Pública;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \***X** – nomear, após aprovação da Assembleia Legislativa, o Procurador-Geral da Justiça, o Defensor-Geral da Defensoria Pública e o Presidente e Diretores de estabelecimentos de crédito, cujo controle acionário pertença ao Estado;

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN nº 143-4 no Anexo I.

\***XI** – (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \***XI** – nomear, após aprovação da Assembleia Legislativa, o Superintendente da Fundação de Teleducação do Estado do Ceará;

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN nº 143-4 no Anexo I.

**XII** – nomear os magistrados nos termos desta Constituição;

\***XIII** – nomear os membros do Tribunal de Contas, observadas as disposições do art.71, §2º desta Constituição; (NR)

\*Redação dada pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \***XIII** – nomear os membros do Tribunal de Contas e do Tribunal de Contas dos Municípios, observadas, respectivamente, as disposições nos artigos 71, § 2º e 79, § 2º desta Constituição;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: **XIII** – nomear os membros do Tribunal de Contas e do Conselho de Contas dos Municípios, observadas, respectivamente, as disposições nos artigos 71, § 2º e 79, § 2º desta Constituição;

**XIV** – conferir condecorações e distinções honoríficas;

**XV** – enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamentos previstos nesta Constituição;

**XVI** – prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior;

**XVII** – prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei;

**XVIII** – celebrar ou autorizar convênios, na forma prevista em lei;

\***XIX** – decretar as situações de emergência e estado de calamidade pública;

\*Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016. D. O. 21.12.2016.

**XX** – convocar extraordinariamente a Assembleia Legislativa, nos casos previstos nesta Constituição; e

**XXI** – exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

\***Parágrafo único.** O Governador do Estado poderá delegar a atribuição mencionada no inciso XVII, primeira parte, aos Secretários de Estado, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações. (NR).

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 66, de 18 de novembro de 2009 – D.O. de 25.11.2009.

## Seção III

### Das Responsabilidades do Governador e do Vice-Governador do Estado

**Art. 89.** São crimes de responsabilidade os atos do Governador do Estado que atentem contra a Constituição Estadual e, especialmente, contra:

\***I** – o livre exercício dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Poderes dos Municípios.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014 – D.O. de 16.04.2014.

\*Redação anterior: **I** – o livre exercício dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes dos Municípios;

**II** – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

**III** – a ordem pública no âmbito estadual;

**IV** – a probidade administrativa;

**V** – a lei orçamentária; e

\***VI** – o cumprimento das leis, das decisões judiciais e deliberações legislativas.

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN nº 143-4 no Anexo I.

**Parágrafo único.** Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

**Art. 90.** O Governador será julgado nos crimes de responsabilidade pela Assembleia Legislativa e, nos comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça, após admitida a acusação por dois terços dos membros da Assembleia.

§ 1º O Governador será afastado de suas funções:

**I** – nos crimes comuns, após recebida a acusação pelo Superior Tribunal de Justiça; e

**II** – nos crimes de responsabilidade, após instaurado o processo pela Assembleia, acolhida a acusação por dois terços dos seus membros.

§ 2º O afastamento cessará, se o julgamento não estiver concluído no prazo de cento e vinte dias, sem prejuízo do regular andamento do processo.

§ 3º Será assegurada ao acusado ampla defesa, somente prevalecendo a acusação se por ela se pronunciarem dois terços dos Deputados.

§ 4º Declarada procedente a acusação limitar-se-á a condenação à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das sanções penais.

§ 5º Aplicam-se ao Vice-Governador, no que couber, as normas constantes desta seção.

## Seção IV

### Dos Secretários de Estado

**Art. 91.** Os Secretários de Estado são auxiliares de confiança do Governador, responsáveis pelos atos que praticarem ou referendarem no exercício do cargo.

\***Art.92.** Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos de idade, no exercício dos direitos políticos, sendo vedada a nomeação daqueles considerados inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da Lei Complementar de que trata o §9º do art. 14 da Constituição Federal.

§ 1º Os Secretários de Estado deverão, no ato da posse e anualmente, fazer declaração pública de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, a ser publicada no Diário Oficial do Estado e posta à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 74, de 19 de abril de 2012. – D. O. de 23.04.2012.

\*Redação anterior: **Art. 92.** Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos de idade e no exercício dos direitos políticos.

\***Parágrafo único.** Os Secretários de Estado deverão, no ato da posse e anualmente, fazer declaração pública de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, a ser publicada no Diário Oficial do Estado e posta à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.

Redação anterior: **Parágrafo único.** Ao assumirem, os Secretários são obrigados a fazer declaração pública de bens, inserida no termo de posse e ao término do exercício do cargo, sendo-lhes aplicáveis, enquanto permanecerem em suas funções, os impedimentos previstos nesta Constituição para os Deputados.

\*§2º As mesmas condições e vedações previstas no caput deste artigo aplicam-se à nomeação para os cargos de Secretário Adjunto e de outras autoridades que dete-

nam, nos termos da lei, atribuições equiparadas ao de Secretário de Estado ou ao de Secretário Adjunto.

Acrescido pela Emenda Constitucional nº 74, de 19 de abril de 2012. – D. O. de 23.04.2012.

**Art. 93.** Compete aos Secretários de Estado, além das atribuições que lhes sejam conferidas por lei:

**I** – orientar, coordenar, dirigir e fazer executar os serviços correlacionados à respectiva área funcional;

**II** – referendar os atos e decretos assinados pelo Governador;

**III** – expedir atos e instruções para fiel execução da Constituição, das leis e regulamentos;

**IV** – fazer, anualmente, a estimativa orçamentária de sua Secretaria e apresentar relatório de sua gestão;

**V** – comparecer à Assembleia Legislativa ou perante as suas comissões para esclarecimentos, por sua direta solicitação ou quando regularmente convocados;

**VI** – prestar informações que lhes sejam solicitadas pelo Legislativo no prazo de trinta dias, implicando o não atendimento ou a prestação de informações falsas em crime de responsabilidade; e

**VII** – praticar atos decorrentes de delegação do Governador.

**Parágrafo único.** Nos crimes comuns, os Secretários de Estado serão julgados pelo Tribunal de Justiça e nos de responsabilidade, pela Assembleia Legislativa.

### CAPÍTULO III PODER JUDICIÁRIO Seção I Disposições Gerais

**Art. 94.** São órgãos do Poder Judiciário Estadual:

**I** – Tribunal de Justiça;

**\*II** – (revogado).

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: \*II – Conselho de Justiça Estadual;

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 136-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 136-1 no Anexo I.

\*Extinto o processo sem resolução de mérito. Ver ADIN nº 136-1 no Anexo I.

**\*III** – (revogado).

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: III – Tribunais de Alçada;

**IV** – Tribunais do Júri;

**V** – Juízes de Direito;

**VI** – Juízes Substitutos;

**VII** – Auditoria Militar;

**VIII** – Juizados Especiais;

**\*IX** – revogado;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: IX – Juizados de Pequenas Causas;

**X** – Juizados de Paz; e

**XI** – Outros órgãos criados por lei.

**\*Art. 95.** Os órgãos judiciários são independentes em seus desempenhos, ressalvada a estrutura recursal e observado o sistema de relações entre os poderes estabelecidos na Constituição da República e nesta Constituição.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: **Art. 95.** Os órgãos judiciários são independentes em seus desempenhos, observado o sistema de relações entre os poderes que norteiam a ordem política.

**Art. 96.** A Lei de Organização Judiciária, de iniciativa do Tribunal de Justiça, disporá sobre a estrutura e funcionamento do Poder Judiciário do Estado e a carreira da magistratura, adotados os seguintes princípios:

**\*I** – ingresso na carreira, no cargo de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exigindo-se do bacharel em direito, ao se inscrever no concurso, três anos de atividade jurídica, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: **I** – ingresso na carreira, no cargo de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

**\*II** – promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas ou condições:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: **II** – promoção de entrância por entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

**\*a)** obrigatoriedade da promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas, ou em cinco alternadas, em listas triplíces de merecimento;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: **a)** obrigatoriedade da promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou em cinco listas triplíces alternadas de merecimento;

**\*b)** preexistência de dois anos de exercício na respectiva entrância e integração do juiz na primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo inexistindo quem, dentre os que disponham desses requisitos, aceite o lugar vago, caso em que concorrerão os integrantes da segunda quinta parte, e assim sucessivamente;

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*c)** a aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios de produtividade e presteza no exercício da jurisdição, bem como pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: **c)** a aferição do merecimento pelos critérios de presteza e segurança no exercício da jurisdição, através de métodos definidos em lei, e pela frequência e aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento mantidos pelo próprio Poder Judiciário;

**d)** a lista de merecimento será formada pelos três juízes mais votados, cabendo ao presidente do Tribunal de Justiça a escolha do provimento no prazo de três dias;

**e)** havendo mais de uma vaga a ser preenchida pelo critério de merecimento, a lista será formada por tantos juízes quantas vagas houver, mais dois;

**\*f)** na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, assegurada a ampla defesa e se repetindo a votação até fixar-se a indicação;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: **\*f)** na apuração da antiguidade, o Tribunal de Justiça poderá recusar, motivadamente, o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação, condicionada a recusa à existência de procedimento administrativo que a recomende, ou à determinação de abertura de tal procedimento, contra o juiz recusado; \*Suspendido por medida cautelar a expressão “ou à determinação de abertura de tal procedimento, contra o juiz recusado”, deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**g)** a aplicação alternada dos critérios de promoção atenderá a ordem numérica dos atos de vacância dos cargos a serem preenchidos; e

**\*h)** não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão;

\*Acrescida pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

**\*III** – precedência de remoção ao provimento inicial e à promoção, ressalvado o direito de opção de juizes da mesma comarca;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: **III** – precedência de remoção ao provimento inicial e à promoção, observado o disposto no inciso anterior, no que couber, ressalvado o direito de opção de juizes da mesma comarca;

**IV** – publicação de edital de remoção ou promoção no prazo de dez dias, contado da data de vacância do cargo a ser preenchido;

**\*V** – o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: **V** – o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou nos Tribunais de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

**\*VI** – (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: **VI** – frequência e aproveitamento em curso de preparação da Escola de Magistratura, como requisito para ingresso na carreira;

**\*VII** – o subsídio dos magistrados será fixado com diferença não superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento de uma para outra entrância a partir dos subsídios dos membros do Tribunal de Justiça, estes não excedentes a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, observado, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, inciso XI e 39, § 4º, da Constituição Federal;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.



Redação anterior: VII – os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias de carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

\*VIII – a aposentadoria dos magistrados e a pensão dos seus dependentes observarão o disposto no art. 40 da Constituição Federal;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: VIII – a aposentadoria com proventos integrais e compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, ou facultativa aos trinta anos de serviços, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

IX – o juiz titular residirá na respectiva comarca;

\*X – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do Tribunal de Justiça ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: X – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do Tribunal de Justiça, assegurada ampla defesa;

\*XI – todos os julgamentos dos órgãos judiciários serão públicos e fundamentadas as suas decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, nos casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: XI – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

\*XII – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: XII – as decisões administrativas dos órgãos judiciários serão motivadas, inclusive as relativas a avaliações de estágio probatório, promoções e remoções de juizes, sendo as medidas disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

\*XIII – distribuição de varas cíveis e criminais proporcionalmente à efetiva demanda judicial e à densidade populacional;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: XIII – distribuição de varas cíveis e criminais por distritos e bairros de elevada densidade populacional.

\*XIV – alcançado, pelo Tribunal de Justiça do Ceará, o número de vinte e cinco integrantes, poderá o mesmo constituir, para os fins do art. 93, inciso XI, da Constituição Federal, seu Órgão Especial;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

\*XV – a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas “a”, “b”, “c” e “e” do inciso II, do art. 96;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

\*XVI – a atividade jurisdicional será ininterrupta, vedadas férias coletivas nos juízos e nos tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente normal, juizes em plantão permanente;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

\*XVII – o número de juizes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

\*XVIII – os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente, sem caráter decisório;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

\*XIX – a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

\*XX – previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

\*XXI – será assegurada a permanência ininterrupta de juizes nas comarcas de mais de uma vara, fora do funcionamento externo do foro, devendo o Tribunal organizar e manter atualizado o sistema rotativo de plantão aos sábados, domingos e feriados para conhecimento, com a devida presteza, de habeas corpus, mandado de segurança e outras medidas judiciais de urgência.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

\*§ 1º (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: § 1º Os meses de janeiro e julho serão reservados às férias forenses, assegurando-se o permanente funcionamento pelo menos de um órgão em cada comarca para atendimento de todo e qualquer procedimento de caráter urgente, ficando suspensas as audiências e sessões de julgamento.

§ 2º Nas comarcas com mais de um órgão judicante, é vedada a utilização simultânea de férias no mesmo período.

\*§ 3º Os membros do Poder Judiciário Estadual deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Conselho de Magistratura e à Corregedoria do Tribunal de Justiça, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D.O. de 11.4.2002.

\*Ver Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994 – D.O. de 9.8.1994.(Republicação)

\*§ 4º As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D.O. de 11.4.2002.

\*Art. 97. (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: Art. 97. Um quinto do Tribunal de Justiça e dos Tribunais de Alçada será composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. (revogado).

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: Parágrafo único. Recebida a indicação, o Tribunal de Justiça formará lista triplíce, enviando-a ao Governador do Estado, que nos vinte dias subsequentes escolherá e nomeará um de seus integrantes.

Art. 98. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I – vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal de Justiça e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado, assegurado em qualquer hipótese o direito a ampla defesa;

\*II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 96, inciso X, desta Constituição;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: \*II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 102, XI;

\*Ver art. 96, II.

\*III – irredutibilidade do subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, incisos X e XI, 39, § 4º, 150, inciso II, 153, inciso III e § 2º, inciso I, da Constituição Federal.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

Redação anterior: III – irredutibilidade de vencimentos, sujeitando-se aos impostos gerais, incluindo o de Renda, e aos impostos extraordinários, bem como aos descontos fixados em lei, observada a isonomia com os membros dos demais Poderes.

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I – exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo, emprego ou função remunerada, salvo uma de magistério;

II – receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participações em processo;

III – participar de atividades político-partidárias.

\*IV – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; e

\*Acréscido dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

\*V – exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

\*Acréscido dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

\*§ 1º O Tribunal de Justiça elaborará sua proposta orçamentária anual nos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual será encaminhada à Assembleia Legislativa.

\*Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016. D.O. 21.12.2016.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: § 1º O Tribunal de Justiça elaborará proposta orçamentária relativa ao Poder Judiciário, dentro dos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, depois de ouvidos os tribunais de segunda instância, os quais apresentarão suas propostas parciais e, sendo aprovada pelo plenário do Tribunal de Justiça, será encaminhada pelo Presidente à Assembleia Legislativa.

**\*§2º** Não encaminhada a proposta no prazo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo deve considerar, para fim de consolidação da proposta orçamentária, os valores aprovados na lei em execução, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo, aplicáveis ainda, à proposta orçamentária do Tribunal, e à sua execução, o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 99 da Constituição Federal.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**Redação anterior:** §2º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, destinadas ao Poder Judiciário, serão entregues até o dia vinte de cada mês.

**\*§3º** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**Redação anterior:** §3º Os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual ou Municipal, em virtude de condenação judicial, serão feitos exclusivamente na ordem cronológica da apresentação dos precatórios e da conta dos respectivos créditos, proibida a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim, à exceção dos de natureza alimentar.

**\*§4º** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**Redação anterior:** §4º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária aos pagamentos dos seus débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até primeiro de junho, data em que seus valores serão atualizados, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

**\*§5º** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**Redação anterior:** §5º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterição do seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

**\*§6º** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Judiciário serão entregues até o dia vinte de cada mês.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**\*Art. 100.** Os processos de mandados de segurança, habeas corpus, habeas data, mandado de injunção e ação popular e respectivos recursos serão inteiramente gratuitos, ressalvadas as hipóteses de sucumbência, nos termos da legislação federal.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**Redação anterior:** Art. 100. O habeas-corpus, o mandado de segurança, o habeas-data, o mandado de injunção e a ação popular serão distribuídos no momento de seu regresso e remetidos, imediatamente, ao magistrado a que couberem.

**\*Parágrafo único.** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**Redação anterior:** Parágrafo único. Todos esses processos, incidentes e recursos serão inteiramente gratuitos, ressalvadas as hipóteses de sucumbência, nos termos da legislação federal.

**\*Art. 101.** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**Redação anterior:** Art. 101. Será assegurada a permanência ininterrupta de juizes nas comarcas em que haja mais de uma vara, fora do horário de funcionamento externo do foro, devendo o Tribunal organizar e manter atualizado o sistema rotativo de plantão aos sábados, domingos e feriados para conhecimento, com a exigida presteza, de habeas-corpus e mandado de segurança.

**\*Art. 101A.** À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**\*§1º** É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**\*§2º** Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, subsídios, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**\*§3º** As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do

credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**\*§4º** O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor, que a Fazenda Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**\*§5º** São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 4º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**\*§6º** A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 4º deste artigo, segundo as diferentes capacidades dos entes de direito público.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**\*§7º** O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**\*§8º** Lei, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, poderá dispor sobre a cessão de créditos representados por precatórios, vedada a previsão do poder liberatório do pagamento de tributos, salvo nas hipóteses previstas na Constituição Federal.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**\*Art. 102.** Compete privativamente ao Tribunal de Justiça:

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**Redação anterior:** Art. 102. Compete privativamente aos Tribunais:

**I** – eleger seus órgãos diretivos;

**II** – elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispor sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

**III** – organizar suas secretarias e serviços auxiliares e dos órgãos administrativos do primeiro grau;

**\*IV** – prover, por concurso público de provas e títulos, os cargos de juiz da respectiva jurisdição, assim como os demais necessários à administração da justiça, dependentes, ou não, de concurso público, vedado processo de seleção interna; e

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – 7.07.2009.**

**Redação anterior:** IV – prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, vedado concurso exclusivamente interno, os cargos necessários à administração da justiça, exceto os de confiança, assim definidos em lei, que poderão ser providos sem concurso;

**V** – conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos servidores que lhes forem imediatamente subordinados.

**\*Art. 103.** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**Redação anterior:** Art. 103. Os proventos de aposentadoria serão reajustados na mesma proporção dos aumentos de vencimentos concedidos, a qualquer título, aos magistrados em atividade.

**\*Art. 104.** Em cada município haverá sede de comarca, dependendo a sua implantação do cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei da Organização e Divisão Judiciária, mediante apuração pelo Tribunal de Justiça.

**\*Parágrafo único revogado através da Emenda Constitucional nº 45, de 28 de dezembro de 2000 – D. O. 4.1.2001.**

**\*Redação Anterior: Parágrafo único.** No prazo máximo de 2 anos, contados da vigência da presente Emenda Constitucional, o Tribunal de Justiça implementará as ações necessárias à instalação de comarcas autônomas e independentes em todos os municípios do Estado, onde ainda não exista, na forma prevista neste artigo. **Acrescido pela Emenda Constitucional nº 37, de 30 de junho de 1998 – D. O. de 13.7.1998.**

**Art. 105.** As custas dos serviços forenses, inclusive diligências de oficial de justiça, serão elaboradas pelo Tribunal de Justiça com a aprovação do Poder Legislativo.

**\*§1º** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.**

**Redação anterior:** \*§1º Nas comarcas do Interior funcionam, conjugadas, as atividades cartorárias de registro civil e de imóveis, com zoneamento definido em lei de divisão e organização judiciária.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.**

**\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.**

**§2º** As custas de transferência de imóveis não podem exceder o valor do imposto *inter vivos*, arrecadado pelo Município.

\*§3º (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009..  
Redação anterior: \*§3º Os emolumentos devidos às serventias extrajudiciais serão corrigidos nos mesmos índices, sempre que ocorrer a revisão geral da remuneração dos servidores estaduais, mediante Lei.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.  
Redação anterior: §3º Os emolumentos devidos às serventias extrajudiciais serão corrigidos automaticamente nos mesmos índices, sempre que ocorrer a revisão geral da remuneração dos servidores estaduais.

\*Art. 106. (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.  
Redação anterior: \*Art. 106. O Conselho de Justiça Estadual é órgão de supervisão administrativa, orçamentária e de acompanhamento da regularidade do funcionamento dos órgãos da Justiça e do exercício funcional dos magistrados, com a composição e as atribuições estabelecidas em lei complementar.

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 136-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 136-1 no Anexo I.

\*Extinto o processo sem resolução de mérito. Ver ADIN nº 136-1 no Anexo I.

\*Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

## Seção II

### Do Tribunal de Justiça

\*Art. 107. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de desembargadores, nomeados dentre os juizes de última entrância, observado o quinto constitucional.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.  
Redação anterior: \*Art. 107. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de vinte e um desembargadores, nomeados dentre os juizes de última entrância, observado o quinto constitucional.

\*Suspensão por medida cautelar a expressão: “vinte e um”, deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\*Ver Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994 – D.O. de 3.8.1994, republicada no D.O. de 9.8.1994.

\*Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\*§1º Um quinto do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

\*§2º Recebidas as indicações, o Tribunal formará lista triplíce, enviando-a ao Poder Executivo que, nos vinte dias subsequentes, nomeará um dos seus integrantes.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

**Art. 108.** Compete ao Tribunal de Justiça:

**I** – propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

**a)** a alteração do número de seus membros;

**b)** a criação, extinção ou alteração do número de membros dos Tribunais inferiores, que serão previamente ouvidos, nos últimos casos;

**c)** a criação e a extinção de cargos e a fixação de subsídios de magistrados do Estado;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.  
Redação anterior: c) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de magistrados do Estado, dos juizes de paz, dos serviços auxiliares e dos juizes que lhe forem vinculados;

\*d) dispor sobre a regulamentação e remuneração dos juizes de paz e dos serviços auxiliares;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.  
Redação anterior: d) a alteração, mediante lei, da organização e da divisão judiciária.

\*e) a alteração, mediante lei, da organização e da divisão judiciária;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

**II** – prover, na forma desta Constituição, os cargos da magistratura estadual de carreira, de primeiro e segundo graus;

**III** – aposentar os magistrados e os servidores da Justiça;

**IV** – conceder licença, férias e outros afastamentos aos juizes que lhe forem vinculados;

**V** – encaminhar as propostas orçamentárias do Poder Judiciário Estadual ao Poder Executivo;

**VI** – solicitar, quando cabível, a intervenção federal no Estado, nas hipóteses de sua competência;

**VII** – processar e julgar, originariamente:

\*a) Nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, os Juizes Estaduais, os membros do Ministério Público, os membros da Defensoria Pública, os Prefeitos, o Comandante Geral da Polícia Militar e o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014 – D.O. de 16.04.2014.  
Redação anterior: \*a) nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, os Juizes Estaduais, os membros do Ministério Público, os Prefeitos, o Comandante Geral da Polícia Militar e o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.  
Redação anterior: a) nos crimes comuns e de responsabilidade, o Vice-Governador, Deputados Estaduais, Juizes Estaduais, membros do Ministério Público e Prefeitos, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

\*b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra atos do Governador do Estado, da Mesa e Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, do Tribunal de Alçada ou de algum de seus órgãos, dos Secretários de Estado, do Tribunal de Contas do Estado ou de algum de seus órgãos, do Procurador Geral de Justiça, do P854, Procurador Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Ouvidor Geral do Estado, do Defensor Público Geral do Estado;

\*Suprimida a expressão “do Tribunal de Contas do Município ou de algum de seus órgãos” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra atos do Governador do Estado, da Mesa e Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, dos Secretários de Estado, do Tribunal de Contas do Estado ou de algum de seus órgãos, do Tribunal de Contas dos Municípios ou de algum de seus órgãos, do Procurador-Geral de Justiça, no exercício de suas atribuições administrativas, ou na qualidade de presidente dos órgãos colegiados do Ministério Público, do Procurador-Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Controlador e do Ouvidor Geral do Estado, do Defensor Público-Geral do Estado, do Comandante Geral da Polícia Militar e do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: \*b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra atos do Governador do Estado, da Mesa e Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, do Tribunal de Alçada ou de algum de seus órgãos, dos Secretários de Estado, do Tribunal de Contas do Estado ou de algum de seus órgãos, do Tribunal de Contas dos Municípios ou de algum de seus órgãos, do Procurador Geral de Justiça, do Procurador Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Ouvidor Geral do Estado, do Defensor Público Geral do Estado, e de quaisquer outras autoridades a estas equiparadas, na forma da Lei;

\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 33/97, de 15 de dezembro de 1997 – D.O. de 22.12.1997.

Redação anterior: b) os mandados de segurança e os “*habeas data*” contra atos do Governador do Estado, da Mesa e da Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, do Tribunal de Alçada e de seus órgãos, dos Secretários de Estado, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, do Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, do Procurador Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado, do Chefe da Casa Militar, do Chefe do Gabinete do Governador, do Comandante-Geral da Polícia Militar, do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar e de quaisquer outras autoridades a estas equiparadas, na forma da Lei.

\*Arguida a inconstitucionalidade da expressão “e de quaisquer outras autoridades a estas equiparadas, na forma da lei” na ADIN nº 3140, aguardando o julgamento do mérito. Ver ADIN nº 3140 no Anexo I.

\*Ação julgada procedente para excluir da norma do art. 108, inciso VII alínea b, a expressão acima questionada. Ver ADIN nº 3140 no Anexo I.

**c)** os mandados de injunção contra omissão das autoridades referidas na alínea anterior;

**d)** os *habeas corpus* nos processos, cujos recursos forem de sua competência, ou quando o coator ou paciente for autoridade diretamente sujeita à sua jurisdição;

**e)** as ações rescisórias de seus julgados e as revisões criminais nos processos de sua competência;

\*f) as ações diretas de inconstitucionalidade, nos termos do art. 128 desta Constituição;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.  
Redação anterior: f) as representações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais contestados em face desta Constituição;

**g)** as representações para intervenção em Municípios;

**h)** a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuição para a prática de atos processuais; e

\*i) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 2212-1, julgada improcedente pelo STF. Ver julgamento do mérito da ADIN nº 2212-1 no Anexo I.

\*VIII – julgar, em grau de recurso, as causas não atribuídas por esta Constituição expressamente à competência dos órgãos recursais dos julgados especiais;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: VIII – julgar, em grau de recurso, as causas não atribuídas por esta Constituição expressamente à competência dos Tribunais de Alçada, ou por órgãos recursais dos juizados especiais;

IX – velar pelo exercício da atividade correicional respectiva; e

X – exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei.

**\*Art. 109.** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: \*Art. 109. Junto à Corregedoria da Justiça, funcionará um conselho consultivo, para opinar em todos os processos e procedimentos administrativos referentes a juizes, podendo sugerir aos demais órgãos do Poder Judiciário medidas de interesse da magistratura.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*§1º** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: O Conselho será presidido pelo Corregedor da Justiça e composto por:

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\*a) um desembargador;

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\*b) um juiz de Tribunal de Alçada;

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\*c) um juiz de entrância final;

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\*d) um juiz de entrância intermediária;

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\*e) um juiz de entrância inicial;

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*§2º** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: §2º Os integrantes do Conselho, à exceção do Corregedor, serão eleitos pelo voto direto e secreto dos juizes do correspondente Tribunal e dos integrantes da mesma entrância do mês de dezembro que anteceder o término do mandato dos dirigentes do Tribunal de Justiça.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*§3º** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: §3º O mandato dos Conselheiros coincidirá com o mandato dos dirigentes do Tribunal de Justiça, vedada a reeleição.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*§4º** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: §4º O Tribunal de Justiça, por resolução, disciplinará as atividades do Conselho, o funcionamento e a eleição de seus membros.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

### Seção III Dos Tribunais de Alçada

**\*Art. 110.** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: \*Art. 110. Os Tribunais de Alçada têm jurisdição territorial definida no espaço cearense, constituindo-se, para efeito de acesso ao Tribunal de Justiça, a mais alta entrância da organização judiciária em primeiro grau.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*§1º** (revogado)

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: §1º Para efeito de acesso ao Tribunal de Justiça, os membros do Tribunal de Alçada, oriundos do Ministério Público e da advocacia, não se desvinculam das classes de origem, observados os critérios de antiguidade e merecimento, neste caso, mediante lista triplíce, se possível.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*§2º** (revogado)

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: §2º Não havendo juiz de Tribunal de Alçada integrante do quinto constitucional interessado na promoção, o Tribunal de Justiça solicitará ao órgão da respectiva classe a apresentação da lista sêxtupla.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*Art. 111.** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: \*Art. 111. Aos juizes dos Tribunais de Alçada é assegurado o direito de permuta e de remoção, observados quanto a esta os critérios de antiguidade e merecimento, e em ambas as composições dos Tribunais quanto aos membros oriundos do Ministério Público e da advocacia.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*Art. 112.** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: \*Art. 112. Compete aos Tribunais de Alçada:

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*I** – (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: I- propor ao Tribunal de Justiça, para posterior encaminhamento à Assembleia Legislativa, a criação e extinção de cargos de suas secretarias e a fixação dos respectivos vencimentos;

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**\*II** – (revogado)

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: II – processar e julgar originariamente:

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

a) as ações rescisórias de seus julgados e das sentenças proferidas nos processos de sua competência recursal;

b) as revisões criminais e *habeas-corpus* nos processos, cujos recursos forem de sua competência;

c) os mandados de segurança contra atos de juiz de primeiro grau, praticados nos feitos de sua competência;

**\*III** – (revogado)

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: III – julgar em grau de recurso, observada a divisão territorial do Estado, estabelecida nesta Constituição:

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

a) as ações relativas à locação de imóveis;

b) as ações possessórias;

c) as ações relativas à matéria fiscal da competência dos Municípios;

d) as ações de acidentes do trabalho;

e) as ações de procedimento sumaríssimo;

f) as execuções por título extrajudicial e ações que lhes forem conexas, exceto as relativas à matéria fiscal da competência do Estado;

g) os crimes contra o patrimônio, seja qual for a natureza da pena cominada;

h) as demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente;

\*IV – (revogado)

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: IV – eleger o Presidente e o Vice-Presidente;

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\*V – (revogado)

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: V – elaborar o regimento interno;

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\*VI – (revogado)

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: VI – exercer as demais funções que lhes forem atribuídas por lei.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\*Art. 113. (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: \*Art. 113. O Tribunal de Alçada, com jurisdição prevista em lei e sede na Capital, compõe-se de, no mínimo, nove juízes, com competência definida nesta Constituição e na legislação pertinente.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

## Seção IV

### Do Tribunal do Júri

**Art. 114.** O Tribunal do Júri, com a organização prevista na legislação processual penal, é competente para julgamento dos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, sendo soberanos os seus veredictos, com observância da plenitude de defesa e do sigilo das votações.

## Seção V

### Dos Juízes de Direito

**Art. 115.** Os juízes de direito integram a magistratura de carreira, no exercício da jurisdição comum de primeiro grau nas comarcas e juízos, observadas as discriminações de competências estatuídas na Lei da Organização e Divisão Judiciária.

\*Art. 116. (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: Art. 116. Em primeiro grau de jurisdição, a carreira da magistratura compreenderá quatro entrâncias.

\*Art. 117. (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: Art. 117. É requisito essencial à inscrição no concurso de ingresso na carreira, além de outros enumerados em lei, ser bacharel em Direito, com inscrição definitiva na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo nos casos de impedimento legal à sua obtenção.

\*Art. 118. Para conhecer e julgar conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça, por ato de seu Presidente, designará juízes de entrância final, atribuindo-lhes competência exclusiva para questões agrárias.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: Art. 118. Para conhecer e julgar conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça, por ato de seu Presidente, designará juízes de entrância especial, atribuindo-lhes competência exclusiva para questões agrárias.

\*§1º Para o efeito previsto neste artigo, considera-se final a entrância mais alta de primeiro grau.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: §1º Para o efeito previsto neste artigo, considera-se especial a entrância mais alta de primeiro grau, em nível imediatamente inferior ao Tribunal de Alçada.

§2º Sempre que entender necessário à eficiente prestação da tutela jurisdicional, o juiz irá ao local do litígio.

\*Art. 119. O Tribunal de Justiça designará juiz de entrância final, com competência exclusiva para conhecer e julgar danos e crimes ecológicos, lesivos ao meio ambiente.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: Art. 119. O Tribunal de Justiça designará juiz de entrância especial, com competência exclusiva para conhecer e julgar danos e crimes ecológicos, lesivos ao meio ambiente.

**Parágrafo único.** Aplica-se a este artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 118.

\*Art. 120. O Tribunal de Justiça designará juiz de entrância final, com competência exclusiva para conhecer e julgar processos resultantes dos inquéritos instaurados pela delegacia especializada em crimes contra a mulher.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: Art. 120. O Tribunal de Justiça designará juiz de entrância especial, com competência exclusiva para conhecer e julgar processos resultantes dos inquéritos instaurados pela delegacia especializada em crimes contra a mulher.

**Parágrafo único.** Tal medida será progressivamente estendida às demais entrâncias.

\*Art. 121. (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: Art. 121. O juiz de direito é titular de comarca, de vara ou membro de Tribunal de Alçada.

## Seção VI

### Dos Juízes Substitutos

**Art. 122.** O ingresso na carreira judiciária de primeiro grau far-se-á mediante concurso público, conforme o disposto no art. 96, I, fazendo-se o provimento para juiz substituto.

**Parágrafo único.** Expirado o prazo de dois anos, fará o Tribunal de Justiça a avaliação do desempenho e integração vocacional, com base no acompanhamento de suas atividades judicantes e do decoro funcional exigido, quando será emitido ato declaratório de vitaliciedade na categoria de juiz de direito.

## Seção VII

### Da Justiça Militar

**Art. 123.** A Justiça Militar é competente para processo e julgamento dos integrantes das organizações militares estaduais – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros – nos crimes militares definidos em lei, compondo-se:

I – em primeiro grau, da Auditoria e Conselho de Justiça Militar; e

II – em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça, ao qual cabe decidir sobre a privação do posto e patente dos oficiais, sobre a perda da graduação de praças de ambas as corporações militares.

## Seção VIII

### Dos Juízes Especiais

**Art. 124.** Os Juizados Especiais serão providos por juízes togados, ou togados e leigos, para atividade de conciliação, julgamento e execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de maior potencial ofensivo, mediante procedimento oral e sumaríssimo, admitida a transação.

\***Parágrafo único.** A Lei da Organização e Divisão Judiciária disporá sobre as suas competências, prevendo os recursos de seus julgados.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: \***Parágrafo único.** A Lei da Organização e Divisão Judiciária disporá sobre as suas competências, prevendo os recursos de seus julgados para os Tribunais de Alçada.

\*Ver Lei Estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994 – D. O. de 3.8.1994. Republicada em 9.8.1994.

## Seção IX

### Dos Juizados de Pequenas Causas

\*Art. 125. (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7.07.2009.

Redação anterior: Art. 125. Os Juizados de Pequenas Causas devem ser encravados em áreas de elevada densidade residencial ou aglomerados urbanos, sendo vedada a sua instalação em locais discrepantes dessas especificações, incumbindo-se, de forma menos convencional e com rapidez, de solucionar as querelas cíveis e reparar, instantaneamente, os abusos à liberdade física, na forma definida em lei.

## Seção X

### Dos Juizados de Paz

**Art. 126.** A Justiça de Paz, remunerada, será composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para celebrar

casamentos, verificar de ofício ou em face de impugnação apresentada o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias e outras, sem caráter jurisdicional, conforme dispuser a Lei da Organização e Divisão Judiciária.

## Seção XI

### Do Controle Direto de Inconstitucionalidade

**Art. 127.** São partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo estadual, contestado em face desta Constituição, ou por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio desta Constituição:

**I** – o Governador do Estado;

**II** – a Mesa da Assembleia Legislativa;

**III** – o Procurador-Geral da Justiça;

**IV** – o Defensor-Geral da Defensoria Pública;

**V** – o Prefeito, a Mesa da Câmara ou entidade de classe e organização sindical, se se tratar de lei ou de ato normativo do respectivo Município;

**VI** – os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa, ou, tratando-se de norma municipal, na respectiva Câmara;

**VII** – o Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil; e

**VIII** – organização sindical ou entidade de classe de âmbito estadual ou intermunicipal.

**§1º** Quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo, citará previamente o Procurador-Geral do Estado, que se pronunciará sobre a lei ou ato impugnado.

**§2º** Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio constitucional, será dada ciência da decisão ao Poder competente para a adoção de providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo no prazo de trinta dias.

**§3º** Declarada em ação direta ou, incidentalmente, em última instância, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, a decisão será comunicada pelo Tribunal à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal para a suspensão da execução, no todo ou em parte, da norma impugnada.

**§4º** Os legitimados referidos nos incisos I, II, III, IV, VI (parte inicial), VII e VIII poderão propor ação declaratória de constitucionalidade, de lei ou ato normativo estadual em face desta Constituição.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

**Art. 128.** Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, os Tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, incidentalmente ou em ação direta.

**\*Parágrafo único.** As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Tribunal de Justiça, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade desta Constituição, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário estadual e aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, nas esferas estadual e municipal.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

**\*Art. 128-A.** Os órgãos do Poder Judiciário do Estado, em qualquer grau de jurisdição em suas respectivas esferas de competência, podem, nos termos da lei, ser provocados por quem tiver legítimo interesse a defender, particular ou público.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

**\*§1º** Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, far-se-á presente o juiz no local do litígio.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

**\*§ 2º** Aos necessitados será assegurada assistência integral e gratuita perante a jurisdição estadual, por intermédio da Defensoria Pública.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **§2º** Aos necessitados será assegurada assistência integral e gratuita perante a jurisdição estadual.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

**\*§3º** Serão gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

**\*a)** o registro civil de nascimento; e

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

**\*b)** a certidão de óbito.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

**\*§4º** Nenhum serventuário da Justiça, sob pena de responsabilidade, poderá receber custas, emolumentos ou qualquer tipo de remuneração nos procedimentos intentados por pessoas beneficiadas com assistência gratuita.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 63, de 2 de julho de 2009 – D.O. de 7. 07. 2009.

## TÍTULO VI

### DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DOS PODERES ESTADUAIS

#### CAPÍTULO I DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**\*Art. 129.** O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

\*Ver Lei nº 10.675, de 8 de julho de 1982 – D. O. 5.10.1982, e Lei Complementar nº 8, de 17 de julho de 1998 – D. O. 20.7.1998.

**Parágrafo único.** São princípios inerentes ao Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

**\*Art. 130.** São funções institucionais do Ministério Público:

\*Ver Lei nº 10.675, de 8 de julho de 1982 – D. O. 5.10.1982, e Lei Complementar nº 8, de 17 de julho de 1998 – D. O. 20.7.1998.

**I** – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

**II** – zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, adotando as medidas necessárias a sua garantia;

**III** – promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

**IV** – promover a ação declaratória de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção do Estado em Municípios, nos casos previstos nesta Constituição;

**V** – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instituí-los;

**\*VI** – exercer o controle externo da atividade policial para o primado da ordem jurídica;

\*Ver Lei Complementar nº 9, de 23 de julho de 1998 – D. O. 6.8.1998.

**VII** – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

**VIII** – exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abrigam idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência;

**\*IX** – exercer outras funções que forem conferidas por lei, compatíveis com as suas responsabilidades institucionais, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de órgãos e entidades públicas.

\*Ver Lei Complementar nº 09, de 23 de julho de 1998 – D. O. de 6.8.1998.

**\*Art. 131.** São órgãos do Ministério Público:

\*Ver Lei nº 10.675, de 8 de julho de 1982 – D. O. 5.10.1982, e Lei Complementar nº 8, de 17 de julho de 1998 – D. O. 20.7.1998.

**I** – o Procurador-Geral de Justiça; e

**\*II** – o Colégio de Procuradores de Justiça;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **II** – os Procuradores de Justiça;

**\*III** – o Conselho Superior do Ministério Público;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **III** – os Promotores de Justiça;

**\*IV** – a Corregedoria-Geral do Ministério Público;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **IV** – os Curadores Especiais.

**\*V** – os Procuradores de Justiça;

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**\*VI** – os Promotores de Justiça.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**\*§1º** O Ministério Público tem por Chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, indicados em lista tripla, mediante escrutínio secreto pelos membros, em atividade, da instituição, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **§1º** O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral da Justiça, nomeado pelo Governador, após aprovação da Assembleia Legislativa, dentre os integrantes da carreira em atividade, maiores de trinta e cinco anos, indicados em lista tripla, mediante escrutínio secreto pelos membros, em atividade, da instituição, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo processo.

**\*§2º** Recebida a lista triplíce, o Governador do Estado, nos vinte dias subsequentes, nomeará um dos seus integrantes, que será empossado pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.** Redação anterior: **§2º** Recebida a lista triplíce, o Governador do Estado, nos vinte dias subsequentes, nomeará um dos seus integrantes e lhe dará posse.

**§3º** O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

**\*Art. 132.** O Conselho Superior do Ministério Público, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, exercerá o controle hierárquico de ordem administrativa e disciplinar sobre todos os membros da instituição e será constituído por sete componentes do Ministério Público, eleitos pelos demais integrantes, em votação secreta.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.** Redação anterior: **\*Art. 132.** O Conselho do Ministério Público, sob a presidência do Procurador-Geral da Justiça, exercerá o controle hierárquico de ordem administrativa e disciplinar sobre todos os membros da instituição e será constituído por sete componentes do Ministério Público, eleitos pelos demais integrantes em votação secreta.

**\*Ver Lei nº 10.675, de 8 de julho de 1982 – D. O. 5.10.1982, e Lei Complementar nº 8, de 17 de julho de 1998 – D. O. 20.7.1998.**

**Art. 133.** Integram a estrutura organizacional do Ministério Público as seguintes curadorias:

**I** – do meio ambiente;

**II** – do consumidor;

**III** – dos grupos socialmente discriminados;

**IV** – de acidentes do trabalho; e

**V** – de ausentes e incapazes.

**§1º** A essas curadorias devem ser submetidas as comunicações relativas a violações a direitos e desrespeitos às leis que tutelam seus interesses, cabendo-lhes efetuar as diligências que se façam necessárias para obtenção de adequados elementos de instrução e promover compatíveis medidas de proteção jurídica.

**§2º** Qualquer autoridade pública que tiver conhecimento de ato que exija a intervenção de curadores é obrigada a fazer o devido encaminhamento, sob pena de responsabilidade.

**Art. 134.** Lei complementar, de iniciativa reservada, privativamente, ao Procurador-Geral de Justiça, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público, observadas, relativamente aos seus membros, as garantias, direitos, deveres e vedações estabelecidas na Constituição da República.

**\*Art. 135.** Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, através do Procurador-Geral de Justiça:

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. Com vista à PGR em 18/12/2009.**

**\*I** – propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos e serviços auxiliares, a fixação dos vencimentos dos membros e dos servidores de seus órgãos auxiliares;

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**II** – expedir atos de provimento dos cargos da carreira e dos serviços auxiliares, de promoção, remoção, readmissão, disponibilidade e de reversão;

**III** – editar atos de aposentadoria, exoneração, demissão e outros que importem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares;

**IV** – editar atos, para, na forma da lei, organizar a secretaria e os serviços auxiliares da Procuradoria-Geral da Justiça.

**\*Art. 136.** O Ministério Público elaborará a sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo-lhe repassados os recursos correspondentes às suas dotações até o dia vinte de cada mês.

**\*Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016. D. O. 21.12.2016.**

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*§1º** Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma prevista no caput.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*§2º** Se a proposta orçamentária, de que trata este artigo, for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do caput, o Poder Executivo proce-

derá aos ajustes necessários, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*§3º** Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante abertura de créditos suplementares ou especiais.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*Art. 137.** A atividade do Ministério Público perante o Tribunal de Contas do Estado é exercida por Procurador de Justiça, designado pelo Procurador-Geral da Justiça.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 12, de 29 de março de 1994 – D. O. de 30.3.1994.** Redação anterior: **Art. 137.** A atividade do Ministério Público perante o Tribunal de Contas do Estado e Conselho de Contas dos Municípios é exercida por Procurador de Justiça, designado pelo Procurador-Geral da Justiça.

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 3160-1, aguardando julgamento do mérito – Ver ADIN 3160-1 no Anexo I.**

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 3160-1, declarada a inconstitucionalidade. DJE 20/03/2009.**

**\*Art. 138.** O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.** Redação anterior: **Art. 138.** O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se nas nomeações à ordem de classificação.

**\*Art. 139.** A promoção na carreira do Ministério Público dar-se-á de entrância para entrância ou classe, alternadamente, por antiguidade e merecimento, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 93 da Constituição Federal.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.** Redação anterior: **Art. 139.** O acesso na carreira dar-se-á sempre, alternadamente, por merecimento e antiguidade.

**\*Art. 140.** Os subsídios dos membros do Ministério Público serão fixados por lei, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento de uma para outra entrância ou classe.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.** Redação anterior: **Art. 140.** Os vencimentos dos membros do Ministério Público serão fixados por lei, com diferença não superior a dez por cento de uma para outra entrância ou classe.

**\*Parágrafo único.** Na fixação dos subsídios dos membros do Ministério Público observar-se-á o disposto no art. 93, inciso V, da Constituição Federal.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.** Redação anterior: **\*Parágrafo único.** Os vencimentos do Procurador-Geral de Justiça não poderão ser inferiores aos atribuídos ao cargo de Desembargador-Presidente do Tribunal de Justiça e servirão de teto como remuneração para os cargos do Ministério Público e seus serviços auxiliares.

**\*Suspendo por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.**

**Art. 141.** Aos membros do Ministério Público são asseguradas as seguintes garantias:

**I** – vitaliciedade, após dois anos de exercício, somente sendo passíveis de perda do cargo, mediante sentença judicial transitada em julgado;

**\*II** – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, assegurada ampla defesa;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.** Redação anterior: **II** – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto de dois terços dos seus membros, assegurada ampla defesa;

**\*III** – irredutibilidade de subsídios, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.** Redação anterior: **\*III** – irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o princípio da isonomia em relação ao órgão do Poder Judiciário junto ao qual oficiarem.

**\*Suspendo por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.**

**Art. 142.** Os membros do Ministério Público sujeitam-se, entre outras previstas em lei, às seguintes vedações:

**I** – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

**II** – exercer a advocacia, ainda que em disponibilidade;

**III** – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, na forma da lei;

**IV** – exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

**\*V** – exercer atividade político-partidária;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: V – exercer atividade político-partidária, salvo as exceções previstas na lei.*

**\*VI** – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*VII** – é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*§1º** Os membros do Ministério Público Estadual deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Colégio de Procuradores e à Corregedoria do Ministério Público, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.*

**\*§2º** As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.*

**\*Art. 143.** As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: Art. 143. As funções do Ministério Público são privativas dos integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação.*

**\*Art. 144.** A aposentadoria dos membros do Ministério Público e a pensão de seus dependentes obedecerão ao disposto no art. 40 da Constituição Federal.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: Art. 144. Os proventos da aposentadoria dos membros do Ministério Público serão reajustados na mesma proporção dos aumentos concedidos, a qualquer título, aos que permanecem em atividade.*

**\*Art. 145.** (revogado).

*\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.. Redação anterior: \*Art. 145. O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos.*

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.*

*\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.*

## CAPÍTULO II DA DEFENSORIA PÚBLICA

**\*Art. 146.** A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbida da prestação gratuita de assistência judicial e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação e patrocínio dos seus direitos e interesses à tutela jurídica em todos os graus e instâncias.

*\*Ver Lei Complementar nº 6, de 28 de abril de 1997 – D. O. de 21.5.1997, alterada pelas Leis Complementares nº 11, de 17 de junho de 1999 – D. O. de 18.6.1999, Lei Complementar nº 20, de 29 de junho de 2000 – D. O. 30.6.2000, e, Lei Complementar nº 27 de 17 de janeiro de 2001 – D. O. 23.1.2001.*

**\*Parágrafo único.** Em todas as comarcas haverá representante da Defensoria Pública, assegurando aos carentes o acesso à Justiça e o respeito a seus direitos à cidadania.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 28 de dezembro de 2000 – D. O. 4.1.2001. Redação anterior: Parágrafo único. Em todas as comarcas haverá um representante da Defensoria Pública, por vara, cabendo ao Governador do Estado e a Defensoria Pública Geral, no prazo máximo de dois anos, contados da promulgação da presente Emenda Constitucional, adotarem as medidas que se fizerem necessárias neste sentido, assegurando, assim, aos carentes, o acesso à justiça e o respeito a seus direitos à cidadania.*

**\*Art. 147.** A Defensoria Pública é organizada em carreira, com ingresso de seus integrantes na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, chefia-

da pelo Defensor-Geral nomeado pelo Governador do Estado, entre os membros da instituição, maiores de trinta anos e com mais de dez anos de efetivo exercício, escolhido em lista triplíce pelos integrantes da carreira, e previamente aprovado o nome pela Assembleia Legislativa, com o mandato de dois anos, permitida uma recondução.

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN nº 143-4 no Anexo I.*

*\*Ver Lei Complementar nº 6, de 28 de abril de 1997 – D. O. de 21.5.1997, alterada pelas Leis Complementares nº 11, de 17 de junho de 1999 – D. O. de 18.6.1999, Lei Complementar nº 20, de 29 de junho de 2000 – D. O. 30.6.2000, e, Lei Complementar nº 27 de 17 de janeiro de 2001 – D. O. 23.1.2001.*

**\*§1º** São aplicáveis aos Defensores Públicos o regime de garantias, vencimentos, vantagens e impedimentos do Ministério Público e da Procuradoria-Geral do Estado.

*\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito.*

*\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.*

**\*§2º** O Defensor-Geral poderá ser destituído por maioria absoluta de votos da Assembleia Legislativa, por sua própria iniciativa ou proposta do Governador do Estado.

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Ver ADIN nº 143-4 no Anexo I.*

**\*§3º** Os membros da Defensoria Pública deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, ao Defensor Geral, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.*

**\*§4º** As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.*

**Art. 148.** São funções institucionais da Defensoria Pública:

**I** – promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes, em conflito de interesses;

**II** – promover ação penal privada e a ação subsidiária pública;

**III** – promover ação civil;

**IV** – promover defesa em ação penal;

**V** – promover defesa em ação civil e reconvir;

**VI** – atuar como curador especial, previsto em lei;

**VII** – atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando a assegurar à pessoa, sob qualquer circunstância, o exercício dos direitos e garantias individuais;

**VIII** – assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e ampla defesa, com os recursos de meios a ela inerentes.

**§1º** A defesa do menor caberá, especialmente, nas hipóteses previstas no artigo 227, § 3º, da Constituição Federal.

**§2º** A Defensoria Pública, na forma da lei, poderá ser encarregada, também, de prestar assistência judiciária, que for devida ao servidor público.

**\*§3º** A aposentadoria dos membros da Defensoria Pública e a pensão dos seus dependentes obedecerão ao disposto no art. 40 da Constituição Federal.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: \*§3º Os membros da Defensoria Pública são aposentados nas mesmas condições previstas para os membros do Ministério Público e Procuradoria-Geral do Estado.*

*\*Parágrafo julgado inconstitucional pelo STF na ADIN nº 749-1. Ver ADIN nº 749-1 no Anexo I.*

**§4º** Os cargos de Defensor Público, junto às instâncias superiores em número igual aos de Procuradores de Justiça, serão ocupados pelos integrantes da carreira pertencentes à classe mais elevada da categoria, de acordo com os critérios fixados na lei complementar ou na lei de organização da carreira.

**\*Art. 148-A.** À Defensoria Pública é assegurada autonomia funcional, financeira e administrativa, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e subordinação ao disposto no art.99, §2º, da Constituição Federal, cabendo-lhe especialmente:

*\*Ver Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro de 2016. D. O. 21.12.2016.*

**I** – praticar atos próprios de gestão;

**II** – decidir sobre situação funcional e administrativa de seus membros e do serviço auxiliar ativo, organizados em quadro próprio;

**III** – apresentar sua proposta orçamentária;



**IV** – propor privativamente ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos da carreira e serviços auxiliares, bem como a fixação, revisão e reajuste dos subsídios de seus membros e dos vencimentos de seus servidores;

**V** – propor ao Poder Legislativo a criação e a alteração da legislação de interesse institucional;

**VI** – expedir atos de provimento dos cargos da carreira e dos serviços auxiliares, de promoção, remoção, readmissão, disponibilidade e de reversão;

**VII** – editar atos de aposentadoria, exoneração, demissão e outros que importem em vacância de cargos da carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros da Defensoria Pública do Estado e de seus servidores dos serviços auxiliares;

**VIII** – exercer outras competências decorrentes de sua autonomia na forma da lei” (NR)

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014 – D.O. de 16.04.2014.

\*Redação anterior: \*Art. 148-A. A Defensoria Pública é assegurada autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§1º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e os especiais, consignados à Defensoria Pública, ser-lhe-ão repassados em duodécimos até o dia vinte de cada mês.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§ 2º O Defensor Público-Geral poderá, justificadamente, solicitar créditos suplementares e especiais ao Chefe do Poder Executivo.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§ 3º Cabe à Lei Complementar organizar a Defensoria Pública, dispondo sobre sua competência, estrutura e funcionamento, bem como sobre a carreira de seus membros, observando as normas previstas na legislação federal e nesta Constituição, respeitada, obrigatoriamente, sua competência para:

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*I – praticar atos e decidir sobre a situação funcional dos membros da carreira e dos serviços auxiliares que serão organizados em quadros próprios.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**Art. 149.** Será criado junto à Defensoria-Geral Pública o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento da Mulher, com o objetivo de proporcionar à mulher orientação e acompanhamento jurídicos adequados, na medida em que estará voltado para os seus problemas específicos.

### CAPÍTULO III

#### DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

\***Art. 150.** A Procuradoria Geral do Estado é uma instituição permanente, essencial ao exercício das funções administrativa e jurisdicional do Estado, sendo responsável, em toda sua plenitude, pela defesa de seus interesses em juízo e fora dele, bem como pelas suas atividades de consultoria e assessoria jurídica, à exceção de suas autarquias, sob a égide dos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência, da publicidade, da impessoalidade e da indisponibilidade dos interesses públicos.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **Art. 150.** A Procuradoria-Geral do Estado é uma instituição permanente, essencial ao exercício das funções administrativa e jurisdicional do Estado, sendo responsável, em toda sua plenitude, pela defesa de seus interesses em juízo e fora dele, bem como pelas suas atividades de consultoria e assessoria jurídica, à exceção de suas autarquias, sob a égide dos princípios da legalidade e da indisponibilidade dos interesses públicos.

**§1º** A Procuradoria Geral do Estado gozará de autonomia administrativa e financeira, com dotação orçamentária própria e quadro de carreira adequados à instituição.

\***§2º** Lei Orgânica, de natureza complementar, disporá sobre a Procuradoria Geral do Estado, disciplinará suas competências e o funcionamento dos órgãos que a integram, regionalizando sua atuação, bem como estabelecerá o regime jurídico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*§2º Lei orgânica, de natureza complementar, disporá sobre a Procuradoria-Geral do Estado, disciplinará suas competências e o funcionamento dos órgãos que a integram, regionalizando sua atuação, bem como estabelecerá o regime jurídico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, observados os princípios e regras desta Constituição.

\*Lei Complementar nº 2, de 24 de maio de 1994 – D. O. de 26.5.1994, alterada pelas Leis Complementares nº 07, de 11 de julho de 1997 – D. O. 17.7.97; Lei Complementar nº 10, de 17 de julho de 1999 – D. O. de 18.6.99, Lei Complementar nº 15, de 07 de dezembro de 1999 – D. O. de 07.12.1999, e, Lei Complementar nº 25, de 8 de janeiro de 2001 – D. O. 8.1.2001.

**Art. 151.** Compete, privativamente, à Procuradoria Geral do Estado:

\***I** – representar judicial e extrajudicialmente o Estado, em defesa de seu patrimônio e da Fazenda Pública, observadas as competências das procuradorias autárquicas, podendo intervir nos processos administrativos e judiciais da Administração Indireta, nas hipóteses de relevante interesse público;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **I** – representar judicial e extrajudicialmente o Estado, em defesa de seu patrimônio e da Fazenda Pública, observadas as competências das procuradorias autárquicas;

\***II** – representar os interesses do Estado junto ao Contencioso Administrativo Tributário ao Tribunal de Contas do Estado;

\*Suprimida a expressão “e ao Tribunal de Contas do Município” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \***II** – representar os interesses do Estado junto ao Contencioso Administrativo Tributário, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Conselho de Contas dos Municípios;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.

Redação anterior: **II** – representar os interesses do Estado junto ao Contencioso Administrativo Tributário, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Conselho de Contas dos Municípios;

\***III** – exercer as atividades de consultoria e assessoria jurídica do ente federado, observado o final do inciso I;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **III** – exercer as atividades de consultoria e assessoria jurídica do ente federado, observado o final do inciso I;

**IV** – realizar processos administrativo-disciplinares, instaurados contra servidores civis da administração direta e fundacional do Estado, inclusive os da Polícia Civil;

\***V** – propor ações judiciais em defesa dos interesses e do patrimônio público estadual, da Administração Direta e Indireta, na forma da lei processual pertinente;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **V** – propor ações judiciais em defesa dos interesses e do patrimônio público estadual, na forma da lei processual pertinente;

\***VI** – fiscalizar a legalidade dos atos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, cabendo-lhe propor, quando se fizer necessário, as ações judiciais competentes;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **VI** – fiscalizar a legalidade dos atos da administração pública estadual direta e fundacional, cabendo-lhe propor, quando se fizer necessário, as ações judiciais competentes;

**VII** – exercer outras funções que lhe forem conferidas por lei, compatíveis com a natureza da instituição.

\***Art. 152.** A carreira de Procurador do Estado será estruturada com observância do disposto nos arts. 132 e 135 da Constituição da República e dos seguintes princípios e garantias:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: \***Art. 152.** As carreiras de Procurador do Estado, de Procurador, Subprocurador e Consultor Autárquico, serão estruturadas com observância do disposto nos artigos 132 e 135 da Constituição da República e dos seguintes princípios e garantias:

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.

\***I** – ingresso no cargo inicial da carreira exclusivamente por concurso público de provas e títulos, realizado pela Procuradoria Geral do Estado, com a participação obrigatória da Ordem dos Advogados do Brasil;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \***I** – ingresso no cargo inicial da carreira exclusivamente por concurso público de provas e títulos, realizado pela Procuradoria-Geral do Estado e pelas respectivas autarquias, com a participação obrigatória da Ordem dos Advogados do Brasil;

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.

**II** – promoção, por critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente, vedadas as transformações ou transposição de cargos;

\***III** – estabilidade, após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho, após relatório circunstanciado da Corregedoria;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \***III** – vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo, senão por sentença judicial transitada em julgado;

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.

\***IV** – irredutibilidade de vencimentos, fixados em lei, com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra categoria;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*IV – irredutibilidade de vencimentos, fixados em lei, com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra categoria, aplicando-se-lhes, por força do princípio da isonomia estabelecido no art. 135 da Constituição Federal, tratamento remuneratório idêntico ao dos membros do Ministério Público;

\*Suspensão por medida cautelar a expressão: “aplicando-se-lhes, por força do princípio da isonomia estabelecido no art. 135 da Constituição Federal, tratamento remuneratório idêntico ao dos membros do Ministério Público”, deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.

V – inamovibilidade, salvo por interesse público, na forma prevista em lei.

**\*Parágrafo único.** O Governador do Estado, no prazo de cento e vinte dias, contado a partir da promulgação desta Constituição, encaminhará à Assembleia Legislativa projetos de lei, dispondo sobre a organização e o funcionamento da Procuradoria Geral do Estado e das procuradorias autárquicas.

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, a expressão “procuradorias autárquicas” DOU de 25.06.2018.

**\*Art. 153.** O Procurador Geral do Estado, chefe da Procuradoria-Geral do Estado, e o Procurador Geral Adjunto, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre advogados com pelo menos dez anos de prática forense e de notório saber jurídico e reputação ilibada, com idade mínima de trinta anos.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 68, de 14 de outubro de 2010 – D. O. 21.10.2010. Redação anterior: Art. 153. O Procurador-Geral do Estado, chefe da Procuradoria Geral do Estado, e o Procurador-Geral Adjunto, serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre advogados com pelo menos dez anos de prática forense e de notório saber jurídico e reputação ilibada, com idade mínima de trinta e cinco anos.

**§1º** As atribuições da Procuradoria Geral do Estado só podem ser exercidas pelo Procurador-Geral, pelo Procurador-Geral Adjunto e pelos integrantes da carreira de Procurador do Estado;

**\*§2º** O Procurador-Geral, o Procurador-Geral Adjunto e os Procuradores do Estado, serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça, das infrações penais comuns, ressalvadas as competências previstas na Constituição da República.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: §2º O Procurador-Geral, o Procurador-Geral Adjunto, os Procuradores do Estado, os Procuradores, Subprocuradores e os Consultores autárquicos serão submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça, das infrações penais comuns, ressalvadas as competências previstas na Constituição da República;

**§3º** O Procurador do Estado, no exercício das funções de seu cargo, goza de independência e das prerrogativas inerentes à atividade advocatícia, cabendo-lhe, ainda, a faculdade de requisitar informações escritas, exames e diligências que julgar necessárias ao desempenho de suas atividades, além do auxílio da força policial e a instauração de procedimentos policiais para apuração das infrações penais praticadas contra bens, serviços ou interesses do Estado.

### \*CAPÍTULO III - A

#### DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 81, de 28.08.2014

**\*Art. 153-A.** A Administração Fazendária é instituição permanente, essencial ao funcionamento do Estado, competindo-lhe a gestão tributária e das finanças estaduais, com dotação orçamentária própria, assegurada autonomia administrativa, funcional e financeira, nos termos, limites e condições estabelecidos na lei complementar de que trata o § 1º deste artigo, sendo ainda observado:

**I** – precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

**II** – será composta por servidores de carreira específica, terá recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuará de forma integrada com a dos demais entes federados, inclusive com o compartilhamento de cadastros e informações fiscais, na forma da lei ou convênio;

**III** – as atividades exercidas pelos integrantes da carreira da Administração Fazendária Estadual são consideradas essenciais e típicas de Estado.

**§ 1º** Lei orgânica, de natureza complementar, de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, disporá sobre a Administração Fazendária Estadual, disciplinará suas competências e estabelecerá o regime jurídico dos integrantes da carreira, suas prerrogativas, garantias e vedações.

**§ 2º** O Estado destinará à Administração Fazendária, anualmente, percentual do total de sua receita de impostos, a ser estabelecido na lei complementar de que trata o § 1º deste artigo, para a realização de suas atividades, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal.

**§ 3º** O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, nos termos definidos na lei complementar de que trata o § 1º deste artigo.

**§ 4º** Os integrantes da Administração Fazendária deverão enviar, anualmente, declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até primeiro grau ou por adoção, à unidade de gestão de pessoas competente, que adotará as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

**§ 5º** Compete exclusivamente aos integrantes da Administração Fazendária, o lançamento do crédito tributário, nos termos definidos na lei de que trata o § 1º do art. 153-A.” (NR).

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 81, de 26.08.2014. – D. O. 28.08.2014.

## CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Seção I

#### Disposições Gerais

**\*Art. 154.** A administração pública direta, indireta e fundacional de quaisquer dos Poderes do Estado do Ceará obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, e ao seguinte:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. 7.1.2004.

Redação anterior: Art. 154. A administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes do Estado do Ceará obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e ao seguinte:

\*Ver artigo 3º da Emenda Constitucional Federal nº 19, de 4 de junho de 1998 – D. O. 5.6.1998.

**I** – os cargos, funções e empregos públicos são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: I – os cargos, funções e empregos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

**II** – a investidura em cargo ou emprego público, na administração direta, indireta e fundacional, depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas apenas as nomeações para cargo em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração;

**III** – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período;

**IV** – durante o prazo improrrogável, previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, objeto do concurso;

**\*V** – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: V – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

**VI** – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

**\*VII** – o direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em lei específica, prevista no art. 37, inciso VII, da Constituição da República;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites fixados em lei complementar à Constituição da República;

**VIII** – o não cumprimento dos encargos trabalhistas pelas prestadoras de serviços, apurado na forma da legislação específica, importará na rescisão do contrato sem direito a indenização;

**\*IX** – fica estabelecido, como limite remuneratório único aplicável aos servidores públicos do Estado do Ceará, de quaisquer Poderes, inclusive do Ministério Público e da Defensoria Pública, o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste artigo aos subsídios dos Deputados Estaduais e dos Vereadores. (NR)

\*Ver Emenda Constitucional nº 93 de 29 de novembro de 2018 - D.O. de 29.11.2018.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 1º de junho de 2017 – D. O. de 08.06.2017.

Redação anterior: \*IX – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do Governador do Estado no âmbito do Poder Executivo, o subsídio

dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*IX – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros do Executivo, Legislativo e Judiciário, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do Governador do Estado no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: \*IX – a lei fixará o limite máximo de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça e por Secretários de Estado no âmbito dos respectivos poderes;

X – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;

XI – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

\*XII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: XII – ressalvado o disposto no inciso anterior e em outros dispositivos desta Constituição, é vedada a vinculação de vencimentos, para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, inclusive ao salário mínimo, na conformidade com o que dispôs o art. 7º, IV, da Constituição da República;

\*XIII – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV do art. 37 e nos arts. 39, § 4º, 150, inciso II, 153, inciso III e 153, § 2º, inciso I, todos da Constituição Federal;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: XIII – os vencimentos dos servidores públicos, civis e militares, são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, 153 § 2º, I e 37, XI e XII da Constituição da República;

\*XIV – Lei Complementar estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária, de excepcional interesse público, fixando prazo de até doze meses, prorrogável, no máximo, por doze meses

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 2 de setembro de 1999 – D. O. de 15.9.1999.

Redação anterior: XIV - Lei Complementar estabelecerá os casos de contratação, por tempo determinado, não superior a seis meses, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

\*Ver Lei Complementar nº 14, de 15 de setembro de 1999 – D. O. de 15.9.1999, e Lei Complementar nº 22, de 24 de julho de 2000 – D. O. 2.8.2000.

\*XV – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, permitida apenas, e quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso, o disposto no inciso XI:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: XV – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, permitida apenas, e quando houver compatibilidade de horários:

a) a de dois cargos de professor; e

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

\*c) a de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: c) a de dois cargos privativos de médico.

\*XVI – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: XVI – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista;

XVII – a administração fazendária e seus servidores terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

\*XVIII – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de atuação;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: XVIII – somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundação pública;

XIX – depende de autorização legislativa, em qualquer caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XX – ressalvados os casos de dispensa e inexistência, previstos em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

\*XXI – nenhuma pensão paga aos dependentes de servidor público falecido poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*XXI – Nenhuma pensão paga aos dependentes de servidor público falecido poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo, ressalvados os casos de remuneração e proventos proporcionais.

\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. de 10.5.1999.

\*Redação anterior: XXI – a pensão mínima dos servidores do Instituto de Previdência do Estado do Ceará – não poderá ser inferior ao valor de um salário mínimo;

\*Ver Lei Complementar nº 31, de 5 de agosto 2002 – D. O. 6.8.2002.

XXII – o tempo de serviço dos servidores públicos na administração direta, nas autarquias e nas fundações públicas, será contado como título, quando se submetterem a concurso público para fins de efetivação na forma da lei;

XXIII – a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

\*XXIV – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º, do art. 39, da Constituição da República, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices, vedada remuneração inferior ao salário mínimo nacional;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*XXV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*XXVI – a administração tributária, atividade essencial ao funcionamento do Estado e exercida por servidores de carreira específica, terá recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuará de forma integrada com a dos demais entes federados, inclusive com o compartilhamento de cadastros e informações fiscais, na forma da lei ou convênio;

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

§1º Nenhum servidor poderá receber contraprestação inferior ao salário mínimo.

\*§2º Os valores dos cargos comissionados serão fixados, obedecendo-se a uma diferença nunca excedente a dez por cento de um para o outro em seu escalonamento hierárquico, não podendo exceder ao valor da remuneração correspondente ao do Símbolo DNS-1.

\*Suspendo por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.

§3º Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento do erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§4º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

\*§5º Por força do art. 37, XIV, da Constituição Federal em combinação com o seu art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os percentuais ou valores relativos às gratificações ou quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive as de caráter pessoal, são calculados e aplicados de modo singular, incidindo exclusivamente sobre o vencimento base ou soldo, dos servidores públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas, bem como de quaisquer categorias de agentes públicos do Estado do Ceará.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 21/95, de 14 de dezembro de 1995 – D. O. de 21.12.1995.

\*Arguida a Inconstitucionalidade na redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14 de dezembro de 1995. Ver integralidade da decisão na ADIN nº 1443-9 no Anexo I.

Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 1443-9, considerada prejudicada por decisão monocrática em 26/06/99 - Publicada no DJ de 02/08/1999.

\*§6º Excluem-se do limite máximo previsto no inciso IX, somente a Progressão Horizontal por Tempo de Serviço, o Salário-Família e o Adicional de Férias.

\*Suspensão pelo STF até decisão final do mérito. Ver integralidade da decisão na ADIN nº 1443-9 no Anexo I.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 21/95, de 14 de dezembro de 1995 – D. O. de 21.12.1995.

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 1443-9, considerada prejudicada por decisão monocrática em 26/06/99 - Publicada no DJ de 02/08/1999.

\*§7º Os servidores ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Ceará deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, aos seus superiores, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.

\*§8º Os auditores e auditores-adjuntos da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, aos seus superiores, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.

\*§9º As declarações de bens a que se referem os §§ 7º e 8º deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.

\*§10. Nas hipóteses do inciso XIV deste artigo, quando se tratar de Contratos Temporários de Professores, ocorrendo paralisações ou força maior, devidamente justificadas, que suspendam o calendário acadêmico ou escolar, impedindo o cumprimento da carga horária do semestre dentro do prazo de contratação, os respectivos Professores Substitutos poderão ter seus contratos prorrogados no limite necessário da reposição das aulas, sem criação de qualquer vínculo; no caso dos temporários da área de defesa agropecuária, de arquitetura, de engenharia, de cargos técnicos inerentes a essas áreas, bem como de cargos cujo desempenho esteja relacionado a projetos estaduais de habitação e de desenvolvimento urbano, os contratos poderão ser prorrogados por mais 12 (doze) meses, contados do prazo final da primeira prorrogação; nos demais casos, poderão ser prorrogados por mais 120 (cento e vinte) dias contados do prazo final da primeira prorrogação, quando já autorizada nova contratação temporária por lei específica ou quando já autorizado concurso público para provimento de cargo efetivo.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 89, de 11 de maio de 2017 – D.O. de 17.05.2017.

Redação anterior: \*§10. Nas hipóteses do inciso XIV deste artigo, quando se tratar de contratos temporários de professores, ocorrendo paralisações ou força maior, devidamente justificadas, que suspendam o calendário acadêmico ou escolar, impedindo o cumprimento da carga horária do semestre dentro do prazo de contratação, os respectivos Professores Substitutos poderão ter seus contratos prorrogados no limite necessário da reposição das aulas, sem criação de qualquer vínculo; no caso dos temporários da área de defesa agropecuária, bem como das de arquitetura, engenharia e cargos técnicos inerentes a essas áreas, os contratos poderão ser prorrogados por mais doze meses, contados do prazo final da primeira prorrogação; nos demais casos, poderão ser prorrogados por mais cento e vinte dias contados do prazo final da primeira prorrogação, quando já autorizada nova contratação temporária por lei específica ou quando já autorizado concurso público para provimento de cargo efetivo. (NR)

\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 86, de 16 de fevereiro de 2016 – D.O. 16.02.2016.

Redação anterior: \*§10. Nas hipóteses do inciso XIV deste artigo, quando se tratar de contratos temporários de professores, ocorrendo paralisações ou força maior, devidamente justificadas, que suspendam o calendário acadêmico ou escolar, impedindo o cumprimento da carga horária do semestre dentro do prazo de contratação, os respectivos Professores Substitutos poderão ter seus contratos prorrogados no limite necessário da reposição das aulas, sem criação de qualquer vínculo, no caso dos temporários da área de defesa agropecuária os contratos poderão ser prorrogados por mais doze meses, contados do prazo final da primeira prorrogação, e nos demais casos, poderão ser prorrogados por mais cento e vinte dias contados do prazo final da primeira prorrogação, quando já autorizada nova contratação temporária por lei específica ou quando já autorizado concurso público para provimento de cargo efetivo. (NR).

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 78, de 17 de outubro de 2013. – D. O. de 17.10.2013.

\*Redação anterior: \*§ 10. Nas hipóteses do inciso XIV deste artigo, quando se tratar de contratos temporários de professores, ocorrendo paralisações ou força maior, devidamente justificadas, que suspendam o calendário acadêmico ou escolar, impedindo o cumprimento da carga horária do semestre dentro do prazo de contratação, os respectivos Professores Substitutos poderão ter seus contratos prorrogados no limite necessário da reposição das aulas, sem criação de qualquer vínculo, e no caso dos temporários da área de defesa agropecuária os contratos poderão ser prorrogados por mais doze meses, contados do prazo final da primeira prorrogação.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 60, de 8 de julho de 2008 – D.O. de 09.07.08.

\*§11. A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, na forma da lei;

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§12. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§13. A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, incisos X e XXXIII da Constituição da República; e

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§14. Fica vedada a nomeação ou a designação para cargos de provimento em comissão daqueles considerados inelegíveis, em razão de atos ilícitos nos termos da Lei Complementar de que trata o §9º do art.14 da Constituição Federal, no âmbito da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Estado do Ceará, incluídos o Tribunal de Contas do Estado do Ceará e o Ministério Público.

\*Substituída a expressão “os Tribunais de Contas” por “o Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, Art. 14, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*§14. Fica vedada a nomeação ou a designação para cargos de provimento em comissão daqueles considerados inelegíveis, em razão de atos ilícitos nos termos da Lei Complementar de que trata o §9º do art.14 da Constituição Federal, no âmbito da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Estado do Ceará, incluídos os Tribunais de Contas e o Ministério Público.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 74, de 19 de abril de 2012. – D. O. de 23.04.2012.

\*§15. É vedada, ainda, a nomeação direta para membros ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, bem como para compor listas para efeitos de investidura e promoção no âmbito do Poder Executivo, Poder Judiciário e do Ministério Público, daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da Lei Complementar de que trata o §9º do art.14 da Constituição Federal, integrando critérios inarredáveis na escolha e nomeação de autoridades nos casos previstos nesta Constituição.

\*Substituída a expressão “aos Tribunais de Contas” por “ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, Art 12, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*§15. É vedada, ainda, a nomeação direta para membros dos Tribunais de Contas, bem como para compor listas para efeitos de investidura e promoção no âmbito do Poder Executivo, Poder Judiciário e do Ministério Público, daqueles inelegíveis em razão de atos ilícitos, nos termos da Lei Complementar de que trata o §9º do art.14 da Constituição Federal, integrando critérios inarredáveis na escolha e nomeação de autoridades nos casos previstos nesta Constituição. (NR).

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 74, de 19 de abril de 2012. – D. O. de 23.04.2012.

**XXVII** – as atividades de controle da Administração Pública Estadual, essenciais ao seu funcionamento, contemplarão, em especial, as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição.” (NR).

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012. D. O. de 27.12.2012.

**Art. 155.** Fica assegurada a maiores de dezesseis anos a participação nos concursos públicos para ingresso nos serviços da administração direta e indireta.

\*Art. 156. (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*Art. 156. A lei estabelecerá as circunstâncias e exceções em que se aplicarão sanções administrativas, inclusive a demissão ou destituição do servidor público que:

\*Artigo julgado inconstitucional pelo STF na ADIN nº 749-1. Ver ADIN nº 749-1 no Anexo I.

\*I – (revogado).\*

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.  
Redação anterior: \*I – firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público;

\*Inciso julgado inconstitucional pelo STF na ADIN nº 749-1. Ver ADIN nº 749-1 no Anexo I.

\*II – (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.  
Redação anterior: \*II – for proprietário, controlador ou diretor de empresa que mantenha contrato com pessoa jurídica de direito público;

\*Inciso julgado inconstitucional pelo STF na ADIN nº 749-1. Ver ADIN nº 749-1 no Anexo I.

\*III – (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.  
Redação anterior: \*III – patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I.

\*Inciso com arguição de inconstitucionalidade na ADIN nº 749-1, na qual o STF não se pronunciou quanto a ele, embora tenha julgado todos os outros dispositivos inconstitucionais. Ver íntegra da ADIN nº 749-1 no Anexo I.

**Art. 157.** Os órgãos que compõem a administração direta e indireta, autarquias, sociedades de economia mista e suas entidades vinculadas e as fundações, deverão reservar dez por cento do total de suas verbas publicitárias, destinadas à televisão, para a Televisão Educativa – TVE – Canal 5.

**Art. 158.** É assegurado o controle popular na prestação dos serviços públicos mediante direito de petição.

\***Parágrafo único.** As pessoas responsáveis pela prestação dos serviços públicos, sempre que solicitadas por órgãos públicos, sindicatos ou associações de usuários, prestarão, no prazo definido em lei, informações detalhadas sobre planos, projetos, investimentos, custos, desempenhos e demais aspectos pertinentes à sua execução, sob pena de responsabilidade.

\*Regulamentado pela Lei nº 11.755, de 14 de novembro de 1990 – D.O. de 14.11.1990.

\***Art. 159.** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.  
Redação anterior: **Art. 159.** A publicidade dos atos, programas e obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo, ou de origem social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e abusivo culto da personalidade de autoridades e servidores públicos.

\***§1º** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.  
Redação anterior: **§1º** A não observância dos preceitos deste artigo implicará na responsabilidade civil, administrativa e política da autoridade e na vedação de manter a administração estadual, direta e indireta, quaisquer vínculos com entidade ou pessoa privada responsável pela produção publicitária ou veiculação das peças promocionais.

\***§2º** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.  
Redação anterior: **§2º** Para garantir o cumprimento das normas deste artigo contra fórmulas indiretas de promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos, será vedado à administração direta ou indireta manter vínculos contratuais com pessoas ou entidades privadas, quando estas divulgarem, em qualquer veículo de comunicação de massa, a qualquer título, peças ou mensagem promocionais alusivas à ação pessoal de qualquer autoridade ou servidor público, identificadas por nomes, símbolos, referências pessoais, imagens ou qualquer outra indicação capaz de estabelecer ligação direta ou subliminar.

**Art. 160.** Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, na forma e prazo previstos em lei, poderá obter informações a respeito da execução de contratos ou convênios firmados por órgãos ou entidades integrantes da administração direta, indireta e fundacional do Estado, para a execução de obras ou serviços, podendo, ainda, denunciar quaisquer irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado ou a Assembleia Legislativa.

**Parágrafo único.** Para efeito do disposto neste artigo, os órgãos e entidades contratantes deverão remeter ao Tribunal de Contas e à Assembleia cópias do inteiro teor dos contratos ou convênios respectivos, no prazo de cinco dias após a sua assinatura.

**Art. 161.** Compete ao Estado e Municípios fiscalizar, na forma da legislação vigente, a aplicação por suas entidades da administração direta, indireta e fundações, dos recursos federais, que lhes forem transferidos, mediante convênio, acordos ou ajustes, sem elidir a fiscalização de competência dos órgãos do controle interno e externo da União.

**Art. 162.** É obrigatória a fixação de quadro com lotação numérica de cargos e funções, sem o que não será permitida a nomeação ou contratação de servidores.

**§1º** A despesa com pessoal ativo e inativo dos Poderes Estaduais, Ministério Público, fundos, órgãos e entidades da administração indireta, mantidos pelo Poder Público, não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

**§2º** A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – se houver dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

**§3º** As autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundação terão quadro de lotação próprio, sendo vedada a nomeação ou contratação de pessoas sem a existência de vaga.

\***§4º** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \***§4º** Será vedada contratação de serviços de terceiros para a realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores.

\*Parágrafo julgado inconstitucional pelo STF na ADIN nº 749-1. Ver ADIN nº 749-1 no Anexo I.

\***Art. 162-A** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, relação dos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e pensionistas, devendo a identificação ser por nome, sem abreviações, cargo efetivo ou função, cargo em comissão ou função gratificada, posto ou graduação, matrícula, órgão de lotação e de exercício.

\*Substituída a expressão “os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios” por “o Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \***Art. 162-A** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, relação dos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e pensionistas, devendo a identificação ser por nome, sem abreviações, cargo efetivo ou função, cargo em comissão ou função gratificada, posto ou graduação, matrícula, órgão de lotação e de exercício.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001 – D.O. 12.12.2001.

\***§ 1º** A obrigação imposta por este artigo abrange os servidores públicos dos Quadros permanentes e transitórios.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001 – D.O. 12.12.2001.

\***§ 2º** Nas relações mencionadas no caput deste artigo, deve ainda constar, separadamente, a identificação de todas as pessoas físicas que, nos doze meses anteriores ao mês das publicações, prestaram serviços de natureza eventual ou permanente aos Poderes e órgãos do Estado do Ceará, e que por eles foram diretamente remunerados, e de estagiários e bolsistas, devendo a identificação ser por nome, sem abreviações, função, atividade ou serviço prestado, matrícula, CPF, esse se inexistir matrícula, datas de início e término da função, atividade ou serviço prestado.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001 – D.O. 12.12.2001.

\***§3º** O não cumprimento do disposto neste artigo configura lesão ao patrimônio público estadual, à moralidade e à publicidade administrativas.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001 – D.O. 12.12.2001.

\***Art. 162-B.** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

\*Substituída a expressão “os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios” por “o Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \***Art. 162-B.** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009..

Redação anterior: \***Art. 162-B** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos, na forma do § 6º do art. 39 da Constituição Federal.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001 – D.O. 12.12.2001.

\***Parágrafo único.** O não cumprimento do disposto neste artigo configura lesão ao patrimônio público estadual, à moralidade e à publicidade administrativas.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001 – D.O. 12.12.2001.

\***Art. 162-C.** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do

Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores gastos, em cada um dos 12 (doze) meses anteriores ao mês de publicação, com o pagamento dos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e pensionistas, e com o pagamento das pessoas físicas que, no mesmo período, prestaram serviços de natureza eventual ou permanente aos Poderes e órgãos do Estado do Ceará, e que por eles foram diretamente remunerados.

\*Substituída a expressão “os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios” por “o Tribunal de Contas do Estado do Ceará” pela Emenda constitucional nº 92, de 16 de agosto de 2017. D.O. 21.08.2017.

Redação anterior: \*Art. 162-C. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Ceará publicarão, dentro do ano civil, no Diário Oficial do Estado, os valores gastos, em cada um dos doze meses anteriores ao mês de publicação, com o pagamento dos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e pensionistas, e com o pagamento das pessoas físicas que, no mesmo período, prestaram serviços de natureza eventual ou permanente aos Poderes e órgãos do Estado do Ceará, e que por eles foram diretamente remunerados.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001 – D. O. 12.12.2001.

\*Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo configura lesão ao patrimônio público estadual, à moralidade e à publicidade administrativas.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 46, de 22 de novembro de 2001 – D. O. 12.12.2001.

**Art. 163.** O Estado responsabilizará os seus servidores por alcance e outros danos causados à administração, ou por pagamentos efetuados em desacordo com as normas legais, sujeitando-os ao sequestro e perdimento de bens, nos termos da legislação pertinente.

**Art. 164.** É gratuita, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, além dos atos previstos no art. 5º, inciso LXXVI, da Constituição Federal, a expedição de cédula de identidade individual.

\*Art. 165. Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior \*Art. 165. Os servidores públicos deficientes físico-sensoriais, ou não, farão jus a aposentadoria na mesma forma estabelecida para os demais servidores.

\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.

Redação Anterior: Art. 165. Os deficientes físicos sensoriais ou não, que ingressarem no serviço público, aposentar-se-ão integral e optativamente por tempo de serviço, após vinte e cinco anos, caso não sobrevenha doença correlata ou agravante.

## Seção II

### Dos Servidores Públicos Civis

\*Art. 166. Os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas estarão sujeitos a regime jurídico de direito público administrativo, instituído em lei, a qual também instituirá planos de carreira.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: Art. 166. O Estado, no âmbito de sua competência, instituirá regime único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações.

\*§1º A lei assegurará aos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

\*Suspendo por medida cautelar a expressão: “das autarquias e das fundações”, deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 - aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, a expressão: “das autarquias e das fundações” e a não recepção da parte remanescente do ART. 166 § 1º, D.O.U. 25.06.2018, em face da Emenda Constitucional Federal nº 19/1998.

\*§2º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: \*§2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição da República.

\* Ver § 3º do art. 5º da Emenda Constitucional Federal nº 19, de 4 de maio de 1998 – D. O. U. de 5.6.1999.

\*I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*II – os requisitos para a investidura; e

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*III – as peculiaridades dos cargos.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§3º O Estado manterá Escola de Governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos

para a promoção na carreira, facultada, para tanto, a celebração de convênios com os demais entes federados.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§4º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição da República.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§5º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários de Estado serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido em qualquer caso, o disposto no art. 37, incisos X e XI da Constituição Federal.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§6º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do parágrafo anterior.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§7º A lei poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, respeitado, em qualquer caso, o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§8º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão, anualmente, os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§9º A lei disciplinará a aplicação dos recursos orçamentários provenientes da economia de despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**Art. 167.** São direitos do servidor público, entre outros:

**I** – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

**II** – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

**III** – salário-família para os seus dependentes;

**IV** – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais;

**V** – repouso semanal remunerado;

**VI** – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

**VII** – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do salário normal;

**VIII** – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias;

**IX** – participação de funcionários públicos na gerência de fundos e entidades para os quais contribuem, a ser regulamentada por lei;

**X** – direito de reunião em locais de trabalho, desde que não exista comprometimento de atividades funcionais regulares;

**XI** – liberdade de filiação político-partidária;

\*XII – licença especial de três meses, após a implementação de cada cinco anos de efetivo exercício;

\*Suspendo por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.

\*XIII – servidor que contar tempo igual ou superior ao fixado para aposentadoria voluntária terá provento calculado no nível de carreira ou cargo de acesso, imediatamente superior, dentro do quadro a que pertencer;

\*Suspendo por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 (aguardando julgamento do mérito).

\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.

**XIV** – a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

\*§1º O servidor que contar tempo de serviço igual ou superior ao fixado para aposentadoria voluntária com proventos integrais, ou aos setenta anos de idade, aposentar-se-á com as vantagens do cargo em comissão em cujo exercício se encontrar, desde que o haja ocupado, durante cinco anos ininterruptos, ou que o tenha incorporado.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.

\***S2º** O servidor, ao aposentar-se, terá o direito de perceber na inatividade, como provento básico, o valor pecuniário correspondente ao padrão de vencimento imediatamente superior ao da sua classe funcional, e, se já ocupar o último escalão, fará jus à gratificação adicional de vinte por cento sobre a sua remuneração, estendendo-se o benefício aos que já se encontram na inatividade.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.

\***Art. 168.** Os servidores abrangidos pelo regime próprio de previdência social de que trata o art. 330, *caput*, desta Constituição serão aposentados e deixarão pensão aos seus dependentes, na forma do art. 40 da Constituição Federal.

\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

\*Redação Anterior: **Art. 168.** Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata o art. 330, *caput*, desta Constituição serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 6º deste artigo.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: O servidor será aposentado:

\*I – Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da Lei;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: I – por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em Lei, e proporcionais nos demais casos;

\*II – Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

\*III Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*III – voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; e

b) Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta e cinco anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: III – voluntariamente: a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem; aos trinta, se mulher, com proventos integrais; b) aos trinta anos de efetivo exercício de funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais; c) aos trinta anos de serviço, se homem; e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo; d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem; e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

\* Ver redação da Emenda Constitucional Federal nº 20, de 15 de dezembro de 1998 – D. O. U. de 16.12.1998.

\***S1º** Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*S1º Esta Lei Complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, alíneas a e b, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma do que dispuser a Legislação Federal.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: § 1º Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma do que dispuser a respeito a legislação federal.

\*Compete à lei complementar estadual estabelecer as exceções previstas neste parágrafo.

\***S2º** Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*S2º O tempo de contribuição Federal, Estadual ou Municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade, vedada qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: § 2º A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou funções temporárias.

\***S3º** Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*S3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, da Constituição Federal, na forma da Lei.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: §3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

\***S4º** Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*S4º Esta Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

\*Compete à lei ordinária estadual dispor sobre a concessão do benefício da pensão por morte, na forma deste parágrafo.

I – Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: I – ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II – Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: §4º Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

\***S5º** Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*S5º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em Lei.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: §5º O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade de vencimentos ou proventos do servidor falecido, na forma do disposto no parágrafo anterior.

\*Na redação anterior há uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 que aguarda julgamento do mérito; havia também uma arguição na ADIN nº 702-5, que foi julgada prejudicada pelo STF. Ver integra das ADIN nº 145-1 e 702-5 no Anexo I.

\*Ver redação do art. 1º da Emenda Constitucional nº 39, de 5 de maio de 1999 – D. O. de 10.5.1999.

\*Ver Lei Complementar nº 31, de 5 de agosto de 2002 – D. O. 6.8.2002.

\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.

\***S6º** Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*S6º Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da Lei.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

\***S7º** Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*S7º Incidirá contribuição previdenciária sobre os proventos e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo, que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

\***S8º** Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*S8º O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária estabelecidas no inciso III, alínea a, deste artigo, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

**Art. 169.** O servidor público do Estado quando investido nas funções de direção máxima de entidade representativa de classe ou conselheiro de entidade de fiscalização do exercício das profissões liberais, não poderá ser impedido de exercer suas funções nesta entidade, nem sofrerá prejuízos nos seus salários e demais vantagens na sua instituição de origem.

**\*§1º** Ao servidor afastado do cargo de carreira/função, do qual é titular, fica assegurado o direito de contar o período de exercício das funções das entidades referidas no caput deste artigo, ocorrido durante o afastamento, como efetivo exercício do cargo.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 1 de dezembro de 2011 – D.O. 06.12.2011. Redação Anterior §1º** Ao servidor afastado do cargo de carreira do qual é titular, com ou sem direito à percepção dos vencimentos, é assegurado o direito de contar o período de exercício das funções das entidades referidas no caput deste artigo, ocorrido durante o afastamento, como efetivo exercício do cargo.

**\*§2º** Sendo a direção máxima da entidade representativa de classe, associação ou sindicato, exercida de forma presidencialista ou colegiada, a garantia prevista no caput deste artigo será exercida no mínimo por 1 (um) representante para a associação e 3 (três) para o sindicato, sendo acrescida de mais um representante por cada 750 (setecentos e cinquenta) servidores em atividade, não podendo ultrapassar a 3 (três) membros para a associação e a 6 (seis) membros para o sindicato, devidamente indicados, permitindo o rodízio periódico ou substituição da indicação.” (NR).

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 1 de dezembro de 2011 – D.O. 06.12.2011.**

**\*Redação Anterior §2º** Sendo a direção máxima da entidade representativa de classe exercida por colegiado, a garantia prevista no caput deste artigo será exercido no mínimo por 2 de seus membros, acrescido de mais 1 representante por cada 1000 servidores em atividade, não podendo ultrapassar a 5 membros, devidamente indicados, permitindo o rodízio periódico ou substituição da indicação.

**Art. 170.** As empresas, fundações, autarquias e sociedades de economia mista, que integram a organização estadual, terão conselho representativo, constituído por servidores das respectivas entidades, e por esses escolhidos em votação direta e secreta.

**Art. 171.** A lei concederá tratamento remuneratório isônomo aos membros titulares de conselhos integrantes da administração direta estadual.

**\*Art. 172.** São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores estaduais nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: \*Art. 172.** São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

**\*Ver art. 6º da Emenda Constitucional Federal nº 19, de 4 de maio de 1998 – D.O. U. de 5.6.1999.**

**§1º** O servidor público estável só perderá o cargo:

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: §1º** O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.

**\*I** – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*II** – mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa; e

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*III** – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*§2º** Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior: §2º** Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

**\*§3º** Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior: §3º** Extinto o cargo ou a função temporária ou declarada sua desnecessidade, o servidor ou o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada em proporção ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo ou função.

**\*§4º** Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*Art. 173.** Somente por lei específica poderão ser fixados subsídios, vencimentos, gratificações, adicionais ou quaisquer outras vantagens pecuniárias dos servidores públicos.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior: Art. 173.** A lei fixará os vencimentos dos servidores públicos, sendo vedada a concessão de gratificação, adicionais ou quaisquer vantagens pecuniárias por decreto ou por qualquer ato administrativo.

**\*Art. 174.** Os escrivães de entrância especial terão seus vencimentos fixados de modo que não excedam a oitenta por cento do que for atribuído aos juizes da entrância inferior, aplicando-se o mesmo limite percentual para os escrivães das demais entrâncias.

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.**

**\*Art. 175.** Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: Art. 175.** Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

**\*I** – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior: I** – tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

**II** – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

**III** – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

**IV** – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; e

**V** – para efeito de benefício previdenciário no caso de afastamento, os valores serão determinados como se em efetivo exercício.

### Seção III

#### Dos Servidores Públicos Militares

**Art. 176.** São servidores públicos militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

**§1º** As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.

**§2º** As patentes dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros são conferidas pelo Governador do Estado.

**§3º** O militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva.

**§4º** O militar da ativa que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, sendo contado o tempo de serviço apenas para a promoção e transferência para a reserva; depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido para a inatividade.

**§5º** Ao servidor militar são proibidas a sindicalização e a greve.

**§6º** O militar, enquanto em efetivo serviço, não pode estar filiado a partidos políticos.

**§7º** Ao se candidatar a cargo eletivo, os integrantes das duas corporações militares estaduais – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros:

**I** – tendo menos de dez anos de serviço, deverão afastar-se da atividade; e

**II** – com mais de dez anos de serviço, serão agregados pela autoridade superior à respectiva corporação e, se eleitos, passarão à inatividade, automaticamente, no ato da diplomação.

**§8º** O oficial da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros só perderá o posto e a patente, se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Tribunal de Justiça.

**§9º** O oficial judicialmente condenado à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.



**\*§10.** Os direitos, deveres e prerrogativas dos servidores militares do Estado, em serviço ativo ou na inatividade, constarão em leis ou regulamentos.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**  
Redação anterior: **\*§10** Os direitos, deveres e prerrogativas dos servidores militares do Estado, em serviço ativo ou na inatividade, constarão em leis ou regulamentos, não lhes podendo ser atribuída remuneração inferior à correspondente, em igualdade de posto ou graduação, ao pessoal do Exército.

**\*Suspensão por medida cautelar a expressão: “não lhes podendo ser atribuída remuneração inferior à correspondente, em igualdade de posto ou graduação, ao pessoal do exército”, deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.**

**§11** É vedada qualquer forma de discriminação, inclusive em razão de estado civil, no acesso a cursos e concursos que possibilitem a promoção do militar no seio da corporação.

**§12** A praça condenada na Justiça Militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, só perderá a graduação por decisão do Tribunal de Justiça.

**§13** Aos servidores militares ficam assegurados todos os direitos garantidos, nesta Constituição, aos servidores civis, ressalvados aqueles, cuja extensão aos militares colida com a Constituição Federal.

**\*Art. 177.** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**  
Redação anterior: **\*Art. 177.** O soldado, cabo e sargento, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que tenham o segundo grau completo ou equivalente, com limite de trinta anos de idade, poderão submeter-se à seleção de formação de oficiais.

**\*Artigo julgado inconstitucional pelo STF na ADIN nº 749-1. Ver ADIN nº 749-1 no Anexo I.**

**\*§ 1º** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**  
Redação anterior: **\*§1º** O subtenente policial militar ou bombeiro militar, possuidor de diploma de conclusão de curso de aperfeiçoamento de sargento, equivalente ao segundo grau, ao contar trinta anos ou mais de serviço, classificado com bom comportamento, não respondendo a inquérito ou processo, ou cumprindo pena, poderá ser transferido para a reserva, e, ao requerer, ser promovido a segundo-tenente.

**\*Parágrafo julgado inconstitucional pelo STF na ADIN nº 749-1. Ver ADIN nº 749-1 no Anexo I.**

**\*§2º** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**  
Redação anterior: **\*§2º** O subtenente policial militar ou bombeiro militar, possuidor de diploma de conclusão de curso de aperfeiçoamento de sargento, com segundo grau completo ou equivalente, classificado no mínimo com bom comportamento, não respondendo a inquérito ou processo, como também não cumprindo pena, será promovido a segundo-tenente do Quadro de Oficial Auxiliar, de acordo com as vagas existentes, obedecendo ao princípio de antiguidade, concorrendo às promoções até o posto de capitão, com o limite até cinquenta e três anos de idade, onze meses e vinte e nove dias.

**\*Parágrafo julgado inconstitucional pelo STF na ADIN nº 749-1. Ver ADIN nº 749-1 no Anexo I.**

**\*§3º** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**  
Redação anterior: **\*§3º** O militar estadual com tempo de serviço mínimo exigido para permanecer em atividade e que tenha estado por três ou mais anos no penúltimo grau hierárquico do seu quadro e já figurado em quadro de acesso à última promoção, mediante requerimento, será promovido, independente de vaga, ao posto ou graduação superior, com simultânea transferência para a reserva remunerada.

**\*Parágrafo julgado inconstitucional pelo STF na ADIN nº 749-1. Ver ADIN nº 749-1 no Anexo I.**

## CAPÍTULO V DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA CIVIL

### Seção I Disposições Gerais

**Art. 178.** A segurança pública e a defesa civil são cumpridas pelo Estado do Ceará para proveito geral, com responsabilidade cívica de todos na preservação da ordem coletiva, e com direito que a cada pessoa assiste de receber legítima proteção para sua incolumidade e socorro, em casos de infortúnio ou de calamidade, e garantia ao patrimônio público ou privado e à tranquilidade geral da sociedade, mediante sistema assim constituído:

I – Polícia Civil; e

II – Organizações Militares:

a) Polícia Militar; e

b) Corpo de Bombeiros.

**Parágrafo único.** Todos os órgãos que integram o sistema de segurança pública e defesa civil estão identificados pelo comum objetivo de proteger a pessoa

humana e combater os atos atentatórios aos seus direitos, adotando as medidas legais adequadas à contenção de danos físicos e patrimoniais, velando pela paz social, prestando recíproca colaboração à salvaguarda dos postulados do Estado Democrático de Direito.

**Art. 179.** A atividade policial é submetida ao controle externo do Ministério Público, deste devendo atender às notificações, requisições de diligências investigatórias e instauração de inquéritos, em estrita observância dos disciplinamentos constitucionais e processuais.

**Art. 180.** O Conselho de Segurança Pública é órgão com funções consultivas e fiscalizadoras da política de segurança pública.

**\*§1º** A lei disporá sobre a estrutura, composição e competência do Conselho, garantida a representação de membros indicados pela Polícia Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Ceará e entidades representativas da sociedade civil, dedicadas à preservação da dignidade da pessoa humana.

**\*Regulamentado pela Lei nº 12.120, de 24 de junho de 1993 – D. O. 30.6.1993.**

**§2º** O Conselho gozará de autonomia administrativa e financeira, com quadro próprio de pessoal e dotações orçamentárias que lhe sejam diretamente vinculadas.

**\*Art. 180-A.** O Poder Executivo instituirá, na forma da lei, a Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, de controle externo disciplinar, com autonomia administrativa e financeira, com objetivo exclusivo de apurar a responsabilidade disciplinar e aplicar as sanções cabíveis, aos militares da Polícia Militar, militares do Corpo de Bombeiro Militar, membros das carreiras de Polícia Judiciária, e membros da carreira de Segurança Penitenciária.

**Parágrafo único.** O titular do Órgão previsto no caput deste artigo é considerado Secretário de Estado.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 70, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. de 23.2.2011.**

**\*Art. 181.** Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana, constituído exclusivamente por representantes da comunidade, com a incumbência de apurar violação a direitos humanos em todo o território cearense para posterior encaminhamento ao Ministério Público, a fim de que seja promovida a responsabilidade dos infratores.

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.**

**§1º** O Conselho gozará de autonomia administrativa e financeira, com quadro próprio de pessoal e dotações orçamentárias que lhe sejam diretamente vinculadas.

**\*§2º** A lei poderá conferir a órgãos da sociedade civil e das comunidades interessadas atribuições consultivas na elaboração da política de segurança pública do Estado, com especificações regionais.

**\*Regulamentado pela Lei nº 12.686, de 14 de maio de 1997 – D. O. 14.5.1997.**

**Art. 182.** A legislação estadual sobre Polícia Militar e Corpo de Bombeiros sujeitar-se-á às normas gerais de organização, efetivo, material bélico, garantias, convocação, mobilização, nas latitudes fixadas em lei complementar federal.

### Seção II Da Polícia Civil

**\*Art. 183.** A Polícia Civil, instituição permanente orientada com base na hierarquia e disciplina, subordinada ao Governador do Estado do Ceará, é organizada em carreira, sendo os órgãos de sua atividade-fim dirigidos por delegados, cujo cargo integra, para todos os fins, inclusive de limites remuneratórios, as carreiras jurídicas do Estado. (NR)

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 91, de 6 de junho de 2017 – D. O. de 12.06.2017.**

Redação anterior: **\*Art. 183.** A Polícia Civil, instituição permanente orientada com base na hierarquia e disciplina, subordinada ao Governador do Estado, é organizada em carreira, sendo os órgãos de sua atividade fim dirigidos por delegados.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28/97, de 30 de abril 1997 – D.O. de 9.5.1997.**

**\*Redação anterior: Art. 183.** Polícia Civil, instituição permanente orientada com base na hierarquia e na disciplina, com direta subordinação ao Governador do Estado, é organizada em carreira, sendo os órgãos que a integram dirigidos por delegados, exceto os órgãos da área técnico-científica e de magistério da Polícia Civil que serão dirigidos, privativamente, por profissionais da respectiva área, subordinados diretamente ao Secretário de Segurança.

**\*§1º** A Chefia da Polícia Civil é privativa de delegado de carreira, de livre escolha do Governador do Estado.

Redação anterior: **Parágrafo único.** A Chefia da Polícia Civil é privativa de delegado de carreira em efetivo exercício, de livre escolha do Governador do Estado, com nível equivalente a Secretário de Estado.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28/97, de 30 de abril de 1997 – D.O. de 9.5.1997.** No Parágrafo único há uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 que aguarda julgamento do mérito; Ver íntegra da ADIN. nº 145-1 no Anexo I.

**\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.**

**\*§2º** Os Delegados de carreira da Polícia Civil deverão enviar anualmente declaração de seus bens, dos bens de seus cônjuges e dos descendentes até o primeiro grau ou por adoção, à Superintendência de Polícia Civil e à Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública, que adotarão as providências cabíveis em caso de suspeita de enriquecimento ilícito ou outras irregularidades.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**

**\*§3º** As declarações de bens a que se refere o parágrafo anterior deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado e postas à disposição de qualquer interessado, mediante requerimento devidamente justificado.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 49, de 4 de abril de 2002 – D. O. de 11.4.2002.**

**Art. 184.** Compete à Polícia Civil exercer com exclusividade as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto militares, realizando as investigações por sua própria iniciativa, ou mediante requisições emanadas das autoridades judiciárias ou do Ministério Público.

**\*§1º** Os delegados de polícia de classe inicial percebem idêntica remuneração aos promotores de primeira entrância, prosseguindo na equivalência entre as demais classes pelo escalonamento das entrâncias judiciárias.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.**

**\*§2º** Os integrantes das carreiras policiais civis são mantidos em regime de uniformidade de remuneração para os cargos de equivalentes níveis nos cursos especializados das diferentes carreiras das áreas profissionais que as integram.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.**

**\*§3º** Os vencimentos dos integrantes das carreiras policiais civis serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das classes da carreira.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.**

**Art. 185.** Para garantia do direito constitucional de atendimento a mulher, vítima de qualquer forma de violência, deve o Estado instituir delegacias especializadas de atendimento à mulher em todos os municípios com mais de sessenta mil habitantes.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 17, de 13 de dezembro 1994 – D. O. de 22.12.1994.**

**Redação anterior: Art. 185.** Para garantia do direito constitucional de atendimento a mulher, vítima de qualquer forma de violência, deve o Estado instituir delegacias especializadas de atendimentos à mulher, em todos os Municípios com mais de oitenta mil habitantes.

**Parágrafo único.** O corpo funcional das delegacias especializadas de atendimento à mulher será composto, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.

**Art. 186.** O delegado titular residirá na respectiva circunscrição policial.

### Seção III Da Polícia Militar

**\*Art. 187.** A Polícia Militar do Ceará é instituição permanente, orientada com base nos princípios da legalidade, da probidade administrativa, da hierarquia e da disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada ao Governador do Estado, tendo por missão fundamental exercer a polícia ostensiva, preservar a ordem pública e garantir os poderes constituídos no regular desempenho de suas competências, cumprindo as requisições emanadas de qualquer destes.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: \*Art. 187.** A Polícia Militar do Ceará é instituição permanente, orientada com base nos princípios da legalidade, hierarquia e disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada ao Governador do Estado, tendo por missão fundamental exercer a polícia ostensiva, preservar a ordem pública e garantir os poderes constituídos no regular desempenho de suas competências, cumprindo as requisições emanadas de qualquer destes.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997 – D. O. de 9.5.1997. Redação anterior: A Polícia Militar do Ceará é instituição permanente, orientada dentro dos princípios da legalidade, hierarquia e disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada diretamente ao Governador do Estado, tendo por missão fundamental garantir os poderes constituídos no regular desempenho de suas competências, cumprindo as requisições emanadas de qualquer destes, para o primado da lei e da ordem.**

**§1º** Os títulos, postos, graduações, uniformes, símbolos e distintivos são privativos dos integrantes da corporação.

**\*§2º** O Comando da Polícia Militar é privativo de coronel da corporação, em serviço ativo, observadas as condições indicadas em Lei, de livre escolha do Governador do Estado.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997 – D. O. de 9.5.1997.**

**Redação anterior: \*§2º** O Comando da Polícia Militar é privativo de coronel da corporação, em serviço ativo com conclusão de cursos indicados em lei, de livre escolha do Governador do Estado, com nível equivalente a de Secretário de Estado. Na redação anterior do §2 há uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 que aguarda julgamento do mérito; Ver íntegra da ADIN. nº 145-1 no Anexo I.

**\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.**

**Art. 188.** Incumbe à Polícia Militar a atividade da preservação da ordem pública em todas as suas modalidades e proteção individual, com desempenhos ostensivos para inibir os atos atentatórios a pessoas e bens.

**Parágrafo único.** A lei disciplinará o efetivo da Polícia Militar, dispondo sobre sua organização, funcionamento e medidas aplicáveis, para garantir a sua eficiência operacional, distribuindo as responsabilidades em consonância com os graus hierárquicos.

### Seção IV

#### Do Corpo de Bombeiros Militar

**\*Art. 189.** O Corpo de Bombeiros Militar é instituição permanente orientada com base nos princípios da legalidade da probidade administrativa, da hierarquia e da disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada ao Governador do Estado, sendo organizado em carreira, tendo por missão fundamental a proteção da pessoa, visando sua incolumidade em situações de risco, infortúnio ou de calamidade, devendo cumprimento às requisições emanadas dos Poderes Estaduais.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: \*Art. 189.** O Corpo de Bombeiros Militar é instituição permanente orientada com base na hierarquia e disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada ao Governador do Estado, sendo organizado em carreira, tendo por missão fundamental a proteção da pessoa, visando a sua incolumidade em situações de risco, infortúnio ou de calamidade, devendo cumprimento às requisições emanadas dos Poderes Estaduais.

**\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997 – D. O. de 9.5.1997.**

**\*Redação anterior: Art. 189.** O Corpo de Bombeiros é instituição militar permanente, estruturado em carreira e organizado em observância aos preceitos de hierarquia, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, com direta subordinação ao Governador do Estado, devendo cumprimento às requisições emanadas dos Poderes Estaduais para assegurar o império da lei e da ordem.

**§1º** Os títulos, postos, graduações, uniformes, símbolos e distintivos são privativos dos integrantes da corporação.

**\*§2º** O Comando do Corpo de Bombeiros Militar é privativo de coronel da corporação, em serviço ativo, observadas as condições indicadas em Lei, de livre escolha do Governador do Estado.

**\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997 – D. O. de 9.5.1999.**

**Redação anterior: \*§2º** O Comando do Corpo de Bombeiros Militar é privativo de oficial da ativa, no posto de coronel da corporação, com conclusão de cursos indicados em lei, de livre escolha do Governador do Estado, tendo nível equivalente a de Secretário de Estado. Na redação anterior do §2 há uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 que aguarda julgamento do mérito; Ver íntegra da ADIN. nº 145-1 no Anexo I.

**\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.**

**Art. 190.** Incumbe ao Corpo de Bombeiros, no âmbito estadual, a coordenação da defesa civil e o cumprimento entre outras das atividades seguintes:

**I** – prevenção e combate a incêndio;

**II** – proteção, busca e salvamento;

**III** – socorro médico de emergência pré-hospitalar;

**IV** – proteção e salvamento aquáticos;

**V** – pesquisas científicas em seu campo de atuação funcional;

**VI** – controle da observância dos requisitos técnicos contra incêndios de projetos de edificações, antes de sua liberação ao uso; e

**\*VII** – atividades educativas de prevenção de incêndio, pânico coletivo, proteção ao meio ambiente e atividades socio culturais.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior: VII** – atividades educativas de prevenção de incêndio, pânico coletivo e de proteção ao meio ambiente.

**Parágrafo único.** A lei disciplinará o efetivo do Corpo de Bombeiros, dispondo sobre sua organização, funcionamento e medidas aplicáveis, para garantir a sua eficiência operacional, distribuindo as responsabilidades em consonância com os graus hierárquicos.

### \*CAPÍTULO VI

#### DO CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012. – D. O. de 20.12.2012.**

**\*Art. 190-A.** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

**I** - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

**II** - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

**III** - realizar o acompanhamento da execução da receita e da despesa e a fiscalização da execução física das ações governamentais;

**IV** - criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos do orçamento do Estado;

**V** - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Estado, na forma da lei;

**VI** - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, respeitada a legislação de organização e funcionamento do sistema de controle interno de cada Poder, de iniciativa exclusiva do respectivo Poder.

**§1º** As atividades de controle interno serão desempenhadas por órgãos de natureza permanente e exercidas por servidores organizados em carreiras específicas, na forma de lei complementar.

**§2º** O controle interno poderá ser exercido de forma descentralizada, sob a coordenação do órgão central do sistema de controle interno de cada Poder, na forma de lei complementar.

**§3º** Os responsáveis pelo sistema de controle interno de cada Poder, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, na forma de lei complementar.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012. – D. O. de 27.12.2012.

**\*Art. 190-B.** Os entes e entidades públicas, as pessoas jurídicas do setor privado e as pessoas físicas que recebam recursos para execução de projetos em parceria com a Administração Pública Estadual, mediante convênios e quaisquer instrumentos congêneres, deverão comprovar a boa e regular aplicação, na forma de lei complementar.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012. – D. O. de 27.12.2012.

**Parágrafo único.** A inobservância do disposto no caput implicará a proibição de celebrar novos convênios e instrumentos congêneres, inclusive termos aditivos de valor, na forma de lei complementar.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012. – D. O. de 27.12.2012.

**Art. 190-C.** Lei complementar disporá sobre regras para transferências de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres, no âmbito do Poder Executivo Estadual.” (NR).

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 75, de 20 de dezembro de 2012. – D. O. de 27.12.2012.

## TÍTULO VII DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 191.** O Estado pode instituir:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: Art. 191. O Estado e os Municípios podem instituir:

\*I – os impostos referidos no art. 155, incisos I a III da Constituição Federal;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: I – impostos em conformidade com a discriminação emanada da Constituição da República;

\*II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: II – taxas decorrentes do exercício do poder de polícia ou da fruição de serviços públicos, prestados ou colocados ao dispor do usuário;

\*III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: III – contribuição de melhoria em razão de obras públicas que acrescentam benefícios diretos a imóvel do contribuinte;

\*IV – (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **IV** – contraprestações atuariais em matéria de previdência e assistência sociais.

\***V** – contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário, na forma do art. 149, §1º da Constituição Federal.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**§1º** Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

**§2º** As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

\***§3º** O requerimento destinado à obtenção de guias de recolhimento de débitos tributários exonerará o contribuinte de correção monetária, juro de mora e sanções pecuniárias, se não lhe for dada ciência, no prazo referido no §2º do art. 7º desta Constituição, do despacho exarado de indeferimento ou acolhida.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: **§3º** A petição destinada à obtenção de guias de recolhimento de débitos tributários exonerará o contribuinte de correção monetária, juro de mora e sanções pecuniárias, se não lhe for dada ciência, no prazo contemplado no art. 7º, § 1º, do despacho exarado de indeferimento ou acolhida.

\***Art. 192.** A lei poderá isentar, reduzir ou agravar tributos, com finalidades extrasfaiscais por incentivo a atividades socialmente úteis ou desestimular práticas inconvenientes ao interesse público, observados os disciplinamentos federais.

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 429-8 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\*Julgado improcedente. Acórdão DJ. 30.10.2014. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\***§1º** O ato cooperativo, praticado entre o associado e sua cooperativa, não implica em operação de mercado.

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 429-8 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\*Julgado improcedente. Acórdão DJ. 30.10.2014. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\***§2º** Concede-se isenção tributária de ICMS aos implementos e equipamentos destinados aos deficientes físicos auditivos, visuais, mentais e múltiplos, bem como aos veículos automotores de fabricação nacional com até 90 HP de potência adaptados para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 429-8 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\*Julgado parcialmente procedente em 20.08.2014. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\*Concedido o prazo de sobrevida do benefício por 12 (doze) meses a partir da data de publicação da ata da sessão (20.08.2014). Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\*Julgado inconstitucional sem nulidade por 12 meses, acórdão DJ. 30.10.2014, ver mérito na ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\***Art. 193.** As microempresas são isentas de tributos estaduais nos limites definidos pela União, como elemento indicativo dessa categoria.

\*Suspendo por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 429-8 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\*Julgado parcialmente inconstitucional, dando-lhe interpretação conforme para excluir de seu âmbito de incidência o ICMS. Acórdão DJ. 30.10.2014. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\***Parágrafo único.** A isenção tributária se estende a operações relativas à circulação de mercadorias para destinatário localizado neste ou em outro Estado e sobre prestação de transportes interestaduais, intermunicipais e comunicações.

\*Suspendo por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 429-8 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\*Julgado inconstitucional. Acórdão DJ. 30.10.2014. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\***Art. 194.** (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: **Art. 194.** Os projetos de lei sobre matéria financeira exigem, para sua aprovação pela Assembleia Legislativa, maioria absoluta de votos, devendo indicar as fontes de recursos, sempre que houver aumento de despesa.

**Art. 195.** O processo administrativo tributário será disciplinado em lei, assegurando amplo e igualitário direito de defesa.

## CAPÍTULO II DOS IMPOSTOS ESTADUAIS

**Art. 196.** Compete ao Estado instituir:

I – impostos sobre:

a) transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos;

b) operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no Exterior;

c) propriedade de veículos automotores;

\*d) (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.  
Redação anterior: d) adicional de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital, em até cinco por cento do que for pago à União por pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no território do Estado;

II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; e

III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§1º A competência para instituição de impostos prevista na alínea a do inciso I, quando se tratar das hipóteses mencionadas no inciso III do art. 155 da Constituição da República, será regulada em lei complementar federal.

§2º A instituição e a cobrança dos tributos referidos neste artigo obedecerão aos princípios e às normas gerais de direito tributário previstos na Constituição Federal.

**Art. 197.** O imposto previsto no art. 196, I, a, será devido ao Estado:

I – relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, quando situados no Estado; e

II – relativamente a bens móveis, títulos e créditos, quando o inventário ou arrolamento se processar em seu território, ou nele tiver domicílio o doador.

**Parágrafo único.** O Estado respeitará, na fixação da alíquota do imposto de que trata o *caput*, o índice máximo estabelecido pelo Senado Federal.

**Art. 198.** Em relação aos impostos de competência do Estado, na repartição das respectivas receitas, pertencem aos Municípios:

\*I – cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, licenciados em seus territórios;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.  
Redação anterior: I – cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores;

II – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação;

III – vinte e cinco por cento dos recursos recebidos pelo Estado em razão do disposto no art. 159, inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, incisos I e II, todos da Constituição Federal;

IV – as parcelas que lhes forem devidas serão creditadas em contas nos dias dez e vinte e cinco do referido mês, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

\*V – vinte e cinco por cento do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico que couber ao Estado, nos termos do §4º do art. 159 da Constituição Federal e na forma da lei a que se refere o inciso III do mesmo artigo.  
\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**Art. 199.** Aplicam-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação as seguintes normas:

I – será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores por este ou outro Estado;

II – a isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará em crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III – poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV – serão aplicáveis a operações e prestações interestaduais e de exportação as alíquotas estabelecidas em resolução do Senado Federal;

V – fixará o Estado as alíquotas para as operações internas, observado o seguinte:

a) limite mínimo não inferior ao estabelecido pelo Senado Federal para as operações interestaduais, salvo:

1 – deliberação em contrário estabelecida na forma da lei complementar federal, conforme previsto no art. 155, § 3º, XII, g da Constituição da República;

2 – por resolução do Senado Federal, na forma da alínea a do inciso V do § 2º do art. 155 da Constituição da República;

b) limite máximo, na hipótese de resolução do Senado Federal, para a solução de conflito específico que envolva interesse de Estados;

VI – para as operações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto; e

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte de imposto;

VII – nas operações e prestações interestaduais que destinem mercadorias e serviços a contribuinte do imposto, na qualidade de consumidor final, caberá ao Estado a diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

VIII – incidirá, ainda, o imposto sobre a entrada de mercadoria importada do Exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo fixo do estabelecimento, assim como sobre serviço prestado no Exterior, se no Estado estiver situado o estabelecimento da mercadoria ou do serviço;

IX – não haverá incidência do imposto:

a) sobre operações que destinem ao Exterior produtos industrializados, salvo os semielaborados, assim definidos em lei complementar federal;

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica; e

c) sobre o ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

X – não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização configure fato gerador dos dois impostos;

XI – as isenções, os incentivos e os benefícios fiscais serão concedidos ou revogados com base em deliberações dos Estados e do Distrito Federal, na forma prevista no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal;

XII – com exceção deste imposto, nenhum outro tributo estadual incidirá sobre operações relativas à energia elétrica, combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e minerais.

**Art. 200.** O Estado divulgará, no Diário Oficial, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, o montante de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os recursos transferidos sob forma de convênio, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios e de rateio.

**Parágrafo único.** Os dados divulgados serão discriminados por Municípios.

\***Art. 201.** Não incidirá imposto, conforme a lei dispuser, sobre todo e qualquer produto agrícola pertencente à cesta básica, produzido por pequenos e microprodutores rurais que utilizam apenas a mão-de-obra familiar, vendido diretamente aos consumidores finais.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 429-8 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\*Julgado inconstitucional. Acórdão DJ. 30.10.2014. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\***Parágrafo único.** A não incidência abrange produtos oriundos de associações e cooperativas de produção e de produtores, cujos quadros sociais sejam compostos exclusivamente por pequenos e microprodutores e trabalhadores rurais sem terra.

\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 429-8 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

\*Julgado inconstitucional. Acórdão DJ. 30.10.2014. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.

### CAPÍTULO III DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

**Art. 202.** Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

III – vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel; e

IV – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, inciso I, alínea b, da Constituição da República, definidos em lei complementar federal.

**Parágrafo único.** O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade, conforme o disposto no art. 182 da Constituição Federal.

### CAPÍTULO IV DOS ORÇAMENTOS

**Art. 203.** O Estado programará as suas atividades financeiras mediante leis de iniciativa do Poder Executivo, abrangendo:

I – plano plurianual;

II – diretrizes orçamentárias; e

### III – orçamentos anuais.

**S1º** O plano plurianual, editado por lei, contemplará as diretrizes, objetivos e metas da política financeira estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para cumprimento de programas de continuada duração, será expresso em forma regionalizada, tendo como elementos dimensionadores a região metropolitana e as microrregiões, objetivando reduzir as desigualdades internas, tomando por critério, para maior alocação de recursos, as carências populacionais, observadas as regras seguintes:

**\*I** – o plano conterá projeções exequíveis no prazo de quatro anos para o desenvolvimento integral e harmônico de todo o espaço cearense;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 2, de 16 de maio de 1991 – D. O. de 20.5.1991.**  
**Redação anterior: I** – O plano conterá projeções exequíveis no prazo de cinco anos para o desenvolvimento integral e harmônico de todo o espaço cearense.

**\*II** – a mensagem do Executivo deverá ter ingresso na Assembleia até trinta de setembro do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência;

**\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 38, de 28 de abril de 1999 – D. O. de 30.4.1999.**  
**Redação anterior: II** – a mensagem do Executivo deverá ter ingresso na Assembleia até trinta de abril do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência;

**\*III** – recebendo o projeto, determinará a Assembleia a extração de avulsos, distribuindo-se para exame e oferecimento de sugestões emanadas das microrregiões e região metropolitana, a estas cabendo assegurar a participação populacional, através de suas entidades representativas, submetendo-as à apreciação do respectivo Conselho Deliberativo, que deverão ser encaminhadas dentro de quarenta e cinco dias.

**\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 38, de 28 de abril de 1999 – D. O. de 30.4.1999.**  
**Redação anterior: III** – recebendo o projeto, determinará a Assembleia a extração de avulsos, distribuindo-se para exame e oferecimento de sugestões emanadas das microrregiões e região metropolitana, a estas cabendo assegurar a participação populacional, através de suas entidades representativas, submetendo-as à apreciação do respectivo Conselho Deliberativo, que deverão ser encaminhadas dentro de sessenta dias;

**\*IV** – o projeto, com as modificações apresentadas pelas comissões técnicas, será incluído em pauta, devendo estar concluída a votação e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência e aprovado por maioria absoluta.

**\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 38, de 28 de abril de 1999 – D. O. de 30.4.1999.**  
**Redação anterior: IV** – o projeto, com as modificações apresentadas pelas comissões técnicas, será incluído na pauta, devendo estar concluída a votação até trinta de agosto do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência e aprovado por maioria absoluta.

**\*V** – transcorrido o prazo previsto no inciso III, devem as comissões técnicas oferecer parecer com as reformulações consideradas pertinentes, no prazo de quinze dias;

**\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 23, de 14 de dezembro de 1995 – D. O. de 21.12.1995.**  
**Redação anterior: V** – transcorrido o prazo previsto no inciso IV, dentro de trinta dias devem as comissões técnicas oferecer parecer com as reformulações consideradas pertinentes;

**\*VI** – (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**  
**Redação anterior: \*VI** – o projeto, com as modificações apresentadas pelas comissões técnicas, será incluído em pauta, devendo estar concluída a votação até trinta de agosto do ano que precederá o exercício inicial a ser atingido pela sua vigência e aprovado por maioria absoluta.  
**\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 23, de 14 de dezembro de 1995 – D. O. de 21.12.1995.**  
**Redação anterior: VI** – o projeto, com as modificações apresentadas pelas comissões técnicas, será incluído em pauta, devendo estar concluída a votação em prazo não superior a trinta dias e aprovado por maioria absoluta.

**S2º** A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá as metas e prioridades deduzidas do plano plurianual, a serem aplicáveis no exercício de atividades administrativas em geral, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, assegurada a ordem cronológica prevista no plano plurianual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá as diretrizes políticas para observância pelas agências financeiras oficiais de fomento, observadas as seguintes normas:

**I** – o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser encaminhado pelo Executivo à Assembleia até dois de maio do ano que precederá à vigência do orçamento anual subsequente;

**II** – a elaboração deverá estar concluída em sessenta dias, exigindo-se maioria absoluta para a sua aprovação, regendo-se em tudo o mais pelas normas do processo legislativo;

**\*III** – o Poder Executivo publicará, no prazo de trinta dias, após a expiração de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, prestando esclarecimentos que lhe sejam requisitados pela Assembleia Legislativa ou pelo Tribunal de Contas;

**\*Ver Lei Complementar nº 4, de 4 de outubro de 1995 – D. O. de 30.10.1995.**

**IV** – os planos e programas estaduais serão elaborados, refletindo as conformações regionais e setoriais, em consonância com o plano plurianual, sendo apreciados pela Assembleia, que assegurará a sua compatibilização.

**S3º** A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

**I** – o orçamento fiscal referente aos Poderes Estaduais, Ministério Público, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive as fundações legalmente instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**II** – o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

**III** – os orçamentos previstos nos incisos I e II, compatibilizados com o plano plurianual, terão por prioritário objetivo eliminar as desigualdades microrregionais, implicando a ação governamental, em seu conjunto, no processo de desenvolvimento harmônico da região metropolitana e das microrregiões, em quantitativos proporcionais ao vulto das carências populacionais;

**IV** – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos estaduais a ela vinculados, da administração direta ou indireta, incluindo os fundos e fundações oriundos ou mantidos pelo Estado;

**V** – o Projeto de Lei Orçamentária será encaminhado ao Legislativo, acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

**\*VI** – o Projeto de Lei Orçamentária anual será submetido pelo Executivo à Assembleia Legislativa, observando o prazo máximo de setenta e cinco dias do início de sua vigência, cumprindo-se as normas atinentes às do processo legislativo, conciliada às deste capítulo;

**\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 4, de 25 de setembro de 1991 – D. O. de 1.10.1991.**  
**Redação anterior: VI** – O projeto de lei orçamentária anual será submetido pelo Executivo à Assembleia Legislativa, observado o prazo máximo de quatro meses do início de sua vigência, cumprindo-se as normas atinentes às do processo legislativo, conciliadas às deste capítulo.

**VII** – os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

**Art. 204.** Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais devem observar as normas dispostas no processo legislativo ordinário e as deste capítulo.

**S1º** Somente são admissíveis emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, quando:

**I** – reconhecida a compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

**II** – houver indicação dos recursos, admitidos apenas os decorrentes de despesas anuladas, excluídas as que versem sobre:

**a)** dotações para pessoal e seus encargos;

**b)** serviço da dívida; e

**c)** transferências tributárias constitucionais para Municípios; ou

**III** – sejam relacionadas:

**a)** à correção de erros ou omissões; ou

**b)** aos dispositivos do texto do projeto de lei.

**S2º** As emendas do projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas, se houver incompatibilidade com o plano plurianual.

**S3º** O Governador do Estado, enquanto não tiver havido apreciação pela comissão incumbida das atividades financeiras e orçamentárias, poderá dirigir mensagem, propondo modificações nos projetos cogitados neste capítulo.

**Art. 205.** São vedados:

**I** – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

**II** – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os critérios orçamentários ou adicionais;

**III** – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição com os Municípios do produto de arrecadação de impostos, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino e para o fomento à pesquisa científica e tecnológica, além da prestação de garantias às operações de

crédito por antecipação de receita, de acordo com os arts. 158, 159, 212, 218 e 165 da Constituição Federal;

**IV** – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

**V** – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização do legislativo;

**VI** – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

**VII** – a utilização, sem a autorização legislativa específica, dos recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos; e

**VIII** – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

**§1º** Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

**§2º** O Estado despenderá um mínimo de vinte por cento da sua arrecadação tributária com investimentos.

**§3º** Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

**§4º** A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: §4º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da Constituição Federal.*

**§5º** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da Lei Complementar a que se refere o art. 165, § 9º da Constituição Federal.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**§6º** A criação ou a extensão de qualquer benefício ou vantagem funcional ou, ainda, de outras despesas referentes a agentes públicos estaduais, no âmbito dos três Poderes, incluídos o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Tribunais de Contas, dependem, quando importar em gasto público, da aprovação em lei e da previa previsão, na lei orçamentária anual e créditos adicionais, dos recursos necessários ao custeio da despesa correspondente, aplicando-se esta última exigência de previsão orçamentária prévia também para nomeação de pessoal e provimento de cargos no serviço público. (NR)

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 84, de 3 de dezembro de 2015. - D. O. de 4.12.2015*

**Art. 206.** Cabe à lei complementar estadual:

**I** – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias anuais; e

**II** – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como as condições para a instituição e funcionamento de fundos.

**Parágrafo único.** Deverão constar, obrigatoriamente, das premissas orçamentárias, previstas no inciso VIII, § 3º, art. 216, mecanismos que assegurem o efetivo controle sobre a receita e despesas públicas da administração direta, indireta e fundações do Poder Público Estadual.

**Art. 207.** Os planos e programas estaduais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Poder Legislativo.

**Parágrafo único.** Serão incluídos nas dotações orçamentárias da Assembleia recursos para viabilizar o programa de ação cultural e operativo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, contemplado no art. 49, parágrafo único desta Constituição.

**Art. 208.** O Estado criará incentivos para a desconcentração das atividades produtivas na Região Metropolitana de Fortaleza, de modo a favorecer a interiorização do desenvolvimento.

**\*Art. 209.** O Estado destinará recursos para constituição e manutenção do fundo destinado à aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo, administrado financeiramente pela Secretaria da Fazenda, de acordo com o plano de desenvolvimento estadual, ficando assegurada a utilização de, no mínimo, 50 %

(cinquenta por cento) do volume total de aportes em favor das micros, pequenas e médias empresas, assim definidas em Lei, sendo que 50% (cinquenta por cento) dos recursos deverão ser aplicados no interior do Estado.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 29 de junho de 1999 – D. O. de 2.7.1999.*

*\*Lei Complementar nº 5, de 30 de dezembro de 1996 – D. O. de 31.12.1996, alterada pelas Leis Complementares nº 16, de 14 de dezembro de 1999 – D. O. de 14.12.1999 e Lei Complementar nº 33, de 2 de abril de 2003 – D. O. 2.4.2003.*

**Redação anterior: Art. 209.** Do produto de arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, o Estado destinará zero vírgula setenta e cinco por cento à constituição de fundo para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo, administrado através do Banco do Estado do Ceará – BEC, de acordo com o plano de desenvolvimento estadual, ficando assegurada a utilização de, no mínimo, cinquenta por cento dos valores do fundo de apoio a micro, pequena e média empresas, na forma que a lei estabelecer, sendo que cinquenta por cento dos recursos devem, obrigatoriamente, ser aplicados no Interior do Estado.

**Art. 210.** A Lei de Orçamento do Estado observará, para investimentos do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim.

**Parágrafo único.** Excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do *caput* deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.

**Art. 211.** O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária, bem como apresentará trimestralmente ao Poder Legislativo a caracterização sobre o Estado e suas finanças públicas, devendo constar do demonstrativo:

**I** – as receitas e despesas da administração direta, indireta e fundações do Poder Público Estadual, constantes do orçamento em seus valores mensais;

**II** – os valores ocorridos desde o início do exercício até o último mês do trimestre, objeto da análise financeira;

**III** – a comparação mensal entre os valores do inciso II com seus correspondentes previstos no orçamento já atualizados por suas alterações; e

**IV** – as previsões atualizadas de seus valores até o final do exercício financeiro.

**Parágrafo único.** Os trimestres, objeto de análise financeira, deverão ser, de: janeiro a março, abril a junho, julho a setembro e outubro a dezembro.

**\*Art. 211-A.** Lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá normas de finanças públicas no âmbito do Estado do Ceará, às quais se sujeitarão todos os Poderes, incluídos Ministério Público e Defensoria Pública, com o objetivo de preservar a responsabilidade da gestão e cidadania fiscal, bem como de promover o equilíbrio financeiro das contas públicas, elevando o padrão e a qualidade dos investimentos”.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº94 de 17.12.2018. D.O. de 26.12.2018.*

**Art. 212.** As informações sobre as finanças do Estado são públicas, devendo ser acessíveis a qualquer cidadão.

**Parágrafo único.** As informações solicitadas serão fornecidas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.

**\*Art. 213.** Incumbe ao Poder Público Estadual firmar contratos, inclusive de concessão ou permissão de serviços públicos, ou para alienar ou adquirir bens, mediante prévia licitação, salvo nos casos expressamente previstos em lei.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: Art. 213. Incumbe ao Poder Público estadual e municipal, na forma da lei, firmar contrato, concessão ou permissão, alienar ou adquirir bens, sempre através de licitação.*

**\*§1º** Os contratos de concessão para a prestação de serviços públicos poderão conter expressa cláusula de reversibilidade, incorporando, ao término do prazo contratual, ao patrimônio do poder concedente, os bens vinculados à prestação do serviço independente de qualquer indenização.

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: §1º Os contratos de concessão para a prestação de serviços públicos poderão conter expressa cláusula de reversibilidade, incorporando, ao término do prazo contratual, ao patrimônio do poder concedente, estadual ou municipal, os bens vinculados à prestação do serviço independente de qualquer indenização.*

**§2º** Quando a execução de serviço público é delegada a particulares, considerar-se-á implícita no contrato a cláusula de prevalência do interesse público, importando à entidade concedente o direito de proceder, a qualquer tempo, à revisão do contrato para adaptá-lo às exigências do interesse coletivo, respeitado o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

**\*§3º** A comprovação da idoneidade financeira dos licitantes, assim como a de sua qualificação técnica far-se-á na forma prescrita em lei.

4 Ver D. O. de 27.12.2018

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: §3º A comprovação da idoneidade financeira dos licitantes far-se-á mediante a apresentação de certidões negativas de protestos de títulos e pendências de procedimentos de execução.

\*§4º (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: §4º A qualificação técnica dos licitantes estaduais ou municipais será verificada, nos casos de atividades que exigem filiação a entidades ou conselhos, pela apresentação da inscrição; nos outros casos, por atestado fornecido por órgão da administração direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou por duas empresas privadas.

\*§5º (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: §5º A comprovação do pagamento do imposto sindical será considerada como regularidade fiscal e exigida nas licitações.

## TÍTULO VIII DAS RESPONSABILIDADES CULTURAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 214.** O Estado conjuga-se às responsabilidades sociais da Nação soberana para superar as disparidades cumulativas internas, incrementando a modernização nos aspectos cultural, social, econômico e político, com a elevação do nível de participação do povo, em correlações dialéticas de competição e cooperação, articulando a sociedade aos seus quadros institucionais, cultivando recursos materiais e valores culturais para o digno e justo viver do homem.

**Parágrafo único.** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

### CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO

**Art. 215.** A Educação, baseada nos princípios democráticos na liberdade de expressão, na sociedade livre e participativa, no respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos e garantindo formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais, é um dos agentes do desenvolvimento, visando a plena realização da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, contemplando o ensino as seguintes diretrizes básicas: \*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: \*Art. 215. A educação, baseada nos princípios democráticos, na liberdade de expressão, na sociedade livre e participativa, no respeito aos direitos humanos, é um dos agentes do desenvolvimento, visando à plena realização da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, contemplando o ensino as seguintes diretrizes básicas:

\*Regulamentado pela Lei nº 13.367, de 18 de novembro de 1994 – D. O. de 6.12.1994.

**I** – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

**II** – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

**III** – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

\***IV** – valorização dos profissionais do ensino com planos de carreira, na forma da lei, para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurada a isonomia salarial para docentes em exercício, com titulação idêntica, respeitando-se o grau de ensino em que estiver atuando;

\***Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**V** – gestão democrática da instituição escolar na forma de lei, garantidos os princípios de participação de representantes da comunidade;

**VI** – garantia de padrão de qualidade;

**VII** – formação de seres humanos plenamente desenvolvidos, capazes de compreender os direitos e deveres da pessoa, do cidadão, do Estado e dos diferentes organismos da sociedade;

\***VIII** – fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional, assim como a preservação do meio ambiente, bem como resguardar, expandir e difundir o patrimônio cultural da humanidade;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: **VIII** – fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional, assim como a preservação, a difusão e expansão do patrimônio cultural da humanidade;

**IX** – preparação dos indivíduos para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos, que permitem utilizar as possibilidades do meio em função do bem comum;

**X** – currículos voltados para os problemas brasileiros e suas peculiaridades regionais;

**XI** – ensino religioso facultativo;

**XII** – liberdade de organização dos alunos, professores, funcionários e pais de alunos, sendo facultada a utilização das instalações do estabelecimento de ensino para atividade das associações.

**§1º** Serão ministradas, obrigatoriamente, nos estabelecimentos de ensino público e privado, com o envolvimento da comunidade, noções de:

**b)** defesa civil;

**c)** regras de trânsito;

**d)** efeito das drogas, do álcool e do tabaco;

**e)** direito do consumidor;

**f)** sexologia;

**g)** ecologia;

**h)** higiene e profilaxia sanitária;

**i)** cultura cearense, abrangendo os aspectos histórico, geográfico, econômico e sociológico do Estado e seus Municípios;

**j)** sociologia; e

**l)** folclore.

**§2º** Serão também incluídas, como disciplinas obrigatórias dos currículos nas escolas públicas e privadas de 1º e 2º graus, matérias sobre cooperativismo e associativismo.

**§3º** As escolas de 1º e 2º graus deverão incluir nas disciplinas da área de Humanidades, História, Geografia, Educação Artística e OSPB, temas voltados para a conscientização da necessidade de se preservar o patrimônio cultural.

\***Art. 216.** O Estado do Ceará destinará, anualmente, no orçamento do Estado, verbas a serem aplicadas com a educação, em montante nunca inferior a vinte e cinco por cento da arrecadação.

\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 5, de 13 de dezembro de 1991 – D. O. de 19.12.1991. Redação anterior: **Art. 216.** O Estado do Ceará destinará, anualmente, no orçamento do Estado, verbas a serem aplicadas com a educação, em montante nunca inferior a vinte e cinco por cento da arrecadação.

\***§1º** Serão garantidos mecanismos de controle social sobre a arrecadação e utilização dos recursos destinados à educação.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\***§2º** É vedada a cobrança de taxas e contribuições, a qualquer título, nas escolas públicas, criadas e mantidas pelo Estado e Municípios.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**Art. 217.** O Poder Público organizará o sistema estadual de ensino, com normas gerais de funcionamento para as escolas públicas estaduais, municipais e para as particulares sob sua jurisdição, e com assistência técnica e financeira aos Municípios, para o desenvolvimento dos seus próprios sistemas.

**Art. 218.** O sistema estadual de ensino será organizado, em colaboração com a União e os Municípios, sendo planejado e executado em forma regionalizada, com diretrizes, objetivos e metas definidos nos planos plurianuais, mediante garantia de:

**I** – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, extensivo aos que a ele não tiverem acesso na idade própria;

**II** – melhoria de qualidade de ensino;

**III** – atuação prioritária dos Municípios no ensino fundamental e pré-escolar, aplicando o percentual de vinte e cinco por cento da receita com que estão comprometidos, conforme o disposto no art. 212 da Constituição Federal;

\***IV** – atendimento em creches e pré-escolar às crianças de zero a cinco anos de idade;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: **IV** – atendimento em creches e pré-escolar às crianças de zero a seis anos de idade;

**V** – ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

**VI** – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência em qualquer idade, preferencialmente na rede regular de ensino;

**VII** – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares, de material didáticoescolar, transporte, alimentação e saúde;

**VIII** – acesso aos níveis mais elevados do ensino, segundo a capacidade de cada um;

**IX** – estímulo à criação artística e às atividades de pesquisa e extensão;

**X** – oferta do ensino profissionalizante, segundo as aptidões do educando e as necessidades do mercado de trabalho;

**XI** – erradicação do analfabetismo;

**XII** – universalização do atendimento escolar;

**XIII** – promoção humanística, científica e tecnológica do Estado;

**XIV** – recenseamento pelos Municípios dos educandos do ensino fundamental, zelando-se pela sua frequência;

**XV** – manutenção do ensino fundamental, através de rede própria estadual ou em colaboração com os Municípios;

**XVI** – escolas com corpo docente habilitado;

**XVII** – ensino público e gratuito a todos, através de programas sociais devidamente orçados, vedado o uso de salário-educação;

**XVIII** – integração da Escola que oferece ensino fundamental e médio aos serviços de saúde, mediante ensino e difusão das noções básicas de Educação para a saúde pública.

**§1º** Sempre que os Municípios não tiverem condições de oferecer o atendimento previsto nos incisos IV e VI, cabe ao Estado suplementar as verbas para corrigir desníveis regionais.

**§2º** As classes de alfabetização para a criança a partir de seis anos serão mantidas, com prioridade, ensinando o aprendizado da leitura e da escrita, garantindo-se acesso efetivo ao 1º grau.

**§3º** O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, suscetível do exercício do direito de representação por qualquer cidadão e iniciativa de ofício pelo Ministério Público.

**§4º** O Estado construirá e manterá escolas preparatórias profissionalizantes, que funcionarão em regime de internato, para abrigarem menores abandonados.

**\*§5º** O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Art. 219.** As universidades estaduais gozam de autonomia didático-científica, administrativa, financeira, patrimonial e de gestão democrática, disciplinada em seus estatutos e regimentos.

**Art. 220.** A organização democrática do ensino é garantida, através de eleições, para as funções de direção nas instituições de ensino, na forma que a lei estabelecer.

**Art. 221.** As instituições de ensino superior serão necessariamente orientadas pelo princípio de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão dos serviços à comunidade.

**Art. 222.** As instituições educacionais de nível superior, criadas e mantidas pelo Poder Público estadual, adotarão a natureza jurídica de fundação de direito público.

**Art. 223.** Fica instituído o regime jurídico estatutário para docentes e demais servidores das fundações educacionais públicas de nível superior, nos termos do art. 39 da Constituição Federal, respeitado, quanto aos docentes, o estabelecido no art. 206, inciso V da Constituição Federal.

**Art. 224.** O Governo Estadual aplicará, mensalmente, nunca menos de um quinto da parcela a que se refere o art. 212 da Constituição Federal para despesas de capital do sistema de ensino superior público do Estado do Ceará, respeitada a proporcionalidade dos recursos repassados às universidades públicas estaduais nos últimos dois anos anteriores à promulgação desta Constituição.

**Parágrafo único.** Ficam as universidades públicas estaduais autorizadas, para fins de assegurar a autonomia da gestão financeira, a transferir e utilizar, na medida de suas necessidades, os recursos estabelecidos neste artigo, para despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, remuneração de serviços pessoais, outros serviços e encargos, diversas despesas de custeio, despesas de exercícios anteriores e vice-versa.

**Art. 225.** Caberá ao Poder Público Estadual dispor sobre a criação e funcionamento das instituições de ensino superior municipais e particulares, promovendo a articulação desse nível com os demais.

**Art. 226.** O estatuto e o plano de carreira do Magistério Público serão elaborados com a participação de entidades representativas da classe, observados:

**I** – piso salarial único para todo o magistério, de acordo com o grau de formação;

**II** – condições plenas de reciclagem e atualização permanentes, com direito a afastamento das atividades docentes, sem perda da remuneração;

**III** – progressão funcional na carreira, baseada na titulação;

**IV** – paridade de proventos entre ativos e aposentados;

**V** – concurso público para o provimento de cargos; e

**VI** – estabilidade no emprego, nos termos da Constituição Estadual;

**§1º** O plano de carreira para o pessoal técnico-administrativo será elaborado com a participação de entidades representativas da classe, garantindo:

**a)** piso salarial;

**b)** condições plenas para reciclagem e atualização permanentes com direito a afastamento das atividades, sem perda da remuneração;

**c)** progressão funcional na carreira, baseada na titulação.

**§2º** Professor é todo profissional com a devida titulação que exerça atividade de magistério, incluindo-se nesta, além da docência, as decorrentes das funções de direção, planejamento, supervisão, inspeção, coordenação, acompanhamento, controle, avaliação, orientação e pesquisa.

**§3º** O professor, em qualquer dos níveis, será aposentado com vencimentos integrais, satisfeito o requisito de tempo de serviço, independentemente da natureza de sua investitura.

**\*Art. 227.** Os Municípios responsabilizar-se-ão, prioritariamente, pelo ensino fundamental, devendo manter e expandir o atendimento às crianças de zero a cinco anos, só podendo atuar no nível superior de ensino quando a demanda dos ensinos fundamental e médio estiver plena e satisfatoriamente atendida, quantitativa e qualitativamente.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** Art. 227. Os Municípios responsabilizar-se-ão, prioritariamente, pelo ensino fundamental, devendo manter e/ou expandir o atendimento às crianças de zero a seis anos, só podendo atuar no nível superior de ensino quando a demanda dos ensinos fundamental e médio estiver plena e satisfatoriamente atendida, quantitativa e qualitativamente.

**§1º** O Estado prestará assistência técnica e financeira aos Municípios que mantenham o ensino fundamental, devendo decretar a medida de intervenção, ao verificar não haver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal.

**§2º** Os poderes públicos providenciarão para que as escolas, progressivamente, sejam convertidas em centros educacionais dotados de infraestrutura técnica e de serviços necessários ao desenvolvimento de todas as etapas da educação fundamental.

**§3º** Os poderes públicos providenciarão para que as escolas adotem, progressivamente, o sistema de ensino de tempo integral de oito horas diárias.

**Art. 228.** O ensino médio visa assegurar formação humanística científica e tecnológica, voltada para o desenvolvimento de uma consciência crítica em todas as modalidades do ensino em que se apresentar.

**§1º** O Poder Público Estadual responsabilizar-se-á pela manutenção e expansão do ensino médio, público e gratuito, tomando providências para sua progressiva universalização.

**\*Art. 229.** Fica assegurada às pessoas com necessidades especiais educação em todos os graus escolares, quer em classes comuns, quer em classes especiais, quando isto se fizer necessário.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** Art. 229. Fica assegurada às pessoas portadoras de deficiência educação em todos os graus escolares, quer em classes comuns, quer em classes especiais, quando se fizer necessário.

**§1º** Nas bibliotecas públicas será proposta a criação de um centro de informações de assuntos sobre a problemática social das deficiências, como estímulo à pesquisa, à ciência e às políticas transformadoras.

**§2º** As bibliotecas devem adquirir acervos de livros com escrita braille, como estímulo à formação cultural dos deficientes visuais.

**\*§3º** Toda entidade de reabilitação mantida pelo Estado, além de sua destinação, deve manter curso pré-escolar e de ensino fundamental, bem como ensino profissionalizante, compatíveis com a deficiência de seus frequentadores, de forma gratuita e obrigatória, sem limite de idade, desde o nascimento.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** §3º Toda entidade de reabilitação mantida pelo Estado, além de sua destinação, deve manter curso pré-escolar e de 1º grau, bem como ensino profissionalizante, compatíveis com a deficiência de seus frequentadores, de forma gratuita e obrigatória, sem limite de idade, desde o nascimento.

**§4º** Em se tratando de órgão privado, com finalidade filantrópica, o Estado deve prover os meios para que seja atingido o seu objetivo.

**§5º** O Estado promoverá, pelo menos uma vez por ano, em suas campanhas permanentes de conscientização, esclarecimentos sobre a problemática das pessoas deficientes.



**\*Art. 230.** O Conselho de Educação do Ceará, órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema de ensino do Estado do Ceará, será entidade autônoma e constituir-se-á em unidade orçamentária e de despesa.

*\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.*

**\*S1º** (revogado).

*\*Revogada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: \*S1º O Conselho de Educação do Ceará será integrado por educadores, indicados na seguinte proporção: um terço pelo Secretário de Educação do Ceará e dois terços pelo Legislativo.*

*\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.*

*\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 143-4 a qual foi julgada extinta pelo STF. Em nova arguição de inconstitucionalidade, desta feita na ADIN nº 2824-3, o STF deferiu, em medida cautelar, a suspensão, até julgamento final, a eficácia da expressão: "indicados na seguinte proporção: um terço pelo Secretário de Educação do Ceará e dois terços pelo Legislativo". Ver ADINs nºs. 143-4 e 2824-3 no Anexo I.*

**\*S2º** Compete ao Conselho de Educação do Ceará, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei e observadas as diretrizes e bases estabelecidas pela União:

*\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.*

**I** – baixar normas disciplinadoras do sistema estadual de ensino;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: I – baixar normas disciplinadoras dos sistemas estadual e municipal de ensino;*

**II** – interpretar a legislação de ensino;

**III** – autorizar o funcionamento do ensino particular e avaliar-lhe a qualidade; e

**IV** – desconcentrar suas atribuições, por meio de comissões de âmbito municipal.

**S3º** A competência, a organização e as diretrizes do funcionamento do Conselho serão estabelecidas em lei.

**Art. 231.** Os recursos públicos serão destinados às escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, definidas em lei, que:

**I** – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros na educação;

**II** – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

**S1º** Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsa de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade de residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir, prioritariamente, na expansão de sua rede na localidade.

**S2º** As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.

**S3º** A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino fundamental.

**S4º** Serão criados mecanismos de controle democrático da arrecadação e utilização dos recursos destinados à educação.

**S5º** As instituições universitárias estaduais poderão estabelecer, mediante convênios, programas de ação para esses fins, com o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, definido no art. 49, parágrafo único desta Constituição.

**S6º** As escolas rurais do Estado devem obrigatoriamente instituir o ensino de cursos profissionalizantes.

**S7º** O Estado firmará convênio com as universidades e centros de pesquisa, visando aprimorar o ensino, regionalizando-o de acordo com as características de cada microrregião.

**S8º** Em cada microrregião do Estado será implantada uma escola técnica agrícola que deve ter os currículos e o calendário escolar adequados à realidade da microrregião.

**S9º** O Estado, em conjunto com os Municípios e com a participação da comunidade, implantará o sistema estadual de bibliotecas públicas, tendo como unidade central a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

**S10** O Estado e os Municípios preservarão a documentação governamental e histórica, assegurando o acesso aos interessados.

**Art. 232.** Lei estadual disporá sobre os critérios para a municipalização do ensino.

**\*Parágrafo único.** O Estado garantirá a municipalização do ensino fundamental, por meio de:

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**Redação anterior: Parágrafo único.** O Estado garantirá a municipalização do ensino de 1º grau, através de:

**I** – incentivo à criação de conselhos municipais de educação, onde houver condições;

**\*II** – transferência da capacidade decisória e de ação aos Municípios, nas áreas de ensino fundamental;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**Redação anterior: II** – transferência da capacidade decisória e de ação aos Municípios, nas áreas de ensino de 1º grau;

**\*III** – criação e fortalecimento de estruturas municipais de educação, e preparação destas para assumirem os encargos educacionais do ensino fundamental;

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**Redação anterior: III** – criação e fortalecimento de estruturas municipais de educação, e preparação destas para assumirem os encargos educacionais de 1º grau;

**\*IV** – transferência progressiva de encargos e serviços relativos ao ensino fundamental aos Municípios, na medida de suas reais disponibilidades; e

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: IV – transferência progressiva de encargos e serviços relativos ao ensino de 1º grau aos Municípios, na medida de suas reais disponibilidades;*

**V** – criação de mecanismos, visando o fortalecimento das ações municipais e ampliação do repasse de recursos financeiros.

### CAPÍTULO III DA CULTURA

**\*Art. 233.** O Estado do Ceará promoverá a valorização e a proteção das manifestações e expressões culturais, advindas dos diversos indivíduos, grupos e coletividades participantes do processo de construção da cultura cearense, observados os seguintes princípios dos direitos culturais:

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**Redação anterior: \*Art. 233.** Fica criado o Fundo Estadual de Cultura a ser administrado pela Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, ouvido o Conselho Estadual de Cultura.

*\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.*

**\*I** – defesa e valorização do patrimônio cultural;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**II** – valorização da diversidade étnica e regional;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*III** – respeito à diversidade e ao pluralismo cultural;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*IV** – resguardo da memória coletiva;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*V** – promoção da cidadania cultural;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*VI** – promoção da inclusão social;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*VII** – universalização do acesso aos bens culturais;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*VIII** – autonomia das entidades culturais; e

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*IX** – gestão democrática.

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*Art. 234.** Constituem patrimônio cultural do Estado do Ceará os bens de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos e coletividades formadores da sociedade cearense, nos quais se incluem:

*\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**Redação anterior: Art. 234.** Serão criados arquivos municipais integrados ao sistema estadual de arquivos, para a preservação de documentos.

**\*I** – as formas de expressão;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*II** – os modos de criar, fazer e viver;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*III** – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*IV** – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e

*\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.*

**\*V** – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§1º (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: §1º Após o período fixado em lei municipal, essa documentação poderá ser remetida, definitivamente, ao Arquivo Público Estadual.

\*§2º (revogado).

\* Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: §2º O Arquivo Público, mediante solicitação, remeterá cópia de microfimes dos documentos para os Municípios de origem.

\*Art. 235. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do Estado do Ceará, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: Art. 235. Nenhuma repartição pública estadual ou municipal destruirá ou desviará sua documentação, sem antes submetê-la ao setor de triagem, instituído pelo Estado, para fins de preservação de documentação de valor histórico, jurídico ou administrativo, assegurando amplo acesso aos interessados.

\*Art. 236. A gestão pública da cultura no Estado do Ceará será feita por intermédio da Secretaria da Cultura, de forma sistêmica, com participação de órgãos colegiados, na forma da lei.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: Art. 236. O poder público assegurará os meios e as condições para o funcionamento eficiente dos sistemas estaduais de biblioteca, documentação e arquivo, como órgãos executores da política de incentivo à leitura, à preservação do patrimônio bibliográfico e documental e ao intercâmbio com as instituições congêneres.

\*§1º A lei disporá sobre o Fundo Estadual de Cultura, a ser administrado pela Secretaria da Cultura, com a colaboração de órgão colegiado.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§2º O Conselho Estadual da Cultura terá natureza autônoma, consultiva, deliberativa e normativa, de composição majoritária da sociedade civil, atendendo a critérios democráticos na escolha de seus membros, na forma da lei.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*Art. 237. O Poder Público assegurará os meios e as condições para o funcionamento eficiente e democrático dos sistemas e subsistemas estaduais de cultura, na forma da lei.

\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Redação anterior: \*Art. 237. Compete aos Municípios, mediante assessoria da Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promover o levantamento, tombamento e preservação do seu patrimônio histórico e cultural.

\* Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.

\*Art. 237-A – O Estado do Ceará incentivará a promoção da cultura no âmbito dos Municípios.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*Art. 237-B – Será instituído, na forma da lei, o sistema estadual de arquivos, integrado pelos arquivos estaduais e municipais, para a guarda, gestão, conservação e preservação dos documentos públicos.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§1º Nenhuma repartição pública destruirá ou desviará sua documentação, sem antes submetê-la ao setor competente para a triagem.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§2º Aos interessados será assegurado amplo acesso aos documentos referidos neste artigo, respeitadas as restrições constitucionais.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*Art. 237-C – A lei estabelecerá incentivos para produção e conhecimento de bens e valores culturais.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§1º O Estado do Ceará poderá adotar modelo de Orçamento Participativo para a alocação de recursos públicos destinados à cultura e elaboração de Plano Plurianual correspondente.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§2º A lei estabelecerá o Plano Estadual de Cultura, de duração plurianual, visando o desenvolvimento do Estado e à integração das ações do poder público, respeitados os princípios dos direitos culturais elencados neste capítulo.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

## CAPÍTULO IV

### \*DO DESPORTO E DO TURISMO

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**Art. 238.** É dever do Estado fomentar e apoiar práticas desportivas formais e não formais, em suas diferentes manifestações, educação física, desporto, lazer e recreação, como direito de todos.

§1º Será assegurada prioridade, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais, ao desporto educacional, em suas atividades, meios e fins.

§2º O Poder Público reconhece a educação física como disciplina obrigatória no ensino público e privado.

**Art. 239.** É dever do Estado incentivar a pesquisa sobre educação física, desporto e lazer, criar e manter instalações esportivas e recreativas nos projetos de urbanização e instituições escolares públicas, e exigir igual participação da iniciativa privada.

\*Parágrafo único. Fica criado o Fundo de Desenvolvimento do Esporte Amador, devendo a lei definir a origem dos recursos e o órgão a que caberá a sua administração.

\*Ver Lei Complementar nº 36, de 6 de agosto de 2003 – D. O. 7.8.2003.

**Art. 240.** O Poder Público criará estrutura organizacional dotada de recursos próprios, que terá competência para organizar, executar e supervisionar as atividades desportivas educacionais do Estado.

\*§1º O Poder Público garantirá ao portador de necessidade especial atendimento especializado no que se refere à educação física e à prática de atividades desportivas, sobretudo no âmbito escolar.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§2º O Poder Público apoiará e incentivará o lazer e o desporto como forma de promoção social, com tratamento diferenciado para o desporto profissional e amador.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**Art. 241.** As empresas vinculadas ao Governo do Estado do Ceará deverão aplicar no mínimo dez por cento de suas verbas publicitárias em comerciais que incentivem o esporte amador e o educacional.

**Parágrafo único.** As verbas deverão ser utilizadas na cobertura de atividades esportivas amadorísticas, no patrocínio de atletas, no apoio à realização de competições, na contratação de atletas para comerciais ou em outras atividades semelhantes.

\*Art. 241-A – O Estado promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social, de divulgação, de valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, respeitando as peculiaridades locais, coibindo a desagregação das comunidades envolvidas e assegurando o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades exploradas, estimulando sua autossustentabilidade.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§1º O Estado definirá a política estadual de turismo proporcionando condições necessárias para o desenvolvimento da atividade.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§2º O instrumento básico de intervenção do Estado, decorrente da norma estabelecida no caput deste artigo, será o plano diretor de turismo, estabelecido em lei, considerado o potencial turístico das diferentes regiões, com a participação dos municípios envolvidos, direcionando as ações de planejamento, promoção e execução da política estadual de turismo.

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*§3º Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, caberá ao Estado, em ação conjunta com os municípios, promover especialmente:

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*I – o inventário e a regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico do Estado;

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*II – a infraestrutura básica necessária à prática do turismo, apoiando e realizando investimentos no fomento dos empreendimentos, equipamentos e instalações e na qualificação dos serviços;

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*III – a promoção de intercâmbio permanente, em âmbito nacional e internacional, visando ao aumento do fluxo turístico e a elevação da média de permanência do turista;

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*IV – medidas específicas para o desenvolvimento dos recursos humanos para o setor;

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

\*V – elaboração sistemática de pesquisas sobre oferta e demanda turística, com análise dos fatores de oscilação do mercado;

\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

**\*VI** – fomento ao intercâmbio permanente com outros Estados da Federação e com o exterior, em especial com os países da América do Sul, visando ao fortalecimento do espírito de fraternidade e aumento do fluxo turístico nos dois sentidos, bem como a elevação da média de permanência do turista em território do Estado; e  
**\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**  
**\*VII** – construção de albergues populares, favorecendo o lazer das camadas pobres da população.  
**\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

## **CAPÍTULO V DA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Art. 242.** Os órgãos públicos da administração direta e indireta são obrigados a atender a pedidos de informação dos profissionais de comunicação social, dos veículos de comunicação de massa ou de quaisquer cidadãos interessados em questões de relevante interesse público.

**\*§1º** Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo, empresa e assessoria de comunicação social, observados os incisos IV, V, X, XIII e XIV, do art. 5º da Constituição Federal.

**\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*§2º** É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística.

**\* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Art. 243.** As emissoras de rádio e televisão mantidas pelo Estado, ou com ele conveniadas, na forma da lei, realizarão programas de ensino público e gratuito para o 1º, 2º e 3º graus, de modo a combinar a massificação do ensino com critérios de qualidade, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promovendo, ainda, manifestações populares, folclóricas e de lazer.

**Art. 244.** As emissoras de rádio e televisão sob controle do Estado ou da entidade da administração indireta atuarão, prioritariamente, nas áreas de educação e cultura, reservando horário para a divulgação das atividades dos Poderes do Estado, devendo difundir:

**I** – programa de ação do Governo relativo à preservação e proteção do meio ambiente;

**II** – relatório das atividades efetivamente desenvolvidas durante o exercício anterior, a título de prestação de contas.

**Parágrafo único.** O relatório de atividades de que trata este artigo ficará durante sessenta dias, a partir de sua divulgação, à disposição de qualquer cidadão ou entidade representativa para exame e apreciação, podendo-se questionar sua legitimidade, no exercício do direito de petição ou representação.

## **CAPÍTULO VI DA SAÚDE**

**Art. 245.** A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às suas ações e serviços.

**Art. 246.** As ações e serviços públicos e privados de saúde integram a rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único de saúde no Estado, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

**I** – descentralização político-administrativa com direção única em cada nível de governo;

**II** – municipalização dos recursos, serviços e ações de saúde de abrangência municipal, podendo os Municípios constituir consórcios para desenvolver as ações de saúde que lhes correspondam;

**III** – integralidade na prestação das ações de saúde preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas;

**IV** – universalização da assistência, com acesso igualitário a todos, nos níveis de complexidade dos serviços de saúde;

**V** – participação de entidades representativas de usuários e servidores de saúde na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas e das ações de saúde nos níveis estadual e municipal, através de conselhos municipais e estaduais de saúde; e

**VI** – assistência à saúde, livre à iniciativa privada.

**§1º** As entidades filantrópicas e sem fins lucrativos poderão participar do sistema único de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio.

**§ 2º** São vedados:

**I** – incentivos fiscais ou recursos públicos para instituições privadas; e

**II** – participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo nos casos previstos em lei, ficando sua instalação no Estado condicionada à aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde.

**Art. 247.** O sistema único estadual de saúde será financiado com recursos do orçamento do Estado, da seguridade social, da União, dos Municípios, além de outras fontes.

**§1º** Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde no Estado serão administrados através dos fundos estadual e municipal de saúde, pelas secretarias estadual e municipal de saúde.

**§2º** O fundo estadual é formado por recursos provenientes de dotações orçamentárias federais, estaduais e de outras fontes.

**Art. 248.** Compete ao Sistema Único Estadual de Saúde, além de outras atribuições:

**I** – gerir, planejar, coordenar, controlar e avaliar a política estadual de saúde, estabelecida em consonância com os níveis federal e municipal;

**\*II** – administrar o Fundo Estadual de Saúde de acordo com o art. 198 da Constituição da República;

**\* Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior: II – administrar o fundo estadual de saúde de acordo com o art. 5º, §5 2º e 3º, da Constituição da República;**

**III** – prestar serviços de saúde, de vigilância sanitária e epidemiológica, e outros necessários ao alcance dos objetivos dos sistemas, em coordenação com os sistemas municipais;

**IV** – assumir a responsabilidade pelos serviços de abrangência estadual ou regional, ou por programas, projetos e atividades que não possam, por seu custo, especialização ou grau de complexidade, ser executados pelos Municípios;

**V** – participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

**VI** – ordenar a formação, aperfeiçoamento e utilização de recursos humanos na área de saúde em interação com o Ministério da Educação e as secretarias estadual e municipal de Educação;

**VII** – fiscalizar e inspecionar alimentos, inclusive controlar seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

**VIII** – promover a fluoretação dos abastecimentos públicos de água e assegurar o seu controle nos níveis compatíveis;

**IX** – promover o desenvolvimento de novas tecnologias e a produção de medicamentos, matérias-primas, imunobiológicos e biotecnológicos, de preferência por laboratórios estatais, com rigoroso controle de qualidade, e torná-los acessíveis à população;

**X** – desenvolver o sistema estadual público regionalizado de coleta, processamento e transfusão de sangue e hemoderivados;

**XI** – estabelecer normas, fiscalizar e controlar estabelecimentos, produtos, substâncias e equipamentos utilizados na assistência à saúde;

**XII** – proceder à atualização periódica do código sanitário;

**XIII** – desenvolver o sistema de informações de saúde, sob controle público, visando a um melhor planejamento e avaliação das ações e da política de saúde;

**XIV** – estruturar e controlar os serviços de verificação de óbitos;

**XV** – assegurar o acesso à educação e à informação e aos métodos de planejamento familiar que não atentem contra a saúde, respeitando o direito de opção pessoal;

**XVI** – participar do controle e da fiscalização de produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

**XVII** – promover a implantação de centros de reabilitação orofacial, de ortodontia e odontologia preventiva;

**XVIII** – colaborar com a proteção do meio ambiente e do trabalho;

**XIX** – atuar em relação ao processo produtivo, garantindo:

**a)** medidas que visem à eliminação de riscos de acidentes, doenças profissionais e do trabalho e que ordenem o processo produtivo, de modo a garantir a saúde dos trabalhadores e acionar os órgãos incumbidos da prevenção de acidente no trabalho para apuração de responsabilidade;

**b)** obrigação das empresas de ministrar cursos sobre riscos e prevenção de acidentes, ficando a cargo do Estado exercer permanente fiscalização sobre as condições locais de trabalho, meio ambiente, maquinaria, meios e equipamentos de proteção oferecidos ao trabalhador;

c) direito de recusa ao trabalho em ambientes que tiverem seus controles de riscos à vida e à saúde em desacordo com as normas em vigor, com a garantia de permanência no emprego, sem redução salarial;

**XX** – desenvolver, em integração com o sistema educacional, ações educativas de saúde nos locais de prestação de serviço, nas escolas ou onde sejam necessárias, visando ao esclarecimento à informação e à discussão, com os usuários;

**XXI** – implantar e garantir as ações do programa de assistência integral à saúde da mulher que atenda às especificidades da população feminina do Estado, em todas as fases da vida da mulher, desde o nascimento à terceira idade;

**XXII** – elaborar planejamento global na área de odontologia, incluindo sua supervisão a cargo, exclusivamente, de cirurgiões-dentistas;

**XXIII** – criar e implantar departamentos odontológicos em hospitais do Sistema Único de Saúde Estadual;

**XXIV** – criar, na área de saúde, programa de assistência médico-odontológica às crianças de zero a seis anos e a jovens; e

**\*XXV** – fomentar o estudo, a pesquisa, a incorporação e a aplicação de novas tecnologias no âmbito da saúde.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**§1º** Cabe ao Estado montar, em toda sua rede hospitalar e ambulatorial, leitos, espaços, equipamentos para atendimento gratuito às pessoas portadoras de deficiência.

**§2º** O Estado deverá fazer convênio com instituições que tenham leitos equipados para tratamento dos portadores de deficiência.

**\*Art. 249.** Cabe ao Estado, no âmbito do seu território, a coordenação e gerenciamento do Sistema Único de Saúde – SUS.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior: Art. 249. Cabe ao Estado a coordenação e gerenciamento do Sistema Único de Saúde -SUDS-, no âmbito do seu território.**

**Parágrafo único.** Garantir-se-á ao órgão coordenador pleno acesso às informações junto a entidades privadas da área, relativas à saúde da população.

**\*Art. 249-A.** Fica instituído o Fundo Estadual de Atenção Secundária à Saúde, de natureza contábil e financeira, destinado à manutenção dos serviços de saúde de média complexidade, em urgência e emergência, em atendimentos móveis de urgência e emergência, de odontologia especializada e de rede ambulatorial especializada.

**\*§1º** O Fundo previsto no caput é constituído:

**\* I** - por quinze por cento dos recursos a que se referem os incisos III e IV do art. 158 da Constituição Federal e os incisos I e II do art. 198 desta Constituição;

**\* II** - por recursos depositados pelo Estado na conta específica do Fundo, correspondentes a dois terços do valor previsto no inciso I;

**\* III** - por outros recursos previstos em Lei específica.

**\* §2º** O Fundo Estadual de Atenção Secundária à Saúde é subordinado à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

**\* §3º** O Conselho Estadual da Saúde estabelecerá disciplina geral para a utilização dos recursos do Fundo, no atendimento de seus objetivos, a ser formalizada por Decreto do Governador do Estado.

**\* §4º** Outros serviços de saúde de média complexidade, previstos em Decreto do Governador do Estado, poderão ser mantidos por recursos do Fundo Estadual de Atenção Secundária à Saúde.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 71, de 18 de janeiro de 2011 – D.O. 25.02.2011.**

**Art. 250.** Toda informação ou publicidade, que atente contra a saúde ou induza a consumo nocivo, deverá incluir observação explícita dos riscos, sob a responsabilidade dos promotores e fabricantes por eventuais danos.

**Art. 251.** Fica sujeita à fiscalização de órgão competente a comercialização de substâncias tóxicoinebriantes, nos termos da legislação vigente.

**Art. 252.** O Estado estabelecerá política de saneamento, tanto no meio urbano como no rural, em função das respectivas realidades locais e regionais, observados os princípios da Constituição Federal.

**§1º** Assegurar-se-á a participação das comunidades, das instituições e das três esferas do Governo no planejamento, na organização dos serviços e na execução das ações.

**§2º** Os padrões técnicos das obras e serviços de saneamento deverão ser adequados tanto ao meio físico quanto ao nível socioeconômico das comunidades, garantindo-se o mínimo de condições sanitárias.

**§3º** O Estado assegurará os recursos necessários aos programas de saneamento, com vistas à expansão e melhoria do setor.

## CAPÍTULO VII DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Art. 253.** O Estado promoverá o desenvolvimento científico e tecnológico, incentivando a pesquisa básica e aplicada, a autonomia e capacitação tecnológicas e a difusão dos conhecimentos técnicos e científicos, tendo em vista o bem-estar da população e o progresso das ciências.

**§1º** A política científica e tecnológica tem por objetivos o respeito à vida e à saúde humana, o aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais, a preservação e a recuperação do meio ambiente, bem como o respeito aos valores éticos e culturais.

**§2º** As universidades e demais instituições públicas de pesquisa devem participar do processo de formulação da política científica e tecnológica e ser seus agentes primordiais.

**Art. 254.** Compete ao Estado estabelecer uma política de desenvolvimento científico e tecnológica que possibilite o norteamento das prioridades de ciência e tecnologia em consonância com as políticas regional e nacional.

**§1º** A pesquisa básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência.

**§2º** A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas regionais e expansão do conhecimento, visando o desenvolvimento do sistema produtivo.

**§3º** O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá, aos que deles se ocupem, meios e condições especiais de trabalho.

**§4º** Será facultada às universidades e demais instituições públicas de pesquisa a criação da carreira de pesquisador, a ser disciplinada por lei.

**Art. 255.** A lei disciplinará o apoio e estímulo às empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada à região, inovação tecnológica com competitividade internacional, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que desenvolvam projetos integrados com universidades e institutos de pesquisa.

**\*Parágrafo único.** A lei instituirá incentivos ao investimento e à fixação de atividades econômicas no território do Estado, objetivando desenvolver-lhe as potencialidades e observadas as peculiaridades regionais.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*Art. 256.** O Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, integrante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, será composto por representantes das entidades da sociedade civil e de organismos públicos e privados envolvidos com a educação superior, a geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, e com as consequências e impactos delas resultantes, cuja estrutura, competência e composição serão disciplinados por Lei.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior: \*Art. 256. O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CECT), integrante da Secretaria da Ciência e Tecnologia, será composto por representantes das entidades da sociedade civil e de organismos públicos e privados envolvidos com a educação superior, a geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, e com as consequências e impactos delas resultantes, cuja estrutura, competência e composição serão disciplinados por Lei.**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 13 de dezembro de 1994 – D. O. de 22.12.1994.**

**\*Regulamentado pela Lei nº 12.077-A, de 1º de março de 1993 – D. O. 22.4.1993.**

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.**

**Redação anterior: Art. 256. O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, criado e mantido pelo Poder Público, será integrado por representantes das entidades da Sociedade Civil e de organismos governamentais envolvidos com a geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico, e com as consequências e impactos delas resultantes.**

**\*Parágrafo único.** Caberá ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia o desempenho das seguintes funções, entre outras que a lei dispuser:

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 13 de dezembro de 1994 – D. O. de 22.12.1994.**

**\*Suprimidos os parágrafos 2º e 3º com as seguintes redações anteriores: §2º. As atividades do Conselho serão realizadas por Secretaria Executiva, com assessoramento e recursos próprios. § 3º. Lei complementar definirá a composição e a competência do Conselho.**

**\*I** – dar apoio ao Governador do Estado sobre propostas, ideias e políticas da Ciência, Tecnologia e Inovação de relevância para o desenvolvimento da economia cearense;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006 – D.O. 10.04.06.**

**Redação anterior: I – estabelecerá diretrizes para a formulação da política científica e tecnológica do Estado;**

**\*II** – realizar estudos temáticos, setoriais e prospectivos, de curto e longo prazo, cujos resultados ajudem a formular as diretrizes de política e os planos estaduais de ciência, tecnologia e inovação;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006 – D.O. 10.04.06.**

**Redação anterior:** II – deliberar sobre o plano estadual de ciência e tecnologia;

**\*III** – (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** III – fiscalizar seu cumprimento pelo Poder Público;

**\*IV** – avaliar, quando solicitado, o resultado das políticas de ciência, tecnologia e inovação e as atividades delas decorrentes realizadas no território cearense;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006 – D.O. 10.04.06.**

**Redação anterior:** IV – avaliar as atividades de pesquisa científica e tecnológica financiadas com recursos estaduais;

**\*V** – orientar as instituições de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), vinculadas ao Governo Estadual, e subsidiar as demais instituições dessa natureza situadas no território cearense, que apresentem propostas que contribuam para o desenvolvimento da política estadual de Ciência e Tecnologia.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006 – D.O. 10.04.06.**

**Redação anterior:** V – apreciar as atividades de órgãos situados no Ceará, mas não vinculados ao Governo Estadual.

**\*Art. 257.** O Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação contribuirá, com os planos estaduais de ciência e tecnologia, abrangendo os componentes da pesquisa científica, da pesquisa tecnológica, do desenvolvimento e da inovação e indicará com precisão as formas e ações prioritárias a serem empreendidas, mediante a aplicação de recursos federais, estaduais, municipais ou privados.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** \*Art. 257. O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CECT) contribuirá com os planos estaduais de ciência e tecnologia, abrangendo os componentes da pesquisa científica, da pesquisa tecnológica, do desenvolvimento e da inovação, e indicará com precisão as formas e ações prioritárias a serem empreendidas, mediante a aplicação de recursos federais, estaduais, municipais ou privados.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006 – D.O. 10.04.06.**

**Redação anterior:** Art. 257. O plano estadual de ciência e tecnologia abrangerá os componentes da pesquisa científica e tecnológica e indicará com precisão as ações prioritárias a serem empreendidas, mediante a aplicação de recursos federais e estaduais no campo da pesquisa científica e tecnológica.

**\*§ 1º** Os trabalhos do Conselho deverão assegurar a compatibilidade das ações que resultem das pesquisas científicas, das atividades tecnológicas ou de inovação, com as metas globais de desenvolvimento econômico e social do Estado e do País.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006 – D.O. 10.04.06.**

**Redação anterior:** § 1º Será assegurada a compatibilidade das ações da área tecnológica com as metas globais de desenvolvimento econômico e social do Estado e do País.

**§ 2º** A dotação orçamentária para execução das atividades das instituições estaduais de pesquisa será determinada de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas no plano e constará do orçamento geral do Estado.

**\*§ 3º** Compete à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior responsabilidade pela captação das sugestões e propostas emanadas do Conselho, para inserção nos planos estaduais, cuidando para que estes se articulem com os planos de desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico do Estado e do País, como também com os mecanismos de fomento e demais ações de incentivos promovidas pelos Governos Estadual e Federal.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior:** \*§ 3º Compete à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior a responsabilidade pela captação das sugestões e propostas emanadas do Conselho, para inserção nos planos estaduais, cuidando para que estes se articulem com os planos de desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico do Estado e do País, como também com os mecanismos de fomento e demais ações de incentivos promovidas pelos Governos Estadual e Federal.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 6 de abril de 2006 – D.O. 10.04.06.**

**Redação anterior:** \*§ 3º Caberá à Secretaria da Ciência e Tecnologia a responsabilidade pela implementação dos planos estaduais de educação superior, ciência e tecnologia, conjuntamente com o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, devendo promover a articulação entre os referidos planos e os Planos de Desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico do Estado e do País, como também com os mecanismos de fomento e demais ações de incentivo promovidos a níveis estadual e nacional.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 13 de dezembro de 1994 – D.O. 22.12.1994.**

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D.O. de 7.3.2003.**

**Redação anterior:** § 3º Caberá ao órgão executivo responsável pela implementação do plano estadual de ciência e tecnologia cumprir as deliberações do conselho e promover a articulação entre os planos de ciência e tecnologia e os mecanismos e programas de fomento e demais ações promovidos em nível nacional e estadual.

**\*Art. 258.** O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada.

**\*Ver Lei Estadual nº 11.752, de 12 de novembro de 1990 – D.O. de 14.11.90, modificada pela Lei Estadual nº 12.077, de 1º de março de 1993 – D.O. de 4.5.1993.**

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7.3.2003 – D.O. de 7.3.2003.**

**§ 1º** A dotação prevista neste artigo será calculada sobre a renda obtida através de impostos e transferida em duodécimos, mensalmente, no mesmo exercício.

**§ 2º** A despesa com pessoal da Fundação de Amparo à Pesquisa não poderá exceder os cinco por cento do seu orçamento global.

## CAPÍTULO VIII DO MEIO AMBIENTE

**Art. 259.** O meio ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida são direitos inalienáveis do povo, impondo-se ao Estado e à comunidade o dever de preservá-los e defendê-los.

**Parágrafo único.** Para assegurar a efetividade desses direitos, cabe ao Poder Público, nos termos da lei estadual:

**I** – manter um órgão próprio destinado ao estudo, controle e planejamento da utilização do meio ambiente;

**\*II** – manter o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA;

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D.O. de 7.3.2003.**

**III** – delimitar, em todo o território do Estado, zonas específicas para desapropriação, segundo critérios de preservação ambiental e organizados de acordo com um plano geral de proteção ao meio ambiente;

**IV** – estabelecer, dentro do planejamento geral de proteção do meio ambiente, áreas especificamente protegidas, criando, através de lei, parques, reservas, estações ecológicas e outras unidades de conservação, implantando-os e mantendo-os com os serviços públicos indispensáveis às suas finalidades;

**V** – delimitar zonas industriais do território estadual para a instalação de parques fabris, estabelecendo-os mediante legislação ordinária, vedada a concessão de subsídios ou incentivos de qualquer espécie, para a instalação de novas indústrias fora dessas áreas;

**VI** – conservar os ecossistemas existentes nos seus limites territoriais, caracterizados pelo estágio de equilíbrio atingido entre as condições físico-naturais e os seres vivos, com o fim de evitar a ruptura desse equilíbrio;

**VII** – adotar nas ações de planejamento uma visão integrada dos elementos que compõem a base física do espaço;

**VIII** – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas concomitantemente com a União e os Municípios, de forma a garantir a conservação da natureza, em consonância com as condições de habitabilidade humana;

**IX** – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Estado e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético, no âmbito estadual e municipal;

**X** – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida e o meio ambiente;

**XI** – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, fiscalizando a extração, captura, produção, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;

**XII** – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

**XIII** – fomentar o florestamento e o reflorestamento nas áreas críticas em processo de degradação ambiental, bem como em todo o território estadual;

**XIV** – controlar, pelos órgãos estaduais e municipais, os defensivos agrícolas, o que far-se-á apenas mediante receita agrônômica;

**XV** – definir as áreas destinadas a reservas florestais, criando condições de manutenção, fiscalização, reflorestamento e investimento em pesquisas, sobretudo na Chapada do Araripe;

**XVI** – proibir, no território do Estado, a estocagem, a circulação e o livre comércio de alimentos ou insumos contaminados por acidentes graves de qualquer natureza, ocorridos fora do Estado;

**XVII** – implantar delegacias policiais especializadas na prevenção e combate aos crimes ambientais;

**XVIII** – desenvolver estudos e estimular projetos, visando à utilização de fontes naturais de energia e à substituição de combustíveis atualmente utilizados em indústrias e veículos por outros menos poluentes;

**XIX** – embargar a instalação de reatores nucleares, com exceção daqueles destinados exclusivamente à pesquisa científica e ao uso terapêutico, cuja localização e especificação serão definidas em lei;

**XX** – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

**XXI** – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território, autorizadas pela União, ouvidos os Municípios.

**Art. 260.** O processo de planejamento para o meio ambiente deverá ocorrer de forma articulada entre Estado, Municípios e entidades afins, em nível federal e regional.

**Parágrafo único.** O Sistema Estadual de Meio Ambiente orientar-se-á para a recuperação, preservação da qualidade ambiental, visando ao desenvolvimento socioeconômico, dentro de parâmetros a serem definidos em lei ordinária que assegurem a dignidade humana e a proteção à natureza.

**Art. 261.** Os resíduos líquidos, sólidos, gasosos ou em qualquer estado de agregação de matéria, provenientes de atividades industriais, comerciais, agropecuárias, domésticas, públicas, recreativas e outras, exercidas no Estado do Ceará, só poderão ser despejados em águas interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas existentes no Estado, ou lançadas à atmosfera ou ao solo, se não causarem ou tenderem a causar poluição.

**Art. 262.** Será prioritário o uso de gás natural por parte do sistema de transporte público.

**\*Art. 263.** O Estado e os Municípios deverão promover educação ambiental em todos os níveis de ensino, com vistas à conscientização pública da preservação e recuperação do meio ambiente.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: \*Art. 263. O Estado e os Municípios deverão promover educação ambiental em todos os níveis de ensino, com vistas à conscientização pública da preservação do meio ambiente.**

**\*Regulamentado pela Lei nº 13.367, de 18 de novembro de 1994 – D. O. de 6.12.1994.**

**\*Art. 264.** Qualquer obra ou atividade pública ou privada, para as quais a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, exigir Estudo de Impacto Ambiental, deverá ter o parecer técnico apreciado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, com a publicação da resolução, aprovada ou não, publicada no Diário Oficial do Estado.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 14 de dezembro de 1991 – D. O. de 21.12.1991.**

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 2142-7 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 2142-7 no Anexo I.**

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.**

**Redação anterior: Art. 264. Para licitação, aprovação ou execução de qualquer obra ou atividade pública ou privada potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente e/ou que comporte risco para a vida e a qualidade de vida, é obrigatório, nos termos da lei estadual, a realização de estudo prévio de impacto ambiental com a publicação do respectivo relatório conclusivo do estudo no Diário Oficial do Estado.**

**\*§1º** A lei estabelecerá os tipos de obra ou atividades que podem ser potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente e/ou que comportem risco à vida e à qualidade de vida, e disporá sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente, órgão subordinado diretamente ao Governador do Estado, em que é garantida a participação da comunidade através das entidades representativas de classe de profissionais de nível superior das áreas de engenharia, arquitetura, agronomia, biologia, medicina e direito.

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.**

**§2º** Só será lícita, aprovada ou executada a obra ou atividade, cujo relatório conclusivo do estudo prévio de que trata o caput deste artigo, apreciado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, for favorável à licitação, aprovação ou execução.

**Art. 265.** A política de desenvolvimento urbano, executada pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, adotará, na forma da lei estadual, as seguintes providências:

**I** – desapropriação de áreas destinadas à preservação dos mangues, lagoas, riachos e rios da Região Metropolitana de Fortaleza e do Cariri e de outras que venham a ser criadas, vedadas nas áreas desapropriadas construções de qualquer espécie, exceção feita aos polos de lazer, sem exploração comercial;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009. Redação anterior: I – desapropriação de áreas destinadas à preservação dos mangues, lagoas, riachos e rios da Grande Fortaleza, vedadas nas áreas desapropriadas construções de qualquer espécie, exceção feita aos polos de lazer, sem exploração comercial;**

**II** – desapropriação de áreas definidas em lei estadual, assegurando o valor real da indenização;

**III** – garantia, juntamente com o Governo Federal, de recursos destinados à recomposição da fauna e da flora em áreas de preservação ecológica;

**IV** – proibição da pesca em açudes públicos, rios e lagoas, no período de procriação da espécie;

**V** – proibição a indústrias, comércio, hospitais e residências despejarem, nos mangues, lagos e rios do Estado, resíduos químicos e orgânicos não tratados;

**VI** – proibição da caça de aves silvestres no período de procriação, e, a qualquer tempo, do abate indiscriminado;

**VII** – proibição do uso indiscriminado de agrotóxicos de qualquer espécie nas lavouras, salvo produtos liberados por órgãos competentes;

**VIII** – articulação com órgãos federais e municipais para a criação, a curto, médio e longo prazos, de mecanismos para resgatar as espécies em extinção da fauna e da flora;

**IX** – fiscalização, conjuntamente com a União e Municípios, objetivando a efetiva proteção da flora e da fauna;

**X** – instalação, em cada Município, de órgão auxiliar dos órgãos federais e estaduais, na preservação da ecologia e do meio ambiente; e

**XI** – proibição de desmatamentos indiscriminados, bem como de queimadas criminosas e derrubadas de árvores para madeira ou lenhas, punindo-se o infrator, na forma da lei.

**Art. 266.** O zoneamento ecológico-econômico do Estado deverá permitir:

**I** – áreas de preservação permanente;

**II** – localização de áreas ideais para a instalação de parques, florestas, estações ecológicas, jardins botânicos e hortos florestais ou quaisquer unidades de preservação estaduais ou municipais;

**III** – localização de áreas com problemas de erosão, que deverão receber especial atenção dos governos estadual e municipal;

**IV** – localização de áreas ideais para o reflorestamento.

**Art. 267.** As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções administrativas na forma determinada pela lei.

**Art. 268.** A irrigação deverá ser desenvolvida em harmonia com a política de recursos hídricos e com os programas de conservação do solo e da água.

**Art. 269.** Na formulação de sua política energética, o Estado dará especial ênfase aos aspectos de preservação do meio ambiente, utilidade social e uso racional dos recursos disponíveis, obedecendo às seguintes prioridades:

**I** – redução da poluição ambiental, em especial nos projetos destinados à geração de energia elétrica;

**II** – poupança de energia, mediante aproveitamento mais racional e uso mais consciente;

**III** – maximização do aproveitamento de reservas energéticas existentes no Estado; e

**IV** – exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis com fins energéticos, que deverão ser administrados por empresas do Estado ou sob seu controle.

**Art. 270.** O Estado estabelecerá um plano plurianual de saneamento, com a participação dos Municípios, determinando diretrizes e programas, atendidas as particularidades das bacias hidrográficas e os respectivos recursos hídricos.

**Art. 271.** Cabe ao Estado e aos Municípios promover programas que assegurem, progressivamente, os benefícios do saneamento à população urbana e rural.

## CAPÍTULO IX

### DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DA MULHER

**\*Art. 272.** É dever da família, da sociedade e do Estado promover ações que visem assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior: Art. 272. É dever indelegável do Estado assegurar os direitos fundamentais da criança, garantida a participação da sociedade civil na alocação e fiscalização dos recursos destinados a esse fim, observados os princípios contidos na Constituição Federal.**

**Parágrafo único.** As diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Estado consignarão, entre as prioridades da administração pública, metas e indicação de recursos necessários para os programas de duração continuada, em benefício das pessoas portadoras de deficiência, menores carentes e idosos.

**Art. 273.** Toda entidade pública ou privada que inclua o atendimento à criança e ao adolescente, inclusive os órgãos de segurança, têm por finalidade prioritária assegurar-lhes os direitos fundamentais.

**\*Parágrafo único.** As empresas privadas que absorvam contingentes de até cinco por cento de deficientes no seu quadro funcional gozarão de incentivos fiscais de redução de um por cento no ICMS.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 429-8, aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 429-w8 no Anexo I.**

**\*Julgado inconstitucional. Acórdão DJ. 30.10.2014. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.**

**Art. 274.** A criança e o adolescente têm o direito de viver e de ser educados na sua família natural e, excepcionalmente, em uma família substituta.

**Art. 275.** O Estado tomará as medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com o objetivo de garantir-lhe o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade com o homem.

**Art. 276.** O Estado criará mecanismos que garantam uma educação não diferenciada para ambos os sexos, desde as primeiras séries escolares, de forma a propiciar a formação de cidadãos conscientes de igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres.

**\*§1º** O Conselho Cearense dos Direitos da Mulher – CCDM terá assento no Conselho de Educação do Ceará.

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.**

**§2º** Será implantado, dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Educação do Estado, o setor Mulher e Educação, destinado a tomar, juntamente com o CCDM, medidas apropriadas para garantir a igualdade de direitos da mulher, tais como:

**I** – combate a conceitos discriminatórios e estereotipados do papel do homem e da mulher contidos nos livros didáticos, nos programas e nos métodos de ensino, como forma de estímulo à educação mista;

**II** – igualdade de oportunidades, acesso à educação complementar, inclusive a programas de alfabetização funcional e de adultos;

**III** – orientação vocacional e a capacitação profissional com acesso a qualquer nível de estudo, tanto nas zonas urbanas como nas rurais;

**IV** – redução de taxas de evasão e organização de programas para continuação dos estudos das jovens mulheres que os tenham abandonado prematuramente;

**V** – oportunidade de participação ativa nos esportes e educação física;

**VI** – adoção de outras medidas com vistas a reduzir, com a maior brevidade, a diferença de conhecimentos entre o homem e a mulher no Estado do Ceará.

**\*Art. 277.** O Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, órgão que objetiva propor medidas e ações que possibilitem o exercício dos direitos da mulher e sua participação no desenvolvimento social, político, econômico e cultural do Estado do Ceará, será consultado com prioridade e obrigatoriamente, quando da elaboração de políticas públicas, a ela referentes em todas as instâncias da administração estadual.

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.**

**\*Parágrafo único.** O Conselho Cearense dos Direitos da Mulher gozará de autonomia financeira e administrativa.

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.**

**Art. 278.** As crianças e os adolescentes respeitados em sua dignidade, liberdade e consciência, gozarão da proteção especial do Estado e da sociedade, na forma da lei.

**Art. 279.** O Estado deverá assumir, prioritariamente, o amparo e a proteção às crianças e adolescentes em situação de risco, zelando para que os programas atendam às características culturais e socioeconômicas locais.

**Parágrafo único.** São consideradas em situação de risco crianças e adolescentes:

**I** – privados das condições essenciais de sobrevivência no que concerne à alimentação, higiene, saúde, moradia e educação obrigatória;

**II** – explorados profissionalmente no mundo do trabalho;

**III** – envolvidos em atividades ilícitas como: roubo, tráfico de drogas, mendicância e prostituição;

**IV** – forçados a fazerem da rua o seu espaço de trabalho e habitação;

**V** – envolvidos com o uso de drogas;

**VI** – confinados em instituições.

**Art. 280.** A redução das taxas de mortalidade infantil até índices aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde será considerada prioritária dentre todas as políticas governamentais.

**\*Art. 281.** A família, a sociedade e o Poder Público têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

**\*Ver Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – D. O. U. 3.10.2003. (Estatuto do Idoso).**

**\*§1º** Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

**\*Ver Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – D. O. U. 3.10.2003. (Estatuto do Idoso).**

**\*§2º** Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

**\*Ver Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – D. O. U. 3.10.2003. (Estatuto do Idoso).**

**\*Art. 282.** O idoso terá direito à saúde, à proteção, à assistência social, ao trabalho, à educação, ao lazer, à justiça e à vida coletiva.

**\*Ver Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – D. O. U. 3.10.2003. (Estatuto do Idoso)**

**§1º** Para assegurar a efetividade desses direitos, incumbe ao poder público:

**I** – adotar medidas para garantir ao idoso sua participação na comunidade;

**II** – implementar uma política social para idosos em todo o Estado;

**III** – criar organismo responsável pela coordenação de programas destinados às pessoas idosas no âmbito estadual e municipal.

**§2º** Constarão, obrigatoriamente, no orçamento anual do Estado, dotações para entidades sem fins lucrativos, devidamente cadastradas e dedicadas ao amparo e assistência à terceira idade.

**Art. 283.** Para estimular a confecção e comercialização de aparelhos de fabricação alternativa para as pessoas portadoras de deficiência, o Estado concederá:

**I** – subsídios financeiros à pesquisa;

**II** – orientação técnica através de órgãos específicos do Estado ou por este indicado;

**\*III** – isenção de cem por cento do ICMS;

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 429-8 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.**

**\*Julgado inconstitucional. Acórdão DJ. 30.10.2014. Ver ADIN nº 429-8 no Anexo I.**

**IV** – apoio de planejamento técnico, implantação e acompanhamento desses empreendimentos incentivados pelo Estado.

**\*Art. 284.** O Estado assegurará ao maior de sessenta e cinco anos:

**\*Regulamentado pela Lei nº 12.231, de 9 de dezembro de 1993 – D. O. de 17.12.1993.**

**\*Ver Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – D. O. U. 3.10.2003. (Estatuto do Idoso).**

**I** – atendimento preferencial em seus postos de saúde, estabelecimentos de crédito, e quaisquer órgãos da administração pública direta e indireta;

**II** – assistência médica, odontológica e social;

**\*III** – proteção contra a violência, através de órgãos especializados da Secretaria de Segurança Pública;

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.**

**IV** – programas preventivos contra o envelhecimento precoce.

**Art. 285.** O Poder Público assegurará aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência:

**I** – acesso aos serviços de saúde com atendimento humanitário, especializado e integrado, inclusive a distribuição de medicamentos, próteses, órteses e implementos aos idosos e deficientes carentes;

**II** – alfabetização;

**III** – acesso aos cursos de extensão universitária, proporcionando-lhes formas de relacionamento social;

**IV** – programas culturais que viabilizem e estimulem sua participação e integração na comunidade;

**V** – assistência domiciliar ao idoso carente e abandonado.

**\*VI** – acesso adequado aos logradouros e edifícios públicos.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Parágrafo único.** O Poder Público dispensará apoio técnico-social e financeiro e material às entidades sociais filantrópicas de utilidade pública, devidamente legalizadas com mais de cinco anos de serviço.

**Art. 286.** O planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

**Art. 287.** O Estado respeitará e fará respeitar os direitos, bens materiais, crenças, tradições e garantias reconhecidas aos índios pela Constituição da República.

**§1º** O órgão do Ministério Público designará um de seus membros para, em caráter permanente, dar assistência jurídica e judiciária aos índios do Estado, suas comunidades e organizações, nos termos do art. 232 da Constituição da República.

**§2º** O Estado proporcionará aos índios de seu território, desde que lhe seja solicitado por suas comunidades e organizações, e sem interferir em seus hábitos, crenças

e costumes, assistência técnica e meios de sobrevivência e de preservação física e cultural.

## CAPÍTULO X DA POLÍTICA URBANA

**Art. 288.** A política urbana, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

**Art. 289.** A execução da política urbana está condicionada ao direito de todo cidadão a moradia, transporte público, saneamento, energia elétrica, gás, abastecimento, iluminação pública, comunicação, educação, saúde, lazer e segurança.

**Parágrafo único.** A propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.

**Art. 290.** O plano diretor do Município deverá conter:

**I** – a delimitação de áreas destinadas à implantação de atividades com potencial poluidor hídrico e atmosférico, que atendam aos padrões de controle de qualidade sanitária estadual;

**II** – a delimitação de áreas destinadas à habitação popular, que atenderão aos seguintes critérios:

**a)** contiguidade à área de rede de abastecimento de água e energia elétrica, no caso de conjuntos habitacionais;

**b)** localização acima da cota máxima de cheias;

**c)** declividade inferior a trinta por cento, salvo se inexistirem no perímetro urbano áreas que atendam a este requisito, quando será admitida uma declividade de até cinquenta por cento, desde que sejam obedecidos padrões especiais de projetos, a serem definidos em lei estadual;

**III** – a identificação das áreas urbanas para o atendimento ao disposto no art. 182 § 4º da Constituição Federal;

**IV** – o estabelecimento de parâmetros máximos para parcelamento do solo e para a edificação, que assegurem o adequado aproveitamento do solo;

**V** – as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, consignando prioridades da administração pública, metas e indicação de recursos necessários para os programas de duração continuada, em benefício das pessoas portadoras de deficiência, menores carentes e idosos;

**VI** – a eliminação das barreiras arquitetônicas em logradouros e edifícios de uso público extensivo aos terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, aeroviários e portuários, bem como aos veículos de transporte coletivo;

**VII** – a exigência, para a liberação de toda e qualquer obra pública, de estrita observância das necessidades e dos direitos das pessoas deficientes ao acesso a banheiros adaptados e rampas, com indicação em braille ou altorrelevo;

**VIII** – a garantia de participação dos deficientes através de seus movimentos representativos, em sua feitura, bem como no acompanhamento de sua execução.

**Art. 291.** Nas diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão:

**I** – regularização dos loteamentos irregulares, inclusive os clandestinos, abandonados ou não titulados;

**II** – preservação das áreas de exploração agrícola e pecuária e o estímulo a essas atividades primárias;

**III** – criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, ambiental e turístico e de utilidade pública;

**IV** – livre acesso especialmente aos deficientes a edifícios públicos e particulares de frequência aberta ao público, a logradouros públicos e ao transporte coletivo, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e ambientais e a adaptação dos meios de transporte.

**Art. 292.** O imposto progressivo, a contribuição de melhoria e a edificação compulsória não poderão incidir sobre terreno de até duzentos e cinquenta metros quadrados, destinado à moradia do proprietário que não tenha outro imóvel urbano ou rural.

**Art. 293.** As limitações do direito de construir e o condicionamento ao uso do solo urbano serão especificados, exclusivamente, em lei.

**§1º** Excetuadas as edificações de preservação histórica, declaradas por lei, as restrições ao direito de construir e ao uso do solo urbano permitirão, no mínimo, a possibilidade de duas categorias de construção no imóvel e de uso do solo urbano, estabelecidos no plano diretor da cidade de que trata o art. 182 da Constituição Federal.

**§2º** A petição, para fins de aprovação de projetos de edificações e licenças de obras, somente será passível de indeferimento por infringência a dispositivos legais ou a decretos regulamentares, nos limites autorizados por lei e no prazo contemplado no art. 7º, § 2º desta Constituição, não servindo de fundamentação normas contidas em portarias, resoluções ou instruções administrativas.

**Art. 294.** Para assegurar as funções sociais da propriedade, o Poder Público usará, principalmente, os seguintes instrumentos:

**I** – imposto progressivo sobre imóvel;

**II** – desapropriação por interesse social ou utilidade pública, com prévia e justa indenização em dinheiro;

**III** – discriminação de terras públicas destinadas, prioritariamente, a assentamentos de pessoas de baixa renda; e

**IV** – inventário, registros, vigilância e tombamentos de imóveis.

**Art. 295.** As terras devolutas, patrimônio do Estado, somente poderão ser utilizadas para:

**I** – áreas de reserva ecológica e de proteção ao meio ambiente;

**II** – projetos de reforma agrária; e

**III** – loteamentos populares.

**Parágrafo único.** É obrigação do Estado e dos Municípios manter os cadastros de suas terras atualizados.

**Art. 296.** É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para a área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

**I** – parcelamento ou edificação compulsórios;

**II** – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo; e

**III** – desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

**Art. 297.** A Lei Orgânica dos Municípios definirá as áreas destinadas à criação do cinturão verde, para a produção de hortifrutigranjeiros pelas comunidades periféricas.

**Art. 298.** Para assegurar a todos os cidadãos o direito de moradia, fica o Poder Público obrigado a formular políticas habitacionais que permitam:

**I** – acesso a programas públicos de habitação ou a financiamento público para aquisição ou construção de habitação própria; e

**II** – assessoria técnica à construção da casa própria.

**Art. 299.** A execução da política habitacional do Estado será realizada por órgão estadual responsável pela:

**I** – elaboração do programa de construção de moradias populares e saneamento básico;

**II** – avaliação e aprimoramento de soluções tecnológicas para problemas habitacionais.

**Art. 300.** Cabe ao Poder Público garantir a destinação de recursos orçamentários para a implantação de habitação de interesse da população de baixa renda.

**Art. 301.** Cabe ao Estado e aos Municípios garantir a implantação dos serviços, de equipamentos e infraestrutura básica, visando à distribuição equilibrada e proporcional à concentração e à densidade populacional, tais como:

**I** – rede de água e esgoto;

**II** – energia e sistema telefônico;

**III** – sistema viário e transporte; e

**IV** – equipamento educacional, de saúde e de lazer.

**Art. 302.** O transporte sob responsabilidade do Estado, localizado no meio urbano, deve ser planejado e operado de acordo com a política de transporte dos Municípios e do plano diretor.

**Art. 303.** Compete ao Estado o controle dos serviços de transportes intermunicipais de passageiros, incluindo-se o estabelecimento de linhas, concessões, tarifas e fiscalização do nível de serviço apresentado.

**Art. 304.** Na elaboração dos respectivos orçamentos e dos planos plurianuais, o Estado e os Municípios deverão prever as dotações necessárias ao cumprimento do disposto neste Capítulo.



**Art. 305.** Para a elaboração do projeto do plano diretor do município, o órgão técnico municipal realizará zoneamento ambiental, compreendido como ambiente natural e social, que norteará o parcelamento, uso e ocupação do solo, as construções e edificações, visando conjuntamente à melhoria do desempenho das funções sociais urbanas, da qualidade de vida e preservação do meio ambiente, na forma da lei.

**Art. 306.** Na elaboração do plano de uso e ocupação do solo e do de transporte, bem como na gestão dos serviços públicos, o Poder Municipal deverá buscar a aprovação do Legislativo e a participação da comunidade, através de suas entidades representativas.

**Art. 307.** O não cumprimento das normas estabelecidas neste capítulo implicará na imputação de responsabilidade civil e penal da autoridade omissa.

**Art. 308.** Fica assegurado o amplo acesso da população às informações sobre planos de uso e ocupação do solo, de transporte e gestão dos serviços públicos.

## CAPÍTULO XI

### DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

**\*Art. 309.** O Estado disporá, por lei, sobre o planejamento da política agrícola, ouvidos os proprietários, parceiros, posseiros, arrendatários e trabalhadores rurais, com os seguintes objetivos principais:

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.** Redação anterior: **Art. 309.** O Estado disporá, por lei, sobre o planejamento da política agrícola, ouvidos os proprietários, parceiros, posseiros, arrendatários e trabalhadores rurais.

**\*I** – propiciar o aumento da produção e da produtividade, bem como a ocupação estável do campo; e

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*II** – orientar a utilização racional de recursos naturais de forma sustentável, compatível com a preservação do meio ambiente, especialmente quanto à proteção e conservação do solo e da água.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Art. 310.** A assistência técnica e a extensão rural serão organizadas em níveis estadual e municipal.

**§1º** A política de assistência técnica e de extensão rural promoverá a capacitação do produtor rural, visando à melhoria de suas condições de vida e das de suas famílias, observados:

**I** – a difusão de tecnologia agrícola e de administração rural;

**II** – o apoio à organização do produtor rural;

**\*III** – a informação de medidas de caráter econômico, social, ambiental e de política agrícola;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

Redação anterior: **III** – a informação de medidas de caráter econômico, social e de política agrícola;

**IV** – a difusão de conhecimentos sobre saúde, alimentação e habitação;

**V** – a orientação do uso racional dos recursos naturais; e

**\*VI** – a diversificação e rotação de culturas.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**§2º** A assistência técnica e a extensão rural de órgãos públicos devem voltar-se prioritariamente para os pequenos produtores, adequando os meios de produção aos recursos e condições técnicas e socioeconômicas do produtor rural.

**Art. 311.** O Estado apoiará as organizações dos produtores rurais, especialmente dos pequenos e médios, e disporá de um plano estadual de produção e abastecimento, que será elaborado na forma da lei pelo órgão estadual de planejamento agrícola.

**§1º** O Poder Público Estadual prestará assistência obrigatória ao pequeno produtor, adotará medidas de valorização e defesa da economia rural, simplificando as exigências burocráticas, para fins de empréstimos em bancos oficiais, bem como proporcionará a distribuição de sementes selecionadas, implementos agrícolas, adubos e defensivos.

**§2º** A lei disporá sobre a criação do Fundo de Eletrificação Rural do Estado do Ceará.

**Art. 312.** O Estado apoiará e estimulará o cooperativismo e associativismo como forma de desenvolvimento socioeconômico dos trabalhadores rurais e urbanos, em especial nos assentamentos para fins de reforma agrária e urbana, bem como estimulará mecanismos de produção, consumo, serviços, crédito e educação, cooperados e associados, nas áreas rurais e urbanas como formas de desenvolvimento preferencial.

**Parágrafo único.** O Estado destinará, entre outros recursos, percentual definido por lei dos tributos, recolhidos pelas cooperativas e associações para a constituição do Fundo de Desenvolvimento, Fomento e Educação para a Cooperação e Associação.

**Art. 313.** Para assegurar a efetividade dos projetos de assentamento e beneficiar os trabalhadores rurais, incumbe ao Estado:

**I** – criar mecanismos especiais de crédito, com juros subsidiados e programas de assistência e de extensão rural;

**II** – assegurar a comercialização da produção; e

**III** – criar fundo ou seguro para indenizar a produção dos trabalhadores rurais, em caso de seca.

**Art. 314.** O Estado, nas áreas de assentamento, garantirá, gratuitamente, o ensino fundamental e o atendimento de saúde.

**Art. 315.** O Estado, através do órgão competente, mediante ação discriminatória, promoverá o levantamento geral de suas terras devolutas, nelas assentando os trabalhadores rurais sem terra, compreendidos os posseiros, arrendatários, subarrendatários, parceiros e assalariados permanentes e temporários.

**§1º** Os projetos de assentamento serão executados por órgão específico, com a participação na deliberação de entidades representativas de trabalhadores rurais, como sindicatos e associações correlatas.

**§2º** Os órgãos estaduais encarregados da política agrícola do Estado devem determinar um percentual de suas verbas para o desenvolvimento das áreas de assentamento.

**Art. 316.** A política fundiária do Estado do Ceará tem como base:

**I** – democratização do acesso à terra, promovendo redistribuição fundiária, para a solução dos problemas sociais no campo;

**II** – indisponibilidade de terras públicas, inclusive devolutas, necessárias à construção de reservas florestais;

**III** – alienação aos ocupantes, com base em procedimento discriminatório, envolvendo critérios, tais como o grau e a forma de utilização da terra, as relações de trabalho, a preservação dos recursos naturais, a dimensão da gleba, a localização, os recursos hídricos, que definirão o próprio valor da terra, para efeito de compra e venda;

**IV** – redistribuição de setenta e cinco por cento das terras públicas, devolutas, arrecadadas, preferencialmente aos trabalhadores sem terra ou aos que só tenham o local de moradia, organizados em associações de trabalhadores;

**V** – lei de terras, com observância da escala de prioridade, de acordo com os seguintes princípios:

**a)** outorga de título de domínio, ou de concessão de uso aos beneficiários de terras devolutas, a uma ou mais pessoas ou grupos organizados;

**\*b)** as terras públicas, inclusive as devolutas, apuradas através de arrecadação sumária ou de processo discriminatório administrativo ou judicial, destinadas a projetos de assentamento ou reassentamento, ou ainda as regularizações fundiárias terão suas titulações concedidas pela entidade integrante da Administração Pública Estadual, responsável pela política fundiária do Estado do Ceará, independentemente de prévia autorização legislativa, estabelecido o limite máximo de 200ha (duzentos hectares) de terras, por beneficiário, ainda que parceladamente;

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 6 de agosto de 1996 – D. O. de 19.8.1996.** Redação anterior: **b)** prévia autorização legislativa para concessão ou alienação de terras públicas, inclusive devolutas, estabelecido o limite máximo de cem hectares, ainda que parceladamente.

**\*c)** garantia de simplificação dos procedimentos administrativos, quando a área envolvida, adquirida para projetos de assentamento ou de reassentamento de trabalhadores rurais, ligados à associação ou à entidade de representação de classe, tiver dimensão igual ou inferior a quinze módulos fiscais.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 6 de agosto de 1996 – D. O. de 19.8.1996.** Redação anterior: **c)** garantia de simplificação dos procedimentos administrativos, quando a área em questão tiver dimensão igual ou inferior a cinquenta hectares, em se tratando de terras destinadas a assentamento de trabalhadores rurais, ligados a associação ou órgão de representação de classe.

**Art. 317.** A política agrícola do Estado será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva dos setores de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, e setores de comercialização, armazenamento e de transportes, com base nos seguintes princípios:

**I** – preservação e restauração ambiental, mediante:

**a)** controle de uso de agrotóxico;

**b)** uso de tecnologias adequadas ao manejo do solo;

- c)** exploração integrada e diversificada dos estabelecimentos agrícolas, objetivando uma racional utilização dos recursos naturais;
- d)** controle biológico das pragas;
- e)** reflorestamento diversificado com espécies nativas, principalmente nas encostas e cabeceiras de rios;
- f)** critérios no processo de ocupação e utilização do solo;
- g)** preservação e recuperação dos manguezais;
- h)** garantia do equilíbrio ecológico;
- II** – adoção dos seguintes programas regionalizados, priorizando as peculiaridades socioeconômicas e climáticas:
- a)** eletrificação rural;
- b)** irrigação;
- c)** incentivo à pesquisa e difusão de tecnologia;
- d)** política educacional, currículos e calendários escolares; e
- e)** infraestrutura de produção e comercialização;
- f)** modalidades de crédito, com preferência para os pequenos e miniprodutores rurais;
- III** – fomento à produção agropecuária, para apoio aos pequenos produtores, assistência aos trabalhadores e estímulo à produção alimentar destinada ao mercado interno, assegurando aos produtores organizados em cooperativas ou associações:
- a)** infraestrutura de produção e comercialização;
- b)** crédito;
- c)** assistência técnica e extensão rural;
- d)** preços mínimos, compatíveis com os custos da produção, em complementação à política federal; e
- e)** garantia de comercialização, principalmente através de estreitamento dos laços entre produtores e consumidores organizados, como também pela compra de produtos para distribuição à população carente dentro de programas específicos;
- IV** – organização do abastecimento alimentar, visando a:
- a)** apoio a programas regionais e municipais de abastecimento popular;
- b)** estímulo à organização de consumidores em associações de consumo ou em outros modos não convencionais de comercialização de alimentos, tais como os sistemas de compras comunitárias, diretamente dos produtores;
- c)** distribuição de alimento a preços diferenciados, dentro de programas especiais;
- d)** articulação de órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela implementação de programas de abastecimento e alimentação; e
- e)** manutenção e acompanhamento técnico-operacional de feiras livres e feiras de produtores;
- V** – incentivo à exploração integrada e diversificada dos estabelecimentos produtivos como forma de minimizar preços de insumos e produtos agrícolas, além de lhes proporcionar sua exploração mais racional;
- VI** – apoio ao pescador artesanal, objetivando:
- a)** melhorar as condições técnicas para o exercício da sua atividade;
- b)** estimular sua organização em colônias ou em projetos específicos, buscando eliminar os laços de dependência que lhe têm comprometido a renda e sua condição como pescador artesanal; e
- c)** regularizar as posses dos pescadores, ameaçados pela especulação imobiliária;
- VII** – elaboração de programas de construção de moradia e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico da população rural, para fixação do homem no campo;
- VIII** – fomento à criação de cursos formais e informais para formação de técnicos agrícolas para atender às diversas regiões socioeconômicas do Estado, com currículo e calendário escolares compatíveis com as necessidades de cada microrregião;
- IX** – adequação da política creditícia, buscando sua definição através dos seguintes mecanismos:
- a)** garantia de concessão direta de crédito rural a posseiros e arrendatários;
- b)** atribuição de prioridade ao crédito rural para investimento e custeio, levando em consideração as necessidades apuradas em função da integração global das atividades produtivas existentes na propriedade, sem sua vinculação a uma cultura específica;

- c)** prioridade de recursos de investimentos para a agricultura alimentar, principalmente para os produtores que lidam prioritariamente com a força do trabalho familiar;
- d)** não concessão de crédito a estabelecimentos e projetos que não atendam às recomendações para a preservação do meio ambiente;
- e)** criação de mecanismos que proíbam a urbanização de lagoas, rios e mangues;
- X** – assistência creditícia às cooperativas, que detenham no seu quadro social, mais de cinquenta por cento de pequenos e miniprodutores rurais, com utilização do Fundo de Desenvolvimento do Cooperativismo;
- XI** – coordenação dos órgãos regionais de desenvolvimento e das suas atividades no Estado;
- XII** – promoção de gestões junto ao sistema nacional de seguro agrícola, a fim de garantir a sua concessão de exploração prioritariamente às associações de seguro, no âmbito do Estado, objetivando a implementação de uma política estadual neste setor;
- XIII** – destinação de recursos orçamentários a serem aplicados para as seguintes prioridades:
- a)** criação e apoio aos assentamentos de trabalhadores rurais sem terra;
- b)** produção de alimento para o mercado interno pelos pequenos e miniprodutores rurais;
- c)** pesquisa e assistência técnica procurando atender às peculiaridades regionais; e
- d)** criação e apoio às associações de trabalhadores rurais.
- Parágrafo único.** Lei ordinária disporá sobre a execução do estabelecido neste artigo.
- Art. 318.** O Estado e os Municípios têm o dever de preservar as águas e promover seu racional aproveitamento.
- Art. 319.** O Estado, mediante convênio com os Municípios e a União, conjugará recursos para viabilização dos programas de desenvolvimento para aproveitamento social das reservas hídricas, compreendendo:
- I** – o fornecimento de água potável e de saneamento básico em todo o aglomerado urbano com mais de mil habitantes, observados os critérios de regionalização da atividade governamental e a correspondente alocação de recursos;
- II** – a expansão do sistema de represamento de águas com edificação, nas jusantes de açudes públicos, de barragens, bem como a instalação de sistemas irrigatórios, com prioridade para as populações mais assoladas pelas secas; e
- III** – o aproveitamento das reservas subterrâneas, contribuindo para minorar o flagelo das secas.
- §1º** Os grandes proprietários beneficiados em decorrência de investimentos públicos contra as secas deverão, através de contribuição de melhoria, compensar o custo das obras realizadas, na forma estabelecida na lei.
- §2º** O Estado apresentará, periodicamente, relatório à União para mantê-la atualizada e capacitada a atender a regiões atingidas pelas secas, conforme o disposto no art. 21, XVIII da Constituição Federal.
- §3º** Os serviços de mobilização populacional nos períodos de seca deverão concentrar-se, prioritariamente, em obras de aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou em regiões de baixa renda.
- §4º** O Estado aproveitará os recursos que lhe sejam repassados pela União, conforme indicação prioritária consubstanciada no art. 43, § 3º da Constituição Federal, em trabalhos de recuperação de terras áridas, cooperando com os pequenos e médios proprietários rurais para a implantação em suas glebas de fontes de água e de irrigação de pequeno porte.
- \*§5º** Na articulação com a União, quando da exploração dos serviços e instalações de energia elétrica, e do aproveitamento energético dos cursos de água em seu território, o Estado levará em conta os usos múltiplos e o controle das águas, a drenagem, a correta utilização das várzeas, a flora e a fauna aquática e a preservação do meio ambiente.
- \* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**
- \*§6º** A proteção das águas deverá ser considerada na elaboração de normas legais relativas a florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e demais recursos naturais e ao meio ambiente.
- \* Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**
- Art. 320.** Constarão das leis orgânicas municipais disposições relativas ao uso, à conservação, à proteção e ao controle dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, no sentido:

**I** – de serem obrigatórias a conservação e a proteção das águas e a inclusão, nos planos diretores municipais, de áreas de preservação daquelas utilizáveis para abastecimento das populações;

**II** – do zoneamento de áreas inundáveis, com restrições à edificação naquelas sujeitas a inundações frequentes;

**III** – da manutenção da capacidade de infiltração do solo, para evitar inundações;

**IV** – da implantação de sistema de alerta e defesa civil, para garantir a segurança e a saúde públicas, quando da ocorrência de secas, inundações e de outros eventos críticos;

**V** – da implantação de matas ciliares, para proteger os corpos de água;

**VI** – do condicionamento e aprovação prévia, por organismos estaduais de controle ambiental e de gestão de recursos hídricos, dos atos de outorga, pelos Municípios, a terceiros, de direitos que possam influir na qualidade ou quantidade das águas, superficiais e subterrâneas; e

**VII** – da implantação de programas permanentes de racionalização do uso das águas para abastecimento público, industrial e para irrigação.

**Art. 321.** O Governo do Estado deverá instituir incentivos e prover outros meios para assegurar viabilização e o desenvolvimento da agricultura irrigada, bem como estimular a introdução de culturas nobres, conforme regulamentação em lei ordinária.

**Art. 322.** Fica criado o Conselho Estadual de Ações Permanentes contra as Secas.

**§1º** O referido Conselho terá como objetivo compatibilizar as ações de órgãos federais, estaduais e municipais, tornando-as permanentes e evitando paralelismo de programas afins.

**\*§2º** O Conselho Estadual de Ações Permanentes contra as Secas será constituído por membros indicados pelas comunidades rurais, sindicatos de trabalhadores, defesa civil, Secretaria de Estado da Agricultura e Meio Ambiente, DNOCS, Sudene e órgãos afins, cujas normas serão definidas em lei complementar.

**\*Ver Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. de 7.3.2003.**

**Art. 323.** O Estado deverá elaborar política especial para as áreas secas, contemplando, dentre outras medidas, a aquisição de áreas para perfuração de poços profundos, açudes, barragens, cisternas e outros pontos d'água e projetos de produção com pequena irrigação.

**Art. 324.** As bacias ou regiões hidrográficas com mais de um Município terão os planos e programas de preservação e proteção dos recursos naturais nelas contidos, elaborados conjuntamente pelo Estado e Município envolvidos.

**Parágrafo único.** O Estado celebrará convênio com os Municípios para a gestão, por estes, do uso das águas de interesse exclusivamente locais.

**Art. 325.** As áreas de vazantes dos açudes públicos estaduais deverão ser cedidas em comodato pelo Estado para plantio por parte dos trabalhadores rurais sem terra da região.

**\*Parágrafo único.** (revogado).

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Redação anterior: Parágrafo único.** Os proprietários de terras contíguas aos espelhos d'água de açudes construídos com participação do Estado, ou totalmente públicos, ficarão obrigados a estabelecer servidões com a finalidade de coletivizar o uso da água.

**\*§1º** A gestão dos recursos hídricos deve privilegiar a produção de alimentos para consumo interno, especialmente de pequenos produtores familiares e assentamentos rurais;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**\*§2º** Os proprietários de terras contíguas aos espelhos d'água de açudes e canais hídricos construídos com participação do Estado, ou totalmente públicos, ficarão obrigados a estabelecer servidões com a finalidade de coletivizar o uso da água.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.**

**Art. 326.** A administração manterá atualizado o plano estadual de recursos hídricos e instituirá, por lei, seu sistema de gestão, congregando organismos estaduais e municipais e a sociedade civil e assegurará recursos financeiros e mecanismos institucionais necessários para garantir:

**I** – a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas;

**II** – o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e o rateio dos custos das respectivas obras na forma da lei;

**III** – a proteção das águas contra ações que possam comprometer o seu uso atual ou futuro; e

**IV** – a defesa contra eventos críticos, que ofereçam riscos à saúde, e à segurança pública, e ocasionem prejuízos econômicos ou sociais.

**§1º** A gestão dos recursos hídricos deverá:

**I** – propiciar o uso múltiplo das águas e reduzir seus efeitos adversos;

**II** – ser descentralizada, participativa e integrada em relação aos demais recursos naturais;

**III** – adotar a bacia hidrográfica como base e considerar o ciclo hidrológico, em todas as suas fases.

**§2º** As diretrizes da política estadual de recursos hídricos serão estabelecidas por lei.

**§3º** Aos proprietários ou agricultores, que trabalham em áreas irrigadas, será obrigatória a contribuição do Governo do Estado subsidiar a energia elétrica consumida para tal atividade, de acordo com lei regulamentar.

**\*Art. 327.** O Estado dispensará às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.** Redação anterior: **Art. 327.** O Estado dispensará às microempresas e às empresas de pequeno porte rural, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, redução ou eliminação, conforme o caso, de suas obrigações administrativas, tributárias previdenciárias e creditícias, nos termos da lei complementar.

**Art. 328.** O Estado levará em conta o problema específico da mulher na zona rural, relativamente ao papel que desempenha na sobrevivência econômica da família, e à remuneração de seu trabalho.

**Parágrafo único.** O Estado adotará medidas apropriadas para assegurar o direito da mulher do campo a:

**I** – participar na elaboração e execução de planos de desenvolvimento em todos os níveis; e

**II** – ter acesso às ações de programas de assistência integral à saúde da mulher, inclusive às de planejamento familiar.

## CAPÍTULO XII

### \*DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAIS

**\*Redação anterior: DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**§5º Art. 329.** O Estado promoverá programa de prevenção, integração social e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, mediante treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

**§1º** A lei reservará percentual de cargos e empregos públicos estaduais para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

**§2º** A lei disporá, com vistas a facilitar a locomoção de pessoas portadora de deficiência, a previsão de rebaixamentos, rampas e outros meios adequados de acesso, em logradouros, edificações em geral e demais locais de uso público, bem como a adaptação das já existentes.

**§3º** A prevenção da excepcionalidade mental será objeto da atenção máxima do Estado, observados seus aspectos de profilaxia (causas sociais, biológicas, nutricionais, acidentais, medicamentosas, radioativas); de diagnóstico precoce; de tratamento e de desenvolvimento da pesquisa especializada.

**§4º** Fica criado o Fundo de Atenção à Excepcionalidade Mental – FAEM, para efeito do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

**\*Art. 330.** A previdência social dos servidores estaduais, detentores de cargos efetivos, dos militares, dos membros de Poder, ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, incluídas suas autarquias e fundações, Legislativo e Judiciário, dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e do Ministério Público, será organizada em sistema único e terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Estado do Ceará, dos segurados e dos pensionistas, observadas as normas gerais de contabilidade e atuária e critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, conforme o art. 40 da Constituição Federal e o disposto em lei complementar.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015. - D.O. de 14.12.2015**

**Redação anterior \*Art. 330.** A previdência social dos servidores estaduais, detentores de cargos efetivos, incluídas suas autarquias e fundações, dos membros do Poder, ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, será organizada em sistema único e terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Estado do Ceará, dos servidores ativos e inativos e dos demais pensionistas, observadas as normas gerais de contabilidade e atuária e critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, conforme disposto em Lei Complementar.

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.**

**5 Ver Lei Complementar nº 183, de 21.11.2018. D. O. de 22.11.2018.**

Redação anterior: (EC nº 52) Art. 330. A previdência social dos servidores públicos estaduais, civis e militares, agentes públicos e dos membros de Poder, ativos, inativos e pensionistas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público é organizada em Sistema Único, administrado pelo Poder Executivo, através das Secretarias da Fazenda e da Administração, nos termos da Lei.

\*§1º Instituído o Sistema Único de que trata o *caput* deste artigo, ficam extintos, na Administração Pública Estadual, todos os Montepios existentes, institutos de aposentadoria e pensão e a Pensão Policial Militar, ficando vedada a instituição de quaisquer novos benefícios de montepio ou previdenciários, a qualquer título, diversos do disposto neste Capítulo, ressalvando-se a manutenção e o pagamento dos benefícios atualmente concedidos, os quais serão suportados pelo Sistema Único, nos termos da Lei, respeitado, em qualquer caso, o teto remuneratório aplicável.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999..

\*§2º Os Deputados Estaduais não serão contribuintes do Sistema Único de que trata o *caput* deste artigo e poderão ter sistema próprio de previdência social, mantido por contribuição dos segurados e pensionistas e por recursos do Estado, nos termos da Lei.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.

\*§3º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário disponibilizarão, mensalmente, a partir de noventa dias da publicação desta emenda, os dados, relativos aos seus servidores, necessários ao gerenciamento do Sistema Único de Previdência.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.

\*§4º A contribuição previdenciária cobrada dos servidores públicos para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o *caput* deste artigo, não poderá ter alíquotas inferiores à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

\*§5º São também alcançados pelo *caput* deste artigo, os servidores estáveis abrangidos pelo art. 39, *caput* da Constituição Federal, na redação original, *c/c* o art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e o admitido até 5 de outubro de 1988, que não tenha cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público, desde que subordinados ao regime jurídico estatutário.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

\*Art. 331. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º da Constituição Federal.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: (EC nº 39) Art. 331. O Sistema Único de Previdência Social de que trata o artigo anterior será organizado com base em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, e será mantido mediante contribuição previdenciária, dos ativos, inativos e pensionistas, na alíquota mínima de onze por cento sobre as respectivas remuneração, proventos e pensões, além de contribuição do próprio Estado do Ceará, conforme disposto em Lei.

\*Ver Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999 – D. O. de 28.6.99, alterada pelas Leis Complementares nº 17, de 20 de dezembro de 1999 – D. O. de 21.12.1999, Lei Complementar nº 21, de 29.6.2000 – D. O. 30.6.2000, Lei Complementar nº 23, de 21.11.2000 – D. O. 22.11.2000, Lei Complementar nº 24, de 23.11.2000 – D. O. 24.11.2000, Lei Complementar 31, 5.8.2002 – D. O. 6.8.2002.

\*Ver Lei Complementar nº 13, de 20 de julho de 1999 – D. O. de 20.7.1999, alterada pelas Leis Complementares nº 19, de 29 de dezembro de 1999 – D. O. de 29.12.1999, Lei Complementar nº 24, 23.11.2000 – D. O. 24.11.2000, Lei Complementar nº 28, de 10.1.2002 – D. O. 16.1.2002, Lei Complementar nº 32, de 30 de dezembro de 2002 – D. O. 31.12.2002.

Redação anterior: (EC nº 55) \*§1º O Sistema Único de Previdência Social, mantido por contribuição previdenciária, atenderá, nos termos da Lei, a:

Redação anterior: (EC nº 52) §1º O sistema Único de Previdência Social mantido por contribuição previdenciária, atenderá, nos termos da Lei, a:

\*Ver Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999 – D. O. de 28.6.99, alterada pelas Leis Complementares nº 17, de 20 de dezembro de 1999 – D. O. de 21.12.1999, Lei Complementar nº 21, de 29.6.2000 – D. O. 30.6.2000, Lei Complementar nº 23, de 21.11.2000 – D. O. 22.11.2000, Lei Complementar nº 24, de 23.11.2000 – D. O. 24.11.2000, Lei Complementar 31, 5.8.2002 – D. O. 6.8.2002.

\*Ver Lei Complementar nº 13, de 20 de julho de 1999 – D. O. de 20.7.1999, alterada pelas Leis Complementares nº 19, de 29 de dezembro de 1999 – D. O. de 29.12.1999, Lei Complementar nº 24, 23.11.2000 – D. O. 24.11.2000, Lei Complementar nº 28, de 10.1.2002 – D. O. 16.1.2002, Lei Complementar nº 32, de 30 de dezembro de 2002 – D. O. 31.12.2002.

§1º O Sistema Único de Previdência Social, mantido por contribuição previdenciária, atenderá, nos termos da Lei, a:

Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69 de 18.01.2011 - D.O. de 9.2.2011

\*I – aposentadoria do segurado;

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. 2.5.2003.

Redação anterior: I – aposentadoria;

\*II – pensão por morte do segurado, na forma definida em lei

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 14.12.2015

Redação anterior \*II - pensão por morte do segurado em favor dos dependentes seguintes, prova da dependência econômica na forma definida em Lei:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.

Redação anterior : II – pensão por morte do segurado em favor:

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. 2.5.2003; e, alterado pela Emenda Constitucional nº 55, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.

\*a) Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*a) o cônjuge supérstite, o companheiro ou a companheira e o ex-cônjuge separado juridicamente ou divorciado, desde que, nos dois últimos casos, na data do falecimento do segurado, esteja percebendo pensão alimentícia devidamente comprovada, observado o percentual fixado, que incidirá sobre a cota que couber ao cônjuge ou companheiro no rateio da pensão com os beneficiários de outras classes;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.

Redação anterior: a) do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, e do cônjuge separado judicialmente ou do divorciado, estes quando, na data do falecimento do segurado, estejam percebendo pensão alimentícia, por força de decisão judicial definitiva ou acordo judicial homologado e transitado em julgado;

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. 2.5.2003.

\*b) Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*b) o filho até completar vinte e um anos de idade;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.

Redação anterior: b) dos filhos menores;

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. 2.5.2003.

\*c) Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*c) o filho inválido ve o tutelado;

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.

Redação anterior: c) dos filhos inválidos e dos tutelados, exigida, quanto a estes últimos, a comprovação da dependência econômica em relação ao segurado;

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. 2.5.2003; e alterado pela Emenda Constitucional nº 55 de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.

Redação anterior: (EC nº 52) c) dos filhos inválidos e dos tutelados, em ambas as hipóteses quando vivam sob dependência econômica do segurado;

\*III – salário-família, na forma definida em lei.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 14.12.2015

Redação anterior \* III – auxílio reclusão, no limite definido em Lei;

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.

\*Ver Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999 – D. O. de 28.6.99, alterada pelas Leis Complementares nº 17, de 20 de dezembro de 1999 – D. O. de 21.12.1999, Lei Complementar nº 21, de 29.6.2000 – D. O. 30.6.2000, Lei Complementar nº 23, de 21.11.2000 – D. O. 22.11.2000, Lei Complementar nº 24, de 23.11.2000 – D. O. 24.11.2000, Lei Complementar 31, 5.8.2002 – D. O. 6.8.2002.

\*Ver Lei Complementar nº 13, de 20 de julho de 1999 – D. O. de 20.7.1999, alterada pelas Leis Complementares nº 19, de 29 de dezembro de 1999 – D. O. de 29.12.1999, Lei Complementar nº 24, 23.11.2000 – D. O. 24.11.2000, Lei Complementar nº 28, de 10.1.2002 – D. O. 16.1.2002, Lei Complementar nº 32, de 30 de dezembro de 2002 – D. O. 31.12.2002.

\*IV – Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*IV – salário-família; e

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. 2.5.2003.

\*V – Revogado

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015

Redação anterior: \*V – salário-maternidade.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. 2.5.2003.

\*§2º Nenhuma aposentadoria ou pensão terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55 de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.

Redação anterior: (EC nº 39) § 2º Nenhuma aposentadoria ou pensão terá valor mensal inferior ao salário mínimo, ressalvados os casos de aposentadoria e pensões proporcionais.

\*§3º A pensão por morte será calculada, na forma da lei, com base no subsídio, vencimentos ou proventos do segurado falecido, independentemente do número de dependentes inscritos, respeitado, em qualquer caso, o teto remuneratório aplicável, e observado o disposto no §7º do art 40, da Constituição Federal.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 14.12.2015

Redação Anterior \*§3º Ressalvados os casos de aposentadoria proporcional, a pensão por morte corresponderá à totalidade do subsídio, vencimentos ou proventos do servidor falecido, independentemente do número de dependentes inscritos, respeitado, em qualquer caso, o teto remuneratório aplicável.

\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.

Redação anterior: § 3º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou rendimento do trabalho do segurado, terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

**\*§4º Revogado**

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015**

**Redação anterior: \*§4º A pensão por morte, prevista no parágrafo anterior, será devida a partir:**

**Alterado pela Emenda Constitucional nº 69 de 18.01.2011 - D.O. de 9.2.2011**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. de 2.5.2003.**

**Redação Anterior: (EC nº 39) §4º A pensão por morte, prevista no parágrafo anterior, será devida a partir:**

**\*I – da data do óbito, se requerido o benefício em até 90 (noventa) dias do falecimento;**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.**

**Redação anterior: \*I – do óbito;**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. de 2.5.2003.**

**Redação Anterior: (EC nº 39) I – do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste;**

**\*II – da data do requerimento, no caso de inclusão post-mortem, nos termos e situações definidos em lei;**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.**

**Redação anterior: \*II – do requerimento, no caso de inclusão post mortem qualquer que seja a condição do dependente;**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. de 2.5.2003.**

**Redação Anterior: (EC nº 39) II – do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior ou no caso de inclusão post mortem qualquer que seja o status do dependente;**

**\*III – da data do requerimento, se o benefício for requerido após noventa dias do óbito;**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.**

**Redação anterior: \*III – do trânsito em julgado da sentença judicial, no caso de morte presumida ou de ausência.**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. de 2.5.2003.**

**Redação Anterior: (EC nº 39) III – da sentença judicial, no caso de morte presumida ou ausência.**

**\*IV – da data do trânsito em julgado da sentença judicial, no caso de morte presumida ou ausência.**

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011;**

**\*§5º Lei definirá a forma de concessão, rateio e o marco inicial do benefício de pensão, inclusive as causas de sua cessação e o rol de dependentes. (NR)**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 14.12.2015**

**Redação anterior \*§5º A pensão por morte decorrente de contribuição paga por qualquer ocupante de cargo, função ou emprego público da administração direta, autárquica e fundacional, ou por membros de quaisquer dos Poderes do Estado, inclusive do Ministério Público, somente poderá ter como beneficiários as pessoas indicadas no § 1º, inciso II, deste artigo, vedada a designação legal ou indicação de quaisquer outros beneficiários, inclusive netos. A pensão será paga metade às pessoas indicadas na alínea “a” do inciso II do §1º, deste artigo, em quotas iguais, salvo se verificados percentuais de pensão alimentícia, que serão observados, e metade, em partes iguais, aos indicados nas alíneas “b” e “c” do inciso II do §1º, deste artigo.**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.**

**Redação anterior: \*§5º A pensão por morte decorrente de contribuição paga por qualquer ocupante de cargo, função ou emprego público da administração direta, autárquica e fundacional, ou por membros de quaisquer dos Poderes do Estado, inclusive do Ministério Público, somente poderá ter como beneficiários as pessoas indicadas no § 1º, inciso II, deste artigo, vedada a designação legal ou indicação de quaisquer outros beneficiários, inclusive netos. A pensão será paga metade às pessoas indicadas na letra a do inciso II, observados os percentuais estabelecidos na decisão judicial que fixou a pensão alimentícia, e metade, em partes iguais, aos indicados nas letras b e c do inciso II.**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. de 2.5.2003.**

**Redação anterior: (EC nº 39) §5º A pensão decorrente de contribuição paga por qualquer ocupante de cargo, função ou emprego público da administração direta, autárquica e fundacional, ou por membros de quaisquer dos Poderes do Estado, inclusive do Ministério Público, somente poderá ter como beneficiários o cônjuge supérstite, a companheira ou o companheiro, e os filhos menores do segurado, sendo vedada a designação legal ou indicação de quaisquer outros beneficiários, inclusive netos, ressalvados os casos de tutela judicial e de invalidez, sempre que demonstrada a dependência econômica. A pensão será paga metade ao cônjuge supérstite, companheira ou companheiro, e metade, em partes iguais, aos filhos menores.**

**\*§6º Revogado**

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015**

**Redação anterior: \*§6º Na falta dos beneficiários indicados na alínea “a” do inciso II, do § 1º, por qualquer motivo, inclusive a perda superveniente da condição de beneficiário, a pensão por morte será paga integralmente aos beneficiários indicados nas alíneas “b” e “c” e vice-versa, observando-se sempre, na forma de rateio entre os concorrentes, o disposto nos parágrafos anteriores, inclusive quanto à incidência do percentual de pensão alimentícia, se existente, não podendo a quota percebida pelo cônjuge separado juridicamente ou ex-cônjuge divorciado, em qualquer hipótese, superar o percentual fixado a título de pensão alimentícia.**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.**

**Redação anterior: \*§6º Na falta dos beneficiários indicados na letra a do inciso II, do § 1º, ou quando por qualquer motivo cessar o pagamento a estes, a pensão por morte será paga integralmente aos beneficiários indicados nas letras b e c e vice-versa, observando-se sempre, na forma de rateio entre os concorrentes, o disposto no parágrafo anterior.**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. de 2.5.2003.**

**Redação Anterior: (EC nº 39) §6º Na falta dos filhos menores, ou quando por qualquer motivo cessar o pagamento a estes, a pensão será paga integralmente ao cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, assim como na falta destes, a pensão será paga integralmente aos filhos menores, cessando na forma do parágrafo seguinte.**

**\*§7º Revogado**

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015**

**Redação anterior: \*§7º Cessa o pagamento da pensão:**

**Alterado pela Emenda Constitucional nº 69 de 18.01.2011 - D.O. de 9.2.2011**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.**

**Redação anterior: (EC nº 52) § 7º Cessa o pagamento da pensão por morte;**

**\*I – em relação ao cônjuge supérstite, companheira ou companheiro e ao ex-cônjuge separado juridicamente ou divorciado, beneficiário de pensão alimentícia, na data em que contraírem novas núpcias ou constituírem nova união estável;**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.**

**Redação anterior: \*I – em relação ao cônjuge supérstite, companheira ou companheiro, e ao cônjuge separado judicialmente ou divorciado, na data em que contraírem núpcias, constituírem nova união estável ou falecerem;**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 29 de abril de 2003 – D. O. de 2.5.2003.**

**Redação Anterior: (EC nº 39) I – em relação ao cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, na data em que contraírem núpcias, constituir nova união estável ou falecer;**

**\*II – em relação ao filho ou filha, na data em que atingir vinte e um anos, salvo se inválido(a) totalmente para qualquer trabalho até o falecimento do segurado, comprovada, neste caso e a na forma da Lei, a dependência econômica em relação a este.**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.**

**Redação anterior: \*II – em relação ao filho, filha ou tutelado, na data em que atingir a maioridade, salvo se inválido(a) ou quando de sua emancipação.**

**\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 22 de dezembro de 2003 – D. O. de 23.12.2003.**

**Redação anterior: (EC nº 39) II – em relação a filho, filha ou tutelado, na data em que atingir a maioridade ou quando de sua emancipação, salvo se inválido(a) totalmente para o trabalho até o falecimento do segurado, comprovada, neste caso, a dependência econômica em relação ao segurado.**

**\*III – em relação ao tutelado, na data em que atingir vinte e um anos, ainda que cessada a tutela com o óbito do segurado;**

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.**

**\*IV – com o falecimento dos beneficiários;**

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.**

**\*V – em todos os demais casos definidos em lei.**

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.**

**\*§8º Revogado**

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015**

**Redação anterior: \*§8º Os serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, não contribuirão para o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará de que trata este artigo, ressalvados os inscritos anteriormente ao advento da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.**

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.**

**\*§9º Revogado**

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015**

**Redação anterior: \*§9º Observado o disposto no parágrafo anterior, a contribuição previdenciária a ser recolhida pelos serventuários da Justiça, ativos e inativos, não remunerados pelos cofres públicos e seus pensionistas, corresponderá, no mínimo, a vinte por cento, incidente sobre toda a remuneração, proventos ou pensão percebidos, conforme o caso, nos termos dispostos em Lei.**

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.**

**\*Ver Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999 – D. O. de 28.6.99, alterada pelas Leis Complementares nº 17, de 20 de dezembro de 1999 – D. O. de 21.12.1999, Lei Complementar nº 21, de 29.6.2000 – D. O. 30.6.2000, Lei Complementar nº 23, de 21.11.2000 – D. O. 22.11.2000, Lei Complementar nº 24, de 23.11.2000 – D. O.24.11.2000, Lei Complementar 31, 5.8.2002 – D. O. 6.8.2002.**

**\*Ver Lei Complementar nº 13, de 20 de julho de 1999 – D. O. de 20.7.1999, alterada pelas Leis Complementares nº 19, de 29 de dezembro de 1999 – D. O. de 29.12.1999, Lei Complementar nº 24, 23.11.2000 – D. O. 24.11.2000, Lei Complementar nº 28, de 10.1.2002 – D. O.16.1.2002, Lei Complementar nº 32, de 30 de dezembro de 2002 – D. O. 31.12.2002.**

**\*As Leis Complementares nº 12 de 23 de junho de 1999 - D. O. de 29.06.1999, e 21 de 29 de junho de 2000 D. O. de 29.06.2000, alteradas pela Lei Complementar nº 159, de 14 de janeiro de 2006 - D. O. de 18.01.2016.**

**\*§10 Revogado**

**\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 85, de 10.12.2015 - D.O. de 10.12.2015**

**Redação anterior: \*§10 Observado o disposto nos §§ 8º e 9º, os serventuários da Justiça, não remunerados pelos cofres públicos terão os proventos de suas aposentadorias fixados de acordo com a média das remunerações que serviu de base de cálculo para as noventa e seis últimas contribuições efetivamente recolhidas à entidade estadual responsável pela previdência social,**

sendo tais proventos e pensões reajustados na mesma época e índice dos reajustes gerais dos servidores do Estado.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.

\*§11 Nenhum benefício de previdência social poderá ser criado majorado ou estendido, sem a correspondente fonte de custeio total.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.

\*§12 (revogado).

\*Revogado pela Emenda Constitucional nº 56, de 7 de janeiro de 2004 – D. O. de 7.1.2004.

Redação anterior: (EC nº 39) §12 A contribuição previdenciária do Sistema Único de Previdência Social não incidirá sobre a parcela de até R\$300,00 (trezentos reais) do provento ou pensão.

\*§13. O servidor público civil ativo, os agentes públicos ativos e os membros de Poder ativos do Estado do Ceará, que permanecerem em atividade após completar as exigências para inativação, farão jus a abono de permanência nos termos e limites estabelecidos pela Constituição Federal e respectivas Emendas.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 18 de janeiro de 2011 – D. O. 9.2.2011.

Redação anterior: \*§13 O servidor público civil ativo, os agentes públicos ativos e os membros de Poder ativos do Estado do Ceará, que permanecerem em atividade após completar as exigências para a aposentadoria voluntária integral nas condições previstas no art. 40 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, ou nas condições previstas no art. 8º, da mesma Emenda, farão jus à não incidência da contribuição previdenciária até a data da publicação da concessão de sua aposentadoria, voluntária ou compulsória.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.

\*§14º. Integram o Sistema Único de Previdência os servidores estaduais que, embora não estáveis, nem estabilizados excepcionalmente pelo art. 19, do ADCT, da Constituição Federal, hajam contribuído e estejam a contribuir para o referido Sistema.

\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 09.02.2011.

**Art. 332.** São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais do Estado e dos Municípios:

I – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas; e

II – local apropriado, nos estabelecimentos públicos e privados em que trabalhem, pelo menos, trinta mulheres, para guardarem sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

**Art. 333.** A prevenção da excepcionalidade física e sensorial será objeto de assistência do Estado, observados aspectos de profilaxia, de diagnóstico precoce, de tratamento e de desenvolvimento da pesquisa especializada.

**Parágrafo único.** Fica criado o Fundo de Assistência à Excepcionalidade Física e Sensorial – FAES, para efeito do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 334.** O Estado institucionalizará casas de abrigos e albergues para mulheres vítimas de violência.

\***Art. 335.** Nenhum provento ou pensão, pago pelo Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará, poderá ser superior a cem por cento da totalidade do subsídio ou vencimento do segurado quando na atividade.

\*Alterado pela Emenda Constitucional nº 39, de 05 de maio de 1999 – D. O. 10.5.1999.

Redação anterior: **Art. 335.** O pensionista do Instituto da Previdência do Ceará receberá no nível inicial pelo menos um salário mínimo. **Parágrafo único** – Os pensionistas terão seus benefícios atualizados ao nível do que percebia o funcionário, quando de seu falecimento. No **Parágrafo único** há uma suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 que aguarda julgamento do mérito; Ver íntegra da ADIN. nº 145-1 no Anexo I.

\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.

**Art. 336.** São direitos sociais: a educação, a habitação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

## ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

**Art. 1º** Ficam definidas como funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana de Fortaleza, até determinação posterior em lei ordinária, as seguintes:

- desenvolvimento econômico e social integrado;
- cartografia e informações básicas;
- saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e drenagem);
- uso do solo;
- habitação;
- transporte coletivo e sistema viário metropolitano;

– proteção do meio ambiente.

\***Art. 2º** Em razão da construção do Açude Público do Castanhão, deverá ser redefinido o espaço físico do Município de Juagaribara, passando a ter as seguintes delimitações:

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995 – D.O. de 22.12.1995.

Redação anterior: **Art. 2º** Em razão da construção do açude público do Castanhão, fica redefinido o espaço físico do Município de Juagaribara, que passa a Ter as delimitações seguintes: I – ao Norte, confinando com os Municípios de Morada Nova, São João do Jaguaribe e alto Santo, coincidindo com os limites do distrito de Castanhão descritas na Lei nº 3.814, de 13 de setembro de 1957, partindo desse limite em linha reta até encontrar o riacho do Livramento, ponto extremo de Morada Nova; II – Ao Oeste, confinando com os Municípios de Morada Nova e Jaguaretama, no ponto do riacho do Livramento, referido no item anterior, subindo no mesmo riacho, atravessando ao meio o açude Poço do Barro, prosseguindo pelo riacho do Deserto, até encontrar a paralela 5º, 30', daí em diante permanecem os limites indicados na Lei nº 3.550, de 9 de março de 1957; III – ao Sul, confinando com o Município de Jaguaribe, permanecendo inalterado o limite da lei anteriormente citada (Lei nº 3.550, de 9 de março de 1957); IV – ao Leste, confinando com os Municípios de Iracema e Alto Santo, persiste o limite da Lei nº 3.550, de 9 de março de 1957, avançando a seguir nas linhas limítrofes do distrito do Castanhão, conforme a Lei 3.814, de 13 de setembro de 1957, até então sujeito à jurisdição do Município de Alto Santo. (Nesta redação havia uma arguição de inconstitucionalidade através da ADIN nº 188-4 a qual foi considerada prejudicada. Ver íntegra da ADIN nº 188-4 no Anexo I).

\***A)** Ao Norte com o município de Morada Nova:

Começa na interseção da Reta que liga a foz do riacho Junqueiro, no Rio Jaguaribe, à foz do riacho Mão Quebrada, no riacho Desterro, com a reta que liga o ponto de latitude 5º 26' 48" e longitude 38º 31' 45" ao ponto de latitude 5º 26' 07" e longitude 38º 30' 06", seguindo em linha reta até este último ponto; daí segue por outra reta até o ponto de latitude 5º 23' 45" e longitude 38º 26' 26", de onde, por outra reta tirada para o ponto de latitude 5º 24' 40" S e longitude 38º 22' 31" W, que incide com o divisor de águas entre o Rio Jaguaribe e o riacho do Livramento.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de maio de 1997 – D. O. de 20.5.1997.

\***B)** Ao Leste com o município de Alto Santo:

Começa na interseção da reta tirada entre o ponto de latitude 5º 23' 45" e longitude 38º 26' 26" e o ponto de latitude 5º 24' 40" S e longitude 38º 22' 31" W, que incide com o divisor de águas entre o rio Jaguaribe e o riacho do Livramento, segue por este divisor até o ponto de latitude 5º 25' 16" S e longitude 38º 25' 50" W, situado na linha de divisa do Projeto Xique-Xique, segue esta divisa até o ponto de latitude 5º 24' 51" S e longitude 38º 26' 08" W, continua por esta linha de divisa até o ponto de latitude 5º 25' 35" S e longitude 38º 26' 55" W, seguindo em linha reta para o ponto de latitude 5º 26' 08" S e longitude 38º 26' 10" W, que incide na linha de divisa do Projeto Xique-Xique, daí segue pela mesma reta até o ponto de latitude 5º 26' 40" S e longitude 38º 25' 27" W, situado na margem do Rio Jaguaribe.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de maio de 1997, D. O. de 20.5.1997.

\***C)** Ainda a Leste com o município de Iracema:

Permanece a mesma divisa definida na alínea "C" da Lei 3.550 de 9 de março de 1957.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de maio de 1997, D. O. de 20.5.1997.

\***D)** Ao Sul com o município de Jaguaribe:

Permanece a mesma divisa definida na Lei 3.550/57, alínea "d".

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995 – D. O. de 22.12.1995.

\***E)** A Oeste com o município de Jaguaretama:

Começa no cruzamento da estrada que liga as cidades de Jaguaribe e Jaguaretama no riacho Manoel Lopes, daí em linha reta vai à fazenda Riacho dos Bois, de onde por outra vai à foz do Riacho dos Cavalos no riacho do Sangue pelo qual sobe até o ponto situado à meia-légua do rio Jaguaribe; deste ponto segue pela linha equidistante meia-légua do rio Jaguaribe até o ponto de Latitude 5º 29' 23" e Longitude 38º 31' 36", daí segue em linha reta até o ponto de Latitude 5º 28' 06" e Longitude 38º 33' 04"; daí por outra reta vai ao ponto de Latitude 5º 26' 48" e Longitude 38º 31' 45", por outra reta tirada para o ponto de Latitude 5º 26' 07" e Longitude 38º 30' 06" até sua interseção com a reta tirada da foz do riacho Junqueiro no Rio Jaguaribe para a foz do riacho Mão Quebrada no riacho Desterro.

\*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995 – D. O. de 22.12.1995.

\*§1º A área descrita e delimitada nos incisos deste Artigo, passa a ser o novo espaço territorial do município de Juagaribara, para cumprimento da realocação e reurbanização do distrito-sede de Juagaribara e da sede do distrito de Poço Comprido.

\*Renumerado pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995 – D. O. de 22.12.1995.

Redação anterior: **Parágrafo único.** A área descrita passa a compor o novo espaço territorial do Município de Jaguaribara, para cumprimento da realocação e reurbanização do distrito-sede de Jaguaribara e da sede do distrito de Poço Comprido.

\***S2º** O disposto no “caput” deste Artigo fica a depender de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995 – D. O. de 22.12.1995.

\***S3º** No caso de resultado desfavorável, na consulta prevista no parágrafo anterior, os limites municipais serão redefinidos, nos termos da Lei, observados os requisitos previstos em Lei Complementar Estadual, e dependendo de nova consulta prévia, mediante plebiscito às populações diretamente interessadas.

\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de dezembro de 1995 – D. O. de 22.12.1995.

**Art. 3º** Fica criado o Campus Industrial Avançado do Cariri, obrigando-se o Governo Estadual a desapropriar área de cem hectares nos Municípios de Crato, Juazeiro do Norte ou Barbalha, para a instalação de uma Zona de Processamento para a Exportação – ZPE, como apêndice agregado à ZPE CEARÁ S/A que utilizará as facilidades de alfandegamento do porto e aeroporto de Fortaleza.

**Art. 4º** Fica o povoado de Jericoacoara transformado em espaço territorial ecológico, a ser especialmente protegido nos termos do art. 225, III da Constituição Federal, devendo o Estado em conjunto com os Municípios da microrregião promover a preservação ambiental.

**Art. 5º** Após a promulgação da Constituição Estadual, as indústrias poluentes que não possuírem filtros e outros equipamentos que evitem a contaminação ambiental, terão o prazo de seis meses, prorrogáveis por igual período, para adoção das providências necessárias.

**S1º** O Poder Público Estadual apresentará projeto complementar, dispendo sobre a manutenção ou a restauração do meio ambiente, com a indicação das obras públicas a serem expandidas.

**S2º** O projeto complementar de que trata este artigo deverá ser previamente submetido à apreciação dos órgãos de fiscalização do meio ambiente.

**S3º** O Banco do Estado do Ceará assegurará prioridade de atendimento às empresas que solicitaram empréstimos para cumprimento das disposições precedentes.

\***Art. 6º** A Imprensa Oficial e demais gráficas do Estado, da administração direta ou indireta, promoverão edição popular do texto integral desta Constituição, que será posta, gratuitamente, à disposição das escolas, dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade e das ligadas diretamente às áreas estudantis e jurídicas.

\*Ver Lei nº 12.782, de 30 de dezembro de 1997 – D. O. de 30.12.1997 e Decreto nº 24.855, de 1º de abril de 1998 – D. O. 1º.4.1998.

\***Art. 7º** A Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa, de que trata o artigo 258, será criada por lei especial dentro do prazo de doze meses, a contar da data da promulgação desta Constituição.

\*Ver Lei Estadual nº 11.752, de 12 de novembro de 1990 – D. O. de 14.11.90, modificada pela Lei Estadual nº 12.077, de 1º de março de 1993 – D. O. de 4.5.1993; ver também Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003 – D. O. 7.3.2003.

\***Art. 8º** A Assembleia Legislativa, dentro do prazo de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor, em consonância com o art. 48-DI, da Constituição Federal.

\*Ver Lei Complementar nº 30, de 26 de julho de 2002 – D. O. 2.8.2002.

**Art. 9º** Ficam reabilitados os Deputados Estaduais, Suplentes de Deputados Estaduais e Vereadores que, no período de 1º de abril de 1964 a 31 de dezembro de 1970, tiveram no Estado do Ceará, os seus mandatos cassados por motivos políticos, embora a formalização dos atos tenha invocados outras fundamentações jurídicas.

**Art. 10.** Dentro de noventa dias, a contar da data de promulgação desta Constituição, o Governador enviará à Assembleia Legislativa a estrutura organizacional do Poder Executivo, na qual constarão todos os órgãos do Poder Público, das empresas estatais e de economia mista e fundações.

**Art. 11.** Os serviços notariais, de registro e escriturarias são exercidos, em caráter privado, por delegado do Poder Público.

**S1º** Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

**S2º** Lei definirá normas gerais para fixação das taxas de serviços relativos aos atos praticados pelos serviços notariais, de registro e escrituraria.

**S3º** O ingresso na atividade notarial, de registro e escrituraria far-se-á por concurso público de provas e títulos.

**S4º** Não se permitirá que qualquer cartório notarial, de registro e escrituraria fique vago por mais de seis meses, sem a abertura de concurso público de provimento ou de remoção.

\***S5º** Fica assegurada aos substitutos das serventias extrajudiciais e judiciais na vacância a efetivação, no cargo de titular, desde que, investidos na forma da lei, na data da promulgação desta Constituição, contem ou venham a contar cinco anos de exercício, nessa condição e na mesma serventia.

\***Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1, as seguintes expressões: “na data da promulgação desta Constituição”, – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.**

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

\***Art. 12.** São considerados estáveis no serviço público todos os servidores das serventias judiciais, conforme a Emenda à Constituição nº 22, de vinte e nove de julho de 1982, que contem pelo menos cinco anos de serviço e até cinco de outubro de 1989.

\***Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 251-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.**

\* Declarada a inconstitucionalidade na ADIN nº 251-1. Data da Sessão de julgamento 27.08.2014. Ver ADIN nº 251-1 no Anexo I.

**Art. 13.** O Tribunal de Alçada a que se refere o art. 113 desta Constituição deverá ser instalado no prazo máximo de seis meses, a contar da data da promulgação da Constituição Estadual.

**Parágrafo único.** O caput deste artigo determina o prazo fixado para efetivar-se o aumento de Desembargadores no Tribunal de Justiça e instalação do Tribunal de Alçada, Juizados Especiais e de Pequenas Causas.

**Art. 14.** O cargo de Promotor de Justiça Militar passa a integrar a carreira do Ministério Público, de entrância especial, com a denominação de Promotor de Justiça Militar.

**Parágrafo único.** O atual ocupante do cargo de que trata este artigo passa a integrar o Ministério Público, com o tempo de serviço exercido no citado cargo.

\***Art. 15.** O Conselho Estadual de Justiça será instalado até seis meses após a data da promulgação desta Constituição, cabendo ao Tribunal de Justiça adotar as providências necessárias, inclusive requisitando recursos financeiros e meios materiais à autoridade executiva, respondendo esta por eventuais embaraços às aquisições.

\***Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 136-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 136-1 no Anexo I.**

\***Extinto o processo sem resolução de mérito. Ver ADIN nº 136-1 no Anexo I.**

\***Parágrafo único.** Não havendo, no prazo acima referido, lei complementar regulamentando a atuação do Conselho, este será convocado pelo seu presidente dentro de trinta dias, passando a reger-se pelo regimento que adotar, até o advento da mencionada lei.

\***Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 136-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 136-1 no Anexo I.**

\***Extinto o processo sem resolução de mérito. Ver ADIN nº 136-1 no Anexo I.**

\***Art. 16.** Os atuais ocupantes dos cargos de Procurador junto ao Tribunal de Contas dos Municípios neles permanecerão até quando se aposentarem, e passarão a se denominar Procuradores de Justiça, integrantes do Ministério Público Estadual.

\***Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.**

**Redação anterior: Art. 16.** Os atuais ocupantes dos cargos de Procurador junto ao Conselho de Contas dos Municípios neles permanecerão até quando se aposentarem, e passarão a se denominar Procuradores de Justiça, integrantes do Ministério Público Estadual.

\***Parágrafo único.** Aplica-se o disposto neste artigo Procuradores do Tribunal de Contas dos Municípios com processo de aposentadoria em tramitação no Tribunal de Contas do Estado, bem como aos aposentados.

\***Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.**

**Redação anterior: Parágrafo único.** Aplica-se o disposto neste artigo aos Procuradores do Conselho de Contas dos Municípios com processo de aposentadoria em tramitação no Tribunal de Contas do Estado, bem como aos aposentados.

**Art. 17.** Aos Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios, nomeados antes da vigência da Constituição Federal de 1988, não se aplica o art. 79, § 3º, parte final.

\***Parágrafo único.** Para as duas vagas adicionais ao Tribunal de Contas dos Municípios, de que trata o art. 79, os Conselheiros serão indicados pela Assembleia Legislativa.

\***Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 16 de dezembro de 1992 – D. O. de 22.12.1992.**

**Redação anterior: Parágrafo único.** Para as duas vagas adicionais do Conselho de Contas dos Municípios, de que trata o art. 79, os Conselheiros serão indicados pela Assembleia Legislativa.

\***Havia uma arguição de inconstitucionalidade sob o nº ADIN 279-1 a qual foi julgada prejudicada pelo STF. Ver ADIN nº 279-1 no Anexo I.**

**Art. 18.** Ficam criadas a Universidade Regional de Itapipoca – URIT, a Universidade de Vale do Poti – UVAP – com sede em Crateús, a Universidade Regional de Quixadá – UREQ e a Universidade Regional do Planalto da Ibiapaba – URPI.

**§1º** Lei estabelecerá as regras de funcionamento das universidades e os cursos por elas adotados, disseminando-se as suas unidades e encargos por todo o espaço das respectivas microrregiões.

**§2º** O Governador do Estado terá um prazo de três anos para implantá-las, contados a partir de três meses da promulgação da Constituição.

**Art. 19.** O Instituto de Estudos Políticos e Atividades Parlamentares, criado pela Resolução nº 200, de 31/12/88, publicada no Diário Oficial de 5/1/89, passa a denominar-se Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará, nos termos do art. 49, parágrafo único desta Constituição, permanecendo inalterados os seus objetivos.

**Parágrafo único.** Os mandatos de seus atuais dirigentes terão a duração de dois anos, contados da promulgação da Constituição, sem óbice à recondução.

**Art. 20.** Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315/67, de 12 de setembro de 1967, serão assegurados os seguintes direitos:

**I** – aproveitamento no serviço público, sem exigência de concurso, com estabilidade;

**II** – assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes;

**III** – aposentadoria, com proventos integrais, aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, se servidor público estadual da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional, independente do regime jurídico; e

**IV** – prioridade na aquisição da casa própria para os que não a possuam ou para suas viúvas ou companheiras.

**Art. 21.** Os professores e servidores dos quadros da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Universidade Regional do Cariri – URCA e Universidade Vale do Acaraú – UVA terão regime jurídico único.

**Parágrafo único.** Os professores e servidores das instituições referidas neste artigo, com sua aquiescência, poderão prestar serviços em qualquer dessas entidades, preservando-se o vínculo originário.

**Art. 22.** O Estado orientará o tratamento a ser dispensado a seus servidores, no sentido de que seja observado o princípio da isonomia correspondendo equivalentes deveres e responsabilidades a iguais salários.

**Art. 23.** Todos os servidores públicos e empregados do Estado, salvo os ocupantes de cargos em comissão, integrarão quadros de carreira, sendo assegurada a ascensão funcional, atendidos os requisitos desta Constituição.

**§1º** É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de médico que estejam sendo exercidos por médicos militares na administração pública direta ou indireta.

**§2º** É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, que estejam sendo exercidos na administração pública direta ou indireta.

**Art. 24.** Fica assegurado aos servidores públicos estatutários dos municípios que não disponham de previdência e assistência médica, odontológica, farmacêutica e hospitalar, o direito de filiar-se aos correspondentes órgãos do Estado, na forma da lei estadual complementar, que estabelecerá os critérios necessários.

**\*Art. 25.** Os servidores públicos do Estado e dos Municípios, da administração direta, de autarquia, empresas públicas, sociedades de economia mista e das fundações públicas, na data da promulgação desta Constituição, há pelo menos cinco anos, e que não tenham sido admitidos mediante aprovação prévia em concursos públicos de provas e títulos, são considerados estáveis no serviço público.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 289-9 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 289-9 no Anexo I.**

**Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 289-9, julgada procedente. Acórdão publicado, DJ: 16/03/2007 Decisão publicada no D.J. e no D.O.U 30/03/2007.**

**\*§1º** O tempo de serviço dos servidores será contado como título quando submetidos a concurso, para fins de efetivação, na forma da lei.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 289-9 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 289-9 no Anexo I.**

**Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 289-9, julgada procedente. Acórdão publicado, DJ: 16/03/2007 Decisão publicada no D.J. e no D.O.U 30/03/2007.**

**\*§2º** O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre

exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins deste artigo, exceto se se tratar de servidor.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 289-9 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 289-9 no Anexo I.**

**Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 289-9, julgada procedente. Acórdão publicado, DJ: 16/03/2007 Decisão publicada no D.J. e no D.O.U 30/03/2007.**

**\*§3º** Com a estabilidade de que trata o *caput* deste artigo, as funções de caráter eventual dos servidores em geral passam a ser de natureza permanente, caracterizando-se como cargos, devendo como tais ser considerados, para todos os efeitos.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 289-9 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 289-9 no Anexo I.**

**Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 289-9, julgada procedente. Acórdão publicado, DJ: 16/03/2007 Decisão publicada no D.J. e no D.O.U 30/03/2007.**

**\*Art. 26.** Os servidores públicos civis do Estado e dos Municípios que ingressaram na administração direta por processo seletivo de caráter público e de provas eliminatórias, em exercício profissional, há pelo menos dois anos, são considerados efetivos de pleno direito.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 289-9 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 289-9 no Anexo I.**

**Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 289-9, julgada procedente. Acórdão publicado, DJ: 16/03/2007 Decisão publicada no D.J. e no D.O.U 30/03/2007.**

**\*Art. 27.** Fica extensiva aos Técnicos de Programação Educacional, a vantagem de que trata o art. 3º da Lei nº 9.375, de 10 de julho de 1970 com a alteração constante do art. 1º da Lei nº 10.165, de 21 de março de 1978, bem como os ocupantes do cargo de profissional de relações públicas, de provimento efetivo, nos quadros da administração direta e indireta, a vantagem de que trata o artigo 3º e parágrafo único da Lei nº 9.375, de 10 de julho de 1970, com a alteração constante do art. 1º e seu parágrafo da Lei nº 10.165, de 21 de março de 1978 e com a alteração constante do art. 1º e seus parágrafos da Lei nº 11.243, de 12 de dezembro de 1986.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.**

**\*Art. 28.** Fica extensiva aos ocupantes dos cargos técnicos de programação educacional, de provimento efetivo de quadro de pessoal a que se refere a Lei nº 10.776, de 17 de dezembro de 1982, com a alteração do art. 7º da Lei nº 11.463, de 17 de julho de 1988, bem como aos ocupantes dos cargos de assistente técnico de educação, auditor de educação e técnico de educação de que tratam as Leis nºs 10.703, de 13 de agosto de 1982 e 10.876, de 26 de dezembro de 1983, a vantagem de que trata o art. 3º, da Lei nº 9.375, de 10 de julho de 1970 com a alteração constante no art. 1º da Lei nº 10.165, de 21 de março de 1978.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*Julgado Inconstitucional na ADIN nº 145-1, DOU de 25.06.2018.**

**\*Art. 29.** Ficam efetivados os servidores públicos civis do Estado e dos Municípios, da administração direta, de autarquias e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação desta Constituição há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição Federal, tornando-se estáveis no serviço público.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 289-9 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 289-9 no Anexo I.**

**Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 289-9, julgada procedente. Acórdão publicado, DJ: 16/03/2007 Decisão publicada no D.J. e no D.O.U 30/03/2007.**

**\*Art. 30.** Os servidores da administração direta e indireta, colocados à disposição, remanejados ou prestando serviço a qualquer órgão dos Poderes do Estado, passam a integrar o quadro no emprego ou cargo pertinente à respectiva prestação de serviço e ao regime jurídico correspondente, desde que façam opção até noventa dias após a promulgação desta Constituição, perante o órgão a que estão agregados.

**\*Suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIN nº 289-9 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 289-9 no Anexo I.**

**Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 289-9, julgada procedente. Acórdão publicado, DJ: 16/03/2007 Decisão publicada no D.J. e no D.O.U 30/03/2007.**

**Art. 31.** Será criado, dentro de trinta dias da promulgação da Constituição, grupo de trabalho, com dez membros, sendo cinco indicados pelo Poder Executivo e o restante pelo Poder Legislativo, com a finalidade de apresentar estudos necessários à construção de um novo Aeroporto para Fortaleza.

**Parágrafo único.** Um dos membros a ser indicado pelo executivo será representante do Ministério da Aeronáutica.

**Art. 32.** No primeiro exercício financeiro a partir da promulgação da Constituição, não poderá o Estado despender com pessoal mais do que setenta e cinco por cento do valor da sua receita corrente, conforme determina a Constituição Federal.



**Art. 33.** Fica criada, nos termos da lei, a Escola Técnica Estadual de Itapipoca, para dar suporte ao ensino profissionalizante na região Norte do Estado, instituído-se:

**I** – ensino de primeiro grau profissionalizante para as carreiras de: torneiro mecânico, serralheiro, pintor, marceneiro, pedreiro, mestre-de-obras, eletricista, bombeiro hidráulico; e

**II** – ensino profissionalizante de 2º grau para carreira de: técnico agrícola e pecuário, técnico em química industrial, técnico em edificações, técnico em pesca e processamento do peixe e seus derivados.

**Parágrafo único.** A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará editará a lei de criação prevista no *caput* deste artigo até noventa dias após a promulgação da Carta Magna Estadual.

**Art. 34.** Após cinco anos da promulgação da Constituição Estadual, será realizada sua revisão constitucional, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia.

**Parágrafo único.** A iniciativa popular de emenda à Constituição Estadual será assegurada, quando da revisão constitucional.

**Art. 35.** Serão revistas pela Assembleia Legislativa, no prazo de dois anos da promulgação desta Constituição, todas as doações, vendas, concessões, autorizações e permissões de uso de terras públicas com área superior a cinquenta hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 até a 5 de outubro de 1991.

**Art. 36.** O Governo do Estado, trinta dias após a promulgação da Constituição, determinará estudos à Empresa Cearense de Telecomunicações – Ectel, para a implantação de canais de transmissão de áudio e vídeo em número suficiente para atendimento a todas as emissoras de televisão de Fortaleza, incluindo um canal reserva.

**§1º** As despesas decorrentes dessa providência serão divididas entre as emissoras de televisão interessadas na futura exploração dos canais, para retransmissão ao Interior do Estado.

**§2º** A TV Educativa terá prioridade de utilização para um dos atuais canais da Ectel.

**§3º** Lei definirá os critérios para exploração dos canais de televisão para o Interior por parte das emissoras interessadas de Fortaleza.

**\*Art. 37.** As empresas individuais ou coletivas, em débito com a Fazenda Estadual, com total de autos de infração lavrados até 30.3.89, cujo valor não ultrapasse a cinco mil OTNs, do dia da lavratura, ajuizados ou não, poderão liquidar sua dívida até 31.12.89, sem multa e sem atualização monetária.

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**\*Julgada parcialmente procedente a Ação, para julgar prejudicada. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I. D.O.U. 25.06.2018.**

**\*Parágrafo único.** Tratando-se de microempresa, independe de anistia, ora concedida, do limite estabelecido do *caput* deste artigo e de qualquer formalidade.

**\*Arguida a inconstitucionalidade na ADIN nº 145-1 – aguardando julgamento do mérito. Ver ADIN nº 145-1 no Anexo I.**

**Art. 38.** A lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos, instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, abastecimento interno e mercado externo.

**Art. 39.** Aos bombeiros militares fica garantido o direito de opção pela permanência nos Quadros da Polícia Militar do Ceará.

**§1º** O prazo da opção será de cento e oitenta dias, a contar da promulgação da presente Constituição, mediante requerimento escrito ao Chefe do Poder Executivo.

**§2º** Ao optar pela permanência no efetivo da Polícia Militar do Ceará, o bombeiro militar ocupará vaga no quadro de organização da corporação, na qualificação policial militar parcial correlata ou, na falta desta, na qualificação de combatente.

**§3º** Inexistindo vaga nas qualificações citadas no parágrafo anterior, o bombeiro militar será incluído na qualificação de combatente na condição de excedente.

**Art. 40.** Caberá ao Estado constituir o Conselho Estadual de Energia, no prazo de um ano, a partir da data da promulgação desta Constituição, com atribuição de estabelecer a política energética estadual, promover e acompanhar sua implementação.

**Parágrafo único.** O Conselho será paritariamente composto por membros nomeados pelo Governo do Estado e representantes da sociedade civil organizada.

**\*Art. 41.** Os Municípios, no prazo de doze meses, adotarão providências no sentido de dotar suas administrações públicas, de legislação específica complementar à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos termos do inciso II, do art. 30, da Constituição Federal.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 35, de 30 junho de 1998 – D. O. 13.7.1998.**

**\*Art.42.** Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, que vigorará por dez exercícios financeiros, nos termos dos arts.43 a 49 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*Art.43.** Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias correntes:

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*I** – do Poder Executivo;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*II** – do Poder Judiciário;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*III** – da Assembleia Legislativa;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*IV** – do Ministério Público do Estado;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*V** – da Defensoria Pública do Estado;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*VI** – do Tribunal de Contas do Estado.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§1º** Cada um dos limites a que se refere o *caput* deste artigo equivalerá:

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*I** – para o exercício de 2017, à despesa primária corrente paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigida em 7,0% (sete inteiros por cento);

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*II** – para os exercícios posteriores, segundo definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, ou 90% (noventa por cento) da variação positiva da Receita Corrente Líquida, ambos para o período de 12 (doze) meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere à Lei Orçamentária.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§2º** Os limites estabelecidos na forma do art.46, do §1º do art.99, alínea “e” do art.74, parágrafo único do art.81, art.136 e art.148-A da Constituição Estadual não poderão ser superiores aos estabelecidos nos termos deste artigo.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§3º** A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária demonstrará os valores máximos de programação compatíveis com os limites individualizados calculados na forma dos incisos I e II do §1º deste artigo.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§4º** As despesas primárias correntes autorizadas na Lei Orçamentária Anual sujeitas aos limites de que trata este artigo não poderão exceder os valores máximos demonstrados nos termos do §3º deste artigo.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§5º** É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado da despesa primária corrente sujeita aos limites de que trata este artigo.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§6º** Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos neste artigo:

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*I** – transferências constitucionais estabelecidas nos incisos III e IV do art.158 da Constituição Federal;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*II** – créditos extraordinários a que se refere o §3º do art.167 da Constituição Federal e a situação prevista no art.88, inciso XIX da Constituição Estadual do Ceará;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*III** – despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§7º** Para fins de verificação do cumprimento dos limites de que trata este artigo, serão consideradas as despesas primárias correntes pagas, incluídos os restos a pagar pagos.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§8º** O pagamento de restos a pagar inscritos até 31 de dezembro de 2015 poderá ser excluído da verificação do cumprimento dos limites de que trata este artigo, até o excesso de resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do exercício em relação à meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§9º** Não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos nesta Lei:

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*I** – despesas relativas à saúde, inclusive as aplicações mínimas de recursos, no caso do Estado do Ceará, do produto de arrecadação dos impostos a que se refere o art.155 e dos recursos de que tratam os arts.157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que foram transferidas aos respectivos Municípios, bem como os critérios de rateio de recursos da União vinculados à saúde destinados ao Estado do Ceará, e do Estado aos seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*II** – despesas relativas à Educação, inclusive as aplicações mínimas de recursos a que se refere o art.212 da Constituição Federal e art.216 da Constituição Estadual do Ceará.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§ 10.** As limitações dispostas neste artigo não se aplicam a fundos cuja operacionalização aconteça com recursos exclusivamente próprios, sem suplementação com recursos do Tesouro Estadual, ainda que haja previsão de dotação orçamentária na lei que instituiu.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**6\*Art.43-A.** Fica criado o Conselho de Governança Fiscal do Estado, com o objetivo precípuo de zelar pelo equilíbrio fiscal do Estado, composto pelos seguintes membros:

I - Governador do Estado;

II – Presidente da Assembleia Legislativa;

III – Presidente do Tribunal de Justiça;

IV – Procurador-Geral de Justiça;

V – Presidente do Tribunal de Contas do Estado;

VI – Defensor Público-Geral.

§ 1º Compete ao Conselho de Governança Fiscal do Estado:

I – promover a harmonização e coordenação de ações entre os Poderes e Órgãos representados por seus integrantes, no que se refere à Gestão Fiscal;

II – estabelecer diretrizes de distribuição equânime de esforços e medidas de eficiência fiscal;

III – acompanhar e avaliar os resultados do Novo Regime Fiscal, instituído nos termos do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

IV – propor alteração nos limites a que se refere o inciso II do § 1º do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, caso se mostre necessário ao equilíbrio fiscal do Estado;

V – propor a prorrogação do Novo Regime Fiscal, caso se mostre necessário ao equilíbrio fiscal do Estado;

VI – disseminar práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal.

§ 2º O Conselho de Governança Fiscal do Estado se reunirá, no mínimo, 3 (três) vezes ao ano, preferencialmente nos meses de maio, setembro e fevereiro, após a emissão dos Relatórios de Gestão Fiscal previstos no art. 54 da Lei Complementar Federal nº101, de 4 de maio de 2000, ocasiões em que deverá dentre outras ações decorrentes de suas competências, proceder ao acompanhamento e a avaliação dos resultados do Novo Regime Fiscal, conforme o inciso III do § 1º do caput.

§ 3º A alteração nos limites nos termos do inciso IV, § 1º, do caput, a prorrogação do Novo Regime Fiscal nos termos do inciso V, § 1º, do caput e a alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do § 1º do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deverão ser realizadas por meio de projeto de lei complementar.

§ 4º Ouvido o Conselho de Governança Fiscal do Estado, o Governador do Estado poderá propor projeto de lei complementar para alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do § 1º do art. 43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 5º Nas atividades de acompanhamento e avaliação dos resultados da gestão fiscal, o Conselho de Governança Fiscal terá o assessoramento técnico dos responsáveis pelo órgão central do sistema de controle interno, de cada Poder e Órgão citados no art. 43-A do caput.

§ 6º Ato do Conselho disporá sobre a sua composição e forma de funcionamento, respeitados os mandamentos desta Constituição.”

6 Ver D. O. de 27.12.2018

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 94 de 17.12.2018. D. O. de 26.12.2018**

**\*Art.44.** O Governador do Estado poderá propor, a partir do sexto exercício da vigência do Novo Regime Fiscal, projeto de Lei Complementar para alteração do método de correção dos limites a que se refere o inciso II do §1º do art.43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*Parágrafo único.** Será admitida apenas uma alteração do método de correção dos limites por mandato governamental.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*Art.45.** No caso de descumprimento de limite individualizado, aplicam-se, até o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites, aos Poderes e Órgãos elencados nos incisos I a VII do caput do art.43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que o descumpriu, sem prejuízo de outras medidas, as seguintes vedações:

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*I** – concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros do Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto dos derivados de sentença judicial ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à entrada em vigor desta Emenda Constitucional;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*II** – criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*III** – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*IV** – admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*V** – realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*VI** – criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor de membros de Poder, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado, e de servidores e empregados públicos e militares;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*VII** – criação de despesa obrigatória;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*VIII** – adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art.7º da Constituição Federal.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§ 1º** Adicionalmente ao disposto no caput, no caso de descumprimento do limite de que trata o inciso I do caput do art.43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam vedadas:

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*I** – a criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como a remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*II** – a concessão ou ampliação de incentivos ou benefício de natureza tributária, excetuado aqueles que impactem positivamente a arrecadação.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§ 2º** No caso de descumprimento de qualquer dos limites individualizados de que trata o caput do art.43 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica vedada a concessão da revisão geral prevista no inciso X do caput do art.37 da Constituição Federal.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*§ 3º** As vedações previstas neste artigo aplicam-se também a proposições legislativas.

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*Art.46.** As disposições introduzidas pelo Novo Regime Fiscal:

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*I** – não constituirão obrigação de pagamento futuro pelo Estado ou direitos de outrem sobre o erário;

**\*Acrescido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*II** – não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*Art.47.** A proposta de lei que crie ou altere despesa obrigatória deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*Art.48.** A proposta de lei que crie ou amplie renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e de pelo menos uma das seguintes condições:

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*I** – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*II** – estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, expansão da atividade econômica, modernização dos controles fiscais, implementação da substituição tributária, dentre outras.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios, quando concedidos em caráter geral.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**

**\*Art.49.** A tramitação de proposição elencada no caput do art.58 da Constituição Estadual, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, será suspensa por até vinte dias, a requerimento de um quarto dos membros da Casa, nos termos regimentais, para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal.

**\*Acréscido pela Emenda Constitucional nº 88, de 21 de dezembro 2016. D.O. 21.12.2016.**



Fortaleza, 5 de outubro de 1989. – Antônio Câmara, Presidente – Antônio dos Santos, 1o Vice-Presidente, – Macário de Brito, 2o Vice-Presidente, – Narcélio Limaverde, 1o Secretário – Ilário Marques, 2o Secretário – Geraldo Azevedo, 3o Secretário – Elmo Moreno, 4o Secretário – Everardo Silveira, Relator – Barros Pinho, Presidente de Comissão – Jarbas Bezerra, Relator de Comissão – Agaci Fernandes – Alceu Coutinho – Alexandre Figueredo – Antônio Jacó – Antônio Tavares – Bitu dos Santos – César Barreto – Cláudio Pinho – Domingos Fontes – Edson Silva – Érasmo Alencar – Erivano Cruz – Eudoro Santana – Fonseca Coelho – Francisco Aguiar – Franzé Moraes – Gomes Farias – Henrique Azevedo – João Alfredo – João Luiz – João Viana – Júlio Rêgo – Liaderson Pontes – Luiz Pontes – Manoel Duca – Marcos Cals – Maria Dias – Maria Lúcia – Nonato Prado – Nilo Sérgio – Paulo Quezado – Pedro José – Pinheiro Landim – Tarcísio Monteiro – Teodorico Menezes – Tomaz Brandão.

#### PARTICIPANTES:

Carlos Cruz – Carlos Macêdo – Casimiro Neto – Ciro Gomes – Ednaldo Bessa – Figueiredo Correia – José Bezerra – José Prado – Marcus Viana – Moésio Loyola.

## ÍNDICE ALFABÉTICO – REMISSIVO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

### ABASTECIMENTO ALIMENTAR

– art. 317, IV “a” a “e”

### ABUSO DO PODER

– econômico ou político; Deputados: art. 53, V

### AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

– art. 108, VII, “e”  
– por omissão: art. 127, § 2º

### AÇÃO DISCRIMINATÓRIA

– procedimento: art. 316, III  
– terras devolutas: art. 315, § 2º

### AÇÃO PENAL PÚBLICA

– função institucional do Ministério Público, promover, privativamente: art. 130, I

### AÇÃO POPULAR

– art. 7º, § 4º;  
– procedimento: art. 100 e parágrafo único

### AÇÃO RESCISÓRIA

– art. 108, VII, “e”

### AÇUDES

– servidão: art. 325, parágrafo único

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

– atividades exercidas por servidores; serviços de terceiros; vedação: art. 162, § 4º  
– autarquias e administração pública indireta; lotação própria e não existência de vaga: art. 162, § 3º  
– cargos comissionados: art. 154, § 2º  
– cédula de identidade; gratuidade: art. 164  
– despesa com pessoal: art. 162, § 1º  
– informações sobre contratos ou convênios públicos; denúncia de irregularidades: art. 160 e parágrafo único  
– órgãos públicos; publicidade: art. 159, §§ 1º e 2º  
– prestadores de serviço público; danos causados por agentes: art. 154, § 4º  
– princípios: art. 154, I a XXIII e §§  
– quadro com lotação numérica de cargos e funções: art. 162  
– recursos federais; competência para fiscalizar: art. 161  
– responsabilidade dos servidores do Estado: art. 163  
– vantagem ou aumento da remuneração; concessão; admissão de pessoal; requisitos: art. 162, § 2º, I e II

### ADOLESCENTE

– família natural; família substituta, viver e serem educados: art. 274  
– prioridade dos direitos fundamentais; art. 273  
– proteção especial do Estado e da sociedade; art. 278  
– respeito à dignidade, liberdade e consciência; 278  
– situações de risco, art. 279, parágrafo único e incisos I a VI  
– vide CRIANÇA

### AGLOMERADOS URBANOS

– delimitação: art. 43, II, “c”

### AGRICULTURA

– irrigada; culturas nobres: art. 321

### AGROPECUÁRIA

– estímulo à produção alimentar; art. 317, III, letras “a” a “e”  
– fomentar a produção, organizar o abastecimento: art. 15, VIII

### AGROTÓXICOS

– proibição de uso indiscriminado; art. 265, VII

### ÁGUAS

– preservação e aproveitamento: art. 318  
– recursos hídricos; aproveitamento social: art. 319, I a III e §§ 1º ao 4º

### ALIENAÇÃO

– aprovação pela Assembleia Legislativa; art. 49, XIII  
– autorização para, bens do Estado; art. 19, § 1º

### ALÍQUOTAS

– fixação para operações internas; art. 199, inciso VI, letras “a” e “b”

### AMPLA DEFESA DO GOVERNADOR

– art. 90, § 3º

### APOSENTADORIA

– 13º salário; direito; art. 167, I  
– apreciar a legalidade do ato de funcionalismo público municipal; art. 78, III  
– apreciar a legalidade do ato de funcionalismo público estadual; art. 76, III  
– atos de, membros do MP; art. 135, III  
– de juizes por interesse público; art. 96, X  
– de juizes; art. 96, VIII  
– dos membros da Defensoria Pública; art. 148, § 3º  
– em cargos de funções temporárias; art. 168, § 2º  
– gratificação natalina, mês base para cálculo; art. 167, XIV  
– iniciativa privativa do Governo, leis que disponham; art. 60, § 2º, letra “c”  
– reajustes de membros do MP; art. 144, caput  
– reajustes de, magistrados, art. 103, caput  
– revisão dos proventos da; art. 168, § 4º  
– vantagens do cargo em comissão; art. 167, § 1º  
– voluntária, por tempo de serviço; art. 167, XIII

### APOSENTADOS

– vide APOSENTADORIA

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

– atribuições; sanção do Governador: art. 50, I a XV  
– comissão específica de controle político: art. 9º, parágrafo único, I a V  
– comissões permanentes ou temporárias; constituição e competência: art. 55, § 1º e § 2º, I à IX  
– competência exclusiva: art. 49, I a XXXII e parágrafo único  
– convocação e período extraordinário: art. 47, §§ 5º e 6º  
– regimento interno: art. 6º, § 2º  
– sessões legislativas; período: art. 47, §§ 1º ao 6º  
– sessões públicas e secretas: art. 48 e parágrafo único

### ASSISTÊNCIA JURÍDICA

– gratuidade: art. 8º, § 2º  
– pena de responsabilidade: art. 8º, § 4º

### ASSISTÊNCIA PÚBLICA

– competência comum do Estado, União e Municípios aos portadores de deficiências; art. 15, II

### ASSISTÊNCIA SOCIAL

– aos filhos e dependentes, creches e pré-escolar: art. 332, I  
– arts. 329 a 336  
– e previdência; órgãos de direção: art. 330  
– prevenção de excepcionalidade física e sensorial: art. 333 e parágrafo único  
– programas promovidos pelo Estado; portadores de deficiência: art. 329, §§ 1º ao 4º

### ASSOCIAÇÃO

– criação: art. 13  
– dissolução ou suspensão: art. 13, parágrafo único

### AUTARQUIA

– conselho representativo; art. 170, caput  
– convocação de dirigentes pela Assembleia Legislativa; art. 49, XIV  
– convocação de dirigentes pelas Comissões da Assembleia Legislativa: art. 55, V  
– criação de: art. 154, XVIII  
– isonomia de vencimentos: art. 166, § 1º  
– planos de carreira: art. 166  
– quadro de pessoal: art. 162, § 3º  
– verba publicitária, reserva: art. 157, caput

### BACIAS OU REGIÕES HIDROGRÁFICAS

– planos e programas de preservação e proteção: art. 324, caput e parágrafo único

### BEM-ESTAR

– dos idosos: art. 281, caput

### BENS

– de valores materiais: art. 15, III e IV  
– do Estado: art. 19 e seus parágrafos  
– responsabilidade por dano, legislação: art. 16, VIII

## BENS DO ESTADO

- alienação de bens imóveis: art. 19, § 1º
- art. 19, I a V
- impenhorabilidade: art. 19, § 2º
- permissão de uso, bens do Estado: art. 19, § 1º

## BENS IMÓVEIS

- causa mortis; art. 196, I, a, e art. 197, I
- impostos devido ao Estado; art. 197, I
- permissões de uso, bens do Estado; art. 19, § 1º
- transmissão intervivos; art. 202, II

## BENS PÚBLICOS

- praias, áreas: art. 23, I a VIII e parágrafo único

## BIBLIOTECA

- sistemas estaduais: art. 236

## CÂMARA MUNICIPAL

- competências: art. 34, I a XVII

## CAPITAL DO ESTADO

- art. 17 e parágrafo único

## CARGOS PÚBLICOS

- portadores de deficiência; percentual definido por lei: art. 329, § 1º

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- apoio e estímulo às empresas que investem em pesquisa e tecnologia: art. 255
- arts. 253 a 258
- Conselho Estadual; composição e funções: art. 256, parágrafo único, incisos I a IV
- desenvolvimento científico e tecnológico; competência estadual: art. 253, §§ 1º e 2º e art. 254, §§ 1º ao 4º
- Fundação de Amparo à Pesquisa: art. 258, §§ 1º e 2º
- plano estadual; abrangências: art. 257, §§ 1º ao 3º

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

- art. 49, XXI
- art. 9º, parágrafo único, IV
- criação e poderes: art. 56, §§ 1º e 2º

## COMISSÕES

- atribuições, art. 55, §§ 1º e 2º e incisos I ao IX
- convocações de Secretários de Estado pelas: art. 57, caput
- parlamentar de inquérito; art. 56, §§ 1º e 2º
- permanentes e temporárias; art. 55, caput

## COMPETÊNCIA

- da Assembleia Legislativa: art. 49, incisos e parágrafo único
- das comissões da Assembleia Legislativa: art. 55, § 2º e incisos
- de prefeitos: art. 38, incisos I ao VII
- do Estado do Ceará, com sanção do Governador: art. 50, caput e incisos
- do Estado para instituir impostos e taxas: art. 196, incisos I ao III e §§ 1º e 2º
- do Tribunal de Justiça: art. 108 e incisos I ao X
- instituição e arrecadação de tributos municipais: art. 28, III
- privativa da Procuradoria Geral do Estado: art. 151, I ao VII
- privativa dos tribunais: art. 102, I ao V
- proibição de delegação: art. 64, § 1º

## COMPETÊNCIA COMUM

- art. 15, I a XII e parágrafo único

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

- arts.: 242 a 244
- emissoras de rádio e televisão; programas de ensino; educação e cultura; difusão: art. 243 e 244, I e II e parágrafo único
- órgãos públicos; pedidos de informação: art. 242

## CONCESSÃO

- de auxílio para segurados de baixa renda: art. 331, § 2º, II
- de garantias de operações de crédito pelo Estado, aprovação: art. 49, XXVII
- de terras públicas, aprovação: art. 49, XIII
- de vantagens ou aumento de remuneração: art. 162, § 2º, incisos I e II e art. 173, caput
- exploração dos serviços de transporte coletivo por: art. 28, IV
- exploração dos serviços de transporte rodoviário por: art. 14, XVIII
- obrigatoriedade de licitação para: art. 213, caput e § 1º

## CONCURSO PÚBLICO

- magistratura: art. 117

- maiores de 16 anos: art. 155

## CONSELHOS

- Conselho Cearense dos Direitos da Mulher; objetivos e autonomia: art. 277 e parágrafo único
- Conselho de Justiça Estadual: art. 106
- Conselho de Segurança Pública: art. 180, §§ 1º e 2º
- Conselho do Ministério Público: art. 132
- Conselho Estadual de Ações Permanentes Contra as Secas: art. 322, §§ 1º e 2º
- Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia: art. 256
- Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana: art. 181, §§ 1º e 2º
- Deliberativo; funções e composição: art. 43, § 2º, I e II
- Diretor; função e composição: art. 43, § 2º, III e IV

## CONSUMIDOR

- curadoria do, integra a estrutura do MP, art. 133, II
- legislação sobre responsabilidade por dano; art. 16, VIII

## CONTRATAÇÃO

- por tempo determinado; art. 154, XIV

## CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

- art. 191, III; e art. 196, III e § 2º

## CONTROLE EXTERNO

- art. 69

## CONTROLE INTERNO

- irregularidades ou ilegalidades; pena de responsabilidade solidária: art. 67, parágrafo único

## CONTROLE POLÍTICO

- exercício e medidas: art. 9º, parágrafo único, I a IV

## COOPERATIVA

- criação: art. 13
- dissolução ou suspensão: art. 13, parágrafo único

## CORPO DE BOMBEIROS MILITARES

- constituição e organização: art. 189, §§ 1º e 2º
- incumbência: art. 190, I a VII e parágrafo único

## CRÉDITOS

- adicionais; projetos de lei: art. 204, §§ 1º, 2º e 3º
- especiais e extraordinários: art. 205, §§ 3º e 4º

## criação

- de áreas especiais de interesse urbanístico, social e turístico, art. 291, III
- de associações, independência de autorização do Estado, art. 13
- de cargos, empregos e funções públicas; art. 50, VIII; art. 60, § 2º, "a"; art. 74, "d"; art. 112, I; art. 135, I
- de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundação pública; art. 154, XVIII e XIX
- de municípios; art. 50, VI
- de Secretarias de Estado; art. 60, § 2º, "d"
- instituições de ensino superior municipais e partilhadas; art. 225, caput

## criança

- direito de vida e educação: art. 274
- direitos fundamentais: art. 272 e parágrafo único
- entidade pública ou privada; atendimento à criança e ao adolescente: art. 273
- proteção especial do Estado: art. 278
- redução da taxa de mortalidade infantil: art. 280
- situação de risco: art. 279, parágrafo único, I a VI
- vide ADOLESCENTE

## CRIME

- contra a mulher: art. 120 e parágrafo único

## CRIME INAFIANÇÁVEL

- Deputados: art. 51, §§ 1º e 2º

## CRIMES COMUNS

- Governador: art. 90, § 1º, I
- Prefeitos: art. 108, VII, "a"
- Secretário de Estado: art. 93, parágrafo único
- Vice-Governador; Deputados Estaduais; Juizes Estaduais; Membros do Ministério Público: art. 108, VII, "a"

## CRIME DE RESPONSABILIDADE

- Governador e Secretário de Estado: art. 49, XX
- Governador: art. 89, I a VI e parágrafo único

- julgamento: art. 90
- matéria orçamentária: art. 205, § 1º
- Prefeito: art. 42, § 1º
- Procurador-Geral da Justiça; Procurador-Geral do Estado; Defensor-Geral da Defensoria Pública: art. 49, XXIV
- Secretário de Estado: arts. 57 e 93, parágrafo único
- vide CRIMES COMUNS

#### CULTURA

- arquivos municipais: art. 234 e §§ 1º e 2º
- destruição ou desvio de documentos: art. 235
- Fundo Estadual de Cultura; criação: art. 233
- patrimônio histórico e cultural: art. 237
- sistemas estaduais de biblioteca: art. 236

#### DANOS

- ao meio ambiente, legitimidade para postular apuração de responsabilidade: art. 11, § 2º
- ao patrimônio público, promoção de ação popular; art. 7º, § 4º
- competência para conhecer e julgar, lesivos ao meio ambiente; art. 119, caput e parágrafo único
- por indução ao consumo nocivo, responsabilidade; art. 250, caput
- responsabilidade, causados por servidores ao Estado; art. 163, caput

#### DEFENSORIA PÚBLICA

- Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento da Mulher; objetivo: art. 149
- Defensor Público; prerrogativas: art. 147, § 1º
- Defensor-Geral; destituição: art. 147, § 2º
- Defensor-Geral; nomeação; escolha e mandato: art. 147
- funções institucionais: art. 148, I a VIII, §§ 1º ao 4º
- Incumbência: art. 146
- organização e chefia: art. 147

#### DEFESA CIVIL

- art. 178, incisos I e II, alíneas “a” e “b” e parágrafo único
- coordenação; art. 190, caput

#### DEFICIENTES FÍSICOS

- aparelhos de fabricação alternativa: art. 283, I a IV
- art. 12, §§ 1º e 2º
- art. 272, parágrafo único
- educação: art. 218, VI e 229
- garantias: art. 285, I a IV e parágrafo único
- sensorial ou mental; programas: art. 229
- servidores públicos; aposentadoria: art. 165

#### DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE PODERES

- vedação: art. 3º, § 4º

#### DELEGACIAS

- de atendimento à mulher: art. 185 e parágrafo único

#### DELEGADOS DE POLÍCIA

- classe inicial; remuneração: art. 184, § 1º
- titular, residência: art. 186
- vencimentos: art. 184, § 3º

#### DENÚNCIA

- de ilegalidade ou irregularidades: art. 11, §§ 1º e 2º

#### DEPUTADOS ESTADUAIS

- impedimentos: art. 52, I e II
- inviolabilidade: art. 51, caput e § 4º
- não perderão o mandato; casos: art. 54, I e II e §§ 1º ao 3º
- número: art. 45, § 1º e 2º
- perda do mandato: art. 53, I a VI
- processo e julgamento: art. 51, § 3º
- remuneração: art. 51, § 5º
- representação; elevação: art. 45, § 2º

#### DESAPROPRIAÇÃO

- áreas de preservação dos mangues, lagoas, riachos e rios; vedações: art. 265, I e II
- pagamento: art. 296, III
- por interesse social ou utilidade pública: art. 294, II

#### DESENVOLVIMENTO URBANO

- diretrizes e normas: art. 291, I a IV

#### DESPESA

- não autorizada; comissão permanente: art. 70, §§ 1º e 2º

#### DESPORTO

- art. 238 a 241
- atividades desportivas; estrutura organizacional: art. 240
- esporte amador e educacional; obrigatoriedade de aplicação de verbas de publicidade: art. 241 e parágrafo único
- pesquisa sobre desporto: art. 239
- práticas desportivas; dever do Estado: art. 238, §§ 1º e 2º

#### DIREITO DE PETIÇÃO OU REPRESENTAÇÃO

- art. 244, parágrafo único
- art. 7º, §§ 1º e 2º
- de petição; controle popular na prestação dos serviços públicos: art. 158 e parágrafo único
- de representação: art. 218, § 3º

#### DIREITOS HUMANOS

- apuração de violação, incumbência, art. 181, caput

#### DIREITOS SOCIAIS

- art. 336

#### DISCRIMINAÇÃO

- defesa contra, combate, art. 14, III
- na possibilidade de promoção de militares em virtude de estado civil, vedação; art. 176, § 11
- vedação ao Estado e aos Municípios; art. 20, II

#### DOCUMENTOS PÚBLICOS

- desvio ou destruição: art. 235

#### DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- recursos para as Câmaras Municipais: art. 35, §§ 1º ao 3º
- repasse de recursos ao Poder Legislativo: art. 46, parágrafo único

#### EDUCAÇÃO

- aplicação da receita resultante de impostos: art. 224
- assistência e sistemas de ensino: art. 227, §§ 1º ao 3º
- Conselho de Educação do Ceará; composição e competências: art. 230, §§ 1º ao 3º
- criação e funcionamento das instituições de ensino superior: art. 225
- direito de todos: art. 10
- educação ambiental: art. 263
- ensino médio; objetivos: art. 228 e § 1º
- escolas comunitárias: art. 231, I e II e §§ 1º ao 10
- estatuto e plano de carreira do magistério público: art. 226, I a VI, §§ 1º ao 3º
- fundação de direito público: art. 222
- instituições de ensino; eleições para função de direção: art. 220
- matérias obrigatórias: art. 215, § 1º “a” à “l” e §§ 2º e 3º
- municipalização do ensino: art. 232, parágrafo único, I a V
- Municípios; ensino fundamental: art. 227
- não diferenciada: art. 276
- orçamento estadual; destinação de receitas, obrigatoriedade: art. 216
- pessoas deficientes: art. 229, §§ 1º ao 5º e art. 218, VI
- princípio de indissociabilidade do ensino: art. 221
- princípios e diretrizes básicas: art. 215, I a XII
- regime jurídico estatutário: art. 223
- sistema educacional de ensino; organização e garantias: arts. 217 e 218, I a XVIII, §§ 1º ao 4º
- universidades estaduais; autonomia: art. 219
- vide ENSINO

#### EDUCAÇÃO FÍSICA

- art. 238, § 2º
- pesquisa sobre educação física, desporto e lazer; dever do Estado: art. 239

#### ELEIÇÃO

- cargos representativos; provimentos: art. 5º, I

#### EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

- art. 27, parágrafo único

#### EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

- cláusulas pétreas: art. 59, § 4º, I a III
- proibição: art. 59, § 1º
- promulgação e aprovação: art. 59, §§ 2º e 3º
- proposta de emenda: art. 59, I a III
- rejeição: art. 59, § 5º

#### EMPRESAS ESTATAIS

- conselho representativo de, constituição; art. 170, caput
- exploração de recursos naturais renováveis por; art. 269, IV
- fiscalização de contas de, competência do Tribunal de Contas, art. 76, V
- gás canalizado; exploração; art. 21, parágrafo único
- obrigatoriedade de aplicação de 10% de verbas publicitárias em comerciais que incentivem o esporte amador; art. 241, caput
- orçamento de investimento, obrigatoriedade de fixação em lei orçamentária; art. 203, § 3º, II

#### ENERGIA

- elétrica; subsídios; art. 326, § 3º
- política energética; prioridades; art. 269, I a IV

#### ENSINO

- aplicação da receita mínima exigida, intervenção no município, art. 39, III; art. 216, caput
- democratização do ensino, eleição de cargos de direção nas instituições de ensino, art. 220, caput
- direito ao, 1º e 2º graus; art. 10, caput
- diretrizes básicas; art. 215
- educação ambiental; art. 263
- fundamental, responsabilidade dos municípios – municipalização, art. 227, caput, art. 232
- legislação concorrente, art. 16, IX
- nas áreas de assentamento; art. 314
- obrigatoriedade de programas de, rádio e televisão mantidas pelo Estado, art. 243
- profissionalizante, para portadores de deficiência, obrigatoriedade do Estado, art. 229, § 3º
- vide EDUCAÇÃO

#### ESTADO DO CEARÁ

- estrutura organizacional; art. 25
- exploração de petróleo, gás natural, recursos hídricos e minerais; compensação financeira; art. 22
- gerenciamento costeiro e defesa ambiental; art. 24 e parágrafos
- organização; competência e princípios fundamentais; art. 14, I a XIX
- sede do governo e capital estadual; art. 17 e parágrafo único
- símbolos estaduais; art. 18
- vedações; art. 20, I a V

#### FAMÍLIA

- natural e substituta; art. 274
- planejamento familiar; art. 286

#### FINANÇAS PÚBLICAS

- informações; publicidade; art. 212 e parágrafo único

#### FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- controle externo; art. 69
- Estadual; quem exerce, prestação de contas; art. 68 e parágrafo único
- Municipal; quem exerce; prestação de contas; art. 77 e parágrafo único
- Poderes; controle interno; finalidade; art. 67, I a IV

#### FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DOS MUNICÍPIOS

- quem exerce; art. 41 e parágrafo único

#### FUNDAÇÃO

- Fundação de amparo à pesquisa; art. 258, §§ 1º e 2º e art. 7º dos ADCT

#### FUNDOS

- Fundo de Assistência à Excepcionalidade Física e Sensorial; art. 333 e parágrafo único
- Fundo de Atenção à Excepcionalidade Mental (FAEM); art. 329, § 4º
- Fundo de Desenvolvimento, Fomento e Educação para a cooperação e Associação; art. 312, parágrafo único

#### GÁS

- gás natural; transporte público; art. 262
- participação do resultado da exploração; art. 22

#### GOVERNADOR

- afastamento; art. 90, § 1º, I e II
- ausência; art. 86, § 1º
- competência privativa; art. 88, I a XXI
- condições de elegibilidade; art. 82, § 2º, I a VI
- crime de responsabilidade; art. 89, I a VI e parágrafo único
- eleição; art. 82, §§ 1º e 3º
- impedimento; perda do cargo; art. 86, § 2º, “a” à “d”
- impedimento; vacância conjunta; ordem de sucessão; art. 86
- julgamento; art. 90
- mandato; art. 82
- nova eleição; art. 87 e parágrafo único
- perda do cargo; art. 90, § 4º
- posse; art. 83, §§ 1º e 2º
- proibições e impedimentos; art. 85
- segundo turno de votação; art. 82, §§ 4º ao 6º
- substituição e sucessão; art. 84

#### GREVE

- do servidor público militar; art. 176, § 5º

#### HABEAS-CORPUS

- art. 100 e parágrafo único
- art. 101
- art. 108, VII, “d”

#### HÁBEAS-DATA

- art. 100 e parágrafo único
- art. 108, VII, “b”

#### IDOSO

- art. 272, parágrafo único
- dever de amparo; art. 281, §§ 1º e 2º
- direitos; art. 282, §§ 1º e 2º
- garantias; art. 285, I a V e parágrafo único
- maiores de 65 anos; art. 284, I a IV e art. 281, § 2º

#### IGUALDADE

- de condições aos concorrentes em licitação, art. 154, XX
- de condições no acesso ao ensino, art. 215, I
- de direitos da mulher para com o homem; art. 275, 276
- defesa da, obrigação do Estado, art. 14, III
- perante à lei, art. 214, parágrafo único

#### IMPOSTO DE TRANSMISSÃO

- Causa mortis; art. 197, I e II e art. 196, I, “a”
- Inter vivos; art. 202, II

#### IMPOSTO PROGRESSIVO

- art. 292
- art. 294, I
- art. 296, II

#### IMPOSTOS ESTADUAIS

- art. 191, I
- caráter pessoal; princípio da capacidade econômica do contribuinte; art. 191, § 1º
- competência e instituição; art. 196
- espécies; art. 196, I, “a” a “d”
- imposto de transmissão causa mortis; art. 197, I e II e art. 196, I, “a”
- isenção tributária de ICMS; art. 192, § 2º
- não incidência; art. 201 e parágrafo único

#### IMPOSTOS MUNICIPAIS

- competência; instituição e espécies; art. 202, I a IV
- progressividade do IPTU; art. 202, parágrafo único

#### IMPrensa

- divulgações oficiais; art. 29

#### IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- art. 154, § 3º

#### INCONSTITUCIONALIDADE

- julgamento de ações de; competência; art. 108, VII, “f”
- obrigatoriedade da maioria de votos para declarar a; art. 128
- partes legítimas para propor ação de; art. 127
- apor veto; art. 38, IV

#### ÍNDIOS

- direitos e garantias; art. 287, §§ 1º e 2º

#### INFÂNCIA

- direitos sociais; art. 336
- proteção; art. 16, XV

#### INICIATIVA POPULAR

- art. 34, VII
- exercício; art. 6º e § 1º
- proposta de cidadãos; art. 62 e parágrafo único

#### INTEGRAÇÃO REGIONAL

- conformação municipalista; art. 43, I e II
- descentralização; art. 43, I
- integração; art. 43, II, de “a” a “c”
- planos globais de desenvolvimento; art. 4º, § 2º, I
- sistema de integração regional; art. 4º, § 2º

## INTERVIVOS

- limite do imposto: art. 105, § 2º
- transmissão: art. 202, II

## INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO

- art. 49, XXVIII
- art. 108, VI

## INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO

- cessação: art. 40, § 7º
- decreto de intervenção: art. 40, § 2º
- intervenção; decreto governamental; art. 40
- não intervenção; exceções: art. 39, I a IV
- pedido de intervenção: art. 40, § 1º
- solicitação pelo Judiciário: art. 40, § 6º

## INVESTIMENTOS

- art. 205, § 2º
- no interior: art. 210

## JUIZADO DE PAZ

- composição, mandatos e competências: art. 126

## JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS

- função e objetivos: art. 125

## JUIZADOS ESPECIAIS

- competência: art. 124, parágrafo único
- provimento e funções: art. 124

## JUIZES ESTADUAIS

- aposentadoria; reajuste: art. 103
- concurso; ingresso na carreira: art. 117
- entrâncias: art. 116
- garantias: art. 98, I a III
- jurisdição e competência: art. 115
- substituto; ingresso na carreira: art. 122 e parágrafo único
- titularidade: art. 121
- vedações: art. 98, parágrafo único, I a III

## JUSTIÇA MILITAR

- competências e composição: art. 123, I e II

## JUVENTUDE

- proteção: art. 16, XV

## LAZER

- pesquisa sobre educação física, desporto e lazer: art. 239

## LEGISLAÇÃO CONCORRENTE

- art. 16, I a XVI, §§ 1º e 2º

## LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL

- aprovação: art. 61
- sobre matéria orçamentária: art. 206, I e II e parágrafo único

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

- art. 4º, § 2º, II
- art. 203, II e § 2º, I a IV

## LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS

- cinturão verde: art. 297
- e legislação ordinária: art. 26
- elaboração e promulgação: art. 27
- emendas: art. 27, parágrafo único

## LEIS

- iniciativa: art. 60, I a IV, §§ 1º e 2º
- Lei de Orçamento do Estado; investimento no Interior: art. 210
- orçamentária anual: art. 203, III e § 3º, I a VII

## LEIS DELEGADAS

- elaboração: art. 64, §§ 1º a 4º

## LIBERDADE

- da inviolabilidade da; art. 214, parágrafo único
- de expressão; art. 215

- de filiação político-partidária; art. 167, XI

## LICITAÇÃO E CONTRATOS

- concessão, permissão e alienação de bens: art. 213, §§ 1º a 5º

## MANDADO DE INJUNÇÃO

- art. 108, VII, “c”
- distribuição: art. 100 e parágrafo único

## MANDADO DE SEGURANÇA

- distribuição: art. 100 e parágrafo único
- sistema rotativo de plantão: art. 101

## MANDATO

- da perda do; art. 53
- duplicidade de, proibição; art. 52, II, “d”
- duração de, Governador e Vice; art. 82
- duração de, Mesa Diretora da Assembleia; art. 47, § 2º
- duração de, prefeitos e vereadores; art. 37, § 3º
- inviolabilidade de opiniões, palavras e votos – vereadores; art. 36
- inviolabilidade, deputados; art. 51, caput
- não perderá o mandato; art. 54, I e II e §§
- servidor público em exercício de; art. 175

## MEIO AMBIENTE

- arts. 259 a 271
- condutas lesivas; sanção administrativa: art. 267
- crimes ecológicos: art. 119 e parágrafo único
- direitos inalienáveis do povo, preservação e defesa; efetividade: art. 259 e parágrafo único, I a XXI
- educação ambiental: art. 263
- gás natural; transporte público: art. 262
- impacto ambiental: art. 264, §§ 1º e 2º
- irrigação: art. 268
- plano plurianual de saneamento; art. 270
- política de desenvolvimento urbano; providências: art. 265, I a XI
- política energética; prioridades: art. 269, I a IV
- processo de planejamento: art. 260
- resíduos não causadores de poluição: art. 261
- saneamento para a população urbana e rural: art. 271
- sistema estadual de meio ambiente: art. 260, parágrafo único
- zoneamento ecológico-econômico: art. 266, I a IV

## MENORES

- arts. 272 a 274

## MICROEMPRESAS

- e empresas de pequeno porte rural, tratamento diferenciado: art. 327
- isenção de tributos estaduais: art. 193

## MICRORREGIÕES

- composição e alterações: art. 43, § 1º
- peculiaridades fisiográficas e socioculturais: art. 43, II, “b”

## MINISTÉRIO PÚBLICO

- acesso à carreira: art. 139
- aposentadoria: art. 144
- atividade junto ao Tribunal de Contas do Estado: art. 137
- autonomia e atribuições: art. 135, I a IV
- Conselho: art. 132
- estrutura organizacional; curadorias: art. 133, I a V, §§ 1º e 2º
- funções institucionais: art. 130, I a IX
- funções: art. 143
- garantias: art. 141, I a III
- incumbência: art. 129
- ingresso na carreira: art. 138
- nomeação e posse do Procurador Geral da Justiça: art. 131, § 1º
- órgãos: art. 131, I a IV
- pensão por morte: art. 145
- princípios: art. 129, parágrafo único
- Procurador-Geral de Justiça: art. 131, § 3º
- proposta orçamentária: art. 136
- vedações: art. 142, I a V
- vencimentos: art. 140 e parágrafo único

## MULHER

- casas de abrigos e albergues: art. 334
- Conselho Cearense dos Direitos da Mulher: art. 276, § 1º, e art. 277
- direitos da mulher no campo; art. 328, parágrafo único, I e II



- exercício e gozo dos direitos fundamentais: art. 275
- medidas para garantia dos direitos da mulher: art. 276, § 2º, I a VI
- zona rural; papel e remuneração: art. 328

#### MUNICÍPIOS

- atuação conjunta; ações governamentais: art. 32, I a III
  - autonomia: art. 25
  - competência: art. 28, I a X
  - criação; requisitos: art. 31
  - ensino fundamental: art. 227 e §§ 1º e 2º
  - gerenciamento costeiro e defesa ambiental: art. 24 e §§
  - Lei Orgânica e leis ordinárias: art. 26
  - municipalização do ensino: art. 232 e parágrafo único, I a V
  - patrimônio histórico e cultural; competência: art. 237
  - plano diretor; conteúdo: art. 290, I a VIII e art. 302
  - vedações: art. 20, I a V
- #### OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- controle de, do Estado; art. 67, III
  - controle de, dos Municípios; art. 80, III
  - dispor sobre limites e condições, competência exclusiva; art. 49; XXVII e art. 50, II
  - vedado as garantias em, por antecipação de receita; art. 205, III

#### ORÇAMENTO

- arts. 203 a 213
- atividades financeiras do Estado; abrangência: art. 203, I a III e §§ 1º ao 3º
- destinação de verbas para educação: art. 216
- execução orçamentária; publicação: art. 211, I a IV e parágrafo único
- lei de diretrizes orçamentárias: art. 203, II e § 2º, I a IV
- lei orçamentária anual: art. 203, III e § 3º, I a VII
- plano plurianual: art. 203, I e § 1º, I a VI
- vedações: art. 205, I a VIII

#### ORGANIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

- competência e princípios: art. 14, I a XIX
- organização político-administrativas: art. 1º

#### PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRICO

- competência dos Municípios; levantamento, tombamento e preservação: art. 237

#### PENSÃO

- por morte: art. 331, § 4º

#### PENSIONISTA

- gratificação natalina – valor base: art. 167, XIV
- revisão, benefícios e vantagens; art. 168, § 4º

#### PETRÓLEO

- participação do resultado da exploração: art. 22

#### PLANO PLURIANUAL

- art. 203, I e § 1º I a VI

#### PLANOS E PROGRAMAS

- estaduais, regionais e setoriais; elaboração: art. 207
- fundo para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo: art. 209
- sobre o solo, transporte e gestão dos serviços públicos: art. 306

#### PLEBISCITO

- art. 5º, II
- convocação, competência: art. 49, I
- referendo: art. 50, VI

#### PODER EXECUTIVO ESTADUAL

- quem exerce: art. 3º, § 2º

#### PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

- chefia: art. 37
- contas; parecer e apreciação: art. 42, §§ 2º ao 4º
- eleição: art. 37, § 1º

#### PODER JUDICIÁRIO

- autonomia administrativa e financeira: art. 99, §§ 1º ao 5º
- Conselho de Justiça Estadual, art. 106
- Corregedoria da Justiça; conselho consultivo: art. 109, §§ 1º ao 4º
- custas dos serviços forense: art. 105, §§ 1º ao 3º
- descentralização dos seus órgãos: art. 4º, §3º, I a V
- deslocação do juiz: art. 8º, § 1º

- independência: art. 95
- Lei de Organização Judiciária: art. 96, I a XIII e §§ 1º e 2º
- órgãos: art. 94, I a XI
- provocação jurisdicional: art. 8º
- quem exerce: art. 3º, § 3º
- sede de comarca: art. 104

#### PODER LEGISLATIVO

- autonomia financeira e administrativa: art. 46
- organização política: art. 45
- quem exerce: art. 3º, § 1º

#### PODER PÚBLICO MUNICIPAL

- sistema de controle interno; finalidade: art. 80, I a IV, §§ 1º e 2º

#### PODERES DO ESTADO

- art. 3º e parágrafos

#### POLÍCIA CIVIL

- competência: art. 184
- controle externo: art. 179
- delegados; remuneração: art. 184, § 1º
- princípios, organização e chefia: art. 183 e parágrafo único
- vencimentos: art. 184, § 3º

#### POLÍCIA MILITAR

- controle externo: art. 179
- incumbência e funcionamento: art. 188, parágrafo único
- princípios e organização: art. 187, §§ 1º e 2º

#### POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA

- ação discriminatória; levantamento de terras devolutas: art. 315
- águas; preservação e aproveitamento: art. 318
- áreas de assentamento; gratuidade do ensino fundamental e saúde: art. 314 e 315, §§ 1º e 2º
- áreas de vazantes: art. 325
- assistência técnica e extensão rural: art. 310, § 1º, I a V e § 2º
- bases: art. 316, I a V
- conflitos fundiários; competência; art. 118, §§ 1º e 2º
- cooperativismo e associativismo; estímulo: art. 312
- organização dos produtores rurais; plano estadual de produção e abastecimento: art. 311, §§ 1º e 2º
- planejamento: art. 309
- princípios: art. 317, I a XIII e parágrafo único
- projetos de assentamento; incumbência do Estado: art. 313, I a III
- reservas hídricas; aproveitamento social: art. 319, I a III e §§ 1º ao 4º
- trabalhadores rurais sem terra: art. 325, art. 317, XIII, “a” e art. 315

#### POLÍTICA URBANA

- providências: art. 265, I a XI

#### POLUIÇÃO – combate a; art. 15, VI; art. 259, XII

- controle da; legislação concorrente pelo Estado: art. 16, VI

#### POPULAÇÃO INDÍGENA

- direitos e garantias: art. 287, §§ 1º e 2º

#### POVO

- fonte de legitimidade dos poderes: art. 2º
- poder de sufrágio: art. 5º

#### PREFEITO

- ausência do município: art. 37, § 9º
- competência: art. 38, I a VII
- crime de responsabilidade: art. 42, § 1º
- eleição: art. 37, § 1º
- julgamento: art. 37, § 5º
- mandato e posse: art. 37, § 3º
- perda do mandato: art. 37, § 4º
- prestação de contas: art. 42 e §§ 2º a 4º
- remuneração: art. 37, § 6º
- subsídios e representação; reajustes: art. 37, § 7º

#### PREVIDÊNCIA SOCIAL

- assistência social; órgãos de direção: art. 330
- contribuição previdenciária; IPEC: art. 331, §§ 1º ao 6º
- pensionista do IPEC; salário mínimo e benefícios atualizados: art. 335 e parágrafo único

#### PRINCÍPIOS

- da igualdade: art. 214, parágrafo único

## PROCESSO LEGISLATIVO

– art. 58, I a VI

## PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA

– nomeação e destituição: art. 131, § 1º e § 3º

## PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

– nomeação: art. 153

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

– atribuições: art. 153, § 1º  
– autonomia: art. 150, § 1º  
– carreira de Procurador; princípios e garantias: art. 152, I a V e parágrafo único  
– citação; apreciação de inconstitucionalidade: art. 127, § 1º  
– competência privativa: art. 151, I a VII  
– definição e funções: art. 150  
– Lei Orgânica: art. 150, § 2º  
– Procuradores do Estado; exercício de suas funções: art. 153, § 3º  
– Procuradores; infrações comuns: art. 153, § 2º  
– Procurador-Geral e Adjunto; chefia e nomeação: art. 153

## PRODUTO AGRÍCOLA

– não incidência de imposto: art. 201 e parágrafo único

## PROFESSOR

– definição e aposentadoria: art. 226, §§ 2º e 3º

## PROJETOS DE LEI

– iniciativa do Governador: art. 63, §§ 1º ao 3º  
– plano plurianual; diretrizes orçamentárias; orçamento anual; créditos adicionais; emendas e modificações: art. 204, §§ 1º ao 3º  
– rejeição: art. 66  
– sanção governamental: art. 65 e § 3º  
– sobre matéria financeira; exigências: art. 194

## PROJETOS DE LEI ORÇAMENTÁRIA

– art. 4º, § 2º, III  
– art. 42, § 5º  
– sobre matéria financeira: art. 194

## PROPRIEDADE

– do solo urbano; pena sucessiva: art. 296, I a III  
– funções sociais: art. 294, I a IV  
– urbana; função social: art. 289, parágrafo único

## RECURSOS HÍDRICOS

– plano estadual; sistema de gestão; garantias: art. 326, I a IV, §§ 1º à 3º  
– uso, conservação, proteção e controle: art. 320, I a VII

## REFERENDO

– art. 5º, III  
– art. 34, II  
– art. 49, I

## REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

– composição e alterações: art. 43, § 1º  
– descentralização; incentivos: art. 208  
– formação: art. 43, II, “a”  
– programas de desenvolvimento rural: art. 44

## REGIÕES

– articulação regional: art. 4º, § 1º

## REGISTROS PÚBLICOS

– gratuidade para os pobres: art. 8º, § 3º “a” e “b”

## REMUNERAÇÃO

– limite máximo da, servidores públicos: art. 154, IX  
– aumento da; art. 162, § 2º  
– condigna; art. 14, XIII  
– do 13º salário; art. 167, I  
– do servidor público em mandato eletivo: art. 175, II e III  
– do trabalho noturno; art. 167, II  
– do Vice-Governador: art. 84, § 2º  
– do Vice-Prefeito; art. 38, § 3º  
– dos Deputados Estaduais: art. 51, § 5º  
– dos Vereadores; art. 33  
– Prefeitos; art. 37, § 6º

– revisão geral da, servidores públicos; art. 154, X  
– vide VENCIMENTOS

## REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

– entre os Municípios: art. 198, I a IV

## REPRESENTANTES

– da comunidade, Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana; art. 181, caput  
– da sociedade civil, Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, art. 256, caput  
– do povo; art. 45

## RESPONSABILIDADE DO ESTADO

– cultural, social, econômico e político: art. 214

## REVISÃO CRIMINAL

– art. 108, VII, “e”

## SALÁRIO MÍNIMO

– art. 154, § 1º

## SANEAMENTO BÁSICO

– para a população urbana e rural: art. 271  
– plano plurianual de saneamento: art. 270  
– vide SAÚDE

## SAÚDE

– ações e serviços públicos e privados; diretrizes: art. 246, I a VI e §§ 1º e 2º  
– arts. 245 a 252  
– atribuições e competências do SUDS: art. 248, I a XXIV e §§ 1º e 2º  
– coordenação e gerenciamento do SUDS: art. 249  
– dever do Estado: art. 245  
– política de saneamento: art. 252, §§ 1º ao 3º  
– publicidade nociva à saúde: art. 250  
– sistema único de saúde; financiamento: art. 247, §§ 1º e 2º

## SECAS

– áreas secas, política especial: art. 323  
– Conselho Estadual de Ações Permanentes contra as Secas: art. 322, §§ 1º e 2º  
– investimentos públicos; proprietários beneficiados: art. 319, § 1º  
– regiões atingidas pelas secas: art. 319, § 2º  
– serviços de mobilização populacional; períodos de seca: art. 319, § 3º

## SECRETARIAS

– criação, estrutura e atribuições; art. 50, IX e art. 60, § 2º, “d”  
– dos Tribunais, art. 102, III e art. 112, I

## SECRETÁRIOS DE ESTADO

– art. 91  
– competência: art. 93, I a VII  
– escolha e impedimentos: art. 92 e parágrafo único  
– julgamento: art. 93, parágrafo único

## SEGURANÇA PÚBLICA

– atividade policial; controle externo: art. 179  
– Conselho de Segurança Pública: art. 180, §§ 1º e 2º  
– Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana: art. 181, §§ 1º e 2º  
– órgãos e constituição: art. 178, I e II, “a”, “b” e parágrafo único

## SERVIÇOS PÚBLICOS

– plano de gestão: art. 306

## SERVIDOR PÚBLICO CIVIL

– afastamento do cargo: art. 169, parágrafo único  
– atividades penosas insalubres ou perigosas: art. 168, § 1º  
– cargos e funções temporárias: art. 168, § 2º  
– conselho representativo: art. 170  
– conselhos integrantes da administração direta estadual, remuneração isônoma: art. 171  
– direção máxima de entidade representativa de classe ou conselheiro: art. 169  
– direitos: art. 167, §§ 1º e 2º  
– escrivães; vencimentos: art. 174  
– espécies de aposentadoria: art. 168, I a III, “a” a “e”  
– estabilidade: art. 172  
– exercício de mandato eletivo: art. 175, I a V  
– isonomia de vencimentos; ressalvas: art. 166, § 1º  
– pensão por morte: art. 168, § 5º  
– perda do cargo: art. 172, § 1º  
– proventos, revisão: art. 168, § 4º

- regime único e planos de carreira: art. 166
- reintegração; disponibilidade remunerada: art. 172, §§ 2º e 3º
- sanções administrativas; casos: art. 156, I a III
- vencimentos: art. 173

#### SERVIDOR PÚBLICO MILITAR

- agregado; inatividade: art. 176, § 4º
- candidato a cargo eletivo; condições: art. 176, § 7º, I e II
- direitos, deveres e prerrogativas; paradigma do Exército: art. 176, § 10
- filiação partidária; vedação: art. 176, § 6º
- integrantes. Polícia Militar e Corpo de Bombeiros: art. 176
- militar estadual; promoção: art. 177, §§ 1º ao 3º
- oficial; pena privativa de liberdade: art. 176, § 9º
- oficial; perda do posto e da patente: art. 176, § 8º
- patentes: art. 176, §§ 1º e 2º
- praça; perda da graduação: art. 176, § 12
- reserva: art. 176, § 3º
- seleção de oficiais: art. 177
- sindicalização e greve: art. 176, § 5º
- vedação de discriminações: art. 176, § 11

#### SINDICALIZAÇÃO

- do servidor público militar: art. 176, § 5º

#### SOLO

- plano de uso e ocupação: art. 306
- urbana; condicionamento ao uso: art. 293

#### SUPLENTE

- convocação do, de Deputado; art. 54, § 1º

#### TAXAS

- art. 191, II
- base de cálculo: art. 191, § 2º
- poder de polícia: art. 196, II

#### TELEVISÃO

- TVE – Canal 5: art. 157

#### TERRAS DEVOLUTAS

- cadastro: art. 295, parágrafo único
- utilização: art. 295, I a III

#### TERRITÓRIO

- espaço territorial cearense; constituição: art. 4º

#### TÓXICOS

- substâncias; fiscalização; art. 251

#### TRABALHADORES

- art. 315
- art. 317, XIII, “a”
- rurais sem terra: art. 325 e parágrafo único
- urbano e rurais; direitos: art. 332, I e II

#### TRANSPORTE

- de alunos carentes: art. 30
- intermunicipal de passageiros: art. 303
- plano de uso: art. 306
- plano diretor: art. 302

#### TRIBUNAIS

- competências privativa: art. 102, I a V

#### TRIBUNAL DE ALÇADA

- competência: art. 112, I a VI
- composição: art. 97 e parágrafo único
- juizes; permuta e remoção: art. 111
- jurisdição; art. 110, §§ 1º e 2º
- sede e composição: art. 113 e parágrafo único
- vencimentos: art. 111, parágrafo único

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

- atribuições: art. 74, “a” a “e”
- Auditor; substituição: art. 73 e parágrafo único
- Auditores; nomeação: art. 72
- competência: art. 76, I a XII, §§ 1º ao 4º
- composição e sede: art. 71

- Conselheiros; privilégios e impedimentos: art. 71, § 3º
- Conselheiros; vedações: art. 71, § 4º
- dotações orçamentárias: art. 75
- nomeação e escolha dos Conselheiros: art. 71, §§ 1º e 2º

#### TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

- Auditor; substituição do Conselheiro: art. 79, § 4º
- Auditores; número e nomeação: art. 79, § 5º
- autonomia: art. 81, parágrafo único
- competência: art. 78, I a XII e §§ 1º ao 4º
- Conselheiros; escolha: art. 79, § 2º, I e II
- Conselheiros; nomeação e requisitos: art. 79, § 1º, I a III
- Conselheiros; prerrogativas e impedimentos: art. 79, § 3º
- número de Conselheiros; sede: art. 79
- organização: art. 81

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- competência: art. 108, I a X
- composição: art. 97 e parágrafo único e art. 107
- danos e crimes ecológicos: art. 119 e parágrafo único
- questões agrárias: art. 118, §§ 1º e 2º
- sede e jurisdição: art. 107

#### TRIBUNAL DO JÚRI

- art. 94, IV
- competência: art. 114

#### TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

- arts. 191 a 195
- processo administrativo tributário: art. 195
- receitas; repartição para os Municípios: art. 198, I a IV

#### TRIBUTOS

- divulgação e recursos: art. 200
- guias de recolhimento de débitos; art. 191, § 3º
- ICMS; normas: art. 199, I a XII e art. 196, I, “b”
- instituição e espécies: art. 191, I a IV e §§ 1º ao 3º
- isenção, redução ou majoração: art. 192

#### UNIVERSIDADES

- apoio financeiro do poder público: art. 231, § 2º
- participação na política científica e tecnológica: art. 253, § 2º
- universidades estaduais; autonomia: art. 219

#### VENCIMENTOS

- dos Defensores Públicos; art. 147, § 1º
- dos magistrados, art. 96, VII
- dos membros do Ministério Público, Procurador-Geral da Justiça, art. 140 e parágrafo único
- equiparação de, entre os Poderes; art. 154, XI
- fixação de, magistrados, art. 108, I, “c”
- irredutibilidade de, magistrados; art. 98, III
- irredutibilidade, servidores civis e militares; art. 154, XIII
- isonomia entre cargos de atribuições iguais; art. 166, § 1º
- vide REMUNERAÇÃO

#### VEREADORES

- inviolabilidade: art. 36
- remuneração: art. 33

#### VETO

- apreciação ou rejeição; prazo: art. 65, §§ 4º e 5º
- total ou parcial do projeto de lei: art. 65, §§ 1º e 2º

#### VICE-GOVERNADOR

- atribuições: art. 84, § 1º
- ausência: art. 86, § 1º
- impedimento; perda do cargo: art. 86, § 2º, “a”, “b” e “d”
- impedimento; vacância conjunta; ordem de sucessão: art. 86
- posse: art. 83, §§ 1º e 2º
- proibições e impedimentos: art. 86, § 3º
- remuneração: art. 84, § 2º
- substituição e sucessão: art. 84
- vacância: art. 87, parágrafo único

#### VICE-PREFEITO

- competência: art. 38, § 1º
- disposição: art. 38, § 2º
- eleição: art. 37, § 1º
- vencimento: art. 38, § 3º

## VOTAÇÃO

– de leis complementares; art. 61

## ÍNDICE ALFABÉTICO – REMISSIVO DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

### AÇUDE CASTANHÃO

– município de Jaguaribara: art. 2º, alíneas A a E e §§ 1º a 3º

### AEROPORTO

– construção de novo: art. 31 e parágrafo único

### ANISTIA

– art. 37 e parágrafo único

### BOMBEIROS MILITARES

– opção pelos quadros da PMCE: art. 39, §§ 1º ao 3º

### CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

– art. 8º

### CONSELHEIROS

– do Tribunal de Contas dos Municípios: art. 17 e parágrafo único

### CONSELHO

– Estadual de Justiça; instalação: art. 15 e parágrafo único  
– Estadual de Energia: art. 40 e parágrafo único

### CONSTITUIÇÃO

– promulgação; primeiro exercício financeiro: art. 32  
– revisão: art. 34 e parágrafo único

### ESCOLA

– Técnica Estadual de Itapipoca; criação: art. 33, I e II e parágrafo único

### ESTABILIDADE

– art. 12

### EX-COMBATENTES

– direitos: art. 20, I a IV

### FUNÇÃO PÚBLICA

– art. 1º

### FUNDAÇÃO CEARENSE DE AMPARO À PESQUISA

– art. 7º

### IMPrensa OFICIAL

– art. 6º

### INDÚSTRIAS POLUENTES

– art. 5º, §§ 1º, 2º e 3º

### INSTITUTO

– de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – INESP: art. 19 e parágrafo único

### JERICOACOARA

– art. 4º

### LEI AGRÍCOLA

– art. 38

### PODER EXECUTIVO

– Estrutura Organizacional: art. 10

### PROCURADORES DE JUSTIÇA

– junto ao Conselho de Contas dos Municípios: art. 16 e parágrafo único

### PROMOTOR

– de Justiça Militar: art. 14 e parágrafo único

### REABILITAÇÃO

– de políticos cassados: art. 9º

## SERVIÇOS NOTORIAIS

– quem exerce: art. 11 e parágrafos

## SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

– Regime Jurídico Único: art. 21 e parágrafo único  
– princípio da isonomia: art. 22  
– empregados do Estado; quadro de carreira: art. 23 e parágrafos  
– estatutários dos Municípios: art. 24  
– considerados estáveis: art. 25, §§ 1º ao 3º  
– efetivação de pleno direito: art. 26  
– efetivação; em exercício há mais de cinco anos: art. 29  
– disposição; remanejados ou prestadores de serviço: art. 30

## TÉCNICO DE PROGRAMAÇÃO EDUCACIONAL

– art. 27

## TELECOMUNICAÇÕES

– ECETEL: art. 36 e parágrafos

## TERRAS PÚBLICAS

– revisão pela Assembleia Legislativa: art. 35

## TRIBUNAL DE ALÇADA

– instalação: art. 13 e parágrafo único

## UNIVERSIDADE

– criação: art. 18 e parágrafos

## VANTAGENS

– extensão: arts. 27 e 28

## ZONA DE PROCESSAMENTO PARA A EXPORTAÇÃO – ZPE

– art. 3º

### **3 – REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**

**Atualizado com as alterações dadas pelas Resoluções nºs. 413/1999, 416/1999, 473/2002, 500/2003, 533/2006, 534/2006, 545/2006, 550/2007, 580/2008, 614/2010, 616/2011, 617/2011, 639/2012 e 648/2013.**

# SUMÁRIO

TÍTULO I - DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.....	149	CAPÍTULO III - DAS SESSÕES SECRETAS.....	172
CAPÍTULO I - DA SEDE.....	149	TÍTULO VI - DAS PROPOSIÇÕES E SUA TRAMITAÇÃO.....	173
CAPÍTULO II - DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA.....	149	CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	173
SEÇÃO I - DAS SESSÕES LEGISLATIVAS.....	149	CAPÍTULO II - DOS PROJETOS.....	174
SEÇÃO II - DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS.....	149	CAPÍTULO III - DA INICIATIVA POPULAR DE LEI.....	175
SEÇÃO III - DA POSSE DOS DEPUTADOS.....	149	CAPÍTULO IV - DAS PETIÇÕES E REPRESENTAÇÕES.....	175
CAPÍTULO III - DA MESA DIRETORA.....	150	CAPÍTULO V - DAS INDICAÇÕES.....	175
SEÇÃO I - DA COMPOSIÇÃO.....	150	CAPÍTULO VI - DAS REQUERIMENTOS.....	175
SEÇÃO II - DA ELEIÇÃO DA MESA.....	150	SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	175
SEÇÃO III - DA DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA.....	150	SEÇÃO II - DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS A DESPACHO DO PRESIDENTE.....	176
CAPÍTULO IV - A POSSE DO GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DA MENSAGEM GOVERNAMENTAL.....	150	SEÇÃO III - DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS A PLENÁRIO.....	176
TÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.....	151	CAPÍTULO VII - DAS EMENDAS.....	176
CAPÍTULO I - DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	151	CAPÍTULO VIII - DAS MOÇÕES.....	177
SEÇÃO I - DA MESA DIRETORA E SEUS COMPONENTES.....	151	CAPÍTULO IX - DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO.....	177
SEÇÃO II - DO PRESIDENTE.....	152	CAPÍTULO X - DA RETIRADA DE PROPOSIÇÃO.....	177
SEÇÃO III - DOS VICE-PRESIDENTES.....	153	CAPÍTULO XI - DA PREJUDICABILIDADE.....	177
SEÇÃO IV - DOS SECRETÁRIOS.....	153	TÍTULO VII - DOS DEBATES E DAS DELIBERAÇÕES.....	177
CAPÍTULO II - DA PROCURADORIA PARLAMENTAR.....	153	CAPÍTULO I - DOS DEBATES.....	177
CAPÍTULO III - DA CORREGEDORIA.....	153	SEÇÃO I - DA DISCUSSÃO.....	177
*CAPÍTULO III - A - DA OUVIDORIA PARLAMENTAR.....	154	SEÇÃO II - DOS APARTES.....	178
*CAPÍTULO III - B - DA PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER.....	154	SEÇÃO III - DO TEMPO RESERVADO AOS DEBATES.....	178
CAPÍTULO IV - DAS COMISSÕES.....	154	SEÇÃO IV - DO ADIAMENTO DA DISCUSSÃO.....	178
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	154	SEÇÃO V - DO ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO.....	178
SEÇÃO II - DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES EM GERAL.....	154	SEÇÃO VI - DO INTERSTÍCIO.....	178
SEÇÃO III - DAS COMISSÕES PERMANENTES E SUAS COMPETÊNCIAS.....	155	CAPÍTULO II - DA VOTAÇÃO.....	178
SEÇÃO IV - DAS COMISSÕES ESPECIAIS.....	158	SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	178
SEÇÃO V - DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO.....	158	SEÇÃO II - DO ADIAMENTO DA VOTAÇÃO.....	179
SEÇÃO VI - COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO NO RECESSO.....	158	SEÇÃO III - DO PROCESSO DE VOTAÇÃO.....	179
SEÇÃO VII - DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	158	SEÇÃO IV - DO MÉTODO DE VOTAÇÃO, DO DESTAQUE E DA INVERSÃO.....	180
SEÇÃO VIII - DO ÓRGÃO DIRETIVO DAS COMISSÕES.....	159	SEÇÃO V - DO ENCAMINHAMENTO.....	180
SEÇÃO IX - DOS IMPEDIMENTOS.....	160	SEÇÃO VI - DA VERIFICAÇÃO.....	180
SEÇÃO X - DAS VAJGAS.....	160	CAPÍTULO III - DA REDAÇÃO FINAL.....	180
SEÇÃO XI - DAS REUNIÕES.....	160	CAPÍTULO IV - DA PREFERÊNCIA.....	180
SEÇÃO XII - DOS TRABALHOS.....	161	CAPÍTULO V - DA URGÊNCIA.....	181
SEÇÃO XIII - DA ADMISSIBILIDADE E DA APRECIÇÃO DAS MATÉRIAS PELAS COMISSÕES.....	162	TÍTULO VIII - DOS PROCESSOS ESPECIAIS.....	181
SEÇÃO XIV - DISTRIBUIÇÃO.....	162	CAPÍTULO I - DO VETO.....	181
SEÇÃO XV - DOS PARECERES.....	162	CAPÍTULO II - DA TOMADA DE CONTAS DO GOVERNADOR.....	182
SEÇÃO XVI - DOS DEBATES.....	163	CAPÍTULO III - DOS ORÇAMENTOS.....	182
TÍTULO III - DAS LIDERANÇAS.....	163	CAPÍTULO IV - DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E TERRITORIAL DO ESTADO.....	183
CAPÍTULO ÚNICO - DOS LÍDERES E DO COLÉGIO DE LÍDERES.....	163	CAPÍTULO V - DAS NOMEAÇÕES E INDICAÇÕES SUJEITAS À APROVAÇÃO OU ESCOLHA DA ASSEMBLEIA.....	184
SEÇÃO I - DOS LÍDERES.....	163	CAPÍTULO VI - DO PROCESSO POR CRIME DE RESPONSABILIDADE.....	185
SEÇÃO II - DO COLÉGIO DE LÍDERES.....	163	CAPÍTULO VII - DA AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO CRIMINAL CONTRA O GOVERNADOR E O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO.....	186
SEÇÃO III - DOS BLOCOS PARLAMENTARES.....	163	CAPÍTULO VIII - DA CONVOCAÇÃO E DO COMPARECIMENTO DO SECRETÁRIO DE ESTADO.....	186
TÍTULO IV - DOS DEPUTADOS.....	164	CAPÍTULO IX - DA EMENDA CONSTITUCIONAL.....	186
CAPÍTULO I - DA POSSE E DO EXERCÍCIO DO MANDATO.....	164	TÍTULO IX.....	187
CAPÍTULO II - DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE.....	165	CAPÍTULO ÚNICO - DA INTERPRETAÇÃO E DA OBSERVÂNCIA DO REGIMENTO.....	187
CAPÍTULO III - DA REMUNERAÇÃO E DA AJUDA DE CUSTO.....	165	SEÇÃO I - DAS QUESTÕES DE ORDEM.....	187
CAPÍTULO IV - DA VACÂNCIA, DA PERDA, DO DECORO PARLAMENTAR, DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO ATO E DA RENÚNCIA.....	166	SEÇÃO II - DA REFORMA DO REGIMENTO.....	187
SEÇÃO I - DA VACÂNCIA.....	166	TÍTULO X - DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.....	187
SESSÃO II - DA PERDA DO MANDATO.....	166	TÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....	187
SEÇÃO III - DO DECORO PARLAMENTAR.....	167	CAPÍTULO I - DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL.....	187
SEÇÃO IV - DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO.....	168	CAPÍTULO II - DA SECRETARIA.....	187
SEÇÃO V - DA RENÚNCIA DO DEPUTADO.....	168	CAPÍTULO III - DA POLÍCIA INTERNA.....	188
CAPÍTULO V - DA INVIOABILIDADE E DAS IMUNIDADES PARLAMENTARES.....	168	CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	188
CAPÍTULO VI - DAS LICENÇAS.....	169	CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	188
TÍTULO V - DAS SESSÕES.....	169		
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	169		
CAPÍTULO II - DAS SESSÕES PÚBLICAS.....	171		
SEÇÃO I - *DO PRIMEIRO EXPEDIENTE.....	171		
SEÇÃO II - DA ORDEM DO DIA.....	171		
SEÇÃO III - *DO SEGUNDO EXPEDIENTE.....	172		
SEÇÃO IV - *TEMPO DE LIDERANÇA.....	172		
*SEÇÃO IV - A - DA EXPLICAÇÃO PESSOAL.....	172		
SEÇÃO V - DA PAUTA.....	172		
SEÇÃO VI - DAS ATAS DAS SESSÕES.....	172		

# RESOLUÇÃO Nº 389, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1996. (D.O 12.12.96)

Atualizado com as alterações dadas pelas Resoluções n.ºs. 413/1999, 416/1999, 473/2002, 500/2003, 533/2006, 534/2006, 545/2006, 550/2007, 580/2008, 614/2010, 616/2011, 617/2011, 639/2012 e 648/2013.

## CONSOLIDAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16, inciso I e 340, da Resolução nº 227, de 30 de março de 1990 (Regimento Interno), aprovado por maioria absoluta, promulga a seguinte Resolução:

### TÍTULO I DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CAPÍTULO I DA SEDE

**Art. 1º** A Assembleia Legislativa tem sede na Capital do Estado e recinto normal de seus trabalhos no Palácio Aduauto Bezerra.

**§ 1º** Em caso de guerra, comoção intestina, calamidade pública, ou outra ocorrência que impossibilite seu funcionamento na sede, a Assembleia poderá, por deliberação da Mesa Diretora, **ad referendum** da maioria absoluta dos Deputados, reunir-se, eventualmente, em outro local.

**§ 2º** Em casos especiais, e por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros, a Assembleia poderá funcionar, excepcionalmente, fora de sua sede.

**§ 3º** Na sede da Assembleia não se realizarão atos estranhos à sua competência, sem prévia autorização da Mesa Diretora.

**\*§ 4º** A Assembleia Legislativa reunir-se-á na primeira e terceira, Sessão Legislativa duas vezes por semestre, no interior do Estado, em local indicado previamente pela Mesa Diretora. Na segunda e quarta Sessão Legislativa não haverá Sessão Itinerante.

*\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.*

*\*Redação anterior: § 4º A Assembleia Legislativa reunir-se-á, uma vez por semestre, no interior do Estado, em local indicado previamente pela Mesa Diretora.*

### CAPÍTULO II DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

#### SEÇÃO I DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

**\*Art. 2º** A Assembleia Legislativa reunir-se-á durante as Sessões Legislativas:

*\*Redação dada pela Resolução nº 534, de 17.03.2006, D.O. de 23.03.2006.*

*\*Redação anterior: Art. 2º A Assembleia Legislativa reunir-se-á durante as Sessões Legislativas:*

**\*I** - ordinariamente, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;

*\*Redação dada pela Resolução nº 534, de 17.03.2006, D.O. de 23.03.2006.*

*\*Redação anterior: I - ordinariamente, de 15 (quinze) de fevereiro a 30 (trinta) de junho e de 1º (primeiro) de agosto a 15 (quinze) de dezembro;*

**II** - extraordinariamente, quando, com este caráter, for convocada.

**§ 1º** As reuniões marcadas para as datas de que trata o inciso I, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

**§ 2º** A primeira e a terceira Sessões Legislativas, de cada Legislatura, serão precedidas de Sessões Preparatórias.

**§ 3º** A Sessão Legislativa Ordinária não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e nem encerrada sem a aprovação do Plano Plurianual de investimentos e do projeto da Lei Orçamentária Anual.

**\*§ 4º** Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Assembleia somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

*\*Redação dada pela Resolução nº 534, de 17.03.2006, D.O. de 23.03.2006.*

*\*Redação anterior: § 4º Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Assembleia somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.*

#### SEÇÃO II DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS

**Art. 3º** As Sessões Preparatórias serão realizadas para:

I - posse dos Deputados;

II - eleição da Mesa Diretora;

III - instalação da Legislatura.

**7º Art. 4º** No início da Legislatura, a partir das 10 (dez) horas do dia 1º de fevereiro ou no dia útil subsequente, se recair em sábado, domingo ou feriado, a Assembleia reunir-se-á, em Sessão Preparatória, para a posse dos Deputados diplomados e a eleição da Mesa Diretora.

**Art. 5º** O diploma expedido pela Justiça Eleitoral, com a comunicação do nome parlamentar e da legenda partidária, será entregue na 1ª Secretaria da Mesa, pelo Deputado, ou por intermédio de seu partido, até o dia 20 de janeiro do ano de instalação da Legislatura.

**§ 1º** O nome parlamentar compor-se-á de: nome e prenome, dois nomes ou dois prenomes, salvo quando, a juízo do Presidente, devam ser evitadas coincidências.

**§ 2º** A relação dos Deputados diplomados, em ordem alfabética e com a indicação das respectivas legendas partidárias, organizada pela 1ª Secretaria da Mesa, será publicada até o dia 31 de janeiro do ano da instalação da Legislatura, no Diário Oficial do Estado.

#### SEÇÃO III DA POSSE DOS DEPUTADOS

**Art. 6º** Assumirá, de início, a direção dos trabalhos, dentre os Deputados presentes, o que haja exercido, mais recentemente, e em caráter efetivo, a Presidência, a Vice-Presidência e as Secretarias; na falta destes, a Presidência será exercida pelo mais votado no último pleito, presente à Sessão, ou pelo mais idoso, nesta ordem.

**§ 1º** Aberta a Sessão, o Presidente convidará dois Deputados de partidos diferentes, para ocuparem os lugares de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados diplomados.

**§ 2º** Examinadas e decididas pelo Presidente as reclamações atinentes à relação nominal dos Deputados, será tomado o compromisso solene dos parlamentares. O Presidente, com todos os presentes em pé, proferirá o seguinte compromisso:

**“PROMETO GUARDAR AS CONSTITUIÇÕES DA REPÚBLICA E DO ESTADO E DESEMPENHAR COM LEALDADE, DEDICAÇÃO E HONESTIDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO CEARENSE, PROMOVER O BEM GERAL E A FELICIDADE PÚBLICA”.**

Ato contínuo, feita a chamada, cada Deputado, novamente em pé, ao ser proferido o seu nome, dirá:

**“ASSIM O PROMETO”.**

**§ 3º** Igual compromisso será também prestado, em Sessão Plenária, junto à Presidência da Mesa, pelos Deputados que se empossarem, posteriormente.

**§ 4º** Não se considera investido no mandato de Deputado Estadual, quem deixar de prestar o compromisso, nos estritos termos regimentais.

**§ 5º** Tendo prestado compromisso uma vez, fica o suplente de Deputado dispensado de fazê-lo, novamente, em convocações subsequentes.

**§ 6º** Após o compromisso, de que trata este artigo, considerar-se-á licenciado o Deputado que tiver aceito o cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, da Prefeitura da Capital ou chefe de missão diplomática temporária (art. 54, inciso I, CE), promovendo-se, de logo, a convocação do suplente, nos termos do art. 54, § 1º, da Constituição Estadual.

**§ 7º** O Deputado diplomado, impedido de prestar compromisso por motivo de força maior comprovada, poderá fazê-lo em livro próprio.

**7 Vide Art. 47, § 2º, da Constituição Estadual.**

§ 8º Na segunda Sessão Preparatória, sempre que possível, observar-se-á o disposto no art. 6º, **caput**, deste Regimento.

### CAPÍTULO III DA MESA DIRETORA

#### SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

**Art. 7º** A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa terá a seguinte composição:

- I** - Presidente;
- II** - 1º Vice-Presidente;
- III** - 2º Vice-Presidente;
- IV** - 1º Secretário;
- V** - 2º Secretário;
- VI** - 3º Secretário;
- VII** - 4º Secretário;
- VIII** - 1º, 2º e 3º Suplentes.

**\*Parágrafo único.** No primeiro ano da Legislatura, serão realizadas Sessões Preparatórias, no dia 1º de fevereiro, para a posse dos Deputados diplomados e eleição da Mesa Diretora, com mandato de 2 (dois) anos, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma Legislatura e na seguinte.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Parágrafo único - O mandato dos membros da Mesa Diretora é de 2 (dois) anos, vedada a recondução, ao mesmo cargo, em eleição verificada na mesma Legislatura, encerrando-se com a posse dos sucessores.

#### SEÇÃO II DA ELEIÇÃO DA MESA

**\*Art. 8º** A escolha dos membros da Mesa Diretora será precedida de registro perante o Presidente da Sessão Preparatória, para esse fim convocada, na eleição para o primeiro biênio, ou perante o Presidente da Mesa Diretora, na eleição para o segundo biênio, devendo ser subscrita por um quinto, no mínimo, dos Deputados Estaduais, vedada a subscrição, pelo mesmo Deputado, em mais de uma chapa, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Assembleia Legislativa, e a proporcionalidade entre os parlamentares do sexo masculino e feminino, sem prejuízo da autonomia partidária e dos blocos parlamentares.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 8º A escolha dos membros da Mesa da Assembléia Legislativa será precedida de registro, perante o Presidente da Sessão Preparatória, para esse fim convocada, devendo ser subscrita por 1/5 (um quinto), no mínimo, dos Deputados com assento na Assembléia Legislativa, vedada a subscrição, pelo mesmo Deputado, em mais de uma chapa.

**§ 1º** O pedido de registro das chapas, com os nomes e respectivos cargos, ocorrerá no início da Sessão, cabendo ao Presidente suspender os trabalhos pelo tempo necessário ao deferimento do registro, que observará o atendimento dos requisitos deste artigo, às vistas de dois Secretários, previamente designados pela Presidência, escolhidos entre parlamentares de partidos diferentes.

**§ 2º** Deferido o registro, o Presidente determinará ao Departamento Legislativo que organize o sistema eletrônico de votação, observando a ordem cronológica dos pedidos de registro, para efeito de numeração de chapas, no painel de votação; ou a confecção das chapas de votação, caso o sistema eletrônico apresente pane técnica.

**§ 3º** Em seguida, o Presidente comunicará ao Plenário o número correspondente a cada chapa, para fins de computação de voto no painel eletrônico.

**Art. 9º** Após a reabertura da Sessão, não será permitida a alteração da Chapa para qualquer cargo.

**Art. 10.** A votação será realizada, por escrutínio secreto, considerando-se eleita a chapa que atingir a maioria absoluta dos votos.

**Parágrafo único.** Verificando-se o primeiro escrutínio e não obtida a maioria absoluta, proceder-se-á uma segunda votação, concorrendo, somente, as duas chapas mais votadas, proclamando-se eleita a que obtiver maioria relativa e, em caso de empate, a do Presidente mais idoso.

**Art. 11.** O resultado da apuração dos votos será proclamado pelo Presidente, em razão dos números apresentados no painel eletrônico de votação.

**Parágrafo único.** Divulgado o resultado, o Presidente determinará aos Secretários que façam os devidos assentamentos do resultado final, em boletim para este fim destinado, colocando-se as chapas votadas na ordem decrescente de sufrágios recebidos.

**Art. 12.** Proclamados os resultados, serão os eleitos imediatamente empossados.

**§ 1º** Havendo impugnação do resultado, por qualquer chapa, o recurso deverá ser dirigido ao Presidente, devidamente fundamentado, após a divulgação do resultado, alegando o Deputado o motivo da impugnação, e sendo apreciado o pedido pelo Plenário.

**§ 2º** Se o Plenário, em sua maioria absoluta, decidir pela impugnação da eleição, realizar-se-á uma outra na Sessão seguinte.

**§ 3º** Observar-se-á na outra eleição, caso ocorra, os mesmos procedimentos adotados na primeira.

**Art. 13.** Na terceira Sessão Legislativa Ordinária, as Sessões Preparatórias, destinadas à eleição do Presidente e demais membros da Mesa Diretora, terão início, a partir de 1º de dezembro da Sessão Legislativa antecedente, ou no primeiro dia subsequente, se for sábado, domingo ou feriado, para a eleição que se realizará até o dia 15 deste mês.

**Art. 14.** Se não houver número legal para as eleições de que tratam os artigos anteriores até o dia 14 de fevereiro ou 14 de dezembro, conforme o caso, serão elas adiadas para após a inauguração da Sessão Legislativa, permanecendo a Assembleia sob a direção da Mesa anterior, salvo na hipótese de que trata o § 3º deste artigo.

**§ 1º** Ocorrida a hipótese de que trata este artigo, quando da eleição para renovação do mandato da Mesa Diretora, de que trata o art. 13, deste Regimento, serão realizadas tantas sessões quantas se fizerem necessárias à realização da eleição.

**§ 2º** Os membros da Mesa, eleitos na eleição de que trata o art. 13 deste Regimento Interno, tomarão posse no dia 1º de fevereiro da Sessão Legislativa subsequente.

**§ 3º** A segunda Sessão Legislativa não será encerrada sem que tenha ocorrida a eleição de que cuida este artigo.

#### SEÇÃO III DA DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

**Art. 15.** Em seguida à posse dos membros da Mesa Diretora da Assembleia, o Presidente, de forma solene e em pé, no que será acompanhado pelos presentes, declarará instalada a Legislatura.

#### CAPÍTULO IV

#### A POSSE DO GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DA MENSAGEM GOVERNAMENTAL

**\*Art. 16.** A Assembleia Legislativa, no início de cada Legislatura, fará Sessão Solene para recebimento do compromisso do Governador e do Vice-Governador.

**Art. 17.** No recebimento da mensagem governamental de que trata o art. 88, inciso VIII da Constituição do Estado, se constar a vinda do Senhor Governador do Estado, o Presidente da Assembleia nomeará comissão interpartidária composta de líderes para recebê-lo à entrada do edifício, introduzindo-o no recinto da Sessão, onde tomará assento à direita do Presidente, procedendo, a seguir, a leitura da Mensagem.

**§ 1º** Concluída a leitura da Mensagem, o Presidente dirá:

**“A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA AGRADECE O COMPARECIMENTO DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO E FICA INTEIRADA DE SUA MENSAGEM, QUE TOMARÁ NA DEVIDA CONSIDERAÇÃO”.**

**§ 2º** Em seguida, o Governador retirar-se-á do Plenário, acompanhado da comissão, anteriormente, designada.

**8 Vide Art. 47, § 2º, da Constituição Estadual.**



**§ 3º** Não comparecendo o Governador, o seu emissário será recebido e introduzido em Plenário, por uma comissão de dois Deputados; o Presidente dirá, após receber a Mensagem:

**“A MENSAGEM DO SENHOR GOVERNADOR SERÁ TOMADA PELA ASSEMBLEIA NA DEVIDA CONSIDERAÇÃO”.**

**§ 4º** O emissário, após a entrega da Mensagem, retirar-se-á, em seguida, com as mesmas formalidades da recepção.

**§ 5º** Ato contínuo, o 1º Secretário lerá a Mensagem, após o quê o Presidente dirá: “A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA FICA INTEIRADA”.

**Art. 18.** As Bancadas Partidárias deverão indicar à Mesa, no início de cada Sessão Legislativa, os Líderes; e estes os Vice-Líderes de suas respectivas Bancadas.

**TÍTULO II  
DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
CAPÍTULO I  
DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

**SEÇÃO I  
DA MESA DIRETORA E SEUS COMPONENTES**

**Art. 19.** À Mesa Diretora compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste Regimento ou por resolução, ou dela implicitamente resultantes:

**I** - promulgar decretos legislativos, resoluções e emendas à Constituição, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, após a aprovação;

**II** - dirigir todos os serviços da Assembleia, durante as Sessões Legislativas e seus interregnos, e tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos;

**III** - propor ação de inconstitucionalidade, por iniciativa própria, ou a requerimento de Deputados ou Comissão (art. 127, inciso II, CE.);

**IV** - dar parecer sobre as emendas propostas a este Regimento ou que visem modificar os serviços administrativos da Casa, sem prejuízo do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

**V** - propor, privativamente, ao Plenário, projeto de resolução, dispondo sobre organização, funcionamento, polícia, regime jurídico de pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos ou funções, fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei Orçamentária, com relação à Assembleia Legislativa;

**VI** - prover os cargos, empregos e funções dos serviços administrativos da Assembleia, bem como conceder licença, aposentadoria e vantagem devidas aos servidores, colocá-los em disponibilidade, assinados os respectivos atos pela maioria de seus membros;

**VII** - aprovar a proposta orçamentária da Assembleia Legislativa e encaminhá-la ao Poder Executivo, em tempo hábil, para ser incluída na proposta orçamentária anual, para todo o Estado do Ceará;

**VIII** - solicitar ao Poder Executivo os créditos adicionais necessários ao funcionamento da Assembleia e de seus serviços;

**IX** - prover a polícia interna da Assembleia;

**X** - conceder licença a Deputado;

**XI** - determinar a abertura de sindicância ou inquérito administrativo;

**XII** - elaborar o regulamento dos serviços administrativos da Assembleia e decidir, conclusivamente, em grau de recurso, as matérias referentes ao ordenamento jurídico de pessoal e aos serviços administrativos;

**XIII** - fixar as diretrizes para a divulgação das atividades da Assembleia;

**XIV** - adotar as medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar o seu conceito perante a opinião pública;

**XV** - adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para defesa judicial e extrajudicial de Deputado, contra ameaça ou prática de ato atentatório do livre exercício e das prerrogativas constitucionais ao mandato parlamentar;

**XVI** - prover, ou adotar, em virtude de decisão judicial, as providências de sua alçada ou que se insiram na competência legislativa da Assembleia;

**XVII** - oferecer parecer a todas as proposições, em tramitação no início de cada Legislatura, enquanto não se instalarem as Comissões Permanentes;

**XVIII** - expedir, pela maioria de seus membros:

**a)** Atos normativos, que regulam normas em caráter geral, da competência interna do Poder Legislativo; e

**b)** Atos deliberativos, sobre matéria de natureza administrativa;

**XIX** - garantir a transparência de seus atos ao Plenário da Assembleia Legislativa;

**XX** - estabelecer limites de competência para as autorizações de despesa;

**XXI** - apresentar à Assembleia, na Sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados;

**XXII** - declarar a perda de mandato de Deputado, nos casos previstos no art. 53, da Constituição Estadual, observadas as normas deste Regimento;

**XXIII** - propor a fixação da remuneração do Deputado, em cada Legislatura, para a subsequente, observado o disposto nos arts. 150, inciso II e 49, inciso VIII, da Constituição Estadual;

**XXIV** - propor a fixação, para cada exercício financeiro, da remuneração do Governador e do Vice-Governador (art. 49, inciso IX, da CE);

**XXV** - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado - TCE, na forma da Lei, a prestação de contas da Assembleia Legislativa, referente a cada exercício financeiro;

**XXVI** - publicar, trimestralmente, para conhecimento do Plenário, resumo do demonstrativo das receitas e despesas orçamentárias executadas, no período, pelas unidades administrativas da Assembleia;

**XXVII** - editar, no que couber, os atos administrativos resultantes das deliberações do Plenário, de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, de que trata o art. 49 e seus incisos, da Constituição Estadual;

**\*XXVIII** - na última Sessão Legislativa de cada Legislatura, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa promoverá a atualização da Consolidação das Leis Estaduais, incorporando às coletâneas que a integram as emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções promulgadas durante a Legislatura imediatamente anterior, ordenadas e indexadas sistematicamente.

**\*Acréscido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**§ 1º** Em caso de matéria inadiável, pode o Presidente, ou quem o estiver substituindo, decidir, **ad referendum** da Mesa, sobre assunto da competência desta.

**§ 2º** Das decisões da Mesa com relação aos trabalhos legislativos, cabe recursos ao plenário por proposta de qualquer Deputado.

**Art. 20.** Nenhuma proposição que modifique os serviços da Secretaria da Assembleia ou as condições de seu pessoal, poderá ser submetida à deliberação do Plenário, sem parecer da Mesa, que terá, para tal fim, o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, findo o qual o projeto será encaminhado ao Plenário, com ou sem parecer, para discussão e votação.

**\*Art. 21.** A Mesa Diretora reunir-se-á, ordinariamente, no dia e hora que for designado no início de cada Sessão Legislativa, obedecendo a semanalidade, e extraordinariamente, por convocação do Presidente, a fim de deliberar, por maioria de votos, sobre assuntos de sua competência.

**\*Redação dada pela Resolução nº 416, de 13.04.1999, D.O. de 16.04.1999.**

**\*Redação anterior: Art.21 - A Mesa Diretora reunir-se-á, ordinariamente, às quartas feiras, às 14 (quatorze) horas, ou extraordinariamente, por convocação do Presidente, a fim de deliberar, por maioria de votos, sobre assuntos de sua competência.**

**\*§ 1º** Os membros da Mesa não poderão tomar parte em nenhuma outra Comissão, exceto nas especiais e de representação, não se aplicando o impedimento aos membros suplentes.

**\*Redação dada pela Resolução nº 416, de 13.04.1999, D.O. de 16.04.1999.**

**\*Redação anterior: \*§ 1º Os membros da Mesa não poderão tomar parte em nenhuma outra Comissão, exceto nas de representação, não se aplicando o impedimento aos membros suplentes.**

**§ 2º** Vago qualquer cargo da Mesa, a eleição para seu preenchimento deverá processar-se dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados durante as Sessões Legislativas Ordinárias, obedecendo-se, no que couber, o disposto nos artigos constantes da Seção II, Capítulo IV, do Título I, deste Regimento, salvo se a vaga ocorrer nos quatro meses anteriores ao término do mandato da Mesa, hipótese em que serão substituídos, hierarquicamente:

**a)** o Presidente pelos seus respectivos Vice-Presidentes;

**b)** o Primeiro Secretário pelos demais Secretários;

**c)** nos demais casos pelos suplentes da Mesa.

**§ 3º** As funções dos membros da Mesa cessarão:

**I** - com eleição da nova Mesa;

**II** - com a renúncia;

**III** - por morte;

**IV** - por ausência a 10 (dez) Sessões plenárias consecutivas ou a 3 (três) reuniões ordinárias, também consecutivas, da Mesa Diretora, salvo justa causa comunicada, por escrito, após 48 (quarenta e oito) horas da Sessão, à Mesa, através da presidência.

**§ 4º** A renúncia deverá vir consubstanciada em requerimento escrito, que após lido em Plenário, será considerado irretroativo.

**\*§ 5º** Perderá automaticamente o cargo na Mesa Diretora:

*\*Acrescido pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.*

**\*I** - o deputado integrante de bloco parlamentar dissolvido, cujo cargo na Mesa Diretora será declarado vago pelo Presidente, observando-se para o seu preenchimento a disposição contida no § 2º deste artigo;

*\*Acrescido pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.*

**\*II** - o deputado indicado pela representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que mudar de partido, sendo o cargo na Mesa Diretora declarado vago pelo Presidente, observando-se para o seu preenchimento a disposição contida no § 2º deste artigo.

*\*Acrescido pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.*

**Art. 22.** As deliberações da Mesa Diretora deverão ser formalizadas, através do competente ato, desde que não sujeitas ao Plenário.

**Parágrafo único.** Cada interessado, no prazo de 10 (dez) dias, deverá ser cientificado pela Mesa Diretora, por intermédio de sua Secretária, da decisão exarada no respectivo processo.

## SEÇÃO II DO PRESIDENTE

**Art. 23.** A Presidência é o órgão representativo da Assembleia, quando houver de se anunciar coletivamente, regulador de seus trabalhos, fiscal de sua ordem, na forma regimental, cabendo-lhe legitimidade para defesa institucional do Poder.

**Art. 24.** São atribuições do Presidente, além de outras expressas ou implícitas, neste Regimento:

**I** - quanto às sessões da Assembleia:

**a)** presidi-las, abri-las, suspendê-las e levantá-las;

**b)** manter a ordem e fazer observar este Regimento;

**c)** mandar ler a Ata, o Expediente e as Comunicações, pelo 2º a) deixar de aceitar qualquer proposição que não atenda às exigências regimentais ou sejam manifestamente contrárias à Constituição Federal ou Estadual, cabendo, dessa decisão, recurso, em 24 (vinte e quatro) horas, para o Plenário, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Secretário;

**d)** conceder a palavra;

**e)** interromper o orador que se desviar da questão, falar sobre o assunto ou matéria vencida, faltar em consideração à Assembleia, seus membros e Chefes dos Poderes Públicos, advertindo-o; e, em caso de insistência, retirando-lhe a palavra e, até mesmo, se necessário, suspendendo a Sessão;

**f)** determinar o não apanhamento de discurso, expressões ou apartes pela taquigrafia, quando anti-regimentais;

**g)** chamar a atenção do orador, ao se esgotar o tempo a que tenha direito;

**h)** decidir as questões de ordem e as reclamações;

**i)** anunciar o número de Deputados presentes;

**j)** submeter à discussão e à votação a matéria, a esse fim destinada;

**l)** determinar a matéria que deva constar da Ordem do Dia;

**m)** anunciar o resultado das votações;

**n)** convocar Sessão;

**o)** ordenar, em qualquer fase dos trabalhos, quando julgar necessário ou em face de requerimento formulado por Deputado, a verificação de presença;

**p)** permitir que sejam irradiados, filmados ou televisionados os trabalhos da Assembleia, sem ônus para os cofres públicos;

**q)** autorizar a realização de conferências, exposições, palestras ou seminários, na sede da Assembleia, e fixar-lhes data, local e horário, ressalvada a competência das Comissões;

**II** - quanto às proposições:

**\*a)** deixar de aceitar qualquer proposição que não atenda às exigências regimentais ou sejam manifestamente contrárias à Constituição Federal ou Estadual, cabendo, dessa decisão, recurso, em 24 (vinte e quatro) horas, para o Plenário, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Redação; com o apoio de 1/10 (um décimo) dos membros desta Casa Legislativa.

*\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.*

*\*Redação anterior: a) deixar de aceitar qualquer proposição que não atenda às exigências regimentais ou sejam manifestamente contrárias à Constituição Federal ou Estadual, cabendo, dessa decisão, recurso, em 24 (vinte e quatro) horas, para o Plenário, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Redação;*

**b)** determinar a retirada de proposição da Ordem do Dia;

**c)** declarar prejudicada qualquer proposição que contrarie os termos regimentais;

**d)** despachar as indicações, quando for o caso, e encaminha-las;

**e)** mandar arquivar as proposições com parecer contrário e unânimes das Comissões Permanentes a que estejam afetas, relatórios de Comissão de Inquérito ou a indicação, cujo relatório ou parecer não haja sido concluído por projeto, dando ciência ao Plenário; e, ainda, mandar desarquivar proposição que não esteja com sua tramitação concluída, para o necessário andamento;

**III** - quanto às Comissões:

**a)** designar, por indicação dos Líderes, os membros efetivos das Comissões e seus suplentes;

**b)** declarar a perda de lugar do membro das Comissões, quando incidirem no número de faltas previstas, neste Regimento;

**\*c)** Presidir as reuniões dos Presidentes das Comissões Permanentes e Temporárias, bem como do Colégio de Líderes;

*\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.*

*\*Redação anterior: c) presidir as reuniões dos Presidentes das Comissões Permanentes e Especiais, bem como do Colégio de Líderes;*

**d)** designar, por autorização do Plenário, Comissão Externa; e, por indicação dos Líderes, os componentes das Comissões Parlamentares de Inquérito;

**e)** convocar, quando necessário, os Presidentes das Comissões Permanentes para, reunidos sob a sua Presidência, e com a presença dos Líderes, adotarem as providências necessárias ao andamento dos trabalhos legislativos;

**IV** - quanto às publicações:

**a)** não permitir a publicação de matéria, expressões ou pronunciamento que envolvam ofensa às instituições, preconceito de raça ou cor, ou infringentes das normas regimentais;

**b)** determinar a publicação de informações e documentos não oficiais, constantes do Expediente;

**c)** divulgar, através da assessoria de comunicação, as decisões do Plenário, das reuniões da Mesa Diretora, do Colégio de Líderes e das Comissões.

**§ 1º** Compete, ainda, ao Presidente da Mesa:

**I** - substituir o Governador do Estado, nos casos de que trata o art. 86, da Constituição Estadual;

**II** - justificar a ausência de Deputado, quando ocorrida nas condições previstas, neste Regimento;

**III** - dar posse a Deputado ou suplente, na forma do art. 5º e seus parágrafos;

**IV** - convocar os suplentes de Deputados, nos casos de licença ou de vaga;

**V** - assinar correspondência dirigida à Presidência da República, Congresso Nacional, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Tribunais Superiores, Tribunais Federais e Estaduais, Ministros de Estado, Governadores de Estado e Territórios, Assembleias Legislativas Estaduais e representações diplomáticas;

**VI** - fazer reiterar os pedidos de informações;

**VII** - zelar pelo prestígio e decoro da Assembleia, bem como pela liberdade e dignidade de seus membros, assegurando-lhes o respeito, a imunidade e demais prerrogativas;

**VIII** - promulgar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as leis oriundas de proposições não sancionadas nos prazos constitucionais (art. 65, § 7º, da CE) ou aqueles cujos vetos tenham sido rejeitados;

**IX** - representar o Poder Legislativo em juízo, outorgando procuração com poderes **ad judicia**;

**X** - autorizar despesas, bem como licitações, homologar seu resultado e aprovar calendário de compras;

**XI** - autorizar a assinatura de convênios e assinar os respectivos contratos.

**§ 2º** O prazo, a que se refere o item II, letra a, deste artigo, será computado da comunicação do despacho, pelo Presidente, em Plenário.

**\*§ 3º** De qualquer decisão do Presidente caberá recurso ao Plenário, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas assinado por 1/10 (um décimo) dos membros da Assembleia Legislativa.

**\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.**

**\*Redação anterior: § 3º De qualquer decisão do Presidente da Assembléia Legislativa caberá recurso ao Plenário.**

**Art. 25.** Ingressando em Plenário, em qualquer fase da Sessão, o Presidente deverá assumir a direção dos trabalhos, só podendo votar nos casos de escrutínio secreto ou desempate.

**Parágrafo único.** Para tomar parte em qualquer discussão no Plenário, o Presidente transmitirá a Presidência ao seu substituto, e não reassumirá, enquanto debater matéria a que se propôs discutir.

**Art. 26.** O Presidente, em qualquer momento, poderá fazer ao Plenário comunicação de interesse público ou diretamente relacionada com a Assembleia Legislativa.

**Art. 27.** O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes atribuições que lhes sejam próprias.

**Art. 28.** Sempre que se ausentar da Capital do Estado por mais de 72 (setenta e duas) horas, e do território do Estado, por qualquer tempo, o Presidente passará o exercício do cargo ao seu substituto, mediante termo lavrado em livro próprio.

**Parágrafo único.** Constatada a ausência, sem que haja sido feita a transferência do cargo, a mesma efetivar-se-á, por simples termo, no qual se mencione a ocorrência.

#### SEÇÃO III DOS VICE-PRESIDENTES

**Art. 29.** Sempre que o Presidente não se achar presente em Plenário, à hora regimental do início dos trabalhos, substituí-lo-á, no desempenho de suas funções, o 1º e 2º Vice-Presidentes, respectivamente, cabendo-lhe o lugar, logo que se faça presente.

**§ 1º** Cabe, ainda, ao 1º Vice-Presidente, promulgar proposições não sancionadas pelo Governador, quando o Presidente deixar de fazê-lo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas (art. 65, § 7º, CE).

**§ 2º** Ausentes o Presidente e os Vice-Presidentes, os Secretários, obedecida a hierarquia, assumirão a direção dos trabalhos.

#### SEÇÃO IV DOS SECRETÁRIOS

**Art. 30.** São atribuições do 1º Secretário:

**I** - superintender os serviços da Secretaria, especialmente no que se relacione com os setores de recursos humanos, material e patrimonial;

**II** - assinar a correspondência da Assembleia, exceto nos casos atribuídos, privativamente, ao Presidente;

**III** - decidir, em primeira instância, recursos contra atos da Diretoria Geral da Secretaria;

**IV** - colaborar na execução do Regimento Interno;

**V** - despachar o expediente da Assembleia;

**VI** - superintender o setor de comunicações;

**Art. 31.** São atribuições do 2º Secretário:

**I** - verificar o número de Deputados presentes;

**II** - fazer a chamada dos Deputados nas votações nominais;

**III** - fiscalizar a redação das Atas e proceder a sua leitura;

**IV** - redigir as Atas das Sessões Secretas;

**V** - substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e ausências;

**VI** - fazer a inscrição dos oradores pela ordem cronológica, de acordo com o que preceitua o Regimento;

**VII** - controlar a frequência dos Deputados, mediante o registro de presença no painel eletrônico;

**VIII** - providenciar a confecção das folhas de ajuda de custo aos Deputados.

**Art. 32.** Compete ao 3º Secretário:

**I** - dirigir o Serviço de Polícia Interna;

**II** - fazer a leitura da matéria constante da Ordem do Dia;

**III** - organizar o livro de assentamento das discussões e votações das proposições em curso, e, sobre elas, quando solicitado, prestar informações aos Deputados;

**IV** - substituir o 2º Secretário em seus impedimentos e ausências.

**Art. 33.** Compete ao 4º Secretário:

**I** - superintender os setores de Relações Públicas, Cerimonial e Transportes do Poder Legislativo;

**II** - receber o Deputado que venha prestar compromisso;

**III** - fiscalizar as concorrências públicas, nas áreas do Poder Legislativo;

**IV** - substituir o 3º Secretário em seus impedimentos e ausências.

**\*Art. 33-A.** Os suplentes da Mesa Diretora substituirão o 2º Vice-Presidente e os Secretários em caso de licença ou impedimento, observada a ordem de sucessão de que trata este Capítulo.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

### CAPÍTULO II DA PROCURADORIA PARLAMENTAR

**Art. 34.** A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa Diretora, a defesa da Assembleia Legislativa, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão do exercício do mandato ou das suas funções institucionais.

**§ 1º** A Procuradoria Parlamentar será constituída por cinco membros designados pelo Presidente da Assembleia, a cada dois anos, no início da Sessão Legislativa, com observância, tanto quanto possível, do princípio da proporcionalidade partidária.

**§ 2º** A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou de imprensa que veicular a matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

**§ 3º** A Procuradoria Parlamentar promoverá, por intermédio do Ministério Público ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para obter ampla reparação, inclusive aquela a que se refere o inciso X do art. 5º da Constituição Federal.

### CAPÍTULO III DA CORREGEDORIA

**Art. 35.** À Corregedoria compete o acompanhamento do desempenho administrativo da Assembleia, zelando pela aplicação das normas regimentais e das instruções da Mesa, bem como da manutenção da ordem e disciplina nas dependências da Casa, competindo-lhe, ainda, o acompanhamento da elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo.

**\*Art. 36.** A Mesa Diretora escolherá 2 (dois) Deputados efetivos para as funções de Corregedor e Corregedor Substituto, respectivamente, competindo-lhes o cumprimento do disposto no art. 35 deste Regimento Interno.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: Art. 36. A Mesa designará, logo depois de eleita, dois de seus membros efetivos, para, como Corregedor e Corregedor Substituto, se responsabilizarem pela observância das normas de que trata o Artigo anterior.**

**\*Parágrafo único.** Os nomes escolhidos pela Mesa Diretora serão submetidos a referendo do Plenário, que deliberará por maioria de votos, para mandato de 2 (dois) anos, admitida a recondução.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

### **\*CAPÍTULO III – A**

#### **DA OUVIDORIA PARLAMENTAR**

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Art. 36-A.** A Ouvidoria Parlamentar é o órgão responsável pela fiscalização da regularidade e eficiência dos procedimentos legislativos da Assembleia, competindo-lhe receber e processar sugestões formuladas por Deputados e cidadãos, propondo à Mesa Diretora as medidas necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços legislativos.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**Art. 36-B.** O Ouvidor Parlamentar será escolhido pela Mesa Diretora entre os Deputados efetivos, submetido o nome a referendo do Plenário, que deliberará por maioria de votos, para mandato de 2 (dois) anos, admitida a recondução.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**Art. 36-C.** O Ouvidor Parlamentar, no exercício de suas funções, poderá:

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**I** - solicitar informações ou cópias de documentos à Mesa Diretora, relacionados à competência da Ouvidoria Parlamentar;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**II** - requerer ou promover diligências.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**Parágrafo único.** A Mesa Diretora deverá atender as solicitações do Ouvidor Parlamentar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**Art. 36-D.** A Mesa Diretora deverá proporcionar as condições estruturais e materiais para o funcionamento da Ouvidoria Parlamentar.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

### **\*CAPÍTULO III - B**

#### **DA PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER**

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

**\*Art.36-E.** A Procuradoria Especial da Mulher tem a finalidade de zelar pela participação das Deputadas nos órgãos e atividades da Assembleia Legislativa, em colaboração com a Mesa Diretora.

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

**\*Art.36-F.** Procuradoria Especial da Mulher será constituída de 1 (uma) Procuradora Especial da Mulher e de 3 (três) Procuradoras Adjuntas, designadas pelo Presidência da Assembleia, a cada dois anos, no início da Sessão Legislativa, observando-se, tanto quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária.

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

**\*Parágrafo único.** As Procuradoras Adjuntas terão a designação de Primeira, Segunda e Terceira, e nessa ordem substituirão a Procuradora Especial da Mulher em seus impedimentos e colaborarão no cumprimento das atribuições da Procuradoria.

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

**\*Art.36-G. Compete à Procuradoria Especial da Mulher**

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

**\*I** - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violência e discriminação contra a mulher;

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

**\*II** - fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo estadual, que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito estadual;

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

**\*III** - cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas públicas para as mulheres;

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

**\*IV** — promover pesquisas, seminários, palestras e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como acerca de seu déficit de representação na

política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa.

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

**\*Art.36-H.** Toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria Especial da Mulher terá ampla divulgação pelos meios de comunicação da Assembleia.

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

**\*Art.36-I.** A Mesa Diretora deverá proporcionar as condições estruturais e materiais para o funcionamento da Procuradoria Especial da Mulher.”

**\*Acrescido pela Resolução nº 639, de 8.03.2012, D.O. de 14.03.2012.**

## **CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 37.** As Comissões da Assembleia serão:

**I** - permanentes, as que subsistem através da Legislatura; e

**II** - temporárias, as que são constituídas com finalidades especiais ou de representação e se extinguem com o término da Legislatura, ou, antes dela, quando preenchido o fim a que se destinam.

**Art. 38.** Os membros efetivos e suplentes das Comissões, serão nomeados pelo Presidente da Assembleia, por indicação dos Líderes de Bancada ou Bloco Parlamentar.

**\*Art. 39.** As Comissões serão organizadas, em regra, dividindo-se o número de membros da Assembleia Legislativa pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Bancada ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido; o quociente inteiro final representará o número de vagas, por Bancada ou Bloco Parlamentar, cujo Líder indicará os respectivos nomes.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: ART. 39.** As Comissões serão organizadas, em regra, dividindo-se o número de membros da Assembleia Legislativa pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Bancada ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido; o quociente final representará o número de vagas, por Bancada ou Bloco Parlamentar, cujo Líder indicará os respectivos nomes.

**\*§ 1º** Não completa a Comissão, cada Bancada ou Bloco Parlamentar que não atingir o quociente final, desprezadas as frações, indicará, por seu Líder, na ordem decrescente de número de componentes das respectivas Bancadas, o seu representante na Comissão, até perfazer o total de sua constituição.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: § 1º** Não completa a Comissão, cada Bancada ou Bloco Parlamentar que não atingir o quociente final, indicará, por seu Líder, na ordem decrescente de número de componentes das respectivas Bancadas, o seu representante na Comissão, até perfazer o total da constituição desta.

**§ 2º** Na hipótese de ser igual o número de componentes das Bancadas ou Blocos Parlamentares restantes, a indicação será feita, mediante acordo entre as agremiações interessadas, e não sendo este possível, por sorteio, pelo Presidente da Assembleia, na presença dos respectivos Líderes.

**\*§ 3º** Na composição das Comissões é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Assembleia Legislativa, e a proporcionalidade entre os parlamentares do sexo masculino e feminino, sem prejuízo da autonomia partidária e dos blocos parlamentares.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**Art. 40.** O Deputado não integrante de Comissão poderá participar das discussões, sem direito a voto.

### **SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES EM GERAL**

**Art. 41.** Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência (art. 55, § 2º, CE), cabe:

**I** - realizar audiências públicas com entidades organizadas da sociedade civil, na forma deste Regimento;

**II** - realizar audiências públicas em região do Estado, para subsidiar o processo legislativo;

**III** - convocar Secretários de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições, nos termos do art. 57, da Constituição do Estado;

**IV** - convocar dirigentes de órgãos públicos estaduais, civis e militares, de autarquia, de empresa pública, sociedade de economia mista e de fundações instituídas ou mantidas pelo poder público, dentre outras autoridades, para prestar informações ou apresentar esclarecimentos sobre assuntos inerentes às atribuições da Comissão requerente;

**V** - receber petições, reclamações, representações ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade pública, de concessionário de serviço público;

**VI** - acompanhar, junto ao Poder Executivo, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

**VII** - apreciar e acompanhar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

**VIII** - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

**IX** - elaborar leis delegadas, na forma do art. 64, da Constituição do Estado e art. 206, inciso IV, alínea f, deste Regimento, admitindo o recurso, contra sua decisão, para o Plenário, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por, no mínimo, 1/10 (um décimo) dos membros da Assembleia;

**X** - solicitar o concurso de assessoramento especializado ou a colaboração de servidores habilitados, a fim de executar trabalho de natureza técnica ou científica, relacionado com as suas atribuições e competências.

**Parágrafo único.** Os campos temáticos ou áreas de atividades de cada Comissão Permanente abrangem ainda os órgãos e programas governamentais com eles relacionados e respectivos acompanhamentos, bem como a fiscalização orçamentária, sem prejuízo das atribuições próprias da Comissão de Fiscalização e Controle.

**Art. 42.** Cada Comissão poderá realizar audiência pública, com entidade da sociedade civil, para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinente à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro da Assembleia ou a pedido da entidade interessada.

**Art. 43.** Aprovada a audiência pública, pela maioria da Comissão, esta selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.

**§ 1º** Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá, de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

**§ 2º** O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate, e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apertado.

**§ 3º** Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra e determinar a sua retirada do recinto.

**§ 4º** A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

**§ 5º** Os Deputados inscritos para interpelar o expositor deverão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

**Art. 44.** Da reunião de audiência pública, lavrar-se-á Ata, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e os documentos que o acompanham.

**Parágrafo único.** Será admitido, a qualquer tempo, o traslado das peças ou fornecimento de cópias aos interessados.

**Art. 45.** Na reunião de audiência pública não se procederá apanhamento taquigráfico, exceto quando solicitado, pelo Presidente dos trabalhos, à Mesa Diretora.

### SEÇÃO III DAS COMISSÕES PERMANENTES E SUAS COMPETÊNCIAS

**Art. 46.** Iniciados os trabalhos de cada Sessão Legislativa, a Mesa providenciará a organização das Comissões Permanentes, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

**\*Art. 47.** As Comissões Permanentes, com igual número de suplentes, serão constituídas de:

**\*Redação dada pela Resolução nº 413, de 24.02.1999, D.O. de 04.03.1999.**

**\*Redação anterior:** Art. 47. As Comissões Permanentes serão constituídas de 5 (cinco) membros, com exceção das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, e, de Orçamento, Finanças e Tributação e Fiscalização e Controle, que serão compostas de 09 (nove) Deputados.

**\*I** - 9 membros as de:

**\*Acrescido pela Resolução nº 413, de 24.02.1999, D.O. de 04.03.1999.**

**\*a)** Constituição, Justiça e Redação;

**\*Acrescido pela Resolução nº 413, de 24.02.1999, D.O. de 04.03.1999.**

**\*b)** Orçamento, Finanças e Tributação; e

**\*Acrescido pela Resolução nº 413, de 24.02.1999, D.O. de 04.03.1999.**

**\*c)** Fiscalização e Controle;

**\*Acrescido pela Resolução nº 413, de 24.02.1999, D.O. de 04.03.1999.**

**\*II** - 7 membros as de:

**\*Acrescido pela Resolução nº 413, de 24.02.1999, D.O. de 04.03.1999.**

**\*a)** Educação, Cultura e Desporto;

**\*Acrescido pela Resolução nº 413, de 24.02.1999, D.O. de 04.03.1999.**

**\*b)** Seguridade Social e Saúde; e

**\*Acrescido pela Resolução nº 413, de 24.02.1999, D.O. de 04.03.1999.**

**\*c)** Defesa do Consumidor;

**\*Acrescido pela Resolução nº 413, de 24.02.1999, D.O. de 04.03.1999.**

**\*III** - 5 membros as demais.

**\*Acrescido pela Resolução nº 413, de 24.02.1999, D.O. de 04.03.1999.**

**Parágrafo único.** A composição das Comissões Permanentes será modificada, sempre que houver alteração na representação proporcional dos partidos ou Blocos Parlamentares, respeitado o prazo de 6 (seis) meses, entre uma modificação e outra.

**Art. 48.** São as seguintes as Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividades:

**I** - Constituição, Justiça e Redação:

**a)** aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;

**b)** admissibilidade de proposta de emenda às Constituições Federal e Estadual;

**c)** assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Assembleia, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;

**d)** assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça;

**e)** intervenção estadual;

**f)** criação de novos Municípios, incorporação, fusão, subdivisão ou desmembramento de áreas de Municípios;

**g)** licença ao Governador para interromper o exercício das suas funções ou ausentar-se do País;

**h)** propostas populares, nos termos do art. 62, da Constituição do Estado;

**i)** direitos e deveres do mandato, perda de mandato de Deputado, na hipótese do inciso III, do art. 53, da Constituição Estadual;

**j)** redação do vencido em Plenário e redação final das proposições em geral;

**k)** modificação do Regimento Interno;

**II** - Orçamento, Finanças e Tributação:

**a)** dívida pública interna e externa;

**b)** matérias financeiras, tributárias, orçamentárias e empréstimos públicos;

**c)** aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto a sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;

**d)** tributação, arrecadação, fiscalização e administração fiscal;

**e)** acompanhar, trimestralmente, a evolução da política de aplicação dos recursos financeiros destinados à educação, especialmente do Fundo Constitucional do Estado,

considerando a observância do percentual mínimo, constitucionalmente destinado ao setor, observadas a alocação espacial e setorial dos recursos orçamentários;

**f)** acompanhar os relatórios trimestrais de desembolsos do Tesouro Estadual, dos recursos destinados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado;

**g)** tomada de contas do Governador do Estado e dos dirigentes dos órgãos da administração pública estadual direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual (art. 76, inciso II, CE);

**\*III - Agropecuária:**

**\*Redação dada pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Redação anterior: III - Agropecuária e Recursos Hídricos e Minerais:**

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: III - Agropecuária e Recursos Hídricos:**

**\*a)** política agrícola e assuntos atinentes à agricultura, à pecuária;

**\*Redação dada pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Redação anterior: a)** política agrícola e assuntos atinentes à agricultura, à pecuária e à pesca em geral;

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: a)** política agrícola e assuntos atinentes à agricultura, à pecuária e à pesca profissional;

**\*b)** política e questões fundiárias, reforma agrária;

**\*Redação dada pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Redação anterior: b)** política e questões fundiárias, reforma agrária;

**\*c)** estímulos fiscais, financeiros e creditícios à agricultura, à pesquisa e experimentação agrícolas;

**\*Redação dada pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Redação anterior: c)** política mineral de pesquisa, exploração das substâncias minerais, gerenciamento e manufatura das reservas minerais;

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: c)** política mineral de pesquisa e exploração das substâncias minerais;

**d)** política de gerenciamento dos recursos hídricos e uso geral da água;

**\*IV - Educação:**

**\*Redação dada pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Redação anterior: IV - Educação, Cultura e Desporto:**

**\*a)** assuntos atinentes à educação em geral, política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais; recursos humanos e financeiros para a educação;

**\*Redação dada pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Redação anterior: a)** assuntos atinentes à educação em geral; política e sistema educacional, em seus aspectos institucionais, estruturais, funcionais e legais; recursos humanos e financeiros para a educação;

**\*b)** a diversidade e a inclusão educacional;

**\*Redação dada pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Redação anterior: b)** sistema desportivo estadual e sua organização; políticas e planos estaduais de educação física e desportiva; normas gerais sobre o desporto;

**c)** desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico; acordos culturais com outras instituições;

**d)** diversão e espetáculos públicos; datas comemorativas e homenagens cívicas;

**e)** acompanhamento e controle da documentação histórico-cultural e patrimônio arquivístico estadual;

**V - Defesa do Consumidor:**

**a)** economia popular e repressão ao abuso do poder econômico;

**b)** relações de consumo e medidas de defesa do consumidor;

**c)** composição, qualidade, apresentação, publicidade, e distribuição de bens e serviços;

**VI - Indústria e Comércio, Turismo e Serviço:**

**a)** matérias atinentes às relações econômicas;

**b)** assuntos relativos ao turismo;

**c)** incentivos e isenções fiscais;

**d)** política e atividade industrial e comercial; setor econômico terciário;

**VII - Direitos Humanos e Cidadania:**

**\*a)** matérias relativas à família, à mulher, ao idoso, ao excepcional ou portador de necessidades especiais;

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: a)** matérias relativas à família, à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao excepcional ou deficiente físico;

**b)** assuntos referentes às minorias étnicas e sociais, especialmente aos índios e às comunidades indígenas;

**VIII - Trabalho, Administração e Serviço Público:**

**a)** matérias atinentes às relações de trabalho;

**b)** organização Político-administrativa do Estado;

**c)** matérias relativas ao serviço público da administração estadual direta e indireta, inclusive fundacional;

**d)** regime jurídico dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos;

**e)** regime jurídico-administrativo dos bens públicos;

**f)** prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico;

**\*IX - Viação, Transportes, Desenvolvimento Urbano:**

**\*Redação dada pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Redação anterior: IX - Viação e Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior:**

**a)** política e desenvolvimento urbano; uso e ocupação do solo urbano; habitação; transportes urbanos; infraestrutura urbana e saneamento básico;

**\*b) Revogado**

**\*Revogado pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Redação anterior: b)** plano regional de ordenação do território e da organização político-administrativa;

**c)** aglomerações urbanas e microrregiões;

**d)** sistema estadual de defesa civil; política de combate às calamidades;

**e)** assuntos referentes aos sistemas de transportes em geral;

**f)** ordenação e exploração dos serviços de transportes;

**g)** transportes intermunicipais;

**h)** transportes de passageiros e de cargas;

**i)** segurança, política e educação de trânsito e tráfego;

**\*j)** proposições e assuntos relativos à área metropolitana;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*l)** promoção da integração dos municípios componentes da área metropolitana;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*m)** definição dos limites entre os municípios da área metropolitana;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*n)** políticas públicas estaduais relacionadas aos municípios da área metropolitana;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**X - Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido:**

**a)** política e sistema estadual do meio ambiente;

**b)** legislação ambiental;

**c)** recursos ambientais;

**d)** florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

**e)** proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

**f)** responsabilidade por dano ao meio ambiente e a de bens e valor paisagístico.

**XI -Seguridade Social e Saúde:**

**a)** assuntos relativos à saúde, previdência e assistência social em geral;

**b)** organização institucional da saúde no Estado;

**c)** política de saúde; sistema único de saúde;

**d)** ações e serviços de saúde pública, campanhas de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas; vigilância epidemiológica e medicina alternativa;

**e)** assistência médica previdenciária;

**f)** controle de drogas, medicamentos e alimentos; sangue e hemoderivados;

**\*g)** assistência social, proteção à maternidade, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao excepcional ou portador de necessidades especiais;

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: g)** assistência social, proteção à maternidade, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao excepcional ou portador de necessidades especiais;

**h)** concessão de licença para tratamento de saúde aos Deputados.

**\*XII – Ciência e Tecnologia e Educação Superior:**

**\*Redação dada pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Redação anterior: XII - Ciência e Tecnologia:**

**a)** desenvolvimento científico;

**b)** pesquisa e capacitação tecnológica;

**c)** sistema estatístico, cartográfico e demográfico estadual;

**d)** política estadual de ciência e tecnologia, organização institucional, investimentos, incentivos, difusão e proteção do setor;

**e)** acordos de cooperação técnico-científico com outros organismos nacionais e internacionais;

**f)** criação de órgãos de formação técnica de nível médio e superior;

**g)** fontes alternativas de energia.

**XIII – Fiscalização e Controle:**

**a)** exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo para esse fim:

**1)** avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo, no plano estadual, no microrregional e no setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo;

**2)** solicitar, por escrito, informações à administração direta e indireta, bem como requisitar documentos públicos necessários à elucidação do ato, objeto de fiscalização;

**3)** avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades, instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, notadamente quando houver indício de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza, de que resulte prejuízo ao erário;

**4)** providenciar a efetivação de perícias, bem como solicitar ao Tribunal de Contas do Estado que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Estado e demais entidades referidas na alínea anterior;

**5)** apreciar as contas das empresas, de cujo capital social o Estado participe de forma direta ou indireta, bem assim a aplicação de quaisquer recursos repassados, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Município;

**6)** promover a interação da Assembleia Legislativa com os órgãos do Poder Executivo, que pela natureza de suas atividades, possam dispor ou gerar dados de que necessita, para o exercício de fiscalização e controle;

**7)** promover a interação da Assembleia Legislativa com os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, que pela natureza de suas atividades, possam proporcionar ou gerar dados, de que necessite para o exercício de fiscalização e controle;

**8)** propor, ao Plenário da Assembleia, as providências cabíveis, em relação aos resultados da avaliação, inclusive quanto ao resultado das diligências, realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

**b)** Verificada a existência de irregularidade e após ouvido o Plenário, será remetida cópia da documentação pertinente ao Ministério Público, a fim de que este promova a ação cabível, de natureza cível ou penal.

**c)** A fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, obedecerão às seguintes regras:

**1)** a proposta de fiscalização e controle poderá ser apresentada, por qualquer Deputado, à Comissão, com específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada;

**2)** a proposta será relatada, previamente, quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, econômico e social ou orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia de avaliação;

**3)** aprovado o relatório prévio pela Comissão, o relator poderá solicitar os recursos e o assessoramento necessários ao bom desempenho dos trabalhos da Comissão, incumbindo à Mesa, o atendimento preferencial das providências requeridas. Rejeitada a matéria, será arquivada;

**4)** o relatório final da fiscalização e controle, em termos de comprovação da legalidade do ato, avaliação administrativa, social e econômica de sua edição, e quanto a eficácia dos resultados sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, obedecerá, no que concerne à tramitação, as normas do item seguinte.

**d)** Ao termo dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado em avulso, ouvido o Plenário e encaminhado:

**1)** à Mesa, para as providências de alçada desta, ou ao Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou indicação;

**2)** ao Ministério Público, com cópia da documentação, para que promova a responsabilidade civil ou criminal, por infrações apuradas, e adote outras medidas, decorrentes de suas funções institucionais;

**3)** ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativa, decorrentes do art. 37, §§ 2º a 6º, da Constituição Federal, e demais dispositivos constitucionais e legais aplicáveis;

**4)** à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, a qual incumbirá o atendimento do prescrito na alínea anterior.

**5)** Ocorrendo a hipótese de exercício concorrente de competência fiscalizadora, por duas ou mais Comissões, sobre os mesmos fatos, os trabalhos poderão se desdobrar em reuniões conjuntas, a requerimento do Presidente de um dos órgãos ou da maioria de seus membros.

**XIV – Defesa Social:**

**a)** segurança pública;

**b)** defesa civil;

**c)** promoção da integração social, com vistas à prevenção da violência e da criminalidade;

**\*d)** organização da Polícia Militar e da Polícia Civil.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: d) organização da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil;**

**\*XV – Comissão da Infância e Adolescência:**

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*a)** matérias relativas à criança e ao adolescente;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*b)** matérias referentes aos direitos e garantias previstos na Constituição e na legislação ordinária à criança e ao adolescente;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*c)** matérias atinentes aos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*d)** políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*XVI – Comissão da Juventude:**

**\*Acrescido pela Resolução nº 580, de 18.12.2008, D.O. de 09.01.2009.**

**\*a)** acompanhar e fiscalizar programas não governamentais relativos aos interesses da juventude;

**\*Acrescido pela Resolução nº 580, de 18.12.2008, D.O. de 09.01.2009.**

**\*b)** pesquisar e estudar a situação da juventude no Estado do Ceará;

**\*Acrescido pela Resolução nº 580, de 18.12.2008, D.O. de 09.01.2009.**

**\*c)** receber, avaliar e proceder investigações de denúncias relativas às ameaças aos interesses da juventude;

**\*Acrescido pela Resolução nº 580, de 18.12.2008, D.O. de 09.01.2009.**

**\*d)** políticas públicas em defesa da juventude.

**\*Acrescido pela Resolução nº 580, de 18.12.2008, D.O. de 09.01.2009.**

**\*XVII – Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca:**

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*a)** política para o desenvolvimento sustentável da pesca;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*b)** política mineral de pesquisa, exploração das substâncias minerais, gerenciamento e manufatura das reservas minerais;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*c)** política de gerenciamento dos recursos hídricos e uso geral da água;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*d)** organização do setor rural; política estadual de territorialidade; condições sociais no meio rural; migrações rural-urbanas;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*e)** o direito mineral;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*f)** plano regional de ordenação do território e da organização político-administrativa;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*g)** promoção da integração dos municípios;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*h)** definição dos limites entre municípios;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*XVIII - Cultura e Esportes:**

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*a)** sistema esportivo estadual e sua organização; políticas e planos estaduais de educação física e esportiva; normas gerais sobre o esporte;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*b)** incentivo à valorização e à difusão da prática esportiva e inclusão social por meio do esporte;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*c)** desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico; acordos culturais com outras instituições;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*d)** diversão e espetáculos públicos; datas comemorativas e homenagens cívicas;

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*e)** acompanhamento e controle da documentação histórico-cultural e patrimônio arquivístico estadual.

**\*Acrescido pela Resolução nº 616, de 17.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*Art. 48-A.** O Presidente da Assembleia Legislativa poderá, atendendo a requerimento formulado por parlamentar, mesmo que não integre a Comissão, constituir Subcomissão dentre as Comissões Permanentes, reservando-lhes parte das matérias do respectivo campo temático ou área de atuação, sem poder decisório.

**\*Acrescido pela Resolução nº 617, de 24.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*§ 1º** O requerimento de constituição da Subcomissão deverá conter a finalidade a que se destina, respeitando os respectivos campos temáticos ou áreas de atividades, definidas no art. 48 deste Regimento e o prazo de funcionamento, observadas as seguintes disposições:

**\*Acrescido pela Resolução nº 617, de 24.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*I** - os membros da Subcomissão serão escolhidos pelo Presidente da Comissão Permanente, dentre seus próprios componentes com no mínimo 1/3 (um terço) e pelo parlamentar ou parlamentares que a requerer;

**\*Acrescido pela Resolução nº 617, de 24.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*II** - o Presidente da Comissão Permanente definirá o número de membros de cada Subcomissão, para o desempenho de atividades específicas ou o trato de assuntos definidos no respectivo ato de criação, contando com no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) parlamentares;

**\*Acrescido pela Resolução nº 617, de 24.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*III** - nenhuma Comissão Permanente poderá funcionar com mais de 2 (duas) Subcomissões, simultaneamente;

**\*Acrescido pela Resolução nº 617, de 24.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*IV** - a proposição apreciada pela Subcomissão concluirá por um relatório, sujeito à deliberação do Plenário da respectiva Comissão, devendo o relatório aprovado ser enviado à Presidência da Assembleia Legislativa, para publicação;

**\*Acrescido pela Resolução nº 617, de 24.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*V** - no funcionamento das Subcomissões aplicar-se-ão, no que couber, as disposições deste Regimento relativas ao funcionamento das Comissões Permanentes;

**\*Acrescido pela Resolução nº 617, de 24.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

**\*VI** - finda a Legislatura, a Subcomissão será extinta.

**\*Acrescido pela Resolução nº 617, de 24.02.2011. D.O. de 24.02.2011.**

#### SEÇÃO IV DAS COMISSÕES ESPECIAIS

**Art. 49.** As Comissões Especiais são constituídas para um fim determinado, por proposta da Mesa ou a requerimento de 1/8 (um oitavo), no mínimo, dos membros da Assembleia.

**§ 1º** O requerimento para constituição de Comissão Especial deverá indicar:

**I** - a finalidade a que se destina;

**II** - o número de seus componentes;

**III** - o prazo de seu funcionamento.

**§ 2º** A Comissão Especial que não se instalar, dentro de 10 (dez) dias, após a nomeação de seus membros, ou deixar de concluir o seu trabalho, dentro do prazo estabelecido, será declarada extinta, pelo Presidente da Assembleia Legislativa, salvo se, nesta hipótese, o Plenário aprovar a prorrogação do prazo.

**§ 3º** O parecer oferecido pela Comissão Especial será remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para emitir parecer sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico e técnico-legislativo da proposição.

#### SEÇÃO V DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

**Art. 50.** As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Assembleia, em atos externos, e serão constituídas:

**I** - pela Mesa;

**II** - a requerimento de Deputado, com a aprovação do Plenário.

**§ 1º** A designação de Comissões de Representação será feita pelo Presidente da Assembleia, atendido, tanto quanto possível, o critério de proporcionalidade partidário.

**§ 2º** Não haverá suplentes na Comissão de Representação, e seu número será fixado pelo Presidente da Assembleia, a quem compete, também, a designação de Deputado que a presidirá.

#### SEÇÃO VI COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO NO RECESSO

**Art. 51.** Durante o recesso, haverá Comissão representativa da Assembleia, respeitado o critério da proporcionalidade das representações partidárias (art. 47, § 4º, da CE).

**\*§ 1º** Seus membros serão eleitos na última reunião de cada Sessão Legislativa Ordinária, admitida a recondução, para o posterior período de recesso.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** § 1º Esta Comissão será composta de igual número da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, não havendo suplentes, sendo vedada a recondução, para posterior período de recesso (Art. 47, § 4º, da CE)

**§ 2º** A Comissão será eleita, na última Sessão de cada período da Sessão Legislativa Ordinária, por escrutínio secreto, através de cédula de votação ou pelo método eletrônico, mediante a apresentação de chapas subscritas por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos membros da Assembleia.

**§ 3º** As chapas deverão ser entregues ao Presidente, até o início da Ordem do Dia, e em caso de renúncia, individual ou coletiva, o Presidente suspenderá a Sessão pelo tempo necessário à confecção de novas chapas.

**Art. 52.** A Comissão somente se reunirá quando convocada por seu Presidente ou Presidente da Assembleia, e poderá ser ouvida, a critério deste, em assuntos de alta relevância, sobre as quais a Assembleia Legislativa deve se manifestar durante o recesso, observadas as competências das demais Comissões, Mesa Diretora e Plenário.

**Parágrafo único.** Findo o recesso, a Comissão será considerada desfeita, automaticamente, sem qualquer formalidade.

#### SEÇÃO VII DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

**Art. 53.** A criação da Comissão Parlamentar de Inquérito será constituída em virtude de requerimento assinado, no mínimo, por 1/4 (um quarto) dos membros do Poder Legislativo, nos termos do art. 56, da Constituição do Estado.

**§ 1º** Deverá constar, obrigatoriamente, nesse requerimento:

**I** - determinação do fato a ser investigado;

**II** - o prazo de funcionamento da Comissão.

**§ 2º** Considera-se fato determinado, o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e à ordem constitucional, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento.

**§ 3º** Não será permitido o funcionamento simultâneo de mais de 02 (duas) Comissões Parlamentares de Inquérito, nem a constituição de nenhuma outra, se igual número já estiver funcionando.

**Art. 54.** Estando o requerimento de acordo com as formalidades legais, o Presidente da Assembleia o fará publicar, dentro de 03 (três) dias, dando ciência às lideranças, a fim de que indiquem os seus representantes, em igual prazo, findo o qual as indicações serão feitas pelo Presidente da Assembleia.



**§ 1º** Se o requerimento estiver em desacordo com os preceitos legais, o Presidente da Assembleia deverá indeferir-lo, dando os motivos do indeferimento.

**§ 2º** Da decisão caberá recurso, por escrito, ao Plenário, no prazo de 3 (três) dias, com audiência obrigatória da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**\*§3º** Da decisão caberá recurso por escrito, ao Plenário, no prazo de 3 (três) dias, com audiência obrigatória da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, devendo o recurso ser assinado por 1/10 (um décimo) dos membros deste Poder.

**\*Acrescido pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.**

**Art. 55.** O número de membros efetivos e suplentes da Comissão Parlamentar de Inquérito será igual ao da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e sua composição obedecerá ao disposto no art. 39, deste Regimento.

**Art. 56.** A Comissão Parlamentar de Inquérito deverá se reunir, dentro de 03 (três) dias, após a sua constituição, para eleição do seu Presidente, Vice-Presidente e Relator, na forma prevista na Seção VIII, Capítulo II, Título II, deste Regimento.

**Parágrafo único.** O Presidente e Vice-Presidente tomarão posse, imediatamente, após as eleições.

**Art. 57.** O Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito requisitará à Mesa, os meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários, ao bom desempenho da Comissão, devendo ter atendimento preferencial, pela Mesa e Administração da Casa, as providências solicitadas.

**Art. 58.** A Comissão Parlamentar de Inquérito terá poderes de investigação, próprios das autoridades judiciais, cumulativamente com os de natureza parlamentar (art. 56, **caput**, CE, e art. 58, § 3º, CF), com ampla ação nas pesquisas destinadas a apurar os fatos, que deram origem a sua formulação (art. 1º, **caput**, da Lei Federal nº 1.079/52).

**Art. 59.** A Comissão Parlamentar de Inquérito, observada a legislação específica, poderá:

**I** - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembleia, bem como, em caráter transitório e por tempo determinado, os de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta, indireta, fundacional ou Poder Judiciário, necessários aos seus trabalhos;

**II** - determinar diligências, ouvir indiciados inquirir testemunhas, sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da Administração Pública, informações e documentos, requerer audiência de Deputado e Secretário de Estado, tomar depoimento de autoridades estaduais e municipais, e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais civis e militares;

**III** - incumbir, qualquer de seus membros ou funcionário estável, requisitado dos serviços administrativos da Assembleia, da realização de sindicâncias ou diligências, necessárias aos seus trabalhos;

**IV** - deslocar-se, a qualquer ponto do território cearense, para a realização de investigações e audiências públicas;

**V** - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência, sob as penas da Lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

**VI** - se forem diversos os fatos interrelacionados com o objeto do inquérito, dizer, em separado, sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

**\*VII** - determinar, motivadamente, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados, requisitando as respectivas informações e documentos diretamente dos agentes e órgãos competentes;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*VIII** - determinar, motivadamente, a busca e apreensão de documentos e objetos, salvo a domiciliar.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*§1º** As deliberações da Comissão Parlamentar de Inquérito serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*§2º** Na hipótese do inciso VII deste artigo, a Comissão Parlamentar de Inquérito fixará prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da notificação dos agentes e órgãos competentes, para o envio das informações e documentos.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*§3º** A Presidência da Assembleia Legislativa designará o órgão responsável para manter cadastro atualizado semestralmente, contendo informações sobre os processos ou procedimentos, administrativos ou judiciais, instaurados em decorrência de conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*§4º** A Comissão Parlamentar de Inquérito valer-se-á, subsidiariamente, das normas do Código de Processo Penal.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: Parágrafo único - A Comissão Parlamentar de Inquérito valer-se-á, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.**

**Art. 60.** Será obrigatório, sob pena de sanção definida em lei complementar, o comparecimento de autoridades, servidores e quaisquer pessoas convocadas (art. 56, **caput** CE)

**Art. 61.** Qualquer Deputado poderá comparecer à Comissão, participando, sem restrições dos seus trabalhos, mas sem direito a voto.

**Art. 62.** Ao término de seus trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no Diário Oficial e encaminhado:

**I** - à Mesa, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução, que será incluído na Ordem do Dia, dentro de cinco sessões;

**II** - ao Ministério Público, com a cópia da documentação e indicação das provas que ainda poderão ser produzidas, para que promova a responsabilidade civil ou criminal, por infrações, e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

**III** - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo, decorrentes do art. 37, **caput**, §§ 2º, 4º e 6º da Constituição Federal, e art. 154, **caput**, §§ 3º e 4º da Constituição do Estado, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

**IV** - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior; e

**V** - ao Tribunal de Contas do Estado, para as providências previstas no art. 76, da Constituição do Estado.

**Parágrafo único.** Nos casos dos incisos II, III e V, a remessa será feita por intermédio do Presidente da Assembleia, no prazo de cinco sessões.

## SEÇÃO VIII DO ÓRGÃO DIRETIVO DAS COMISSÕES

**Art. 63.** As Comissões Permanentes, as Especiais e as de Inquérito, reunir-se-ão, dentro de três dias, após a sua constituição, para eleger os seus Presidentes e os seus Vice-Presidentes.

**§ 1º** A eleição nas Comissões Permanentes será convocada e presidida:

**I** - no início da Legislatura, pelo mais idoso dos membros presentes;

**II** - nas Sessões Legislativas subsequentes, pelo Presidente da Comissão da Sessão anterior, ou pelo Vice-Presidente, no impedimento ou ausência daquele; no impedimento de ambos, pelo mais idoso dos membros presentes.

**§ 2º** Nas Comissões Especiais e nas de Inquérito, compete ao membro mais idoso convocar e presidir a eleição.

**§ 3º** A eleição, de que trata este artigo, será feita por escrutínio secreto e maioria simples, considerando-se eleito, em caso de empate, o mais idoso dentre os que tiverem votação igual.

**§ 4º** São inelegíveis, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente das Comissões, os membros suplentes.

**Art. 64.** O Presidente de Comissão será, nos seus impedimentos e ausências, substituído pelo Vice-Presidente e, nos impedimentos e ausências de ambos, dirigirá os trabalhos o mais idoso membro da Comissão, presente à reunião.

**§ 1º** Se, por qualquer motivo, o Presidente deixar de fazer parte da Comissão ou renunciar ao cargo, proceder-se-á a nova eleição, para a escolha de seu substituto, no prazo de 5 (cinco) dias.

**§ 2º** Os Presidentes e Vice-Presidentes de Comissão poderão afastar-se, temporariamente, das funções, mediante comunicação, por escrito, ao Presidente da Assembleia.

**Art. 65.** Ao Presidente de Comissão compete:

- I** - convocar as reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Comissão;
- II** - presidir as reuniões da Comissão e manter a ordem e a solenidade necessárias;
- III** - dar conhecimento à Comissão de matérias recebidas, bem como dos relatórios apresentados;
- IV** - designar, dentre os demais membros da Comissão, Relatores e distribuir-lhes a matéria sobre que devam emitir parecer, exceto nas Comissões Parlamentares de Inquérito;
- V** - fazer ler, pelo Secretário da Comissão, a Ata da reunião anterior;
- VI** - conceder a palavra aos membros da Comissão e aos Deputados que a solicitarem, nos termos do Regimento;
- VII** - advertir o orador que se exaltar no decorrer dos debates; ou faltar à consideração a seus pares ou aos representantes do Poder Público;
- VIII** - interromper o orador que estiver falando sobre a matéria ou assunto vencido ou se desviar de matérias em debates;
- IX** - assinar pareceres e convidar os demais membros a fazê-lo;
- X** - solicitar ao Presidente da Assembleia substituto para membros da Comissão, no caso de vaga;
- XI** - submeter a voto as questões sujeitas à Comissão e proclamar o resultado da votação;
- XII** - representar a Comissão nas relações com a Mesa, com as outras Comissões e com os Líderes;
- XIII** - resolver todas as questões de ordem suscitadas na Comissão;
- XIV** - prestar à Mesa as informações solicitadas.

**\*Art. 66.** Dos atos e deliberações do Presidente, sobre questões de ordem, caberá recurso de qualquer membro para o Plenário da Comissão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e desta, em igual prazo, para o Plenário da Assembleia com o apoio de 1/10 (um décimo) dos membros do Poder.

*\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.*

*\*Redação anterior: Art. 66. Dos atos e deliberações do Presidente, sobre questões de ordem, caberá recurso de qualquer membro para o Plenário da Comissão, no prazo de 24 horas, e desta, em igual prazo, para o Plenário da Assembléia.*

**Parágrafo único.** A matéria objeto de recurso terá suspensa sua tramitação na Comissão, até que o recurso seja apreciado pelo Plenário da Comissão ou pelo Plenário da Assembleia, se for o caso.

**Art. 67.** Os Presidentes das Comissões Permanentes, Especiais e de Inquérito, bem assim os Líderes, quando convocados a requerimento destes ou pelo Presidente da Assembleia, reunir-se-ão, para o exame e adoção de providências, relativas à eficiência dos trabalhos legislativos.

**Art. 68.** O Autor da proposição, em discussão ou votação, não poderá, na oportunidade, presidir a Comissão, podendo, entretanto, discuti-la e votá-la, sendo-lhe vedado funcionar como Relator.

**Art. 69.** Os processos e documentos, cuja tramitação for encerrada nas Comissões, serão encaminhados à Mesa Diretora.

#### SEÇÃO IX DOS IMPEDIMENTOS

**Art. 70.** Verificada a ausência de qualquer membro à reunião da Comissão, o seu Presidente, de ofício, convocará o suplente; na falta deste, solicitará aos Líderes a designação de um membro da Bancada respectiva, para substituição do ausente.

**Parágrafo único.** Não havendo indicação pelo Líder da Bancada a que pertencer o ausente, o Presidente da Assembleia, de ofício, designará um Deputado para complementação do **quorum**.

#### SEÇÃO X DAS VAGAS

**Art. 71.** As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

**I** - com a renúncia;

**II** - com a perda de lugar;

**III** - com a morte;

**IV** - com a perda do mandato eletivo;

**\*V** - com dissolução de bloco partidário.

*\*Acréscido pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.*

**§ 1º** A renúncia de qualquer membro da Comissão será ato acabado e definitivo, desde que comunicada, por escrito, ao Presidente da Assembleia, e despachada por este.

**§ 2º** Perderá, automaticamente, o lugar na Comissão, o Deputado que não comparecer a 5 (cinco) reuniões ordinárias consecutivas, salvo motivo de força maior, comunicado, previamente, por escrito, à Comissão e por esta considerado como tal; a perda do lugar será declarada pelo Presidente da Assembleia, à vista da comunicação do Presidente da Comissão.

**§ 3º** O Deputado que perder o lugar na Comissão, a ela não poderá retornar, na mesma Sessão Legislativa,

**§ 4º** A vaga, em Comissão, será preenchida por designação do Presidente da Assembleia, dentro de três Sessões, de acordo com a indicação do Líder de Bancada partidária a que pertencer o lugar, independentemente daquela comunicação, se não for feita naquele prazo.

#### SEÇÃO XI DAS REUNIÕES

**Art. 72.** As Comissões Permanentes reunir-se-ão, em caráter ordinário, no Edifício da Assembleia, uma vez por semana, em horário diferente ao destinado às Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa e, extraordinariamente, quando convocadas pelos respectivos Presidentes, de ofício ou a requerimento de 1/3 (um terço), no mínimo, de seus membros.

**§ 1º** No início de cada Sessão Legislativa, os Presidentes das Comissões Permanentes, em comum acordo, decidirão os dias de reunião de cada Comissão, reservando-lhes 01 (um) dia por semana.

**§ 2º** A presença dos Deputados será devidamente anotada e encaminhada, pelo Presidente da Comissão à 2ª Secretaria, para contagem da diária de comparecimento.

**§ 3º** As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, salvo deliberação em contrário.

**§ 4º** As Comissões Permanentes poderão se reunir fora da sede do Poder Legislativo, atendendo requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros ou por decisão do Plenário.

**\*Art. 73.** As reuniões das Comissões serão públicas, podendo ser realizada Sessão Secreta somente por deliberação da maioria absoluta de seus membros, no interesse da segurança ou do decoro parlamentar, com voto a descoberto para a deliberação sobre a realização da Sessão Secreta.

*\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.*

*\*Redação anterior: Art. 73. As reuniões das Comissões serão:*

**\*Parágrafo único.** A participação na reunião secreta é restrita aos Deputados e servidores autorizados por seu Presidente a permanecer no recinto.

*\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.*

*\*Redação anterior: I - públicas, salvo deliberação da maioria, em contrário;*

**II** - secretas, quando as Comissões tiverem de deliberar sobre perda de mandato, nas quais servirá como Secretário, por designação do Presidente, um de seus membros, salvo deliberação, em contrário, da Comissão;

**III** - reservadas, as que para tal fim forem convocadas pelo seu Presidente ou pela maioria dos membros da Comissão.

**§ 1º** A participação nas reuniões secretas é restrita somente aos Deputados.

**§ 2º** Deliberar-se-á, sempre, nas reuniões secretas das Comissões, sobre se a conveniência da matéria que a tenha motivado, deva ser discutida e votada também no Plenário da Assembleia, em caráter secreto; neste caso, a Comissão formulará, por seu Presidente, a indicação ao Presidente da Assembleia.

**Art. 74.** As Comissões não poderão se reunir no período da Ordem do Dia das Sessões, salvo quando convocadas pelo Presidente da Assembleia, para exame de matéria em Regime de Urgência e constantes do avulso da Ordem do Dia.

## SEÇÃO XII DOS TRABALHOS

**Art. 75.** Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos seus membros.

**Art. 76.** O Presidente da Comissão, à hora designada para o início da reunião e declarados abertos os trabalhos, observará a seguinte ordem:

**I** - leitura, discussão e votação da Ata da reunião anterior;

**II** - expediente:

**a)** leitura da correspondência e outros documentos recebidos;

**b)** comunicação das matérias recebidas e distribuídas aos Relatores;

**III** - Ordem do Dia:

**a)** leitura, discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral;

**b)** discussão e votação de proposições e pareceres, sujeitos à aprovação do Plenário.

**\*Art. 77.** A pauta para as reuniões ordinárias e extraordinárias das Comissões será divulgada por meio eletrônico até o dia anterior à respectiva reunião, sem prejuízo da retirada de matérias pelo Presidente da Comissão, determinadas até o final do Expediente.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 77. A pauta, para as reuniões semanais das Comissões, será publicada na última sessão da semana antecedente.

**\*Parágrafo único. Revogado.**

**\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Parágrafo único - A pauta poderá ser alterada, se aprovada pela Comissão, para tratar de matéria em regime de urgência ou de prioridade, a requerimento, escrito ou verbal, de qualquer Deputado.

**\*Art. 78.** Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações das Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, adotando o processo de votação secreta somente nas hipóteses em que a Constituição Estadual e este Regimento Interno estabeleçam igual processo de votação em Plenário.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 78. As Comissões deliberarão por maioria de votos. Havendo empate, caberá voto de qualidade ao seu Presidente.

**\*Parágrafo único.** O Presidente somente votará em caso de desempate.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**Art. 79.** A Comissão que receber qualquer proposição ou documento enviado pela Mesa Diretora, poderá propor a sua aprovação ou rejeição, total ou parcial; apresentar projetos deles decorrentes; dar-lhes substitutivos e formular emendas e sub-emendas e/ou dividi-las em proposições autônomas.

**Art. 80.** As Comissões, para emissão de pareceres, salvo as exceções previstas, neste Regimento, terão os seguintes prazos:

**I** - 15 (quinze) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

**II** - 10 (dez) dias, nas matérias em regime de prioridade; e

**III** - 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de urgência.

**Parágrafo único.** Não sendo oferecido parecer, nos prazos deste artigo, o Presidente da Assembleia, de ofício, avocará as proposições e as incluirá na Ordem do Dia.

**Art. 81.** Quando a proposição, em Regime de Urgência, for distribuída a duas ou mais Comissões, o prazo de que trata o item III, do artigo anterior, será comum, podendo a apreciação da matéria realizar-se em reunião conjunta.

**Art. 82.** O Relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

**I** - 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

**II** - 5 (cinco) dias, nas matérias em regime de prioridades;

**III** - 2 (dois) dias, nas matérias em regime de urgência.

**Art. 83.** Para as matérias submetidas às Comissões, deverão ser nomeados Relatores, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, exceto para as matérias em regime de urgência, quando a indicação será imediata.

**Parágrafo único.** O parecer será apresentado até a primeira reunião subsequente, ao término do prazo referido, no artigo anterior.

**Art. 84.** Os prazos, de que tratam os artigos anteriores, contar-se-ão a partir do recebimento, pelas Comissões, no caso de tramitação ordinária ou pela Comissão competente, para examinar o mérito, quando a proposição se encontrar em regime de urgência.

**Art. 85.** Lido o parecer pelo Relator ou, à sua falta, por Deputado designado ou pelo Presidente da Comissão, será ele, imediatamente, submetido à discussão.

**§ 1º** Quando dois Deputados se manifestarem a favor e dois contra o parecer, será encerrada a discussão.

**§ 2º** Encerrada a discussão, seguir-se-á, imediatamente, a votação do parecer que, se aprovado em todos os seus termos, será tido como da Comissão, assinando-o os membros presentes.

**§ 3º** Se o parecer sofrer alterações, com as quais concorde o Relator, a este será concedido prazo até a próxima reunião, para redigir o acolhido; caso contrário, o Presidente da Comissão designará novo Relator para o mesmo fim, que para isso terá prazo até a reunião seguinte; em caso de proposição, em regime de urgência, será, imediatamente, o parecer aprovado.

**§ 4º** O parecer acolhido pela Comissão constituirá voto em separado.

**§ 5º** O voto em separado, divergente do parecer, terá prioridade na votação, e desde que aprovado pela Comissão, constituirá o seu parecer.

**Art. 86.** A solicitação de vista é facultada aos membros da Comissão, na qual a proposição esteja em tramitação, no período imediatamente posterior à emissão do parecer pelo Relator, e respeitará os seguintes prazos:

**I** - 3 (três) dias, nos casos em regime de tramitação ordinária;

**II** - 2 (dois) dias, em regime de urgência.

**§ 1º** Cada Bancada terá direito a pedir vista, uma única vez, de matéria em tramitação na Comissão.

**§ 2º** A vista será conjunta, e na Secretaria de Comissão, quando ocorrer mais de um pedido.

**§ 3º** Considera-se, para efeito de concessão de vista, como uma só Comissão, as Comissões reunidas, conjuntamente.

**Art. 87.** Para efeito de contagem, serão considerados favoráveis os votos:

**a)** pelas conclusões;

**b)** com restrições;

**c)** em separado, não divergente das conclusões.

**Parágrafo único.** Sempre que adotar parecer com restrições, é obrigado o membro da Comissão a enunciar em que consiste a divergência.

**Art. 88.** Para facilidade do estudo das matérias na Comissão, o Presidente poderá dividi-las, distribuindo cada parte a um Relator, mas designando um Relator Geral, de modo que se forme parecer único.

**Art. 89.** As Comissões, para desempenho de suas atribuições, poderão realizar, desde que indispensáveis aos esclarecimentos de aspectos que lhes cumpre examinar, diligências que reputarem necessárias, não importando na dilatação dos prazos previstos, neste Regimento.

**\*Parágrafo único.** Admitir-se-á a contagem em dobro do prazo regimental desde que o objetivo da diligência justificar a dilatação, que será decidida pela maioria dos membros da Comissão, excetuando-se os projetos que tramitam em Regime de Urgência.

**\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.**

**\*Redação anterior:** Parágrafo único - Admitir-se-á a contagem em dobro do prazo regimental desde que o objetivo da diligência justifique a dilatação, que será decidida pela maioria dos membros da Comissão.

**Art. 90.** É permitido, a qualquer Deputado, assistir às reuniões das Comissões, tomar parte nas discussões, apresentar exposições escritas ou sugerir emendas.

**Art. 91.** Qualquer membro da Comissão poderá levantar Questão de Ordem, desde que se refira à matéria em deliberação, competindo ao seu Presidente decidí-la, com recurso para a própria Comissão, e desta para o Plenário, nos termos do art. 66, deste Regimento.

**Art. 92.** As Comissões contarão com assessoramento técnico, a cargo da Coordenadoria das Assessorias Técnicas, a qual fará a distribuição das matérias, entre os assessores nelas lotados.

**Art. 93.** O Deputado, investido na condição de Relator, poderá solicitar à Coordenadoria das Assessorias Técnicas, estudos para a elaboração do parecer.

**Parágrafo único.** Será de 5 (cinco) dias, o prazo para fornecer os elementos solicitados, ou de 2 (dois) dias, se a matéria estiver em regime de urgência ou prioridade, contando-se o prazo, a partir do recebimento da solicitação na Coordenadoria das Assessorias Técnicas, contado na forma do art. 362, deste Regimento.

**Art. 94.** Caso o pedido seja formulado por Presidente de Comissão, o trabalho de pesquisa terá caráter de preferência, salvo recomendação, em contrário, da maioria dos membros da Comissão.

**§ 1º** O prazo para as Assessorias Técnicas será de até 5 (cinco) dias.

**§ 2º** Na hipótese de os pedidos serem feitos por Deputados, que não sejam Relatores ou Presidentes, os trabalhos de pesquisas das Assessorias Técnicas obedecerão a ordem cronológica de recebimento, e terão o prazo de 15 (quinze) dias.

**Art. 95.** Em nenhuma hipótese deverá ser exigido do assessor manifestação verbal, ou de imediato, a não ser que ele se sinta, suficientemente, habilitado para tanto, e manifeste o desejo de fazê-lo.

### SEÇÃO XIII

#### DA ADMISSIBILIDADE E DA APRECIÇÃO DAS MATÉRIAS PELAS COMISSÕES

**Art. 96.** Antes da deliberação do Plenário, ou quando este for dispensado, as proposições, exceto os requerimentos, dependem de manifestação das Comissões a que a matéria estiver afeta, cabendo:

**I** - à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em caráter preliminar, o exame de sua admissibilidade, no todo ou em parte, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica de redação legislativa, pronunciar-se sobre seu mérito, quando for o caso, e examinar, em fase final de tramitação, os aspectos de sua competência, em razão de emendas, substitutivos e pareceres oferecidos pelas demais Comissões;

**II** - à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, quando a matéria depender de exame dos aspectos financeiros e orçamentários, manifestar-se, previamente, quanto a sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual de investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

**Art. 97.** Será terminativo o parecer:

**I** - da Comissão de Constituição, Justiça e Redação quanto à constitucionalidade ou juridicidade da matéria;

**II** - da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação sobre a adequação financeira ou orçamentária da matéria.

**§ 1º** O autor da proposição, com o apoio de 1/10 (um décimo), no mínimo, dos Deputados, poderá requerer seja o parecer submetido a apreciação do Plenário, caso em que a proposição será enviada à mesa, para inclusão na Ordem do Dia, em apreciação preliminar.

**§ 2º** Se o Plenário rejeitar o parecer, a proposição retomará a tramitação normal; caso contrário, ou não tendo havido interposição de requerimento, será arquivada, por despacho do Presidente da Assembleia.

**9 Vide Art. 370, deste Regimento.**

**Art. 98.** Não cabe, a qualquer Comissão, manifestar-se sobre o que não for de sua atribuição específica.

### SEÇÃO XIV DISTRIBUIÇÃO

**Art. 99.** A distribuição de matéria às Comissões será feita, pelo Presidente da Assembleia, dentro de 2 (dois) dias depois de recebida; antes da distribuição, o Presidente mandará verificar se existe proposição que trate de matéria análoga ou conexa, que em caso afirmativo, fará a distribuição por dependência, determinando a sua anexação, após numerado o projeto.

**§ 1º** No caso da proposição ser distribuída a mais de uma Comissão, será oferecido parecer, separadamente, por cada uma, ouvindo-se, prioritariamente, a que competir o exame do mérito.

**§ 2º** A proposição sobre a qual deve pronunciar-se mais de uma Comissão, será encaminhada, diretamente, de uma para outra.

**Art. 100.** As Comissões, salvo a de Constituição, Justiça e Redação, poderão realizar reuniões conjuntas, que serão presididas pelo Presidente mais idoso.

**Parágrafo único.** Quando, sobre a matéria objeto da reunião, tiver de ser emitido parecer, competirá ao Presidente designar o Relator.

**Art. 101.** A Comissão que pretender a audiência de outra, solicitar-lá-á ao Presidente da Assembleia, que decidirá a respeito.

### SEÇÃO XV DOS PARECERES

**Art. 102.** Parecer é pronunciamento de Comissão sobre matéria sujeita ao seu estudo, emitido com observância das normas seguintes, prescritas neste artigo.

**§ 1º** O parecer constará de três partes:

**I** - exposição da matéria em exame;

**II** - o voto do Relator, em termos sintéticos, com sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição, total ou parcial da matéria, ou sobre a necessidade de se lhe oferecerem emendas;

**III** - conclusão da Comissão, com a assinatura dos Deputados que votarem a favor e contra.

**§ 2º** É indispensável a exposição, por escrito, nos pareceres, de substitutivos, emendas ou subemendas.

**§ 3º** O Presidente da Assembleia devolverá à Comissão o parecer escrito que não atenda às exigências deste artigo, para o fim de ser redigido devidamente.

**Art. 103.** Cada proposição terá parecer independente, salvo em se tratando de matéria análoga ou conexa, que tenha sido anexada.

**Art. 104.** Sempre que se tratar de documento ou papel, que não seja projeto oriundo do Executivo ou do Judiciário, nem proposição da Assembleia Legislativa, e desde que suas conclusões devam resultar em resolução, decreto legislativo ou lei, o parecer conterá proposição devidamente formulada.

**Art. 105.** Os membros das Comissões emitirão seu juízo, mediante voto.

**§ 1º** Será vencido o voto contrário ao parecer aprovado.

**§ 2º** Quando o voto for fundamentado ou determinar conclusões diversas a do parecer, tomará a denominação de: "voto em separado".

**§ 3º** O voto será "pelos conclusões", quando discordar do fundamento do parecer, mas concordar com as conclusões.

**§ 4º** O voto será, "com restrições", quando a divergência com o parecer não for fundamental.

**Art. 106.** Nenhuma proposição será votada pela Assembleia, sem parecer das Comissões Técnicas.

**Art. 107.** Excepcionalmente, o parecer poderá ser verbal, nos casos de proposição, considerada em regime de urgência e incluída na Ordem do Dia, respeitadas as disposições deste Regimento.

**Art. 108.** Ocorrendo a hipótese prevista no artigo anterior, o Presidente da Assembleia convocará a Comissão ou as Comissões que tiverem de se manifestar sobre a matéria em apreço, fixando-lhe espaço de tempo, para apresentação do parecer.

**Parágrafo único.** Quando mais de uma Comissão tiver que se manifestar, a reunião poderá ser conjunta, observado o art. 100.

**Art. 109.** Quando convocada para dar parecer à proposição na Ordem do Dia, as Comissões reunir-se-ão, assistidas por um Secretário de Comissão, que anotará todas as ocorrências, lavrando-se Ata circunstancial dos trabalhos.

**Parágrafo único.** Qualquer emenda à proposição, nas condições deste artigo, será apresentada em duas vias, sob pena de indeferimento liminar, declarado pelo Presidente da Casa ou da Comissão; uma das vias ficará com o Secretário da Comissão, presente à reunião.

**\*Art. 110.** Os pareceres emitidos pelas Comissões serão encaminhados à Mesa Diretora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a apreciação da última Comissão, juntamente com a proposição, para inclusão na Ordem do Dia, ressalvada a proposição rejeitada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Redação, e Orçamento, Finanças e Tributação, na forma do art. 97 deste Regimento Interno.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: Art. 110.** Os pareceres emitidos pelas Comissões serão encaminhados à mesa, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, juntamente com a proposição, para deliberação do Plenário, salvo quando rejeitados por mais de uma Comissão, na forma deste Regimento.

**Parágrafo único.** É defeso ao Autor da proposição requerer, à Presidência, a inclusão da matéria de sua autoria na Ordem do Dia, se inobservada a regra deste artigo.

## SEÇÃO XVI DOS DEBATES

**Art. 111.** Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão Atas com o sumário do que nelas houver ocorrido.

**§ 1º** A Ata da reunião anterior, uma vez lida, dar-se-á por aprovada, independentemente de votação, se não impugnada, devendo o Presidente da Comissão assiná-la e rubricar-lhe todas as folhas; se qualquer Deputado pretender retificá-la, formulará o pedido, o qual será necessariamente referido na Ata seguinte, cabendo ao Presidente da Comissão acolhê-lo, ou não, e dar explicação, se julgar conveniente, cabendo, da decisão, recurso à Comissão.

**§ 2º** As Atas serão manuscritas em livros próprios, devidamente rubricadas pelo Presidente da Comissão, delas sendo extraídas cópias para publicação nos Anais da Assembleia.

**§ 3º** A Ata da reunião secreta, acompanhada dos pareceres e emendas que forem discutidos e votados, bem como dos votos apresentados em separado, depois de fechadas em invólucro lacrado, etiquetado, datado e rubricado pelo Presidente, pelo Secretário e pelos demais presentes, será enviada ao Arquivo da Assembleia Legislativa, com a indicação do prazo pelo qual ficará indisponível para consulta.

**Art. 112.** Atas das reuniões das Comissões deverão consignar obrigatoriamente:

**I** - hora e local da reunião;

**II** - nomes dos membros presentes e dos ausentes, com expressa referência às faltas justificadas;

**III** - relação da matéria distribuída e os nomes dos respectivos relatores;

**IV** - resumo do expediente;

**V** - referências sucintas aos pareceres e às deliberações.

**Parágrafo único.** Nas Comissões não haverá apanhamento taquigráfico, salvo se determinado por seu presidente.

**\*Art. 112-A.** As Atas das reuniões das Comissões, ressalvadas as Atas das reuniões secretas, serão divulgadas em meio eletrônico em até 48 (quarenta e oito) horas após a sua aprovação e assinatura.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

## TÍTULO III DAS LIDERANÇAS CAPÍTULO ÚNICO DOS LÍDERES E DO COLÉGIO DE LÍDERES

### SEÇÃO I DOS LÍDERES

**Art. 113.** Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder.

**§ 1º** Cada Líder poderá indicar Vice-Líderes para substituí-los nos impedimentos ou faltas, na proporção de um por oito Deputados, ou fração, que constituam sua representação, facultada a designação de um como Primeiro Vice-Líder.

**§ 2º** A escolha do Líder será comunicada à Mesa, no início de cada Legislatura ou após a formação do Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria absoluta dos integrantes da representação.

**§ 3º** Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

**§ 4º** O Governador do Estado poderá indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo, composta de Líder e dois Vice-Líderes, com as prerrogativas asseguradas aos Líderes das representações partidárias, exceto a que se refere o art. 114, alínea a, deste Regimento.

**§ 5º** Os Líderes não poderão integrar a Mesa Diretora.

**Art. 114.** Compete ao Líder expressar o ponto de vista de seu partido, sendo-lhe assegurado, no desempenho de suas funções:

**a)** indicar os Deputados de seu partido para integrar as Comissões da Casa e, a qualquer tempo, substituí-los;

**b)** discutir proposições e encaminhar-lhes a votação, pelo prazo regimental, ainda que não inscrito;

**c)** fazer uso da palavra, em caráter excepcional, salvo durante a Ordem do Dia ou quando houver orador na tribuna, pelo prazo regimental, para tratar de assuntos relevantes;

**d)** propor emendas na fase de discussão;

**e)** usar da palavra, pela ordem, em qualquer momento da Sessão, para comunicação urgente;

**f)** inscrever membros da Bancada para o horário reservado à liderança;

**g)** participar, pessoalmente ou por intermédio de seus Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão, sem direito a voto, podendo encaminhar a votação, na Comissão em que o partido tenha representante;

**h)** exercer outras atribuições constantes deste Regimento.

### SEÇÃO II DO COLÉGIO DE LÍDERES

**Art. 115.** O Colégio de Líderes é formado pelos Líderes das Bancadas Partidárias, dos Blocos Parlamentares e do Governo.

**Parágrafo único.** Sempre que possível, as deliberações do Colégio de Líderes serão tomadas mediante consenso entre seus integrantes; quando isto não for possível, prevalecerá o critério da maioria absoluta.

**Art. 116.** A reunião do Colégio de Líderes para tratar de assuntos de interesse geral, realizar-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por proposta de qualquer um deles ou por iniciativa do Presidente da Assembleia.

**Art. 117.** O Colégio de Líderes será presidido pelo Presidente da Assembleia.

### SEÇÃO III DOS BLOCOS PARLAMENTARES

**Art. 118.** As representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas Bancadas, poderão constituir Bloco Parlamentar, sob liderança comum.

**§ 1º** O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias, com representação na Casa.

**§ 2º** As Lideranças dos partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais.

**§ 3º** Não será permitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de 1/10 (um décimo) dos membros da Assembleia.

**§ 4º** Se o desligamento de uma Bancada implicar a perda do **quorum** fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

**§ 5º** O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentadas à Mesa para registro e publicação.

**§ 6º** Dissolvido o Bloco Parlamentar ou modificado o quantitativo da representação que o integrava, em virtude da desvinculação de partido, será revista a composição nas Comissões Técnicas Permanentes e/ou Temporárias e na Mesa Diretora, mediante provocação de partido ou Bloco Parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares nas Comissões e cargos da Mesa, consoante o princípio da proporcionalidade do partido ou bloco parlamentar.

*\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.*

*\*Redação anterior: § 6º Dissolvido o Bloco Parlamentar ou modificado o quantitativo da representação que o integrava, em virtude da desvinculação de partido, será revista a composição das Comissões, mediante provocação de partido ou Bloco Parlamentar, para o fim de redistribuir os lugares e cargos, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.*

**§ 7º** A agremiação que integra Bloco Parlamentar dissolvido ou a que dele se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

**§ 8º** A agremiação integrante de um Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro, concomitantemente.

## TÍTULO IV DOS DEPUTADOS CAPÍTULO I

### DA POSSE E DO EXERCÍCIO DO MANDATO

**Art. 119.** A posse do Deputado dar-se-á mediante prestação do compromisso referido neste Regimento.

**\*Parágrafo único** - O Deputado apresentará ao Conselho de Ética Parlamentar, no ato de sua posse e anualmente, declaração de seus bens e rendas, de seu cônjuge e de seus descendentes até o primeiro grau, ou por adoção, bem como das respectivas atividades econômicas ou profissionais, atuais ou anteriores, ainda que delas se encontre transitoriamente afastado.

*\*Redação dada pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002..*

*\*Redação anterior: Parágrafo único - O Deputado apresentará, no ato de posse e antes do término do mandato, a declaração de bens e de suas rendas.*

**Art. 120.** Será de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável pelo Plenário por igual período, o prazo para a posse de Deputado, no início de cada Legislatura, mediante requerimento do interessado, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do dia fixado para o ato.

**Parágrafo único.** Não atendida a convocação, nos termos deste artigo, o fato importará em renúncia do titular, devendo ser chamado o suplente imediato.

**Art. 121.** É dever do Deputado:

**I** - comparecer às sessões da Assembleia Legislativa e às reuniões das Comissões a que pertencer, sob pena de perda de 1/30 (um trinta avos) da remuneração, por falta registrada;

**II** - zelar pelo prestígio do Poder Legislativo e do regime democrático.

**\*III** - promover a defesa dos interesses populares estaduais;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*IV** - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional, das instituições democráticas e representativas, bem como pelas prerrogativas do Poder;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*V** - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*VI** - manter o decoro parlamentar e preservar a imagem da Assembleia Legislativa;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*VII** - comparecer a, no mínimo, dois terços (2/3) das Sessões Ordinárias, salvo em caso de licença ou missão autorizadas;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*VIII** - agir de acordo com a boa-fé;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*IX** - respeitar a propriedade intelectual das proposições;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*X** - não fraudar as votações em Plenário;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XI** - não perceber vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XII** - exercer a atividade com zelo e probidade;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XIII** - combater o nepotismo, considerado como tal a nomeação de parentes em desacordo com o disposto em norma constitucional;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XIV** - defender, com independência, os direitos e prerrogativas parlamentares e a reputação dos Deputados;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XV** - recusar o patrocínio de proposição ou pleito que considere imoral ou ilícito;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XVI** - atender as obrigações previstas no Código de Ética Parlamentar;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XVII** - não portar arma no recinto da Assembleia Legislativa;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XVIII** - denunciar qualquer infração a preceito deste Código;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XIX** - zelar pela celeridade de tramitação das proposições;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XX** - tratar com respeito e independência as autoridades e funcionários, não prescindindo de igual tratamento;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XXI** - representar ao Poder competente contra autoridades e funcionários por falta de exação no cumprimento do dever;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XXII** - prestar contas do exercício parlamentar;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XXIII** - manter a ordem das sessões plenárias ou reuniões de Comissão;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XXIV** - ter conduta compatível com o exercício parlamentar, fora ou nas dependências da Casa;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XXV** - não faltar, sem motivo justificado, a dez (10) Sessões Ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco (45) intercaladas, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XXVI** - manter sigilo sobre as matérias que tiver conhecimento em função da atividade parlamentar, tais como informações que lhe forem confiadas em segredo, conteúdo de documentos de caráter reservado, debates ou deliberações da Assembleia ou de Comissão que haja resolvido deva-se permanecer em sigilo;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XXVII** - evitar a utilização dos recursos e pessoal de qualquer repartição pública em atividades não relacionadas com o exercício parlamentar;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XXVIII** - não abusar das prerrogativas asseguradas aos parlamentares;

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**\*XXIX** - ao iniciar-se a apreciação de matéria que envolva, direta ou indiretamente, seus interesses patrimoniais ou morais, esclarecer em que consistem esses interesses, devendo declarar-se impedido de participar da discussão ou votação da matéria, ou, então, explicar as razões pelas quais entenda como legítima sua participação na discussão e votação.

*\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.*

**Art. 122.** São direitos do Deputado, uma vez empossado:

**I** - solicitar, por intermédio da mesa ou do Presidente das Comissões a que pertença, informações às autoridades competentes, sobre fatos de interesse público ou que sejam úteis à elaboração legislativa;

**II** - participar das Comissões, quando nomeado pelo Presidente, por indicação da liderança, na forma deste Regimento;

**III** - falar, quando necessário, pedindo previamente, a palavra ao Presidente, observadas as disposições regimentais;

**IV** - examinar quaisquer documentos existentes no arquivo;

**V** - requisitar da autoridade competente, por intermédio da Mesa ou diretamente, providências para garantia de sua imunidade;

**\*VI** - pedir a palavra "Pela Ordem" no início da Ordem do Dia, uma única vez, não podendo exceder o tempo de 3 (três) minutos;

**\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior:** VI - em qualquer instante, da sessão plenária, pedir a palavra "Pela Ordem", não podendo exceder a 3 (três) minutos, o tempo a utilizar;

**VII** - integrar a composição do conselho deliberativo das microrregiões ou região metropolitana em que tiverem os mais elevados índices de votação, mediante opção escrita dirigida ao Presidente da Assembleia (art. 43, § 2º, inciso II, alínea i, CE).

**VIII** - oferecer proposições em geral, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Casa, integrar o Plenário e demais órgãos colegiados da Assembleia, observada a indicação, na forma regimental, e neles votar e ser votado;

**IX** - promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou órgãos da administração estadual direta e indireta, os interesses públicos ou reivindicações coletivas de âmbito estadual ou das comunidades representadas.

**\*X** - exercer com liberdade o seu mandato;

**\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**\*XI** - fazer respeitar as prerrogativas do Poder Legislativo;

**\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**\*XII** - receber informações mensais sobre o andamento das proposições de sua autoria;

**\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**\*XIII** - examinar documentos que julgue de interesse para a atividade parlamentar;

**\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**\*XIV** - ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício do mandato parlamentar, sem prejuízo das cabíveis ações, cíveis ou criminais, de acordo com o Art.34 do Regimento Interno.

**\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**\*§1º.** Quando, no curso de uma discussão, um Deputado for acusado de ato que ofenda sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente da Assembleia, da Comissão ou do Conselho de Ética Parlamentar mandar apurar a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

**\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**\*§2º.** O Presidente da Assembleia ou da respectiva Comissão encaminhará o expediente à Comissão de Ética Parlamentar, que instruirá o processo na forma do Código de Ética.

**\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**\*§3º.** O Deputado só terá direito à remuneração e ajuda de custo, depois de empossado.

**\*Renumerado pela Resolução nº473, de 28.07.2002.**

**\*Redação anterior:** Parágrafo único - O Deputado só terá direito à remuneração e ajuda de custo, depois de empossado.

**Art. 123.** O Deputado que se desvincular de sua Bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargos e funções que ocupar em razão da mesma.

## CAPÍTULO II DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

**Art. 124.** A Mesa convocará o suplente de Deputado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, e este terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse, nos casos de:

**I** - ocorrência de vaga;

**II** - investidura do titular nos cargos mencionados no art. 54, da Constituição Estadual;

**III** - licença para tratamento de saúde do titular, desde que o período seja igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias, vedada a soma de períodos para esse efeito, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e de suas prorrogações;

**IV** - licença para tratar de interesse particular, por período igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias, vedada a prorrogação, na mesma Sessão Legislativa.

**V** - licença maternidade, por cento e vinte (120) dias

**\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**§ 1º** Assiste ao suplente que for convocado o direito de declarar-se impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência, por escrito, à Mesa, que convocará o suplente imediato.

**§ 2º** O suplente que deixar de assumir o mandato por motivo de doença que o impeça de fazê-lo em prazo superior ao estabelecido no parágrafo seguinte, dará ciência à Mesa, que convocará o suplente imediato.

**§ 3º** Ressalvada a hipótese de doença comprovada, que sujeite o beneficiário a afastamento igual ou inferior a 30 (trinta) dias, bem como de estar investido nos cargos de que trata o art. 54 da Constituição do Estado, o suplente que, convocado, não assumir o mandato e nem comunicar o motivo da recusa no prazo regimental, perde o direito à suplência, sendo convocado o suplente imediato.

**§ 4º** O suplente poderá prestar compromisso perante a Mesa Diretora, se a sua posse vier a ocorrer durante o período de recesso.

**Art. 125.** Ocorrendo vaga mais de quinze meses antes do término do mandato e não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato à Justiça Eleitoral para que proceda a eleição.

**Art. 126.** O suplente de Deputado, quando convocado em caráter de substituição, não poderá ser escolhido para os cargos da Mesa Diretora, nem para Presidência ou Vice-Presidência de Comissão.

## CAPÍTULO III DA REMUNERAÇÃO E DA AJUDA DE CUSTO

**\*Art. 127.** A remuneração e a ajuda de custo do Deputado serão fixadas, em cada Legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, sujeita aos impostos gerais, inclusive o de renda.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 127. A remuneração, dividida em subsídios Fixo, Adicional e Variável e a ajuda de custo do Deputado serão fixadas, em cada Legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, sujeita aos impostos gerais, inclusive o de renda (Art. 51, § 5º, CE).

**\*Parágrafo único.** Os valores da remuneração do Deputado serão reajustados por Lei de iniciativa da Mesa Diretora, na mesma data e no mesmo índice de reajuste concedida aos Deputados Federais.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Parágrafo único - Os valores da remuneração do Deputado serão reajustados por ato da Mesa Diretora, na mesma data e na mesma percentagem concedida aos Deputados Federais.

**\*Art. 128.** A remuneração do Deputado é fixada em 75% (setenta e cinco por cento) da que percebem, a qualquer título, os Deputados Federais.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 128. A remuneração do Deputado não será superior a 75% (setenta e cinco por cento) da que percebem, a qualquer título, os Deputados Federais.

**\*Art. 129. Revogado.**

**\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 129. A remuneração mensal dos membros da Assembleia Legislativa constituiu-se de:

**I - Revogado.**

**\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Subsídio Fixo;

**II - Revogado.**

**\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Subsídio Adicional;

**III - Revogado.**

**\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Subsídio Variável.

**\*Art. 130.** No início e final do mandato, o Deputado receberá ajuda de custo, correspondente ao valor dos subsídios, ficando vedado o seu pagamento na Sessão Legislativa Extraordinária.

**\*Redação dada pela resolução nº 648 de 14.03.2013, D.O. de 21.03.2013.**

**\*Redação anterior:** Art.130. No início e final de cada Sessão Legislativa, o Deputado receberá ajuda de custo, correspondente ao valor dos subsídios, ficando vedado o seu pagamento na Sessão Legislativa Extraordinária.

**\*Redação dada pela Resolução nº 533, de 17.03.2006. D.O. de 23/03/2006**

**\*Redação anterior:** ART. 130. No início e final de cada Sessão Legislativa e período de Sessões Extraordinárias, o Deputado receberá ajuda de custo, correspondente ao valor dos subsídios.

**\*§ 1º** Entende-se por ajuda de custo a compensação de despesas imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária.

\*Redação dada pela Resolução nº 533, de 17.03.2006. D.O. de 23/03/2006

\*Redação anterior: § 1º Entende-se por ajuda de custo a compensação de despesas imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

### \*§ 2º Revogado.

\*Revogado pela Resolução nº 648, de 14 de março de 2013, D.O. de 21.03.2013.

\*Redação anterior: § 2º Somente receberá a segunda parcela da ajuda de custo, o Deputado que houver comparecido a 2/3 (dois terços) da Sessão Legislativa Ordinária.

\*Redação dada pela Resolução nº 533, de 17.03.2006. D.O. de 23/03/2006

\*Redação anterior: § 2º Somente receberá a segunda parcela da ajuda de custo, o Deputado que houver comparecido a 2/3 (dois terços) da Sessão Legislativa Ordinária ou da Sessão Legislativa Extraordinária.

\*Art. 131. O Deputado que, injustificadamente, não comparecer à Sessão Ordinária ou à reunião da Comissão Técnica a que pertencer, deixará de perceber 1/30 (um trinta avos) da remuneração.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: Art. 131. O Deputado que, injustificadamente, não comparecer à Sessão Ordinária ou à reunião da Comissão Técnica a que pertencer, deixará de perceber 1/30 (um trinta avos) do subsídio adicional.

**Parágrafo único.** Considera-se presente à Sessão para efeito deste Capítulo, o Deputado que:

I - estiver ausente no desempenho de missão oficial da Assembleia;

II - a serviço do mandato que exerce, faltar até 4 (quatro) sessões e I (uma) reunião da Comissão Técnica que dela fizer parte, sem a devida substituição pelo suplente, por mês;

III - estiver ausente no desempenho de missão especial, participando de eventos de interesse público, tais como: audiências em órgãos ou entidades públicas, debates, seminários, congressos ou atos públicos de interesse popular, que configure exercício do mandato parlamentar e para os quais haja sido oficialmente convidado, devendo, para esse fim, comunicar à Mesa Diretora, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

\*IV - registrar presença até o final do Primeiro Expediente e participar da Ordem do Dia, observadas as ressalvas do artigo seguinte;

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.

\*Redação anterior: IV - registrar presença até o final do pequeno expediente e participar da Ordem do Dia, observadas as ressalvas do Artigo seguinte.

V - estiver licenciado para:

a) desempenhar missão diplomática ou cultural, em caráter transitório;

b) participar de congressos, conferências, missões militares e cursos técnicos científicos, no País ou no Exterior;

c) tratamento de saúde.

**Art. 132.** O Deputado que houver comparecido à Sessão e não participar da Ordem do Dia terá a sua diária descontada, salvo se estiver impedido de votar, ou em caso de obstrução parlamentar, o que comunicará, previamente, à Mesa, por escrito ou verbalmente.

\*Art. 133. Terá direito a percepção integral dos subsídios, o Deputado ou a Deputada que estiver licenciado para tratamento de saúde, licença maternidade, ou nos termos do Art. 54, I, da Constituição Estadual.

\*Redação dada pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.

\*Redação anterior: Art. 133. Terá direito à percepção integral da remuneração, o Deputado que estiver licenciado para tratamento de saúde ou nos termos do Art. 54, item I, da Constituição Estadual.

**Parágrafo único.** O Deputado licenciado nos termos do art. 54, I da Constituição do Estado, deverá optar pela remuneração que percebe ou pelos vencimentos do cargo que vier a ocupar, não fazendo jus à Verba de Desempenho Parlamentar.

1º Art. 134. O Deputado licenciado para tratar de interesse particular ou para tratamento de saúde, não poderá interromper a sua licença, salvo as normas dos §§ 3º e 4º do art. 151.

**Parágrafo único.** Não terá direito à remuneração, o Deputado licenciado para tratamento de interesse particular.

**Art. 135.** O Suplente, quando convocado, receberá, a partir da posse, a remuneração mensal devida ao Deputado em exercício.

**10 Vide Art. 152, deste Regimento.**

\*§ 1º A ajuda de custo, de que trata o art. 130, não será devida ao suplente reconvoado dentro do mesmo mandato”.

\*Redação dada pela Resolução nº 648 de 14.03.2013, D.O. de 21.03.2013.

\*Redação anterior: § 1º A ajuda de custo paga ao suplente, em exercício do mandato, será devida apenas uma vez, por Sessão Legislativa.

**§ 2º** A remuneração mensal do suplente, a qual se refere o caput deste artigo, será calculada na devida proporcionalidade de 1/30 (um trinta avos), para efeito da remuneração, quando do 1º (primeiro) mês que o suplente assumir.

\*Art. 136. A Mesa Diretora providenciará, até o dia 30 (trinta) do mês de novembro da última Sessão Legislativa de cada Legislatura, projeto de lei que fixe a remuneração dos Deputados, bem como os subsídios e representação do Governador e do Vice-Governador, para a Legislatura seguinte.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: Art. 136. A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação providenciará, até o dia 30 (trinta) do mês de novembro da última Sessão Legislativa, de cada Legislatura, Projeto de Decreto Legislativo que fixe a ajuda de custo e os subsídios dos Deputados, bem como os subsídios e representação do Governador e do Vice-Governador e a representação do Presidente da Assembleia, para a Legislatura seguinte.

\*§ 1º Se a Mesa Diretora até a data fixada no disposto neste artigo não apresentar o projeto de lei de reajuste, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, dentro de 5 (cinco) dias, apresentará o Projeto, esgotado o prazo, a iniciativa caberá a qualquer Deputado.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: § 1º Se a referida Comissão não cumprir, até a data fixada, o disposto neste Artigo, a Mesa, dentro de 5 (cinco) dias, apresentará o Projeto; esgotado o prazo, a iniciativa caberá a qualquer Deputado.

\*§ 2º Apresentado, o projeto permanecerá em pauta durante 3 (três) dias, para recebimento de emendas, findos os quais será encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação que, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, emitirá parecer.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: § 2º Apresentado, o Projeto permanecerá em pauta durante 3 (três) dias, para recebimento de emendas, findos os quais será encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, que no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, emitirá parecer.

\*§ 3º Na falta de parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, no prazo previsto no parágrafo anterior, o projeto constará da Ordem do Dia para apreciação.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: § 3º Na falta de parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, no prazo previsto no parágrafo anterior, o Projeto constará da Ordem do Dia para apreciação.

## CAPÍTULO IV

### DA VACÂNCIA, DA PERDA, DO DECORO PARLAMENTAR, DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO ATO E DA RENÚNCIA

#### SEÇÃO I DA VACÂNCIA

**Art. 137.** As vagas na Assembleia Legislativa verificar-se-ão em virtude de:

I - falecimento;

II - renúncia; e

III - perda de mandato.

#### SEÇÃO II DA PERDA DO MANDATO

**Art. 138.** Perde o mandato o Deputado:

I - que infringir qualquer das proibições previstas no art. 54, da Constituição Federal e art. 53, da Constituição do Estado;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa anual, a terça parte das Sessões Ordinárias, salvo licença ou missão autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal; e

VI - que sofrer condenação criminal, com sentença transitada em julgado.

\*§ 1º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pelo Plenário da Assembleia Legislativa, em sessão pública, por voto secreto e maioria absoluta,



mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político com representação na Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: § 1º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pelo Plenário da Assembleia Legislativa, em Sessão Secreta, por escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante provocação de qualquer Deputado ou partido com representação na Assembleia, assegurada, sempre, a mais ampla defesa.

\*§ 2º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda do mandato será declarada pela Mesa, de ofício ou por provocação de qualquer Deputado ou partido político com representação na Assembleia Legislativa, assegurada ao representado ampla defesa.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: § 2º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda do mandato será declarada pela Mesa, de ofício ou por provocação de qualquer Deputado ou partido com representação na Assembleia, assegurada ao representado a mais ampla defesa, perante a Mesa, na forma prevista no parágrafo seguinte.

\*§ 3º. Nas hipóteses dos incisos I, II e VI, a representação ou Projeto de Resolução da Mesa Diretora, quando esta agir de ofício, será encaminhado primeiramente ao Conselho de Ética, para exame exclusivo dos aspectos éticos, e, a seguir, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que examinará os aspectos jurídicos, observados, em ambos os órgãos, os seguintes procedimentos:

\*Redação dada pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.

\*Redação anterior: § 3º A representação, nos casos dos incisos I, II e VI, será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, observadas as seguintes normas:

\*I - recebida a representação ou o Projeto de Resolução, o Deputado será notificado, pessoalmente, por funcionário credenciado, ou, não sendo possível cumprir-se a diligência no prazo de três (03) dias úteis, por ofício encaminhado pelo correio, com aviso de recebimento, acompanhado de cópia de todo o processo, para em dez (10) Sessões Ordinárias da Assembleia, apresentar defesa escrita e indicar provas, contando o prazo da juntada aos autos do aviso de recebimento ou da intimação pessoal;

\*Redação dada pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.

\*Redação anterior: I - recebida e processada na Comissão, será fornecida cópia da representação ao Deputado, que terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar defesa escrita e indicar provas;

\*II - se a defesa não for apresentada, o Presidente nomeará defensor dativo, na pessoa de advogado legalmente habilitado, para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

\*Redação dada pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.

\*Redação anterior: II - se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la, no mesmo prazo;

\*III - apresentada a defesa, o Conselho de Ética e, se necessário, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, procederá às diligências e à instrução probatória, fazendo-o no prazo máximo de trinta (30) dias corridos, incluído recesso parlamentar;

\*Redação dada pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.

\*Redação anterior: III - apresentada a defesa, a Comissão procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer, no prazo de 5 (cinco) dias, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento desta; precedente a representação, a Comissão oferecerá também o Projeto de Resolução no sentido da perda do mandato;

\*IV - cessada a fase da instrução, o acusado ou seu defensor terá o prazo de dez (10) Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa, para apresentar razões finais de defesa, após o qual o Conselho de Ética e a Comissão proferirão pareceres, também no prazo de cinco Sessões Ordinárias, concluindo, quanto aos aspectos da competência de cada uma, pela procedência da representação ou cabimento do Projeto de Resolução apresentado pela Mesa Diretora, quando esta agir de ofício, ou pelo arquivamento;

\*Redação dada pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.

\*Redação anterior: IV - o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, uma vez lido no Expediente, publicado e distribuído em avulsos, será incluído em Ordem do Dia.

\*V - se considerada precedente a representação, o Conselho e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação oferecerão Projeto de Resolução no sentido da perda do mandato;

\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.

\*VI - os pareceres do Conselho de Ética Parlamentar e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, uma vez lidos no Expediente, publicados e distribuídos na íntegra para todos os Deputados, serão incluídos na Ordem do Dia, tendo prioridade o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação."

\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.

\*§ 4º. O acusado ou seu defensor, na Sessão do Conselho de Ética Parlamentar e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, poderá fazer sustentação oral de suas alegações por trinta (30) minutos, depois da leitura do parecer do Relator, e, no Plenário, por quarenta e cinco (45) minutos.

\*Acrescido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.

\*§ 5º O suplente que infringir o disposto neste artigo, igualmente perderá o mandato.

\*Renumerado pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.

\*Redação anterior: § 4º O suplente que infringir o disposto neste Artigo, igualmente perderá o mandato.

### \*Art. 139. Revogado

\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: ART. 139 Os Deputados são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos (Art. 51, caput, CE).

### \*§ 1º Revogado

\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006.

\*Redação anterior: § 1º Desde a expedição do diploma, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável (art. 51, caput, CE).

### § 2º Revogado

\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006.

\*Redação anterior: § 2º Os Deputados serão processados e julgados, criminalmente, pelo Tribunal de Justiça, mediante prévia licença da Assembleia Legislativa (art. 51, § 3º, CE), nos termos do art. 148 e seguintes, deste Regimento.

### \*Art. 140. Revogado.

\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: ART. 140. O Deputado não será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas, em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou dele receberam informações (Art. 51, § 4º, CE).

## SEÇÃO III DO DECORO PARLAMENTAR

**Art. 141.** O Deputado que descumprir os deveres inerentes a seu mandato ou praticar ato que afete a sua dignidade, estará sujeito ao processo e às medidas disciplinares, previstas neste Regimento e no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que poderá definir outras infrações e penalidades, entre as quais as seguintes:

I - censura;

II - suspensão temporária do exercício do mandato, não excedente a 30 (trinta) dias;

III - perda do mandato.

§ 1º Considera-se atentatório do Decoro Parlamentar usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§ 2º É incompatível com o Decoro Parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas a membro da Assembleia;

II - a percepção de vantagens indevidas;

III - a prática de irregularidades graves, no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

**Art. 142.** A censura será verbal ou escrita.

§ 1º A censura verbal será aplicada em Sessão pelo Presidente da Assembleia ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem o substituir, quando não caiba penalidade mais grave, ao Deputado que:

I - inobservar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou aos preceitos do Regimento Interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta, nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem das sessões da Assembleia ou das reuniões de Comissão.

§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa, se outra cominação mais grave não couber, ao Deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Assembleia ou desacatar, por atos e/ou palavras, outro Parlamentar, a Mesa ou Comissão, e respectivas Presidências.

**Art. 143.** Considera-se incurso na sanção de suspensão temporária do exercício do mandato, por falta de Decoro Parlamentar, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses previstas, nos parágrafos do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno;

**III** - revelar conteúdo de debate ou deliberação que a Assembleia ou Comissão haja resolvido que devam ficar secretos;

**IV** - revelar informação e documentos oficiais, de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento, na forma regimental;

**V** - faltar, sem motivos justificados, a 10 (dez) Sessões Ordinárias consecutivas ou a 45 (quarenta e cinco) intercaladas, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

**\*§1º** Nos casos dos incisos I a IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, assegurada ao infrator ampla defesa.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** § 1º Nos casos dos incisos I e IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta.

**\*Redação dada pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**\*Redação anterior:** § 1º Nos casos dos incisos I e IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta, assegurada ao infrator a oportunidade de ampla defesa.

**§ 2º** Na hipótese do inciso V, a mesa aplicará de ofício, o máximo de penalidade, resguardado o princípio da ampla defesa.

### **\*§ 3º Suprimido**

**\*§ 3º Suprimido pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**\*Redação anterior:** § 3º Sempre que ocorrer qualquer denúncia sobre a falta de decoro parlamentar, o Presidente nomeará, respeitada a proporcionalidade partidária, Comissão Especial composta de 9 membros para processar o julgamento.

**Art. 144.** A perda do mandato aplicar-se-á nos casos e na forma previstos no art. 138 e seus parágrafos.

**\*Parágrafo único.** A renúncia do Deputado submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos casos e na forma do art. 138 e seus parágrafos, terá seus efeitos suspensos até a deliberação do Plenário.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**Art. 145.** Quando, no curso de uma discussão, um Deputado for acusado de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente da Assembleia ou de Comissão, que mande apurar a veracidade de arguição e o cabimento de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

## **SEÇÃO IV DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO**

**Art. 146.** Suspende-se o exercício do mandato de Deputado:

**I** - por incapacidade civil absoluta, julgada por sentença judicial de interdição, transitada em julgado;

**II** - por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos, até 2 (dois) anos de reclusão, se o Plenário não se decidir pela cassação;

**III** - por decisão do Plenário, na forma regimental.

**Parágrafo único.** Na hipótese do inciso I, o Deputado não perderá a remuneração mensal, enquanto durarem os seus efeitos.

## **SEÇÃO V DA RENÚNCIA DO DEPUTADO**

**Art. 147.** A renúncia ao mandato independe de aprovação e deverá ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida, e somente se tornará efetiva e irrevogável depois de despachada pelo Presidente da Assembleia, lida no expediente da 1ª (primeira) Sessão do Plenário e publicada no Diário Oficial.

**Parágrafo único.** Se a renúncia ocorrer no período de recesso, a sua leitura será feita perante a Mesa, em reunião especialmente convocada para esse fim, dentro de 24 (vinte e quatro) horas seguintes ao seu recebimento e, despachada pelo Presidente da Assembleia, deverá ser publicada no Diário Oficial.

## **CAPÍTULO V DA INVOLABILIDADE E DAS IMUNIDADES PARLAMENTARES**

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** CAPÍTULO V

### **DA LICENÇA PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO CRIMINAL CONTRA DEPUTADO**

**\*Art. 148.** Os Deputados Estaduais são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 148. A solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, para instaurar processo criminal contra Deputado, será instruída com a cópia integral dos autos da ação penal originária ou do inquérito policial.

**\*§1º** Desde a expedição do diploma, os Deputados Estaduais não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, devendo os autos dessa prisão ser remetidos, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*§2º** Recebidos os autos da prisão em flagrante, o Presidente da Assembleia Legislativa mandará encaminhá-lo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, à qual competirá:

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*I** - facultar ao Deputado, através de advogado devidamente constituído, o oferecimento de alegações orais ou escritas, na reunião expressamente convocada para essa finalidade, dentro de 48 (quarenta e oito) horas;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*II** - designar defensor dativo, se o Deputado não constituir advogado, convocando outra reunião, dentro de 48 (quarenta e oito) horas;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*III** - oferecer parecer prévio, em 24 (vinte e quatro) horas após as alegações do Deputado, através de advogado devidamente constituído, sobre o relaxamento ou não da prisão, propondo projeto de resolução respectivo, que será incluído na Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária seguinte, para deliberação do Plenário pelo voto da maioria de seus membros.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Art. 149.** Os Deputados Estaduais serão, desde a expedição do diploma, processados e julgados pelo Tribunal de Justiça.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 149. No caso de prisão em flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos à Casa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responsabilidade da autoridade que a presidir, cuja apuração será promovida, de ofício, pela Mesa.

**\*§ 1º** Recebida a denúncia, por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal dará ciência à Assembleia Legislativa, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá até a decisão final, sustar o andamento da ação.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*§ 2º** O pedido de sustação será apreciado pela Assembleia Legislativa no prazo improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*§ 3º** A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Art. 150.** As imunidades dos Deputados Estaduais subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, nos casos de atos, praticados fora do recinto da Assembleia, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 150. Recebida a solicitação ou os autos de flagrante, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, observadas as seguintes normas:

**I** - no caso de flagrante, a Comissão resolverá, preliminarmente, sobre a prisão, devendo:

a) ordenar a apresentação do indiciado preso, que permanecerá sob sua custódia, até o pronunciamento da Casa sobre o relaxamento ou não da prisão;

b) facultar ao indiciado ou a seu defensor, o oferecimento de alegações orais ou escritas, na reunião expressamente convocada para essa finalidade, dentro de 48 (quarenta e oito) horas;

c) oferecer parecer prévio, em 24 (vinte e quatro) horas, sobre o relaxamento ou não da prisão, propondo o Projeto de Resolução respectivo, que será submetido até a Sessão seguinte à deliberação do Plenário, pelo voto secreto da maioria de seus membros;

d) em qualquer hipótese, prosseguir-se-á na forma dos incisos subsequentes para a autorização ou não, da formação de culpa;

**II** - na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, será fornecida cópia do pedido de licença ao Deputado, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa escrita e indicar provas;

**III** - se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la, no mesmo prazo;

**IV** - apresentada a defesa, a Comissão procederá as diligências e a instrução que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer, no prazo de 10 (dez) dias, concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de licença ou pela autorização ou não, da formação de culpa, no caso de flagrante;

V - o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, uma vez lido no expediente, publicado em avulsos, será incluído na Ordem do Dia;

VI - se da aprovação do parecer, pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros da Casa, resultar admitida a acusação contra o Deputado, considerar-se-á dada a licença para instauração do processo ou autorizada a formação de culpa, na forma de Projeto de Resolução, proposto pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

VII - a decisão será comunicada, pelo Presidente da Assembleia ao Tribunal de Justiça do Estado, dentro de 2 (dois) dias.

Parágrafo único. Estando em recesso a Casa, a Mesa Diretora diligenciará, visando sua auto-convocação, para adotar as providências previstas neste Capítulo.

**\*Art. 150 - A.** Os Deputados Estaduais não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou deles receberam informações.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Art. 150 - B.** A incorporação às Forças Armadas de Deputados Estaduais, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembleia Legislativa.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

## CAPÍTULO VI DAS LICENÇAS

**Art. 151.** O Deputado poderá obter licença para:

**I** - desempenhar missão diplomática ou cultural, de caráter transitório;

**II** - participar de curso de caráter técnico ou profissional, congresso, conferência ou reunião, no país ou no exterior;

**III** - tratamento de saúde;

**IV** - tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120(cento e vinte) dias, por Sessão Legislativa;

**V** - investidura em qualquer dos cargos referidos no art. 54, inciso I, da Constituição do Estado.

**§ 1º** O Deputado que pretender licenciar-se, nos termos deste artigo, formulará requerimento ao Presidente da Assembleia, devendo ser lido na primeira sessão após o seu recebimento e, a seguir, submetido à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ou Seguridade Social e Saúde, conforme o caso, cujo parecer será submetido ao Plenário em forma de Projeto de Resolução quando a licença for superior a quinze dias.

**§ 2º** O requerimento, de que cuida o parágrafo anterior, tramitará em regime de urgência.

**11\*Art.152.** Ao requerimento de licença para tratamento de saúde e licença maternidade, deverá ser anexado atestado fornecido por profissional legalmente habilitado.

**\*Redação dada pela Resolução nº 473, de 28.07.2002. D.O. de 16.08.2002.**

**\*Redação anterior:** Art. 152. Ao requerimento de licença, para tratamento de saúde, deverá ser anexado atestado fornecido por profissional legalmente habilitado, junto ao seu respectivo Conselho.

**§ 1º** O requerimento de licença, de que trata este artigo, poderá ser formulado por outro Deputado, se o próprio interessado, por seu estado de saúde, devidamente comprovado, não puder encaminhar o pedido.

**\*§ 2º** Recebido o pedido de licença de saúde por prazo superior a 15 (quinze) dias, a Comissão de Seguridade Social e Saúde encaminhará à diretoria do Departamento de Saúde e Assistência Social da Assembleia, que designará, obrigatoriamente, junta médica composta por 3 (três) profissionais médicos, com estabilidade funcional, a quem compete se manifestar sobre o assunto, cabendo à Comissão decidir sobre a homologação do pedido.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** § 2º Recebido o pedido de licença de saúde por prazo superior a quinze dias, a Comissão de Seguridade Social e Saúde encaminhará para a apreciação pela junta competente do Serviço Médico da Assembleia, a quem compete se manifestar sobre o assunto, cabendo à Comissão decidir sobre a homologação do pedido.

**\*§ 3º** Licenciado por motivo de doença, o Deputado poderá reassumir suas funções quando julgado apto em inspeção médica pela junta referida no § 2º deste artigo, desde que a licença seja inferior a 120 (cento e vinte) dias.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** § 3º Licenciado por motivo de doença, o Deputado poderá reassumir suas funções quando julgado apto em inspeção médica pela junta do Serviço Médico da Assembleia, desde que a licença seja inferior a 120 (cento e vinte) dias, observadas as normas dos parágrafos anteriores.

**§ 4º** O Deputado licenciado para trato de interesse particular poderá reassumir, a qualquer tempo, suas funções, desde que o período de licença seja inferior a 120 (cento e vinte) dias.

**Art. 153.** O Deputado que for acometido de doença ou acidentado no desempenho de suas funções fará jus à cobertura das despesas necessárias ao tratamento a recuperação da enfermidade, que correrão à conta da Assembleia Legislativa.

**Art. 154.** Ao aceitar a investidura dos cargos previstos no art. 54, da Constituição Estadual, o Deputado fará comunicado à Mesa Diretora, cabendo a esta promover a convocação do respectivo suplente, nos casos estabelecidos neste Regimento.

**Art. 155.** Salvo nos casos de prorrogação da Sessão Legislativa ordinária ou de convocação Extraordinária da Assembleia Legislativa, não se concederá licença para tratamento de saúde nem para trato de interesse particular durante o recesso.

**Parágrafo único.** A regra deste artigo se aplica nos casos de licença requerida nos últimos 15 (quinze) dias restantes ao término do período legislativo, cujo tempo de duração resulte na convocação de suplente.

## TÍTULO V DAS SESSÕES

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 156.** As sessões serão:

**I** - Preparatórias - as que precederem, na Sessão Legislativa, a posse dos Deputados e a eleição da Mesa;

**II** - Ordinárias - as de qualquer Sessão Legislativa, realizadas nos dias úteis, no horário regimental;

**III** - Extraordinárias - as realizadas em horário diverso do fixado para as Ordinárias, em qualquer dia da semana;

**IV** - Especiais - as realizadas em horário diverso das Sessões Ordinárias, para apreciação de veto ou para indicação ou aprovação da escolha das pessoas mencionadas no art. 49, da Constituição Estadual, para ouvir Secretário de Estado, dirigente de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundações (art. 49, item XIV, CE), para permitir a participação da sociedade organizada e nos julgamentos por crime de responsabilidade;

**\*V** - Solenes - as realizadas para a instalação e o encerramento dos trabalhos legislativos, comemorações e homenagens especiais, não podendo exceder a 50% (cinquenta por cento) do número de sessões ordinárias previstas para o mês.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** V - Solene - as realizadas para comemorações, homenagens especiais, instalação e encerramento dos trabalhos legislativos.

**\*Art. 157.** A Sessão Ordinária terá duração de 5 (cinco) horas e compõe-se de 5 (cinco) partes:

**\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior:** ART. 157. A Sessão Ordinária terá duração de 4 (quatro) horas e compõe-se de 4 (quatro) partes:

**\*I** - Primeiro Expediente;

**\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior:** I - Pequeno Expediente;

**\*II** - Ordem do Dia;

**\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior:** II - Ordem do Dia;

**\*III** - Segundo Expediente;

**\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior:** III - Grande Expediente;

**\*IV** - Tempo de Liderança;

**\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior:** IV - Explicações Pessoais.

11 Vide Art. 54 inciso II da Constituição Estadual.

**\*V - Explicação Pessoal.**

**\*Acrescido pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**Parágrafo único.** Às terças, quartas, quintas e sextas-feiras, as Sessões Ordinárias realizar-se-ão a partir das 9 (nove) horas, não havendo Sessão Plenária às segundas-feiras.

**\*Art. 158.** A inscrição dos oradores para pronunciamento, em qualquer das fases da Sessão, far-se-á de próprio punho, em livro especial, obedecida a ordem cronológica e prevalecerá enquanto o inscrito não for chamado a usar da palavra, dela desistir, ou ceder, não podendo o Deputado inscrever-se, no dia da Sessão, para o Primeiro e Segundo Expediente, cumulativamente, excetuando-se a cessão feita por outro Deputado.

**\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior: Art. 158.** A inscrição dos oradores para pronunciamento, em qualquer das fases da Sessão, far-se-á de próprio punho, em livro especial, obedecida a ordem cronológica e prevalecerá enquanto o inscrito não for chamado a usar da palavra, dela desistir, ou ceder, não podendo o Deputado inscrever-se, no dia da Sessão, para o Primeiro e Segundo Expediente, cumulativamente, excetuando-se a cessão feita por outro Deputado.

**\*§ 1º** Qualquer orador que estiver inscrito para o Primeiro Expediente e/ou Segundo Expediente, não desejando fazer uso da palavra, poderá cedê-la a outro Deputado, inscrito ou não, desde que o faça mediante anotação pelo cedente, no livro próprio, ou manifestação verbal ao Presidente da Sessão.

**\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior: § 1º** Qualquer orador que estiver inscrito para o Pequeno ou Grande Expediente ou para Explicações Pessoais, não desejando fazer uso da palavra, poderá cedê-la a outro Deputado, inscrito ou não, desde que o faça oralmente ou mediante anotação pelo cedente, no livro próprio.

**§ 2º** É facultada a permuta de ordem de inscrição em qualquer das fases do Expediente, mediante anotação do próprio punho dos permutantes, no livro para este fim destinado.

**§ 3º** Na ausência do orador inscrito, poderá representá-lo, no ato da cessão ou de permuta, o Líder de sua Representação Partidária ou Bloco Parlamentar, se houver necessidade.

**\*§ 4º** O orador que obtenha a cessão de dois ou mais tempos fora de ordem cronológica, poderá utilizá-los sequencialmente.

**\*Acrescido pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.**

**Art. 159.** A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

- I** - pelo Presidente da Assembleia Legislativa, de ofício;
- II** - por 1/5 (um quinto) dos Deputados;
- III** - por deliberação da Assembleia, a requerimento de qualquer Deputado;
- IV** - Pelo Colégio de Líderes.

**Art. 160.** Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, Solene e Especial, o Presidente dará ciência aos Deputados em Plenário, e aos ausentes, mediante qualquer meio de comunicação.

**Art. 161.** O tempo das Sessões Extraordinárias será o mesmo das Ordinárias; o das Solenes e Especiais, o tempo que for necessário.

**\*Art. 162.** As Sessões da Assembleia Legislativa serão públicas, podendo ser realizada Sessão Secreta somente por deliberação da maioria absoluta de seus membros, no interesse da segurança ou do decoro parlamentar, com voto a descoberto para a deliberação sobre a realização da Sessão Secreta.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: Art. 162.** As sessões serão públicas, mas, excepcionalmente, poderão ser secretas, nos termos deste Regimento.

**Art. 163.** Nas Sessões Solenes, observar-se-á a ordem dos trabalhos que for estabelecida pelo Presidente, admitindo-se a presença de convidados à Mesa e ao Plenário.

**\*Parágrafo único.** É obrigatória a execução do Hino do Ceará em todas as Sessões Solenes da Assembleia Legislativa, podendo ser cantadas apenas a primeira e a quarta estrofes nas versões para Coro Misto, Orquestra e Banda.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**Art. 164.** Poderá a Sessão ser suspensa:

- I** - por conveniência da ordem;
- II** - para audiência das Comissões Técnicas, sobre matéria em regime de urgência, constante da Ordem do Dia.

**Art. 165.** A Sessão será levantada antes do prazo regimental quando:

- I** - ocorrer tumulto grave em Plenário;
- II** - em homenagem à memória dos que faleceram no exercício dos mandatos de Presidente e de Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Governador e de Vice-Governador do Estado, Senador e Deputado Federal do Ceará, Deputado da Assembleia Legislativa do Ceará, Presidentes dos Tribunais de Justiça, de Contas do Estado e dos Municípios, e Tribunal Regional Eleitoral, ou de personalidades notáveis de real destaque na vida nacional ou estadual;
- III** - a requerimento de 1/5 (um quinto), no mínimo, dos Deputados e aprovação do Plenário.

**\*Art. 166.** A Assembleia poderá destinar o Primeiro Expediente e/ou Segundo Expediente das Sessões para comemorações ou interromper os seus trabalhos, em qualquer fase, para receber personalidades, desde que assim o determine o Presidente da Assembleia Legislativa, por proposta de qualquer Deputado.

**\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior: Art. 166.** A Assembleia poderá destinar o Grande Expediente das sessões para comemorações ou interromper os seus trabalhos, em qualquer fase, para receber personalidades, desde que assim o determine o Presidente ou o Plenário, por proposta de qualquer Deputado.

**Art. 167.** Para manutenção da ordem, observar-se-ão as seguintes regras:

- I** - durante a Sessão, somente os Deputados, assessores parlamentares e profissionais de imprensa credenciados, e funcionários de serviço poderão permanecer em Plenário;
- II** - não será permitido serviço de conservação, no edifício da Assembleia, que perturbe os trabalhos legislativos;
- III** - qualquer Deputado, com exceção do Presidente, falará de pé e só quando enfermo, poderá obter permissão para falar sentado;
- IV** - o orador deverá falar da Tribuna, a menos que o Presidente permita o contrário;
- V** - ao falar, o orador não poderá fazê-lo de costas para a Mesa;
- VI** - a nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra ao Presidente dos trabalhos, usando a expressão "Pela Ordem", e somente após a concessão, o serviço de taquigrafia inicia o apanhamento;
- VII** - se o Deputado pretender, sem que lhe haja sido dada a palavra, permanecer na Tribuna anti-regimentalmente, o Presidente o advertirá, convidando-o a sentar-se;
- VIII** - se apesar dessa advertência o Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado;
- IX** - sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a taquigrafia suspenderá o apanhamento;
- X** - qualquer Deputado, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente ou aos Deputados, de modo geral;
- XI** - referindo-se ao Deputado, em discurso, o orador deverá preceder a seu nome o tratamento de senhor ou de Deputado, tratando-lhe por Excelência;
- XII** - nenhum Deputado poderá referir-se à Assembleia ou a qualquer dos seus membros, e de modo geral, a qualquer representante do Poder Público, de forma descortês ou injuriosa;
- XIII** - durante as votações, o Deputado deverá permanecer em sua cadeira.

**Art. 168.** O Deputado poderá falar, respeitadas as disposições deste Regimento:

- \*I** - para apresentar proposição, fazer comunicação ou versar sobre assunto de livre escolha, no Primeiro Expediente, Segundo Expediente, Tempo de Liderança e Explicação Pessoal;
- \*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**
- \*Redação anterior: I** - para apresentar proposição, fazer comunicação ou versar sobre assunto de livre escolha, no Pequeno Expediente, Grande Expediente e Explicação Pessoal;

II - sobre proposição em discussão;

III - para questão de ordem ou pela ordem;

IV - para reclamações;

V - para encaminhar a votação;

VI - a juízo do Presidente, para contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer opinião que lhe for, indevidamente, atribuída.

## CAPÍTULO II DAS SESSÕES PÚBLICAS

### SEÇÃO I

#### \*DO PRIMEIRO EXPEDIENTE

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.

\*Redação anterior: DO PEQUENO EXPEDIENTE

**Art. 169.** À hora do início da Sessão, os membros da Mesa Diretora e os Deputados ocuparão seus lugares e, observado o número regimental para abertura dos trabalhos, o Presidente declarará aberta a Sessão, proferindo as seguintes palavras: “Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão”.

**Parágrafo único.** Na ausência do Presidente da Assembleia e de qualquer membro da Mesa, a Sessão será aberta pelo Deputado presente que haja exercido, mais recentemente, e em caráter efetivo, a Presidência, as Vice-Presidências e as Secretarias, ou, na falta deste, o de maior idade.

**Art. 170.** A presença dos Deputados para efeito de constatação do número necessário à abertura dos trabalhos e para a votação será verificada pelo painel eletrônico, e em caso de pane no equipamento eletrônico, pela lista organizada em ordem alfabética, dos seus nomes parlamentares.

**§ 1º** Verificada a presença mínima de 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia, o Presidente declarará aberta a Sessão; em caso contrário, aguardará, durante 20 (vinte) minutos, o comparecimento de Deputados que perfaçam o número legal, após o que, persistindo a falta de **quorum**, declarará que não pode haver Sessão, lavrando-se a competente Ata.

**§ 2º** Não havendo Sessão, por falta de número, serão despachados os papéis do Expediente, independentemente da leitura.

**Art. 171.** Abertos os trabalhos, o 2º Secretário fará a leitura da Ata da Sessão anterior, que o Presidente considerará aprovada, independentemente de votação, desde que não haja impugnação.

\***§ 1º** O deputado que pretender retificar a Ata fará à Mesa Diretora declaração oral ou escrita. A declaração será inserta na Ata da Sessão seguinte e o Presidente dará, se julgar conveniente, as necessárias explicações, no sentido de considerá-la procedente ou não, cabendo, da decisão recurso ao Plenário, nos termos do § 3º do art. 24 deste Regimento.

\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: § 1º O Deputado que pretender retificar a Ata, fará à Mesa Diretora declaração oral ou escrita. A declaração será inserta na Ata da sessão seguinte e o Presidente dará, se julgar conveniente, as necessárias explicações, no sentido de a considerar procedente ou não, cabendo, da decisão, recurso ao Plenário.

**§ 2º** O 1º Secretário, em seguida à leitura da Ata, dará conta, em sumário, das proposições, ofícios, representações, petições, memoriais e outros documentos dirigidos à Assembleia.

\***§ 3º** O Primeiro Expediente terá a duração improrrogável de 90 (noventa) minutos.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.

\*Redação anterior: § 3º O Pequeno Expediente terá a duração improrrogável de 1 (uma) hora.

\***§ 4º** Terminada a leitura da Ata e da matéria do Expediente, a Mesa Diretora concederá a palavra aos Deputados previamente inscritos em livro próprio. A inscrição far-se-á antes de iniciados os trabalhos do dia em que se realizar a Sessão, sendo-lhe permitida 2 (duas) inscrições por semana, em dias alternados, exceto por cessão de outro parlamentar.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.

\*Redação anterior: § 4º Terminada a leitura da Ata e da matéria do Expediente, a Mesa Diretora concederá a palavra aos Deputados previamente inscritos em livro próprio. A inscrição far-se-á a partir do término da Sessão e permanecerá aberto até antes de iniciados os trabalhos do dia em que se realizar a sessão.

**§ 5º** Não havendo inscritos, passa-se à fase seguinte da Sessão.

\***§ 6º** No Primeiro Expediente, o orador usará da palavra para justificação de proposição ou versar sobre tema de sua livre escolha, por tempo nunca superior a 15 (quinze) minutos, exceto nos casos previstos no art. 158, § 1º, deste Regimento.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.

\*Redação anterior: § 6º No Pequeno Expediente, o orador usará da palavra para justificação de proposição ou versar sobre tema de sua livre escolha, por tempo nunca superior a 10 (dez) minutos, exceto nos casos previstos no Art. 158, § 1º, deste Regimento.

## SEÇÃO II DA ORDEM DO DIA

\***Art. 172.** Após o Primeiro Expediente, será anunciada a Ordem do Dia.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.

\*Redação anterior: Art. 172. Após o Pequeno Expediente, será anunciada a Ordem do Dia.

**Art. 173.** Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início à discussão e votação da matéria, constante do avulso da Ordem do Dia.

**§ 1º** Não havendo matéria a ser votada ou faltando número para votação, o Presidente anunciará o debate das matérias em discussão.

**§ 2º** Havendo número legal para deliberar, passar-se-á, imediatamente, à votação de matérias, cuja discussão tenha sido encerrada, interrompendo-se o orador.

\***§ 3º** É lícito a qualquer deputado, após encerrada a discussão das matérias constantes na Ordem do Dia, solicitar verificação de quorum, devendo o deputado que pedir a verificação permanecer em Plenário.

\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: § 3º É lícito a qualquer Deputado, ao ser declarado o início da Ordem do Dia, solicitar verificação de quorum.

**Art. 174.** Terminadas as votações, o Presidente anunciará a matéria em discussão, dando a palavra ao Deputado inscrito, nos termos do Regimento, para debatê-la e encerrará a discussão, sempre que não houver orador.

**Art. 175.** A Ordem do Dia será organizada pelo Presidente da Assembleia, colocados, em primeiro lugar, os projetos em regime de urgência, obedecida a ordem cronológica de sua concessão, seguidos dos projetos que se achem em regime de tramitação ordinária, estes na forma seguinte:

I - redação final;

II - votação adiada em um único turno;

III - votação adiada em segundo turno;

IV - votação adiada em primeiro turno;

V - discussão adiada em um único turno;

VI - discussão adiada em segundo turno;

VII - discussão adiada em primeiro turno;

VIII - discussão única;

IX - discussão em segundo turno;

X - discussão em primeiro turno.

**§ 1º** Dentro de cada grupo de matéria da Ordem do Dia, observar-se-á o seguinte:

a) Projeto de Resolução;

b) Projeto de Lei;

c) Projeto de Decreto Legislativo.

**§ 2º** Será permitido a qualquer Deputado, no início da Ordem do Dia, requerer preferência para votação ou discussão de uma proposição sobre outra do mesmo grupo, conforme o disposto nos itens enumerados neste artigo.

\***§ 3º** As matérias constantes da Ordem do Dia das Sessões Ordinárias e Extraordinárias serão divulgadas por meio eletrônico até o dia anterior ao da respectiva Sessão, sem prejuízo da retirada de matérias pelo Presidente da Assembleia Legislativa, determinadas até o final do Primeiro Expediente.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.

\*Redação anterior: § 3º As matérias constantes da Ordem do Dia, das Sessões Extraordinárias, serão previamente anunciadas.

**Art. 176.** A ordem estabelecida no artigo anterior, somente será alterada ou interrompida:

a) para a posse de Deputado;

b) em caso de preferência;

- c) em caso de adiantamento;
- d) em caso de retirada da matéria da Ordem do Dia;
- e) em caso de inversão;
- f) em caso de destaque.

**Art. 177.** Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada, na ocasião.

**Art. 178.** Concluída a votação dos Projetos de Resolução, de Lei e de Decretos Legislativos, o Presidente anunciará a discussão e votação das demais proposições, sujeitas à aprovação do Plenário.

**Art. 179.** O avulso da Ordem do Dia assinalará, após o respectivo número de proposição, o seguinte:

- I - de quem é a iniciativa;
- II - discussão a que está sujeita;
- III - a ementa;
- IV - a conclusão dos pareceres, se favoráveis, contrários com substitutivos, emendas e subemendas;
- V - a existência de emendas, relacionadas por grupo e conforme os respectivos pareceres;
- VI - outras indicações que se fizerem necessárias .

### SEÇÃO III \*DO SEGUNDO EXPEDIENTE

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.  
\*Redação anterior: DO GRANDE EXPEDIENTE

**\*Art. 180.** Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passar-se-á ao Segundo Expediente.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.  
\*Redação anterior: Art. 180. Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passar-se-á ao Grande Expediente.

**\*§ 1º** O Segundo Expediente terá duração de 90 (noventa) minutos e se destina aos oradores inscritos para versar sobre assunto de sua livre escolha, cabendo, a cada um, o máximo de 15 (quinze) minutos.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.  
\*Redação anterior: § 1º O Grande Expediente terá duração de 90 (noventa) minutos e se destina aos oradores inscritos para versar sobre assunto de sua livre escolha, cabendo, a cada um, o máximo de 30 (trinta) minutos.

**\*§ 2º** O Deputado somente poderá inscrever-se 2 (duas) vezes por semana, em dias alternados, excetuando-se a cessão feita por outro Parlamentar.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.  
\*Redação anterior: § 2º No início do Grande Expediente é facultado, a cada Líder, o uso da palavra, por prazo não superior a 10 (dez) minutos, a fim de tratar de assuntos de interesse partidário, sendo-lhe permitido transferir o tempo que lhe é destinado a membro de sua bancada.

**\*§ 3º** Excepcionalmente, a Assembleia poderá dedicar o Primeiro Expediente e/ou Segundo Expediente, no todo ou em parte, à discussão de grandes temas de interesse nacional ou estadual, podendo, a requerimento de Deputado e determinado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, convidar personalidades locais, nacionais ou internacionais, para nele expor e debater a matéria em pauta, quando será denominado Segundo Expediente Especial.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.  
\*Redação anterior: § 3º Excepcionalmente, a Assembléia poderá dedicar o Grande Expediente, no todo ou em parte, à discussão de grandes temas de interesse nacional ou estadual, podendo, a requerimento de Deputado e aprovado em Plenário, convidar personalidades locais, nacionais ou internacionais, para nele expor e debater a matéria em pauta.

### SEÇÃO IV \*TEMPO DE LIDERANÇA

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.  
\*Redação anterior: DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

**\*Art. 181.** Encerrado o Segundo Expediente, seguir-se-á o período destinado ao Tempo da Liderança pelo tempo de 80 (oitenta) minutos.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.  
\*Redação anterior: Art. 181 Encerrado o Grande Expediente, seguir-se-á o período destinado à Explicação Pessoal, pelo tempo restante da sessão.

**\*Art. 182.** No Tempo da Liderança, o Líder tratará de assuntos de interesse partidário, pelo tempo de 10 (dez) minutos, sendo-lhe permitido transferir o tempo que lhe é destinado a membro de sua bancada, com inscrição do próprio punho. Na ausência do Líder o Vice-Líder poderá transferir o tempo destinado a liderança.

\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.  
\*Redação anterior: Art. 182. Em Explicação Pessoal, o Deputado versará sobre assunto de sua livre escolha, cabendo a cada orador o tempo de 15 (quinze) minutos, mediante prévia inscrição em livro próprio, feita no mesmo dia que a sessão se realizar.

### \*SEÇÃO IV – A DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

\*Acrescida pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.

**\*Art. 182 - A.** Encerrado o Tempo da Liderança, passar-se-á à Explicação Pessoal pelo restante da Sessão.

\*Acrescido pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.

**\*Art. 182 - B.** Na Explicação Pessoal, o Deputado versará sobre assunto de sua livre escolha, cabendo a cada orador o tempo de 5 (cinco) minutos, mediante prévia inscrição em livro próprio feita no mesmo dia que a Sessão se realizar.

\*Acrescido pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.

### SEÇÃO V DA PAUTA

**Art. 183.** Qualquer projeto, depois de recebido, aceito pela Mesa Diretora e publicado em avulso, será incluído em pauta, por ordem numérica, durante 3 (três) Sessões Ordinárias consecutivas, para conhecimento dos Deputados e recebimento de emendas.

**Parágrafo único.** Excetua-se do prazo estipulado neste artigo, a Emenda à Constituição, de que trata o art. 334, deste Regimento.

**Art. 184.** Findo o prazo de permanência em pauta, anexada as emendas, se as houver, será a proposição encaminhada às Comissões pelo presidente.

**Art. 185.** É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputado, retirar da pauta proposições que estejam em desacordo com as exigências regimentais, cabendo, da decisão, recurso para o Plenário.

### SEÇÃO VI DAS ATAS DAS SESSÕES

**Art. 186.** Das sessões da Assembleia lavrar-se-á Ata resumida, com os nomes dos Deputados presentes e ausentes, bem assim exposição sucinta dos trabalhos, a qual será lida na Sessão seguinte.

**Art. 187.** Não havendo número regimental para a Sessão, lavrar-se-á a Ata respectiva, na qual será mencionado o Expediente despachado e os nomes dos Deputados presentes, ausentes e, inclusive, os que se encontrem de licença e no desempenho de missão oficial.

**Art. 188.** A Ata da última Sessão de cada período legislativo ou da convocação extraordinária será lida, com qualquer número, antes de seu encerramento.

**Art. 189.** Na Sessão não se dará publicidade e não se prestará informação sobre documentos oficiais, da caráter reservado.

**§ 1º** As informações com esse caráter, solicitadas por Comissões, serão confiadas aos respectivos Presidentes, pelo Presidente da Assembleia, para que as leiam aos seus pares; e as solicitadas por Deputados, por estes serão lidas perante os mesmos.

**§ 2º** Cumpridas as formalidades, a que se refere o parágrafo anterior, serão arquivadas.

### CAPÍTULO III DAS SESSÕES SECRETAS

**\*Art. 190.** A Assembleia Legislativa poderá realizar Sessão Secreta somente por deliberação da maioria absoluta de seus membros, no interesse da segurança ou do decoro parlamentar, com voto a descoberto para a deliberação sobre a realização da Sessão Secreta.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.  
\*Redação anterior: Art. 190. A Assembléia Legislativa poderá realizar Sessões Secretas:

- I - nos casos previstos na Constituição;

- II - por convocação do seu Presidente;
- III - quando requerida por 1/3 (um terço) dos Deputados;
- IV - a requerimento de qualquer Deputado, com aprovação do Plenário;
- V - por solicitação de Comissão Permanente.

**\*§1º.** Quando se tiver de realizar Sessão Secreta, as portas do recinto serão fechadas, permitida a entrada apenas dos Deputados e funcionários previamente designados pelo Presidente, ou, se for o caso, do acusado e seu defensor.

**\*Redação dada pela Resolução nº 473, de 28.07.2002, D.O. de 16.08.2002.**

**\*Redação anterior: § 1º Quando se tiver de realizar Sessão Secreta, as portas do recinto serão fechadas, permitida a entrada apenas dos Deputados e funcionários, previamente designados pelo Presidente.**

**§ 2º** Deliberada a realização da Sessão Secreta, no curso de sessão pública, o Presidente fará cumprir o disposto no parágrafo anterior.

**\*§ 3º** Os debates em relação à matéria em apreciação por Sessão Secreta não poderão exceder à primeira hora, nem cada Deputado ocupará a Tribuna por mais de 10 (dez) minutos.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006, D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: § 3º Iniciada a sessão, o Plenário decidirá, preliminarmente, se o objetivo proposto deve continuar a ser tratado secretamente; caso contrário, a sessão se tornará pública. Os debates em relação ao assunto não poderão exceder à primeira hora, nem cada Deputado ocupará a Tribuna por mais de 10 (dez) minutos.**

**§ 4º** Ao 2º Secretário compete lavrar a Ata da Sessão Secreta que, lida na mesma Sessão, será assinada pela Mesa e depois lacrada e arquivada em cofre ou caixa forte.

**Art. 191.** Em casos especiais, o Presidente da Assembleia poderá designar assessores ou funcionários da Casa, para acompanharem os trabalhos das Sessões Secretas.

**Art. 192.** Será permitido ao Deputado que houver participado dos debates, reduzir seu discurso a termo, para ser arquivado com a Ata e os documentos referentes à Sessão.

**Art. 193.** Antes de encerrada a Sessão Secreta, a Assembleia resolverá se os debates e a matéria decidida deverão ou não ser publicadas, total ou parcialmente.

**Art. 194.** O tempo de duração das Sessões Secretas é o necessário ao cumprimento da finalidade de sua convocação.

## TÍTULO VI DAS PROPOSIÇÕES E SUA TRAMITAÇÃO

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 195.** Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia.

**\*Parágrafo único.** Por matéria entende-se a que seja objeto de Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de Projeto de Lei Complementar, de Projeto de Lei, de Lei Delegada, de Decreto Legislativo, de Resolução e de Projeto de Indicação em fase de apreciação pela Assembleia Legislativa.

**\*Acrescido pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.**

**Art. 196.** As proposições constituir-se-ão em:

I - proposta de emenda a:

- a) Constituição Federal;
- b) Constituição Estadual;

II - projeto :

- a) de lei complementar;
- b) de lei ordinária;
- c) de lei delegada;
- d) de resolução;
- e) de decreto legislativo;
- f) de indicação;

III - veto a autógrafo de lei;

IV - emenda e subemenda;

V - requerimento;

VI - moção;

VII - recurso;

VIII - proposta de fiscalização e controle;

IX - pedido de informação;

X - parecer;

XI - substitutivo;

XII - a representação popular, contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública.

**Art. 197.** As proposições deverão ser redigidas em termos concisos e claros, com observância da técnica legislativa, não podendo conter matéria estranha ao enunciado na ementa ou dele decorrente.

**Art. 198.** Não serão admitidas proposições:

I - sobre assuntos alheios à competência da Assembleia;

II - manifestamente inconstitucionais;

III - em que se delegue a outro Poder, atribuição privativa do Legislativo;

IV - anti-regimentais;

V - quando não devidamente redigidas, de modo que não se saiba, à simples leitura, qual a providência objetivada;

VI - que contenham expressões ofensivas a quem quer que seja;

VII - quando, em se tratando de substitutivo, emenda ou subemenda, não guardem direta relação com a proposição principal, que se pretenda alterar.

**Parágrafo único.** Se o Autor da proposição dada como inconstitucional, anti-regimental ou alheia à competência da Assembleia, não se conformar com a decisão da Presidência que não a aceitar, poderá requerer ao Presidente audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que se discordar da decisão, restitui-la-á para a devida tramitação.

**Art. 199.** A proposição de iniciativa de Deputado poderá ser apresentada, individual ou coletivamente.

**§ 1º** Considera-se Autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, que deverá justificar a proposição, por escrito ou verbalmente.

**§ 2º** São de simples apoio, as assinaturas que se seguirem à primeira, exceto quando se tratar de proposição para a qual, a Constituição ou Regimento, exija número determinado de subscritores.

**§ 3º** Nos casos em que as assinaturas de uma proposição representem apoio constitucional ou regimental, não mais poderão ser retiradas, após a sua publicação.

**Art. 200.** Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa Diretora fará reconstituir, de ofício ou a requerimento de Deputado, o respectivo processo, pelos meios ao seu alcance, para tramitação ulterior.

**Art. 201.** As proposições para as quais o Regimento exija parecer, não serão submetidas à discussão e votação, sem o atendimento dessa exigência.

**§ 1º** Expirados os prazos das Comissões Técnicas para oferecer parecer às matérias, poderá o presidente nomear Comissão Especial para oferecê-lo, no prazo máximo de 5 dias, se em regime de tramitação ordinária ou em vinte e quatro horas quando a proposição estiver em regime de urgência.

**§ 2º** A comissão referida no parágrafo anterior será composta de 5 membros, sem suplentes, respeitada a proporcionalidade partidária.

**Art. 202.** As proposições deverão ser entregues à Mesa Diretora, até o término do expediente, para a sua leitura e consequente encaminhamento.

**Parágrafo único.** Quando a entrega das proposições se verificar posteriormente, figurarão no expediente da Sessão seguinte.

**Art. 203.** O registro da entrega de proposições e outros documentos, encaminhados ao Plenário ou às Comissões da Assembleia, será feito junto ao Departamento Legislativo, observadas as condições estabelecidas neste Regimento.

**Art. 204.** As proposições serão submetidas à seguinte tramitação:

- I - ordinária;
- II - de urgência.

**Art. 205.** Salvo os projetos de lei que sofrerão duas discussões e votações, as demais proposições serão submetidas apenas a uma discussão e votação, exceto quanto às proposições que tenham elaboração e/ou tramitação especial, previstas em lei ou neste Regimento.

## CAPÍTULO II DOS PROJETOS

**Art. 206.** A Assembleia exerce a sua função legislativa, além da proposta de emenda à Constituição Federal e à Constituição Estadual, por via de projeto:

- I - de lei complementar, destinado a regular matéria constitucional;
- II - de lei ordinária, destinado a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Governador do Estado;
- III - de lei delegada, que se destina a delegação de competência;
- IV - de resolução, destinado a regular, com eficácia de lei ordinária, matéria de competência privativa da Assembleia Legislativa e as de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, ou quando a Assembleia deva se pronunciar, em casos concretos, tais como:

- a) perda e cassação de mandato de Deputado;
- \*b) prisão em flagrante de Deputado por crime inafiançável;  
\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.  
\*Redação anterior: b) concessão de licença para o processo criminal ou prisão de Deputado;
- c) concessão de licença a Deputado;
- d) qualquer matéria de natureza regimental;

e) todo e qualquer assunto de sua economia interna, excetuando-se os que dependem de simples atos administrativos;

f) Delegação ao Governador ou Comissão da Assembleia para elaboração e aprovação de lei específica, com discriminação do seu conteúdo e os termos do exercício, vedada nas matérias de competência exclusiva da Assembleia ou da iniciativa do Poder Judiciário. (art. 64, CE).

V - de decreto legislativo, destinado a regular as matérias de competência privativa, sem a sanção do Governador, tais como:

1) Autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do Estado e do País. (art. 86, § 10, CE);

2) Fixar de uma para outra Legislatura, a remuneração, a ajuda de custo e vantagens dos Deputados, bem como os subsídios e a representação do Governador e Vice-Governador. (art. 49, inciso VIII e IX, CE);

3) Autorizar referendo e convocar plebiscito de amplitude estadual (art. 49, inciso I, CE);

d) Aprovar, previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de (art. 49, inciso III, CE):

\*a) 3/7 (três sétimos) dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios;

\*Redação dada pela Resolução nº 500, de 23.12.2003, D.O. de 23.12.2003.

\*Redação anterior: a) 2/7 (dois sétimos) dos membros do Tribunal de Contas do Estado e 1/3 (um terço) do Tribunal de Contas dos Municípios;

b) Intervenores do Estado, em Municípios;

\*3) Revogado

\*Revogado pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: c) Presidente e Diretores de estabelecimentos de crédito, cujo controle acionário pertença ao Estado;

d) Titulares de outros cargos que a lei determinar;

e) Revogada

\*Revogada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: 5) Aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha do Superintendente da Fundação de Teleducação do Estado do Ceará. (Art. 49, inciso XXII, CE);

6) Aprovar, por maioria absoluta de votos, a exoneração, de ofício, do Procurador Geral da Justiça, antes do término de seu mandato (art. 49, inciso XXII, CE);

\*7) Escolher 4/7 (quatro sétimos) dos Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios;

\*Redação dada pela Resolução nº 500, de 23.12.2003, D.O. de 23.12.2003.

\*Redação anterior: Escolher 5/7 (cinco sétimos) dos membros do Tribunal de Contas do Estado e 2/3 terços do Tribunal de Contas dos Municípios (Art. 49, inciso IV, CE).

8) Sustar os atos normativos emanados do Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa (art. 49, inciso VI, CE);

9) Aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas (art. 49, inciso XIII, CE);

j) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou ato normativo estadual ou municipal declarado inconstitucional, por decisão definitiva do Tribunal de Justiça do Estado (art. 49, inciso, XXIII, CE.) ou do Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade (art. 102, inciso I, a, CF);

\*1) autorizar o Governador a efetuar ou a contrair empréstimos;

\*Redação dada pela Resolução nº 614 de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: 11) Autorizar o Governador a efetuar ou a contrair empréstimos e a referendar convênios e acordos celebrados com entidades públicas ou particulares, das quais resultem encargos não previstos no orçamento (Art. 49, inciso, XXV, CE);

12) Ordenar a sustação de contrato impugnado pelo Tribunal de Contas do Estado (art. 49, inciso XXVI, CE);

13) Apreciar decreto de intervenção em município, aprovando-o por maioria absoluta de votos, em escrutínio secreto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

14) Julgar, nos crimes de responsabilidade, na forma da lei, o Governador e os Secretários de Estado;

15) Julgar o Procurador Geral da Justiça, o Procurador Geral do Estado e o Defensor Geral da Defensoria Pública, nos crimes de responsabilidade;

16) Declarar, por 2/3 (dois terços) de seus membros, a admissibilidade da acusação contra o Governador e Vice-Governador, nos crimes comuns, para processo e julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 90, caput, CE. e art. 105, inciso I, a, CF.);

17) Conhecer da renúncia do Governador e Vice-Governador;

18) Proceder a tomada de contas do Governador, quando não apresentadas dentro de 60 (sessenta) dias, após a abertura da Sessão Legislativa;

19) Julgar as Contas do Governador;

20) Convocar plebiscito sobre a criação de Municípios e outras matérias compatíveis;

21) Autorizar a realização de referendo;

VI) de indicação.

**Art. 207.** A iniciativa de projetos, na Assembleia Legislativa, caberá (art. 60, CE):

I - aos Deputados Estaduais;

II - à Mesa;

III - à qualquer uma de suas Comissões;

IV - ao Governador do Estado;

V - ao Presidente do Tribunal de Justiça, em matérias de privatividade judiciária, indicadas na Constituição;

VI - ao cidadão, nos casos previstos na Constituição;

\*VII - Ao Ministério Público e aos Tribunais de Contas do Estado em matérias de sua competência privativa, prevista na Constituição.

\*Acrescido pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

**Art. 208.** Os projetos deverão ser divididos em artigos numerados, concisos, claros e precedidos, sempre, de ementa enunciativa de seu objeto.

§ 1º O projeto deverá conter, simplesmente, a enunciação da vontade legislativa, de acordo com a respectiva ementa.



§ 2º Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais matérias, fundamentalmente diversas, de modo que se possa adotar uma ou rejeitar outra.

**Art. 209.** A apresentação dos projetos poderá ser feita pelo Autor e, se encaminhados à Mesa Diretora, sua leitura será feita no Expediente, permanecendo em pauta para recebimento de emendas.

**Art. 210.** As proposições rejeitadas não poderão ser renovadas, na mesma Sessão Legislativa, a não ser mediante proposta subscrita pela maioria absoluta dos Deputados.

§ 1º Excepcionalmente, a critério do Plenário, as proposições poderão receber emendas na primeira discussão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar de sua inclusão na Ordem do Dia, salvo quando estiverem em regime de urgência, caso em que esse prazo será de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considerar-se-á também rejeitado o projeto de lei, cujos vetos tenham sido confirmados pela Assembleia.

### CAPÍTULO III DA INICIATIVA POPULAR DE LEI

\***Art. 211.** A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Assembleia Legislativa, de projeto de lei e de emenda à Constituição, excluídas as matérias de iniciativa privativa, subscrito por, no mínimo, 1% (um por cento) do eleitorado do Estado do Ceará, distribuído pelo menos por 5 (cinco) municípios, com não menos de 3/10 (três décimos por cento) dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: **Art. 211.** A iniciativa popular será exercida pela apresentação de projetos de lei ou de projeto de lei complementar, excluídas as matérias de iniciativa privativa, subscritos por, no mínimo, 3% (três por cento) do eleitorado do Estado do Ceará, distribuído pelo menos por 5 (cinco) municípios, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006, D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: **Art. 211 - A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Assembleia, de projetos de lei subscritos por eleitores (Art. 60, CE), obedecidas as seguintes condições:**

\***I** - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu Título Eleitoral;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006, D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: **I** - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, com firma reconhecida, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

\***II** - o projeto será encaminhado à Mesa Diretora que submeterá à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que deverá se manifestar sobre a sua admissibilidade e constitucionalidade;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006, D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: **II** - o projeto será protocolado perante a Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais, para a sua apresentação;

\***III** - O projeto, se admitido pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, seguirá o rito do processo legislativo correspondente, tendo número de ordem específico;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006, D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: **III** - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

\***IV** - nas Comissões, poderá usar da palavra, para discutir o projeto de lei, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, o primeiro signatário do projeto ou quem este tiver indicado, quando da apresentação do projeto.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006, D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: **IV** - nas Comissões, poderá usar da palavra, para discutir o projeto de lei, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, o primeiro signatário ou quem este tiver indicado, quando da apresentação do projeto;

**V** - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação em proposições autônomas, para tramitação em separado;

**VI** - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular, por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação escoimá-lo dos vícios formais, para sua regular tramitação;

**VII** - a Mesa designará Deputado para exercer, em relação ao projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos, por este Regimento, ao Autor de proposição, devendo a escolha recair sobre quem tenha sido, com sua anuência, previamente indicado com essa finalidade, pelo primeiro signatário do projeto.

\***Art. 212. Revogado.**

\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006, D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: **Art. 212.** Os projetos de iniciativa popular tramitarão no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, em regime de preferência, turno único de votação, quando for para suprir omissão legislativa, constituindo causa prejudicial à aplicabilidade de mandato de injunção (Art. 60 CE), sem prejuízo da audiência de Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

\***Parágrafo único. Revogado.**

\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006, D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: **Parágrafo único** - Nas demais hipóteses, aprovada a admissibilidade e constitucionalidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o projeto seguirá o rito do Processo Legislativo Ordinário. (Art. 62, CE).

\***212-A.** A iniciativa popular também será exercida através do projeto de iniciativa compartilhada, disciplinado no Ato Normativo nº 224, de 06 de junho de 2004, cabendo à Mesa Diretora receber indicações de iniciativa legislativa.

\*Acréscido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006, D.O. de 27.12.2006.

### CAPÍTULO IV DAS PETIÇÕES E REPRESENTAÇÕES

**Art. 213.** As petições, reclamações ou representações, de qualquer pessoa física ou jurídica, contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas, ou imputadas a membros da Casa, serão recebidas e examinadas pelas Comissões ou pela Mesa, respectivamente, desde que:

**I** - encaminhadas, por escrito, vedado o anonimato do Autor ou Autores; **II** - o assunto envolva matéria de competência do colegiado.

**Parágrafo único.** O membro da Comissão a que for distribuído o processo, exaurida a fase de instrução, apresentará relatório, na conformidade do art. 62, no que couber, do qual se dará ciência aos interessados.

**Art. 214.** A participação da sociedade civil poderá, ainda, ser exercida através do oferecimento de pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais, de associações e sindicatos e demais instituições representativas.

**Parágrafo único.** A contribuição da sociedade civil será examinada por Comissão, cuja área de atuação tenha pertinência com a matéria, contida no documento recebido.

### CAPÍTULO V DAS INDICAÇÕES

**Art. 215.** Indicação é a proposição em que o Deputado sugere medidas de interesse público, que não caibam em projetos de lei, de resolução, de decreto legislativo, bem como em requerimento.

\***Art. 216. Revogado.**

\*Revogado pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: **Art. 216.** No caso de entender o Presidente que determinada indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao Autor, e se este recorrer de sua decisão, o Presidente da Assembleia a enviará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que oferecerá parecer a respeito da matéria, concluindo ou não pelo encaminhamento.

### CAPÍTULO VI DOS REQUERIMENTOS SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 217.** Os Requerimentos são classificados:

**I** - quanto à competência para decidi-los:

- a) sujeitos apenas a despacho do Presidente da Assembleia;
- b) sujeitos à deliberação da Mesa;
- c) sujeitos à deliberação de Comissão;
- d) sujeitos à deliberação do Plenário;

**II** - quanto à maneira de formulá-los:

- a) verbais;
- b) escritos.

**\*Art. 218.** Os requerimentos independem de parecer das Comissões Técnicas e serão apresentados, via Protocolo Digital de Requerimentos, precedido, sempre, de ementa enunciativa de seu objeto.

**\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.**

**\*Redação anterior:** Art. 218. Os requerimentos independem de parecer das Comissões Técnicas e serão apresentados em 3 (três) vias, precedido, sempre, de ementa enunciativa de seu objeto.

## SEÇÃO II

### DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS A DESPACHO DO PRESIDENTE

**Art. 219.** Será despachado, imediatamente, pelo Presidente, o requerimento que solicite:

**I** - a palavra, inclusive para reclamação;

**II** - permissão para falar sentado;

**III** - posse de Deputado;

**IV** - leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

**V** - retirada, pelo Autor, de proposição em tramitação legislativa, sem parecer ou com parecer contrário;

**VI** - verificação de votação;

**VII** - informação sobre a ordem dos trabalhos ou sobre a Ordem do Dia;

**VIII** - verificação de presença;

**IX** - retirada de emenda que tenha sido prejudicada ou rejeitada, cabendo da decisão recurso para o Plenário;

**X** - audiência de Comissão sobre proposição em Ordem do Dia.

**XI** - observância de disposição regimental;

**XII** - votação destacada de emenda ou disposição;

**XIII** - prorrogação de prazo para orador na Tribuna;

**XIV** - requisição de documentos;

**XV** - preenchimento de lugar vago em Comissão;

**XVI** - inclusão, na Ordem do Dia, de proposição com parecer, em condições regimentais de nela figurar;

**XVII** - comunicação de pesar;

**XVIII** - esclarecimento sobre ato da administração ou economia interna da Assembleia;

**XIX** - reabertura de discussão de projeto, com discussão encerrada em Sessão Legislativa anterior;

**XX** - retificação de Ata;

**XXI** - inserção de declaração ou justificativa de voto em Ata;

**XXII** - anexação de matérias idênticas ou assemelhadas;

**XXIII** - inserção, nos Anais da Assembleia, de pronunciamentos oficiais;

**XXIV** - interrupção de reunião para recebimento de personalidade de relevo;

**XXV** - constituição de Comissão Especial;

**XXVI** - constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito;

**XXVII** - licença de Deputado, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do art. 151, deste Regimento;

**\*XXVIII** - Sessão Solene, Especial, Primeiro Expediente e/ou Segundo Expediente.

**\*Acréscido pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*§ 1º** Os requerimentos, a que se referem os incisos V, IX, XII, XIV, XV, XVI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII e XXVIII, serão escritos.

**\*Redação dada pela Resolução nº 550, de 19.04.2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior:** § 1º Os requerimentos, a que se referem os incisos V, IX, XII, XIV, XV, XVI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII, serão escritos.

**§ 2º** O requerimento, a que se refere o inciso XXVI, será subscrito por, no mínimo, 1/4 (um quarto) dos membros da Assembleia Legislativa.

**§ 3º** Os demais requerimentos, de que trata este artigo, poderão ser orais.

**Art. 220.** O Presidente mandará expungir do requerimento de informação, as expressões pouco corteses, assim como deixará de receber as respostas vazadas em

termos que possam ferir a dignidade do Deputado ou do Poder Legislativo, dando ciência, desse fato, ao interessado.

## SEÇÃO III

### DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS A PLENÁRIO

**\*Art. 221.** Será submetido à deliberação do Plenário, o requerimento que solicite:

**\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.**

**\*Redação anterior:** Art. 221. Será submetido à deliberação do Plenário, o requerimento que solicite:

**I** - prorrogação de Sessão;

**II** - votação por determinado processo;

**III** - constituição de comissão de representação;

**IV** - preferência;

**V** - encerramento de discussão;

**VI** - retirada, pelo Autor, de proposição principal ou acessória, com parecer favorável;

**VII** - destaque;

**\*VIII - Revogado**

**\*Revogado pela Resolução n.º 550, de 19 de abril de 2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior:** VIII - sessão especial;

**IX** - voto de aplauso, regozijo, louvor ou congratulações, por ato público ou acontecimento de alta significação;

**X** - manifestação, por motivo de luto nacional ou pesar, por falecimento de autoridades, altas personalidades e pessoas gratas;

**XI** - não realização de Sessão, em determinado dia;

**XII** - urgência e sua retirada;

**XIII** - Sessão Extraordinária;

**XIV** - Sessão Secreta;

**\*XV - Revogado**

**\*Revogado pela Resolução n.º 550, de 19 de abril de 2007. D.O. de 19.04.2007.**

**\*Redação anterior:** XV - sessão solene e/ou especial;

**XVI** - convocação de Secretário de Estado ou outras autoridades estaduais;

**XVII** - solicitação de providências a qualquer órgão público ou entidade privada;

**XVIII** - pedido de informação.

**\*§ 1º** O requerimento de que trata o inciso XIV, será aprovado por deliberação da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Constituição Estadual.

**\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.**

**\*Redação anterior:** § 1º Os requerimentos, de que tratam os incisos XIV e XV, desde que assinados por 1/3 (um terço) dos Deputados, serão considerados, automaticamente, aprovados.

**§ 2º** Os requerimentos, a que se referem os incisos I e II, serão verbais, não sofrerão discussão e independem de **quorum** para deliberação.

**§ 3º** Os demais requerimentos, de que cuida este artigo, sofrerão discussão e votação pelo Plenário, observadas as regras constantes deste Regimento.

**\*§ 4º** As respostas aos Requerimentos previstos nos incisos XVII e XVIII deste artigo, deverão ser remetidas em cópia a todos os Deputados subscritores.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** § 4º Os requerimentos, a que se refere o caput deste Artigo, figurarão na Ordem do Dia da Primeira Sessão Ordinária destinada à votação de requerimentos, seguinte à sua leitura, constando em avulso próprio, com sua ementa enunciativa.

## CAPÍTULO VII DAS EMENDAS

**Art. 222.** Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

**Art. 223.** As Emendas são Aditivas, Supressivas, Modificativas, Substitutivas e de Redação.

**§ 1º** Emenda Aditiva é a proposição que acrescenta algo à outra proposição.

**§ 2º** Emenda Supressiva é a proposição que suprime parte de outra proposição.

**§ 3º** Emenda Modificativa é a que altera outra proposição, sem modificá-la substancialmente.

**§ 4º** Emenda Substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea à parte de outra proposição, que tomará o nome de substitutivo quando a alterar, substancial ou formalmente, em seu conjunto.

**§ 5º** Emenda de Redação é aquela que aprimora a redação, evitando incorreção, imperfeição ou atecnia, visando, exclusivamente, o aperfeiçoamento da técnica legislativa.

**§ 6º** A anexação de emenda será feita, de ofício, pelo Presidente da Assembleia ou a requerimento de Comissão ou Deputado.

**Art. 224.** Denomina-se Subemenda a emenda apresentada à outra emenda, e que por sua vez, podem ser Aditivas, Supressivas, Modificativas, Substitutivas ou de Redação, as quais submeter-se-ão à mesma tramitação da emenda, desde que não vencida, a Supressiva, sobre emenda com a mesma finalidade.

**Art. 225.** A Presidência tem a faculdade, como órgão da mesa, de negar a aceitação de emenda ou subemenda formulada de modo inconveniente, que verse sobre assunto estranho ao projeto em discussão ou contrária à norma regimental; no caso de reclamação, será consultado o Plenário, sem discussão, sendo permitido o encaminhamento de votação pelo Autor da proposição recusada.

**\*Art. 226.** As emendas poderão ser apresentadas somente enquanto as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvado o disposto no art. 210, § 1º, deste Regimento.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: Art. 226. As emendas poderão ser apresentadas, quando as proposições estiverem em pauta e nas Comissões, ressalvando o disposto no Art. 210, § 10, deste Regimento.**

**Art. 227.** Não será permitida emenda que aumente as despesas previstas (art. 60, Parágrafo Único, CE):

**I** - nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador;

**II** - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios e do Ministério Público Estadual.

**Parágrafo único.** O parecer contrário à emenda, não obsta a que a proposição principal siga seu curso regimental.

## CAPÍTULO VIII DAS MOÇÕES

**Art. 228.** Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Assembleia sobre determinado assunto, apelando, aplaudindo ou protestando.

**Art. 229.** As moções deverão ser redigidas com clareza e precisão, concluindo, pelo texto, que devam ser apreciadas pelo Plenário.

**Art. 230.** A Mesa deixará de receber moção, nos seguintes casos:

**I** - quando de apoio, aplauso, solidariedade aos Poderes Federais, dos Estados e dos Municípios;

**II** - quando o objetivo, por ela visado, possa ser atingido através de indicação.

## CAPÍTULO IX DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

**Art. 231.** Qualquer Deputado poderá encaminhar, através da Mesa, pedido de informação sobre atos ou fatos dos demais Poderes, cuja fiscalização interesse ao Legislativo, no exercício de suas atribuições constitucionais ou legais, ou sobre matéria em tramitação na Casa.

**§ 1º** Recebido o pedido de informação, será incluído na Ordem do Dia, para votação.

**§ 2º** Aprovado o requerimento, a Mesa o encaminhará ao Poder Executivo.

**§ 3º** Encaminhado o pedido de informação, se esta não for prestada no prazo de 30 (trinta) dias, o Presidente da Assembleia, sempre que solicitado pelo Autor, fará reiterar o pedido através de ofício, em que acentuará aquela circunstância.

**§ 4º** Não cabem, em requerimento de informação, providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autorização a que se dirige.

**§ 5º** A Mesa tem a faculdade de não receber requerimentos de informação, formulados de modo inconveniente ou que contrariem o disposto neste artigo.

**§ 6º** Cabe recurso ao Plenário, da decisão da Mesa, a que se refere o parágrafo anterior.

## CAPÍTULO X DA RETIRADA DE PROPOSIÇÃO

**Art. 232.** O autor poderá solicitar, em qualquer fase da elaboração legislativa, a retirada de proposição, cabendo ao Presidente deferir ou não o pedido, quando ainda não houver parecer, ou se este lhe for contrário, cabendo da decisão recurso ao Plenário.

**§ 1º** Se a proposição tiver parecer favorável de uma Comissão, embora o tenha contrário de outra, caberá ao Plenário decidir sobre o pedido de retirada.

**§ 2º** As proposições de Comissão só poderão ser retiradas, a requerimento do Relator ou do respectivo Presidente, num e noutro caso, com anuência da maioria de seus membros.

**§ 3º** A proposição retirada, na forma deste artigo, não pode ser reapresentada na mesma Sessão Legislativa, salvo deliberação do Plenário.

**Art. 233.** Finda a Legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que estejam, ainda, em tramitação na Assembleia.

**Parágrafo único.** A proposição poderá ser desarquivada, mediante requerimento do autor ou autores, na Sessão Legislativa, da Legislatura subsequente.

## CAPÍTULO XI DA PREJUDICABILIDADE

**Art. 234.** Considera-se prejudicada:

**I** - a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro, que já tenha sido aprovado ou rejeitado na mesma Sessão Legislativa, ou transformado em diploma legal;

**II** - a discussão ou a votação de proposição anexa, quando a aprovada ou rejeitada, for idêntica ou de finalidade oposta a anexada;

**III** - a proposição, com as respectivas emendas, que tiver substitutivo aprovado;

**IV** - a emenda ou subemenda de matéria idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada;

**V** - a emenda ou subemenda de matéria idêntica a de outra ou de dispositivos já aprovados;

**VI** - a discussão ou votação de qualquer projeto semelhante a outro, considerado inconstitucional, de acordo com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**Parágrafo único.** De igual modo, se considera prejudicado o requerimento, com a mesma ou oposta finalidade, de outro já deliberado.

**Art. 235.** As proposições idênticas ou que versem sobre matérias correlatas, serão anexadas à mais antiga, desde que seja possível o exame em conjunto.

## TÍTULO VII DOS DEBATES E DAS DELIBERAÇÕES

### CAPÍTULO I DOS DEBATES

#### SEÇÃO I DA DISCUSSÃO

**Art. 236.** Discussão é a fase dos trabalhos destinados ao debate em Plenário.

**Art. 237.** A discussão poderá versar sobre todos os aspectos da proposição em debate.

**Art. 238.** A proposição, com discussão não ultimada, numa Sessão Legislativa, tê-la-á reaberta na seguinte.

12 Vide Emenda Constitucional nº 92/2017.

**Art. 239.** A discussão de proposição na Ordem do Dia exigirá inscrição prévia do orador perante a Mesa, antes do início da discussão.

**§ 1º** A palavra será dada aos inscritos, segundo a ordem de inscrição, facultado ao Autor da proposição, se inscrito, usar da Tribuna, em primeiro lugar, e aos Relatores, em seguida.

**§ 2º** Caso não haja inscrição no livro para este fim reservado, é lícito ao Deputado que não estiver inscrito solicitar a palavra no momento da discussão.

**Art. 240.** O Deputado inscrito poderá ceder a outro, o tempo a que tiver direito.

**Art. 241.** Nenhum Deputado poderá pedir a palavra, quando houver orador na Tribuna, exceto para solicitar prorrogação de tempo de Sessão ou levantar Questão de Ordem, quanto à não observância do Regimento, em relação ao assunto em debate.

**Art. 242.** O Presidente solicitará ao orador que estiver debatendo matéria em discussão, que interrompa o discurso, nos seguintes casos:

**I** - para deliberar as proposições com discussão encerrada quando completado o número legal para deliberação;

**II** - para comunicação importante;

**III** - para recepção de autoridade ou personalidade de excepcional relevo.

### SEÇÃO II DOS APARTES

**Art. 243.** Aparte é a interrupção permitida pelo orador para indagação ou esclarecimento, relativo ao assunto em debate.

**§ 1º** O aparte não poderá exceder a 3 (três) minutos, salvo se permitido pelo orador.

**§ 2º** O Deputado só poderá apartear o orador se lhe solicitar e dele obtiver permissão.

**§ 3º** Não será admitido aparte:

**I** - à palavra do Presidente;

**II** - paralelo a discurso;

**III** - por ocasião de encaminhamento de votação;

**IV** - quando o orador declarar, de modo explícito, que não o permite ou estiver suscitando Questão de Ordem ou falando para reclamação;

**V** - a parecer oral.

**§ 4º** Os apartes subordinam-se às disposições relativas aos debates, em tudo que lhes for aplicável, e incluem-se no tempo destinado ao orador.

**§ 5º** Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais.

### SEÇÃO III DO TEMPO RESERVADO AOS DEBATES

**Art. 244.** Ao Deputado são assegurados os seguintes tempos reservados aos debates, durante a Ordem do Dia:

**\*I** - 10 (dez) minutos para discussão de projeto, inclusive os de elaboração legislativa especial;

*\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.*

*\*Redação anterior: I - 15 (quinze) minutos para discussão de projetos, inclusive os de elaboração legislativa especial;*

**\*II** - 5 (cinco) minutos para justificação de requerimento do autor;

*\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.*

*\*Redação anterior: II - 10 (dez) minutos para discussão de requerimentos;*

**\*III** - 5 (cinco) minutos para discussão de requerimento;

*\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.*

*\*Redação anterior: III - 3 (três) minutos para apartear;*

**\*IV** - 3 (três) minutos para aparte;

*\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.*

*\*Redação anterior: IV - 5 (cinco) minutos para encaminhamento de votação;*

**\*V** - 1 (um) minuto para encaminhamento de votação de requerimento;

*\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.*

*\*Redação anterior: V - 5 (cinco) minutos para justificação de requerimento;*

**\*VI** - 3 (três) minutos para justificação de voto;

*\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.*

*\*Redação anterior: VI - 3 (três) minutos para justificação do voto;*

**VII** - 3 (três) minutos para reclamação.

**\*Parágrafo único.** Sobre qualquer outro assunto cujo tempo não esteja previsto neste artigo ou em outra disposição deste Regimento, cada Deputado só poderá falar, de uma vez, por 5 (cinco) minutos.

*\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.*

*\*Redação anterior: Parágrafo único - Sobre qualquer outro assunto, cujo tempo não esteja previsto neste Artigo ou em outra disposição deste Regimento, cada Deputado só poderá falar, de uma vez, por 10 (dez) minutos.*

### SEÇÃO IV DO ADIAMENTO DA DISCUSSÃO

**Art. 245.** Sempre que um Deputado julgar conveniente o adiamento da discussão de qualquer proposição, poderá requerê-lo por escrito.

**§ 1º** A aceitação do requerimento subordina-se às seguintes condições:

**I** - ser apresentado antes de iniciada a discussão, cujo adiamento se requerer;

**II** - prefixar o prazo do adiamento, que não poderá exceder a 5 (cinco) dias;

**III** - não estar a proposição em Regime de Urgência.

**§ 2º** Quando, para a mesma proposição, for apresentado mais de um requerimento de adiamento, será apreciado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, aprovando um, considerar-se-ão prejudicados os demais.

**§ 3º** Tendo sido adiada uma vez a discussão de uma matéria, só será permitido novo adiamento se requerido pela maioria dos membros da Assembleia.

**§ 4º** Quando a causa do adiamento for audiência de Comissão, deverá haver relação, direta e imediata, entre a matéria da proposição e a competência da Comissão.

### SEÇÃO V DO ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

**Art. 246.** O encerramento da discussão dar-se-á:

**I** - por ausência de orador;

**II** - por decurso dos prazos regimentais;

**III** - por deliberação do Plenário, a requerimento de 1/3 (um terço) dos Deputados ou Líderes que representem este número, após a matéria haver sido discutida, no mínimo, por quatro oradores.

### SEÇÃO VI DO INTERSTÍCIO

**Art. 247.** Entre a primeira e a segunda discussão haverá um interstício de 48 (quarenta e oito) horas, salvo as proposições em regime de urgência, que serão apreciadas na Sessão imediata.

**Parágrafo único.** A Assembleia poderá, a requerimento de qualquer Deputado, reduzir ou dispensar o prazo de interstício.

### CAPÍTULO II DA VOTAÇÃO

#### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**\*Art. 248.** As deliberações do Plenário, salvo disposição constitucional em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos Deputados.

*\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.*

*\*Redação anterior: Art. 248. As deliberações, salvo dispositivo constitucional ou regimental em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos Deputados.*

**Art. 249.** Os projetos de Leis Complementares somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta de votos, dos membros da Assembleia Legislativa, observadas, na sua tramitação, as demais normas regimentais aplicáveis à discussão e votação aos projetos de leis ordinárias.

**Art. 250.** A votação completa o turno regimental da discussão e deverá ser feita após seu encerramento.

**Parágrafo único.** Quando, no curso de uma votação, se esgotar o tempo próprio da Sessão, dar-se-á esta por prorrogada, até que se conclua a votação, devendo a prorrogação ser declarada pelo Presidente.

**Art. 251.** O Deputado poderá escusar-se de votar, quando não tiver assistido a respectiva discussão, ou por qualquer outro motivo, registrando a abstenção.

**Parágrafo único.** O Deputado que se considerar impedido de votar, por tratar-se de causa própria ou de matéria que tenha interesse individual, comunicará o fato à Mesa, sendo seu voto considerado “em branco”, para efeito de **quorum**.

**Art. 252.** É lícito ao Deputado, após a votação, fazer, verbalmente, justificação de voto por tempo não superior a 3 (três) minutos, ou por escrito, encaminhando-a à Mesa Diretora.

**Art. 253.** A votação de qualquer matéria poderá ser adiada, desde que não em regime de urgência ou sofra elaboração legislativa especial.

## SEÇÃO II DO ADIAMENTO DA VOTAÇÃO

**Art. 254.** O adiamento da votação de qualquer proposição só pode ser solicitado antes do seu início, mediante requerimento assinado por Líder, pelo Autor ou pelo Relator da matéria.

§ 1º O adiamento da votação só poderá ser concedido uma vez e por prazo previamente fixado, não superior a cinco sessões.

§ 2º Solicitado, simultaneamente, mais de um adiamento, a adoção de um requerimento prejudicará os demais.

§ 3º Não será permitido adiamento de votação de proposição em regime de urgência ou que sofra elaboração legislativa especial, nos termos deste Regimento.

## SEÇÃO III DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

**Art. 255.** A votação poderá ser ostensiva, adotando-se o processo simbólico, nominal ou secreto.

**Parágrafo único.** Escolhido um processo de votação, outro não será admitido, quer para a matéria principal, quer para a substitutiva, emenda ou subemenda a ela referentes, salvo em fase de votação correspondente a outra discussão.

\***Art. 256.** Pelo processo simbólico, que é o usual, o Presidente, ao anunciar a votação de qualquer matéria, convidará os deputados que votarem a favor, a permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto de votos.

\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: Art. 256. Pelo processo simbólico, o Presidente, ao anunciar a votação de qualquer matéria, convidará os Deputados que votarem a favor, a permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto de votos.

\*§ 1º **Revogado.**

\*Revogado pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: § 1º A votação pelo processo simbólico somente será admitida, quando proposta pelo Presidente ou por qualquer Deputado e admitida pelo Plenário.

§ 2º Havendo votação divergente, o Presidente, a pedido de qualquer Deputado, verificará a votação. Proceder-se-á a contagem de votos por filas contínuas e sucessivas de poltronas do recinto, uma a uma, e o Secretário irá anunciando, em voz alta, o resultado, à medida que se fizer a verificação de cada fila.

\***Art. 257.** Proceder-se-á a votação nominal, através da apuração eletrônica ou pela lista dos deputados, que serão chamados pelo Primeiro Secretário, devendo ser proposta pelo Presidente ou por qualquer deputado e admitida pelo Plenário.

\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: Art. 257. Proceder-se-á a votação nominal, que é a usual, através de apuração eletrônica ou pela lista dos Deputados, que serão chamados pelo Primeiro Secretário.

§ 1º O resultado da apuração dos votos será proclamado pelo Presidente, em razão dos números apresentados no painel eletrônico de votação nominal.

§ 2º Concluída a votação, encaminhar-se-á à Mesa a respectiva listagem, que conterá os seguintes registros:

I - data e hora em que se processou a votação;

II - a matéria objeto da votação;

III - o nome de quem presidiu a votação;

IV - os nomes dos Deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, contra, em branco e os que se abstiveram.

§ 3º A listagem de votação será publicada juntamente com a Ata da Sessão.

§ 4º Só poderão ser feitas e aceitas reclamações, quanto ao resultado da votação, antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.

§ 5º Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionar, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, adotando-se o seguinte procedimento:

I - os nomes serão anunciados, em voz alta, pelo Primeiro Secretário;

II - os Deputados, levantando-se de suas respectivas poltronas, responderão SIM ou NÃO, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;

III - as abstenções e os votos em branco serão também anotados pelo Secretário;

IV - terminada a chamada pela lista de frequência, proceder-se-á a chamada dos Deputados, cuja ausência tenha sido verificada;

V - enquanto não for proclamado o resultado da votação pelo Presidente, será lícito ao Deputado obter da Mesa Diretora o registro ou retificação de seu voto;

VI - a relação dos Deputados que votarem a favor ou contra será publicada.

\***Art. 258.** A votação será por escrutínio secreto, quando se referir aos seguintes assuntos:

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: Art. 258. A votação será por escrutínio secreto, quando se referir aos seguintes assuntos:

\*I - eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: I - eleição da Mesa Diretora da Assembléia;

\*II - julgamento das contas do Governador;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: II - julgamento das contas do Governador;

\*III - admissibilidade de representação contra o Governador, Vice-Governador e Secretário de Estado e seus julgamentos, nos crimes de responsabilidade;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: III - denúncia contra o Governador e Secretário de Estado e seus julgamentos, nos crimes de responsabilidade;

\*IV - autorização ao Superior Tribunal de Justiça para processar criminalmente o Governador do Estado;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: IV - exoneração, de ofício, do Procurador Geral da Justiça, antes do término do mandato (Art. 49, XXII, CE);

\*V - exoneração, de ofício, do Procurador Geral de Justiça, antes do término do seu mandato;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: V - julgamento do Procurador Geral da Justiça, Procurador Geral do Estado e do Defensor Geral da Defensoria Pública, nos crimes de responsabilidade (Art. 49, XXIV, CE).

\*VI - julgamento do Procurador Geral de Justiça, do Procurador Geral do Estado e do Defensor Geral da Defensoria Pública nos crimes de responsabilidade;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: VI - deliberação sobre licença para processar Deputado, criminalmente;

<sup>13</sup>\*VII - escolha de quatro sétimos dos membros do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios, e aprovação das indicações do Governador do Estado para a composição de três sétimos do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios, atendida as ordens estabelecidas pela Constituição Estadual;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: VII - perda e cassação de mandato;

\*VIII - aprovação de intervenção estadual e designação de interventor;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: VIII - apreciação sobre a escolha de 2/7 (dois sétimos) dos membros do Tribunal de Contas do Estado e 1/3 (um terço) do Conselho de Contas do Estado, interventor e intervenção Estadual em Município, Presidente e Diretores de estabelecimentos de crédito, cujo controle acionário pertença ao Estado, e titulares de outros cargos que a lei determinar, e do Superintendente da Fundação de Teleducação do Estado do Ceará (Art. 49, II, III e XXXII, CE);

\*IX - aprovação da indicação do presidente e diretores de estabelecimentos de crédito, cujo controle acionário pertença ao Estado, de titulares de outros cargos que a Lei determinar e do superintendente da Fundação de Teleducação do Estado do Ceará;

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: IX - indicação, pela Assembléia, de 5/7 (cinco sétimos) dos membros do Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios (Art. 49, IV, CE).

**13 Vide Emenda Constitucional nº 92/2017.**

**\*X** - perda de mandato parlamentar, nos casos de imputação de infração das proibições constitucionais, de procedimento incompatível com o decoro parlamentar e de condenação criminal em sentença transitada em julgado;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*XI** - sanção de suspensão temporária do mandato;

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*XII** - prisão em flagrante de Deputado Estadual, por crime inafiançável.

**\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**Art. 259.** Quando o sistema eletrônico de votação não estiver em condições de funcionar, realizar-se-á a votação por escrutínio secreto, através de cédula única impressa, contendo as palavras SIM ou NÃO; os votos obtidos com sua utilização serão recolhidos à urna própria, procedendo-se a apuração pelo método convencional.

#### SEÇÃO IV

#### DO MÉTODO DE VOTAÇÃO, DO DESTAQUE E DA INVERSÃO

**Art. 260.** Salvo as deliberações em contrário, as proposições serão votadas em bloco.

**Art. 261.** As emendas, entre as quais se incluem as da Comissão, serão votadas em grupos, conforme os pareceres, favoráveis ou contrários.

**§ 1º** Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário do Plenário.

**§ 2º** O Plenário poderá conceder, a requerimento de Deputado, que a votação das emendas se faça, destacadamente, uma a uma.

**§ 3º** A votação da proposição por partes, tais como: Títulos, Capítulos, Seções, Artigos, Incisos ou Alíneas, poderá ser realizada, desde que proposta por Deputado e autorizada pelo Plenário.

**§ 4º** O pedido de destaque só poderá ser feito antes de anunciada a votação, quer no Plenário, quer nas Comissões.

**§ 5º** O requerimento, relativo a qualquer proposição, precedê-la-á na votação, observadas as exigências regimentais.

**§ 6º** Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma delas, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

**§ 7º** Inversão é a prioridade da discussão e votação da matéria, constante da pauta da Ordem do Dia.

**Art. 262.** No caso de votação de proposições com pareceres divergentes das Comissões Técnicas, dar-se-á prioridade aos pareceres favoráveis.

**Art. 263.** O Plenário, somente por maioria absoluta, modificará o método de votação, previsto no artigo anterior.

#### SEÇÃO V

#### DO ENCAMINHAMENTO

**\*Art. 264.** No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a cada Representação Partidária ou Bloco Parlamentar, por um de seus líderes ou por qualquer deputado indicado pela liderança para falar, apenas uma vez, pelo tempo de 3 (três) minutos, a fim de esclarecer aos membros de sua Bancada, sobre a orientação a seguir na votação.

**\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.10, D.O. de 21.12.10.**

**\*Redação anterior: Art. 264. No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a cada Representação Partidária ou Bloco Parlamentar, por um de seus Líderes ou por qualquer Deputado indicado pela liderança para falar, apenas uma vez, pelo tempo de 10 (dez) minutos, a fim de esclarecer aos membros de sua Bancada, sobre a orientação a seguir na votação.**

**Art. 265.** O encaminhamento da votação dar-se-á, após o anúncio pelo Presidente, do início da votação da matéria submetida à deliberação.

**Art. 266.** Não caberá encaminhamento na votação dos requerimentos verbais de prorrogação do tempo de sessão ou de votação por determinado processo.

#### SEÇÃO VI DA VERIFICAÇÃO

**Art. 267.** Sempre que julgar conveniente, qualquer Deputado poderá pedir verificação de votação simbólica.

**§ 1º** O pedido deverá ser formulado, logo após ter sido dado a conhecer o resultado da votação, e antes de se passar a outro assunto.

**§ 2º** O Deputado que pedir verificação de votação simbólica, terá de permanecer em Plenário, sem o que ficará sem efeito o pedido.

**Art. 268.** Não se procederá mais de uma verificação para cada votação.

#### CAPÍTULO III

#### DA REDAÇÃO FINAL

**Art. 269.** Ultimada a votação, será enviado o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para elaboração da redação final.

**§ 1º** Excetuam-se do disposto neste artigo, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual de investimentos e de Lei Orçamentária anual, cuja redação final competirá à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação e os projetos de resolução que digam respeito à matéria de economia interna da Assembleia, cabendo o parecer à Mesa Diretora.

**§ 2º** A redação final será obrigatória, não se admitindo, em hipótese alguma, a sua dispensa.

**Art. 270.** A redação final será elaborada com os seguintes prazos:

**I** - 5 (cinco) dias, nos casos de proposição em tramitação ordinária;

**II** - 1 (um) dia, nos casos de proposição em regime de urgência.

**Art. 271.** Somente caberão emendas à redação final, para evitar incorreção vernaular ou atecnia legislativa.

**§ 1º** A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final, precedida de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, quando não forem de sua autoria.

**§ 2º** Quando, após aprovação da redação final e até a expedição do autógrafo, se verificar inexistência do texto, a Mesa Diretora procederá a respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário; não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção; em caso contrário, proceder-se-á a discussão da impugnação, para decisão final do Plenário.

**§ 3º** Quando for verificada qualquer divergência entre os termos da redação final e os do autógrafo correspondente, a Mesa Diretora providenciará a correção que couber.

**§ 4º** Aprovada, definitivamente, a redação final, a Mesa Diretora providenciará a expedição do autógrafo, no prazo de 96 (noventa e seis) horas, encaminhando-o, em igual prazo, ao Governador do Estado.

#### CAPÍTULO IV

#### DA PREFERÊNCIA

**Art. 272.** Preferência é a primazia na discussão ou votação de uma proposição sobre outra, na Ordem do Dia.

**§ 1º** Os projetos em regime de urgência gozam de preferência sobre as demais proposições.

**§ 2º** Terá preferência para a votação o substitutivo oferecido por Comissão. Se houver substitutivo oferecido por mais de uma Comissão, terá preferência o da Comissão específica.

**§ 3º** Na hipótese da rejeição do substitutivo, votar-se-á a proposição principal, salvo as emendas que, se houver, serão votadas em seguida.

**Art. 273.** As emendas têm preferência na votação, na seguinte ordem:

**I** - as supressivas;

**II** - as substitutivas;

**III** - as modificativas;

**IV** - as aditivas; e

**V** - as de Comissão, na ordem dos incisos anteriores, sobre as dos Deputados.

**Parágrafo único.** As subemendas substitutivas têm preferência na votação sobre as respectivas emendas.

**Art. 274.** A disposição regimental de preferência na Ordem do Dia poderá ser alterada, em cada grupo, por deliberação do Plenário, não cabendo, entretanto, preferência da matéria em discussão sobre as proposições em votação.

**Parágrafo único.** Tratando-se de matéria em regime de urgência, terá preferência aquela que foi decretada em primeiro lugar.

**Art. 275.** O requerimento de adiamento de discussão ou votação será votado antes da proposição a que se referir.

**Art. 276.** Quando for apresentado mais de um requerimento de preferência, serão apreciados segundo a ordem de apresentação.

**Parágrafo único.** Nos requerimentos idênticos em seus fins, a adoção de um prejudica os demais; entre eles, terá preferência o que tiver sido apresentado em primeiro lugar.

**Art. 277.** Quando os requerimentos de preferência excederem de cinco, poderá o Presidente da Assembleia, se entender que isso tumultua a ordem dos trabalhos, consultar o Plenário sobre a modificação na Ordem do Dia.

§ 1º A consulta a que se refere este artigo admitirá discussão.

§ 2º Recusada a modificação na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência, não se recebendo nenhum outro, na mesma Sessão.

**Art. 278.** Quando ocorrer a apresentação de mais de um requerimento, simultaneamente, o Presidente da Assembleia regulará, de ofício, a preferência de sua colocação na Ordem do Dia.

## CAPÍTULO V DA URGÊNCIA

**Art. 279.** Urgência é a medida decretada pelo Plenário, visando a imediata tramitação de proposições, que ficam dispensadas de quaisquer exigências regimentais, salvo as seguintes:

I - publicação da proposição principal ou substitutiva global;

II - parecer, embora verbal, da Comissão a que for distribuída;

III - distribuição de emendas, em avulso, quando apresentadas durante a pauta, na forma Regimental;

IV - número legal.

**Art. 280.** O requerimento de Urgência, somente poderá ser submetido ao Plenário se for apresentado:

I - por Líder de Representação Partidária;

II - por 1/5 (um quinto) dos membros da Assembleia;

III - por dois membros da Mesa.

\*IV - pelo autor da proposição, após transcorridos 45 (quarenta e cinco) dias da respectiva apresentação.

\*Acréscido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\***Art. 281.** As proposições em Regime de Urgência terão parecer verbal ou escrito, das Comissões a que forem distribuídas, que poderá ser emitido imediatamente em Plenário ou prazo comum e máximo de 5 (cinco) dias corridos, em reunião conjunta ou não.

\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: Art. 281. As proposições em Regime de Urgência terão parecer, verbal ou escrito, das Comissões a que forem distribuídas, que poderá ser emitido imediatamente em Plenário ou no prazo comum e máximo de cinco dias, em reunião conjunta ou não.

§ 1º Findo o prazo deste artigo, a proposição será incluída na Ordem do Dia para imediata discussão e votação, com parecer ou sem ele; anunciada a discussão, sem parecer de qualquer Comissão, o Presidente designará Comissão Especial que o dará, verbalmente, no decorrer da Sessão ou na Sessão seguinte, se assim decidir o Plenário, por solicitação de um Líder de Bancada.

§ 2º A realização de diligências, nos projetos que tramitam em Regime de Urgência, não implica na dilação dos prazos estabelecidos, para a sua apreciação.

**Art. 282.** Os requerimentos poderão ser justificados por um de seus signatários, pelo prazo de 10 (dez) minutos, sem direito a apartes, facultado a um Deputado impugná-los, por igual prazo.

**Art. 283.** Aprovado o requerimento de Urgência, poderá o Presidente da Assembleia autorizar a inclusão da proposição na Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária que se realizar, observado o disposto neste Regimento.

**Art. 284.** As Comissões a que forem distribuídas matérias em Regime de Urgência, terão prazo de 05 (cinco) dias para emitir parecer, podendo oferecê-los, imediatamente, em Plenário, quando a proposição se encontrar na Ordem do Dia.

**Art. 285.** As emendas apresentadas aos projetos em Regime de Urgência, serão formuladas em duas vias datilografadas, perante a Mesa Diretora, durante a fase inicial da discussão ou perante a Comissão a que o estudo da matéria estiver afeto.

**Art. 286.** Após falarem quatro oradores a favor ou contra, encerrar-se-á, automaticamente, a discussão da matéria em Regime de Urgência.

\***Art. 287.** Quando faltarem apenas 10 (dez) dias para o término dos trabalhos de cada período legislativo, serão considerados urgentes os projetos de créditos solicitados pelo Governo e os indicados pela Mesa Diretora, por 3 (três) Presidentes de Comissão ou por 1/5 (um quinto) dos deputados.

\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: Art. 287. Quando faltarem apenas 10 (dez) dias para o término dos trabalhos de cada Sessão Legislativa, serão considerados urgentes os projetos de créditos solicitados pelo Governo e os indicados pela Mesa Diretora, por três Presidentes de Comissão ou por 1/5 (um quinto) dos Deputados.

**Art. 288.** Prioridade é a medida decretada pelo Plenário para apressar a tramitação de proposição, que sofrerá ritmo mais rápido do que as proposições em regime de tramitação ordinária.

**Art. 289.** Qualquer matéria poderá ser considerada em regime de prioridade, desde que a solicitem 5 (cinco) Deputados, em requerimento escrito e fundamentado, ouvido o Plenário.

## TÍTULO VIII DOS PROCESSOS ESPECIAIS

### CAPÍTULO I DO VETO

\***Art. 290.** Após recebido e lido no Expediente da Sessão Ordinária, o veto será imediatamente distribuído em avulso e a seguir encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: Art. 290. Após recebido e lido, no Expediente da Sessão Extraordinária Especial, o veto será imediatamente distribuído em avulsos e a seguir encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

§ 1º Se outra razão, além da inconstitucionalidade, for invocada pelo Governador do Estado, a Mesa Diretora encaminhará o veto às Comissões Permanentes que apreciaram o projeto original.

§ 2º Será de 5 (cinco) dias, o prazo de que disporá cada Comissão para emitir parecer sobre o veto.

§ 3º Esgotados os prazos das Comissões, a Mesa Diretora incluirá o projeto ou a parte vetada na Ordem do Dia, com pareceres ou sem eles, atendido, no que for aplicável, o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4º Na Sessão em que for convocada a Sessão para a apreciação do veto, serão distribuídos avulsos impressos contendo o projeto, destacando-se os dispositivos vetados, quando o veto for parcial, as razões do veto e o parecer das Comissões que opinaram a respeito, se houver.

**Art. 291.** O veto será apreciado, dentro de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento pela Assembleia, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em escrutínio secreto.

**Parágrafo único.** Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido neste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia imediata, sobrestadas todas as demais proposições, até sua votação final.

**Art. 292.** A votação far-se-á pelo processo eletrônico e, na impossibilidade de sua utilização, pelo processo convencional, através de cédulas recolhidas à urna, votando o SIM os que aprovam e NÃO os que o rejeitam.

**Art. 293.** Se o veto não for mantido, será o projeto enviado pelo Presidente da Assembleia, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Governador, para promulgação.

**Parágrafo único.** Se o projeto não for promulgado, no prazo estabelecido neste artigo, pelo Governador, o Presidente da Assembleia o promulgará, e se este não o fizer, em igual prazo, o Vice-Presidente o fará.

**Art. 294.** Mantido o veto, o Presidente determinará seu arquivamento, dando ciência ao Governador do Estado, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

**Art. 295.** As proposições vetadas não poderão ser renovadas, na mesma Sessão Legislativa, exceto se forem subscritas pela maioria absoluta dos Deputados.

## CAPÍTULO II

### DA TOMADA DE CONTAS DO GOVERNADOR

**Art. 296.** A prestação de contas anual do Governador do Estado, relativa ao exercício financeiro anterior, deverá ser remetida à Assembleia Legislativa, com parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, dentro de 60 (sessenta) dias, após a abertura da Sessão Legislativa.

**Art. 297.** Logo que o processo de prestação de contas do Governador seja recebido, o Presidente da Assembleia, independentemente de sua leitura no expediente da Sessão, mandará publicar, dentre as suas peças, o balanço geral e o parecer do Tribunal de Contas do Estado, sendo, em seguida, encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

**Art. 298.** Se o Tribunal de Contas do Estado encaminhar à Assembleia, apenas o relatório do exercício financeiro encerrado, sobre ele a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação dará parecer e aguardará, para pronunciamento definitivo, o levantamento das contas do Governador, que deverá ser feito por Comissão Especial, integrada por 3 (três) de seus membros, indicados pelo respectivo Presidente.

**§ 1º** A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação terá o prazo de 90 (noventa) dias, para se pronunciar sobre as contas do Governador, findo o qual poderá o Presidente colocá-las em Regime, para votação.

**§ 2º** A Comissão Especial terá o prazo de 90 (noventa) dias, para o levantamento das contas do Governador, que serão posteriormente encaminhadas à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, onde prosseguirá a tramitação regimental.

**Art. 299.** A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável, que no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

**§ 1º** Não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal de Contas do Estado pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de 30 (trinta) dias.

**§ 2º** Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, propará à Assembleia Legislativa sua sustação, apresentando projeto de decreto legislativo.

**Art. 300.** Se for o caso, o parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação incluirá, também, as medidas legais e as providências que devam ser adotadas, inclusive para apuração de responsabilidade.

**Parágrafo único.** A prestação de contas, após iniciada a tomada de contas, não será óbice à adoção e continuidade das providências relativas ao processo, por crime de responsabilidade.

**Art. 301.** Em qualquer hipótese, o parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação concluirá, sempre, por projeto de decreto legislativo, que tramitará em regime de urgência.

## CAPÍTULO III DOS ORÇAMENTOS

**Art. 302.** O projeto de Lei do Plano Plurianual contemplará as diretrizes, objetivos e metas da política financeira estadual, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para cumprimento de programas de continuada duração; será expresso de forma regionalizada, tendo como elementos dimensionadores a Região Metropolitana e as Microrregiões, objetivando reduzir as desigualdades internas, tomando por critério, para maior alocação de recursos, as carências populacionais, observadas as regras seguintes:

**I** - o projeto conterà projeções exequíveis, no prazo de 5 (cinco) anos, para o desenvolvimento integral e harmônico de todo o espaço cearense;

**II** - a mensagem do Poder Executivo, remetendo o projeto de lei, deverá ter ingresso na Assembleia, até 30 de abril do ano que precederá o exercício inicial, a seguir atingido pela sua vigência;

**III** - recebendo o projeto, determinará a Assembleia a extração de avulsos, distribuindo-se para exame e oferecimento de sugestões emanadas das Microrregiões e Região Metropolitana, a estas cabendo assegurar a participação populacional, através de suas entidades representativas, submetendo-se à apreciação do respectivo Conselho Deliberativo, que deverão ser encaminhadas, dentro de 60 (sessenta) dias;

**\*IV** - a Assembleia Legislativa, sem prejuízo do disposto no inciso III deste artigo, providenciará, simultaneamente, através da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, a distribuição de avulsos a entidades da sociedade civil, e a realização de audiência pública, para debate e obtenção de sugestões;

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: IV - a Assembleia Legislativa, sem prejuízo do disposto no inciso precedente, providenciará, simultaneamente, a distribuição de avulsos, por suas diferentes Comissões Técnicas, que deverão levar a matéria à audiência pública, com entidades da sociedade civil;**

**V** - transcorrido o prazo previsto no inciso III, dentro de 30 (trinta) dias, devem as Comissões Técnicas oferecer parecer, com as reformulações consideradas pertinentes;

**VI** - o projeto, com as modificações apresentadas pelas Comissões Técnicas, será incluído em pauta, devendo estar concluída a votação, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, e somente será aprovado por maioria absoluta.

**\*Parágrafo único.** A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, na discussão do Plano Plurianual, poderá solicitar subsídios ao Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior: Parágrafo único - A Comissão de orçamento, Finanças e Tributação ou as Comissões Técnicas, na elaboração e discussão dos Planos Plurianuais, poderão solicitar subsídios ao Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP.**

**Art. 303.** O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá as metas e prioridades deduzidas do Plano Plurianual, a serem aplicáveis no exercício de atividades administrativas em geral, incluindo as despesas de capital, para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, assegurada a ordem cronológica prevista e estabelecerá as diretrizes políticas, para observância, pelas agências financeiras oficiais de fomento, observadas as seguintes normas:

**I** - deverá ser encaminhado, pelo Executivo, à Assembleia, até 2 (dois) de maio do ano que precederá à vigência do orçamento anual subsequente;

**II** - a elaboração deverá ser concluída em 60 (sessenta) dias, exigindo-se maioria absoluta para a sua aprovação, regendo-se, em tudo o mais, pelas normas do processo legislativo;

**III** - os planos e programas estaduais serão elaborados, refletindo as conformações regionais e setoriais, em consonância com o Plano Plurianual sendo apreciados pela Assembleia, que assegurará a sua compatibilização.

**Art. 304** - A proposta Orçamentária Anual compreenderá:

**I** - o orçamento fiscal referente aos Poderes Estaduais, Ministério Público, fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive as fundações, legalmente instituídas e mantidas pelo Poder Público;

**II** - o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, com direito a voto;

**III** - os orçamentos previstos nos incisos I e II, compatibilizados com o Plano Plurianual, terão por prioritário objetivo eliminar as desigualdades microrregionais, implicando a ação governamental, em seu conjunto, no processo de desenvolvimento harmônico da



Região Metropolitana e das Microrregiões, em quantitativos proporcionais ao vulto das carências populacionais;

**IV** - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, incluindo os fundos e fundações oriundos ou mantidos pelo Estado;

**V** - o Projeto de Lei Orçamentária será encaminhado ao Legislativo, acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

**VI** - o Projeto de Lei Orçamentária anual será submetido, pelo Executivo, à Assembleia Legislativa, observado o prazo máximo de setenta e cinco dias do início de sua vigência, conciliadas às normas deste Capítulo;

**VII** - os recursos que, em decorrência de veto, emendas ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

**Art. 305.** Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais devem observar as normas disciplinadoras do processo legislativo ordinário e as deste Capítulo.

**§ 1º** Somente são admissíveis emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou aos projetos que o modifiquem quando:

**I** - reconhecida a compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**II** - houver indicação de recursos, admitidos apenas os decorrentes de despesas anuladas, excluídas as que versem sobre:

**a)** Dotações para pessoal e seus encargos;

**b)** Serviço da dívida;

**c)** Transferências tributárias constitucionais para Municípios, ou sejam, relacionadas à correção de erros ou omissões ou aos dispositivos do texto do projeto de lei.

**§ 2º** As emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas, se houver incompatibilidade com o Plano Plurianual.

**§ 3º** O Governador do Estado, enquanto não tiver havido apreciação pela Comissão incumbida das atividades financeiras e orçamentárias, poderá dirigir mensagem propondo modificações nos Projetos, cogitados neste Capítulo.

**Art. 306.** Somente na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação poderão ser oferecidas emendas ao projeto.

**§ 1º** O pronunciamento da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação sobre as emendas será conclusivo e final, salvo se 1/3 (um terço) dos Membros da Assembleia Legislativa requerer a votação, em Plenário, de emenda aprovada ou rejeitada, na referida Comissão.

**§ 2º** O Governador poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo, propondo a modificação do projeto, enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é solicitada.

**§ 3º** Após verificar se o Projeto está conforme as exigências legais, a Mesa Diretora determinará a sua leitura, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, no Expediente da Sessão Extraordinária, competindo à Assembleia, publicá-lo na sua íntegra, remetendo-o, a seguir, à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

**Art. 307.** O Projeto obedecerá à tramitação seguinte:

**I** - no dia imediato ao seu recebimento pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, a proposta orçamentária ficará em pauta durante 72 (setenta e duas) horas, para conhecimento dos Deputados e recebimento de emendas;

**II** - findo o prazo de recebimento de emendas poderão ser publicadas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as que tiverem sido recebidas, ficando a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação com o prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, para emitir parecer sobre a matéria;

**III** - esgotado o prazo referido no item anterior, o projeto e as emendas serão encaminhados à mesa Diretora, com ou sem parecer, para inclusão imediata na Ordem do Dia;

**IV** - a discussão do projeto e das emendas poderá ser feita por órgão, podendo cada Deputado, mediante prévia inscrição, falar pelo tempo de 10 (dez) minutos, facultada a transferência do tempo a que tiver direito a palavra;

**V** - encerrada a discussão, proceder-se-á a votação, por órgão; e, em seguida, das emendas, a cada uma delas apresentadas em grupo, conforme tenham recebido pareceres favoráveis, parcialmente favoráveis ou contrários, ressalvadas as destacadas, que serão votadas no final; para encaminhar a votação do projeto, assim como de cada grupo de emendas e de cada uma das emendas destacadas, cada Bancada disporá de 10 (dez) minutos;

**VI** - ultimada a votação, se o projeto tiver sido aprovado com emenda, será encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação para redação final, a ser ultimada em 3 (três) dias. Se não houver emenda aprovada, ficará dispensada a redação final, expedindo a Mesa o autógrafo, na conformidade do projeto;

**VII** - a redação final proposta pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, será votada em Sessão Extraordinária, para esse fim convocada;

**VIII** - na Ordem do Dia em que figurar os projetos de Lei Orçamentária, Plano Plurianual e Diretrizes Orçamentárias, não constará nenhuma outra proposição.

**Art. 308.** Não será aceita pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, emendas ao projeto de lei de que decorra aumento de despesa global ou que não atenda ao disposto no § 1º, do art. 305, deste Regimento.

**Parágrafo único.** Sendo argüida, por qualquer Deputado, dúvida quanto à constitucionalidade ou legalidade do projeto ou emendas, a Comissão de Finanças e Tributação encaminhará a matéria à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação que disporá de 5 (cinco) dias, improrrogáveis, para manifestar-se.

**Art. 309.** A tramitação do projeto, na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, obedecerá aos seguintes preceitos:

**I** - recebido o projeto e as emendas admitidas, o Presidente da Comissão, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, designará Relatores Parciais, respeitada a proporcionalidade partidária, e, também, um Relator Geral, ao qual competirá coordenar e condensar, em parecer, as conclusões dos pareceres parciais;

**II** - feitas as designações, o Presidente da Comissão organizará com os respectivos Relatores, o Calendário de votação dos pareceres parciais e do parecer final, o qual, por motivo justo, poderá ser modificado, porém, com a necessária divulgação;

**III** - cada Relator apresentará, por escrito, seu relatório até o dia fixado no calendário, de modo que possa ser discutido e votado; se o Relator designado não o apresentar dentro do prazo, o Presidente da Comissão nomeará substituto, que terá prazo de 3 (três) dias, para emitir parecer;

**IV** - além da exposição sobre a matéria, o Relator dará parecer sucinto sobre cada emenda ou grupo de emendas idênticas ou correlatas, concluindo, obrigatoriamente, para efeito de discussão e votação das emendas, pela sua distribuição em quatro grupos:

**a)** com pareceres favoráveis;

**b)** com pareceres contrários;

**c)** com pareceres parcialmente favoráveis;

**d)** com subemendas.

**V** - os Relatores poderão, em seus pareceres, apresentar emendas ao projeto e subemendas às emendas, visando sua correção ou aprimoramento, suprimindo falhas ou omissões;

**VI** - na discussão de cada parecer, o Relator poderá falar pelo prazo de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis, por igual tempo, a juízo das Comissões; cada um dos demais Membros da Comissão terá 10 (dez) minutos, não sendo permitida cessão de tempo;

**VII** - na votação da matéria, o Relator pronunciar-se-á, pelo prazo de 10 (dez) minutos, para manter ou justificar o seu parecer; cada Bancada, representada nos Comissões, disporá de 5 (cinco) minutos; igual tempo poderá ser usado por Autor de emenda, no momento de sua votação, ainda que não pertença às Comissões.

**VIII** - os pedidos de adiamento da discussão e votação serão concedidos, a juízo da Comissão, por tempo não superior a 2 (dois) dias;

**IX** - aprovado o parecer final, ou transcorrido o prazo que dispõem as Comissões para se pronunciarem sobre o projeto, o Presidente da Comissão o encaminhará à Mesa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas.

## CAPÍTULO IV

### DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E TERRITORIAL DO ESTADO

**Art. 310.** As representações, em que sejam solicitadas modificações na divisão territorial do Estado, respeitada a legislação específica, obedecerão às normas deste Capítulo.

**Art. 311.** As representações devem ser subscritas pelo número de eleitores, legalmente exigido, constando nome completo, número do título de eleitor, sessão e zona eleitoral e domicílio.

**Art. 312.** Recebida a representação, o Presidente da Assembleia ouvirá a Assessoria Técnica e decidirá sobre sua admissibilidade.

**Art. 313.** Estando em ordem, o Presidente da Assembleia oficiará as repartições competentes, requisitando as informações necessárias.

**§ 1º** Se a apresentação não satisfizer os requisitos legais, deverá ser devolvida ao primeiro signatário, mediante ofício, onde conste os motivos da devolução.

**§ 2º** Recebidas as informações pleiteadas, a representação, após sua leitura em Plenário, será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para emissão de parecer.

**Art. 314.** Os pareceres sobre apresentações referentes à criação ou restauração de Municípios, concluirão por projeto de decreto legislativo, determinando a realização de plebiscito ou propondo o seu arquivamento.

**Parágrafo único.** O projeto de decreto legislativo, a que se refere este artigo, será incluído na Ordem do Dia, figurando, em primeiro lugar, no grupo das proposições em Regime de Urgência.

**Art. 315.** A Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias, para se manifestar sobre representações.

**Art. 316.** Quando o decreto legislativo determinar a realização de plebiscito, o Presidente da Assembleia dará imediato conhecimento ao Tribunal Regional Eleitoral.

**Art. 317.** Havendo recurso do resultado do plebiscito, o Presidente da Assembleia, logo que o receber, encaminhá-lo-á à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emitir parecer, que concluirá por projeto de decreto legislativo.

**§ 1º** O prazo conferido à Comissão será de 10 (dez) dias.

**§ 2º** Na discussão do projeto, previsto neste artigo, cada Deputado poderá falar pelo prazo de 10 (dez) minutos.

**Art. 318.** A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da última comunicação oficial, sobre os resultados finais dos plebiscitos, para elaborar o projeto de lei quadrienal.

**§ 1º** Recebido o projeto pela Mesa Diretora, a sua apreciação ocorrerá em Sessão Extraordinária, processando-se em Regime de Urgência.

**§ 2º** O projeto de lei quadrienal será submetido a uma única discussão e votação, no Plenário e na comissão.

**§ 3º** Aprovado o projeto, a Comissão oferecerá a redação final, no prazo de 10 (dez) dias.

**Art. 319.** As medidas pleiteadas, através de representações que não se refiram à criação, restauração ou alteração de Município, serão incluídas no projeto de lei quadrienal, desde que tenham parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

## CAPÍTULO V DAS NOMEAÇÕES E INDICAÇÕES SUJEITAS À APROVAÇÃO OU ESCOLHA DA ASSEMBLEIA

**Art. 320.** No pronunciamento sobre indicação do Poder Executivo, que dependa da aprovação da Assembleia, observar-se-ão as seguintes normas:

**\*I** - recebida a Mensagem do Governador, que deverá vir acompanhada de currículo devidamente comprovado e amplos esclarecimentos sobre o candidato, será a mesma lida no Expediente, com posterior distribuição de cópias a todos os Deputados;

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** I - recebida a mensagem do Governador, que deverá vir acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato indicado e também sobre seu "Curriculum Vitae", será lida no Expediente;

**II** - dentro de 2 (dois) dias do recebimento, a Mesa Diretora, apenas para efeito de discussão e votação, consubstanciará a mensagem em projeto de decreto legislativo e encaminhá-lo-á à Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

**\*III** - nos casos previstos no art. 49, inciso III, da Constituição do Estado, o candidato será convocado para ser argüido, em sessão pública, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** III - nos casos previstos no Art. 52, III, da Constituição do Estado, o candidato será convocado para ser argüido, em Sessão Pública, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

**IV** - nas demais hipóteses, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a requerimento de qualquer um de seus membros, poderá convocar o candidato para ouvi-lo, no prazo que estipular, sobre assunto pertinente ao cargo que irá ocupar e atividades que irá exercer;

**V** - a Comissão, se julgar conveniente, requisitará informações complementares, para instruir seu pronunciamento;

**\*VI** - será pública a sessão em que se processar o debate e o pronunciamento da Comissão;

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** VI - será Secreta a Sessão, em que se processar o debate e o pronunciamento da Comissão;

**\*VII** - o parecer, o Projeto de Decreto Legislativo e a Ata serão encaminhados à Presidência da Assembleia Legislativa no dia imediato à argüição pública, para inclusão na Ordem do Dia;

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** VII - o parecer e a Ata da Comissão serão encaminhados à Mesa Diretora, em invólucro fechado, rubricado pelo Presidente do mesmo órgão;

**\*VIII** - em sessão pública, previamente anunciada, a matéria será apreciada pelo Plenário;

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** VIII - em Sessão Secreta, previamente anunciada, a matéria será apreciada, independentemente de publicação, devendo outro Secretário proceder à leitura da mensagem e do parecer, iniciando-se, a seguir, a discussão e a votação;

**IX** - será secreta, no Plenário e nas Comissões, a votação do decreto legislativo, pelo processo eletrônico ou de cédula única, conforme o caso;

**X** - proclamado o resultado da votação, será editado o decreto legislativo, do qual se enviará, imediatamente, cópia ao Governador.

**14\*Art. 321.** Quando se tratar de escolha da competência da Assembleia Legislativa, a indicação de candidato dar-se-á mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um quinto dos Deputados Estaduais, protocolado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação pelo Presidente da Assembleia Legislativa, em Plenário, de vaga na composição do Tribunal de Contas do Estado ou do Tribunal de Contas dos Municípios.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 321. Quando se tratar de escolha feita pela Assembléia Legislativa, a indicação deverá ser feita por, no mínimo, um quinto dos senhores Deputados.

**\*§1º** O requerimento deverá ser instruído com o currículo do candidato e as comprovações correspondentes, destinados à averiguação dos requisitos constitucionais.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** § 1º A indicação deve obedecer as exigências do inciso I, do Artigo antecedente.

**\*§2º** Se insuficientemente instruído, a Presidência, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, concederá igual prazo para o requerente suprir a omissão, mediante despacho fundamentado. Não atendidas as exigências, o requerimento será considerado prejudicado e arquivado, não podendo ser reapresentado para a composição da mesma vaga.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** § 2º Se insuficientemente instruído, a Presidência concederá prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para os requerentes suprirem a omissão, mediante despacho fundamentado, correndo o prazo a partir de sua leitura, em Plenário.

**\*§3º** Estando em ordem o requerimento, o Presidente da Assembleia Legislativa, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, encaminhá-lo-á à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para proceder a argüição pública do candidato no prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da indicação.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** § 3º Findo o prazo estipulado no parágrafo anterior anterior, sem os requerentes cumprirem o ordenado pela Presidência, a indicação será considerada prejudicada e arquivada.

**\*§4º** A indicação deverá ser encaminhada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação à Presidência da Assembleia Legislativa, no dia imediato à argüição públi-

**14 Vide Emenda Constitucional nº 92/2017.**

ca, na forma de Projeto de Decreto Legislativo, acompanhado de parecer contendo relatório sobre o candidato e elementos informativos necessários ao esclarecimento do Plenário, para inclusão na Ordem do Dia.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: § 4º Estando em ordem a indicação, dar-se-á prosseguimento ao processo legislativo, na forma regimental prevista.

\*§5º Havendo mais de uma indicação, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no prazo estabelecido no § 4º deste artigo, encaminhará todas à Presidência da Assembleia Legislativa, na forma de projetos de Decretos Legislativos, acompanhados de pareceres da Comissão, contendo relatório sobre o candidato correspondente e elementos informativos necessários ao esclarecimento do Plenário, para suas inclusões na mesma Ordem do Dia, sendo dispensado o projeto de Decreto Legislativo na hipótese de parecer contrário.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: § 5º Havendo mais de uma indicação, pelos senhores Deputados, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação concluirá por um nome, em forma de projeto de decreto legislativo.

\*§6º Somente as indicações que não atenderem aos requisitos constitucionais, devidamente motivados, poderão ter parecer contrários da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, cabendo recurso em 24 (vinte e quatro) horas ao Plenário.

\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*§7º O Plenário escolherá o nome do indicado em Sessão Especial e pública, por escrutínio secreto, mediante votação conjunta dos projetos de Decreto Legislativo, sendo aprovada a indicação que obtiver a maioria de votos.

\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*§ 8º Para fins deste artigo, terá maioria a indicação com maior número de votos favoráveis.

\*Acrescido pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Art. 322. As indicações do Poder Executivo serão deliberadas em sessão pública, por escrutínio secreto e por maioria simples, salvo disposição constitucional em contrário.

\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: Tanto nas indicações do Poder Executivo como nas escolhas privativas da Assembleia Legislativa, considerar-se-á aprovada, aquela que obtiver a maioria simples dos votos.

\*Redação dada pela Resolução nº 500, de 23.12.2003, D.O. de 23.12.2003.

\*Redação anterior: Art. 322. Tanto nas indicações do Poder Executivo, que depende da aprovação da Assembleia, como nas escolhas formuladas, privativamente, pelo Poder Legislativo, somente considerar-se-á aprovada, aquela que obtiver a maioria absoluta dos votos dos Deputados.

### \*§ 1º. Revogado

\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: § 1º Não obtendo a maioria simples dos votos ou rejeitado o projeto de decreto legislativo, e havendo outra indicação, a matéria voltará para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e assim sucessivamente, até serem esgotadas as indicações.

\*Redação dada pela Resolução nº 500, de 23.12.2003, D.O. de 23.12.2003.

\*Redação anterior: § 1º Não obtendo a maioria absoluta dos votos ou rejeitado o projeto de decreto legislativo, e havendo outra indicação, a matéria voltará para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e assim sucessivamente, até serem esgotadas as indicações.

### \*§ 2º. Revogado.

\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: § 2º Os nomes rejeitados somente poderão ser objeto de nova indicação, na Legislatura seguinte.

### \*§ 3º. Revogado.

\*Revogado pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.

\*Redação anterior: § 3º Enquanto a Comissão de Constituição, Justiça e Redação não se pronunciar conclusivamente, admitir-se-ão novas indicações.

## CAPÍTULO VI

### DO PROCESSO POR CRIME DE RESPONSABILIDADE

**Art. 323.** O processo de julgamento do Governador, Vice-Governador e Secretário de Estado obedecerá as disposições da legislação pertinente, sem prejuízo dos preceitos regimentais, no que couber.

**Art. 324.** O processo de julgamento, por crime de responsabilidade do Procurador Geral da Justiça, Procurador Geral do Estado e Defensor Geral da Defensoria Pública obedecerá o disposto, neste Capítulo.

**Art. 325.** É permitido a todo cidadão denunciar, perante a Assembleia Legislativa, qualquer autoridade, por crime de responsabilidade.

**§ 1º** A representação deverá vir com firma reconhecida, acompanhada dos documentos que a comprovem ou da declaração da impossibilidade de apresentá-lo, mas indicando onde possam ser encontrados, e do rol de testemunhas.

**§ 2º** Tanto a representação como os documentos deverão ser em duas vias, e a prova da cidadania deve ser feita com fotocópia autenticada do título do representante.

**§ 3º** As formalidades deste artigo são dispensadas, quando se tratar de representação oriunda de autoridade pública.

**§ 4º** Equipara-se à representação, qualquer comunicação oficial, notificando a possível existência de crime de responsabilidade.

**Art. 326.** Não será recebida a representação depois que a autoridade, por qualquer motivo, houver definitivamente deixado o cargo.

**Art. 327.** Ao receber a representação, o Presidente da Assembleia a remeterá à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para emitir parecer sobre a admissibilidade da acusação.

**§ 1º** O parecer concluirá, por projetos de resolução, admitindo ou não a acusação, que tramitará em Regime de Urgência.

**§ 2º** Se, em escrutínio secreto, e por 2/3 (dois terços) dos componentes da Assembleia, a acusação for admitida, considerar-se-á instaurado o processo por crime de responsabilidade, para todos os efeitos legais, principalmente para o disposto no art. 90, § 1º, inciso II, e § 5º, da Constituição Estadual. Caso contrário, a representação será arquivada.

**§ 3º** Admitida a acusação pelo Plenário, o processo será devolvido para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**Art. 328.** Imediatamente o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação remeterá a segunda via da representação e documentos que a instruem, à autoridade representada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, oferecer suas alegações, contados a partir do dia seguinte ao da devolução do aviso de recebimento ou da intimação pessoal.

**§ 1º** À Comissão de Constituição, Justiça e Redação incumbirá emitir parecer sobre a representação e as informações, dentro de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da defesa da autoridade representada.

**§ 2º** Dentro desse período, a Comissão poderá proceder a todas as diligências necessárias, inclusive ouvir representante, representado, autoridades em geral e quaisquer outras testemunhas, aplicando-se, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal.

**§ 3º** O prazo estabelecido no § 1º poderá ser prorrogado para 45 (quarenta e cinco) dias, se as diligências, a serem cumpridas, forem no exterior.

**Art. 329.** É permitido ao acusado, pessoalmente ou por advogado legalmente habilitado, acompanhar todos os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, assegurando-lhe a mais ampla defesa, com todos os recursos a ela inerentes.

**§ 1º** Ser-lhe-á permitido, dentro do prazo legal e regimental, propor qualquer meio de prova, podendo ser indeferido pelo Presidente da Comissão, se julgar inúteis ou meramente protelatórios.

**§ 2º** As intimações ou comunicações ao acusado serão feitas por ofício, remetido pelo Correio, registrado, para o endereço constante no processo, não sendo essencial que o aviso de recepção seja por ele assinado.

**§ 3º** As comunicações e intimações também poderão ser feitas por funcionário estável da Assembleia Legislativa, mediante simples protocolo na segunda via do ofício, firmado por quem o receber, mesmo que não seja o intimado.

**Art. 330.** Nesta segunda fase, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação concluirá por Projeto de Decreto Legislativo, acolhendo ou não a acusação.

**Art. 331.** O parecer e o Projeto de Decreto Legislativo serão distribuídos, em avulso, para os Deputados, nas 3 (três) sessões subseqüentes, e incluído, automaticamente em pauta, em Regime de Urgência, para ser discutido e votado, em turno único, em Sessão Especial.

**Parágrafo único.** Enquanto o projeto não for discutido e votado, as demais matérias em pauta ficarão sobrestadas.

**Art. 332.** Será permitida a presença do acusado ou de seu defensor, na Sessão de julgamento, vedada a interferência nos trabalhos.

**Art. 333.** A votação do projeto dar-se-á por escrutínio secreto, e a condenação somente ocorrerá pelo voto de 2/3 (dois terços) dos componentes da Assembleia Legislativa. Em caso contrário, o acusado será declarado inocente da imputação que lhe foi feita.

**§ 1º** Para o Governador e Vice-Governador, a condenação implicará na perda do cargo e na inabilitação para o exercício da função pública, por 8 (oito) anos; para as demais autoridades, apenas a perda do cargo, salvo disposição de lei em contrário.

**§ 2º** Havendo indício que justifique, o processo deverá ser remetido por cópia à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e penal dos implicados, no prazo de 10 (dez) dias, após o julgamento.

**Art. 334.** Os casos omissos serão supridos pelas disposições constitucionais e regimentais de caráter geral e pela legislação específica.

#### CAPÍTULO VII

### DA AUTORIZAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO CRIMINAL CONTRA O GOVERNADOR E O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

**Art. 335.** A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Governador e o Vice-Governador do Estado, será instruída com a cópia integral dos autos da ação penal originária.

**§ 1º** Recebida a solicitação, o Presidente da Assembleia despachará o expediente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, observadas as seguintes normas:

**I** - perante a Comissão, o acusado ou seu defensor terá o prazo de dez (10) dias, para apresentar a defesa escrita e indicar provas;

**II** - se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará Defensor Dativo para oferecê-la, no mesmo prazo;

**III** - apresentada a defesa, a Comissão procederá as diligências e à instrução probatória que entender necessária, findas as quais, proferirá parecer, no prazo de 10 (dez) dias, concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de resolução;

**IV** - o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação será lido no Expediente, distribuído em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte, a de seu recebimento pela mesa, ficando sobrestadas as demais matérias em pauta, até sua votação.

**§ 2º** Se, da aprovação do parecer por 2/3 (dois terços) dos membros da Casa, resultar admitida a acusação, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de resolução, proposto pela Comissão.

**§ 3º** A decisão será comunicada pelo Presidente ao Superior Tribunal de Justiça, dentro de duas sessões.

#### CAPÍTULO VIII

### DA CONVOCAÇÃO E DO COMPARECIMENTO DO SECRETÁRIO DE ESTADO

**Art. 336.** Os Secretários de Estado poderão ser convocados pela Assembleia, a requerimento de qualquer Deputado ou Comissão.

**§ 1º** O requerimento deverá ser escrito e indicar, com precisão, o objetivo da convocação, ficando sujeito à deliberação do Plenário.

**§ 2º** Aprovada a convocação, o 1º Secretário entender-se-á com o Secretário convocado, mediante ofício, em que indicará as informações pretendidas, para que escolha, dentro do prazo não superior a 20 (vinte) dias, o dia e a hora em que deva comparecer.

**Art. 337.** Quando um Secretário de Estado desejar comparecer à Assembleia ou a qualquer de suas Comissões para prestar, espontaneamente, esclarecimento sobre matéria legislativa em andamento, a Mesa Diretora designará, para este fim, o dia e a hora, cabendo ao 1º Secretário dar-lhe ciência da deliberação, por ofício.

**Art. 338.** Quando comparecer à Assembleia ou a qualquer de suas Comissões, o Secretário de Estado terá assento à direita do Presidente do órgão convocante.

**Art. 339.** Na sessão a que comparecer, o Secretário de Estado fará, inicialmente, exposição do objetivo de seu comparecimento, respondendo, a seguir, as interpelações de qualquer Deputado.

**§ 1º** O Secretário, durante a sua exposição ou respostas às interpretações, bem como o Deputado ao anunciar as suas perguntas, não poderá desviar-se do objetivo da convocação, nem concederá apertes.

**§ 2º** O Secretário convocado poderá falar por 1 (uma) hora, prorrogável, uma vez, por igual prazo.

**§ 3º** Encerrada a exposição do Secretário, poderão ser-lhe formuladas perguntas, pelos Deputados, não podendo cada um exceder de 10 (dez) minutos, exceto o Autor do requerimento, que terá o prazo de 20 (vinte) minutos.

**§ 4º** É lícito ao Deputado autor do requerimento de convocação ou aos Líderes de Bancada, de Bloco Parlamentar ou do Governo, após a resposta do Secretário à sua interpelação, manifestar, durante 10 (dez) minutos, seu ponto de vista sobre as respostas dadas.

**§ 5º** O Deputado que desejar formular as perguntas previstas no § 3º, deverá inscrever-se, previamente.

**§ 6º** O Secretário terá o mesmo tempo do Deputado, para o esclarecimento que lhe for solicitado.

**Art. 340.** O Secretário de Estado, os membros do Tribunal de Contas e outras autoridades convocados ou convidadas pela Assembleia, serão recebidos em Sessão Extraordinária Especial.

#### CAPÍTULO IX

### DA EMENDA CONSTITUCIONAL

**Art. 341.** A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

**I** - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

**II** - do Governador do Estado;

**III** - de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

**\*IV** - pela iniciativa popular.

**\* Acrescido pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.**

**§ 1º** A Constituição não poderá ser emendada na vigência de Intervenção Federal, Estado de Defesa ou Estado de Sítio.

**§ 2º** A proposta será discutida e votada pela Assembleia Legislativa, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, 3/5 (três quintos) dos votos dos respectivos membros.

**§ 3º** A emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia, com o respectivo número de ordem.

**§ 4º** Não será objeto de deliberação, a proposta que vise a modificar as regras atinentes à alteração constitucional nem aquela tendente a abolir:

**I** - a autonomia dos Municípios;

**II** - o voto direto, secreto, universal, igual e periódico;

**III** - a independência e a harmonia dos Poderes.

**§ 5º** A matéria constante de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta, na mesma Sessão Legislativa.

**Art. 342.** A proposta será lida no expediente, sendo, a seguir, incluída em pauta, durante 10 (dez) dias seguidos.

**§ 1º** A redação das emendas deve ser feita, de forma que permita a sua incorporação à proposta, aplicando-se-lhe a exigência do número de subscritores, estabelecidos no artigo anterior.

**§ 2º** Só se admitirão emendas na fase da pauta.

**§ 3º** Expirando o prazo da pauta, a Mesa encaminhará a proposta com as emendas, dentro de 02 (dois) dias, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que emitirá parecer, no prazo de 20 (vinte) dias.

**§ 4º** Expirando o prazo dado à Comissão, sem que esta tenha emitido parecer, o Presidente da Assembleia, de ofício, ou a requerimento de qualquer Deputado, nomeará Relator Especial, que terá o prazo de 10 (dez) dias, para opinar sobre a matéria, podendo a escolha recair em qualquer Deputado.

**Art. 343.** A proposta de reforma Constitucional constará da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária Especial, convocada, para este fim, na forma deste Regimento.

**Art. 344.** A discussão poderá ser encerrada, quando todas as Bancadas tenham tido oportunidade de usar da palavra, desde que assim decida o Plenário, a requerimento de qualquer Deputado.

**Art. 345.** Se da discussão e votação resultar em supressão do texto da proposta, esta voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para redigir o vencido.

#### TÍTULO IX

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### DA INTERPRETAÇÃO E DA OBSERVÂNCIA DO REGIMENTO

#### SEÇÃO I

#### DAS QUESTÕES DE ORDEM

**Art. 346.** Toda dúvida sobre a interpretação do Regimento Interno, na sua prática ou relacionada com a legislação hierarquicamente superior, considera-se Questão de Ordem.

**Art. 347.** As Questões de Ordem devem ser formuladas com a clareza e com a indicação precisa das disposições que se pretenda elucidar.

§ 1º Se o Deputado não indicar, inicialmente, as disposições regimentais, legais ou constitucionais em que assenta a Questão de Ordem, o Presidente não permitirá o questionamento e determinará a exclusão da Ata das palavras por ele pronunciadas.

§ 2º Não se pode interromper orador na Tribuna para levantar Questão de Ordem, salvo por concessão expressa deste.

§ 3º Durante a Ordem do Dia, só poderão ser levantadas Questões de Ordem pertinentes à matéria que esteja sendo submetida à discussão ou votação.

§ 4º Suscitada a Questão de ordem, sobre ela só poderá falar um Deputado para contrariar as razões invocadas pelo Autor.

§ 5º Não será permitida, em nenhuma hipótese, se levantar Questão de Ordem, quando já ultrapassado seu objeto.

**Art. 348.** Caberá ao Presidente resolver soberanamente as Questões de ordem, podendo delegá-las ao Plenário, sendo lícito a qualquer Deputado apresentar recurso verbal contra decisão do Presidente, na sessão em que for adotada, podendo apresentar, se o desejar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, as razões fundamentadas do recurso, por escrito.

§ 1º Esgotado ou não utilizado o prazo, de que trata este artigo, o Presidente submeterá o recurso à deliberação do Plenário, na sessão seguinte.

§ 2º A matéria objeto do recurso terá sua tramitação suspensa, até que o Plenário decida a respeito.

**Art. 349.** O prazo para formular uma ou mais Questões de Ordem, simultaneamente, em qualquer fase da Sessão ou contradita-las, não poderá exceder a 03 (três) minutos.

**Art. 350.** As decisões do Presidente sobre Questões de Ordem serão, juntamente com estas, registradas em livro ou fichário especial, precedida de índice remissivo.

#### SEÇÃO II

#### DA REFORMA DO REGIMENTO

**Art. 351.** O projeto de resolução destinado a alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno, sofrerá 02 (duas) discussões, obedecendo ao rito a que estão sujeitos os projetos de lei, em regime de tramitação ordinária, competindo à Mesa Diretora, preliminarmente, dar parecer em todos os seus aspectos.

**Art. 352.** Qualquer alteração do Regimento, somente vigorará a partir da Sessão Legislativa seguinte, salvo se aprovado por maioria absoluta da totalidade dos Deputados, o que se consignará na redação final.

**Art. 353.** A Mesa Diretora fará, ao final de cada Sessão Legislativa, a consolidação de todas as alterações introduzidas no Regimento Interno, que neste caso, terá nova edição no interregno parlamentar.

#### TÍTULO X

#### DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

**Art. 354.** A Assembleia Legislativa reunir-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

\*I) pelo Presidente em caso de intervenção em Município e para compromisso e posse do Governador e Vice-Governador do Estado;

\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: a) pelo Presidente, em caso de intervenção em Municípios;

\*II) pelo Governador, pelo seu Presidente, ou a requerimento da maioria dos seus membros, em caso de urgência ou de interesse público relevante e urgente, em todas as hipóteses deste inciso com aprovação da maioria absoluta da Assembleia.

\*Redação dada pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: b) pelo Governador do Estado, quando houver matéria de interesse público relevante e urgente;

\*c) Revogado

\*Revogado pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: c) por 2/3 dos membros da Assembleia Legislativa.

**Parágrafo único.** O objetivo da convocação extraordinária e o período de seu funcionamento constarão, obrigatoriamente, da mensagem governamental que a convocar, a qual será publicada, na sua íntegra, no Diário Oficial do Estado e em outro órgão de grande circulação da imprensa estadual.

**Art. 355.** Nas convocações extraordinárias, somente verificadas nos períodos de recesso parlamentar, as sessões da Assembleia Legislativa terão a mesma duração das Sessões Ordinárias e a mesma ordem dos trabalhos.

§ 1º A Mesa Diretora e as Comissões permanentes serão as mesmas da última Sessão Legislativa.

\*§ 2º Revogado

\*Revogado pela Resolução nº 614, de 15.12.2010, D.O. de 21.12.2010.

\*Redação anterior: § 2º Somente farão jus à segunda parcela da ajuda de custo, os Deputados que comparecerem a 2/3 (dois terços) das Sessões Ordinárias, da Sessão Legislativa Extraordinária.

#### TÍTULO XI

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

#### CAPÍTULO I

#### DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

**Art. 356.** A administração contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial e o sistema de controle interno, serão coordenados e executados por órgãos próprios, integrantes da estrutura dos serviços administrativos da Casa.

§ 1º As despesas da Assembleia, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias, consignadas no orçamento analítico, devidamente aprovado pela Mesa, serão ordenadas pelo Presidente.

§ 2º A movimentação financeira dos recursos orçamentários da Assembleia será efetuada, junto ao Banco do Estado do Ceará S.A.

§ 3º Serão encaminhados, mensalmente, à Mesa, para apreciação, os balancetes analíticos de demonstrativos complementares da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 4º Até trinta de junho de cada ano, o Presidente da Assembleia encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas relativa ao exercício anterior.

§ 5º A gestão patrimonial e orçamentária obedecerá às normas gerais de Direito Financeiro, e sobre licitações e contratos administrativos, em vigor para os três Poderes, e à legislação interna aplicável.

**Art. 357.** O patrimônio da Assembleia é constituído de bens móveis e imóveis do Estado, que adquirir ou forem colocados à sua disposição.

#### CAPÍTULO II

#### DA SECRETARIA

**Art. 358.** Os serviços administrativos da Assembleia far-se-ão através de sua Secretaria e reger-se-ão pelo respectivo Regulamento.

**Art. 359.** Qualquer interpelação por parte dos Deputados, relativa aos serviços da Secretaria ou à situação do respectivo pessoal, deverá ser dirigida e encaminhada, diretamente, à Mesa Diretora, através de seu Presidente.

§ 1º A Mesa Diretora, em reunião, tomará conhecimento dos termos do pedido de informação e deliberará a respeito, dando ciência, por escrito, de sua decisão, diretamente ao interessado.

§ 2º O pedido de informação, a que se refere o parágrafo anterior, será protocolizado como um processo interno.

15 Vide Decreto Federal nº 3.286, de 14.12.99.

### CAPÍTULO III DA POLÍCIA INTERNA

**Art. 360.** O policiamento do Edifício do Poder Legislativo e suas dependências externas será feito, ordinariamente, pela Corregedoria, e, se necessário, por elementos de corporações civis ou militares, postos à disposição da Mesa Diretora e chefiados por pessoa de sua designação.

**Art. 361.** Será permitida a qualquer pessoa, decentemente vestida, assistir às sessões da galeria.

**Art. 362.** Haverá tribunas reservadas para convidados especiais, autoridades e representantes do Corpo Consular, bem como para os representantes de veículos de comunicação social, credenciados pela Mesa Diretora para o exercício de sua profissão, junto à Assembleia.

**Art. 363.** No recinto do Plenário e em outras dependências da Assembleia, reservadas a critério da Mesa Diretora, só serão admitidos Deputados e funcionários da Secretaria, estes quando em serviço, além de assessores parlamentares e profissionais de comunicação, devidamente cadastrados.

**Parágrafo único.** Haverá dentro do Plenário espaço reservado para que ex-Deputados assistam às Sessões, vedada a manifestação.

**Art. 364.** Os espectadores deverão guardar silêncio, não lhes sendo lícito aplaudir ou reprovar o que se passar no Plenário.

**§ 1º** Pela infração ao disposto neste artigo, poderá o Presidente fazer evacuar a galeria ou retirar determinada pessoa do Edifício da Assembleia, inclusive, empregando a força, se necessário.

**§ 2º** Não sendo suficientes as medidas previstas no parágrafo anterior, poderá o Presidente suspender ou encerrar a Sessão.

**Art. 365.** Se qualquer Deputado cometer, dentro do Edifício da Assembleia, excesso que deva ser reprimido, a Mesa Diretora conhecerá do fato, e, em Sessão Secreta, especialmente convocada, o relatará à Assembleia, que deliberará a respeito.

**\*Art. 366.** Excetuando-se os responsáveis pela segurança, é proibida a entrada ou permanência em quaisquer das dependências internas e externas da Assembleia Legislativa de pessoas armadas, constituindo infração disciplinar o cometimento da conduta vedada por Deputado ou servidor do Poder.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Art. 366. Excetuando aos da segurança, é proibido o porte de arma de qualquer espécie no Edifício da Assembleia e suas áreas adjacentes, constituindo infração disciplinar, além de contravenção, o desrespeitar esta proibição.

**\*Parágrafo único.** Incumbe à Mesa Diretora supervisionar o cumprimento da vedação prevista neste artigo, com poderes para mandar revistar e desarmar, inclusive Deputado.

**\*Redação dada pela Resolução nº 545, de 20.12.2006. D.O. de 27.12.2006.**

**\*Redação anterior:** Parágrafo único - Incumbe à Mesa supervisionar a proibição do porte de arma, com poderes para mandar revistar e desarmar, inclusive a Deputado.

**Art. 367.** Quando no Edifício da Assembleia for cometido algum delito, instaurar-se-á inquérito a ser presidido pelo Diretor de Serviços de Segurança ou, se o indiciado ou o preso for membro da Assembleia, por Deputado designado pelo Presidente da Assembleia.

**§ 1º** Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais, no que lhe forem aplicáveis.

**§ 2º** A Assembleia poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros, para auxiliar na realização do inquérito.

**§ 3º** Servirá de escrivão funcionário estável da Assembleia, designado pela autoridade que presidir o inquérito.

**§ 4º** O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade judiciária competente.

**§ 5º** Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente da infração, que será entregue, com o auto respectivo, à autoridade judicial competente, ou, no caso parlamentar, ao Presidente da Assembleia, atendendo-se, nesta hipótese, ao prescrito no art. 149 e seguintes deste Regimento.

**Art. 368.** É proibido o exercício de comércio nas dependências da Assembleia, salvo em caso de expressa autorização do Primeiro Secretário.

### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 369.** A Assembleia Legislativa, como membro da União Parlamentar Interestadual (UPI), far-se-á representar em seus Congressos por uma delegação constituída, tanto quanto possível, de modo proporcional, por Deputados representantes das diversas Bancadas Partidárias.

**Parágrafo único.** A Assembleia terá representante junto ao Conselho Interparlamentar da UPI, escolhido na forma do Estatuto daquele órgão, o qual será membro nato da delegação referida neste artigo.

**Art. 370.** Os prazos estabelecidos neste Regimento, somente serão contados durante o funcionamento da Assembleia, computando-se, para tal fim apenas os dias destinados às Sessões Ordinárias.

**Parágrafo único.** Exclui-se do Cômputo o dia ou Sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

**Art. 371.** Os atos ou providências, cujos prazos se encham em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente normal da Assembleia ou das suas Sessões Ordinárias, conforme o caso.

**Art. 372.** É proibido dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembleia Legislativa, ressalvadas as atuais denominações.

**Art. 373.** É proibido a qualquer pessoa fumar nas dependências do Plenário e nas Salas das Comissões.

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Art. 374.** O Código de Ética e Decoro Parlamentar, que tem por objetivo o controle e fiscalização da atividade parlamentar, no que se refere ao exercício ético da atividade política, zelando pela observância dos preceitos constitucionais, legais e regimentais, e atuando no sentido da preservação da dignidade da função parlamentar, será editado, pela Assembleia Legislativa, mediante Resolução, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação deste Regimento.

**Art. 375.** As Comissões Permanentes da Assembleia terão suas atividades reguladas pelas normas deste Regimento e de seus Regulamentos próprios, que serão elaborados, por cada Comissão, e submetidos ao Plenário, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta Resolução.

**Art. 376.** A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução nº 227, de 30 de março de 1990 e as demais disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVADO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 11 de dezembro de 1996.

**Cid Gomes - Presidente**  
**Moésio Loiola - Vice-Presidente**  
**Domingos Filho - 1º Vice-Presidente**  
**Manoel Veras - 1º Secretário**  
**Idemar Citó - 2º Secretário**  
**Cirilo Pimenta - 3º Secretário**  
**Ted Pontes 4º Secretário**

## 4 – CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

### CONSELHO DE ÉTICA PARLAMENTAR EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Em 11 de maio de 2004



Como é de sabença no seio do Parlamento estadual e alhures, as dificuldades afloradas em um primeiro momento da utilização da atual norma adjetiva, fez-se imperativo ao Conselho de Ética Parlamentar trilhar, até mesmo com certa turbulência, caminhos para a fiel condução do processo disciplinar, aplicando-se-lhe interpretações de inúmeros dispositivos do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

De par com a necessidade de coordenação sistemática das regras procedimentais num Diploma único, o então Excelentíssimo Presidente do Conselho de Ética Parlamentar, Deputado Fernando Hugo, lançou o desafio, assentido incontinenti por Vossa Excelência, da realização de um Fórum de Debates, com o fim específico de subtrair, nessa reunião de discussões, feita em 10 de novembro de 2003, no Plenário da Casa do Povo, elementos para incentivar a junção de ideias visando à elaboração de uma proposta renovadora do Código de Ética Parlamentar, onde as lacunas supostamente existentes fossem preenchidas com normas claras e outras carreadas e incorporadas.

Com esse espírito construtor, o Presidente do Colegiado recomenda ao Advogado Cícero Elionaldo Filgueiras Cruz, Assessor Jurídico do Conselho de Ética Parlamentar, a elaboração de uma “Minuta de Anteprojeto de Resolução”, que já na ocasião do Simpósio, ainda de forma vestibular, mas externando grandes aspectos inovadores, foi apresentada, contribuiu para o foco dos debates, recebeu elogios do Senador da República, pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Ramez Tebet e do Deputado Federal, pelo Estado de São Paulo, Orlando Fantazzini e serviu de estrutura para os trabalhos de edificação do atual texto.

À parte as inovações necessárias à aplicação do novo Código de Ética e Decoro Parlamentar, é de bom alvitre salientar que a “proposta” não altera o direito atual, senão para corrigir imperfeições apontadas pela experiência; adquiridas pelos participantes da instalação e funcionamento do Conselho de Ética Parlamentar, dirimir incertezas da jurisprudência ou evitar ensejo à versatilidade dos exegetas; em muito se respingou em vários dos códigos estaduais, e teve-se também em conta o diploma da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Relativamente às inovações introduzidas e à fidelidade a uma maior transparência e decoro nas relações políticas, é feita, a seguir, breve explanação sobre o conteúdo do código.

# SUMÁRIO

CONSELHO DE ÉTICA PARLAMENTAR EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS .....	189
I – QUANTO A PARTE DA NORMA SUBSTANTIVA.....	191
II – QUANTO A PARTE DA NORMA ADJETIVA.....	191
TÍTULO I DO CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR .....	192
CAPÍTULO I DAS OBSERVAÇÕES À INVESTIDURA DO MANDATO.....	192
CAPÍTULO II DAS REGRAS FUNDAMENTAIS .....	192
TÍTULO II DO PROCESSO DISCIPLINAR E DO SEU PROCEDIMENTO .....	192
CAPÍTULO I DO CONSELHO DE ÉTICA PARLAMENTAR.....	192
SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PERTINENTES .....	192
SEÇÃO II DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ÉTICA PARLAMENTAR.....	193
CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS.....	193
SEÇÃO I NAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES.....	193
SEÇÃO II NOS CASOS CONSTITUCIONAIS, DE COMPETÊNCIA DA MESA.....	194
SEÇÃO III NOS CASOS CONSTITUCIONAIS, DE COMPETÊNCIA DO PLENÁRIO .....	194
CAPÍTULO III DOS RECURSOS.....	196
CAPÍTULO IV DOS PRAZOS.....	196
TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS .....	196
CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	196
CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS .....	196



## I – QUANTO A PARTE DA NORMA SUBSTANTIVA:

01. Primeiramente, o Código de Ética Parlamentar, passou a ser denominado de Código de Ética e Decoro Parlamentar, sendo o seu Texto dividido em três Títulos, oito Capítulos e cinco Seções, contendo cinquenta artigos, visando uma maior compactação e distribuição de cada assunto tratado;
02. disciplina regramentos para a posse de Deputados, bem como para a de suplentes de Deputado (incisos I a V do art. 1º e art. 2º com o seu § único);
03. externa normas fundamentais para o exercício do mandato, isto é, exige explicitamente condutas compatíveis com os preceitos da Constituição, Leis e Regulamentos (arts. 3º a 5º e § único);
04. trata indicativamente das disposições pertinentes ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (arts. 6º a 8º), incluindo-se aí os passos para a composição e substituição permanente e eventual de membros do Órgão Colegiado;
05. institui a figura do Vice-Presidente do Conselho de Ética, troca o termo suplente por substituto e cria a figura dos 1º e 2º vogais para a subcomissão, que passou a ser denominada de Sub-Conselho;
06. indica, ainda, as competências do Conselho (arts. 9º a 12), sendo novidade a que trata de oferecimento de Parecer pelo Órgão Colegiado, de toda matéria que lhe diz respeito;
07. insere dispositivo regulamentando a existência de sala própria para funcionamento do Conselho (art. 8º) e do corpo de servidores (art. 43) para o exercício de serviços funcionais, instituindo, ainda, a obrigatoriedade da confecção de um Regulamento Interno (art. 48), a ser aprovado pela Assembleia Legislativa.

## II – QUANTO A PARTE DA NORMA ADJETIVA:

01. explicita as formas de reuniões e votações no seio do Conselho de Ética (§ 2º do art. 14, § 2º do art. 20 e art. 28), sendo matéria importante, pois foi motivo de questionamento;
02. cria a tripartição processual (Seção I, II e III, do Capítulo II, do Título II), isto é, cada ato de desrespeito perpetrado por parlamentar ao comportamento ético; o Código de Ética e Decoro Parlamentar trata, logo de início, de qual tipo de procedimento a ser adotado e da pena a ser cominada, diferentemente do atual Código, que somente no curso do processo disciplinar é que externa o tipo de procedimento a ser seguido (parágrafo único do art. 19);
03. imprime ao parlamentar, que detiver contra sua pessoa acúmulo de penas de censura, seja verbal ou escrita, ou da suspensão temporária do mandato parlamentar (art. 16 e art. 17), a possibilidade de instauração de processo para a cominação de penas imediatamente mais graves.
04. preocupa-se com dados não disciplinados e não tratados diretamente na norma atual, tais como: as reuniões, com suas Atas para o Conselho e as audiências com os seus Termos e Assentadas para o Sub-Conselho (§ 3º do art. 13), bem como do local de funcionamento das audiências e das reuniões (§ 3º do art. 25 e § 2º do art. 26) e o regramento para a participação dos seus membros e outros Deputados;
05. incorpora ao texto do Código, visando a viabilizar toda parte processual, pois, a interposição de Recursos (Capítulo III do Título II), assim como todos os prazos processuais (Capítulo IV do Título II);
06. externa que o novo código não poderá ser empregado já em processos em andamento (art.48);
07. renova no atual Código a possibilidade de qualquer membro titular assumir os trabalhos no decorrer das reuniões, pois, o novo Código disciplina essa matéria ao dizer (§ 4º do art. 7º) que o membro substituto não poderá ceder lugar ao membro titular, no decorrer dos trabalhos da reunião.

Assim, é de se dizer que o trabalho inicial da reforma do Código de Ética Parlamentar foi extremamente salutar e é justo que, ao finalizar esta Exposição de Motivos, deixe aqui consignada a minha homenagem aos autores do Anteprojeto de Resolução, Deputados Antônio Granja (Ouvidor), Artur Bruno, Carlomano Marques, Francisco Caminha, Moésio Loiola, Osmar Baquit, Ronaldo Martins e Tânia Gurgel; todos membros Titulares do Conselho de Ética Parlamentar e bem assim, aos Deputados José Sarto, Luizianne Lins, Pedro Uchoa, Leda Moreira, Anapaula Cruz, Adahil Barreto, Meire Costalima, Lucílvio Girão e Pedro Timbó, todos membros substitutos desse mesmo Colegiado, não esquecendo de quantos contribuíram para a consecução desse trabalho, que terá continuidade com a provocação de discussões, apresentação de sugestões, votação e promulgação da matéria pela Augusta Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Deputado Marcos Tavares

Presidente

# RESOLUÇÃO NO 546, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006

## Modifica o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 19, inciso I, da Resolução n.º 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno) promulga a seguinte Resolução:

### TÍTULO I DO CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### CAPÍTULO I DAS OBSERVAÇÕES À INVESTIDURA DO MANDATO

**Art. 1º** O Deputado Estadual eleito e o suplente de Deputado, depois de diplomados, devem observar as exigências da Constituição Federal, da Constituição Estadual, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e, no que couber, atender às regras deste Código de Ética e Decoro Parlamentar e as seguintes normas para a investidura no mandato:

**I** — participar, quando oficialmente convidado, de cursos ou seminários promovidos pela Assembleia Legislativa, referente ao desempenho do mandato parlamentar;

**II** — fornecer ao Departamento Legislativo, sob protocolo, cópia atualizada da declaração de bens e rendimentos, para ser arquivada, sob sigilo, na Assembleia Legislativa, bem como do Diploma Eleitoral.

**III** — fazer-se presente, devidamente trajado, na sessão preparatória para a investidura do mandato eletivo e prestar, com respeito, o juramento, nos moldes estabelecidos no Regimento Interno da Assembleia Legislativa;

**IV** — fornecer dados pessoais atualizados ao Cerimonial do Poder Legislativo.

**Art. 2º** A Assembleia Legislativa fará publicar, no Diário Oficial e/ou em jornal de grande circulação no Estado do Ceará, Portaria com o nome de cada Deputado diplomado, nominando em ordem alfabética, um a um, e destacando o seu nome parlamentar.

**Parágrafo único.** Mesma providência será tomada quando da posse de Deputado, efetivada fora do dia aprazado, ou de qualquer suplente de Deputado.

#### CAPÍTULO II DAS REGRAS FUNDAMENTAIS

**Art. 3º** O exercício do mandato parlamentar exige conduta compatível com os preceitos da Constituição Federal, Constituição Estadual, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, deste Código e demais princípios dos agentes políticos e da moral individual e social.

**Art. 4º** O Deputado Estadual, indispensável ao Poder Legislativo, é defensor do estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública e da paz social, subordinando a atividade parlamentar à elevada função que exerce.

**Art. 5º** São deveres do Deputado, além dos previstos em normas específicas:

**I** — comparecer às Sessões da Assembleia Legislativa e as reuniões das Comissões a que pertença, bem como às reuniões da Mesa Diretora, do Conselho de Ética Parlamentar e às Audiências Públicas, que haja requerido;

**II** — zelar pelo prestígio do Poder Legislativo e do regime democrático de direito;

**III** — promover os interesses das populações, notadamente das que representa;

**IV** — empenhar-se pelo aprimoramento da ordem constitucional, das instituições, assim como pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

**V** — exercer o mandato parlamentar com dignidade e respeito à coisa pública;

**VI** — preservar em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade do cargo, zelando pelo respeito ao seu caráter nas relações com as pessoas;

**VII** — manter, sob qualquer circunstância, o decoro parlamentar e preservar a imagem do Parlamento;

**VIII** — respeitar a propriedade intelectual das proposições;

**IX** — atuar com destemor, independência, honestidade, veracidade, lealdade, dignidade e agir de boa-fé;

**X** — não fraudar as votações em Plenário;

**XI** — abster-se de:

**a)** receber vantagens descabidas em razão do mandato e utilizar influência indevida em seu benefício ou de terceiros;

**b)** vincular o seu nome a empreendimento de cunho manifestamente duvidoso;

**c)** emprestar concurso aos que atentem contra a ética, a moral, a honestidade e a dignidade da pessoa humana;

**XII** — defender com destemor os direitos, reputação e prerrogativas dos Deputados;

**XIII** — recusar o patrocínio de proposição ou pleito que considere imoral ou ilícito;

**XIV** — não portar armas no recinto da Assembleia Legislativa;

**XV** — denunciar o comportamento de Deputado, considerado incompatível com o exercício do mandato e com as regras deste Código de Ética Parlamentar;

**XVI** — zelar pela celeridade de tramitação das proposições;

**XVII** — representar ao Poder competente contra autoridades e funcionários por falta de exatidão no cumprimento do dever;

**XVIII** — contribuir para a ordem das Sessões Plenárias, das Comissões, do Conselho de Ética Parlamentar e das Audiências Públicas;

**XIX** — manter discrição e sigilo, em razão de funções que ocupe, sobre as matérias que requeiram caráter reservado;

**XX** — não abusar das prerrogativas asseguradas ao parlamentar, fora ou nas dependências da Assembleia Legislativa;

**XXI** — trajar vestimenta de acordo com os padrões exigidos do cargo que ocupa e usar corretamente passeio completo nas Sessões da Assembleia Legislativa;

**XXII** — tratar o público, os colegas, as autoridades e os funcionários públicos com respeito, discrição e independência, exigindo igual tratamento;

**XXIII** — evitar a utilização de recursos e pessoal de qualquer repartição pública, em atividades não relacionadas com o exercício parlamentar;

**XXIV** — prestar, ao final de cada período legislativo, contas do mandato eletivo.

**Parágrafo único.** Ao início de apreciação de matéria que envolva, direta ou indiretamente, interesses patrimoniais ou morais do Deputado, haverá por bem esclarecer esses interesses e declinar da discussão e votação ou explicar as razões pelas quais entenda legítima sua participação no processo.

### TÍTULO II DO PROCESSO DISCIPLINAR E DO SEU PROCEDIMENTO

#### CAPÍTULO I DO CONSELHO DE ÉTICA PARLAMENTAR

##### Seção I Das Disposições Pertinentes

**Art. 6º** A falta ou inexistência, neste Código de Ética e Decoro Parlamentar, de definição ou orientação sobre questão de ética, que seja relevante para o exercício do mandato parlamentar ou dele advenha, enseja consulta de Deputados e manifestação do Conselho de Ética Parlamentar.

**Art. 7º** O Conselho de Ética Parlamentar, a que alude o artigo anterior, é constituído por Deputados efetivos, e composto de 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros substitutos, com mandato de 2 (dois) anos, eleitos no início da primeira e terceira Sessões Legislativas.

**§ 1º** A composição do Conselho de Ética Parlamentar dar-se-á por eleição secreta dos Deputados, em chapa indivisível e formada, proporcionalmente na forma do art. 39 da Resolução n.º 389, de 11 de dezembro de 1996, por representantes dos partidos políticos existentes na Assembleia Legislativa.

**§ 2º** Indicado para compor o Conselho de Ética Parlamentar, o Deputado reeleito apresentará declaração emitida pela 1.ª Secretaria da Assembleia Legislativa, certificando a inexistência de quaisquer registros de sanções disciplinares contra sua pessoa, aplicadas nas últimas 2 (duas) Legislaturas.

**§ 3º** Eleitos em Sessão Extraordinária e imediatamente empossados pela Presidência da Assembleia Legislativa, os membros do Conselho de Ética Parlamentar reunir-se-ão, em ato contínuo, na sala das Comissões Técnicas e procederão, por meio de votação secreta, as escolhas do Presidente, Vice-Presidente e do Ouvidor, lavrando-se Ata, que será lida e aprovada no final da reunião.

**§ 4º** Os membros substitutos do Conselho de Ética Parlamentar substituirão respectivamente os membros titulares, no início das reuniões, não podendo ceder lugar, sob qualquer hipótese, no decorrer dos trabalhos da mesma, desde que comunicado formalmente sua ausência ao Presidente do Conselho.

**§ 5º** Havendo vacância de cargos no Conselho de Ética Parlamentar, a Mesa Diretora da Assembleia providenciará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a eleição do novo componente, assegurando, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

**Art. 8º** O Conselho de Ética Parlamentar é dotado de sala própria nas dependências da Assembleia Legislativa, com instalações suficientes e adequadas ao seu funcionamento, possuindo, sempre que houver processo disciplinar em curso, os meios adequados para seu funcionamento.

## **Seção II** **Das Competências do Conselho de Ética Parlamentar**

**Art. 9º** O Conselho de Ética Parlamentar é o detentor do procedimento do processo administrativo disciplinar contra Deputado Estadual, competindo-lhe, dentre outras incumbências, explícitas ou implícitas neste Código de Ética e Decoro Parlamentar e/ou no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, as seguintes:

**I** — zelar pelo funcionamento harmônico e pela imagem do Poder Legislativo, na forma deste Código e da legislação pertinente;

**II** — apresentar proposições relacionadas com a matéria de sua competência, visando manter a consolidação e modernização do presente Código;

**III** — autuar e instruir processo disciplinar contra Deputado, tipificar a infração cometida, que importe em sanções que devam ser submetidas a julgamento;

**IV** — opinar sobre o cabimento das sanções que devem ser impostas, de ofício, pela Mesa Diretora;

**V** — manter a guarda dos documentos ofertados pelos Deputados, tais como a declaração de bens e rendimentos, do Diploma Eleitoral e dos processos em andamento, assim como a ficha disciplinar de cada parlamentar, a serem solicitados à 1ª Secretária;

**VI** — promover cursos preparatórios sobre ética e à atividade parlamentar, os quais serão obrigatórios para os Deputados, quando do exercício do primeiro mandato;

**VII** — dar parecer sobre a adequação das proposições que tenham por objeto alterar o Código de Ética e Decoro Parlamentar, sem prejuízo da audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

**VIII** — responder às consultas da Mesa Diretora, Comissões e Deputados sobre matéria de sua competência;

**IX** — manter contato com órgãos legislativos estaduais e federais, visando trocar experiências sobre ética parlamentar;

**X** — assessorar as Câmaras de Vereadores, através de cursos, no estímulo à implantação e prática dos preceitos de ética parlamentar;

**XI** — promover cursos, palestras e seminários, visando ao aperfeiçoamento dos procedimentos processuais.

**Art. 10.** Ao Ouvidor do Conselho de Ética Parlamentar cabe apreciar as representações e denúncias que lhes forem encaminhadas na forma deste Código e, ouvido o Deputado envolvido, oferecer parecer, por escrito, ao Conselho de Ética Parlamentar, quanto ao prosseguimento ou arquivamento da matéria, cabendo-lhe, ainda:

**I** — receber representações e denúncias contra Deputados;

**II** — processar as representações e denúncias formalmente recebidas, expedir notificações, ofícios, requerimentos e proceder a instrução para a possível formalização de processos disciplinares;

**III** — dar pareceres sobre questões éticas no âmbito das suas competências;

**IV** — encaminhar à Mesa Diretora denúncias e receber a representação;

**V** — coordenar os cursos preparatórios da atividade parlamentar;

**VI** — desempenhar as demais atividades técnicas atinentes ao objeto do Conselho de Ética Parlamentar;

**VII** — fornecer as informações que lhes forem requeridas, especialmente, quanto aos processos disciplinares instaurados, pelo Conselho de Ética Parlamentar e fazer perguntas ao Deputado acusado e testemunhas durante as audiências de instrução.

**Parágrafo único.** O Ouvidor do Conselho de Ética Parlamentar, quando impossibilitado de comparecer à reunião já designada e tenha assunto para apresentar em Mesa, comunicará ao Presidente do Conselho, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias de antecedência, e encaminhará, sob protocolo, a matéria que deva ser apreciada, a qual será distribuída a um outro membro do Colegiado.

**Art. 11.** Recebida, em reunião formal, pelo Conselho de Ética Parlamentar, representação tida como procedente contra Deputado ou suplente de Deputado, será, sem prejuízo da lavratura da Ata, confeccionada Certidão de julgamento de admissibilidade, subscrita pelos membros, para integrar os autos do processo ad-

ministrativo disciplinar, criada uma comissão de 3 (três) membros e 2 (dois) vogais, denominada de Sub-Conselho, que terá a incumbência de instruir, nos casos previstos, o processo, tipificar a infração cometida, opinar pela cominação de pena a ser aplicada ao acusado e submeter suas conclusões, em forma de parecer final, ao Conselho de Ética Parlamentar.

**Art. 12.** O Sub-Conselho a que se refere o artigo anterior será escolhido em mesma ocasião do julgamento da admissibilidade da representação, em reunião formal e votação secreta do Conselho de Ética Parlamentar e conterá um Presidente, um Relator, um Revisor e primeiro e segundo vogais, escolhidos, exceto o Presidente, e o Ouvidor, dentre os seus membros, em ato contínuo à eleição, constando tudo na Ata da reunião do Órgão Colegiado.

## **CAPÍTULO II** **DOS PROCEDIMENTOS**

### **Seção I** **Nas Infrações Disciplinares**

**Art. 13.** O processo administrativo disciplinar contra Deputado, que importe na quebra de deveres impostos pelos incisos II, IV, VI, VIII, IX, X, XII, XIII, XIV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII e XXIV, do art. 5.º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, bem como nas penas de censura verbal ou por escrito, poderá ter iniciativa mediante provocação da Mesa Diretora, de Partido Político com Representação na Assembleia ou por 1/10 (um décimo) dos membros do Poder Legislativo do Estado do Ceará ao Ouvidor do Conselho de Ética.

**§ 1º** A representação encaminhada ao Ouvidor indicará o nome completo do Deputado, os fatos com a possível data do ocorrido, os fundamentos da denúncia, as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade e o pedido para notificação e condenação, além da data e assinatura legível do proponente.

**§ 2º** Recebida a representação, o Ouvidor analisará a denúncia e documentos, se passível da aplicação de censura verbal ou escrita, instruirá o processo, notificará, por funcionário designado ou por ofício encaminhado pelo Correio, com aviso de recebimento (AR), em 5 (cinco) dias corridos, o acusado para apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) Sessões da Assembleia Legislativa, manifestação de defesa, convocará testemunhas ofertadas ou ao seu juízo, em número não excedente a 4 (quatro) e procederá as diligências que imputar necessárias.

**§ 3º** A oitiva de testemunhas, a que se refere o parágrafo anterior, será efetivada na sala do Conselho de Ética Parlamentar, preferencialmente em um só dia, emposs o vencimento do prazo para a apresentação de manifestação de defesa, ocorrendo depois das devidas intimações e da notificação do Deputado acusado, e terá Termo de Assentada e Termo de Audiência, que serão subscritos, após a leitura de cada peça, e adunados aos autos.

**§ 4º** No dia e hora designados, se não comparecerem as testemunhas e/ou o acusado ou o seu representante legal, por infundado motivo, embora cientificados, o Ouvidor abrirá a audiência, determinando a confecção do competente Termo e emitirá, em 5 (cinco) dias úteis, Parecer Prévio, por escrito, pela procedência ou não da acusação, dizendo da pena a ser aplicada ou opinando pelo arquivamento do processo, e solicitará formalmente audiência do Conselho de Ética Parlamentar para apreciar, discutir e deliberar acerca da matéria.

**§ 5º** Encaminhado oficialmente, com antecedência, comunicado ao Ouvidor do Conselho de Ética Parlamentar, pelo Deputado acusado ou por uma de suas testemunhas, justificando a ausência à audiência, o Ouvidor mandará constar, no dia e hora aprazados, no Termo respectivo, os motivos alegados e aceitos e designará, sendo possível, o segundo dia útil subsequente para a realização de uma nova audiência, procedendo consoante as normas estabelecidas.

**Art. 14.** O Presidente do Conselho de Ética Parlamentar, de posse da solicitação do Ouvidor e do processo, proferirá despacho de admissibilidade, determinando o arquivamento dos autos ou o encaminhamento imediato de mandado de notificação, adunado com cópia do parecer prévio, ao Deputado acusado, por funcionário designado ou por ofício expedido pelo Correio, com aviso de recebimento (AR), para, se quiser, apresentar razões de defesa, em prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa, intimando-o, ainda, da convocação do Conselho de Ética Parlamentar para, transcorrido o citado prazo, com ou sem as razões de defesa, à realização de reunião do Órgão Colegiado a fim de proceder a julgamento de mérito, a ocorrer em no máximo 6 (seis) Sessões Ordinárias do Poder Legislativo.

**§ 1º** De posse ou não das Razões de Defesa, a Presidência mandará de pronto o processo, sob protocolo, ao Ouvidor a fim de aditar o seu parecer e, modificando ou mantendo o seu ponto de vista, devolver os autos, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas da reunião de julgamento, ao Presidente do Órgão Colegiado.

**§ 2º** Convocados pela Presidência os membros titulares e os membros substitutos, por ofício, contendo dia e hora e pauta do Conselho de Ética Parlamentar, através de

funcionário designado, a reunião secreta será aberta pelo Presidente ou pelo seu Vice-Presidente, e os trabalhos terão início com a leitura da Ata da reunião anterior, se houver, pelo Secretário designado, seguirá com a concessão da palavra ao Ouvidor para ler o relatório constante do seu Parecer Final, prosseguirá com a palavra do Deputado acusado ou do seu Advogado, por 30 (trinta) minutos, e com a justificação facultativa dos votos dos demais componentes da reunião, os quais são chamados em ordem alfabética dos seus nomes parlamentares, após o voto do Ouvidor.

**§ 3º** Aprovado o parecer final do Ouvidor, em reunião secreta e voto aberto, por maioria, este elaborará Certidão de Julgamento, que deve ser assinada pelos presentes, em que conste o nome dos Deputados votantes, votos a favor, votos contra, e abstenções, a proclamação dos resultados, bem como a imputação da pena a ser cominada ao Deputado acusado ou a sua absolvição, instruirá o processo e passará às mãos do Presidente para remessa, dentro de 2 (dois) dias à autoridade competente, ou arquivamento.

**§ 4º** Em caso de rejeição do parecer final da Ouvidoria, por maioria, o Deputado que proferir o primeiro voto divergente, incontinenti lavrará a Certidão de Julgamento e entregará à Presidência dos trabalhos da reunião do Conselho de Ética Parlamentar, para juntada aos autos e faça, sob protocolo, o envio do mesmo ao Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para a aplicação da pena imposta ou determinar o arquivamento do processo, no caso de absolvição do acusado.

**§ 5º** Censurado o Deputado, a autoridade responsável pela aplicação da pena, encaminhará o processo administrativo disciplinar, contendo certidão do ocorrido ou com a cópia do ato de cominação que foi aplicada, ao Conselho de Ética Parlamentar, para as devidas anotações e arquivamento.

**Art. 15.** O recurso apresentado pelo Deputado condenado ou pelo seu Advogado ou pelo Ouvidor independerá de admissibilidade e será interposto, até 2 (dois) dias úteis da reunião de julgamento, ao Presidente do Conselho de Ética Parlamentar e dirigido ao Plenário da Assembleia Legislativa, devendo a petição conter razões fundamentadas de recorrer, se entender o recorrente, de novos documentos, e pedido da ouvida da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, ao final, requerimento de revogação da decisão adotada.

**Parágrafo único.** O recurso tempestivamente interposto, apresentado conforme o caput deste artigo, tramitará nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, suspende os efeitos do julgamento e devolve ao Plenário da Assembleia Legislativa o conhecimento da matéria impugnada.

**Art. 16.** Constitui falta grave, punível com a suspensão temporária do mandato, por 60 (sessenta) dias corridos, o fato do Deputado que sofrer 3 (três) penas de censura verbal; 2 (duas) penas de censura verbal, mais 1 (uma) de censura escrita, ou 2 (duas) penas de censura escrita, no interregno de 2 (duas) legislaturas consecutivas.

**§ 1º** Considerar-se-á também falta grave, a hipótese do Deputado agredir fisicamente o seu colega, nas dependências da Assembleia Legislativa, correndo o processo nos termos desta Seção I.

**§ 2º** O processo administrativo disciplinar, a que pode se sujeitar o Deputado, conforme caput deste artigo, correrá consoante as normas dos dispositivos existentes na Seção II do Capítulo II do Título II do presente Código.

**Art. 17.** Importará na quebra de decoro parlamentar com sujeição da cominação de perda do mandato o Deputado Estadual que sofrer 2 (duas) penas de suspensão temporária do mandato eletivo, ocorridas no interstício de até 2 (duas) Legislaturas consecutivas, aplicando-se ao processo as regras procedimentais estabelecidas na Seção III, Capítulo II, Título II, deste Código.

## Seção II

### Nos Casos Constitucionais, de Competência da Mesa

**Art. 18.** O Deputado Estadual que se enquadrar nos dispositivos dos incisos III a V, do art. 55, da Constituição Federal perderá o mandato por ato da Mesa Diretora, de ofício, ou mediante provocação de seus membros ou de partido político representado na Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa.

**§ 1º** A provocação que deve ser formalizada ao Presidente da Assembleia Legislativa, por meio de representação, devidamente datada e subscrita, indicará o nome completo do Parlamentar, os fatos com a data do ocorrido, as provas, o pedido para notificação do Deputado e o requerimento de aplicação da pena de perda do mandato eletivo.

**§ 2º** A provocação de agremiação partidária deve ser subscrita pela Comissão Executiva do Diretório Regional de partido político com representação na Assembleia Legislativa, conter, além das exigências requeridas, Certidão do Tribunal Regional Eleitoral, atestando os nomes e cargos dos subscritores.

**§ 3º** A Mesa Diretora, quando agir de ofício ou por provocação, através de sua Presidência, encaminhará a representação devidamente instruída com os documentos

que comprove os fatos, sob protocolo, ao Ouvidor do Conselho de Ética Parlamentar para exame da matéria, instauração do processo administrativo disciplinar, notificação do Deputado e emissão de parecer a ser ofertado ao Conselho de Ética Parlamentar.

**§ 4º** Recebida a representação, de qualquer das autoridades elencadas no caput deste artigo, o Ouvidor analisará o fato e documentação, notificará, com cópia da representação e documentos, por funcionário designado ou por ofício encaminhado pelo Correio, com AR, o Deputado acusado, em até 5 (cinco) Sessões Ordinárias do Poder Legislativo, para, se quiser, no prazo máximo de 8 (oito) Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa, ofertar a sua defesa, cabendo à Ouvidoria realizar as diligências que imputar necessárias, juntar novos documentos e, até o final de 10 (dez) dias corridos, emitir Parecer a ser encaminhado imediatamente ao Colegiado.

**Art. 19.** A Presidência do Conselho de Ética Parlamentar, ao receber o processo, nomeará em despacho um dos seus membros como Revisor, concedendo-lhe prazo de 5 (cinco) dias corridos, para exame da matéria e apresentação, se houver, de correções, as quais poderão ser superadas em conjunto com o Ouvidor, para, ao ter os autos de volta, marcar reunião de julgamento.

**Art. 20.** Designado, no prazo de 6 (seis) Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa, dia e hora da reunião de julgamento do Conselho de Ética Parlamentar, o Presidente mandará oficial aos membros titulares e aos membros substitutos, emitirá mandado de notificação ao Deputado, com 3 (três) dias de antecedência cientificando-lhe da reunião e da possibilidade de apresentação de Defesa oral, pessoalmente ou por seu Advogado, por tempo de 40 (quarenta) minutos, e comunicará ao Presidente da Assembleia, para as providências de praxe.

**§ 1º** Formalmente convocados pela Presidência os membros titulares e os membros substitutos e notificado o Deputado, nos termos deste Código, a reunião secreta será aberta pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente, e os trabalhos terão início com a leitura da Ata da reunião anterior, pelo Secretário designado, seguirão com a concessão da palavra ao Ouvidor para ler o relatório constante do seu parecer, prosseguirão com a palavra do Deputado acusado ou do seu Advogado, e com a de justificação facultativa dos votos dos demais componentes da reunião, os quais são chamados em ordem alfabética dos seus nomes parlamentares, após o voto do Ouvidor.

**§ 2º** Aprovado o parecer final do Ouvidor, em reunião secreta e voto aberto, por maioria, este apresentará Certidão de Julgamento, que deve ser assinada pelos presentes, em que conste o nome dos Deputados votantes, votos a favor, votos contra, e abstenções, a proclamação dos resultados, bem como a imputação da pena de perda do mandato eletivo do Deputado acusado ou a sua absolvição, instruirá o processo e passará às mãos do Presidente para remessa, dentro de 2 (dois) dias úteis à Autoridade competente, ou arquivamento.

**§ 3º** Em caso de rejeição do parecer da Ouvidoria, por maioria, o Deputado que proferir o primeiro voto divergente, incontinenti lavrará a Certidão de Julgamento e entregará à Presidência dos trabalhos da reunião do Conselho de Ética Parlamentar, para a juntada aos autos e faça, sob protocolo, o envio do mesmo ao Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para a aplicação da pena imposta ou determinar o arquivamento do processo, no caso de absolvição do acusado.

**§ 4º** A Mesa Diretora, depois de expedir o competente Ato de declaração de perda do mandato eletivo do Deputado ou não, juntará cópia e encaminhará o processo administrativo disciplinar, ao Conselho de Ética Parlamentar, para as devidas anotações e arquivamento.

**Art. 21.** A renúncia de Parlamentar já submetido a processo administrativo disciplinar que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste Código, terá seus efeitos suspensos até deliberações finais de última instância no âmbito do Poder Legislativo (art. 55, § 4º, CF).

## Seção III

### Nos Casos Constitucionais, de Competência do Plenário

**Art. 22.** O Deputado Estadual que se enquadrar nos dispositivos dos incisos I, II e VI, do art. 55, da Constituição Federal e art. 17 do Código de Ética e Decoro Parlamentar perderá o mandato por decisão da Assembleia Legislativa, mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assegurada ampla defesa, observando-se os preceitos ao art. 18 deste Diploma.

**Art. 23.** Recebida a representação, o Ouvidor notificará, o Deputado, com cópia da representação e documentos, por funcionário designado ou por ofício encaminhado pelo Correio, com AR, em até 8 (oito) dias, para, se quiser, no prazo máximo de 6 (seis) Sessões Ordinárias Legislativas, ofertar manifestação prévia de defesa, por escrito.

**§ 1º** O Ouvidor, que tem a faculdade de acompanhar todo o rito processual, após autuação da representação, procederá a tantas diligências que se fizerem neces-

sárias, requisitará, por meio do Órgão interno, os documentos relacionados com a matéria e, recebida ou não a manifestação prévia, emitirá parecer prévio, até final de 15 (quinze) dias corridos e encaminhará, sob protocolo, o processo por ofício, requisitando ao Presidente do Conselho de Ética Parlamentar a realização de reunião de julgamento de admissibilidade processual, dentro do prazo referido no art. 20 deste Código.

**§ 2º** O parecer prévio conterá a qualificação do acusado e a origem da representação, exposição da matéria em exame, voto fundamentado, com a opinião sobre a conveniência da abertura de processo administrativo disciplinar, caso em que deve ser tipificada a infração cometida, ou manifestação pelo arquivamento da representação.

**Art. 24.** Convocados pela Presidência, através de funcionário designado, os membros titulares e cientificados os membros substitutos, por ofício contendo dia e hora e pauta dos trabalhos, bem como o acusado mediante mandado de notificação, com cópia do parecer prévio e de documentos, para exercer o contraditório e defesa, a reunião secreta será aberta pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente e terá início com a leitura da Ata da reunião anterior, pelo funcionário designado, seguirá com a concessão da palavra ao Ouvidor para ler o relatório constante do seu Parecer Prévio e, se houver, Memorial previamente oferecido pela defesa, e prosseguirá com o pronunciamento do Deputado acusado ou do seu Advogado, por 30 (trinta) minutos, com a justificação facultativa dos votos dos demais componentes da reunião, os quais são chamados em ordem alfabética dos seus nomes parlamentares, após o voto do Ouvidor.

**§ 1º** Anunciados e proclamados os resultados do julgamento de admissibilidade, como procedente a representação contra o Deputado acusado, a Presidência tomará as providências contidas no art. 11 e 12, do presente Código, para a criação do Sub-Conselho, ou, rejeitada a representação, determinará o arquivamento dos autos.

**§ 2º** O recurso interposto contra a decisão tomada no julgamento de admissibilidade será processado na forma do art. 15 e terá efeito suspensivo.

**Art. 25.** O Sub-Conselho receberá o processo no dia subsequente à reunião em que foi escolhido e enviará no segundo dia útil pela sua Presidência Mandado de Notificação, acompanhado de cópias do processo, ao Deputado acusado para apresentar sua defesa em 5 (cinco) Sessões Ordinárias da Assembleia, onde findado o prazo, o Presidente passará ao Relator todo o processo, salvo se não for apresentada a defesa, caso em que será nomeado defensor dativo, na pessoa de Advogado habilitado, para oferecê-la, abrindo-lhe igual prazo.

**§ 1º** O Relator ao receber os autos pode, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, incluído o recesso parlamentar, tomar as decisões necessárias à instrução processual, expedindo e/ou renovando mandado de intimações, com prazo de 3 (três) dias úteis, solicitar audiências do Sub-Conselho para o interrogatório do Deputado acusado e posteriormente inquirição das testemunhas de defesa ou que tenha indicado, sob compromisso ou não, fazer acareações, requerer documento, pelos meios adequados, para apresentar o seu parecer, o qual contém histórico processual, relatório e conclusões fundamentadas pela condenação ou absolvição e submeter à revisão, por 3 (três) dias, do Revisor.

**§ 2º** As audiências do Sub-Conselho serão presididas pelo seu Presidente ou pelo 1º ou 2º Vogal, onde as requisições e requerimentos efetivados poderão ser submetidos à discussão e votação, se aventada a hipótese por qualquer de seus membros.

**§ 3º** Nas audiências, que ocorrerão na sala do Conselho de Ética, sob sigilo, serão observadas as regras dos trabalhos, tendo o Presidente do Sub-Conselho a primazia para perguntar, seguido pelo Relator, pelo Revisor, pelo Ouvidor, pelos demais membros do Conselho de Ética Parlamentar e, se assentido, por outro Deputado que se fizer presente, e, por direito, o acusado ou o seu Advogado.

**§ 4º** Ao final de cada audiência, será impresso o Termo de Assentada e confeccionado o Termo de Audiência, que serão assinados pelos membros, fornecidas cópias ao acusado ou ao seu representante legal, e adunadas as originais aos autos pela Secretaria, assim como os documentos apresentados.

**§ 5º** As testemunhas e informantes serão inquiridos em, no máximo de 4 (quatro), por cada audiência, concedendo-lhe tolerância de até 30 (trinta) minutos da hora inicial, para comparecer à audiência.

**§ 6º** Encaminhado oficialmente, com antecedência, comunicado ao Relator, pelo Deputado acusado ou Defensor ou por uma das testemunhas, justificando a ausência à audiência, o Relator mandará constar, no dia e hora aprazados, no Termo respectivo, os motivos alegados e aceitos e designará, sendo possível, o segundo dia útil subsequente para a realização de uma nova audiência e procederá consoante as normas estabelecidas.

**Art. 26.** Concluída a instrução, o Relator emitirá Mandado de Intimação ao acusado concedendo cópias do processo para o oferecimento das alegações finais de defesa,

em prazo de até 6 (seis) Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa, e apresentará, no prazo de 6 (seis) Sessões Ordinárias, o seu parecer e encaminhará os autos à revisão.

**§ 1º** Recebidos o processo do Revisor pelo Relator, este requisitará audiência do Sub-Conselho, entregando os autos ao Presidente para que designe a última audiência, faça as devidas intimações para o terceiro dia útil, subsequente ao recebimento do processo e abra os trabalhos com a concessão da palavra ao relator para a leitura do parecer e ao acusado ou seu Advogado que poderá usar da palavra por 30 (trinta) minutos, seguindo-se à votação nominal do parecer, que aprovado será subscrito pelos membros, mesmo que haja voto de desempate.

**§ 2º** Encerrados os trabalhos no Sub-Conselho, os autos serão encaminhados imediatamente ao Presidente do Conselho de Ética Parlamentar, sob protocolo, para designar, dentro de 4 (quatro) Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa, reunião de julgamento em sala apropriada.

**Art. 27.** Formalmente convocados pela Presidência, através de funcionário designado, os membros titulares e cientificados os substitutos, por ofício contendo dia e hora e pauta dos trabalhos, bem como o acusado mediante Mandado de Notificação, para exercer o contraditório e defesa, a reunião será iniciada pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente, e terá início com a leitura da Ata da reunião anterior, pelo funcionário designado, seguirá com a concessão da palavra ao Presidente do Sub-Conselho para ler o Parecer, e prosseguirá com o pronunciamento do Deputado acusado ou do seu Advogado, por 30 (trinta) minutos, com a justificação facultativa dos votos dos demais componentes da reunião, os quais são chamados em ordem alfabética dos seus nomes parlamentares, após os votos do Presidente do Sub-Conselho, do Relator e do Revisor e se encerrará com as assinaturas da Certidão.

**Art. 28.** Aprovado o Parecer, em reunião secreta e voto aberto, por maioria, a Presidência elaborará Certidão de Julgamento, que deve ser assinada pelos presentes, em que conste o nome dos Deputados votantes, votos a favor, votos contra, e abstenções, a proclamação dos resultados, bem como a imputação da pena a ser cominada ao Deputado acusado ou a sua absolvição, instruirá o Processo e passará às mãos do Presidente da Assembleia Legislativa, sob protocolo, para remessa, dentro de 2 (dois) dias úteis, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a fim de se manifestar sobre os aspectos jurídicos e procedimentais.

**Art. 29.** Em caso de rejeição do Parecer do Sub-Conselho, por maioria simples, o Deputado que proferir o primeiro voto divergente, incontinenti lavrará a Certidão de Julgamento e entregará à Presidência dos trabalhos, para que junte aos autos e faça o envio ao Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para a aplicação das providências do artigo anterior.

**Art. 30.** O Presidente do Conselho de Ética Parlamentar somente terá nas reuniões o voto de desempate, mas pode usar da palavra, ao anunciar o processo de votação, sem revelar a sua intenção de voto, que venha a proferir.

**Art. 31.** O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, ao receber o processo, comunicará imediatamente aos membros da Comissão e nomeará Relator, entregando-lhe os autos, para que, dentro de 4 (quatro) Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa, apresente o seu relatório.

**Art. 32.** Findo o prazo estabelecido no artigo anterior, o Relator devolverá os autos com o seu parecer ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que convocará reunião, no prazo de 3 (três) Sessões Ordinárias da Assembleia, para apreciação da matéria, cientificando todos os membros e suplentes da Comissão do dia, hora e pauta da reunião, tomando igual providência em relação ao Deputado acusado, que será ciente por meio de Mandado de Intimação encaminhado por funcionário designado e publicado no Diário Oficial do Estado, para que use da palavra pessoalmente ou por Advogado, por 30 (trinta) minutos, depois da apresentação da leitura do parecer do Relator, seguindo-se discussão e voto dos Deputados.

**Parágrafo único.** Os Trabalhos na Comissão de Constituição, Justiça e Redação seguirão as normas do Regimento Interno do Poder Legislativo, no que couber, obedecendo-se, principalmente, às do artigo 78, encerrando-se com o oferecimento do Projeto de Resolução, indicando a pena ou a absolvição do acusado, e encaminhamento da matéria ao Presidente da Assembleia Legislativa para inclusão no Ordem do Dia, após os pareceres do Conselho de Ética e da Comissão serem distribuídos a todos os Deputados e lidos no Expediente.

**Art. 33.** No Plenário, os Deputados inscritos, previamente, podem usar da palavra por 10 (dez) minutos, depois dos Relatores do Conselho de Ética e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que terão 20 (vinte) minutos cada, e antes do Deputado acusado ou seu Advogado, que terá 45 (quarenta e cinco) minutos.

**Art. 34.** A Sessão será pública, salvo a requerimento de Deputado e deliberação do Plenário, sendo a decisão tomada por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos dos membros do Poder Legislativo.

**Art. 35.** Concluídos os trabalhos de votação, apuração e proclamação dos resultados, a Mesa Diretora, no caso de haver condenação, por maioria absoluta de votos, do Deputado acusado, por rejeição à proposição, suspenderá a sessão pelo tempo necessário e mandará elaborar outro projeto de resolução que será lido e assinado pela Mesa Diretora, adunando cópia aos autos e enviando à publicação.

**Art. 36.** Em havendo denúncia formalmente ofertada contra qualquer membro do Conselho de Ética, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ou da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, este ficará impedido de exercer suas funções, no que diz respeito ao procedimento processual, sendo substituído pelo substituto legal até desfecho da matéria.

### **CAPÍTULO III DOS RECURSOS**

**Art. 37.** Caberá recurso, em 2 (dois) dias úteis, para o Plenário da Assembleia Legislativa, da decisão da Mesa Diretora, que rejeitar a representação proposta nos termos do § 1º do art. 18 deste Diploma, sendo processado consoante as normas do Regimento Interno da Casa Legislativa, ficando a Mesa Diretora obrigada a tomar as providências reclamadas, se provido o recurso.

**Art. 38.** Interpostos pelo Deputado acusado, recursos contra decisões interlocutórias do Ouvidor ou do Sub-Conselho, eles terão efeitos suspensivos, serão formalizados verbalmente em audiência, tomado o Termo e encaminhado imediatamente, por ofício protocolizado, pela autoridade recorrida ao Presidente do Conselho de Ética Parlamentar para apreciação no segundo dia útil subsequente ao recebimento, com o julgamento seguindo, no que couber, as normas do § 2º do art. 14 deste Código.

**Art. 39.** O recurso que se discutir a admissibilidade de processo, previsto no art. 14 deste Código, será interposto ao Conselho de Ética Parlamentar e dirigido ao seu Presidente, em 3 (três) dias úteis, devendo ser distribuído a um de seus membros para a leitura e discussão na reunião do Conselho, a ocorrer até o quarto dia útil subsequente à sua interposição, com o procedimento a ser adotado, no que couber, consoante as normas do § 2º do art. 14, sendo que uma vez provido, o processo seguirá a tramitação normal.

**Art. 40.** No julgamento de qualquer recurso, atender-se-á sempre aos fins da boa fé e resultados a que se dirige, abstendo-se o Órgão julgador de pronunciar nulidades sem a demonstração de prejuízo.

### **CAPÍTULO IV DOS PRAZOS**

**Art. 41.** São preclusivos os prazos para a interposição de recurso.

**Art. 42.** Havendo necessidade, o Presidente, ouvido o Conselho, requererá à Mesa da Assembleia que submeta ao Plenário a prorrogação dos prazos constantes deste Código.

## **TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 43.** No desempenho de suas atividades, o Conselho de Ética Parlamentar contará com pessoal para as funções de assessoria jurídica, secretaria, serviços de taquigrafia, serviços de arquivos e serviços administrativos.

**Art. 44.** Os documentos endereçados ao Conselho de Ética Parlamentar devem ser entregues no protocolo geral da Assembleia Legislativa, salvo aqueles que tenham tramitação protocolizada, como determina este Código.

**Parágrafo único.** Os responsáveis pelos setores de Reprografia e de Protocolo devem priorizar serviços relacionados com processos do Conselho de Ética Parlamentar, imprimindo sigilo aos seus documentos.

### **CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 45.** Fica mantido o Conselho de Ética Parlamentar, criado pela Resolução n.º 473, de 28 de junho de 2002, e mantida a forma de escolha e período de mandato de seus atuais componentes.

**Art. 46.** As substituições de membros efetivos e membros substitutos do Conselho de Ética Parlamentar, por vacância ocorrida, processar-se-ão nos termos deste Código.

**Art. 47.** Dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Resolução, o Conselho de Ética Parlamentar elaborará o seu Regulamento Interno.

**Art. 48.** Os atos praticados na vigência do Código de Ética Parlamentar que não tenham sido motivos de abertura de processo administrativo disciplinar sujeitar-se-

-ão às normas deste Código, mesmo que seu Regulamento Interno não tenha sido aprovado.

**Art. 49.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 50.** Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução n.º 473, de 28 de junho de 2002, exceto as suas disposições que tragam alterações ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 20 de dezembro de 2006.

A Mesa Diretora

**Mesa Diretora  
2017-2018**

**Deputado José Albuquerque**  
Presidente

**Deputado Tin Gomes**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Manoel Duca**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Audic Mota**  
1º Secretário

**Deputado João Jaime**  
2º Secretário

**Deputado Júlio César Filho**  
3º Secretário

**Deputada Augusta Brito**  
4ª Secretária



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

**Inesp**

**Thiago Campêlo Nogueira**

Presidente

**Gráfica do Inesp**

**Ernandes do Carmo**

Coordenador

**Cleomarcio Alves (Marcio), Francisco de Moura,**

**Hadson França e João Alfredo**

Equipe Gráfica

**Aurenir Lopes e Tiago Casal**

Equipe de Produção Braille

**Carol Molfese e Mário Giffoni**

Equipe de Diagramação

**José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)**

Equipe de Design Gráfico

**Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios**

Equipe de Revisão

**Site:** [www.al.ce.gov.br/inesp](http://www.al.ce.gov.br/inesp)

**E-mail:** [inesp@al.ce.gov.br](mailto:inesp@al.ce.gov.br)

**Fone:** (85) 3277-3701

**Fax:** (85) 3277-3707



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará  
Av. Desembargador Moreira 2807,  
Dionísio Torres, CEP 60170-900, Fortaleza, Ceará,  
Site: [www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br)  
Fone: (85) 3277-2500







**MESA DIRETORA**  
2017-2018

**Deputado José Albuquerque**  
Presidente

**Deputado Tin Gomes**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Manoel Duca**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Audic Mota**  
1º Secretário

**Deputado João Jaime**  
2º Secretário

**Deputado Júlio César**  
3º Secretário

**Deputada Augusta Brito**  
4ª Secretária